

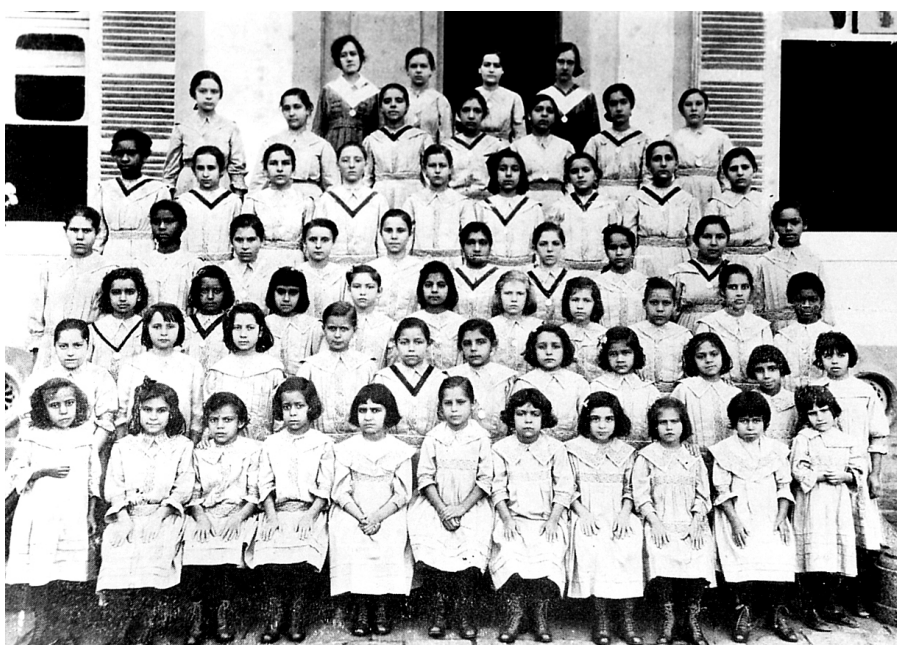


UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**Infância, Educação e Direitos Sociais: “Asilo de Órfãos”
(1870 – 1960)**

Ana Maria Melo Negrão



Grupo de Órfãos do Asilo da Santa Casa de Misericórdia de Campinas - 1919

Versão final apresentada para
Defesa perante banca examinadora em
16/12/2002, sob orientação da
Profª Drª Zeila de Brito Fabri Demartini

2002

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

INFÂNCIA, EDUCAÇÃO E DIREITOS SOCIAIS:
“ASILO DE ÓRFÃS”
(1870 – 1960)

Ana Maria Melo Negrão

Profa Dra Zeila de Brito Fabri Demartini

Este exemplar corresponde à redação final da Tese
de Doutorado defendida por **Ana Maria Melo Ne-**
grão e aprovada pela Comissão Julgadora

Data: 16/12/2002

Assinatura:.....
Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:

2002

© by Ana Maria Melo Negrão, 2002.

Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca

da Faculdade de Educação/UNICAMP

Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos - CRB-8ª./5447

Negrão, Ana Maria Melo.

N312i Infância, educação e direitos sociais : "Asilo de Órfãos" / Ana Maria Melo
Negrão. -- Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Orientador: Zeila de Brito Fabri Demartini.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Santa Casa de Misericórdia de Campinas (SP). 2. Assistência social. 3.
Órfãos. 4. Legislação social. 5. História oral. I. Demartini, Zeila de Brito Fabri.
II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

02-174-BFE

*À minha mãe órfã,
cujo pai já havia fechado os olhos
quando os dela vieram à luz.*

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa, em primeiro plano, celebra aqueles que colaboraram e participaram de sua feitura, encorajando-me na empreitada. Sem as pessoas e as instituições que muito me auxiliaram, não teria sido possível reconstruir este segmento da memória educativo-assistencial de Campinas.

Desvendar e reconstituir o Asilo de Órfãos desta terra campineira foi tarefa árdua e nela empenhei três anos de minha vida, debruçando-me sobre arquivos, rastreando jornais, entrevistando pessoas, e a cada dia crescia minha cumplicidade com a investigação e com a história que se tecia.

O reconhecimento pela professora dra. Zeila de Brito Fabri Demartini, que me ajudou a trilhar o caminho desta pesquisa, assume uma significância ímpar, pela confiança, palavras de encorajamento a sugerir sem jamais impor, sempre receptiva e dedicada, transcendendo a dimensão de orientadora para ser a mão amiga que me fez amadurecer a reflexão deste trabalho.

Não posso calar as relevantes contribuições dos demais professores: dra. Olga R. de Moraes von Simson, Águeda B. Bittencourt, Ernesta Zamboni, Dermeval Saviani que ministraram o curso de doutorado, alimentando-me com ensinamentos e leituras que emprestaram suporte histórico-social e metodológico à reconstrução da Instituição e à produção dos relatos de vida.

Doei-me sem medida, madrugada adentro, quebrando o silêncio, infindáveis vezes, quando telefonava à minha amiga de tantos anos e de tantas parcerias, Maria Iza Gerth da Cunha, que sabia acordada, para ler-lhe um texto, ou solicitar-lhe uma pista, razão pela qual externo-lhe meus mais profundos agradecimentos.

Agradeço, especialmente, a colega e amiga, professora Vanda Brocco, que me auxiliou na coleta de dados, dispôs muito de si na busca de informantes, compartilhando minhas tribulações e momentos de ansiedade.

A todos os funcionários dos arquivos consultados, guardiões da memória, que, prontamente, disponibilizaram documentos, colaborando na localização de fontes, manifestei minha irrestrita gratidão.

Os colegas, amigos e funcionários da Faculdade de Educação da UNICAMP acolho-os em um abraço de extremo reconhecimento pela colaboração em todo esse período gestacional da pesquisa.

Ao meu grupo de pesquisa integrada do Centro de Memória da UNICAMP, composto por Terezinha, Rosa Lydia, Rosa Fátima, Iza, Zeila, Marcus e Gaudino, com quem tive a oportunidade de muito aprender e partilhar horas intermináveis de conversa, em meio a cafezinhos e saborosas discussões, a minha gratidão por terem me contaminado com a irreversível sede de investigação científica.

Aos salesianos, com quem trabalho, há tantos anos, agradeço o apoio, a confiança e a compreensão, cedendo-me horas para que pudesse dar conta desta pesquisa. Os colegas de trabalho, com quem convivo no dia-a-dia, coloco em um espaço bem especial do meu coração, onde possam sentir a proximidade do meu carinho. Agradeço a Cleide Reinato e a Tarciana de Souza Barbosa pela força que me deram, pelo tempo que gastaram comigo, nas horas de “sufoco”.

Não seria possível esta pesquisa se não pudesse contar com as pessoas que me cederam sua voz nas entrevistas, em especial, as egressas do Asilo de Órfãs, que me abriram as portas da casa, da memória e do coração, tirando o cadeado de suas lembranças bem guardadas, a quem devoto meu respeito, orgulho e consideração, externando merecer, conservar e retribuir a amizade que me dedicaram.

Ao apoio de meus filhos devoto todo o meu amor, porém, à minha filha, Flávia, pela paciência com as minhas dificuldades em manusear o computador, chamando-a, a cada minuto, para que me socorresse em meus momentos de nervosismo, reconheço que até abusei de sua disponibilidade e peço que me compreenda.

Ao meu marido, com quem divido minha vida, meus desejos, alegrias e aflições, a leitura de meus textos, seriam insuficientes as palavras para exprimir o que sinto pelo estímulo que me deu, sem jamais reivindicar as horas que furtei do convívio familiar, só cabendo-me dizer que o sentimento que nutro por ele transcende em muito o agradecimento, caminhamos juntos, em todas as horas...estendendo-nos a mão um ao outro...

RESUMO: Esta pesquisa gira em torno da reconstituição dos fatos sociais que culminaram na criação, em 1890, de um “Asylo de Orphãs” em regime de internato na Santa Casa de Misericórdia de Campinas, SP, para acolher as órfãs oriundas da epidemia de febre amarela de 1889, sob a tutela das Irmãs de São José de Chambéry. Procura também reconstruir a sua trajetória em cotejo com a legislação vigente, a oferta e a demanda, as condições de admissão, as práticas educativo-institucionais, as regras disciplinares, as mutações dos vínculos familiares e afetivos, a internalização, os direitos sociais da órfã e seu percurso pós-instituição, bem como na dimensão filantrópica oligárquica de uma sociedade local estratificada. A pesquisa abrange o período de 1870 a 1960 e pretende oferecer à História da Educação da infância feminina e ao Direito uma reflexão sobre o atendimento à orfandade, como uma resposta filantrópica proposta pela Igreja e pela Irmandade de Misericórdia de Campinas. Indaga-se neste estudo se a criação de um Asilo de Órfãs teria sido a solução filantrópica eficaz, adequada para preservar a ordem sócio-cultural e garantir o amparo e a escolaridade à orfandade desvalida, ou, pelo contrário, se subjugava as meninas a interesses particulares e sociais marginalizando-as, ao impingirem-lhes uma educação mais direcionada aos trabalhos domésticos, segundo os padrões vigentes, de modo a fazê-las acatar o “status” que lhes era atribuído. Demonstra-se como era o cotidiano das meninas em todas as dimensões, narrando-se as atividades educativas, as festas religiosas, o lazer, os passeios, os castigos, as peraltices, as visitas, as estratégias das classes alta e média que as usavam conforme suas conveniências. Os relatos de vida das egressas sobre as memórias do tempo de Asilo são as fontes orais que ajudaram completar o que os documentos silenciam, e propiciaram a reconstrução da Instituição, até chegar a seu término.

Palavras-chave: Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Assistência Social. Memória. Órfãs. Legislação social. História oral.

ABSTRACT: This research consists of the reconstitution of the social facts that had culminated in the creation of an “Orphanage Asylum” in 1890, in regimen of boarding school in the Saint Casa de Misericórdia of Campinas, S.P., to receive the deriving orphans of the epidemics of yellow fever of 1889, under the guardianship of the Sisters of Saint Joseph of Chambéry. Its intended also to reconstruct its trajectory in comparison with the current law, the offer and the demand, the admission conditions, the educational-institutional practices, the disciplinary rules, the mutations of familiar and affective bonds, the internship, the social rights of the orphans and their paths after-institution, as well as in comparison with the oligarchic philanthropic dimension of a local stratified society. The research encloses the period from 1870 until 1960 and intends to offer to the History of the Education of feminine childhood and to the Law Studies a reflection on the attendance to the orphanage, as a philanthropic reply proposed by the Church and the Brotherhood of Mercy of Campinas. It is inquired in this study if the creation of an Orphanage Asylum would have been the efficient philanthropic solution, adjusted to preserve the social-cultural order and to guarantee the protection and the schooling to the poor orphans, or, on the contrary, if it overwhelmed the girls to private and social interests keeping them out of society, when imposing to them an education directed towards domestic works, according to the standards in vigor, in order to make them accept the ‘status’ attributed to them. It is demonstrated how the girls daily routine was, in all the dimensions, reporting the educative activities, the religious festivities, the leisure, the strolls, the punishments, the mischief, the visits, the strategies of the High and Medium Society that used them according to social rules. The life reports the former interns on their memories of the time in the Asylum are the verbal sources that had helped to complete what the documents silence, and had propitiated the reconstruction of the Institution, until it came to an end.

Key-words: Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Social Assistance. Orphans.

Social Law. Memory. Oral History.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Justificativa da Escolha do Problema	2
Proposição do problema.....	5
Contribuição para a Educação e para o Direito	6
Procedimentos Metodológicos.....	7
Organização das partes da tese	16
 CAPÍTULO I – AS ORIGENS SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL DAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA.....	 19
Um percurso de atendimento aos enfermos e à infância desvalida: misericórdia	19
Visitando o Direito Romano	20
Tutela de menores desprotegidos.....	26
Processo de normatizações: destaque ao Código de Menores de 1927	27
Breves incursões históricas sobre a infância desvalida no Brasil	32
Matriz genética: nascedouro das Santas Casas de Misericórdia.....	40
Santa Casa de Misericórdia de Campinas.....	48
Paroquiato interrompido	49
Da proposta à ação	51
Organização da Irmandade de Misericórdia de Campinas	54
Gesto de desprendimento: a edificação da Capela.....	57
Presença das Irmãs de São José de Chambéry em Campinas.....	61
Inauguração do Asilo do Órfãs: regime de externato	65
Cruz peitoral doada ao fundador Dom Vieira.....	67
 CAPÍTULO II - O ASYLO DE ORPHANS: UM IMPERATIVO EMERGENTE	 69
O surto de febre amarela de 1889 em Campinas	69
Outras Sociedades Filantrópicas em prol dos amarelentos.....	72
Atuação da Imprensa Fluminense.....	74
Bandos precatórios: “As juvenis alegrias suavizam agonias”	75
Consolidação do Asilo de Órfãs, em regime de internato	76
A imponente quermesse beneficente	77
Inauguração do Asilo de Órfãs	82

Nova epidemia de febre amarela	86
Breve resgate histórico	87
Internação: uma necessidade social	88
Mesa Feminina.....	93
Tutor ou senhor? Tutelada ou serviçal?	95
A criança órfã pobre e seu direito de “ser”	98
Registro de órfãs internas matriculadas no Asilo de Órfãs.....	101
Período de permanência na internação	111
Entradas e saídas	115
Com o diploma na mão.	119
Quadro comparativo de alunas internas e externas	121
Projeto de novo prédio ao Asilo de Órfãs.....	125
Legados,...mais legados,.....	128
A criação da Faculdade de Medicina em busca de um prédio.	130
Novo do prédio Asilo de Órfãs, outro destino?.....	132
Finalização do sonho de Padre Vieira: o Asilo de Órfãs.....	132
 CAPÍTULO III – INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL DA MISERICÓRDIA: SEU AMBIENTE SÓCIO-MORAL-RELIGIOSO E FILANTRÓPICO, E SUAS REPRESENTAÇÕES.....	 135
Vidas internadas: portão trancado, pelas lentes da lembrança.....	139
Regimento Interno do Asilo de Orfãs	140
Serviços domésticos.....	146
Convites em função de quê?	149
Condições de admissibilidade: por que fui interna?	150
Saindo a passeio, o grupo transpunha o portão de ferro... ..	153
Hoje é dia de visita! Quem virá?	155
Que honrosas visitas!	157
No amor e no temor a Deus! Orar....e obedecer, purificar-se ...e ser humilde.	158
Procissão tradicional do Dia da Padroeira	159
No silêncio dos Retiros	163
O prazer das peraltices!.....	166
Disciplina, ordem e emulação.....	167

O grande cenário...quanto cheiro de verde...cor de tamarindo!	173
A gruta...e sua aura de mistério!.....	173
O salão nobre...imponente...e pleno de mitos!	175
Refeitório e a cozinha: ...comer em silêncio...olhar no prato...ouvidos na leitura.....	178
Salas de aula! Quanta lembrança!!!!	180
Dormitórios.... e a mão quente da mãe? Atrás da cortina branca?	184
O banho comunitário: camisolão, recato e preservação do pudor!! E o tancão?	189
Recreio e lazerhora de cirandar....correr...brincar.....	192

CAPÍTULO IV – PARA ALÉM DO INTERNATO: VIDAS SONHADAS.....197

Tecendo o caminhar da vida, alinhavando fatos com o olhar no horizonte.....	198
As categorias de internas e externas e seus percursos	201
Lr. M.....	202
M.H.....	204
Cel	206
Ci.	207
L.....	211
A.O.	214
Be.....	216
H.G.S.	218
Engr.	219
M.P.	220
T.J.C.	221
Mat. F.	223
Interface entre meninas-irmãs e mulheres-irmãs.	225
Den e Der.....	225
R.G., T.G. e I.G.	233
M.B. e J.B.S.....	237
J.B.S.....	238
M.L.P.B. e Ro.....	241

Os valores de ontem projetando-se no hoje.....	243
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	245
BIBLIOGRAFIA	259
Dicionários Consultados	277
Entrevistas Concedidas	277
Jornais Consultados	279
Arquivos consultados.....	279
ANEXOS.....	281
Anexo 1 - Entrevistas com assistidas Internas e Externas	281
Entrevista 1 - L., 10 de abril de 2000.	281
Entrevista 2 - M.B., 12 de maio de 2000.....	282
Entrevista 3 - M.L.P.B., por telefone, 10 de março de 2000.....	283
Entrevista 4 – Be., 19 de fevereiro de 1999.	284
Entrevista 5 - Cel., 27 de outubro de 1999.....	286
Entrevista 6 - Ci., 2 de Fevereiro de 2000.....	288
Entrevista 7 - T.J.C., 22 de fevereiro de 2002.....	294
Entrevista 8 - Engr., 25 de fevereiro de 2001.....	296
Entrevista 9 - Mat. F., 15 agosto de 1999.	297
Entrevista 10 - R.G., I.G., T.G.(irmãs), 16 de junho de 1999.....	297
Entrevista 11 - M.H., 13 de março de 1999.	305
Entrevista 12 - Lr. M., 06 de março de 1999.	306
Entrevista 13 - M.P., 05 de janeiro de 2002.....	313
Entrevista 14 - A.O., 25 de fevereiro de 2000.....	313
Entrevista 15 - Ro., por telefone, 18 de março de 2000.	314
Entrevista 16 - H.G.S., 20 de janeiro de 2001.....	315
Entrevista 17 - J.B.S., 5 de maio de 1999.	315
Entrevista 18 – Den.V., 12 de abril de 2000.	317
Entrevista 19 - Der.V., 22 de abril de 2000.....	318
Anexo 2 - Entrevistas com seis informantes.....	320
Entrevista 1 - Irmã Maria Abgail, 11 de agosto de 2000.	320
Entrevista 2 - N.B., 12 de janeiro de 2002.....	320

Entrevista 3 – Antonieta Fabro em 15 de janeiro de 2001	321
Entrevista 4 - Maria Ferreira Marques Marrone, 24 de março de 2000.....	322
Entrevista 5 - Benedito Barbosa Pupo, 12 de dezembro de 1999.	323
Entrevista 6 - Maria Edwina Redher Teixeira, 07 de janeiro 2002.....	324
Anexo 3 – Livros de Matrícula do Asilo de Órfãos – 211 e 212	326

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Roda de Expostos, em dois ângulos, Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.	44
Figura 2: Altar da Capela, com imagens laterais de Santa Isabel e São Vicente de Paula.....	59
Figura 3: Abóbada decorada e balcão com gradil de ferro branco.	60
Figura 4: Esquife de Nossa Senhora da Boa Morte.	60
Figura 5: Litogravura da fachada do Hospital, Capela e Asilo de órfãs.	63
Figura 6: Dom Joaquim José Vieira	67
Figura 7: Reportagem da inauguração do Asilo de Órfãs.....	85
Figura 8: Mesa Auxiliar Feminina.....	94
Figura 9: Mapa de Registro de Alunas do Biênio 1916-1917	105
Figura 10: Certificado de Conclusão de Curso Primário	114
Figura 11: Órfãs sentadas na janela da parte superior da Capela, tendo à frente o monumento túmulo de Padre Vieira, e ao fundo a alameda central do jardim, que levava à gruta. (1940).....	130
Figura 12: Fachada da Santa Casa de Misericórdia- 1940.....	135
Figura 13: Órfãs subindo a Rua César Bierrembach em direção à Catedral - 1948 .	154
Figura 14: Dona Maria Marrone	157
Figura 15: Procissão de 15 de Agosto - 1941	159
Figura 16: Sacerdote carregando a Hóstia consagrada sob o pálio -1941	161
Figura 17: Procissão de 15 de agosto, com as órfãs vestidas de anjos, percorrendo a Rua Padre Vieira, tendo ao fundo a Santa Casa – 1941.	162
Figura 18: Caderninho para anotações de Retiro (2º. e 3º. dias). 1943	164
Figura 19. Caderninho de anotações de Retiro (continuação do 3º. dia). 1943	165
Figura 20: Quadro de Donativos.....	168
Figura 21: Grupo de Órfãs do Asilo da Santa Casa de Misericórdia - 1919	169
Figura 22: Órfãs internadas no Asilo - 1936.....	171
Figura 23: No plano posterior, o prédio do Asilo de Órfãs, anexo à Capela, tendo à frente quatro palmeiras e frondoso arvoredado, onde ficava o pomar, hoje, Prefeitura Municipal, ao lado da antiga Escola Normal . 1945.	173

Figura 24: Sessão Solene da Irmandade de Misericórdia, em 1926, no 50º aniversário de sua fundação, presentes as autoridades eclesiástica, civis e judiciárias, mesários e famílias da cidade.	176
Figura 25: Sala de aula de órfãs com carteiras individuais e presença de inspetores escolares ao lado das alunas e da freira, de hábito preto.1945	181
Figura 26: Dormitório das órfãs no andar superior do prédio do Asilo, com a cama cercada de cortinas da Irmã acompanhante.	186
Figura 27: Recreio no pátio interno com chafariz ao centro e quatro mangueiras. ...	193
Figura 28: Grupo de meninas internas e externas do Asylo de Órfãs.....	197
Figura 29: Cel fotografada no dia 27.10.99.....	206
Figura 30: Ci. fotografada no dia 02.02.00.....	208
Figura 31: A.O. fotografada no dia 25.02.00.....	214
Figura 32: Be. fotografada no dia:19.02.99.....	217
Figura 33: Mat. F. ao lado da colega Der.	224
Figura 34: Pano de amostra de Mat.F.	225
Figura 35: Fotografia de Den. , no dia da entrevista, 12.04.00	226
Figura 36: Fotografia de Der. , no dia 22.4.00	228
Figura 37: Fotografia das Irmãs G. , no dia da entrevista, 16.06.99.....	234
Figura 38: Fotografia de J.B.S. , no dia 12.05.00.....	239

LISTA DE QUADROS

QUADRO No. 1: Idades e Nacionalidades de 1901 a 1907	102
QUADRO No. 2: Idades e Nacionalidades de 1908.....	102
QUADRO No. 3: Idades e Nacionalidades de 1909.....	103
QUADRO No. 4: Idades e Nacionalidades de 1910 a 1915	103
QUADRO No. 5: Idades e Nacionalidades de 1916 a 1921	105
QUADRO No. 6: Idades e Nacionalidades de 1922 a 1923	106
QUADRO No. 7: Idades e Nacionalidades de 1924.....	107
QUADRO No. 8: Idades e Nacionalidades de 1925 a 1929	108
QUADRO No. 9: Idades e Nacionalidades de 1930 a 1931	108
QUADRO No. 10: Idades e Nacionalidades de 1932 a 1951	109
QUADRO No. 11: Entradas e Saídas – 1890 a 1943	115
QUADRO No. 12: Concluintes de 1924 a 1943.....	120
QUADRO No. 13: Matrículas de Internas e Externas de 1890 a 1953	121

INTRODUÇÃO

O Asylo de Orphans, instituição ao mesmo tempo em que assistencial-filantrópica, terá encontrado no confinamento as viáveis condições para evitar desvalidas nas ruas de uma cidade com forte segmento aristocrata e prepará-las para servir a Deus, através do homem, (nos termos da Constituição das Irmãs de São José) com polidez, humildade, submissão, obediência e temor a Deus?

Dezenas e centenas de meninas, tornadas órfãs, em razão da epidemia de febre amarela que assolou Campinas no final do século XIX, foram acolhidas no Asilo de Órfãs, criado na Santa Casa de Misericórdia, sob os cuidados educacionais das Irmãs da Congregação Francesa de São José de Chambéry.

Com este estudo, objetivamos reconstruir os fatores sociais que culminaram na criação, em 1890, de um “Asylo de Orphãs” na Santa Casa de Misericórdia de Campinas/SP, a sua trajetória educativo-institucional, bem como a oferta e a demanda em regime de internato, as condições para que as órfãs fossem acolhidas e educadas ao lado de alunas externas; e ainda, a responsabilidade da instituição quanto aos direitos sociais da criança e da adolescente e como tudo isso se refletia no processo educacional.

A delimitação deste estudo abrangeu o período compreendido entre 1870 a 1960, pois o projeto do padre Joaquim José Vieira de lançar uma Santa Casa de Misericórdia e um anexo Estabelecimento de Educação para órfãs teve um longo percurso. Idealizado em torno de 1870, somente concretizou-se em 15 de agosto de 1876, com a inauguração do hospital.

Dois anos após, em 15 de agosto de 1878, foi inaugurado o Asilo de Órfãs, em prédio anexo à já existente Santa Casa, mas apenas em regime de externato, atendendo meninas não necessariamente órfãs, e, doze anos depois, em 1890, foi inaugurada a ala do internato para as órfãs da febre amarela de 1889. Portanto, o Asilo de Órfãs somente fez jus aos seus objetivos a partir de 15 de agosto de 1890.

A fronteira inicial da delimitação, 1870, deveu-se à busca de tentarmos localizar a origem do projeto, analisar o compromisso sócio-ideológico, datar a chegada das Irmãs de São José de Chambéry, para dirigir as obras e suas estratégias no campo da educação de desvalidas. Como ponto de referência para o limite final fixado em 1960, para se descobrir quando a instituição fechou suas portas ou se foi transferida para outro local, tomamos o artigo de Pelágio Álvares Lobo, “O Asilo de Órfãs de Campinas e o seu 60º

aniversário”, publicado no Correio Paulistano, S. Paulo, 13.8.1950, cuja 5^a. linha relata que “não tenho em mãos o número de crianças pobres e desvalidas que por ali tem passado e continua a passar”.

Entendeu-se imprescindível um recuo ao Brasil colônia com o fim precípuo de fornecer elementos de análise da ação jesuítica e seu comprometimento com os problemas educacionais, inclusive na vertente dos desvalidos, para melhor compreensão de como as Irmãs de São José se relacionavam com a ordem social estabelecida. Recorrer também ao Direito Romano, no que tange aos direitos do menor, sem a pretensão de exuri-lo, subsidiou o estudo do objeto de pesquisa. Entretanto, o que com isso se propôs são análises referenciais retroativas que não comprometessem a delimitação da pesquisa, mas se configurassem como dados significativos para subsidiar o problema em si mesmo.

Justificativa da Escolha do Problema

Escolher esta Instituição feminina de benemerência para a investigação deveu-se a uma convergência de vários fatores e situações. Primeiramente, desde a infância, vivi ao lado do Asilo de Órfãos da Santa Casa de Misericórdia, pois meus pais sempre moraram com a minha avó, cuja casa ficava no quarteirão fronteiro a ele; e guardo remota lembrança das órfãs brincando no pátio da Santa Casa, ou nos primeiros bancos da Capela, ou também vestidas de anjo na procissão de 15 de agosto, que obrigatoriamente, eu via passar na rua Padre Vieira. Outro fato marcante é a orfandade de minha mãe, que nascera em 04 de março de 1915, sete meses após o falecimento de seu pai, Antônio Rodrigues de Mello,¹ o qual havia exercido em Campinas o cargo de Curador de Órfãos. O 1º. bispo de Campinas, Dom Néry, de quem seu pai fora procurador e amigo dileto, conseguiu colocar as suas três irmãs mais velhas, como alunas externas gratuitas no Co-

¹ “...Continuou a promotoria (com a Curadoria de Órfãos, Ausentes e Procuradoria que lhe era anexa) num período de interinidades, em que ali se revezavam PAULO FLORENSE, JAIME DE MORAIS SALES, CALIMÉRIO DA FONSECA, ANTÔNIO RODRIGUES DE MELO (grifo meu) e GERMANO FRANÇA. Veio, depois, para o cargo efetivo o dr. HEITOR PENTEADO, que manteve o rigor e a compostura que eram de tradição local, até que a política o levou para a Prefeitura Municipal (1910). *O fôro de Campinas no Império e na República* in MONOGRAFIA HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1952, p. 342.

légio Sagrado Coração de Jesus,² quando havia ao lado da casa de minha avó o Asilo de Órfãos, também aos cuidados de uma congregação francesa, com externato, e bastaria apenas atravessar a rua. Isso passou a me inquietar e desde logo a inferir que as minhas tias, filhas órfãs de um póstumo Curador de Órfãos, e pertencentes à família tradicional³, embora empobrecida, talvez não devessem freqüentar um Asilo de Órfãos, onde não se colocavam órfãos de “linhagem” favorecida, onde não se aprendia o francês, diferentemente do Colégio Sagrado Coração de Jesus, em que todas as disciplinas, excluindo-se o português, eram ministradas em francês, fato que permitiu que essas duas tias falassem a língua francesa com fluência, até mesmo nas orações tradicionais: Ave Maria, Pai-Nosso, e outras. Cheguei a supor que o fato de meu falecido avô ter sido membro da comissão da criação do bispado de Campinas, pelo que recebeu o título de conde romano pelo Papa⁴, embora não o tenha aceitado, e, ainda, ter integrado as Conferências Vicentinas, colaborou para a aceitação de minhas tias órfãs em um colégio confessional católico de elite. Uma das tias, a mais nova delas, não pôde lá continuar, por não se curvar à rígida disciplina do Colégio, e a *Mère Supérieure* não mais a quis lá, justificando que a gratuidade deveria ser reconhecida com obediência irrestrita e jamais com insolência, razão pela qual ela e, depois, minha mãe estudaram na Escola Normal. Sempre observei a diferença entre as quatro irmãs órfãs: as duas tias mais velhas eram polidas, reservadas

² COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. Fundado em dezembro de 1908, pelas piedosas irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Calvário, vindas da Diocese de Cahors, na França e se inclui hoje o Colégio Sagrado Coração de Jesus entre os grandes estabelecimentos de ensino e educação de que Campinas muito se orgulha. Otimamente instalado em prédio próprio, à Rua José Paulino, 1359, já em fevereiro de 1909 possuía em funcionamento o jardim da infância e o curso primário. Ibid., p.423

³ Fragmento de artigo de jornal de Campinas, intitulado *Os que não quiseram ser condes*, de Celso Maria de Mello Pupo, s/d. “...Esta foi a comissão que desenvolveu suas atividades pela fundação do bispado em Campinas[...] E Dom Neri, depois de bispo de Campinas quis distingui-los, consultando a Santa Sé se concederia a esses campineiros títulos honoríficos como mereciam por grandes serviços à Igreja.[...] Mas como eram três os futuros condes, outro dois devem ser lembrados, outros dois beneméritos e virtuosos católicos que se igualavam a Júlio Frank no desprendimento, na grandeza de alma e na modéstia: eram Antônio Carlos do Amaral Lapa e Antônio Rodrigues de Mello, que não quiseram ser condes....Antônio Rodrigues de Mello casou-se na família Teixeira Nogueira;[...] seu sogro era primo irmão e, em primeiras núpcias, cunhado do Barão de Ataliba Nogueira, parentes todos de titulares do Império como o Marquês de Baependi, O Conde de Baependi, O Visconde de Nogueira da Gama, O Barão de Juparana, O Barão de Santa Mônica, este genro de Duque de Caxias.”

⁴ O título de artigo já citado na nota anterior *Os que não quiseram ser condes* corrobora para a confirmação de ter sido Antônio Rodrigues de Mello um dos três que foi nomeado conde romano.

e bem submissas⁵, enquanto minha mãe e a sua irmã mais próxima manifestavam temperamento mais rebelde, questionador, não subserviente. Tudo isso me instigava a buscar compreender se a orfandade era um estigma com repercussões pessoais e sociais.

Ainda, outra situação que sempre me desassossebou foi haver na casa de minha avó, uma agregada órfã de pai e mãe, considerada na época por muitos, de bom aspecto físico, loira de olhos azuis claros, imigrante, nascida na Espanha, a Tata, como carinhosamente a chamávamos, que lá entrou aos doze anos de idade. Prestava inúmeros serviços domésticos sem qualquer remuneração; cuidou de três gerações, a de minha mãe, a minha, e a de meus filhos e sobrinhos, lá mesmo falecendo com 85 anos, em 1983. Apenas ela contava que veio da Espanha, aos dez anos, com algumas tias e primas também crianças, que ficaram na cidade de São Paulo com outras famílias, mas jamais soube como a Tata teria ido parar na casa de minha avó, pois não tinha sequer um parente em Campinas, não era ex-aluna do Asilo de Órfãos, nem adotada ou tutelada, e, tampouco, jamais tivera um salário. Apenas, a minha família colocou-a mais tarde, quando já tinha cerca de 18 anos, para aprender a costurar e lembro-me que ela fazia meus vestidos de infância, muito bem enfeitados, com nervuras, mangas bufantes, babadinhos, e até me ensinava a costurar com esmero.

Além de todo esse contexto familiar e, também, além de ter morado ao lado da Santa Casa de Misericórdia, pela minha formação em ciências jurídicas, somou-se um anseio de contrapor o imaginário social aos direitos das desvalidas, à orfanologia e à legislação referente à educação do menor e seus direitos.

Um estudo anterior que fiz sobre o surto da epidemia de febre amarela de 1889, em Campinas, sobre um abrigo fundado por iniciativa privada vinculado à Igreja, para acolher crianças órfãs do sexo masculino, dando-se origem ao “Lyceo de Artes e Offícios” (NEGRÃO, 1997, p. 20-23), posteriormente, Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, dirigido pela Congregação Salesiana, permitiu-me tomar conhecimento de que, em razão da mesma epidemia de febre amarela, também se pensou um abrigo para a vertente feminina da orfandade, o “Asylo de Orphãs”, da Santa Casa de Misericórdia, a

⁵ Minha tia, Z. M., sempre me contava que não se esquecia do dia em que achou um mosquito morto na comida. Cobriu a comida com cascas de jabuticaba e a *Mère* estranhou aquela montanha no prato, retirou todas as cascas, pôs o mosquito de lado e obrigou-a a comer, ao que ela obedeceu, entre lágrimas, comendo até o último grão de arroz.

primeira escola em Campinas a acolher órfãs, através da Congregação francesa de São José de Chambéry. Essa investigação anterior pôde subsidiar, com enfoques comparativos, o objeto desta pesquisa sobre o Asilo de Órfãs.

Proposição do problema

A problemática desta pesquisa incitou a busca da compreensão das práticas institucionais, as regras disciplinares, o cotidiano da instituição, as relações mantidas entre a comunidade e a assistência institucional, o desvendamento de possíveis dominações internas, as mutações dos vínculos familiares e afetivos, a vida institucional e pós-instituição relatada pela egressa, as representações (CHARTIER, 1990) construídas pela memória e as lembranças do tempo de criança tendo como foco a exclusão social e, paradoxalmente, a inclusão no confinamento. Inquietações sobre o ambiente institucional sócio-moral-religioso e o currículo implícito da educação proposta com suas normas e valores estruturais, incluindo-se a rígida disciplina emergiram quanto ao desenvolvimento social, afetivo, intelectual e moral, bem como a tratativa às questões interpessoais da assistida. Inúmeras questões se apresentaram: 1) Como resgatar o passado institucional, ouvindo as histórias de vida, com suas representações, seus olhares sobre o percurso, marcas, sonhos, humilhações, padronização de hábitos cotidianos? 2) Como foram as suas histórias de vida de criança como criança, numa infância que ri, brinca, estuda, faz travessuras, interage com seus pares, aprende lições de vida? 3) Como refletiu no mundo adulto aquele tempo de infância institucionalizada? 4) Qual seria o estereótipo de mulher formada no Asilo de Órfãs? 5) Qual era o lugar da órfã na sociedade campineira aristocrata, marcada por diferenças étnicas, por diferenças de condição social, marcada por uma identidade que segregava pobres e escravos livres, em especial, mediante higienização do cenário urbano sem meninas mendigando ou prostituindo-se? 6) O que fundamentava a educação institucionalizada, onde estava a ênfase? a) No trabalho manual e doméstico? b) Nas rotinas e nos rituais diários? c) No regulamento de influência jesuítica, no adestramento, nos parâmetros morais, na doutrinação religiosa, na segregação, no ensino, no lazer? 7) Havia o contato social externo? 8) Teria sido a criação de um Asilo de Órfãs a solução filantrópica eficaz, adequada para preservar a ordem sócio-cultural e garantir o amparo e a escolaridade à infância desvalida, ou, pelo contrário, subjugava as

meninas a interesses particulares e doutrinários da congregação, propiciando-lhes escolarização vinculada a outros vetores sociais da época como: utilização e exploração da mão de obra infantil feminina; falta de política sócio-educativa para desvalidas, resguardo à sociedade local contra a órfã, mendigando, exposta à ociosidade, à prostituição? 9) Seria a educação uma preparação de empregadas? 10) Como se dava o cruzamento da legislação oficial brasileira pertinente aos direitos sociais da criança e às normas da instituição? 11) Propiciaria a instituição fechada o saneamento da presença de órfãos incompatível com uma sociedade elitista? 12) Excluiria as meninas pobres e órfãs das ruas, incluindo-as na instituição total?

Cabe ressaltar que, nesta pesquisa, procuramos fazer a análise sempre relacionada ao contexto sócio-político-econômico, bem como aos espaços culturais em que foram gerados os fatos da realidade.

Contribuição para a Educação e para o Direito

Entendemos que a relevância da análise investigatória do Internato do “Asylo de Orphãs”, anexo à Santa Casa de Misericórdia, dirigido pela Congregação das Irmãs de São José de Chambéry, centrou-se no fato de buscar resgatar o percurso desse estabelecimento de ensino, que, até a presente data, embora já extinto, prescindia de um estudo que lhe traçasse os contornos e perfis, nas dimensões sócio-educativo-culturais.

Estudar tal problemática buscou ser uma contribuição no âmbito da educação da infância e juventude desvalida, dentro de um determinado contexto sócio-histórico-cultural de Campinas e mesmo do Brasil, possivelmente, envolvendo esclarecimentos a aspectos vinculados ao imaginário social, com as intervenções discursivas da assistência às órfãs e demais dados coletados.

O presente trabalho pretendeu, portanto, oferecer à História da Educação da infância feminina e ao Direito uma reflexão sobre o problema da orfandade também em cotejo com as leis pertinentes, abordado nas suas contradições, nas consequências de certas práxis educativas, de modo que não ficasse apegado aos pólos opostos entre si, mas buscasse a mediação para a compreensão da Instituição. Não intentamos centrarmos apenas na Instituição fechada, em si mesma como uma resposta filantrópica ideal e eficaz à problemática ou como um braço do próprio Estado na assistência à infância

desvalida; nem centrarmo-nos, no outro lado, para vislumbrar a Instituição em pauta como mera reprodução de dominação, no seio da sociedade, o que poderia acarretar, provavelmente, o risco da unilateralidade, sem possibilidade de relativizações.

Também este estudo visou vislumbrar se as congregações supriram, com a filantropia – obras de Misericórdia – a ausência de políticas básicas, de políticas de proteção integral e de políticas sócio-educativas, destinadas às crianças mais desprotegidas, prevenindo a marginalização e, por outro lado, protegendo a comunidade da presença de crianças desassistidas na rua. Importou registrar que tal problemática, envolvendo grande parcela da infância brasileira, de há muito permeia a história da assistência à infância pobre neste país, em face a razões estruturais na história e cultura brasileira. Intentamos despertar o interesse à reflexão social da educação feminina em Campinas, mediante a criação de um Asilo de Órfãos dentro da Santa Casa de Misericórdia e a busca do porquê dessa interação, no imaginário social. Embora o eixo central da misericórdia estivesse firmado na solidariedade, em especial, àquele que padecia enfermidade, acolher a orfandade próxima a pessoas doentes, denotava expô-la a contágios e a viver em ambiente hospitalar, carregado de aflições, dores e sofrimentos de toda sorte.

Ainda, outras instituições congêneres subsidiaram esta pesquisa, que buscou investigar a educação da orfandade pobre, levando-se em conta análise de gênero, classe social, cor, etnias, credo e doutrinação religiosa.

Procedimentos Metodológicos

Essa pesquisa, realizada numa perspectiva qualitativa, caminhou na construção e reconstrução de trajetória do Asilo de Órfãos, com suas contradições, para descobrir e entender como uma congregação religiosa, provinda de formação e cultura francesas, em contato com outra sociedade eivada de sua própria cultura, intentou representar e exercer uma força político-social, e quais reflexos gerou no processo educacional e na vida das órfãs desvalidas. Esta investigação qualitativa ansiou a descoberta, a visão geral do objeto explorado, com uma constante vigilância epistemológica.

Para subsidiar a investigação sopesaram várias e amplas fontes que subsidiaram e viabilizaram a reflexão sócio-educativo-cultural, com cientificidade, para a crítica e interpretação dos documentos coletados. Além dos textos eleitos, foram adotados o relato

oral, as histórias de vida, (ANEXOS) uma riqueza de fonte, um manancial de dados a completar o que as fontes escritas silenciavam. Foram eleitas as categorias de gênero e idade, com entrevistas direcionadas ou abertas com mulheres, entre 55 e 85 anos, egressas do Asilo de Órfãs; com demais pessoas que tiveram contato com as órfãs do Asilo ou conhecimento do objeto de estudo, como freiras, uma senhora de 80 anos de idade da sociedade campineira integrante do Coral da Santa Casa na época do Asilo, um jornalista e historiador, a viúva de um professor das órfãs (ANEXOS). As entrevistas foram iniciadas a partir dos últimos meses de 1999, e algumas ainda foram feitas no início de 2002. Das egressas quinze foram internas e seis, externas. Das contactadas, três negaram-se a abrir suas portas, alegando que não gostariam de revelar à sociedade essa etapa de suas vidas. A menção às entrevistadas foi registrada pelas suas iniciais, e as fotos de algumas delas tiradas durante as entrevistas integraram este trabalho, com prévia autorização formalizada de utilização de imagem.

Definido o universo a ser entrevistado, foi feito um preliminar contato telefônico para agendamento no domicílio das egressas, que foram as primeiras a serem entrevistadas. Ao propor que iríamos falar sobre o Asilo de Órfãs da Santa Casa, foi evidenciado um sentimento de angústia aliado a um interesse, talvez porque o termo “asilo” as incomodasse, e praticamente quase todas elas respondiam que poderiam falar sobre o tempo em que estudaram no “colégio” das Irmãs de São José. Duas preferiram fazer seu relato por telefone, talvez para evitar uma aproximação. Marcado o dia, para o início da conversa, parecia haver um certo retraimento, mas depois, as entrevistadas, em geral, relatavam os acontecimentos, a partir dos motivos que a levaram a “estudar lá”, trazendo à luz subjetividades, que emergiam e, assim iam reconstruindo, surgindo respostas sem terem sido questionadas.

As entrevistas foram diversificadas, ora direcionadas, ora a entrevistada relatava quase que ininterruptamente a sua história vivida no “Asilo de Órfãs”. Vale ressaltar a diferença conceitual entre depoimento e história de vida, como nos ensina Simson (1988, p. 21):

A diferença entre a história de vida e depoimento está na forma específica de agir do pesquisador ao utilizar cada uma dessas técnicas, durante o diálogo com o informante. Ao colher um depoimento, o colóquio é dirigido diretamente pelo pesquisador; pode fazê-lo com maior ou menor sutileza, mas na verdade tem nas mãos o fio da meada e conduz a entrevista. Da vida de seu informante só lhe interessam os acontecimentos que ve-

nham a inserir diretamente no trabalho.[...] Voltando novamente às histórias de vida, embora o pesquisador subrepticiamente dirija o colóquio, quem decide o que vai relatar é o narrador[...] Este é quem determina o que é relevante ou não narrar, ele é quem detém o fio condutor. Nada do que relata pode ser considerado supérfluo, pois tudo se encadeia para compor e explicar sua existência.

À medida que as informantes iam fazendo os relatos, iam surgindo nomes de outras egressas e de informantes para possíveis contatos. Na grande maioria das entrevistas, sempre havia um antes de entrar lá, um durante a época de orfanato e um depois, já na adultez no itinerário de empregos e trabalhos, ou na construção da vida de casada. Algumas das entrevistadas retomavam certas situações, encadeadas com reflexões anteriores, para revelar algo não dito, inclusive, uma delas entregou-me uma foto de um pano de amostras feito no “colégio” e outra me encaminhou um caderno, em que escreveu a história de sua vida, pós-entrevista, manifestando desejo de ser transformado em livro. Outro fato advindo das entrevistas foi o reacender contato social entre elas, que revivem o tempo em que estudaram e trocam informações sobre o que nos teriam dito.

Começaram a surgir, durante esses contatos com as entrevistadas, situações não previstas na problemática, que permitiram, desde já, ir tecendo alterações e reformulação no longo percurso a ser trilhado nesta investigação. A pesquisa qualitativa permitiu uma maior proximidade com a realidade social em tela através do contato com as entrevistadas, da escuta de suas falas, da reconstrução de um passado que se transmuta em presente, desfigurando o conceito de tempo, vez que o fluir dos fatos narrados, envoltos em representações, parecia depender do que cada uma considerava importante. Muito frequentemente, alguma egressa já entrevistada lembrava-se de alguma coisa que julgava importante relatar e novo contato surgia, e às vezes, os fatos eram os mesmos ou, realmente, novos detalhes.

As histórias de vida e depoimentos ouvidos, com atenção, paciência e mesmo encanto, nem sempre se caracterizaram como uma narração pura e simples do que ocorria, mas sim, uma reconstituição dos fatos mais relevantes, significativos e valorados que a memória quis guardar. Bertaux (1980, p. 210) considera tal dimensão fundamental:

Ici une écoute attentive est indispensable; attentive mais non passive, car l'exploration des logiques contradictoires qui ont pesé sur le cours d'une vie se fera mieux à deux. Le rôle d'informateur du sujet se modifie, il s'y ajoute un rôle d'expression d'une idéologie particulière, ainsi qu'un rôle de recherche: car le sujet ne récite pas sa vie, il réfléchit

*sur elle tout en la racontant.*⁶

Também fluíram alguns fatos vividos, possivelmente, com dimensão de negatividade ou dúvida para elas, tanto que, por vezes, contradiziam-se, como se quisessem anular a situação lembrada ou apagar a memória, o que foi retomado nos capítulos subsequentes, nas análises e interpretações das falas. Nesse aspecto, são pertinentes as palavras de Demartini (1995, p.8)⁷:

"Se o tempo altera as memórias e introduz novas interpretações aos fatos vividos, permite também o trato pelos entrevistados de temas que seriam 'proibidos' no momento em que os vivenciaram"

Embora tenha havido essas idas e vindas, nos relatos orais, os fatos narrados reciprocamente iam-se complementando, aos poucos, delineando o objeto desta investigação; e, por outro lado abrindo a possibilidade de serem ouvidas outras pessoas, as quais não estavam previstas. E, por ser a memória uma dimensão própria do ser humano e somente dele, mereceu ser considerada como uma projeção hermenêutico-temporal das histórias de vida ouvidas, carregadas de representações. Com o fim de ser absorvido o sentido de uma expressão, de um riso, de um silêncio, durante um relato, importou transcender a literalidade do significante para atingir as suas representações.⁸

E tal tarefa exigiu entender que os fatos narrados foram construídos e reconstruídos pelas entrevistadas, transitando pela memória e pelo esquecimento, muitas vezes, cabendo-nos interpretar o que poderia ter sido dito, e entretanto não o foi, o que também constituiu um discurso mudo com sua representação. No silêncio, bem como na linguagem gestual e na imagem fotografia, descobriu-se uma dimensão que o texto escrito não registrou, como conceitua Garcia (1995,p.96):

O símbolo é uma forma de comunicação em que o nome de uma coisa ou ela mesma, substitui o de outra ou representa outra. Tal caracterização leva a admitir duas categorias de símbolos: a) os *não lingüísticos*, em que a coisa mesma - ou sua imagem figurativa -

⁶ Aqui uma escuta atenta é indispensável; atenta mas não passiva, porque a exploração de lógicas contraditórias que pesaram na trajetória de uma vida far-se-á melhor a dois. O papel de informante do sujeito se modifica, a ele se junta um papel expressão de uma ideologia particular, assim como um papel de busca: porque o sujeito não relata mais sua vida, ele refletiu sobre toda ela enquanto a recontava (tradução da pesquisadora)

⁷ DEMARTINI, Zeila de B. F. Relatos orais: nova leitura de velhas questões educacionais. *Revista Portuguesa de Educação*, Portugal, v.8, n.1, p. 5-20, 1995.

⁸ Essas análises das falas com suas representações foram detalhadas e interpretadas mais adiante, em vários momentos.

representa algo diverso dela, como é o caso das bandeiras, dos emblemas, escudos, etc.; b) os *lingüísticos* ou signos-símbolos, isto é, a própria linguagem falada ou escrita.

Para a investigação foi relevante a busca de fotografias coletadas em arquivos históricos da própria Instituição, em jornais da cidade, em doações das egressas, em fotógrafos da cidade, para propiciar a tarefa de decodificá-las, desconstruir os elementos da fotografia, para ir mais além da imagem visual no propósito de tentar atingir a compreensão tanto do aparente como do implícito, em relação às representações. Observar os detalhes de fotos posadas com grupos de órfãs, desde vestuários, uniformes, mangas longas, posturas corporais sóbrias, rostos sérios sem sorrisos, freiras integrando o quadro em espaços significativos, as procissões, os dormitórios,... enfim, tudo isso favorecia a apreensão da representação sócio-cultural, demonstrando a valorização do grupo, das regras comportamentais, da moralidade obrigatória, inerente à criança desvalida, a “órfã”, em cotejo com o sentimento da caridade, da misericórdia. Relevante o ensinamento de Pesavento (1995, p.17), que se fundamenta em Barthes e em Biersack, “o passado já nos chega enquanto discurso, uma vez que não é possível restaurar o real já vivido em sua integridade”. Neste sentido, tentar reconstituir o real foi reimaginar o imaginado sempre em vigilância epistemológica, evitando-se achismos.

Durante as visitas, pelas falas das egressas, pôde-se pressentir que passado e presente se fundiam e se confundiam, porquanto o passado se vergava sobre o presente, integrando-o, desmontando as fronteiras do tempo, pois não parecia haver distância temporal entre os acontecimentos da vida intramuros do Asilo, tornando-se atuais, e até atemporais.

Corroborou Chauí (1994, p.128) na compreensão da memória:

A memória é uma atualização do passado ou a presentificação do passado, e é também o registro do presente para que permaneça como lembrança. Alguns estudiosos julgaram que a memória seria um fato puramente biológico, isto é, um modo de funcionamento das células do cérebro que registram e gravam percepções e idéias, gestos e palavras.[...] Essa teoria não se sustenta. Em primeiro lugar, se a memória fosse mero registro cerebral dos fatos e coisas passados, não se poderia explicar o fenômeno da lembrança, isto é, que selecionamos e escolhemos o que lembramos e que a lembrança tem, como a percepção, aspectos afetivos, sentimentais, valorativos (há lembranças alegres e tristes, há saudade, há arrependimento e remorso). Em segundo lugar, também não se poderia explicar o esquecimento, pois se tudo está espontânea e automaticamente registrado e gravado em nosso cérebro, não poderíamos esquecer coisa alguma, nem poderíamos ter dificuldade para lembrar certas coisas e ter facilidade para recordar outras tantas.[...]... entram componentes objetivos e subjetivos para formar as lembranças.[...] São componentes subjetivos: a importância do fato e da coisa para nós; o modo como alguma coisa nos

impressionou e ficou gravada em nós; a necessidade para nossa vida prática ou para o desenvolvimento de nossos conhecimentos; o prazer ou dor que um fato ou alguma coisa produziram em nós, etc

A coleta de dados valeu-se de depoimentos das egressas, de pessoas que puderam contribuir à investigação da realidade pesquisada, e demais fontes consultadas: Livros, boletins, documentos, fotografias, regulamentos do acervo da Santa Casa de Misericórdia local e da de São Paulo, cadernos de egressas,...arquivos da Congregação de São José de Chambéry, da Cúria Metropolitana de Campinas, da Biblioteca Pública Municipal de Campinas, do Centro de Memória da UNICAMP, da Biblioteca das Faculdades de História e de Educação da UNICAMP e PUCCAMP, Biblioteca do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, Cartório Santa Cruz, Jornais, periódicos e revistas e jornais de várias procedências. Consultamos também fontes relacionadas ao Direito Romano, à legislação, às Santas Casas de Misericórdia, a Asilos e Recolhimentos de órfãs, à História da Educação, à Infância, a Correntes Pedagógicas; a Revistas de Educação, e teses subsidiárias a este estudo. Houve consultas às fontes eclesiásticas, às regras da congregação, ao *Ratio Studiorum*, trazendo subsídios valiosos à luz da fé católica, para a compreensão das estratégias educacionais de órfãs desvalidos, bem diferenciada da educação dedicada às filhas de pais abastados.

Embora estivesse delimitada esta investigação no interregno de 1870 a 1960, o interesse em fatos, depoimentos, e documentos de décadas anteriores deveu-se à possibilidade de serem estabelecidas conexões pertinentes ao objeto de estudo com situações mais remotas. Nessa ótica, buscou-se estender a análise e interpretação, transcendendo os limites do Asilo de Órfãs da Santa Casa de Misericórdia, o seu espaço geográfico, uma vez que as problemáticas ali levantadas com suas representações, possivelmente, fossem as mesmas ou diversas de outras Santas Casas de Misericórdia, ou instituições congêneres.

O estudo de uma Instituição caracteriza-se pela busca da descoberta, procurando retratar a realidade de maneira plena e profunda, através de várias fontes de informação, da interpretação do contexto, com diversos pontos de vista, até mesmo em discordância mediante acesso mais viável,e, nesse sentido, comungando os ensinamentos de Ludke e André (1986, p.11), a fonte está mais próxima do pesquisador:

“A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta dos dados e o pes-

quisador como seu principal instrumento”.

Sem dúvida, o prédio com toda a estrutura ainda permanece, com seus enormes janelões de madeira, corredores, salão com as fotos históricas de seus beneméritos, pequeno acervo de documentos, e muitas das assistidas ainda vivem, bem como demais pessoas que conheceram de perto a Instituição. Não foram desprezados os números, pois colaboraram para interpretarmos a amostragem. A ênfase paradigmática centrou-se na análise, compreensão ou interpretação da problemática, através dos dados coletados, revendo sempre a problemática conforme as categorias definidas, tendo surgido, nessa caminhada, outras categorias, inicialmente não delineadas. E como também aponta José Camilo dos Santos Filho⁹ a pesquisa qualitativa é mais profunda que a quantitativa por buscar compreender a natureza da atividade das pessoas segundo o significado que atribuem à sua ação.

Pretendendo perquirir o que estava subjacente à problemática, concebendo-se a Instituição como algo que se construiu, por ser histórica, emergiram situações que se interpenetravam e se enlaçavam; trazendo fatos novos a exigirem reflexão, fazendo o alinhavo das múltiplas inter-relações partindo do concreto real empírico, passando pelas mediações do sujeito, retornando ao objeto, não mais apenas percebido, mas analisado, interpretado.

As semelhanças e dessemelhanças detectadas nas falas das egressas sobre um mesmo fato social, segundo Émile Durkheim, ao referir-se a “variações concomitantes¹⁰” frequentes nas pesquisas sociológicas, valoram a interpretação dessas diferenças, levando-se em conta uma certa analogia, já cotejada anteriormente.

Leituras, teorias e idéias de inúmeros teóricos, professores, e pensadores contribuíram com significativas parcelas e subsídios ao entendimento do objeto de estudo, caracterizando-se como chaves de leitura a abrir portas, sucessivamente, uma após outra, viabilizando ora alargar fronteiras, ora adentrar no âmago de questões veladas pelas paredes silenciosas, sem perder a dimensão de uma contínua reflexão sobre a responsabilidade social e papel histórico do Asilo de Órfãos. Dentre as obras lidas, que ultrapassam em muito as citadas, algumas foram mais próximas ao objeto de

⁹. SANTOS FILHO, José Camilo dos. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: *Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

¹⁰ Ver a respeito FERREIRA, 1962, p. 142-145.

em muito as citadas, algumas foram mais próximas ao objeto de estudo, sem serem desconsideradas as demais que integraram esta investigação. Salientaram-se, portanto quanto à história da congregação de São José de Chambéry a leitura das **Constituições e Regras das Irmãs de São José de Chambéry**, de **O Método Pedagógico dos Jesuítas. “Ratio Studiorum”: introdução e tradução** (FRANCA, 1952); da tese de mestrado **Educação Feminina numa Instituição Total Confessional Católica: Colégio Nossa Senhora do Patrocínio** (CUNHA, 1999); e da obra **Madre Maria Theodora Voiron - Fundadora da Província Brasileira das Irmãs de São José** (UMA, 1937). Beozzo, (1985) e Azzi (1992, 1986, 1975) ajudaram a contextualizar a história da Igreja Católica no Brasil, no século XIX.

A leitura de **A Reprodução**¹¹ (BOURDIEU E PASSERON, 1992) favoreceu a compreensão das relações de poder na Instituição em tela, à luz da teoria da violência simbólica. Greimas (1979) subsidiou a análise dos discursos. Arendt (2001) colaborou no entendimento da condição humana das órfãs sujeitas a condicionamentos. Barthes (1977) e Bertaux (1980) auxiliaram na escuta atenta e respeitosa dos marcos e marcas determinantes da vida das egressas.

Elias (1997), Pesavento (1995) e Ferrarotti (1983) também subsidiaram os critérios à coleta de dados mediante história oral, história de vida, relatos, e critérios para a sua leitura, decodificação, interpretação e compreensão do imaginário social. Orlandi (1988) auxiliou a pontuar como o eu e o nós interagiram como condicionados e condicionantes entre si, ou seja, a identidade se compõe pela história pessoal auto disciplinada mesclada com a história racional disciplinar em um processo de autocompreensão.

¹¹ Em BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean C. *A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 3. ed Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992, a Teoria da Violência Simbólica perpassa: a ação pedagógica através de relações de força, pela imposição e inculcação de um arbitrário cultural, mediante as práticas pedagógicas; o exercício da autoridade pedagógica, num enviesamento ideológico, em que o arbitrário se apresenta sob a aparência de uma imposição natural, tanto através de relações de força como por técnicas, não menos arbitrárias, de pseudo-afetividade; o trabalho pedagógico criando um “*habitus*” com base nas experiências do passado, desde a infância, insurgindo-se como fonte de ações e observações, ao longo do itinerário social, que acompanhará o processo historicamente, num ininterrupto reproduzir; a autoridade escolar, manifestada como um direito, outorgada aos agentes da educação pela própria Instituição, mediada por instrumentos e técnicas de dominação; o Sistema de ensino como estrutura específica padronizada, homogeneizada, garantidora das condições institucionais de reprodução, cujos agentes são recrutados e formados para assegurar a inculcação dessa mensagem reprodutiva e o que lhe é subjacente; o trabalho escolar configura-se pertinente a reproduzir, impedindo-se a realização de trabalhos escolares heterodoxos que não conduzam à sua reprodução.

Halbwachs (1990) clarificou a articulação entre a multiplicidade de lembranças de vários sujeitos, a memória tecendo-se através da inserção da individual na coletiva, o que muito colaborou no entendimento do imaginário coletivo das órfãs.

Foucault (1977, 1987, 1990, 1991, 1995) muito nos elucidou no que tange às dimensões vigilantes punitivas e conceituais da criança.

Chauí (1994) emprestou o seu olhar filosófico para conceituar a memória. R.A.Chartier (1994) e Courtine (1991) advogaram que a luta do ser humano contra o poder é a luta do homem contra o esquecimento, permitindo-nos transpor essa assertiva ao objeto da pesquisa. De significância ímpar emergiram as leituras de Marcílio (1998), no que pertine à visão adquirida sobre a história social da criança abandonada, e da obra organizada por Priore (1999) com ampla abordagem sobre a História das Crianças do Brasil.

Santos Filho. (1995), Ludke e André (1986) propiciaram alicerces à pesquisa qualitativa, embora muitos outros¹² tenham contribuído com parcelas significativas.

O rastreamento de jornais, almanaques, livros judiciários e livros de matrícula do Asilo de Órfãs da Santa Casa de Misericórdia, pertencentes ao acervo da biblioteca do Centro de Memória da UNICAMP foram de inquestionável valia para a dimensão investigatória, pois forneceram dados elucidatórios a respeito das asiladas, etnias, idade, tutores, madrinhas, paternidade e maternidade, bem como os documentos colhidos no arquivo de Itaici, em Vila Kóstka (Mosteiro Jesuíta de Indaiatuba), que propiciaram a familiaridade com a dimensão eclesial no campo assistencial e na atuação da congregação religiosa.

As fontes jurídicas, como todo o acervo orfanológico do Centro de Memória da UNICAMP, o *Corpus Iuris Civilis*; as Ordenações do Reino o Código Civil (1916), O Código de Menores (1927), Decreto-Leis, Códigos Penais (1830, 1890 e 1940) e Código Canônico (1983) ofereceram suporte à investigação dos direitos sociais e também civis das órfãs.

¹² À medida que este trabalho vai-se desenvolvendo, novos textos e autores vão subsidiando a análise de dados para a compreensão da problemática.

Organização das partes da tese

Esta pesquisa foi organizada em quatro capítulos, articulados, cuidando-se de não se afastar do fio condutor, em relação à análise e interpretação do objeto de estudo.

A Introdução apresenta a origem do problema, a justificativa da escolha, a metodologia adotada, a coleta de dados e a potencial contribuição à educação assistida e ao Direito.

O primeiro capítulo traz, em seu bojo, um esboço histórico sobre a infância e a complexidade de seus direitos civis, e desenvolve a síntese da trajetória sócio-histórico-cultural das Santas Casas de Misericórdia, partindo-se da origem em Portugal, seu percurso no Brasil até a criação da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, sob o manto da filantropia e a presença e atuação da Congregação de São José de Chambéry .

O capítulo segundo apresenta a filantropia campineira, aliada à imprensa e a oligarquia para detalhar a criação, em razão da epidemia de febre amarela em 1889, da ala do internato do Asilo de Órfãos como instituição total de caridade, com seu programa assistencialista, sob a tutela das Irmãs de São José de Chambéry, até o fechamento, bem como a oferta e demanda, as etnias, as idades, o tempo de permanência na instituição, e as normatizações jurídico/institucionais vigentes.

O capítulo terceiro baliza as correlações entre o regimento interno, as regras da congregação e demais legislações vigentes com o cotidiano interno, compreendendo as atividades educativo-formativas, os trabalhos doméstico, os castigos, as rotinas e rituais religiosos, festas, as madrinhas e as representações à luz de olhares cruzados, os ambientes sócio-moral-educativos, seu discurso e representações construídas pelas egressas, como objeto de caridade ou como sujeito de direitos, em cotejo com outras instituições educativas, e com a subjacente ação filantrópica da sociedade de Campinas e a atuação das Mesas Administrativas da Santa Casa.

O quarto capítulo propõe-se conhecer e analisar o percurso da egressa na vida, seus sonhos, sua inserção no mercado de trabalho, sua emancipação e novo *status* pela constituição de família, balizando a sua vida com a formação recebida no Asilo, as influências ou eventuais seqüelas ulteriores.

As considerações finais tecem interpretações dos resultados, à feição de caminho aberto, evidenciando as descobertas e sinalizando pontos obscuros, sem absolutizar re-

mates, mas, traçando o perfil de uma instituição total assistencial-filantrópica, que tentou suprir a ausência de políticas de atendimento à infância desvalida, para evitar meninas nas ruas de uma cidade dominada pela classe elitista e prepará-las para servir a Deus, através do homem, (nos termos da Constituição das Irmãs de São José) com polidez, humildade, submissão, obediência e temor a Deus. Esse servir a Deus contemplou várias conotações, intermeadas de múltiplos vieses, formando uma teia de representações, alinhavadas nesta investigação.

CAPÍTULO I – AS ORIGENS SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL DAS SANTAS

CASAS DE MISERICÓRDIA

Impossível contar os passos impressos pelos médicos no chão da Santa Casa, atendendo gratuitamente aos necessitados. Quantas irmãs com eles caminharam nas horas decisivas das provas de fogo, como aquelas em que o fantasma da febre amarela, bateu às suas portas, com o vírus desafiante a minar tantas vidas, como as de Dr. Costa Aguiar e da Irmã Serafina e a criatura humana tateando sem saber de onde e como sobrevinha o mal? Quantos provedores e mesários, enfrentando problemas a cada passo, sacrificando quantas vezes, horas de convívio com seus familiares, se detiveram para pensar nos infelizes, nos desamparados, nos órfãos,... **Leão Wilson Brandão Tófano**¹³

Um percurso de atendimento aos enfermos e à infância desvalida: misericórdia

Trilhar caminhos longínquos a respeito de instituições ancestrais de misericórdia e assistência não quer se configurar como um diletantismo inócuo, mas há um interesse maior, de buscar a matriz genética, as raízes que nos permitam comparar as instituições brasileiras às de épocas remotas e, em especial, às portuguesas, de tal forma que subsidiem a compreensão do objeto de estudo desta pesquisa.

A caridade vinculada à assistência aos enfermos¹⁴ já era praticada na antiguidade, séculos antes de Cristo.

Tratar os enfermos, visitar os presos, socorrer os necessitados e amparar os órfãos são as quatro grandes vertentes da prática católica das obras de caridade.¹⁵

¹³ Trecho da oração proferida pelo membro do Lions Clube de Campinas, em 09 de agosto de 1971, por ocasião das comemorações do centenário da Santa Casa de Misericórdia. *SANTA CASA DE MISERICÓRDIA- PRIMEIRO CENTENÁRIO-MDCCCLXXI-MCMLXXI*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972. p.10. O

¹⁴ “O hospital tem sua origem em época muito anterior à cristã. A palavra vem de raiz latina (*hospitalis*) e que quer dizer hóspedes, porque, antigamente, nessas casas de assistência, eram recebidos peregrinos, pobres e enfermos. No Egito, na Mesopotâmia, na Grécia e em Roma, a assistência médica, todavia, era restrita aos que a podiam pagar, existindo nesta última uma espécie de hospital-asilo gratuito somente para gladiadores e soldados doentes. Não há dúvida, assim, que o Cristianismo impulsionou e desvendou novos horizontes aos serviços de assistência. Hospitais gerais, isto é, destinados não somente aos enfermos, mas também aos inválidos, órfãos e abandonados, são praticamente uma invenção cristã” Carneiro (1986, p.33)

Visitando o Direito Romano

Vale também ressaltar, fazendo uma digressão, embora pertinente, que carregamos uma herança advinda do Direito Romano, que vigorou por mais de mil anos, abrangendo cinco períodos - da Realeza (de 753 aC. a 510 aC. governado por sete reis), da República (de 510 aC. a 127 aC., governo exercido pelo poder consular¹⁶), do Alto Império (de 127 aC a 284 dC. governo partilhado entre o imperador ou príncipe e o senado), do Baixo Império (de 284 dC a 565 dC, governo absoluto do imperador, salientando-se Justiniano que sistematizou o direito romano) e o Bizantino (de 565 dC a 1453 dC, governo exercido por imperadores que deram continuidade às regras jurídicas de Justiniano, porém adaptadas aos povos do novo império)¹⁷. Salientam-se no século II dC, na era do Baixo Império a elaboração de duas leis de relevância para a tutela de menores impúberes e de patrimônio de menores púberes, respectivamente “*Lex Atilia e Lex Ploetoria*”, segundo Garcez (1994, p. 28).

O Direito Romano se apresenta como berço de muitos institutos jurídicos e um real campo de observação,¹⁸ de tal forma que facilite a compreensão do direito protetivo à infância desvalida. Embora em nossos dias, todas as pessoas sejam sujeitos de direito desde seu nascimento, o Direito Romano não reconhecia a paridade jurídica a todos os seres humanos. Para ser considerado ser humano era necessário ser livre, portanto, o escravo não era ser humano, mas coisa “*res*”, ou seja “*servus est res*”. O escravo, adquirindo a “*libertas*”, tornava-se liberto, diferente de ingênuo, que significava: todo aquele que tivesse nascido livre e continuava livre, independente de seu pai ser liberto ou ingê-

¹⁵ Cumpre ressaltar que houve uma adequação das obras de caridade e de misericórdia, mais condensada do que as agrupadas por Santo Tomás de Aquino, no séc. XIII, e que são as seguintes:” 1º. grupo: OBRAS ESPIRITUAIS DA MISERICÓRDIA: a – ensinar os simples; b – dar conselho a quem o pede; c – castigar os que erram; d – consolar os desconsolados; e – perdoar aos que nos ofenderem; F – sofrer injúrias com paciência; g – rezar pelos vivos e pelos mortos. 2º. grupo: OBRAS CORPORAIS DA MISERICÓRDIA: a – remir os cativos; b – visitar os presos; c – curar os enfermos; d – cobrir os nus; e – dar de comer aos famintos; f – dar de beber a quem tem sede; g – dar pouso ao peregrino e enterrar os mortos. Em CARNEIRO, 1986, p. 36

¹⁶ Em 462 aC, mediante proposta de Tarentílio Arsa, tribuno, foi nomeada uma comissão para elaborar a redação da famosa *Lei das XII Tábuas*, de grande importância pelo variado conteúdo, abrangendo os direitos público, privado, processual civil e o sagrado.

¹⁷ Alexandre Correia (1949, v. I, p.7-9) propõe outra classificação às fases do Direito Romano, com algumas distinções, que, por razões didáticas podem ser utilizadas comparativamente.

¹⁸ Recomenda-se para aprofundamento a leitura de CRETELLA JUNIOR, J. Direito romano moderno. Rio de Janeiro: Forense, 1971.p.59-109. em especial, no que tange ao Direito das Pessoas, o Estado Família, Tutela e Curatela.

nuo. Os ingênuos poderiam ser cidadãos romanos, latinos ou peregrinos, somente os primeiros com direitos de cidadão romano, os demais com direitos em nível inferior.

Conceitualmente, no Direito Romano, a família era o primeiro conjunto de pessoas sob o poder de um chefe – o *paterfamilias*, com prerrogativas outorgadas pela Lei das XII Tábuas de rejeitar os filhos recém-nascidos, abandoná-los, expô-los – “*jus exponendi*” vendê-los como escravos e até matá-los – “*jus vitae ac necis*” - (direito da vida ou da morte). Com respaldo nesse direito absoluto do pai sobre os filhos, que remanesceu por longo tempo, infere-se a existência de tantas crianças expostas, abandonadas, rejeitadas dando origem a projetos assistencialistas como a criação da Roda dos Expostos, colocadas nas Santas Casas de Misericórdia, e seus Asilos para crianças desamparadas, em geral órfãs ou abandonadas, assunto amplamente discutido por Marcílio (1998).

A poetisa Cora Coralina empresta sua contribuição a este estudo com um fragmento de seu poema **Pai e filho**:

Não são os filhos que nos devem. São os pais que devem a eles.

Estatuto do passado – Resquício do Pater Familias
do Direito Romano e o Pai tem todos os direitos
e o filho, todos os deveres.

Assim era, assim foi.

Hoje, sem precisar leis, nem decretos, nem códigos, pela força
da evolução humana, através dos séculos, vencendo resistências,
abrogando artigos e parágrafos, se fez o inverso.

O pai tem todos os deveres e o filho todos os direitos.

Princípio de justiça incontestado pelos próprios pais
e juízes destes tempos novos.

Nego o amor dos pais do passado, salvante exceções

O que eles sentiam era o orgulho da posse, o domínio sobre sua descendência. Tudo, todos. Judiciário e adultos. Sua hermenêutica
sutil de leis, interpretação, a favor dos adultos.

Os adultos, pai ou mãe, levaram sempre o melhor. Aí estão os inventários

Antigos. Os velhos autos comprovando interesses mesquinhos, fraudes,
despojando filhos menores, indefesos, de bens a eles devidos,

.....
Cora Coralina¹⁹

¹⁹ Na simplicidade da mulher humilde e doceira, Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas – Cora Coralina – ressurgiu a poetisa e escritora nascida em Goiana, que envereda pelas mais variadas temáticas, incluindo uma reflexão pela hegemonia do Pater Familias, em seu livro *Vintém de Cobre – Meias Confissões de Aninha*, que nos surpreendeu com essa incursão, a qual julgamos pertinente subsidiar esta pesquisa, uma vez que a Literatura recria a realidade fática.

O cristianismo, que permeia parte do período do Alto e, integralmente, o Baixo Império do Direito romanizado, teve um papel de significativa importância quanto à infância em geral, atingindo também os desvalidos e desamparados, preceituando o respeito à vida desde a concepção, renegando qualquer atentado a vida, derrubando o direito de os pais matarem seus filhos.

Como informa. Meira (1968, p. 169), o Direito Romano influenciado pela cristianização atenuou as normas contidas na Lei das XII Tábuas, vetando no século terceiro da era cristã, o “*ius vitae ac necis*, mantendo o direito de exposição, em caso de extrema miséria”, cominando a pena de morte ao réu do infanticídio, como se observa no Édito de 331 do imperador Constantino²⁰, que não mais reconhecia o *patria potestas* de tal forma que infantes expostos, por alguém recolhidos, poderiam ser criados como livres e o pai biológico perdia o direito sobre eles para sempre.

Ainda as leis de Constantino consideram criminosos os pais que abandonassem filhos recém-nascidos, ficando sujeitos às penas dos parricidas, “*poena parricidii puniatur*”, Código 9,17 (MARCÍLIO, 1998, p. 26-27). A pena imputada ao parricida previa colocar o pai criminoso aprisionado em um saco de couro, acompanhado por um cão, galo, serpente, macaca (simia), o qual depois de lacrado era lançado ao mar ou a um rio, ficando privado em vida de todos os meios de sobrevivência, e se morto, privado da terra.

Em que pese o direito de o pai matar o filho estar vedado a partir do século terceiro da era cristã, o direito de expor continuava permitido, o que vem demonstrar a forma como o fenômeno - abandono de filhos²¹ - encontrava justificativa na miséria, prática cristalizada pelos séculos afora, no cotidiano de famílias pobres e de mulheres sós.

²⁰ O imperador cristão Constantino (306 a 337dC) do período do Baixo Império foi muito significativo na cristianização do Direito Romano, pois adotou o cristianismo em 313, o qual ainda permanecia como religião tolerada, e também salientou-se por transferir a capital para Bizâncio, passando a denominar-se Constantinopla.

²¹ Ver a propósito a Parte I (p. 18-106) de Marcílio (1998) que trata detalhadamente do fenômeno de abandonar os filhos através dos tempos, perpassando textos bíblicos (*Moisés, abandonado num cestinho de vime à beira do Nilo*), Antiguidade, Europa Clássica, história de Portugal.

As relevantes normatizações do período do imperador Justiniano²², compiladas no *Corpus Iuris Civilis*, disciplinaram a organização de estabelecimentos para asilar e criar órfãos e recém-nascidos expostos, atribuindo aos dirigentes a tutoria dos menores assistidos. E várias instituições para essa finalidade foram sendo criadas, merecendo destaque “as Casas da Ordem do Espírito Santo, tendo como fundador Guido de Montpellier, apoiado numa Bula Papal de Inocêncio III, tornando-se também permitida a colocação da roda cilíndrica para acolher expostos, nos muros dos conventos” (GARCEZ, 1994, p. 27-28).

Importa para clarificar mais a expressão “Direito Romano” que ela abrangia diversos sentidos, segundo Cretella Jr. (1971). Primeiramente, expressa o conjunto de normas jurídicas que, em torno de doze séculos, estiveram em vigor no Império Romano, tendo como marco inicial o ano de 753 a.C. com a fundação da cidade de Roma, numa longa trajetória até a morte do imperador Justiniano, em 565 depois de Cristo, embora haja discordância quanto a essa data, sendo também referido como marco final o ano da invasão de Constantinopla pelos turcos em 1453. Numa segunda acepção, o Direito Romano designa tão somente a parte do direito privado que atingiu, em Roma, um significativo grau de perfeição e desenvolvimento, o que não ocorreu com o direito público. E ainda, numa terceira acepção, expressa o Direito Romano um corpo único ordenado, harmônico, completo e definitivo de regras e princípios jurídicos, o já citado *Corpus Iuris Civilis*, verdadeiro código, obra intensa e profunda, monumento jurídico de extrema relevância, por comando do grande imperador Justiniano, que reinou no mundo romano-helênico de 527 a 565.

No entanto, retomando o pensamento de Cury (2002, p. 191):

O texto de Justiniano – *Corpus Iuris Civilis* era considerado uma revelação, portanto, intocável, inquestionável. Aos juristas cabia entendimento, mas não a elaboração de um

²² O grande imperador Justiniano não era natural de Roma, pois nascera em Taurésio, trocando o seu nome eslavo de *Upranda* para Justiniano, em razão de ter sido sucessor de seu tio Justino que o adotara. Lutou contra os vândalos, os persas, conquistou a África e a Itália, desenvolveu um grande trabalho em favor das artes, das ciências e das letras jurídicas. Sua mulher provinha de um antro de degradação, (Cretella, 1971, p.45-47) porém inteligente e determinada, foi o esteio do governo de Justiniano. A ele é reconhecida a construção da famosa Basílica Santa Sofia, depois transformada em mesquita pelos turcos. Extremado empreendedor, Justiniano, no século V da era cristã reuniu numerosos textos numa só obra- *Corpus Iuris Civilis*, configurado como a compilação do direito romano, *Código antigo* (529); *Digesto* (533); *Institutas* (533); *Código novo* (534); e *Novelas*, colocado em vigor no império por ele dominado. A denominação *Corpus Iuris Civilis* contrapunha-se ao conjunto de normas denominado *Corpus Iuris Canonici*.

texto novo, o que levou os juristas, por vezes, à interpretação errônea de alguns casos.

O direito de Justiniano teve, no entanto, enorme influência na Europa, com reflexo na elaboração do Código Civil Francês de 1804 e do Código Civil Alemão de 1900. Chega também a Portugal, “onde até então vigorava o direito romano pré-justiniano a par com o direito dos invasores bárbaros e árabes” (CORREIA, 1949: p.6). Entretanto, sem a intenção de exaurir a trajetória jurídico política de Portugal, importa destacar que, a partir do século XII, a coroa passa a desenvolver as suas obras de legislação escrita, resultando nas Ordenações do Reino²³, com significativos alicerces no *Corpus Iuris Civilis* e também na Igreja, mas com força constitucional, atingindo a todos igualmente, inclusive o rei, as quais vieram à luz no século XV, com a designação de Ordenações Afonsinas (1446), Manuelinas (1521) e Filipinas (1603).

A influência do Direito Romano no Direito Português e, conseqüentemente, no Direito Brasileiro é manifesta, não somente pela própria colonização portuguesa²⁴, como pelos inúmeros institutos romanos que remanescem vivos, como na origem ou com algumas alterações, motivo pelo qual se pode, sem medo de cometer uma impropriedade, dizer que o Direito Romano não morreu.

Basicamente, até 1890, os direitos civis no Brasil eram uma extensão dos de Portugal, portanto, regidos pelas *Ordenações Filipinas*, compostas de cinco livros. Conforme preceituavam as Ordenações Filipinas, desde 1603 cabia às Câmaras Municipais a obrigatoriedade de criar as crianças abandonadas, mediante a instituição de impostos a esse fim, segundo Marcílio (993, p. 151, nota 2.):

“no Brasil raras foram as Câmaras que mantiveram a criação dos pequenos abandonados.(...) E quando o faziam, estava-se longe do atendimento a todos os necessitados”.

O primeiro Código Civil Brasileiro de 1916 só vigorou a partir de 1917, tendo sido precedido apenas por duas constituições: a Imperial, de 1824, e a republicana, de

²³ As Ordenações do Reino se constituíram na mais importante codificação ao longo da história do direito português. A palavra “ordenações”, em seu conceito amplo, era sinônima de leis, no entanto, por vezes, significando ordens, normas jurídicas avulsas, com característica regimental ou não, e, outras vezes, significando as coletâneas elaboradas dos preceitos que emanavam do direito português. Daí entender que as Ordenações, em grande parte, configuraram-se em compilações das legislações já existentes, e com inegável influência do Direito Romano, em especial, do *Corpus Iuris Civilis*.

²⁴ Recomenda-se, para estudo mais detalhado e complementar as partes I e II, da obra de CURY, Vera Arruda Rozo. *Introdução à formação jurídica no Brasil*. Campinas: Edicamp, 2002.

1891. A primeira preceituava que a lei era igual para todos e a segunda, no art. 72 § 2º, estabelecia que todos eram iguais perante a lei.

Portanto, nossas Constituições limitavam-se a afirmar o princípio de igualdade, mas a realidade era bem diferente, em especial no Direito de família, como tem debatido Priore (1997).

As Ordenações Filipinas traziam em seu bojo um misto de despotismos e beatice, nivelando o direito com a moral e a religião, e discriminando as classes sociais na aplicação das penas, destinando-se as multas aos nobres; e os castigos mais duros, humilhantes, os açoites e as galés aos mais simples. O livro I das Ordenações Filipinas no Título LXXXVIII: **Dos Juizes dos Orfãos** e no Título LXXXIX: **Dos Escrivães dos Orfãos**, bem como o Livro IV, no Título CII: **Dos Tutores e Curadores, que se dão aos orfãos** e no Título CIII: **Dos Curadores que se dão aos prodígios e mentecaptosos** abrangiam não só o aspecto testamentário, como também os órfãos desprotegidos, sem tutores, encaminhados a Albergarias ou hospitais, sob a vigilância dos juizes de órfãos.

O Livro Quinto das Ordenações do Reino- Código Filipino direcionava-se à dimensão criminal, trazendo no TÍTULO XXI uma referência explícita ao abuso sexual de órfãos:

Dos que dormem com mulheres órfãs ou menores, que stão a seu cargo.

O Juiz, ou Scrivão dos orphãos, que dormir com orphã de sua jurisdição, perderá o Officio, e será degredado por dez annos para Africa, e mais lhe pagará o casamento, que ella merecer, em dobro.

1. E se algum Tutor, ou Curador, ou qualquer pessoa, que tiver orphã, ou menor de vinte e cinco annos em sua caza em guarda, ou por soldada²⁵, postoque orphã não seja,stando em fama de virgem postoque virgem não seja, com ella dormir, será constrangido pagar á dita orphã, ou menor, o casamento em dobro, que ella merecer, segundo a qualidade de sua pessoa. E além disso será preso e degredado per oito annos para Africa.

E não tendo por onde satisfazer o dito casamento em dobro, será degredado para sempre para o Brazil.

Porém vindo depois a ter per onde possa pagar, lhe pagará o casamento singelo. (PIERANGELI, 2001, p.111)

Tutela e Curatela eram institutos diversos, todavia ambos incursos no Direito de Família. No Direito Romano, também de acordo com a Lei das XII Tábuas, eram os dois

institutos buscados pelos incapazes para a defesa de seus direitos, ficando sob *tutela*: impúberes dos dois sexos e as mulheres púberes, perpetuamente; e sob *curatela*: os loucos, os pródigos e os menores de 25 anos. Na época clássica, houve alteração, conforme a seguinte classificação: a) As crianças eram consideradas absolutamente incapazes – *pupilli infantes*- tendo sido fixado o fim da infância aos 7 anos; e também absolutamente incapazes eram os dementes – *mente capti*- durante as crises; b) as mulheres passaram a ser relativamente incapazes bem como os pródigos e os *pupilli* saídos da infância, e próximos da puberdade, época em que o homem e a mulher tinham desenvolvimento físico para contrair casamento, fixada para a mulher a nubilidade na idade de 12 anos e para o homem, aos 14 anos de idade. Importa considerar que os antigos institutos sofreram contínuas evoluções, como o direito atual deve acompanhar a dinamicidade sócio-histórica. No direito romano inicial, a tutela tinha fundamento bem diverso do atual, exclusivo do direito privado sem qualquer intervenção do Estado. Assim Sêrvio Sulpício²⁶ a conceituou, nos termos das Institutas de Justiniano: “é uma força e um poder sobre pessoa livre a fim de proteger aquele que, por causa da idade, não pode defender-se” (Institutas, 1, 13, 1.).

Tutela de menores desprotegidos

Na evolução histórica e jurídica, como aborda Reale (2000), Código Civil Brasileiro de 1916- Lei de número 3071- apresentou artigos aplicados a menores, atendendo as necessidades brasileiras. Normatizou o instituto da Tutela quanto a menores abandonados, e embora tenha contemplado mais a tutela de órfão com posses, destinou o artigo 412 aos menores abandonados, definindo que teriam tutores nomeados pelo juiz, ou seriam recolhidos a estabelecimentos públicos destinados a tal finalidade, ou ainda na falta

²⁵ Entende-se por *soldada*, pessoas de ambos os sexos, inclusive meninos e meninas confiados a particulares, mediante contrato para serviços domésticos, (contrato de soldada) perante os juizados, se menores, e moravam com as famílias a que serviam, em geral, ficando sem instrução e fiscalização pelos próprios juizados. O termo soldada advém de “soldo”, o mesmo que “pagamento”, no entanto tais contratos foram uma forma muito freqüente de abastecer o trabalho doméstico pós-Abolição, sem remuneração, assunto bem debatido por Birolli (2000, p. 211-213).

²⁶ Sêrvio Sulpício era um jurisconsulto republicano do Império Romano, cuja definição original encontra-se transcrita em língua latina (*Tutela est vis ac potestas in capite libero, qui propter aetatem suam se defendere nequit iure civili data ac permissa*). Inst. 1, 31,1

de estabelecimentos, ficariam sob a tutela de pessoas que, de forma gratuita e voluntária, assumiriam a sua criação.

O Código Civil, portanto, em seu artigo 412 prevê uma política pública de atendimento aos menores, no entanto, ante a falta de estabelecimentos públicos, delega a responsabilidade estatal para a esfera privada. Da mesma forma como se formulada a intervenção do Estado no recolhimento de menores abandonados, paralelamente o dispositivo de lei antevê a inexistência de estabelecimentos públicos como política de proteção aos direitos de menores, transferindo a solução aos voluntários, desembocando nas instituições religiosas aliadas às sociedades leigas como as irmandades. Inovou em seu artigo 9º. o término da menoridade aos vinte e um anos, antes estendidos até os vinte e cinco anos.

Art. 9º. Aos 21 (vinte e um) anos completos, acaba a menoridade, ficando habilitado o indivíduo para todos os atos da vida civil.

Com o advento dos Códigos de Menores²⁷, por serem específicos, o Código Civil deveria ser aplicado em consonância com o que estatuíam.

Processo de normatizações: destaque ao Código de Menores de 1927

A década de vinte do século vinte foi muito fértil, marcada por debates de âmbito jurídico, paralelamente, às discussões pertinentes à causa da educação, com a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, com conferências subseqüentes, querendo formar uma nova ordem educacional, com um projeto liberal reformador, como bem discute Rosa Fátima de Souza (1998) A igreja católica, solidificada nas suas instituições educacionais, de caráter tradicional, sofria as resistências dos intelectuais leigos, que a sinalizavam como agente do atraso na cultura nacional. Nesse contexto de tantas discussões envolvendo clericais e anticlericais sobre a dimensão educacional na

²⁷ Cumprir registrar que entre o 1º. Código de Menores Brasileiro de 1927 ao Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (Lei 8.069), foi promulgada uma Lei de n. 6.697 de 1979, como novo Código de menores, com um único artigo para disciplinar a tutela do menor em situação irregular, tal seja: *art 26. A tutela será deferida nos termos da lei civil em benefício do menor em situação irregular que carecer de representação permanente. Parágrafo único. A tutela para os fins desta Lei, implica necessariamente o dever da guarda e será exercida por prazo indeterminado.*

república, tempo de ruptura, também emergiram os debates sobre o atendimento a menores, na dimensão jurídica, culminando com o Código de Menores de 1927.

Quanto ao atendimento à infância, sem a intenção de exaurir o tema, pois demandaria um aprofundamento maior, um vasto corpo jurídico/institucional legislado e criado pelo Estado Brasileiro é desencadeado na década de 1920, com várias normatizações²⁸: um Decreto de número 4.242, de 5 de janeiro de 1921, fixando a despesa geral da República, autorizou o governo a organizar o serviço de assistência e proteção à infância abandonada e delinqüente e firmou bases para que se verificassem tais medidas, com o fim de instituir o Código de Menores, primeiramente, pelo Decreto Legislativo de número 5.083 de 1º. de dezembro de 1926; e depois pelo Decreto Federal de número 17.943-A de 1927, o Presidente da República, Washington Luís P. de Souza, usando da autorização constante do artigo 1º. do Decreto Legislativo 5083, consolida as leis de assistência e proteção a menores, as quais ficam constituindo em definitivo o Código do Menor/1927. Merece menção a criação do Juízo de Menores em 1923, cujo primeiro Juiz de Menores do Rio de Janeiro, do Brasil e da América Latina, Mello Mattos, muito contribuiu para o referido Código do Menor/1927, com influência do sistema tutelar francês e belga, tratando especificamente das crianças em várias dimensões: Cap. II: **“Das crianças da primeira idade;** Cap III: **Dos infantes expostos;** Cap. IV: **Dos menores abandonados;** Cap. V: **Da inibição do pátrio poder e da remoção da tutela;** Cap. VI: **Das medidas aplicáveis aos menores abandonados”**. Vemos coexistirem lado a lado outras denominações atribuídas às crianças, tais sejam, “infantes, menores”.²⁹

O Cap. I do Código de Menores de 1927, em seu artigo 1º. define quem era o menor:

Art. 1º. O menor de um e outro sexo, abandonado ou delinqüente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código.

Em seu artigo 26, o Código supra explicita o elenco dos inseridos na categoria de Menores de Abandonados, sendo de vital importância a este trabalho o inciso III:

²⁸ As informações, referentes às normatizações precedentes do Código de Menor de 1927, foram colhidas da nota preliminar da lavra de Fernando H Mendes de Almeida, do Código de Menores de 1927. São Paulo: Saraiva, 1960.

²⁹ Há um capítulo nesta pesquisa para explicitar e analisar a eficácia das normatizações pertinentes ao objeto de estudo.

Art. 26. Consideram-se abandonados os menores de 18 anos:

.....
 III – que tenham pai, mãe ou tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente ou impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para com o filho ou pupilo ou protegido.

Em seus artigos 43 a 53, cuidava da nomeação de tutores a menores abandonados, ressaltando-se o artigo que se referia às prerrogativas de entidades particulares:

Art. 46 - Quando associações ou institutos regularmente autorizados ou particulares, no uso e gozo dos seus direitos civis, tiverem aceitado o encargo de menores de 18 anos abaixo, que lhe tenham sido confiados pelos pais, mães ou tutores, o juiz ou tribunal de domicílio destes pode, a requerimento das partes interessadas e comum acôrdo, decidir que em benefício do menor sejam delegados os direitos do pátrio poder e entregue o exercício desses direitos à administração do estabelecimento ou ao particular guarda do menor.

O Código de Menores de 1927 como obra legislativa é de inestimável importância, por preencher, no contexto histórico-jurídico brasileiro inúmeras lacunas quanto à disciplinação do Direito do Menor, aproximando-se ao ideal no que se refere a crianças em situações de carências, das medidas a elas aplicáveis e das vedações, em especial, no que se refere à roda dos expostos, retomada mais adiante.

O Código encarnava o que era considerado na época a melhor forma de se educar os abandonados e delinquentes, prevendo em seu Capítulo III da Parte Especial, a estrutura geral do ABRIGO DE MENORES para menores de ambos os sexos, funcionando no mesmo prédio do Juízo de Menores. Detalha os destinatários o artigo 189: “Subordinado ao Juiz de Menores, haverá um **Abrigo** destinado a receber provisoriamente até que tenham destino definitivo, os menores abandonados e delinquentes.”

Foi tomado o cuidado legal de não serem colocadas as duas categorias – abandonado e delinquentes – em contato direto, como rezava o artigo subsequente:

Art. 190 – O **Abrigo** compor-se-á de duas divisões uma masculina e outra feminina, ambas subdividir-se-ão em seções de abandonados e delinquentes; e os menores serão distribuídos em turmas, conforme o motivo de recolhimento, sua idade e grau de perversão.

Conforme os artigos 191 e 192, os menores ocupar-se-iam em exercícios de leitura, escrita e contas, lições de coisas e desenhos, em trabalhos manuais, ginásticas e jogos desportivos, observados durante o tempo necessário.

Enfim, quem cuidava desses menores? Quem os educava? O artigo 193 elenca o pessoal que acompanharia os menores, deixando entrever que, no âmbito administrativo

não se levavam em conta as categorias de gênero, da forma como ressaltam os elementos responsáveis pela educação.

Art. 193 - O **Abrigo** terá o pessoal seguinte:
 1 diretor. 1 professor primário.
 1 escriturário. 1 professora primária.
 1 amanuense. 1 mestre de ginástica.
 1 almoxarife. 1 mestre de trabalhos manuais.
 1 identificador. 1 inspetor.
 1 auxiliar de identificador. 1 inspetora.

O Capítulo IV preconizava a criação dos INSTITUTOS DISCIPLINARES para apenas menores do sexo feminino, de idade compreendida entre a faixa de sete a dezoito anos, que ficavam sob a autoridade pública. Esse Instituto, com pavilhões para três turmas de vinte educandas, e pavilhão especial para menores infratoras, processadas e julgadas, tinha capacidade para acolher duzentas menores abandonadas, e seria, nos termos dos artigos 199 a 202 “uma escola destinada a dar educação física, moral, profissional e literária às menores que a ela fossem recolhidas, por ordem do juiz competente, com pavilhões independentes e diferenciados, sendo a elas ensinados os ofícios de: costura e trabalhos de agulha; lavagem de roupa; engomagem; .cozinha; manufatura de chapéus; dactilografia; jardinagem, horticultura, pomicultura e criação de aves”.

Sem dúvida, o Código de Menores instituiu uma política pública protetiva dos menores abandonados, preservando-os de viverem na rua e exercitando-os no trabalho, até dezoito anos, conforme rezava o artigo 26 da Parte Geral, ocorrendo aí uma discordância com o artigo 09 do Código Civil de 1916, que considerava o término da menoridade aos 21 anos completos. Mas, de qualquer forma, cuidou-se da matéria responsabilizando-se o Estado pelo apoio educativo, material, intelectual, social, moral e jurídico.

No entanto, paralelamente, as instituições privadas religiosas continuaram, como já faziam desde o século XIX, acolhendo menores abandonadas, a suprir responsabilidades estatais, preenchendo o tempo das assistidas com estudos e trabalhos, impedindo qualquer ociosidade, preparando-as para a vida futura fora da entidade. Mas a estrutura funcional tanto das instituições privadas como públicas assemelhavam-se em vários aspectos, à exceção de receber menores processados e julgados por infrações penais, mis-
 ter destinado aos Institutos disciplinares estatais.

Na esfera jurídica de proteção ao menor, o Código Penal em 1890³⁰, promulgado quase três décadas antes do Código de Menores, havia artigos referentes a vedações:

Art. 292. Expor, ou abandonar, infante menor de sete annos, nas ruas, praças, jardins públicos, adros, cemitérios, vestíbulos de edificios públicos ou particulares, enfim, em qualquer logar, onde, por falta de auxilio e cuidados, de que necessite a victima, corra perigo sua vida ou tenha logar a morte:

Pena – de prisão celllular por seis meses a um anno

§ 1º. Si for em logar ermo o abandono, e por effeito deste perigar a vida, ou tiver logar a morte do menor:

Pena – de prisão celllular de um a quatro annos

§ 2º. Si for autor do crime, o pae ou mãe, ou pessoa encarregada da guarda do menor, soffrerá igual pena, com aumento da terça parte.

Art. 293. Incorrerão em pena de prisão celllular por um a seis meses:

§ 1º. Aquele que, sem prévio consentimento da pessoa ou da autoridade, que lh' a houver confiado, entregar a qualquer particular, ou estabelecimento publico, o menor de cuja criação e educação estiver encarregado;

§ 2º. Aquele que encontrando recém-nascido exposto, ou menor de 7 annos abandonado em logar ermo, não o apresentar, ou não dêr aviso, à autoridade publica mais proxima.

Obviamente, o Código Penal de 1890 veio trazer uma ordem jurídica, expressamente proibindo a exposição e o abandono de crianças menores de sete anos, responsabilizando tanto os pais como quem as encontrasse sem apresentação às autoridades públicas. No entanto, atendo-se, cuidadosamente a esses artigos, o foco está mais centrado nos possíveis resultados que podem advir do abandono, por falta de auxílio: perigo de vida chegando até a morte. Vê-se que esses artigos outorgam às autoridades públicas também uma responsabilidade. No entanto, paralelamente ao Código Penal de 1890, já estava consolidada no Brasil, a solução social da Roda dos Expostos nos muros das Santas Casas, e muitas delas não deixaram de funcionar apesar da vedação expressa no Código de Menores de 1927, uma vez que continuaram a existir em várias capitais até a década de cinquenta do século vinte, como delata Marcílio (1993, p.156):

No século XX, as Rodas subsistem, apesar de terem sido extintas pelo primeiro Código Nacional de Menores, de 1927, e reprovadas pela opinião pública esclarecida. A Roda de São Paulo parece ter sido a última a ser abolida, e só no ano de 1950!

³⁰ O Código Criminal de 1890 foi antecedido pelo Código Criminal do Império de 1830. Importa registrar a importância desse código de 1830, uma vez que fez cessar no Brasil a vigência do Livro V das Ordenações Filipinas, o qual tratava da dimensão criminal, com penas rigorosíssimas e muito cruéis.

Perquirir a ineficácia da lei exigiria adentrar nas razões que levariam os pais, ou apenas a mãe a abandonar um filho e inúmeros motivos fortes poderiam ser aventados, como extrema miséria, falta de coragem de matá-lo, resultado de estupro ou de incesto, medo de revelar a paternidade, ausência de apoio familiar, gravidez indesejada, ilegitimidade, enfim, são dimensões psicológicas, sociais, econômicas e culturais que impedem a lei de produzir os efeitos a que se propõe. Mas, não há de se negar ter sido o Código Penal de 1890 um instrumento de relevância quanto ao direito protetivo do infante menor de sete anos.

Breves incursões históricas sobre a infância desvalida no Brasil

No que concerne à infância das crianças abandonadas³¹, desvalidas, órfãs do gênero feminino, como sujeitos de direitos, vale ressaltar que, originalmente, no mais antigo Direito Romano a criança era equiparada aos loucos, dementes, o que é retomado em suas obras por Foucault (1987, 1991a, 1991b, 2001).

O espírito de compaixão mesclado ao sentimento de caridade levou a programas de assistencialismo e posteriormente de filantropia³² à criança desvalida, confinada em instituições fechadas, com destaque na formação profissional, para que se isolassem os problemas advindos dos que viviam desprotegidos, no sentido de que não cometessem atos que pudessem pôr em risco a sociedade circundante.

Várias fases compõem o atendimento à infância desprotegida no Brasil, desde o descobrimento até a data limite de nossa pesquisa – 1960, em geral, vinculadas a institu-

³¹ O Código de Menores utiliza-se dos termos “infante” para designar os expostos encontrados em estado de abandono; “menores” para vadios, os que tenham deixado sem causa legítima o domicílio do pai, mãe, tutor ou guarda, e os delinquentes; e também emprega “crianças” tanto para os menores de dois anos como para os expostos. No campo jurídico, por muito tempo empregou-se o termo “menor” como aquele em situação irregular, estigmatizando-o, razão pela qual, na atualidade evita-se o termo “menor” para evitar a rotulação. Por isso, diz-se Direito da Criança e do Adolescente.

³² O termo *filantropia* foi usado posteriormente ao termo *caridade*, o qual foi usual nos três primeiros séculos de colonização brasileira. Já *Filantropia*, provindo do grego *Philantropos+ia* (ser amigo do homem), significa amor pela humanidade; praticar a caridade; ocupar-se em melhorar a sorte ou condição dos semelhantes. Em AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Delta, 1974, p. 1597. v.3

ições totais, e contextualmente, marcadas pela dimensão religiosa, eugênica³³ e higienista, também numa conotação metafórica - limpando o cenário urbano de pessoas indesejáveis. Desde o descobrimento do Brasil até a década de 1920, o atendimento ateve-se a dimensões catequizadora, assistencialista e filantrópica, nas quais a criança, desprovida de quaisquer direitos enquanto sujeito, configurava-se como objeto de caridade.

Buscando raízes, importa reportar-se aos primórdios do Brasil Colônia. Como Portugal recebera de Roma a irrestrita anuência para as incursões marítimas e posse das terras, cabia nos primeiros momentos de Brasil dar início à catequese dos nativos ao catolicismo, os quais somente foram reconhecidos na sociedade colonial, em 1537, quando uma bula do papa Paulo III considerou os índios inocentes e dotados de alma. Portanto, em torno de 1.530, quando o Brasil começou a ser povoado por portugueses, houve uma tímida catequização, sobre a responsabilidade de poucos padres da Ordem de São Francisco de Assis e de alguns seculares. E ainda, apesar da expansão ultramarina, a esse tempo, Portugal se atinha mais à Inquisição, configurando-se as colônias como fontes de exploração econômica. Cumpre citar o relato Campos (1981, p.62):

D. João III foi o maior amigo da Companhia de Jesus. Inácio de Loyola, Francisco Xavier, Simão Rodrigues de Azevedo e outros jesuítas fizeram o curso superior, de 1529 a 1536, beneficiando-se de bolsas de estudos para pobres mantidas pelo rei de Portugal no Colégio de Santa Bárbara, anexo à Universidade de Paris. Por isso, Santo Inácio costumava chamar D. João III 'senhor protetor e pai da Companhia de Jesus'. Foi unicamente devido a essa proteção que, passado o primeiro meio século de catequização muito precária no Brasil a cargo de uns poucos sacerdotes franciscanos e seculares, pôde ter início a extraordinária obra dos jesuítas que marcaria para sempre a identidade cultural e religiosa dos brasileiros – com todas as boas qualidades e os defeitos inerentes a esse monopólio de educação.

Com a chegada ao Brasil, em 1549, dos primeiros jesuítas, comandados por Manoel da Nóbrega, na comitiva do governador geral, Tomé de Souza, fortaleceu-se o propósito de catequização, por ordem expressa de João III (SAVIANI, 1998). Indubitavelmente, os jesuítas foram relevantes educadores no período colonial brasileiro, de 1549 a 1759, centrados no ensino somente para meninos.

³³ O que se quer entender neste contexto é uma forma de racismo, de seleção humana. Conforme Domingues, "a eugenia se interessa pela raça, é a ciência que se propõe a estabelecer princípios e regras para a formação de proles sadias de corpo e espírito". Em DOMINGUES, Octavio. *Eugenia: seus propósitos, suas bases e seus meios*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1942, p.29 Por outro lado, "a seleção eugênica deixaria de suprimir as condições sociais responsáveis pelos proletários miseráveis." Em FREIRE,

Foi fundado por Padre Manoel da Nóbrega, em 1554, o primeiro colégio de catecúmenos em São Vicente, composto por órfãos provindos de Portugal e mestiços da terra, dirigidos pela “Confraria do Menino Jesus”, que detinha a incumbência de adestrar e criar o pequeno indígena com o “leite da doutrina cristã”, e também “açoitá-lo ou amá-lo pelo seu rendimento, costumes e vida cristã” (CORAZZA, 2000, p. 134). A trajetória dessa educação correcional estava, relativamente, balizada no *Ratio Studiorum*³⁴ inaciano, escorada na disciplina do espírito e na submissão dos sentidos.

Crescia no Brasil, no século XVI, o arrebanhamento dos órfãos pelos padres e irmãos:

Em 1550 e 1553, duas expedições foram enviadas de Portugal com mais onze padres para trabalhar no Brasil, em companhia de sete órfãos vindos de uma escola de Lisboa. Estes órfãos foram ensinados a falar tupi-guarani, tendo como tarefa a confissão dos nativos: eram os chamados “meninos-língua”. O registro desses meninos, que iam da Bahia para São Vicente, demonstra a mobilidade espacial dessas crianças que riscavam o litoral na companhia de irmãos e padres.[...] Era comum ainda que “quatro ou cinco órfãos dos nascidos de pais português mas mãe brasileira que viviam em casa sob o regimento do pai” fossem recolhidos por algum tempo ao colégio, enquanto outros tantos eram pedidos ao cacique. Assim, crianças índias e mestiças, chamadas “os órfãos da terra” reuniam-se sob cuidados jesuíticos nas “Casas dos Muchachos.” Nessas casas, os muchachos recitavam juntos na igreja a ladainha e depois do meio dia, entoado o cântico ‘Salve Rainha’; em cada sexta-feira “disciplinando-se com uma devoção até fazerem sangue”; saíam em procissão; cantavam hinos e entoavam o nome de Jesus; tinham aula de flauta e canto; confessavam-se de oito em oito dias; à tarde “saíam a caçar e a pescar”, pois cada um precisava prover a sua subsistência e se não trabalham não comem” (CORAZZA, 2000, 135-136).

Gilberto. *Casa grande & senzala*. 3. ed. Rio de Janeiro: Schimdt Editor, 1938. p.XI Recomendamos também a leitura de VEIGA e FARIA (1999)

³⁴ Inácio de Loyola, ao fundar a Companhia de Jesus, intentava peregrinar pelo mundo, para evangelização, segundo as missões ordenadas pelo Papa. Os jesuítas, caracterizados como soldados de Cristo, deveriam cultivar os *exercícios espirituais*, com muita meditação e silêncio. Inácio de Loyola, por ter sido oficial antes de ser sacerdote, imprimiu caráter militar à Ordem a serviço do Papa e da Igreja. Para normatização do trabalho em colégios dirigidos pelos jesuítas, fez-se a codificação do Plano de Estudos da Companhia de Jesus - o *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu* -, cujo cerne era garantir a uniformidade de procedimentos, de mente e coração dos educadores jesuítas e dos alunos, opondo-se à turbulência desencadeada no movimento reformista do século XVI. O “Ratio Studiorum” permaneceu por quase dois séculos, até a supressão da ordem, em 1773, quando o Papa Clemente XIV proibiu a Companhia de Jesus de atuar em seus colégios. Posteriormente, o Papa Pio VII, em 1814, restaurou a ordem, reelaborando-se o “Ratio Studiorum,” em 1832, com 29 conjuntos de normas. O ensino tinha a dimensão humanístico-tradicional, em que a inteligência como criação divina, deveria desenvolver-se pelos ditames da Fé. FRANCA, Leonel E. da S. *O método pedagógico dos jesuítas: o “Ratio Studiorum”: introdução e tradução*. Rio de Janeiro: AGIR, 1952.

Essa educação jesuítica foi uma demonstração da forma como invadiram a cultura indígena para transformar as crianças em “jesusinhos”, pela pedagogia do pecado e do medo, e, para tanto, já a representação do órfão era de submissão servil.

Desde o início da época colonial, emergiu uma estratificação social brasileira herdada da estratificação portuguesa, acrescida pela direito de conquista sobre os indígenas e posteriormente, a escravidão negra. Portanto, desde os primórdios da inclusão do Brasil no mundo ocidental, vinculado à doutrina católica, uma estratificação manifestou-se entre nós: brancos portugueses versus indígenas, perpassando desde a guerra de extermínio à assimilação catequética e à escravização. E, face à ausência de mulheres brancas nas colônias portuguesas, a Coroa recrutava órfãs em orfanatos de Lisboa e Porto, ou meninas apenas com mãe falecida, ou mesmo prostitutas internadas em orfanatos para não poluir as ruas, entre 14 e 30 anos, para serem enviadas nas expedições, para as Índias e Brasil, a fim de se casarem.³⁵

Em 1759, com a expulsão dos jesuítas, não se verificaram mudanças substanciais, nas décadas que se seguiram. As aulas régias, instituídas pela reforma Pombalina foram, pedagogicamente, um retrocesso, uma vez que os recursos humanos para ministrá-las eram escassos e inoperantes.

É relevante, como pano de fundo, entender que o Brasil vivenciou um período de mudanças sócio-econômicas, decréscimo do modelo agrário-exportador e ascensão do modelo urbano-comercial. Conseqüentemente, modificações emergem através de movimentos em que corporificam as tendências laicas na educação gerando um enfraquecimento da quase que exclusiva influência e hegemonia religiosa. Após a Independência, como resultado das discussões a partir de 1823 pertinentes à política educacional brasileira, enfocando a instrução pública para meninas, destacou-se o projeto de deputado Lino Coutinho, em 1826, ao propor que nos conventos de religiosas houvesse escolas gratuitas para o sexo feminino.

³⁵ Em nosso país têm-se notícias de órfãs que aportaram em 1551 (três irmãs, filhas de Baltazar Lobo Sousa), com o governador Duarte da Costa e em 1553, nove órfãs das quais se tem referências apenas de cinco. Mem de Sá trouxe seis em 1557. Vagas são as informações a respeito de órfãs trazidas por Estácio de Sá em 1561. Outras chegaram, mas os informes são incompletos e a última remessa de que se tem conhecimento se deu pelos anos de 1608 e 1609 – Cf. GARCIA, Rodolfo. As órfãs. Revista do Instituto Histórico e Geográfico, v. 192, 1946. e RODRIGUES, Leda Maria Pereira. *A instrução feminina em São Paulo*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1962. p. 31

Em 1827, aprovou-se a lei nacional, instituindo-se a abertura de escolas para meninas nas cidades e vilas, cujo ensino de primeiras letras³⁶ abrangia a leitura, a escrita, as quatro operações, princípios de moral cristã, economia doméstica em substituição à geometria, só para meninos. A partir de 1827, as meninas, que não as desvalidas, matriculavam-se na Aula Pública. As escolas femininas foram se adaptando à lei nº. 3 de 1846, a qual exigia noções de gramática, história, geografia e música ao ensino feminino. A Constituição do Império era o texto de leitura para ensino do idioma pátrio e o catecismo de D. António Joaquim de Mello, 1º bispo paulista, para as aulas de doutrina cristã. Criou-se a Inspeção Geral de Instrução Pública em 1851.

Com o retorno da educação jesuítica face à reintegração da congregação, reabriram-se e também se criaram os colégios dirigidos pelos jesuítas, afluindo ao Brasil as Irmãs de São José de Chambéry, com facções para meninas ricas e pobres.

Integram, também nessa breve trajetória retrospectiva, a fundação das Santas Casas de Misericórdia, a primeira em Santos, em 1543, já no século XVI, e, sucessivamente, as outras³⁷ com Asilos anexos, e também com a “Roda de Expostos”³⁸ em seus muros ou em suas entradas. Criou-se em 1716, por iniciativa privada, um Recolhimento para meninas órfãs e pobres na Bahia, funcionado meramente como abrigo, sem qualquer plano educacional, onde as meninas não recebiam formação, pelo contrário, perambulavam pelas celas, alimentavam-se com a precária ração diária e se debruçavam horas nas janelas a olhar a rua, o que indignava a sociedade. Posteriormente, fundou-se outro no Rio de Janeiro, ao lado da Santa Casa, em 1739, onde as práticas educativas eram direcionadas:

Os Estatutos do Recolhimento das Órfãs do Rio de Janeiro, de 1793, afirmavam: “No tempo que lhes sobejar dos exercícios espirituais, se ocuparão de cozer, fazer rendas e em aprender todas as mais coisas que são necessárias a uma mulher honesta e uma boa mãe de família, para que com as prendas adquiridas facilitem melhor o seu estado; e se recomenda muito à regente que, com cuidado, particularmente evite nas recolhidas a ociosidade.” (MARCÍLIO, 1998, p. 165)

³⁶ Recomenda-se a leitura complementar de A sociedade Brasileira no Período Imperial e a Educação e Legislação Educacional no Império, p. 60 - 92 in XAVIER, 1994.

³⁷ Serão mais a frente nomeadas, neste estudo, algumas das Santas Casas de mais relevância, com seus asilos de órfãs anexos e roda de expostos.

³⁸ A Roda de Expostos será retomada mais à frente.

Agravava-se uma situação social complexa atingindo as meninas deixadas nas “rodas” que eram, em princípio, criadas nas casas das amas-de-leite mercenárias até três anos, depois tuteladas pelas Santas Casas até sete anos de idade e, se não encontrassem uma casa de família que as acolhesse, ficavam vagando nas ruas, causando um incômodo à sociedade, o que gerou a fundação do Recolhimento das Órfãs da Misericórdia, na Bahia em 1801, embora ainda com atendimento não satisfatório. Ali as meninas deveriam receber educação direcionada ao casamento e, para atrair o pretendente, havia o dote, prática comum encontrada em testamentos de pessoas abastadas. Gradativamente, foi-se introduzindo o ensino das primeiras letras, em torno de 1829, vez que “as recolhidas não sabiam ler, nem escrever, pois passavam seus dias ociosas pelo recolhimento, mal trajadas e sem um plano efetivo de educação e profissionalização, entregues aos cuidados das recolhidas mais velhas” (MARCÍLIO, 1998, p. 169).

Vale denotar que na promoção dessa assistência à orfandade feminina, as iniciativas particulares predominavam, possivelmente porque as meninas desprotegidas e marginalizadas que se instalavam nas grandes cidades preocupavam as elites. Um ponto que deve permear esse contexto é a vedação do acesso de escravos ao ensino público, somente eliminada na mais importante reforma do Período Imperial, em 1879, a de Leôncio de Carvalho. E não se cumpria e não se cumpriu, por muito tempo, tal exigência legal pelo “chão” brasileiro no que pertine à categoria “cor”, como demonstra a fala de uma das entrevistadas nesta pesquisa:

Ci.: Ai a minha avó não tinha condições de ficar comigo porque ela já tinha mais filha e tinha outro neto que ela tomava conta . Ai as irmãs ofereceram o colégio prá mim ficar. Ai eu fiquei, entrei no primeiro ano em 1945 e daí fiz primeiro, segundo, terceiro ano e a quarta série lá. Depois disso, era prá continuar estudando na Escola Normal, que algumas meninas estudavam lá . Arranjavam lugar para mim, mas eu, infelizmente não ...(silêncio) naquele tempo, a Escola Normal não aceitava meninas de cor (grifo nosso) . As freiras não conseguiram. Aí...a minha madrinha, que também foi lavadeira lá no Externato Santana, ali na rua Barão de Jaguará, das Irmãs Franciscanas, tentou me pôr lá. Mas elas também não aceitaram porque eu tinha sido educada com as irmãs de São José e elas tinham outro regime. Aí, elas achavam que eu ia ter problema e não aceitaram. Aí, eu voltei prá Santa Casa e as irmãs estavam precisando de uma menina prá ajudar no serviço de lá, porque naquele tempo tinha muito pouco funcionário. Os que moravam lá que faziam o serviço e a gente ficava a troco de cama e mesa.

Pela fala de *Ci.*, percebe-se que em 1950 – a data provável em que buscou a Escola Normal – o tipo de instituição segregante, discriminatória, bem própria do ideário elitista ainda estava vigente em Campinas, obstaculizando a promoção instrucional das

meninas negras. Não havia para *Ci.* outra opção a não ser retornar para a Santa Casa para servir gratuitamente.

Somente quando chegam à Bahia as Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula, em 1857 a Casa de Recolhimento de Órfãs pobres adquire outra feição, com regras de ordem no cotidiano e disciplina, o que rendeu cenas de insubordinação por parte das recolhidas, que se negavam a adaptarem-se às novas exigências, “vigiar que as portas se fechem no anoitecer e se não abram senão quando for dia claro, salvo as necessidades do serviço” (MARCÍLIO, 1998, p. 170). Pouco a pouco, as Irmãs de Caridade conseguiram se impor, mediante contratos com as Irmandades, e também passaram a administrar o Recolhimento de Órfãs da misericórdia do Rio de Janeiro, onde as recolhidas eram preparadas para serem mães de família ou empregadas domésticas, com quatro horas de estudo e as demais para trabalhos manuais e domésticos, limpeza dos ambientes, lavagem de roupa, trabalhos de agulha, refeições e momentos de recreio, sob horário rigoroso.

Segundo Foucault (1995, p. 114) , as instituições de internamento eram caracterizadas como espaços de “formação de pessoas submissas.”

Proliferou-se no Brasil³⁹ o modelo dos Recolhimentos de Órfãs pobres da Bahia e do Rio de Janeiro, contando com o apoio das Irmandades e das Santas Casas de Misericórdia.

Estavam em jogo: a questão da preservação da honra das meninas desvalidas; a erradicação da prostituição e da mendicância; e o amparo às meninas que deixavam a Casa dos Expostos. As autoridades estavam igualmente preocupadas em preparar bem as moças desvalidas, pois poderiam servir à sociedade como boas domésticas, instruídas e bem treinadas (MARCÍLIO, 1998, p. 173-174).

Nesse sentido, os Recolhimentos de Órfãs desvalidas representava o adestramento à subserviência, e, a oligarquia, acobertada pelo manto da misericórdia, almejava serviçais instruídas e bem treinadas.

A Igreja Católica exercitava sua ingerência nas Santas Casas por meio das congregações femininas, em especial, a de São José de Chambéry, que começaram a chegar ao Brasil, e através das “confrarias”, “pias uniões”, “irmandades” e “das ordens tercei-

ras”, em um processo de inclusão dos leigos na ação da assistência.⁴⁰ O Código Canônico assim se expressa:

A associação de fiéis, criada para exercer alguma obra de caridade ou de piedade, chama-se “pia união”: se estiver constituída organicamente, denomina-se “irmandade”. A irmandade que tiver como finalidade o incremento do culto público, recebe o nome de “confraria”. (Cânone 707)

Qualquer dessas associações deve ter o nome de um atributo divino, ou de um mistério da religião cristã ou de uma Festa do Senhor, da Virgem Maria, ou dos Santos, ou, ainda, da obra piedosa a que se dedica. (Cânone 710)

As confrarias e irmandades tiveram um papel muito forte e importante porque laicizando as ações assistenciais, enfraqueceram o domínio da Igreja, e socializaram e fortaleceram a prática da caridade, reguladas por “Compromissos”, com seus objetivos, exigência, responsabilidades e vedações, competências dos integrantes, hierarquia, estrutura organizacional. Em que pese tudo ter de ser submetido e confirmado pela Igreja, a atuação das confrarias e irmandades assume um caráter hegemônico, preocupante, à Igreja.

Os bispos⁴¹ manifestavam já nos últimos anos do Regime Imperial no Brasil uma preocupação em relação às tradicionais irmandades leigas, pelo fato de estarem gerando um afastamento e uma hierarquização entre o clero e os fiéis na Igreja romanizada, e ainda em razão de serem compostas por pessoas das oligarquias locais e membros da

³⁹ Em Minas Gerais, foi criado em 1866, o Recolhimento da Santa Casa de São João del-Rei; no Maranhão, em 1855, foi fundado o Asilo de Santa Teresa para amparar as órfãs desvalidas e as expostas da Santa Casa de Misericórdia.

⁴⁰ “O dado novo que começa a surgir na Idade Média é portanto quando a comunidade, através de suas elites, passa igualmente a fundar instituições de caridade, movidas por inspirações corporativas ou obedecendo a ditames que escapavam ao controle direto da Igreja. Reis, príncipes e nobres também iniciam a implantação de hospitais, leprosários e albergues, tendo as ordens religiosas como coadjuvantes de sua iniciativa, e não como matrizes de ação. É o que os autores chamam de laicização da assistência.” (CARNEIRO, 1986, p.35. 2v).

⁴¹ Leia-se artigo SOUZA, M. Cecília C.C. de; HILSDORF, M. Lúcia. Entre Oligarquias e igreja ultratramontana, um olhar os esquecidos: José Vicente de Azevedo e a educação de meninas negras. (anotações pessoais).

maçonaria, as irmandades possuíam autonomia para gerir as rendas providas do sistema do padroado⁴², muitas vezes, desvirtuando os fins a que se propunham.

Pressupõe-se que a voz do Papa pouco influenciava a forma de as Irmandades praticarem o catolicismo, fazendo “suas próprias igrejinhas”, eivadas de maçons, conforme Lapa (1995). Mas, por outro lado, as Irmandades dirigidas por figuras ilustres da sociedade, dotadas de pio espírito religioso e tino administrativo, atuavam como se fossem um “braço do Estado”, construindo templos, catedrais, seminários, instituições de ensino, obras de misericórdia para as classes menos favorecidas, asilos para órfãos desamparados, escolas agrícolas e profissionalizantes para órfãos e imigrantes, institutos para meninos cegos, hospitais. Paradoxalmente, alguns bispos, como Dom Joaquim de Melo, Dom Néry, e padres, como o Padre Vieira, ligaram-se a Irmandades, de forma muito próxima. E ainda, vale notar que as Irmandades corroboraram para o enfraquecimento da monarquia, pois, dentre os irmãos havia militantes da maçonaria⁴³, e muitos que comungavam a causa republicana, auxiliando no ideário que culminou na separação da Igreja e Estado. As Irmandades, conseqüentemente, adquiriram uma maior liberdade de fazer valer os seus Compromissos de assistência no âmbito sócio-econômico-administrativos, pois o governo não iria intervir em assuntos próprios das Misericórdias, como nos tempos do Império.

Matriz genética: nascedouro das Santas Casas de Misericórdia.

Direcionando o olhar para as terras lusitanas, retrocedendo cerca de seis séculos, apreendemos como os Irmãos cultivavam os preceitos do Compromisso das Misericórdias corporais. Para enterrar os mortos, como não existia serviço funerário, e apenas os ricos eram enterrados, ficando os pobres não incomumente, insepultos, os Irmãos reco-

⁴² Com a Constituição de 1824, O Império passou a controlar a Igreja através do beneplácito- direito do imperador de aprovar ou não as ordens do Vaticano no Brasil- e do padroado – direito do imperador de nomear os bispos e remunerá-los como funcionários públicos. Em 1872, o Papa Pio IX proibiu os católicos de fazerem parte da maçonaria, ordem não aprovada pelo Imperador Pedro II, mas acatada pelos bispos, o que gerou a perseguição às irmandades religiosas, cujos membros eram maçons, gerando a chamada Questão Religiosa, em bispos foram presos e condenados a quatro anos de prisão com trabalhos forçados. BOULOS Jr., Alfredo. *História do Brasil, império & república*. São Paulo: FTD, 1997 p. 83

⁴³ É relevante declarar que o Barão Geraldo de Resende, integrante da Irmandade da Misericórdia de Campinas, e doador da área onde se eregiu o Liceu de Artes e Ofícios para órfãos, deu também o nome para uma das Lojas Maçônicas de Campinas, a “ Loja Maçônica Barão Geraldo de Resende, localizada na Av. Campos Sales, 514

lhiam os cadáveres expostos nas ruas, esquartejados, boiando em rios, putrefeitos em quartos fétidos e davam-lhe cova.

Da mesma forma, quanto ao preceito de visitar enfermos, a mesma dificuldade se avultava. Pelos parcos hospitalais, os Irmãos faziam as visitas no domicílio, cuidavam de enfermidades até mesmo contagiosas, como a peste, a boubá, que exigiam atenções especializadas. Por vezes, com os recursos advindos da Irmandade, edificavam hospitalais privados, precariamente equipados, e aos cuidados de boticários, sangradores, enfermeiros, algum cirurgião.⁴⁴

As doenças, incluindo-se a peste, assolavam Portugal, dizimando parte da população, o que fez Dom João II⁴⁵, intentando reformar a assistência portuguesa, fundar e iniciar a construção em 1492, do Hospital de Todos os Santos, edificado em forma de cruz, tendo ao centro uma Capela.

Porém o grande mérito coube à rainha Leonor de Lencastre, já viúva nessa época, assessorada pelo frade espanhol, Miguel de Contreras, criar em 1498 a ordem das Santas Casas de Misericórdia – a Confraria da Misericórdia de Lisboa – parâmetro para as demais, no que pertine ao Regulamento dos hospitalais, com base jurídica, tendo adquirido personalidade moral e religiosa, reconhecida pelo Direito Canônico. À Confraria foi atribuída a coordenação centralizada do Hospital de Todos os Santos. Ao tempo do falecimento da rainha Leonor, já haviam sido criadas sessenta e uma Unidades de Misericórdia em Portugal, para exercer a assistência e atendimento aos enfermos.

A primeira Santa Casa no Brasil, fundada em 1543, na Capitania de São Vicente, por Brás Cubas, foi um marco da Misericórdia. Sucessivamente, fundaram-se as Irman-

⁴⁴ Leia-se CARNEIRO, *op. cit.*, p. 539-545, para maior aprofundamento.

⁴⁵ A par da reforma assistencialista, Dom João II exigiu do Papa Inocêncio VIII, que exercia administração supranacional, regalias a Portugal, o que conseguiu pela bula *Orthodoxae Fidei*, de 1486, permitindo e estimulando a continuidade da conquista marítima, rebatida por outra bula *Inter Cetera*, pós-datada de 1493, em que Roma teria doado o Novo Mundo aos castelhanos, o que talvez tenha ensejou a intencionalidade da “descoberta” do Brasil, para evitar conflito de demarcação com o país vizinho. Leia-se CARNEIRO, *op. cit.*, p. 40-41.

dades, as quais foram dando conta de construírem as Santas Casas,⁴⁶ de conformidade com os termos do “Compromisso”.

A mediação das “Irmandades” nas Santas Casas de Misericórdia representa o laicato oligárquico a serviço da filantropia, e a condição de irmãos elevava-os a um “status” de beneméritos a serviço da caridade cristã, embora para integrar a irmandade já possuissem um “status” de pessoas abastadas e de projeção social significativa.

Algumas Santas Casas optaram pela instituição da roda de expostos⁴⁷ em seus muros ou no andar térreo das instalações, como a Santa Casa de São Paulo, que recebia enjeitados não só da capital como das cidades circunvizinhas, como relata Benedito Barbosa Pupo⁴⁸, quando ouvido em entrevista:

Na Santa Casa de Campinas, nunca houve a roda de expostos, não pegava recém-nascidos como a Santa Casa de São Paulo. O que acontecia era que, quando também alguma família de Campinas não queria assumir algum filho bastardo ou neto ilegítimo, mandava o recém-nascido para São Paulo para ser colocado na roda da Santa Casa de São Paulo, na calada da noite, de madrugada, de tal forma que ninguém visse. Havia no murro da Santa Casa uma janela e uma campainha, e quando acionada a campainha, abriam a janela por dentro e a criança era colocada, com pacotes de dinheiro e jóias. A janela se fechava e nunca mais se ouvia falar da criança. Quanta gente da “alta” e de renome de Campinas fez isso!!!! Eu até sei de algumas!!!

A fala de Benedito Pupo traz à luz o comportamento das famílias abastadas, que, por não ter sido dotada a Santa Casa de Misericórdia de Campinas com a Roda de Expostos, utilizavam-se da de São Paulo, resguardando, dessa forma, o absoluto anonimato, e mais, uma hipocrisia social, como se as donzelas da elite campineira jamais comessem “um mau passo” que pudesse macular sua virgindade e suas virtudes de pseudo-pureza.

⁴⁶ Em 1565 fundou-se a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro com a instituição da “roda de expostos em 1738, funcionado até 1948 Quanto à Confraria da Misericórdia de São Paulo, não foi encontrada data precisa de fundação, por falta de exata documentação (1584?, 1562? 1599?). Em 1549 foi fundada a Irmandade Da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, por Tomé de Souza e em 1726 foi lá instalada primeira “roda de expostos” no Brasil, a qual perdurou até 1935. E outras Irmandades e Santas Casas se sucederam pelo Brasil, a título ilustrativo, Santa Casa de Misericórdia em Pernambuco (1560-1831), no Espírito Santo (1551-1606), na Paraíba (1602-1618), no Pará (1619-1787),... Dados coletados em CARNEIRO, *op. cit.*, p. 110-126

⁴⁷ Leia-se MARCÍLIO, *op. cit.*, p. 144-163 e VENÂNCIO, 1999.

⁴⁸ Benedito Barbosa Pupo, escritor, jornalista e pesquisador da história de Campinas, concedeu entrevista sobre o objeto deste estudo, no Centro de Memória da UNICAMP, em 07 de dezembro de 1999, cuja fala aqui se reproduz.

Tal fato reitera a soberania de Campinas sobre a capital, pois o produto de um “pecado” jamais poderia ser revelado à luxuosa facção da sociedade campineira, enquanto, em São Paulo, isso seria diluído numa grande cidade, que embora fosse a capital do estado, no entanto, não era detentora dos requintes de notoriedade atribuídos a Campinas, segundo Lapa (1995).

Portanto, aceitou-se em Campinas a criação de uma Santa Casa para atendimento à população pobre, mas sem a Roda de Expostos, a qual seria uma mancha social, um depósito de crianças rejeitadas, fato inadmissível e não acatado por uma sociedade composta de número significativo de famílias de estirpe, aparentemente, plena de costumes e comportamentos ilibados.

Isso porque, por trás dessa capa de virtuosidade, as mazelas concernentes à estratificação social grassavam na terra dos grandes fazendeiros e titulares do Império, fenômeno reiterado pelas palavras de Benedito Pupo ao ser inquirido sobre o Asilo de Órfãos.

Conheci não só o Asilo, mas muitas “madames” da sociedade de Campinas que foram internas, mas omitem isso, por ser um estigma tanto a orfandade como ter sido interna em um asilo. Existe um aspecto social muito delicado em jogo. Campinas era uma cidade onde rodava muita riqueza, havia muitos fazendeiros, cujas famílias conviviam nas sedes suntuosas das fazendas de café, mas também possuíam residências, muitas delas assobradadas, na cidade, com inúmeros cômodos e rico mobiliário para a família do senhor. E nos porões baixos, insalubres, e com grades nas janelas ao rés do chão, acomodava-se a vasta criadagem, desde escravos, mesmo depois de libertos que se tornavam agregados, e também apadrinhados, aí incluindo-se órfãos tutelados. Todos esses prestavam serviços domésticos, em geral, gratuitos e assistência também como mucamas, pajens e acompanhantes a troco da alimentação e pouso. Já, as amas de leite, dormiam nos aposentos acima com os filhos da senhora. Os padrões de comportamento da aristocracia campineira não diferenciavam dos padrões das capitais. Os maridos mantinham suas esposas reclusas na intimidade do lar, parideiras, extremamente polidas, cultoras de virtudes e espírito religioso, enquanto eles levavam vida devassa. Quantos filhos ilegítimos com as escravas, os quais conviviam com os irmãos na mesma casa ou fazenda e a esposa fingia ignorar! As escravas eram bulinadas e obrigadas a se submeterem ao patrão. Interessante o comportamento familiar quando uma filha da aristocracia engravidava solteira. Em geral, se não renegada a gravidez, era, no mínimo, absolutamente escondida, pois a “donzela” ficava reclusa, sem ser vista por ninguém, e ia ter o filho do “pecado” na fazenda com uma parteira; e os pais dela, ou seja, os avós da criança, arranjavam um casal de colonos brancos só para registrar a criança, a qual era criada na casa grande e os próprios avós cuidavam, mas sem declinar jamais a palavra “mamãe” à própria mãe, que depois até se casava, sem que o marido jamais soubesse do seu passado e de sua verdadeira origem.

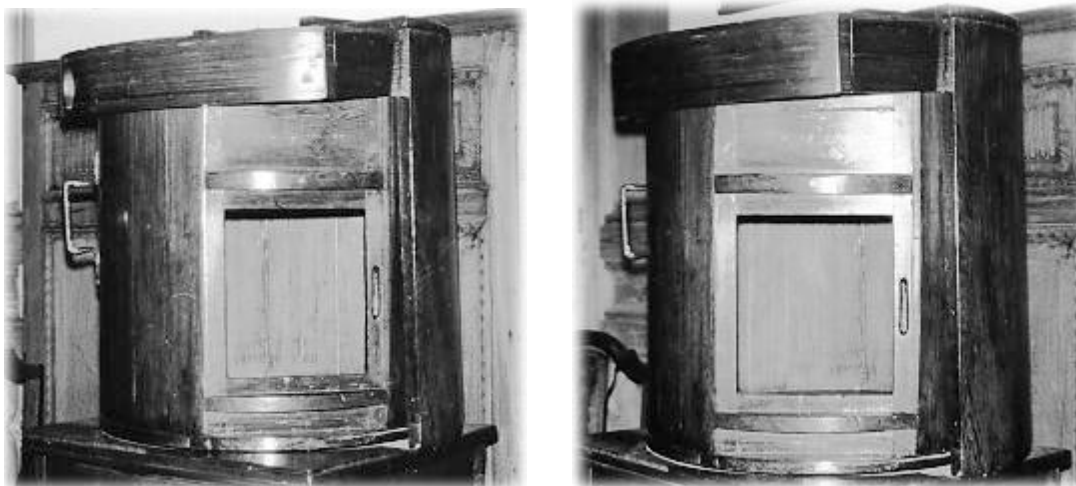


Figura 1: Roda de Expostos, em dois ângulos, Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.
Fonte: Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

A Roda De Expostos da Santa Casa de São Paulo, que, segundo Benedito Pupo, recebia rejeitados de Campinas, foi construída por Lucas A. Monteiro de Barros - Visconde de Congonhas de Campos, baseada no modelo da Roda de expostos da Misericórdia de Lisboa, e colocada em 2 de setembro de 1825 no andar térreo do hospital da Misericórdia, na Chácara dos Ingleses, no largo da Rua da Glória.. Possuía o formato de um cilindro oco, girando em torno do seu próprio eixo com uma abertura em uma das faces voltada para uma janela que se abria para receber crianças enjeitadas. Colocada a criança, por vezes acompanhada de seus pertences e cartas, no interior desse cilindro, este girava 180 graus de tal forma que a enjeitada era recolhida por uma religiosa que providenciava sua internação. A Irmandade, embora fosse composta por pessoas ricas e de renome, alegando dificuldades institucionais, entregava, em geral, a enjeitada a amas de leite de famílias pobres a quem confiava a criação e educação, mediante a mensalidade de 4\$000 réis, assunto amplamente exposto por Marcílio (1998) e Venâncio (1999).

As crianças enjeitadas permaneceriam em poder da família que lhes dedicaram os primeiros cuidados e primeira educação até os sete anos de idade, e daí retornavam à Santa Casa, para ser-lhes dado um destino: adotadas por terceiros, eventualmente entregues a parentes se reclamadas, ou criadas na própria Santa Casa, permanecendo a ela ligadas na qualidade de funcionárias, prestando variados tipos de serviços.

“A Roda continuou a existir em São Paulo até 03 de outubro de 1951” (MARCÍLIO, 1998, p. 157), em que pese o Código de Menores de 1927⁴⁹ tê-la, expressamente proibido, em seu capítulo III – DOS INFANTES EXPOSTOS⁵⁰:

Art. 14. São considerados expostos os infantes até 7 anos de idade, encontrados em estado de abandono, onde quer que seja.

Art. 15. A admissão de expostos à assistência se fará por consignação direta, excluído o sistema das rodas. (nosso grifo)

Art. 16. As instituições destinadas a recolher e criar expostos terão um registro secreto, organizado de modo a respeitar e garantir o incógnito, em que se apresentem e desejem manter os portadores de crianças a serem asiladas.

Art. 17. Os recolhimentos de expostos, salvo nos casos previstos pelo artigo seguinte, não podem receber crianças sem a exibição do registro civil de nascimento e a declaração de todas as circunstâncias que poderão servir para identificá-la; e deverão fazer a descrição dos sinais particulares e dos objetos encontrados no infante ou junto deste.

Art. 18. Se é a mãe que apresenta o infante, ela não é adstrita a se dar a conhecer, nem assinar o processo de entrega. Se, porém, ela espontaneamente fizer declaração do seu estado civil, ou qualquer outra que esclareça a situação da criança, tais declarações serão recebidas e registradas pelo funcionário do recolhimento.

§ 1º. – Ela poderá também fazer declarações perante um notário da sua confiança, em ato separado, que é proibido comunicar ou publicar sob qualquer forma, salvo autorização escrita da autorização competente; e entregar ao respectivo funcionário do recolhimento esse documento encerrado e lacrado, para ser aberto na época e nas circunstâncias que ela determinar, e que ficarão constando do registro da criança;

§ 2º. – Se é uma outra pessoa que apresenta o infante, o funcionário do recolhimento procurará, mostrar-lhe os inconvenientes do abandono, sem, todavia, fazer pressão sob pena de demissão. Se o portador da criança insistir em a deixar, o funcionário pedirá o registro civil de nascimento ou informações do cartório e da data em que foi feito o registro. Se o portador declarar que não pode, ou não quer fornecer indicação alguma, essa recusa ficará registrada, mas a criança será recolhida.

Art. 19. A violação do segredo de tais atos é punida com multa de Cr\$ 50,00⁵¹ a Cr\$ 500,00 além das penas do art. 192 do Código Penal

Código Penal/1890 – Art 192. Revelar qualquer pessoa o segredo de que tiver notícia, ou conhecimento, em razão de ofício, emprego ou profissão:

Penas – de prisão celular por um a tres meses, e suspendendo do ofício, emprego ou profissão, por seis meses a um anno.⁵²

⁴⁹ O Código de Menores de 1927 resultou do DECRETO FEDERAL Nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927, em que o Presidente da República do Brasil, Washington Luís P. de Sousa, pautado no art. 1º. do Decreto Legislativo nº. 5.083 de 01.12.1926 consolidou as leis de assistência e proteção a menores, ficando constituído o 1º. Código de Menores. Em ALMEIDA, Fernando H. Mendes de (org), *Código de Menores*. São Paulo: Saraiva, 1960

⁵⁰ Código de menores, *op. cit.*, p. 34-36.

⁵¹ Atente-se que a essa edição data de 1960, organizada por Fernando H. Mendes de Almeida, livre docente da Faculdade de Direito da USP, razão pela qual o quantum da multa está expresso em Cruzeiros.

⁵² PIERANGELLI, José Henrique (coord.). *Códigos penais do Brasil: evolução histórica*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. p. 293

Art. 20. Se o infante for abandonado no recolhimento em vez de ser aí devidamente apresentado, o funcionário respectivo o levará a registro no competente ofício, preenchendo as exigências legais, sob as penas do art. 388, do Código Penal.

Código Penal/1890 – Art 388. Toda pessoa nacional ou estrangeira que, tendo obrigação de dar a registro algum nascimento, deixar de fazer as declarações competentes, dentro dos prazos marcados nos regulamentos, incorrerá na multa de 5\$ a 20\$000, elevada ao duplo no caso de reincidência.⁵³

Tendo vigorado a Roda de Expostos até 1951, em São Paulo, inferimos que não se cumpria a lei quanto à proibição do anonimato, não confundido com segredo, o que significa que crianças, sem identidade declarada, devam, provavelmente, ter sido recolhidas.

Aspecto lexical que merece consideração é a denominação de “infante” dada pelo Código de 1927 tanto no título do capítulo III, como no art. 14 à criança recém-nascida, inclusive até completar 7 anos. Pelo dicionário etimológico de (NASCENTE, 1966, p. 407), infante, do latim “*infante*”, pela via erudita, como adjetivo, significa “que não fala”, e substantivado, significa “criança recém nascida. Moço nobre, título mais tarde reservado aos filhos de reis de Portugal e Espanha”. Já o Novo Dicionário de Língua Portuguesa (HOLANDA, 1975, p. 767) conceitua *infante* como “filhos dos reis de Portugal ou da Espanha, porém não herdeiros da coroa”. Da mesma forma Prado e Silva (1969, p. 406-407, v.III). Torrinha, (1945, p. 419) conceitua que infante tanto se refere àquele que não fala, como também àquele que tem pouca idade, criança, fazendo a seguinte observação – “Como aos sete anos termina o período em que se considera a criança incapaz de falar, daí resultou-se dar por vezes a *infans* o sentido de *puer*, que significa criança”. Birolli (2000, p.16) acrescenta um subsídio à nossa análise:

Como a criança não fala de si., não fala na primeira pessoa, não deixa testemunho, ela é sempre o **outro** para aquele que a toma como objeto de estudo. A própria palavra infância ao conjugar o prefixo **in**, que indica negação e o termo **fante**, particípio presente do verbo latino **fari**, que significa falar, dizer, já enuncia as dificuldades do historiador que gostaria de torná-la mais do que um objeto de estudo, um sujeito **falante**.

Inferimos que o Código de Menores por extensão analógica, utilizou o termo “*infante*” para designar aquela criança exposta, alijada dos seus genitores, não inserida na constelação familiar de origem, deslocada dos irmãos que herdariam. No entanto, perce-

⁵³ PIERANGELI, *op. cit.*, p.319.

bemos que o Código de 1927, paralelamente, resguarda os direitos do infante, quanto a informações obrigatórias pertinentes à filiação.

E ainda relevante o fato de o Código de Menor de 1927 pontualmente submeter-se às cominações da esfera do Código Penal de 1890, cujo art. 388 corresponde ao art. 243 do Código Penal atual:

Art. 243. Deixar em asilo de expostos ou outra instituição de assistência filho próprio ou alheio, ocultando-lhe a filiação ou atribuindo-lhe outra, com o fim de prejudicar direito inerente ao estado civil. Pena – reclusão de 1 (hum) a 5 (cinco), e multa.

Consideramos um avanço permitir que a identidade fosse registrada para ser revelada em momento devido, não mais sonhando esse direito ao rejeitado, pois no caso de anonimato, não existem condições para uma ação de elucidação de maternidade, enquanto o segredo poderia possibilitar o conhecimento da identidade, pelo menos da mãe, pelos meios judiciais ou até pelo registro do Recolhimento.⁵⁴

Entretanto, a referência expressa do Código de Menores de 1927 a um artigo do Código Penal de 1890 soa de forma coercitiva com fins de prevenção, para que houvesse eficácia a lei, com força para produzir os efeitos a que se propunha no social. Contudo, as Irmandades da Misericórdia integradas por muitos operadores do Direito que detinham o mister de recolher crianças abandonadas, desconsideravam a lei, mantendo a Roda de Expostos, pós-texto legal impeditivo, com impunidade, talvez por considerarem-se imunes a ele, pois estavam prestando um atendimento assistencial, minorizando a incidência de abandono nas ruas, nas portas das casas e das igrejas, evitando abortos e infanticídios, razões bem justificadas para não se aterem a normatizações.

Para o notável sociólogo francês, Émile Durkheim, um dos fundadores da escola sociológica do Direito, deveriam ser investigados os fatos sociais e as causas que deram origem ao Código de Menor de 1927, bem como quais necessidades deveriam atender; e,

⁵⁴ Meramente a título ilustrativo: “Um dos casos mais célebres é o do doutor Henri Robert, um conhecidíssimo advogado parisiense, criminalista célebre, falecido por volta de 1940. Quando fez, vinte e um anos, um tabelião o chamou e lhe declarou: ‘Aqui está o dinheiro que devo lhe entregar da parte da pessoa que pagou todos os seus estudos, mas que não quer ser conhecida. Você era um filho natural, mas foi assumido financeiramente enquanto estava no colégio. Agora está com vinte e um anos. Receba então essa pequena soma, porque, doravante, não será mais mantido’. No entanto, quando Henri Robert se tornou advogado célebre, seu pai – digamos genitor – foi vê-lo para reconhecê-lo. O filho respondeu:” Fiz do meu prenome um sobrenome e não preciso, agora, de alguém que apenas me custeou.” Ele se recusou a usar o nome do pai, quando este, em vista da reputação do filho, o quis reconhecer. Era um Édipo invertido. O genitor queria se vestir com o falo que seu filho se tornara.” (DOLTO, 1998, p. 81).

em um segundo momento, deveria ser verificada a sua aplicação, a maneira como estada funcionando na sociedade para os fins a que foi proposto.⁵⁵

Tal inferência, embora pareça detalhada demais, tem o fim precípua de subsidiar a análise dos direitos civis, penais e sociais das órfãs, que integram o objeto desta pesquisa.

Santa Casa de Misericórdia de Campinas.

Quando passarmos por uma rua e por ela transitarmos no sentido de quem demanda o centro da cidade, coloquemo-nos ao menos num átomo de tempo, na meditação. A rua vai continuar num portão que se abre, e vai ter uma Capela. É a rua Padre Vieira, onde terminaremos por colocar os nossos passos numa Santa Casa. Ali o Padre Vieira começou a Rua de seu grande sonho, como servo de Deus. Ali começou Campinas a Rua do socorro aos desamparados. Leão Wilson Brandão Tófano⁵⁶

Revisitando Campinas nas últimas décadas do século XIX, salientava-se como um próspero município, sendo considerada a capital agrícola da Província de São Paulo. Reunia um significativo número de barões de café, casarões tradicionais e excelentes fazendas a seu redor.

A expansão da lavoura cafeeira, a transformação material do país, o crescimento industrial, o processo de extinção do regime da escravidão e o início do trabalho assalariado motivaram a vinda de imigrantes portugueses, espanhóis, italianos, franceses, etc... que deram origem ao proletariado urbano no início do século XX. Ainda o pauperrismo grassava na cidade, com indigentes sobrevivendo à custa da benemerência societária e filantrópica.

Em que pese ter sido Campinas, nessa época, um município com forte segmento de elite, a sociedade apresentava-se estratificada, e a assistência era precária aos enfermos menos favorecidos, não havia saneamento urbano, água encanada e cuidados necessários à higiene pública, o que acarretava uma alta incidência de enfermidades, como as duas epidemias da “peste da bexiga” – a varíola em 1858 e em 1873-1875⁵⁷, e também a

⁵⁵ Recomenda-se a leitura do capítulo VIII de CAVALIERI FILHO (2000)

⁵⁶ Novo trecho da oração, *op. cit.*, nota 13

⁵⁷ Ler artigos A pestes das bexigas I e II em MARIANO (1970, pp. 72-74 e 110-113) que foram escritos tendo por base documentos inéditos do arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

tuberculose, extremamente contagiosas e atingindo mais significativamente a camada mais pobre e indigente.

Algumas tímidas medidas foram tomadas pela Câmara em favor da saúde pública devido a proibições expressas, demonstrando características não virtuosas da “Cidade Princesa”, segundo Lapa (1995, p. 218).

“Era proibido abrir na cidade casas de saúde, hospitais e estabelecimentos médicos destinados a doentes de moléstias contagiosas, somente podendo ocorrer fora da cidade”

Embora Campinas tivesse projeção cultural e fosse uma cidade integrada por muitas pessoas abastadas, fazendeiros com títulos de nobreza, não cuidava bem das camadas incursas no pauperrismo e nem possuía políticas eficientes de saúde pública, pelo contrário, afastava dos órgãos municipais a responsabilidade de ter hospitais em seu perímetro urbano para atender enfermidades contagiosas, como a tuberculose, tão frequente no século XIX.

Paroquiato interrompido

Joaquim José Vieira,⁵⁸ simples pároco, teve de se submeter a exame sinodal em 1863, uma vez que o Bispo de São Paulo, Dom Sebastião Pinto do Rego, colocou a paróquia de Campinas, dentre outras, em concurso, para a qual se inscreveram quinze candidatos.

A municipalidade, respeitando a competente formação religiosa, oratória e atuação do Pe. Vieira, há três anos nesta cidade, através da Câmara de Campinas, representou ao Imperador uma carta em nome dos munícipes, nos seguintes termos:

⁵⁸ “Joaquim José Vieira, em agosto de 1860 foi nomeado pelo bispo Dom Antônio Joaquim de Mello, vigário de Campinas, cidade então constituída por uma só paróquia – Nossa Senhora da Conceição, servindo de Matriz o antigo templo da Matriz Velha, onde o jovem sacerdote padre Joaquim José Vieira, natural de Itapetininga, tomou posse, como 15º. vigário a 2 de setembro do mesmo ano. Por essa nomeação, foi o bispo censurado pelos campinenses, que achavam muito moço e de muito próxima ordenação o novo vigário de tão importante paróquia. Por ser franzino e apenas contar 24 anos de idade, fez com que o povo apelidasse ‘*Vigarinho*’ ao novo vigário, que, pelas suas virtudes e extrema bondade, logo se tornou o ídolo de seus paroquianos”. Trecho extraído do livro comemorativo *SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS – PRIMEIRO CENTENÁRIO*- op.cit, p. 83-84

Senhor

A Câmara Municipal de Campinas, Província de São Paulo, sabendo que se acha em concurso a cadeira de Vigário desta Paróquia, faltaria a um de seus mais sagrados deveres se não viesse, pressurosa, ante o trono augusto de Vossa Majestade Imperial impetrar a graça da escolha do Padre Joaquim José Vieira, quando seja seu nome apresentado a Vossa Majestade. O mesmo sacerdote tem servido como Vigário encomendado há alguns anos nesta paróquia, com geral satisfação do povo; seu comportamento muito tolerante e imparcial autorisa esta Câmara a poder dizer a Vossa Majestade que, fazendo este pedido, nada mais faz do que interpretar a vontade do povo, em nome de quem pede a Vossa Majestade a nomeação daquele sacerdote para o referido cargo. E. R. Mercê.

Campinas, 10 de Outubro de 1863(a)

Belarmino Rodrigues Pires, Isidoro Fernandes Coutinho,
Antônio Machado do Prado, Olegário Leite de Cerqueira Cesar,
José Theodoro de Barros Cruz, José Quirino dos Santos Simões.⁵⁹

Sem aprofundar as razões que determinaram uma vaga a uma paróquia preenchida por um vigário nomeado pelo respeitadíssimo bispo Dom Antônio Joaquim de Mello, cultor do ultramontanismo e a serviço irrestrito da Igreja Romana, os atos subsequentes vêm denotar que havia uma política com interesses liberais opostos ao ideal ultramontano, visto que o gabinete liberal, mediante política regalista, conseguiu a nomeação de outro vigário, que atendesse mais aos serviços do partido. Ademais, estava vigente o padroado.

Com gesto de digno estoicismo, o Vigarinho enfrentou tal injustiça, pois as próprias palavras do severo examinador, Conselheiro Pe. Dr. Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, no que tange ao exame sinodal, em relação ao Pe. Vieira, revelaram que em São Paulo, nenhum sacerdote fez exame mais brilhante até o presente, tendo obtido o maior número de pontos. Seqüencialmente, seu nome foi apresentado em vão ao Imperador para a nomeação em Campinas. Afastado da direção paroquial pelo governo Imperial, Pe. Vieira, em atitude nobre, prestigiou o novo pároco, e passou a dedicar-se ao problema social de Campinas que mais o inquietava: a fundação de um hospital para pobres e um anexo asilo de órfãos. Para tanto, dependeria de recursos advindos da sociedade campineira e do governo municipal. Riteram esse anseio de fundar um hospital as palavras do historiador campineiro Celso Maria de Mello Pupo (1969, p. 157):

“Foi então o Cônego, depois Bispo, Dom Joaquim José Vieira, quem se decidiu a fundar a Santa Casa, para o que foi logo apoiado pela gente rica de Campinas”.

E também sabia que poderia contar com o apoio da Câmara Municipal, embora nela também houvesse integrantes do partido liberal. Portanto, Pe. Vieira, sem esmorecer, direcionou seus esforços para o cumprimento de uma política social, por considerar inconcebível a ausência de hospital no perímetro urbano de Campinas, tendo como sustentáculo as palavras bíblicas da Epístola de São Tiago de que “A fé sem obras é morta”. Era-lhe constante afirmar que “a ação dos homens deve tender sempre, com a maior felicidade que se pode fruir, a servir aos futuros, a pagar aos passados e não dever nada aos presentes⁶⁰.”

Posteriormente⁶¹, fazendo jus ao seu espírito apostólico, Pe. Vieira recebeu a honraria de ser nomeado Cônego da Catedral de São Paulo, solicitando permissão para continuar residindo em Campinas, face aos trabalhos na Santa Casa. O Governo Imperial que o havia preterido como vigário de Campinas, agraciou-o com a distinção extremamente honrosa do hábito de Christo.

Em 1883, Pe. Vieira foi nomeado Bispo de Fortaleza, Ceará, cuja cerimônia de sagração deu-se em 09 de Dezembro, na Matriz da Conceição, oficiada pelo Bispo Diocesano de São Paulo, Dom Lino Deodato de Camargo, presentes autoridades eclesiásticas, civis e militares, destacando-se o Ministro da Guerra, conselheiro Rodrigues Júnior, presidente da Província, Barão de Guarajá. Passou depois o Dom Vieira ao honroso cargo eclesiástico de Arcebispo de Cyro.

Da proposta à ação

Lançada a semente, germinou, criou vida e força, moveu e comoveu a população de Campinas, que sem esmorecer lutou para a consolidação da obra. Esforços não foram poupados para conseguir fundos para a construção da obra de misericórdia

A benemérita Maria Felicíssima de Abreu Soares, viúva do Comendador Joa-

⁵⁹ Esta representação da municipalidade, endereçada ao Imperador, integra os trechos biográficos de Dom Joaquim José Vieira, compilados por Monsenhor Antônio Pereira Reimão, transcritos na página 49 do livro comemorativo *SANTA CASA DE MISERICÓRDIA- PRIMEIRO CENTENÁRIO*, *op. cit.*

⁶⁰ *SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS – PRIMEIRO CENTENÁRIO*, *op. cit.*, p. 38.

quim José Soares de Carvalho, mãe da Baronesa de Atibaia e do Barão de Paranapanema, doou a área de terreno, um enorme quadrilátero, formado pela rua Benjamin Constant, avenida Anchieta, rua Barreto Leme e avenida Júlio de Mesquita, no bairro nobre do Cambuí, próximo ao centro de Campinas, onde se construiu a Santa Casa e demais dependências, incluindo-se a Capela e o Asilo de Órfãos, e ainda enorme jardim fronteiro com frondosas árvores de toda sorte, inclusive frutíferas.⁶²

Padre Vieira solicitou ao Frei Eugênio de Rumilly, reitor do Seminário de São Paulo, fundado por Dom Antônio Joaquim de Mello que elaborasse a planta da Instituição nascente, ao que aquiesceu, propondo-se a confeccioná-la com a grandiosidade condiscente às aspirações dos campineiros que comungaram a causa. Diogo Benedito dos Santos Prado⁶³, o conhecido Dioguinho, foi convidado para administrar as obras de construção, tendo como tesoureiro Bento Quirino dos Santos⁶⁴.

Com o fim de angariar recursos para a solenidade do lançamento da pedra fundamental, foi mobilizada a elite de Campinas. Um concerto de música, canto, declamação foi organizado pelo Visconde de São Valentim José da Silveira Lopes, pai da grande escritora Júlia Lopes de Almeida, e realizado no palacete da Baronesa (mais tarde Viscondessa) de Campinas, D. Maria Luzia de Souza Aranha.

Às cinco horas da tarde, no domingo de 19 de novembro de 1871, perante autoridades eclesiais, judiciárias, administrativas, civis e militares, imprensa, corporações, banda de música, pessoas gradas e de notável respeitabilidade social no país, deu-se a bênção das pedras e das moedas brasileiras, do jornal do dia da Gazeta de Campinas e do auto da inauguração que integravam o cofre a ser lacrado com cimento pelo cidadão campineiro, Presidente da Câmara Municipal, Antônio Egídio de Souza Aranha, filho da Viscondessa de Campinas.

Importa registrar que esse ato selou a vitória de Pe. Vieira, a quem coube o mérito de suprir a ausência de projetos municipais de políticas sociais de saúde e de atendi-

⁶¹ Os dados biográficos, já anteriormente referidos, relatam a sua nomeação a cônego da Catedral de São Paulo, sem apresentar qualquer indicativo referente à data.

⁶² No antigo jardim da Santa Casa, fica hoje localizado o prédio da Prefeitura Municipal de Campinas.

⁶³ Diogo Benedito dos Santos Prado, de atuação benemérita, filho do alferes Raimundo Alves dos Santos Prado Leme e de D. Maria Miquelina de Castro Camargo.

⁶⁴ Bento Quirino dos Santos, grande benemérito da cidade, fundador de obras sociais, homenageado em Campinas com um monumento em praça que ostenta o seu nome.

mento às órfãs desafortunadas na cidade. Sem dúvida, o gesto do Presidente da Câmara Municipal, cujo Código de Posturas preceituava a proibição de se construírem estabelecimentos médico-hospitalares no perímetro urbano, foi uma estratégia política para demonstrar que a municipalidade inseria-se na filantropia. Com habilidade ímpar e sobrepassando qualquer vaidade pessoal, soube o Pe. Vieira envolver a elite, tocando a alma da coletividade com sentimentos de fé, amor e solidariedade humana, para atingir suas metas. No evento, discursaram, dentre outros, o menino Pedro, neto do Barão de Itatiba; o médico Dr. Vicente Maria de Paula Lacerda, irmão do Bispo do Rio de Janeiro, Dom Lacerda; o sr. Urbano de Azevedo, homem de empresas na capital do Estado e irmão do notável engenheiro Ramos de Azevedo; Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, depois Presidente da República; e, por último, Pe. Vieira.

Variados segmentos sociais irmanaram-se em torno da dimensão filantrópica, em especial a Igreja, a oligarquia, a imprensa e o Governo Municipal estiveram lado a lado, seja pela Fé, cuja caridade garantia o céu, seja pelo prestígio pessoal que eternizava os nomes que engrossavam as fileiras das benemerências, seja pela projeção política de lutar pelo compromisso público da assistência aos menos favorecidos.

O Dioguinho, administrador das obras e, em especial, grande entusiasta pela ala do Asilo de Órfãs, projetada anexa ao Hospital, na planta geral, não pode ver seus anseios concretizados, afastando-se, em setembro de 1873, pela saúde debilitada, falecendo em 3 de março do ano seguinte, e segundo Paula (1948, p. 91), “*deixando um legado de 54:528000 réis para ser aplicado na construção do Asilo de Órfãs, cujos alicerces ele havia aberto*”. Campinas rendeu-lhe homenagem dando seu nome a uma rua do bairro Cambuí como rua Diogo Prado.

Um jantar de confraternização, em 1º. de agosto de 1874, congregando os operários, convidados, famílias beneméritas, representantes da municipalidade e da igreja, comemorou a cobertura da ala destinada à educação das desvalidas, em meio a brindes, e ao som de peças musicais executadas pela orquestra de Sant’Anna Gomes, pai do notável Carlos Gomes.

Inúmeros outros beneméritos concorreram com dinheiro, materiais de construção, e outras formas para a consolidação da obra, desde o solene lançamento da pedra fundamental, em 19 de novembro de 1871 até a inauguração, em 15 de agosto de 1876,

destacando-se o legado de 42:936000 réis deixado, em 1873, pelo falecido benemérito comerciante português, radicado em Campinas desde 1819, Comendador Antônio Francisco Guimarães, cognominado de *Bahia*, o que contribuiu significativamente para o término do edifício.

Organização da Irmandade de Misericórdia de Campinas

Estando adiantadas as obras de construção da Santa Casa, Padre Vieira entendeu ser urgente estabelecer estatutos para oficializar a Irmandade⁶⁵ que deveria gerir a instituição, convocando para uma reunião, em 17 de outubro de 1875, as pessoas que mais generosamente haviam contribuído na implementação do projeto quando foram admitidos os primeiros irmãos fundadores da Irmandade de Misericórdia de Campinas: Padre Joaquim José Vieira, Alfredo Pinheiro, Antônio Quirino dos Santos, Dr. Antônio Carlos de Moraes Sales (advogado), Antônio Carlos da Silva Teles, Dr. Antônio Rágio Nóbrega, Dr. Antônio de Souza Campos, Antônio Gonçalves Gomide, Joaquim Egídio de Souza Aranha (barão e posteriormente marquês de Três Rios), Bento Quirino dos Santos, Carlos Augusto Bressane, Dr. Carlos Augusto de Souza Lima, Eloi Cerqueira, Dr. Fernando Marinho de Azevedo, General Francisco Glicério de Cerqueira Leite, Francisco Ferreira de Mesquita, Dr. Francisco Augusto Pereira Lima, Francisco Bueno de Lacerda, Francisco José da Silva, Francisco de Paula Bueno, Dr. Francisco Quirino dos Santos, João Fortunato Ramos dos Santos, João Gonçalves Pimenta, João Ferraz de Campos Sousa, João Batista de Camargo Damy, João Manuel Alves Bueno, Joaquim Bonifácio do Amaral (depois visconde de Indaiatuba), Joaquim Teodoro Teixeira, Dr. Jorge Miranda, José Gonçalves de Godoi Maurício, José Paulino Nogueira, Tenente Coronel José Egídio de Souza Aranha, José Pinto Nunes, José Luis de Andrade Couto, José Rodrigues do Prado, José Pedro de Sant'Ana Gomes, Dr. Luis Sivério Alves Cruz, Manuel Elpidio Pereira de Queirós, Manuel Cândido de Almeida e Silva, Dr. Pedro Francisco de Oliveira Santos, Rafael de Abreu Sampaio, Raimundo Alves dos Santos Prado Leme, Dr. Valentim José da Silveira Lopes (visconde de São Valentim).

Para a primeira Mesa Administrativa da Santa Casa foram eleitos, em 6 de feve-

reio de 1876: Provedor - Padre Joaquim José Vieira, Tesoureiro – Bento Quirino dos Santos, Secretário – Dr. Luis Sivério Alves Cruz, Procurador – Francisco Alves de Almeida Sales. Como mesários: Dr. Antônio Carlos de Moraes Sales, Dr. João Ataliba Nogueira (futuro barão de Ataliba Nogueira), Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, João Bierrenbach, Antônio Benedito de Cerqueira Leite, José Pinto Nunes, João Batista de Camargo Damy, Padre Francisco de Abreu Sampaio, Tenente Coronel José Egídio de Souza Aranha, Dr. Valentim José da Silveira Lopes, Coronel Floriano de Camargo Campos, Antônio Manuel Proença.

Certamente, o apoio dos intelectuais que compunham o Partido de tendência liberal republicana foi significativo para a organização da Irmandade de Misericórdia e para a concretização da ação filantrópica na esfera da saúde e da tutela educacional dos menos favorecidos e desprotegidos. Os indicados às funções da Irmandade criada foram recrutados entre indivíduos do mesmo tecido sócio-econômico, senhores de terra, sesmeiros, profissionais liberais, fidalgos, sacerdotes representando a soberania dos portadores de “bons costumes e decentes meios de subsistência”, condição *sine qua non* para pertencer a tão honrosa facção da sociedade a serviço da misericórdia.

Interessante pontuarmos, como aspecto representativo da Irmandade de Misericórdia, a relação da Igreja com o segmento social oligárquico, vez que se instituiu através da mais alta oligarquia campineira, com pessoas advindas de famílias tradicionais, proprietárias de fazendas e generosamente abastadas, ocupantes de cargos políticos, portadores de títulos de nobreza por serviços prestados à Igreja⁶⁵, comungando as causas da benemerência e da filantropia, tudo isso reiterado no Projeto de Estatuto, com 56 artigos, elaborado por Padre Vieira e por ele lidos na reunião de 17 de outubro de 1875, a título ilustrativo:

Pelo § 1º. do art. 1º., a Irmandade tomara a si o hospital, a casa das educandas (grifo nosso) e a capela, cujas obras estavam se ultimando. Seriam admitidos, como irmãos efetivos, pessoas de ambos os sexos, de bons costumes e decentes meios de subsistência, (grifo nosso) com aprovação na Mesa da Irmandade. A jóia não podia ser inferior a Rs 10\$000 e a anuidade era de Rs 6\$000. Os Irmãos que já tivessem concorrido, até essa

⁶⁵ Os dados que se seguem relativos à composição da Irmandade, Compromisso, 1º. provedor, diretoria e mesários foram colhidos no livro comemorativo. *SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS – SANTA CASA DE MISERICÓRDIA-PRIMEIRO CENTENÁRIO-op. cit.*, p 95-98.

⁶⁶ Ler o Capítulo “*TITULARES DO IMPÉRIO*” em **MONOGRAFIA HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

data com a quantia de Rs 100\$000 (grifo nosso), não pagariam jóia nem anuidade, ficando apenas obrigado aos serviços da Irmandade.[...] A administração da Irmandade seria confiada a um provedor e à mesa que se constituiria de 20 mesários, eleitos pela Assembléia Geral, para servirem durante 2 anos.

Como afirma Holanda (1995, p. 88):

“Toda a ordem administrativa do país durante o Império e mesmo depois, já no regime republicano, há de comportar elementos estreitamente vinculados ao velho sistema senhorial”.

Embora sem aprofundarmos ou exaurirmos o assunto, merece consideração a reunião de 24 de outubro de 1875, convocada pelo Padre Vieira para a aprovação do Projeto de Compromisso da Irmandade, pelo fato de ter sido presidida pelo comendador Joaquim Bonifácio do Amaral, (depois visconde de Indaiatuba) pertencente à maçonaria, tendo sido chefe do Partido Liberal, recebido o grau de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, e posteriormente Oficial da mesma Ordem Honorífica. Parece que os princípios do catolicismo ultramontano⁶⁷, que visavam enfraquecer o catolicismo iluminista, não foram, fortemente incorporados pelo segmento social religioso de Campinas, pois o próprio Padre Vieira, ordenado e nomeado pelo bispo Dom Antônio Joaquim de Melo, irrestritamente ligado ao projeto ultramontano de restaurar o clero e seguir fielmente as orientações do Vaticano, cercou-se de liberais, inclusive militantes na maçonaria. Tal constatação permite inferir que interesses maiores sobrepujavam a consolidação do ideal ultramontano em Campinas, haja vista, a composição da Irmandade de Misericórdia.

Por um lado, Padre Vieira, aliando-se à elite abastada garantia o sucesso da Irmandade de Misericórdia, e de outro lado, com a vinda para Campinas das Irmãs de São José, congregação fundada sob a égide do jesuitismo, para cuidar do Hospital e das educandas, aliava dois interesses: o econômico-financeiro e a educação feminina pautada no ideário religioso disciplinador ultramontano, no entanto, sem ênfase na excelência do ensino erudito e retórico, vez que as órfãs teriam destino diverso dos filhos e filhas da elite, mais necessitando de preparo para serviços domésticos.

O capítulo XXIII das Constituições das Religiosas de São José de Chambéry (1951, p. 72 -82): normatiza, de forma geral, a “educação das meninas pobres”, enquanto o capítulo XXIV dedica-se aos “internatos e externatos de meninas abastadas”

CAPÍTULO XXIII - Da escola e educação das meninas pobres

166. O cuidado das crianças pobres é uma das principais funções da Congregação. Neste laborioso mister e nesta grande missão é que as Irmãs devem desenvolver todo o ardor de seu zelo; pois, é da boa ou má educação das crianças que depende principalmente o futuro feliz ou infeliz da sociedade. Por isso elas se encarregarão da direção de salas de asilo para a infância, de escolas para crianças pobres e de orfanatos. Abrirão escolas domésticas, em que ensinarão às jovens os trabalhos manuais, próprios de sua condição.

CAPÍTULO XXIII – Dos internatos e externatos de meninas abastadas.

169. A Congregação é especialmente destinada ao cuidado dos doentes e à instrução das crianças pobres; as Irmãs podem, todavia, encarregar-se também da educação das filhas das famílias abastadas em externatos e internatos.

Vale ressaltar nesta interação consorciada entre Irmandade, Igreja local e Congregação de São José de Chambéry, a análise de Lapa (1995, p. 166):

Interessante registrar que, para a educação das meninas e jovens ricas, o catolicismo ultramontano, identificado com o ensino jesuítico, não penetrou em Campinas, possivelmente pela orientação liberal da oligarquia cafeeira local, que nesse sentido preferia o ensino laico, se possível de orientação positivista, maçônica e iluminista! O que se admitiu, em termos de ensino conservador e autoritário, foi responsabilizá-lo pela formação das órfãs da Santa Casa de Misericórdia e de suas coleguinhas do externato do mesmo estabelecimento

Pela mesma época, houve outras iniciativas que se propuseram a educar as crianças pobres, os órfãos, os vagabundos e os ingênuos nascidos livres de ventre escravo, em instituições asilares, citando, além do Liceu Salesiano de Campinas, o Asylo Agrícola de Santa Isabel, numa Província do Rio de Janeiro, cuja iniciativa proveio da sociedade, mediante uma Associação formada nos mesmos moldes da Irmandade de Misericórdia de Campinas, por pessoas de posse e projeção oligárquica, cuja meta era reabilitar o trabalho do campo, referência muito bem caracterizada na pesquisa de Schueler (1999), demonstrando que por trás da benemerência, interessava manter a ordem pública e a ‘limpeza’ das ruas nas grandes cidades.

Gesto de desprendimento: a edificação da Capela

O coletivo do segmento social oligárquico de Campinas possuía um grau elevado de representação do Sagrado como status, altruísmo, manifestação da caridade, reconhecimento pela comunidade, a experiência individual, envolta nesse coletivo, desdobrava-

⁶⁷ Ler, para aprofundamento sobre o ultramontanismo no Brasil, a obra de WERNET, Augustin. *A igreja paulista no século XI: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: Ática, 1987.

se em atos de verdadeiro despojamento patrimonial como garantia do Sagrado salvífico, compensador.

Nesse diapasão, José Bonifácio de Campos Ferraz, o Barão de Monte-Mor, filho do Barão de Cascalho, próspero fazendeiro no município de Campinas, comungando a causa defendida por Padre Vieira, dedicou elevadíssima soma para fazer erigir, sob sua absoluta custa, a belíssima Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, ladeada pelos prédios do Hospital e pelo Asilo de Órfãos.

Frei Rumilly reestruturou prontamente a primitiva planta para colocar em destaque a Capela na parte central da edificação. O Barão de Monte-Mor dotou o templo de fino acabamento, ornando o altar-mor de mármore com imagens do Sagrado Coração, São José, Nossa Senhora das Dores, São Joaquim, São Pedro e São Roque. Duas imensas telas a óleo do pintor A. De Conciliis adornam as paredes laterais do presbitério, uma apresentando Jesus entre as crianças, e a outra, a ressurreição da filha de Jairo.

Duas belíssimas imagens de mármore de Santa Isabel e São Vicente de Paula (MELLO PUPO, 1969, p. 206), parâmetros do exercício da caridade cristã, erguem-se sobre colunas, uma de cada lado, muito próximas aos primeiros bancos dos fiéis.

A nave apresenta-se em forma de abóbada, “com galerias sustentadas sobre colunas; nela acha-se localizado o riquíssimo esquife de madeira entalhada e cristal, onde repousa a bela imagem de Nossa Senhora da Boa Morte, a padroeira da Santa Casa”⁶⁸

O púlpito, na lateral direita, em ferro trabalhado, pintado de cor branca, colocava o sacerdote, em um posto mais alto para fazer suas pregações aos fiéis, incluindo-se as alunas externas e as órfãs, e os doentes, que se postavam nos balcões.

Essa Capela, construída com esmero, foi muito significativa para Campinas, freqüentada, sistematicamente, pelos habitantes do Cambuí, nas missas dominicais e na tradicional procissão de 15 de agosto, em celebrações de casamentos, em velórios de membros da Irmandade de Misericórdia e das Mesas Administrativas.

Ficou na memória de Campinas o velamento do corpo de Dom Joaquim Vieira, cujo fragmento transcrito integra a Polyanthéa (1917, p. 8):

⁶⁸ Trecho escolhido na detalhada descrição da capela encontrado na *MONOGRAFIA HISTÓRICA do MUNICÍPIO DE CAMPINAS*, 1952, P. 282, que ainda acrescenta ter o Barão de Monte-Mor dotado a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte com ricas alfaías, prataria e demais objetos necessários.

Conhecida a notícia do falecimento do snr. D. Joaquim, ocorrido numa dependência da Santa Casa, onde elle residia, affluiram para alli innumeras pessoas de todas as classes sociaes. A' tarde começou uma verdadeira romaria para a capella da Nossa Senhora da Bôa Morte, onde o cadáver se achava exposto, e não havia ninguém que deixasse de sentir os olhos marejados de lagrimas ao contemplar a figura inerte do velhinho austero e bondoso que foi, incontestavelmente, um dos grandes benemeritos de Campinas.

Na nave do pequeno templo, repleto de fiéis, foram iniciados os officios funebres; em torno á eça, em cujo topo descansava, com as insignias e vestes episcopaes o cadaver, havia uma indizível magua. Cá fora, no espaçoso atrio, comprimia-se a multidão que extravasava do templo; mais abaixo, envolto natristeza do dia, o busto em mármore de venerando fundador da Santa Casa dominava o quadro no attestado bello do poder da caridade, que foi sempre o pharol que guiou os oitenta e dois annos de uma vida que se extinguiu para deixar em nossas almas a oppressão esmagadora da saudade.

A capella de Nossa Senhora da Bôa Morte, anexa á Santa Casa de Misericordia, transformada em camara ardente esteve durante a noite e até a hora do enterro repleta de pessoas.



Figura 2: Altar da Capela, com imagens laterais de Santa Isabel e São Vicente de Paula.
Fonte: Arquivo fotográfico De Biasi.

Por localizar-se ao lado do Hospital, trazia uma representação do sagrado, da concretude da prática da caridade, como podemos auferir das palavras⁶⁹ de Wilson Brandão Tófano:

A Santa Casa de Campinas é sagrada como o próprio templo que lhe fica ao lado. No templo, a Igreja ora. No hospital a Igreja atua, trabalha, constrói e tira espinhos da fronte de Jesus. Não importa o credo. Acima de tudo nos importa o semelhante, nos importa Deus e nos importa esta consciência, que não pode viver enclausurada.

A imagem de São Vicente de Paula, sobressaindo-se, visualmente, na Capela, ao lado direito do altar, representa um símbolo forte da prática da misericórdia, conforme elucida Matos (1996, p. 171):

Vicente de Paula nos revela, pela sua pessoa, palavra e obra, que **o segredo mais íntimo de Deus é a Misericórdia**. Toda a categoria dos sofredores é o objeto predileto do amor divino, de um Deus que se manifesta como um pai e defensor deles. Esta convicção o fez proclamar do fundo do coração: “Les pauvres sont nos maîtres, ce sont nos rois; il leur faut obéir, et ce ne pas une exagération de les appeler ainsi, parce que Notre-Seigneur est dans les pauvres”.⁷⁰



Figura 3: Abóbada decorada e balcão com gradil de ferro branco.

Fonte: Arquivo fotográfico De Biasi



Figura 4: Esquife de Nossa Senhora da Boa Morte.

Fonte: Arquivo fotográfico De Biasi

Em face de seu gesto de desprendimento, galgou a posição de Irmão benemérito da Irmandade da Misericórdia e figura seu retrato a óleo em destaque na galeria do salão nobre para ser reconhecido sempre, imortalizado. Subjaz a representação do perpetuar-se

⁶⁹ Fragmento do texto referido na nota 13.

no coletivo social, como seguidor de Cristo na prática da caridade. O Barão de Monte – Mor, ao mandar construir um templo e ao ter seu retrato exposto na galeria do salão, usou dois símbolos fortes: o templo para representar o crédito salvífico e o retrato a óleo para representar a imortalidade, a coroa de louros, o reconhecimento público do gesto.

Presença das Irmãs de São José de Chambéry em Campinas.

Dom Antônio Joaquim de Mello se assegurava de que muitos são santos desde os verdes anos: Madre Maria Teodora, com 24 anos, era indicada para realizar uma obra gigantesca; Padre Vieira, com 24 anos, se investia do múnus sacerdotal para realizar uma obra gigantesca. Ambos eram da comunidade do bem que Dom Antônio criara com sua Santidade. De 1876 a 1970, marca-se um período de 94 anos de assistência das Irmãs de São José à Santa Casa de Campinas.⁷¹

Celso Maria de Melo Pupo – ex- provedor e mesário

À Igreja, presente na Santa Casa, através de uma congregação feminina, incumbia zelar pela ordem e pelos princípios ultramontanos no tocante à obediência irrestrita aos superiores e aos valores evangélicos, preceituados por Dom Antônio Joaquim de Melo e comungados pelo Padre Vieira, condizentes com as exigências de fecunda atmosfera moral, comportamento exemplar e espírito de religiosidade que deveriam permear o cotidiano hospitalar e o atendimento às educandas.

A princípio, integraram o quadro da congregação religiosa, apenas três Irmãs de São José, enviadas de Itu: como superiora por quatro anos, a Irmã Anna Felicité del Carreto.; como farmacêutica, Irmã Basília Cordel; e Irmã Ana Justina Martinet que dirigiu a Santa Casa por quarenta anos. A Irmã Anna Felicité del Carreto, superiora da Santa Casa também assumiu a direção do Externato, cuja primeira aluna a matriculada chamava-se *Maria Salomé de Paiva, Natural de Campinas, com 11 anos de idade, filha do Sr. Antonio Caetano de Paiva e D. Francisca Laura Xavier[...] No primeiro anno a matricula atingiu a 171 alumnas; augmentando-se progressivamente elevou-se a mais de 400,*

⁷⁰ Traduzindo: Os pobres são nossos mestres; são nossos reis; é preciso obedecê-los, e não é exagerado chamá-los assim, porque Nossso Senhor está dentre os pobres.

⁷¹ Trecho extraído do discurso do ex-provedor da Santa Casa e historiador de Campinas, em 15 de agosto de 1971, na comemoração de um século da Instituição. *SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PRIMEIRO CENTENÁRIO*, 1972, p. 27.

*excedendo assim o número limitado, que é de 300. Contam-se matriculadas até hoje 13.285 externas - Agosto de 1919.*⁷²

Padre Vieira formalizara, em 10 de setembro de 1876, com a Madre Teodora Voiron, superiora provincial da Congregação de São José de Chambéry, sediada em Itu, um contrato composto por 14 artigos para consolidar a entrega da direção interna da Santa Casa às Irmãs.

Nós abaixo-assinados. o Rdo. Sr. Cônego Joaquim José Vieira, Provedor da Santa Casa de Misericórdia desta Cidade de Campinas, d'um lado, e a Irmã Maria Teodora Voiron, Provincial das casas da Congregação das Irmãs de São José de Chambéry (nesta Província) dirigida pela Superiora Geral Madre Maria Felicite Veirat, da qual é a mesma Irmã Provincial representante, d'outro lado, havemos acordado e contratado o seguinte:

O primeiro Contratante, como representante que é da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia desta cidade, e em nome desta, obriga-se ao seguinte:

Artigo 1º. Pagar a viagem não só das Irmãs que se fizer vir da Casa Mãe da Congregação, para tomar a direção do Hospital da Santa Casa. como também das que forem necessárias para suprir as Irmãs falecidas ou inutilizadas.

Artigo 2º. Fornecer às Irmãs aposento, cama, comida, roupa branca para serviço da casa, roupa lavada, luz para a noite, remédio, e a quantia de trezentos mil reis anualmente a cada uma delas.

Artigo 3º. Se qualquer das Irmãs ficar enferma, a Irmandade de Misericórdia continuará a sustentá-la, na forma estipulada, menos com a quantia anual para o vestuário, porque esta será entregue a Irmã que substituir a que ficar enferma

Artigo 4º. Contratar um capelão digno de confiança e fazer com que o mesmo capelão ou qualquer Sacerdote celebre a Missa não só nos dias Santificados, como regularmente em todos os dias da Semana, na Capela do hospital, visitando nessa ocasião os enfermos e confessando os que estiverem no caso dessa, e administrando-lhes os Sacramentos. O Capelão ou Sacerdote prestar-se-á a esses misteres da Confissão e Administração dos Sacramentos, todas as vezes que for chamado

Artigo 5º. Os enfermos indigentes serão recebidos, provada que seja sua condição social, por atestado de autoridade competente; os escravos serão admitidos por ordem escrita do seu Senhor. Os pensionistas serão admitidos mediante fiança, ou responsabilidade de pessoa idónea na qual será designada a classe que tiver de ocupar.

Artigo 6º. A segunda contratante obriga-se a fornecer as Irmãs que forem necessárias para o tratamento dos doentes. direção do Hospital da Misericórdia que a irmandade tem nesta Cidade.

Artigo 7º. Obriga-se mais. por intermédio das ditas irmãs, a dirigir o estabelecimento, cuidar dos doentes, da direção da cozinha. da despensa, do armazém, da rouparia, em uma palavra de todo o serviço doméstico.

Artigo 8º. Obriga-se por essa forma a encarregar-se da polícia e de tudo quanto representa a boa ordem da Casa.

Artigo 9º. A tratar os doentes com todo o desvelo e caridade, tendo muito em vista que não deverão afastar-se das prescrições dos médicos sobre os remédios e dieta.

Artigo 10º. A, contratar os enfermeiros e a despachá-los quando necessário for.

Artigo 11º. A Diretora terá depositada em sua mão uma quantia que seja suficiente para as despesas de um mês. No fim de cada mês mandará a conta da despesa feita ao Provedor para este entregar-lhe a sua importância que irá receber do Tesoureiro.

⁷² Homenagem à Madre Teodora. *Comemorando o 60º aniversário da Fundação do Colégio*. Editora Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, 1919, p. 318.

Artigo 12°. A Diretora fará (mensalmente) todas as despesas correntes da Casa. Para isso poderá empregar um servente da Casa. ou recorrer ao Provedor para prestar-lhe como deve o adjutório que for preciso.

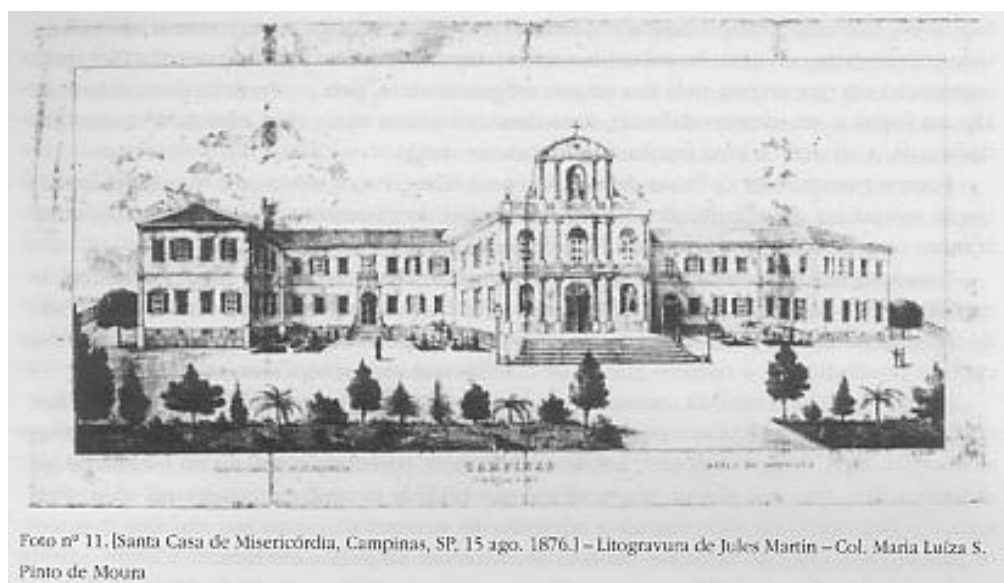
Artigo 13°. A Diretora fará mensalmente um relatório sobre a entrada e saída dos doentes e sobre as necessidades que a pratica mostrar, para se fazer um regulamento para a Casa.

Artigo 14°. A mesma Diretora terá um livro em que lançará as contas das quais serão extraídas as que tiver de apresentar no fim de cada mês na forma do Artigo 11°.

Do que para constar mandamos passar este, e outro do mesmo teor que assinamos, ficando cada contratante com o seu.

Campinas, 10 de setembro de 1876.

Campinas 10 de Setembro de 1876
Provedor Luiz de Almeida
Imã Maria Th...
Vice-prov. Sup.ª Provincial das Casas de Misericórdia

73

Figura 5: Litogravura da fachada do Hospital, Capela e Asilo de órfãos.

Fonte: Acervo pessoal de Maria Luíza S. Pinto de Moura.

A litogravura expõe-nos a fachada integral da Santa Casa de Misericórdia, tendo ao centro a Capela, que, pela imponência da construção em nivelamento distinto, bem mais à frente dos outros dois corpos, representa o destaque dado à religião e local de

⁷³ Esta foto integra o capítulo 10. *A Dor e Seus Portadores*, cuja leitura complementa este estudo, de Lapa (1995, p. 217-257)

culto, de onde gravitariam todas as ações, tanto do hospital, à esquerda, como do Asilo de Órfãos, à direita.

Em 15 de agosto de 1876, deu-se solene a inauguração do hospital da Santa Casa, com júbilo do povo campineiro. De extrema importância para a comunidade campineira foi o dia seguinte, 16 de agosto, em que Pe. Vieira, no Paço da Câmara Municipal, fez a outorga da posse e patrimônio da parte já construída da nova Instituição de Caridade à Irmandade de Misericórdia, já com 302 irmãos, que a assumiu compromissando-se ao fiel cumprimento de todos os deveres. Lavrou-se um auto assinado pelo Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Ferreira de Camargo Andrade (depois Barão de Ibitinga) e demais presentes, seguido de eloqüentes discursos do Dr. Campos Sales, de Francisco Glicério, de Quirino dos Santos.

Muitos colaboraram para viabilizar a abertura do hospital: os três irmãos Bierrembach ofertaram cinquenta camas de ferro; as senhoras gradas da sociedade campineira, numa grande mobilização, providenciaram toda a roupa necessária; o marquês de Três Rios garantiu a primeira compra de medicamentos.

Em 1º. de outubro do mesmo ano, foram abertas as portas do hospital aos enfermos, com 100 leitos distribuídos em cinco enfermarias, para homens, mulheres e crianças, em salões distintos, e ainda um isolamento, uma farmácia, uma sala de operações, com as devidas condições de higiene. A Santa Casa, em bairro nobre de Campinas, ao lado de residências da aristocracia, representou não só o resgate da omissão pública que, até então não havia dotado Campinas de hospitais dessa natureza, como também a sacralização da oligarquia e da política, representação que dava à Irmandade legitimidade religiosa, política e filantrópica para amparar a esperança, a dor e o sofrimento. Enfim, a consolidação da Santa Casa de Misericórdia, ao iniciar suas atividades médico-hospitalares, deixa entrever que no campo do imaginário social da municipalidade, houve significativas mudanças de cunho assistencial, alteração de comportamento, não mais envolto em preconceitos e temores relacionados a contágio. A Santa Casa respondeu a uma exigência social, por uma convergência de vontades, em destaque, os Irmãos da Misericórdia, valendo-se do simbólico religioso e assistencial para reiterar prestígio pessoal.

Inauguração do Asilo do Órfãs: regime de externato

Apenas em 15 de agosto de 1878, foi inaugurado o Externato do Asilo de Órfãs, com produto de donativos, inclusive generosa doação do bispo diocesano de São Paulo, Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, e renda advinda de um animadíssimo e concorrido leilão em Campinas, com duração de uma semana em janeiro de 1877.

O Pe. Vieira, no dia 16 de agosto de 1878 outorgou o Asilo de órfãs, embora apenas com a ala do externato, à Irmandade de Misericórdia, na Câmara Municipal, na presença da imprensa local, de todos os vereadores e do bispo diocesano de São Paulo, Dom Lino Deodato. Era a representação da união das forças hegemônicas da cidade: Igreja, oligarquia, imprensa e Governo Municipal, assunto bem discutido por Ivan A. Manoel (1988). Cabe pontuar a importância que a filantropia exercia na sociedade campineira que devotava semanas de leilão pela causa da misericórdia.

As aulas iniciadas em 03 de março de 1879 corriam normais, com 171 alunas, e segundo o atestado do Inspetor Distrital dr. Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga, em 1880, eram ministradas aulas de leitura, caligrafia, aritmética, geografia e trabalhos de agulha.

O ensino elementar era ministrado pelas irmãs Maria Anastácia, Luiza Micaela e Marta Augusta Menond, tendo como superiora a Irmã Anna Felicité del Carreto. Em face de tão exímias educadoras providas da França, ocorreu um fato que mereceu destaque, quando da abertura do externato: meninas pertencentes à sociedade campineira não desfavorecida eram lá matriculadas, pagando uma módica mensalidade. De certa forma houve uma quebra nos objetivos de servir apenas à classe pobre, e a cada ano, a demanda era maior, inclusive de meninas não desvalidas. No entanto, a facção abastada da sociedade campineira, desde a inauguração em 1878 da ala das alunas externas do Asilo de órfãs, deixava legados em seus testamentos ao Asilo de Órfãs, bem como os donativos se multiplicavam. Merecem registros as quantias de 500\$000 doada pela D. Joaquina do Prado Aranha em 1879, outra de igual valor pela baronesa de Atibaia, em 1881, fora auxílios em espécie, como tecidos, livros, alimentos...

Com o intuito de manter viva a chama da Caridade, Pe. Vieira, ao deixar o cargo de Provedor, por ter sido eleito bispo do Ceará, legou um apelativo relatório, em especial

dirigido às damas da sociedade campineira, do qual reproduzimos um trecho (PAULA, 1948, p. 116):

...Senhoras, residindo nesta cidade, há cerca de 23 annos, conheço o espirito magnânimo e eminentemente benfazejo do povo campineiro. Neste momento solene, em que entrego aos vossos cuidados e desvelos essas minhas queridas filhas – A Santa Casa de Misericórdia e a Escola Asilo de Órfãos – sinto as mesmas emoções, que sente o pai extremoso ao entregar a filha querida ao seu esposo, sensação esta que a linhagem não descreve...Uma esperança, porém, enche minha alma: é que, separando-me destes estabelecimentos, conto com a ilimitada confiança no braço poderoso que vai ampará-los. Assim eu confio e espero da ilustre Irmandade de Misericórdia e dos habitantes da cidade de Campinas. Deus, que é luz e caridade, abençoará os vossos esforços Campinas, 22 de abril de 1883

Não foram em vão os apelos de Pe. Vieira, pois os legados ao Asilo de Órfãos proliferavam, salientando-se a quantia de 100.000\$000 deixada em testamento pelo finado Antônio de Camargo Campos, no ano de 1885. Iniciativas para angariar fomentos em prol do Asilo eram freqüentes, organizadas pelos integrantes da Mesa Diretora da Irmandade que saíam às ruas da cidade, tendo à frente a banda dos irmãos Túlio e uma comissão de alunas externas. O povo se sensibilizava com as meninas e as coletas eram significativas, pois qualquer cortejo público costumava mover a coletividade. Em 1887, o irmão Emílio Giorgetti promoveu um grande concerto pelo Asilo de Órfãos, cuja renda de 3.462\$000 conferiu-lhe o título de benfeitor, conforme previam os estatutos do Compromisso. Tal honraria era um estímulo que, pela vaidade pessoal, lucrava a Instituição. No mesmo ano de 1887, “d. Carolina Florence fez a entrega da quantia de Cr\$ 1.050,00 destinada ao Asilo produto de uma loteria de prendas, que as alunas do Colégio Florence haviam preparado em benefício dessa instituição” (PAULA, 1948, p.125).

Como cada vez mais alunas se matriculavam anualmente no externato, tendo como média anual mais de duas centenas, o Dr. Francisco Augusto Pereira Lima manifestou sua inconformidade pelo fato de a secção destinadas ao Asilo de Órfãos não estar cumprindo sua função específica de atender a orfandade, em especial, nesse momento em que a epidemia mais forte de febre amarela assolava a cidade.

Fica evidente a seriíssima contradição: a criação de um Asilo de Órfãos em 1878, que deveria atender especificamente a infância pobre em regime de internato, tendo atendido, no entanto, durante doze anos, meninas da sociedade campineira, com caráter de escola regular, em regime de externato, considerando-se que as mais privilegiadas eram pagantes.

E ainda cabe ressaltar que os donativos vinham em prol do Asilo de Órfãos, no entanto não concretizavam a obra. Não fosse a epidemia de 1889 da terrível febre amarela a deixar uma legião de órfãos, talvez não se atingisse o objetivo idealizado por Pe. Vieira.

Cruz peitoral doada ao fundador Dom Vieira

Esta foto de Dom Vieira, como bispo de Ceará, ostenta traje solene, semblante sério pertinente ao status hegemônico eclesial que detinha, tendo o peito adornado com o crucifixo sobre a larga faixa à cintura, símbolos da dignidade hierárquica da Igreja, vez que nessa posição episcopal, distinguia-se o prestígio de que gozava junto ao Vaticano e à Igreja Católica.

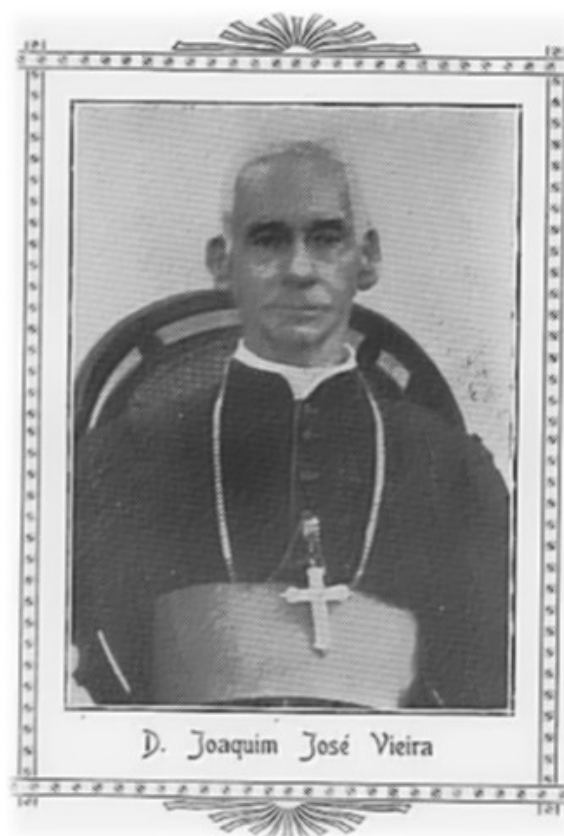


Figura 6: Dom Joaquim José Vieira
Fonte: Acervo Santa Casa de Misericórdia de Campinas

A riquíssima cruz peitoral, toda em ouro, cravejada com treze esmeraldas, a maior delas no centro da cruz, e ainda doze rubis e quatro safiras, estampada na foto possuía um valor intrínseco incomensurável e refletiu um gesto filantrópico da baronesa Ataliba

Nogueira que a ofertou ao Pe. Vieira, quando eleito bispo do Ceará. Usou o régio presente, carregando-o no peito a simbologia da cruz como sinal de sofrimento, a quem se propusesse a seguir Cristo, conforme preceitua o próprio evangelho, e, paralelamente trazia em si a marca da benemerência própria de Campinas, em especial, da facção feminina, como revelam os tantos legados à Santa Casa, deixados pelas senhoras abastadas da sociedade campineira. Padre Vieira, condizente ao seu espírito de desprendimento e amor à obra que criara, deixou a valiosíssima jóia em testamento à Santa Casa de Misericórdia de Campinas.

CAPÍTULO II - O ASYLO DE ORPHANS: UM IMPERATIVO EMERGENTE

O surto de febre amarela de 1889 em Campinas

A cidade, uma monotonia em seu abandono, entregue a devastação da peste e sitiada pela morte, adquiriu um aspecto lúgubre. As ruas despovoadas os edifícios fechados, o comércio paralisado, tudo contribui para o desânimo geral, tudo indica o estado de aniquilamento desta população laboriosa e activa. Aqui e ali crepitam, sob a espessa nuvem de fumaça negra, fogueiras de alcatrão. A cidade assemelha-se a uma enorme câmara mortuária. Os carros fúnebres em desusada fúria, conduzem os despojos da peste a este pavoroso sorvedouro, - o cemitério, que dia a dia insaciavelmente abrindo espaço as victimas do flagello. Os enterros de classe, como os dos indigentes, não têm acompanhamento. As grandes calamidades não têm acompanhamento (3/4/1889)⁷⁴.

Em 1889, eclodiu em Campinas a terrível epidemia de febre amarela, transmitida pelo mosquito “*Stegomya fasciata*”⁷⁵. A crônica da cidade mencionou o nome de quem trouxera a doença a Campinas: Rosa Beck, professora de francês, de 24 anos, suíça, solteira, contaminada no porto de desembarque, talvez Santos ou Rio de Janeiro, e como pretendia empregar-se, em Campinas, para exercer a função de professora, aqui permaneceu no período de incubação na casa do Sr. Baenninger, espalhando o mal, vindo a falecer em 02 de fevereiro de 1899. O Diário de Campinas de 15 de fevereiro de 1889 noticiava que:

“A falecida era de nacionalidade alemã e viera para esta cidade no intuito de empregar-se como professora”.⁷⁶

O Sr. Baenninger, dono da Padaria Suíça e seu filho, dentre outros contaminados, também faleceram, entrando a cidade em processo de mortes sucessivas. Como a Padaria Suíça fornecia pães para as alunas do Colégio Florence, temendo contaminação das suas alunas, decidiu fechar temporariamente as portas do colégio, chamando os responsáveis por telegrama, o que teve repercussão na imprensa:

Por causa da febre amarela que se tem dado em Campinas, diversos casos, a exma sra. d. Carolina Florence, directora do acreditado Colégio Florence, resolveu fechar por algum tempo o referido colégio, fazendo recolher as alumnas a casa de seus paes. Essa prudente deliberação é digna de applausos e demonstra o cuidado que a exma directora

⁷⁴ O editorial do Jornal O Diário de Campinas de 03 de março de 1889 revelava o estado de calamidade pública que reduziu Campinas a um imenso sepulcro, como cita Ribeiro (1996, p. 153).

⁷⁵ Informações colhidas em SANTOS FILHO, Lycurgo de C. A febre amarela em Campinas 1889-1900. Campinas Centro de Memória – Unicamp, 1996, p.39 (Coleção Campiniana).

⁷⁶ *Apud* Ribeiro (1996, p.151)

possue pela saúde de suas alumnas (O Diário de Campinas, 8/3/1889)⁷⁷

O irmão de Carolina Florence, o Cônsul Francisco Krug, faleceu de febre amarela e o próprio filho da directora, Jorge Florence, farmacêutico, contaminou-se. Em fins de março a estatística apontava o número de 467 óbitos mensais, só declinando quando o forte calor foi abrandando. Mesmo assim, o Colégio Florence, que nessa cidade atuou por vinte e cinco anos, temendo que a epidemia pudesse voltar, não mais retomou suas atividades educacionais em Campinas, transferindo-se para Jundiaí, onde havia muitas famílias de suas alunas e o clima mais frio favorecia tal transferência. Carolina Florence reabriu a instituição no mês de agosto de 1889, levando consigo a viúva de seu irmão Francisco Krug, sua cunhada para a administração do novo colégio.

O Colégio Internacional também foi atingido pela epidemia de 1889, como relata Bencostta (1996, p.106):

O ano de 1889, além do evento político do *advento da República* que encerra em definitivo as barreiras legais a respeito da liberdade religiosa, foi marcado pelo *fantasma* da epidemia da febre amarela que aterrorizou no início daquele ano a cidade de Campinas [...] Os colégios da cidade, as escolas primárias particulares e do Estado tiveram que suspender suas atividades a fim de preservar a saúde de seus alunos a transferir as responsabilidades pela vida destes para as suas respectivas famílias. O Internacional, assim como os demais, sofreu com a epidemia. No início daquele ano ele tinha matriculado cerca de quarenta alunos, sendo este número reduzido à metade no ano seguinte.⁷⁸

E, realmente, a devastadora febre amarela permaneceu de forma endêmica, resurgindo em surtos epidêmicos, na década de 1890.

Forçoso pontuar, em retrospecto, que a primeira superiora da Escola Asilo de Órfãos, a irmã Ana Felicité del Carreto, deixou o cargo de Campinas em junho de 1880, para submeter-se a um tratamento de saúde, na Europa, retornando em 1885 para assumir a direção de um colégio em São Paulo. Por esse tempo, a febre amarela já fazia suas vítimas em algumas regiões do Brasil, em razão das precárias condições de higiene, de águas insalubres, assunto largamente explorado em Santos Filho (1996). Lamentavelmente, no transcorrer da viagem, a Irmã Ana Felicité, ao passar pela Bahia, contaminou-se com a febre amarela, cujo estado agravou-se, vindo a falecer ao chegar ao Rio de Janeiro.

⁷⁷ As informações sobre as iniciativas de prudência e transferência do Colégio Florence de Campinas, face à epidemia de febre amarela foram colhidas no último capítulo de RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Educação feminina durante o século XIX: O Colégio Florence de Campinas 1863-1889. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

ro, em 15 de junho de 1885, perda muito sentida pela congregação, primeiramente, pelas condições como ocorrera, e ainda pelo status que detinha por ter pertencido à nobreza de seu país, como Condessa del Carreto, embora tenha abdicado dessa honraria para servir a Deus, e, nessa missão, ter encontrado a morte por febre amarela.

A epidemia de 1889, considerada a pior delas, provocou êxodo geral. Os mais atingidos pelo terrível mal foram os integrantes da classe média e da classe baixa, pois a classe alta, incluindo muitos médicos e os titulares do Império que residiam em Campinas partiram e, alguns jamais retornaram. Os fazendeiros deixaram suas casas da cidade para se refugiarem nas fazendas; moradores menos favorecidos, apavorados, abandonaram os lares e pertences, fugindo de trem ou a pé, reduzindo-se a menos da metade a população urbana, estimada em torno de dez mil habitantes.

Nem todos os da classe alta deixaram a cidade, pois dos vinte e um médicos que clinicavam na cidade, apenas poucos permaneceram, com dedicação ininterrupta, como Dr. Costa Aguiar, Dr. Ângelo Simões, Dr. Germano Melchert, e Dr. Alves do Banho. Conforme Santos Filho (1996, p. 151), mereceu destaque a atuação de José Paulino Nogueira, homem de negócios, grande fortuna e prestígio, que jamais cogitou de abandonar Campinas, “desdobrando-se em atendimento à cidade flagelada”, com todo o tipo de auxílio, desde roupas, medicamentos, até a implantação de “enfermarias municipais na Escola Correia de Melo, supervisionando a remoção dos doentes das casas para os hospitais, fornecendo condução gratuita aos médicos, contratando farmácias para a distribuição, por conta da Câmara.” José Paulino Nogueira contaminou-se com a febre amarela, guardou o leito e conseguiu superar o mal.

O comércio, açougues, hotéis, Fórum fecharam as portas. As escolas encerraram as atividades. A morte instalara-se impiedosamente, e um caminhão percorria as ruas da cidade, à tarde, para recolher corpos, a fim de agilizar os sepultamentos, que se davam à noite, para evitar contágio. Todos os colchões e pertences dos mortos eram incinerados.

“A doença se instalava subitamente, com náusea, febre altíssima, vômitos com sangue, comprometimento cardíaco e total prostração, levando, na maioria dos casos, à morte” (NEGRÃO, 1997, p. 20).

⁷⁸ O fechamento das portas do Internacional deu-se na epidemia de 1892, debatido mais à frente.

A Santa Casa de Misericórdia foi a primeira a providenciar uma enfermaria específica, e um hospital ambulante aberto. Dentre os integrantes dessa medida emergencial que contraíram a doença, faleceu uma das Irmãs, a Irmã Maria dos Seraphins Favre, cujo nome foi dado a uma rua, muito próxima à Santa Casa: a rua Irmã Serafina. Está transcrito no Livro de Óbitos número um do Cartório de Santa Cruz de Campinas, o registro 441 (quatrocentos e quarenta e um):

Maria dos Seraphins Favre – Aos 15 de abril de 1889, neste Distrito de Paz da Paróquia de Santa Cruz, município de Campinas, província de São Paulo, compareceu em meu cartório Antônio Exel, exibindo atestado do Dr. Ângelo Simões, declarou que hontem, pelas 9 horas da noite, na Santa Casa de Misericórdia, faleceu a Irmã de Caridade Maria dos Serafins, de 44 annos de idade, religiosa de São José.

O dedicado médico Dr. Costa Aguiar também não poupava sacrifícios para minimizar o sofrimento dos atacados pelo terrível mal, tendo trabalhado intensa e gratuitamente, dirigindo a enfermaria “do Circolo Italiani Uniti de 4 de abril até meados de maio necessitando afastar-se por ter-se contaminado fatalmente, vindo também a falecer, em 19 de maio, na fazenda de seu sogro, em Itu” (SANTOS FILHO, 1996, p.77-79). Sua memória ficou perpetuada com o seu nome atribuído a uma rua central de Campinas.

Outras Sociedades Filantrópicas em prol dos amareletos⁷⁹

Várias iniciativas filantrópicas, advindas de pessoas de reconhecida influência, emergiram no surgimento da febre amarela e foram muito profícuas por expressarem um esforço coletivo de solidariedade para colaborar, confortar, aliviar o sofrimento dos contaminados, bem como criar serviços de assistência para suprir a alimentação deficitária da população carente.

A Sociedade Protetora dos Pobres foi fundada pelo médico dr. Alberto Sarmento e pelo Cônego Cipião Junqueira, *no inicio de “mês do terror”*, justamente a 7/4/1889 às 13:00h da tarde, no consistório da Matriz Nova (hoje Catedral), cuja finalidade beneficente consistia em coletar donativos para viabilizar a distribuição de gêneros alimentícios à população de poucos recursos, os quais ficariam armazenados no *Coliseu*, casa de

espetáculos com um parque de patinação, construído em 1878, situado na esquina da rua César Bierrembach com a avenida Irmã Serafina.⁸⁰ A diretoria dessa Sociedade tinha como presidente, Cônego Cipião Junqueira – vigário da Matriz Nova; como tesoureiro, Alberto Muller – Delegado de Polícia, posteriormente, falecido, vítima da febre amarela; como primeiro secretário, Padre João Batista Correa Néri, depois primeiro bispo de Campinas; e como segundo secretário, Dr Joaquim Gomes Pinto – bacharel em Direito, pertencente a uma família portuguesa de destaque na cidade. A 14 de maio, a Sociedade Protetora dos Pobres comunicou já haver doado milhares de rações. No dia seguinte, o Cônego Cipião informou que totalizavam 2.100 as famílias cadastradas que haviam recebido os cartões, e que 35.000 rações semanais eram concedidas a 5.000 pessoas, cabendo sete rações a cada uma.

Pode-se inferir que a ação filantrópica mobilizou a sociedade campineira para angariar os recursos necessários a tão significativa distribuição. No entanto, em razão de contaminação pela febre amarela culminando com a morte de três de seus membros associados, Alberto Muller, Francisco José de Carvalho e Cipriano Rosa de Andrade, a Sociedade Protetora dos Pobres pouco durou, um mês e vinte e três dias, encerrando suas atividades em 31 de maio, e uma placa de mármore de carrara e bronze, com o nome dos beneméritos foi fixada na parede externa, ao lado da porta lateral da Catedral, na rua Treze de Maio, em reconhecimento aos serviços filantrópicos prestados na epidemia de febre amarela de 1889.

Como, no irrompimento da epidemia da febre amarela de 1889, era grande a colônia italiana em Campinas, tanto na cidade como nas fazendas circunvizinhas, outra louvável iniciativa altruísta deveu-se aos italianos, dentre eles, Fernando Balletero, Hugo Rizzi, Benjamin Taglietti, Pedro Semmi, Francesco Fachini, Luis Galgano, que criaram a Sociedade Cruz Verde, em 18 de março de 1889, verdadeira ação concreta em favor

⁷⁹ Os dados coletados sobre as demais iniciativas estão fartamente descritos por Lycurgo de Castro Santos Filho, que por ser também médico em Campinas, debruçou-se, incansavelmente na investigação das epidemias de febre amarela, sendo a fonte mais eficaz, através de sua obra- *A Febre Amarela em Campinas 1889-1900*, referencial a todos os que desejam conhecer a intensidade do terrível mal. Recomenda-se a leitura das páginas 155-159.

⁸⁰ Em que pese o autor Lycurgo de Castro Santos Filho ter nomeado a Av. Irmã Serafina, sabe-se que tal avenida passou a denominar-se avenida Irmã Serafina, em homenagem póstuma à Irmã Serafina, da Congregação de São José de Chambéry, contaminada fatalmente pela febre amarela, na Santa Casa de Misericórdia de Campinas, durante a epidemia de 1889.

dos enfermos do terrível mal. Na sede do jornal *Il Tevere*, editado por Luis Galgano deu-se a reunião de fundação da Cruz Verde, a qual funcionou no próprio Circolo Italiani Uniti de Campinas, com esmerado atendimento nas enfermarias aos italianos carentes contaminados, e auxílio às suas famílias com gêneros alimentícios. Também a Sociedade Portuguesa de Beneficência, idealizada por um grupo de comerciantes portugueses radicados em Campinas para atendimento médico-hospitalar à colônia lusa, por ocasião da febre amarela abriu suas portas aos portugueses amarelentos, ficando demonstrado o espírito congregatório e filantrópico entre os integrantes das colônias estrangeiras radicadas em Campinas.

Atuação da Imprensa Fluminense

“As notícias do sofrimento de Campinas devastada em abril pela epidemia, levaram os órgãos da imprensa da Corte, em manifestação inédita, a se congregarem e a lançarem uma intensa campanha em benefício da população campineira”(SANTOS FILHO, 1996 p. 60).

Vale relemburar que Campinas gozava de grande prestígio perante a Corte, inclusive por já ter regiamente recebido as visitas do Imperador D. Pedro, o qual além de cumprir intenso programa, era recepcionado pela sociedade oligárquica de Campinas, tendo-se hospedado no suntuoso sobrado do Conde de Três Rios, localizado no largo da Catedral, na esquina das atuais rua Costa Aguiar com avenida Francisco Glicério:

A chegada a Campinas do casal imperial e comitiva deu-se no dia 28 de outubro de 1886 às 15h30, onde, mais de dez mil pessoas os esperavam nas cercanias da estação, formando alas pela rua principal (possivelmente a atual 13 de Maio), que se encontrava enfeitada com arcos, bandeiras, flâmulas, festões de flores e folhas e as janelas das casas com lindas colchas, até o sobrado do Conde, depois Marquês de Três Rios – Joaquim Egídio de Souza Aranha –preparada para residência imperial durante a permanência do Imperador na cidade. Tratava-se de uma ampla e luxuosa casa, que já hospedara , em 1884, a Princesa Dona Isabel e o Conde d’ Eu Em suas viagens, a comitiva imperial era sempre acompanhada por uma delegação de jornalistas do Rio e de São Paulo. Esses jornalistas foram hospedados pelo Barão Geraldo de Rezende e pelo Barão de Ataliba Nogueira. Reunindo também representantes da imprensa local, Geraldo de Rezende ofereceu um banquete, no qual trocaram vários brindes (LAPA,1995, p. 89-90).

A mobilização da imprensa fluminense em conclamar a população carioca em prol de Campinas, assolada pela impiedosa epidemia, provavelmente, encontrou eco face a esse estreitamento de laços – oligarquia campineira, imprensa local, do Rio de Janeiro

e de São Paulo, e Corte - gerando resultado imediato. A sociedade carioca disponibilizou vultosa coleta de recursos, roupas e alimentos, demonstrando a força persuasiva da imprensa fluminense em, não somente comover corações, mas conseguir promover a ação concreta filantrópica por Campinas, ressalte-se, uma distante cidade vitimizada, não pertencente ao estado do Rio de Janeiro.

Criada uma “Comissão Central da Imprensa Fluminense”, inúmeras providências emergenciais foram implementadas, em destaque, o envio para Campinas, em 20 de abril, de uma equipe de Socorro, integrada pelos dr. Clemente Ferreira, renomado clínico pneumologista; dr. João M de Azevedo Correia; farmacêuticos, enfermeiros, auxiliares; e ainda uma ambulância equipada com medicamentos e material de urgência (SANTOS FILHO, 1996, p. 102-129). O Jornal *A Tribuna Liberal* de 17/04/1889 publicou a carta de voluntariado beneficente dos referidos médicos:

Rio, 14 de abril de 1889.
Ilmos Srs. Membros da Comissão de Imprensa. Acudindo ao apelo da imprensa, cujos membros se reúnem para deliberar sobre a organização de socorros e de auxílios à população de Campinas, vitimada pela epidemia, e convencidos de que os recursos médicos representam um papel saliente entre os auxílios que devem ser concedidos em semelhantes circunstâncias, resolvemos pôr à disposição da Comissão da Imprensa os nossos serviços, a fim de serem utilizados, se assim julgarem necessário, em benefício dos indigentes enfermos dessa localidade. Satisfeitos de assim evidenciar a parte que tomamos na grande obra da caridade que tão nobremente tentais promover, nos assinamos De VV.SS. atentos veneradores e criados obrigados Dr. Clemente Ferreira Dr. João M. de Azevedo Correia.

Por três meses, em Campinas, permaneceu a equipe, com incansáveis trabalhos, retornando ao Rio no final de junho, tendo-lhe a Comissão de Imprensa Fluminense oferecido um lauto banquete no Hotel do Globo, como reconhecimento pela benemerência prestada a Campinas.

Bandos precatórios: “As juvenis alegrias suavizam agonias”

Merece destaque a dimensão tomada pela epidemia de febre amarela de Campinas a motivar ainda outras iniciativas não só no Rio de Janeiro, mas em várias cidades, mesmo distantes, onde as pessoas se agrupavam e percorriam as ruas em cortejo, recolhendo donativos em benefício dos contaminados.

Um artigo do jornal *A Tribuna Liberal* de 23 de abril descreve em detalhes o cenário urbano receptivo aos esmolantes:

Bando Precatório de São Cristóvão- Realizou-se ontem o Bando Precatório organizado pelo Grêmio Literário Otaviano Hudson, composto de alunos do Colégio Americano, a fim de angariar socorros para as vítimas da epidemia de Campinas. Foi uma festa muito modesta, mas muito significativa e digna de ser imitada. O Bando saiu às 4 horas da tarde e ia assim composto: na frente a banda de música militar da Polícia da Corte; seguia-se uma fila de alunos do colégio, alguns dos quais levavam pequenas bandeirolas triangulares de cores branca e encarnada, com dísticos diversos, entre os quais, liam-se os seguintes: “As juvenis alegrias suavizam agonias” – “Pátria e caridade”, e outros.

Vinha em seguida um carro com as meninas Juanita Leite e Leopoldina Guimarães trajando vestuário simples mas apropriado ao ato, com capacetes nos quais se liam as palavras “Rio de Janeiro e Campinas”. Uma delas levava um estandarte encarnado com uma cruz branca onde se lia o dístico – “Para as vítimas de Campinas”. Seguia esse carro outro grupo de meninas na mesma ordem que o precedente grupo, ao lado do qual ia o diretor do colégio, o sr. Dr. Sá de Meneses, que ontem fazia anos e assim entendeu que seus alunos celebrassem a festa. Fechava o préstito um landau generosamente concedido por um distinto cavalheiro, em que iam, por parte da Comissão Central da Imprensa, Roberto de Mesquita e Afonso Montauri. No pequeno número de ruas percorridas, a comissão escolhida para angariar donativos, e compostas das gentis meninas Maria José Cezimbra, Maria Valente de Sá Meneses, Emerenciana Ferreira, se conseguiu obter a soma de 137\$460, que foi entregue aos representantes da Comissão Central, dela deduzida a quantia de 13\$000 para despesas do carro do estandarte.

Indubitavelmente, um gesto caritativo gerava outro, e sucederam-se os bandos precatórios, em parceria com a imprensa, pela causa de Campinas: em Niterói, Guaratinguetá, Lorena, Cachoeira, Iguape, todos eles noticiados pela imprensa. Na realidade, nos gestos da filantropia existia uma via de mão dupla, pois a misericórdia promovida, em contrapartida noticiava as personalidades que, publicamente, faziam a caridade. Todavia, tudo com foco em Campinas.

A campanha promovida pela Imprensa Fluminense envolveu vários segmentos da sociedade, com inúmeras adesões de colégios, de estabelecimentos comerciais, indústrias, associações:

Uma oferta inusitada foi a de Guilherme Guimarães Júnior, no Rio de Janeiro: “60 charutos higiênicos para serem utilizados pelas pessoas que tratam de enfermos em Campinas”.

O Grande Oriente do Brasil, da maçonaria do Rio de Janeiro, destinou 700\$000 às vítimas campineiras (SANTOS FILHO, 1996, p.164).

Consolidação do Asilo de Órfãos, em regime de internato

Embora desde 1878, estivesse funcionando na Santa Casa um Asilo de Órfãos, na realidade, era tão somente uma escola para alunas externas. Portanto, a epidemia de fe-

bre amarela, tendo ceifado, dentre outras, vidas de imigrantes desafortunados, colonos e escravos, gerou um elevado número de órfãos pobres dessasistidos. Urgia, nesse contexto de 1889, a consolidação do Asilo de Órfãos (MELLO PUPO, 1969, p. 218), nos exatos termos como fora idealizado por Padre Vieira, já tornado bispo do Ceará.

A Irmandade de Misericórdia debruçou-se sobre essa problematidade social para concretizar, em caráter de emergência, o abrigo para as órfãs advindas da epidemia de febre amarela, buscando o necessário apoio financeiro de quem se dispusesse a contribuir.

Numa reunião promovida pelo dr. Francisco Augusto Pereira Lima no consistório da Matriz da Conceição, em 24 de abril de 1889, como relata Paula (1948), congregando pessoas de destaque social e representantes da imprensa campineira, decidiu-se agilizar o amparo à orfandade, tendo sido expedidas várias circulares a elementos de boa condição financeira e também foi enviado um ofício a Dom Vieira, no Ceará, para que utilizasse de seu prestígio para conseguir colaborações a essa empreitada. Novamente uniram-se a Oligarquia, a Igreja e a Imprensa, como forças hegemônicas em Campinas. Os resultados foram quase que imediatos, uma vez que vinte dias depois, os donativos já atingiam a soma de 4.700\$000. Era a dimensão humanitária face à urgência da orfandade desvalida necessitar efetivamente de um teto que não fosse a rua.

A imponente quermesse beneficente

A organização de uma grande “Kermesse”, no antigo Jardim Público,⁸¹ como estratégia de angariar recursos à consecução do abrigo para as órfãs da febre amarela de Campinas, veio envolta na representação do renascimento da cidade que havia se assemelhado a um enorme sepulcro.

Encontramos em jornal da época⁸² uma reportagem elucidativa da imponente festa, com símbolos internacionais, que estava sendo preparada para angariar fundos ao Asilo de Órfãos:

Tivemos hontem ensejo de percorrer o jardim público, onde a comissão incubida da

⁸¹ O antigo Jardim Público localizava-se no Cambuí, tendo-se transformado na Praça Imprensa Fluminense, hoje cenário do Teatro de Arena.

⁸² Diário de Campinas – 21/22.9.1989 (sábado e domingo) – p. 2 do acervo da Biblioteca da Unicamp. “Grande Kermesse”.

Kermesse, em beneficio do Asylo da Kermesse, trabalha com grande atividade na direção dos mesmos trabalhos. Os pavilhões estão, quase todos construídos, dando nós em seguida uma pequena descrição de todos elles.

Face da Rua Augusto Cesar (Torre Eiffel) Logo a entrada ergue-se magestosamente um fac-símile da Torre Eiffel. Tem 20 metros de altura, é dividida em 4 planos; sendo o primeiro, occupado por um pequeno restaurant, o segundo, dedicado à imprensa fluminense, onde se hasteará uma bandeira proposital e na cupula, será collocado um intenso foco de luz eléctrica.

Além desta illuminação terá ainda a de grande número de copinhos de cores variadas.

No tope da Torre será erguida a bandeira franceza.

Pavilhão Italiano De fôrma quadrangular, artisticamente enfeitado de flores, arcos illuminados a giorno, ergue-se em seguida um pavilhão dedicado à Itália.

Tem à frente, os emblemas de artes e officios, taes como: compaços esquadros, réguas, etc. Será encimado com a bandeira italiana.

Pavilhão Oriental É construído, na realidade, com gosto artístico e luxo deslumbrante, que fazem lembrar as tradições que trouxeram até nós os contos orientaes: é dedicado à Espanha, cuja bandeira será, nelle, hasteada.

Pavilhão Ramos de Azevedo. A este benemerito cidadão, autor dos desenhos para os diversos pavilhões, foi este dedicado em homenagem aos seus serviços. É edificado em estylo que se aproxima, pela disposição de columnas, fôrma da cupula e enfeites exteriores, do estylo romano antigo. Os enfeites são elegantemente dispostos com folhas de carvalho artificiaes. O interior é luxuosamente forrado à seda.

Moinho de Vento A denominação deste, exprime precisamente a sua fôrma. No alto será collocado um foco de luz electrica e a bandeira nacional será collocada na parte mais alta deste pavilhão.

Gruta Artificial A gruta existente no jardim estará caprichosamente illuminada a giorno, cópinhos e enfeitado de vistosos galhardetes.

Nesta mesma face, está sendo construído um pavilhão, cuja fôrma e fim ainda não estão assentados.

Face da Rua Conceição (Pavilhão do Comércio e Industria) É este um dos maiores pavilhões, reconstruindo com caprichoso esmero, dedicado ao commercio de Campinas, de S. Paulo e do Rio e às casas industriaes destas cidades.

Pavilhão Lidgervood Está sendo edificado pelos empregados da casa Lidgervood, que pretendem realizar ali a extração de uma loteria, organizada do modo seguinte: serão vendidos mil bilhetes a rasão de dois mil reis cada um produzindo 2:000\$, destes tirar-se-há 1:000\$ que se dividirá em premios, sendo: 1 de 500\$, 1 de 80\$, 2 de 35\$, 5 de 20\$, 10 de 10\$ e 30 de 5 \$, ficando um conto de réis para a Kermesse.

Face da Rua Antonio Cezarino (Pavilhão Chinez) Este pavilhão tem a fôrma exterior de um chalet chinez.

Pela sua originalidade causa uma excellente impressão à vista.

Pavilhão Portuguez Em attenção aos tradicionaes arrosos da marinha protugueza, este pavilhão dedicado a Portugal, tem a forma externa de um navio, cujos enfeites, compõem-se dos respectivos accessos, - ancoras, velames, cordas, mastros, etc.

Pavilhão Norte-Americano Sem construção symbolica, é contudo edificado com muito gosto. É dedicado aos Estados-Unidos, cuja bandeira será nelle collocado.

Vae ser construído um bello pavilhão de estylo grego, que a loja do Japão, da capital se incubiu de levantar, onde exporá à venda vários objectos delicados, cujo resultado reverterá em beneficio da Kermesse.

Face da Rua General Osório (Pavilhão Alemão) Trançado habilidosamente em bambús, este pavilhão é de uma originalidade e sengeleza encantadora. A bandeira allemã será hasteada ahi como signal de dedicatória à colonia germana. É destinado à venda de fructas.

Pavilhão Sport-Club É uma das idéias mais felizes do plano que dirigiu a organização dos pavilhões. Tem a forma de uma grande ferradura e os enfeites consam de objectos proprios a equitação.

Pavilhão Arens Este pavilhão, construído pel casa Arens & Irmão, é destinado à venda

de café. Tem o exterior imitando mais ou menos um botequim ambulante.

Centro do Jardim (Pavilhão do Club Amizade) Foi levantado pelo sr. João Scherrington, em nome do Club Amizade. É destinado a uma surpresa. Está situado sobre o lago do Jardim, e será ocupado por uma comissão de senhoras do mesmo club.

No pavilhão, doado há annos ao Jardim Público, pela casa Lidgernood & C. tocará a banda de música que acompanhar o Club Tenentes de Plantão, da capital, ficando o estandarte deste club hasteado neste pavilhão.

Todos os pavilhões, exceptos aquelles de cujo destino fizemos menção, dedicam-se à venda de prendas. No pavilhão Ramos de Azevedo, porém, serão vendidos objetos de ourivesaria. Em cada entrada do jardim está atravessado um arco de iluminação a gaz com distico Asylo de Orphans e, além destes, outros arcos no interior do jardim, prefazendo a conta de 12 arcos. Todas as ruas serão atravessadas de cordas com galhardetes, iluminação a giorno e a copinhos de côr.

Companhia C.C. de Ferro Agora que se aproximam os dias da grande Kermesse em benefício do Asylo de Orphãos, torna-se necessário que a Companhia C. Carris de Ferro melhore os seus carros, fazendo-os passar por uma reforma de modo que possam corresponder ao grande transito que naturalmente deve haver durante aquelles festejos, mandando preparar os referidos carros.

Pelo texto jornalístico, flui a grandiosidade do evento de benemerência, como elemento de poder de persuasão sobre a sociedade, envolvendo, na comunhão da causa, as pessoas pelo emocional, como denota a estratégia: “Em cada entrada do jardim está atravessado um arco de iluminação a gaz com distico Asylo de Orphans e, além destes, outros arcos no interior do jardim, perfazendo a conta de 12 arcos”. Para isso, foi preciso o aparato apelativo, no sentido de atrair e garantir a presença da população, num verdadeiro exercício de sedução e encanto, através das imagens e símbolos criados: bandeiras de cada país, a réplica da Torre Eiffel, forração de seda no Pavilhão Ramos de Azevedo, flores, enfeites, arquiteturas em formas de navio ou em estilo oriental, ...Merece destaque o fato de a Loja do Japão da capital incumbir-se da edificação do Pavilhão Norte-Americano, revertendo a renda de toda a venda ao Asilo de Órfãos. Ainda o Pavilhão do Comércio e Indústria também transpôs as fronteiras de Campinas para atingir o comércio e as indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro, o que demonstrava a força social e econômica de Campinas no cenário comercial e industrial geral.

A repercussão da obra assistencial - Asilo de Órfãos - gerando fomentos advindos de outras cidades e de capitais de Estados, reiterou a projeção oligárquica e eclesiástica de Campinas, vista, naquela época, como uma das cidades de maior prestígio e mais importantes do Brasil, em especial, pela cafeicultura e elite cultural, tema discutido por Lapa (1995). Digno de transcrição o fragmento do discurso de Monsenhor Luís Fernando de Abreu, para bem entender o que foi Campinas: Campinas era designada como or-

gulhosa e de seus filhos afirmava-se: “São pretensiosos e tão altivos que, interrogados no estrangeiro se eram brasileiros, respondiam apenas, sou campineiro⁸³”.

As emoções e sentimentos filantrópicos tendem a intensificarem-se em eventos festivos beneficentes organizados para uma causa social emergente, como advoga Capelato (1998). A quermesse, estruturada em pavilhões de vários segmentos internacionais, congregando novamente os campineiros, agindo sobre sua generosidade do povo, atingindo o apoio de pessoas ilustres, e de vários setores do comércio, motivando a coletividade e, ainda, transpondo os limites da cidade com repercussões no Rio de Janeiro, apresentou uma marca especial da inserção do nascente Asilo de Órfãos, na história.

O poder usa meios espetaculares para marcar sua entrada na história (comemorações, festas de todo tipo, construção de monumentos). As manifestações de poder não se coadunam com a simplicidade; a grandeza, a ostentação, o luxo as caracterizam (CAPELATO, 1998, p. 37)⁸⁴.

A comissão organizadora da quermesse designou os locais e as pessoas a quem seriam entregues as prendas e os donativos: Augusto César do Nascimento, João Duque (casa Notre Dame de Paris), Dr. Tomás Alves, Dr. Vieira Bueno, Luís de Pádua Machado, Leopoldo do Amaral e os diretores dos três jornais da cidade: Correio de Campinas, Diário de Campinas e Gazeta de Campinas.

As damas da sociedade, as protetoras da quermesse, fizeram o trabalho de sensibilizar as “almas” caridosas para todo o tipo de ajuda com o fim de conseguir o melhor resultado em prol do Asilo de Órfãos e desenvolveram gigantesca campanha financeira, abrangendo vários segmentos da cidade e região.

A grande quantidade de prendas e donativos recebida das mais distintas origens, desde as sociedades campineira e circunvizinhas, como ainda auxílios das lojas de São Paulo e do Rio de Janeiro, como também belíssimas peças de porcelana européia ofertadas pela Princesa Imperial Dona Isabel e pelo Conde D’Eu, prenunciavam o êxito do evento beneficente.

⁸³ Trecho de discurso de Monsenhor Luís Fernando de Abreu, capelão da Santa Casa de Misericórdia e parente da benemérita Maria Felicíssima de Abreu Soares, por ocasião do 1º. Centenário da Santa Casa. Idem 1972: p. 22

⁸⁴ CAPELATO (1998) corrobora com a utilização de comemorações, festas de todo tipo, construção de monumentos como forma de o poder marcar sua entrada na história. E ainda afirma que “A teatrocrazia regula a vida cotidiana dos homens em sociedade”.

Cabe ressaltar, que o Imperador D. Pedro II, a Princesa Isabel e o Conde D'Eu e nobre comitiva já haviam anteriormente visitado as dependências da Santa Casa e deixando fartos donativos ao Asilo de Órfãos ainda como externato, precisamente em 17 de novembro de 1884 e em 28 de outubro de 1886 (MELLO PUPO, 1969. p. 175), o que reitere o prestígio de que gozava Campinas ante o Governo Imperial.

Em 29 de setembro de 1889, às 15h30, para a inauguração da quermesse, num belo domingo de primavera, em trens especiais, afluíram muitas famílias da capital do Estado e das cidades circunvizinhas, tornando o cenário urbano festivo e reflorescido. O Dr. José Manuel Lobo proferiu eloqüente discurso de abertura em nome da Comissão, conclamando a todos a comungarem a causa das órfãs desvalidas. Como as festas de benemerência tocam a sensibilidade e estimulam as emoções coletivas, a resposta da sociedade campineira à quermesse havia garantido a inserção do Asilo de Órfãos na história filantrópica da cidade.

Merece registro a contribuição da conceituada Casa Livro Azul, livraria e editora de grande significância em Campinas e projeção no exterior, com filial em Paris, de ter editado, em suas oficinas, o livreto artístico “O Orphão, contendo textos das melhores penas campineiras” (PAULA 1948, p. 127).

O resultado financeiro ultrapassou o esperado, tendo colaborado a venda de várias edições de *O Jornal da Kermesse*, editadas com várias tiragens em um dos pavilhões forrado por dentro e por fora com exemplares de jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro. As prendas que renderam maior preço foram as jarras ofertadas pela Princesa Imperial e pelo Conde D'Eu, arrematadas, em leilão, a primeira pelo Major António Luís Rodrigues por 551 mil réis, e a segunda, por Albino José Barbosa de Oliveira Junior, pela quantia de 120 mil réis.

A renda líquida da quermesse permitiu que a Diretoria da Santa Casa ultimasse as obras para acolher as órfãs em internato, o que conciliou várias representações: a da caridade cristã e do poder econômico de muitos campineiros que se envaideciam com seus altos lances em leilão público, além de fortalecerem seu status de homens ricos e poderosos.

A quermesse que teve festivo remate no dia 13 de outubro de 1889, foi uma das mais brilhantes e frutíferas festas que até então Campinas já presenciara, perdurando por

muito tempo na memória de todos os que dela participaram, ficando a representação do ressurgimento de uma cidade vitimada pela febre amarela, e também um verdadeiro processo de revitalização de compromisso com a filantropia.

Desde a inauguração do Asilo de Órfãos, em 1878, proliferaram fontes de recurso, descritas, sistematicamente, nos relatórios bienais em prol da criança desamparada, mas insuficientes para que estivessem prontas as dependências equipadas ao regime de internato, fazendo-se necessária e urgente a grande mobilização da sociedade para tal fim. A frutífera Kermesse obteve repercussão na imprensa do Rio de Janeiro, na imprensa local e no Partido Liberal, conforme transcreve Santos filho (1996, p. 189-191), cujo fragmento aqui reproduzimos:

O acontecimento que presentemente domina as gloriosas festas da Província de São Paulo, é a Quermesse Campineira, porque ela assinala o renascimento de uma grande cidade para o sol da vida, disposta a novamente travar a memorável batalha pela existência. Vive ainda na memória de todos a mortífera epidemia[...] que a devastou e queria arruinar, deu ocasião à sua laboriosa e bondosa população para realizar uma festa eminentemente cristã, qual a quermesse a favor dos órfãos, os quais a peste deixara sem pais, sem abrigo e sem pão.[...] Ao dr. Pereira Lima, ilustrado e caridoso médico; a imprensa de Campinas, sempre generosa e patriótica como a que mais o seja;[...] dirijo do alto destas colunas, que tantos e relevantíssimos serviços tem prestado à minha pátria e ao meu partido, as mais cordiais, as mais calorosas felicitações. P.S.
A assinatura 'P.S.' encobria fervoroso adepto do Partido Liberal.

Inauguração do Asilo de Órfãos

Às 10 horas da manhã do dia 15 de agosto de 1890, representado a solução cristã para um dos problemas mais complexos do tecido social campineiro, foi solenemente inaugurado o Asilo de Órfãos, com as primeiras 20 internas, enquanto a parte do externato já contava com 212 alunas. Integraram as festividades a execução do Hino do Asilo de Órfãos e a distribuição de uma *Polyanthéa*, composta por doze páginas grandes, ostentando o retrato do grande benemérito, Dr. Francisco Augusto Pereira Lima, continuador do sonho há tanto tempo cultivado por Pe. Vieira – internato às meninas pobres que a sorte levava à orfandade.

Fizeram parte da *Polyanthéa* lavras de respeitáveis penas, tais como, Dom Joaquim José Vieira (o fundador, já sagrado bispo), Cônego João Batista Correa Néry (depois primeiro Bispo de Campinas), H. Pujol, Policarpo de Queiroz, Henrique de Barcellos, Leopoldo Amaral, Américo de Campos Sobrinho, Dr. Vieira Bueno, Cônego Mano-

el Vicente, Dr. Pedro Sanches de Lemos, José Augusto Quirino dos Santos, Dr. Tomás Alves Filho, Dr. Ângelo Simões, Aristides Lobo, Valentim Magalhães, e outros.

Até o ilustre romancista e poeta Machado de Assis, que também se tornou órfão de mãe na tenra infância, compôs um soneto constante da *Polyanthéa*, como colaboração à campanha de arrecadação de fundos para o internato do “Asylo de Orphãs”, como transcreve Lapa (1996, p. 223):

Pela Inauguração do Asylo de Orphãs de Campinas

Recolhei, recolhei essas coitadas,
Tristes crianças, desbotadas flores,
Que a morte despojou dos seus cultores,
E pendem já de hastes maltratadas.

Trocai, trocai as fomes e os horrores,
Os desprezos e as ríspidas noitadas
Pelo afago de peitos protetores.
Ensinai-lhes a amar e a ser amadas.

E quando a obra que encetais agora
Avultar, prosperar, subir ao cume,
Tornada em sol esta ridente aurora.

Sentireis ao calor do grande lume
Tanta ventura, que, se fordes tristes,
Jubilareis da obra que cumpristes.

O soneto de Machado de Assis denomina, metaforicamente, as órfãs de “desbotadas flores”, adjetivando as crianças com “coitadas, tristes maltratadas”. Com isso, seu poema recria um fato social concreto de que a criança despojada de seus pais, enfrenta a fome, os horrores e o desprezo. Ameniza, no entanto, o sofrimento da ausência materna pelos “afagos dos peitos protetores” que a acalantarão. O poema interage o eu poético com os sujeitos destinatários, pois vivenciara a orfandade com todas as suas seqüelas sociais.⁸⁵

Por qual razão teria o poeta e romancista do Rio de Janeiro, o notável Machado de Assis, fundador da Academia Brasileira de Letras, contribuído com sua lavra? Fica a indagação, vez que tantos outros asilos de órfãs foram fundados ao lado de outras Santas

⁸⁵ Embora a vida de Machado de Assis não seja objeto deste estudo, cabe assinalar que além de órfão, era gago e estigmatizado por ser mestiço, tendo nascido no pauperrismo do morro do Livramento, no Rio de Janeiro, tendo-lhe sido negadas as oportunidades de freqüentar uma escola, tornando-se autodidata. (Considerações da pesquisadora)

Casas, sem que se tenha notícia de tão honrosa contribuição. No entanto, em que pese ter sofrido Machado de Assis mazelas da orfandade e da pobreza, não se pode desconsiderar a influência externa de que Campinas desfrutava.

A iniciativa de dar abrigo, e com ele o pão, a educação e a fé às desafortunadas pela infância sem pais, que se tornou realidade em 15 de agosto de 1890, foi retratada, sobejamente, nos jornais da cidade, tendo merecido ser transcrito o texto da reportagem que inclui a ata de inauguração e demonstra a mobilização dos diversos segmentos sociais de Campinas:

16 de agosto de 1890
ASYLO DE ORPHANS

Realizou-se hontem conforme estava annunciada, a inauguração do Asylo de Orphans desta cidade. Às 10 horas da manhã teve logar a missa cantada, auxiliando na execução do canto as exmas. Sras. Da. Barbara Bueno, Maria do Carmo e Ludovida de Andrade, que cantou o solo ao pregador. Esta produção é uma esplendida melodia de Angelo Mariani.

Em seguida ocupou a tribuna sagrada o Cônego João Baptista Corrêa Nery, que tratou brilhantemente daquela pia instituição, terminando por fazer um paralelo entre os seus dois beneméritos iniciadores, D. Joaquim José Vieira, bispo do Ceará e Dr. Francisco A Pereira Lima. A missa executada é composição do hábil maestro Presciliano Silva, que regeu a orchestra.

Terminada esta solemnidade, à 1 hora da tarde foi offerecido um lunch às pessoas que tomaram parte na festividade, ocupando a cabeceira o revmo. Bispo do Ceará.

Dahi, dirigiram-se todos para a sala superior do pavimento direito, onde foi cantado o hymno do asylo de Orphans, do maestro Presciliano Silva, por grande numero de Exmas. Senhoras, cujos nomes daremos no próximo numero. O Dr. Pereira Lima leu depois o seu relatório em que narrou as difficuldades com que teve que arcar para conseguir o seu objectivo. Seguiu-se o hymno nacional executado pela banda de musica Luiz de Camões, auxiliada por diversos profissionaes, e que foi ouvido de pé por todas as pessoas presentes.

O Revdmo. Cônego Corrêa Nery, vigário de Santa Cruz, produziu o discurso inaugural, usando em seguida da palavra o Dr. Luiz Silverio Alves Cruz.

Depois desses discursos deu-se a distribuição dos premios às alumnas da Santa Casa. Em nome do Revdmo. Bispo do Ceará, agradeceu o Revdmo. Cônego Nery as atenções de que foi alvo aquelle por parte deste povo.

Distribuiu-se, então, uma polyanthéa, executando a banda de musica acima o hymno do Asylo de Orphans.

Após um intervalo de uma hora mais ou menos deu-se o Te Deum, faltando a orchestra devido a ter-se elle realisado mais cedo, por ter sua revdma. o Sr. Bispo de retirar-se em trem especial, às 7 horas da noite

Finda todas estas cerimonias foi lavrada e assignada a seguinte acta:

Aos quinze dias do mez de agosto do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1890, no edificio do Asylo de Orphans, sob a presidencia do illustre senhor Bispo do Ceará, d. Joaquim José Vieira, fundador da mesma instituição, foi inaugurado com a maior solemnidade o Asylo de Orphans, erguido para amparar as creanças desvalidas.

Depois de aberta a sessão solemne o Dr. Francisco Augusto Pereira Lima leu um extenso e minucioso relatório, dando conta dos successos e vicissitudes por que tem passado aquella pia instituição desde seu inicio, referindo o nome de todos os cidadãos que têm prestado serviços desinteressados ao piedoso abrigo das orphans, cujo objectivo é offerecer aos entes desamparados aos quaes a Providencia tirou no mundo o animo natural, o

agasalho modesto e protecção constante, educação christianissima e cultivo do espirito adequados. Em seguida, foi cantado pelas protectoras do Asylo um hymno expressamente escripto para esta solennidade e após haverem usado da palavra distinctos cavalheiros foi encerrada a sessão lavrando eu esta acta especial em qualidade de secretario da Meza da Irmandade da Misericórdia. Eu, Antonio Alvares Lobo fiz esta em que se assignam as pessoas presentes. Em tempo, o Dr. Pereira Lima entregou uma escripta, em nome dos orphans, à imprensa fluminense.

Joaquim, bispo do Ceará, Dr. Francisco A Pereira Lima, Monsenhor Cônego João Alves C. Guimarães, Cônego Antonio José Pinheiro, Cônego Bernardino Lustosa, Cônego Vicente Ferreira Galvão, Cônego João Baptista Corrêa Nery, padre Francisco Antonio Silva, Henrique de Barcellos, Dr. Vieira Bueno, Juvenal Pacheco, J. Manuel Lobo, José Pedro de Carvalho e Silva, José Pedro de Sant'Anna Gomes, Bento Quirino dos Santos, João de Campos Souza, José da Rocha Brito, Francisco Coutinho, Antonio Alves da Costa Carvalho, Francisco Bueno de Lacerda, José Theodoro de Oliveira Andrade, Augusto César do Nascimento, Henrique Santos Dumont, J. B. de Castro Mendes, Manoel Elpidio Pereira de Queiroz, José Paulino Nogueira, Esther Nogueira, Amalia Ferreira Dumont, Alzira Ferreira, Bento Abyeux, Amélia Godoy, Petronilha Alvaro, Guilhermina de F. Lobo, Anna Bayeux, Lucilla Bueno da Costa Carvalho, Raphael Gonçalves de Salles, Maria M. Maia, Joaquim A Gomide, Orozimbo Maia, Dr. Thomaz Alves Filho, José Pereira de Andrade, Esmeralda de Queiroz Souza, Maria A Sampaio, João de Deus Sampaio, João Thorvillo Alves, Joaquim Maria de Rocha Brito, Celestino Cintra, Etelvina Alves, Francisco Lima, Anna Lima, Gê Lima, Antonio F. de Andrade Couto, Luiz Silvino Alves Rodrigues, Alberto Augusto do Nascimento, Adolpho Godoy, Arthur M. da Rocha Brito, Fernando Rocha Brito, João Baptista Daniel, Gertrudes Lioniza de Barros, Adelaide Pinheiro, Candida Barros, Celisa Barros, Othilia Barros, Alzira Mascarenhas, Alice Pinheiro, Paulo A Lobo, Cleophano Pitaguary, Francisco de Assis Guimarães.

Foi enorme a concurrencia de povo que affluiu àquella piedosa festa, que será sempre lembrada porque representa ella um dos passos mais nobres do progresso campineiro.

Mais uma vez; honra aos iniciadores do abrigo da infancia desamparada!

(*Diário de Campinas, Folha Popular* - livro 42 do Arquivo do Centro de Memória da Unicamp)



Figura 7: Reportagem da inauguração do Asilo de Órfãos.

Fonte: Arquivo do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas

O papel da imprensa fez-se imprescindível durante todo o processo de abertura da ala interna do Asilo de Órfãos. Corrobora com essa análise a reflexão:

“Para alcançar a dominação por meio dos imaginários sociais, é necessário o controle dos meios de comunicação, instrumentos de persuasão destinados a inculcar valores e crenças” (CAPELATO, 1998, p. 36).

Utilizando-nos da literatura, citamos um trecho de Camilo Castelo Branco em que ele, em prosa poética, de certa forma não abraça o fato de uma criança ser criada fora do ambiente familiar, e somente crê na mãe de sangue como representação do amor materno:

“Só concedestes (Senhor) a cada um inocente um coração de mãe, e não fazeis o milagre de aquecer os frios do órfão no regaço carinhoso de outra mulher”⁸⁶.

Também descobrimos em Monteiro Lobato uma referência às órfãs de Campinas:

“...quando a febre amarela, em Campinas, orfanou Laurita, eu,...trouxe-a para minha companhia.”⁸⁷

A falta de dados frustrou a busca dos motivos pelos quais Monteiro Lobato, de Taubaté, teria se referido à Laurita, levando-a para sua companhia. Rastreando o livro de matrículas, foram encontradas três órfãs de nome Laurita, no entanto, sem qualquer menção à entrega a Lobato.

Nova epidemia de febre amarela

Em 1892, nova epidemia ameaçou Campinas, no entanto, dessa vez, mais branda. Como medida preventiva, foram fechadas, temporariamente, as aulas do externato, ficando apenas as meninas internas, que não tivessem condições de serem acolhidas por alguém da família. A irmã Maria de Santa Paula Terrier, professora no Asilo, por esse tempo, dedicou-se aos doentes, contaminou-se e faleceu em 15 de março daquele mesmo ano. Da congregação de São José, três irmãs foram vítimas do terrível mal, no cumprimento de sua missão, servindo a Deus na pessoa do próximo. A vida escolar no setor do externato e internato voltou à normalidade tão logo a epidemia foi debelada.

⁸⁶ Fragmento de BRANCO, Camilo Castelo. *Mulher fatal*. 2. ed., cap.1, p.21, encontrado ocasionalmente no AULETE, Caldas, op.cit, p. 2598 v.2

No entanto, o Colégio Internacional confessional presbiteriano, que desde 1873 atuava em Campinas, e já sofrera redução de alunos na epidemia de 1889, em face do novo surto de febre amarela de 1892 que culminou com o falecimento do reverendo Lane (BENCOSTTA, 1996, p.109), encerrou suas atividades como instituição educacional, sendo transferida a missão para Lavras.

As autoridades municipais assumiram a prioridade de zelar pelo saneamento, uma vez que Campinas, cidade de tanto prestígio, não podia mais negligenciar a salubridade e a qualidade de vida de seus filhos. Mesmo assim, em 1896, duas asiladas contraíram a febre amarela, mas foram tratadas na enfermaria de crianças e foram salvas.

Forçoso dizer que, com a República, foi organizado o Serviço Sanitário do Estado pela Lei de número 432 de 3 de agosto de 1896, dividindo-se entre o Estado e Município as responsabilidades pela Vigilância Sanitária, hospitalar, isolamento e desinfecção. Em Campinas, a Comissão Sanitária, no período de 1896 a 1898 foi chefiada pelo Inspetor Sanitário, Emílio Ribas, que concretizou um projeto de limpeza e desinfecção de lugares públicos e privados, coleta de lixo diária, minimizando as doenças epidêmicas (LAPA, 1995, p.262-265).

Breve resgate histórico

Para pontuarmos o tecido social de Campinas no ano de inauguração do Asilo de Órfãos, importa lembrar que a Abolição da Escravatura em 1888, mudou o cenário urbano com negros nas ruas, sem trabalho fixo, e, em razão da baixa resistência do organismo eram eles, mais facilmente, alvos da febre amarela. Os imigrantes que buscavam as terras campineiras para trabalho na lavoura, pelas dívidas com os senhores, em razão da vinda, teto, alimento, tiveram seus corpos fragilizados e predispostos à terrível peste avassaladora. Como relata Santos Filho (1995, p.245):

Desta vez, dada a chegada de novos imigrantes, ainda não imunizados, a maioria dos mortos foi de italianos, nada menos que 253; seguiram-se portugueses, 126; espanhóis, 90; alemães, 18; e outras onze nacionalidades, com menos de uma dezena cada. Em virtude da localização dos imigrantes na zona rural, em fazendas, nelas se verificaram muitos falecimentos, como nas denominadas Samambaia, Bela Aliança, nas de Francisco Elisário Camargo, Joaquina Souza Aranha, no engenho do dr. Francisco Teodoro, e nas

⁸⁷ este trecho foi ocasionalmente encontrado SILVA, Adalberto Prado e (org). Novo Dicionário Brasileiro. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969. p.125 v. IV

chácaras Árvore Grande, Paraíso e do coronel Bento Bicudo, do Sampainho, e de Tórlogo Camargo.

Pela Proclamação da República, o Brasil passava por radicais transformações político-eclesiais; separava-se a Igreja do Estado, comprometendo a subsistência da Igreja, tendo que encontrar formas de manter-se. A união com a oligarquia, com grande contingente de fé católica, e a criação das Irmandades contribuíram, de certa forma, para suprir os benefícios perdidos do Estado. No processo de criação do Asilo de Órfãs não foi manifestada desarmonia entre a Igreja e o governo republicano. A todos interessava uma instituição religiosa que assistisse, educasse e até regenerasse a infância desprotegida, entregue à rua, expondo a cidade a ter de conviver com um incômodo social: meninas mendigando ou prostituindo-se.

Internação: uma necessidade social

As egressas, na grande maioria, ao referirem-se ao seu tempo de asilada, preferiam usar o termo *escola*, evitando a denominação *asilo*, possivelmente, por considerá-lo estigmatizante. Rápidas pinceladas, pela etimologia e semântica podem trazer uma luz a essa transposição do termo asilo para escola. Como o termo *Asilo*, pelo grego *ásylos* e pelo latim *asylu*, por via erudita, significava casa de assistência social onde eram recolhidas, para sustento ou educação, pessoas desamparadas, mendigos, crianças abandonadas, órfãos e velhos, certamente, essa mesclagem gerava um mal-estar às órfãs, abrigadas em igualdade de condições aos demais. Fortalece o estigma a conceituação de *asilo*, conforme Torrinha (1945, p.84), “*como templo, lugar inviolável, refúgio ou local onde antigamente os criminosos e os devedores punham-se ao abrigo de perseguições da justiça isentos da execução das leis*”. Por extensão, asilo seria lugar onde se estivesse a salvo de perigos, e, ainda, estabelecimento hospitalar onde os alienados mentais recebiam internação e tratamento.

O perigo a que as órfãs estavam expostas, se soltas e desamparadas pelas ruas, sem um dos genitores ou sem os dois, com necessidade de dominar a si própria contra as solitudes mundanas, significava um incômodo, um peso social à cidade de Campinas, como bem explicita Cônego Manoel Vicente:

Não sereis pesadas à sociedade pelo ócio e pelo vício, aprendereis a viver do trabalho na paz de uma pureza inalterável, de uma ingenuidade encantadora, para serdes no futuro,

mães zelosas, ou virgens abnegadas, desprendidas dos prazeres da terra para viverdes da dedicação generosa em prol da humanidade que soffre. Cônego Manoel Vicente.⁸⁸

Asilar a orfandade seria, portanto uma forma de afastamento institucionalizado, pela entrega das órfãs às mãos das Irmãs de São José para educá-las nos preceitos morais mais acurados e na religião. Como o termo “Asilo” é polissêmico e alberga uma plêiade de desprotegidos, desde criminosos, doentes, mendigos, idosos, órfãos, pressupomos que se configura como um estigma e causa desconforto a quem se recolheu no Asilo de Órfãs, buscando substituí-lo por um termo menos traumático, como “escola”, “colégio”, fato que percebemos ao iniciar nosso contato com as depoentes.

L.A.: Do Colégio (grifo nosso) das Irmãs de São José, praticamente nada me lembro, apenas que algumas eram mais bravas, mas evito lembrar desse tempo.

R.G., I.G., T.G.: Nós aprendemos lá no Colégio das Freiras (grifo nosso) tudo de bom: educação, modo de andar, descer uma escada, subir uma escada, como conversar, pedir licença, tudo o que fosse fazer pedir com jeitinho, não arrastar o pé, caminhar sem arrastar o pé, descer as escadas sem fazer barulho, enquanto fizesse barulho a gente subia e descia até aprender. Não podia bater de jeito nenhum, então parecia que a gente estava pisando em ovos. E, numa casa que eu trabalhei a senhora até falava que o meu andar era uma coisa de louco, parecia que eu estava pisando em ovos, enquanto que o passo da filha dela era aquele passo pesado e o meu não era bem de levinho, parecia que não estava nem andando, mas é porque a gente aprendeu no colégio. (grifo nosso)

M.L.P.B.: Foi um período muito lindo. Acho que foi Deus que nos abençoou, colocando-nos ali Eu e minha irmã, Ro, entramos lá em 1942, eu com 8 anos e saí com 13, e minha irmã com 6 anos e saiu com 11. Minha mãe morreu e meu pai trabalhava na Mogiana, trabalhava de noite. Como morávamos no Guanabara perto do Hospital Bierrenbach de Castro, o Dr. Bierrenbach e sua esposa aconselharam meu pai a colocar nós duas no Asilo de Órfãs da Santa Casa, (grifo nosso), porque minha irmã mais velha de 15 anos cuidaria dos cinco irmãos menores e nós receberíamos boa educação.

Sem desconsiderarmos o estigma que envolve o termo “Asilo”, nossa análise caminhou no movimento das contradições, semelhanças e dessemelhanças, vez que cada história de vida, embora se atendo ao mesmo objeto, carrega em si traumas ou superações. Nesse sentido, entanto, pontuamos na terceira fala, um condicionamento religioso carregado de representações de subserviência e aceitação da condição social, em nome de Deus. Mas, para ela foi “um período lindo”.

Para entendermos a necessidade e os benefícios da internalização, levamos em conta a amplitude desse processo de educar órfãs desvalidas, em suas inúmeras dimensões pedagógicas, conglomerados de símbolos, parâmetros fundamentais para através de

⁸⁸ *As Órfãs*, Campinas, s.n., 1890, p. 7

costumes conservadores, coercitivos, e reprodução de padrões rigorosos de civilidade, recato, pudor, rituais religiosos, para moldar-lhes o corpo e a alma, libertando-as das maldades do mundo.

Apreendemos que cada internada tinha sua maneira peculiar de representar aquele contexto sócio-educativo, e o fez com o capital cultural ligado às experiências da classe social de origem e da vivência no recolhimento. Como advoga Pollak (1989, p. 13):

“Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo, o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros.”

Para alinhavarmos as relações entre o Asilo de Órfãs, o poder oligárquico e eclesial, os problemas sociais e as normatizações, buscamos não perdermos de vista o contexto social de Campinas, com órfãs desassistidas, provindas de classes sociais menos favorecidas, encontrando na internação a solução emergente substitutiva do lar em estado de desestrutura ou mesmo de ausência total.

Surpreendente descoberta emergiu de Marcílio (1998, 72) em que traz à tona a confissão de Rousseau ter abandonado seus próprios filhos:

Jean-Jacques Rousseau declarou, enfaticamente, que escolheu, deliberadamente e sem o menor escrúpulo, “gaillamente, sans le moindre scrupule”, a solução de abandonar seus cinco filhos, tidos com sua concubina Thérèse. Foi ele quem a convenceu da utilidade da instituição de caridade, como ele próprio afirmou em suas Confissões. E Rousseau concluiu: “Pensando bem, escolhi para meus filhos o melhor, ou o que acreditava ser o melhor. Eu gostaria de ter sido criado e alimentado como eles foram”. Rousseau nunca soube o destino de seus filhos.⁸⁹

O mesmo Rousseau que confessou ter abandonado seus cinco filhos havidos com Thérèse Levasseur aos cuidados de uma instituição de caridade, por um lado fez a apologia do abandono de filhos, e, paradoxalmente, por outro lado, prolatou uma eloquente recomendação de amor à infância, em sua obra *Emílio* ou *da educação* (ROUSSEAU, 1992, p. 61):

Amai a infância; favorecei seus jogos, seus prazeres, seu amável instinto. Quem de vós não se sentiu saudosos, às vezes, dessa idade em que o riso está sempre nos lábios e a alma sempre em paz? Por que arrancar desses pequenos inocentes o gozo de um tempo tão curto que lhes escapa, de um bem tão precioso de que não podem abusar?

⁸⁹ *Apud* Rousseau, J. J. *Confessions*. Paris: Garnier, 1980, p. 403 e ss.

Retomando o trecho de Cônego Manoel Vicente “Não sereis pesadas à sociedade pelo ócio e pelo vício, aprendereis a viver do trabalho na paz de uma pureza inalterável, de uma ingenuidade encantadora, para serdes no futuro, mães zelosas, ou virgens abnegadas”, vemos que o discurso de um membro da Igreja sobre o educativo internalizado passa a considerá-lo um bem social, uma necessidade emergente e a eficaz solução salvífica da orfandade infantil feminina.

Essa consciência dos benefícios de se abrigar a órfã desvalida para preservá-la dos perigos mundanos, perpassava os relatórios da Irmandade de Misericórdia:

As orphans continuam a ser educadas para o destino que devem ter: aprendem a todos os trabalhos domésticos, que pódem na vida facilitar o ganho honesto, a formação da família e uma decente collocação social. Principalmente a sua educação moral é rigorosamente vigiada pelo fato de irem ter ao Asylo creaturas de todas as classes, onde nem sempre a virtude dos paes, parentes e protectores póde lhes servir de exemplo e espelho. Tenho posto, neste particular, cuidado bastante e severidade, sempre de accordo com a digna Superiora, para que as orphans, resguardadas durante o anno, de toda eiva de vícios, não saiam nas férias para lugares perigosos, onde aprendam as lições contrárias á moral e aos bons costumes e vão contaminar e perverter as suas companheiras.⁹⁰

O texto deixa claro que até mesmo os progenitores, bem como demais familiares e protetores representavam risco e ameaças. Quem seriam os protetores para gerar riscos? Quais lições aprenderiam com eles contrárias à moral e aos bons costumes?

Havia uma preocupação muito significativa da Provedoria da entidade quanto ao capital cultural trazido pela órfã, como nos subsidiam os estudos de Bourdieu e Passeron (1992), bem como quanto aos costumes, hábitos, envolvendo várias dimensões, em especial, a moral, como se depreende do fragmento⁹¹ de relatório institucional:

Convém ficar consignado neste documento para conhecimento da Irmandade, o que ocorre, algumas vezes, na vida íntima dos internatos para que a experiência dos factos aconselhe a melhor orientação na parte educativa das asyladas. O asylo tem matriculadas 60 orphãs; estas vêm de procedencias diversas, differentes nas cores (grifo nosso), mais ainda o são nos costumes e nos habitos que trazem. Algumas procedem de optimas familias e são de indole boa e amavel; outras ao contrario, assistindo a máos exemplos no lar onde nasceram, levam para o lugar onde vão se educar sentimentos que contrastam com a pureza moral do ambiente em que vão viver. Administração interna luta com extraordinarias difficuldades para conseguir uma educação uniforme dessa mescla de creaturas, de origens tão variadas e dirigidas até a entrada

⁹⁰ Esse fragmento citado faz parte do Relatório Geral da Santa Casa de Misericórdia, tendo como ano de referência – 1907, página 21, redigido pelo mordomo Antonio Alvares Lobo endereçado ao Provedor.

⁹¹ Tal fragmento inserido no Relatório anual de 1912, às páginas 12-13, reitera a preocupação com a procedência das órfãs, razão pela qual não se percebe qualquer intenção de alargar a oferta, pelo contrário, mantê-la inalterada.

no Asylo por maneira tão irregular e mesmo inconveniente e perigosa. É essencial imprimir um cunho prático na direção dessas pobres asyladas, afim de que ellas possam melhor desempenhar na sociedade dos seus deveres no combate para a vida em que se apparelham. Vendo todos os factos que sucedem nos internatos é que o pleca-ro Bispo do Ceará, com tanta acuidade de observação, ainda recentemente aconselhava o desdobramento das aulas do nosso externato mantendo-se exclusivamente o numero atual de asyladas.

Antonio Alvares Lobo - Mordomo

A referência explícita à orfandade de diferentes cores traz à tona a falta de políticas de acolhimento e mesmo de ensino, em razão de veto ao acesso de negros nas escolas públicas, desde a Reforma Couto Ferraz⁹² em 1854 e também as particulares não aceitavam negros, ficando-lhes apenas as instituições de benemerência como única alternativa. Rosa Fátima de Souza, (1998, p. 103) ao estudar, na Primeira República, a condição dos negros em Campinas, atesta que “as formas pelas quais se manifestava o racismo contra o negro na sociedade campineira ressaltando as interdições a que eram submetidos nos espaços públicos” bem como a segregação quanto ao trabalho eram manifestas, restando às mulheres negras exercer a função de empregada doméstica.

Nesse sentido, o Mordomo ao mencionar “procedências diversas, diferentes nas cores”, muito provavelmente, referia-se às meninas negras e mulatas, todavia não negava uma política de atendimento a elas, embora antevendo a possibilidade de conduta perigosa em razão dos hábitos e costumes de origem.

Embora em 1879, a Reforma Leôncio de Carvalho (XAVIER, 1994, p. 89) reiterasse “a obrigatoriedade do ensino dos 7 aos 14 anos, e eliminasse a proibição de frequência aos escravos”, as elites conservadoras, com comportamento autodefensivo, não colocavam em suas pautas de discussões as necessidades sociais dos desvalidos, em especial, dos negros.

O Asilo resolvia esse controle ideológico, sendo o único lugar de acesso às expulsas do sistema, predominando uma educação mais de caráter profissionalizante, sem contudo, tirá-las da condição de pobreza. Pelo advento da República, com o entusiasmo pela educação popular, essencial para a consolidação democrática e econômica do país, pode-se dizer que tal entusiasmo sofreu, segundo Ghiraldelli Jr. (1990, p. 15-17), “um processo de arrefecimento” e os negros continuaram marginalizados.

As egressas, em seus depoimentos, revelaram terem sido vítimas de discriminações raciais:

Ci.: Ai eu fiquei, entrei em 1945 e daí fiz primeiro, segundo, terceiro ano e a quarta série lá. Depois disso, era prá continuar estudando na Escola Normal, que algumas meninas estudavam lá. Arranjavam lugar para mim, mas eu, infelizmente não...(silêncio) naquele tempo, a Escola Normal não aceitava meninas de cor, (grifo nosso). As freiras não conseguiram. Ai...a minha madrinha, que também foi lavadeira lá no Externato Santana, na rua Barão de Jaguará, das Irmãs Franciscanas, tentou me pôr lá. Mas elas também não aceitaram porque eu tinha sido educada com as irmãs de São José e elas tinham outro regime. Ai, elas achavam que eu ia ter problema e não aceitaram.

A par da filantropia existente em Campinas, para atendimento às órfãs desvalidas, a cidade não perdera seu perfil segregador, e, em sendo a Escola Normal⁹³ considerada de elite, embora pública,⁹⁴ as oportunidades à negra, como bem relata *Ci.*, estavam bloqueadas, ainda, vinham à tona as discordâncias entre as próprias congregações religiosas. Como consequência, o impedimento de continuar seus estudos, tornou-a uma servçal na Santa Casa, até aposentar-se, sem chance de ascensão social e profissional, pela escolarização e sonho de tornar-se professora.

Mesa Feminina

Paradoxalmente, no ano de 1944, a diretora da Escola Normal⁹⁵, uma instituição de ensino que não acolhia negras, como ocorreu com a órfã *Ci.*, presidiu uma Mesa Feminina, composta por senhoras da sociedade campineira e professoras para atuar no Asilo de Órfãs, ao lado da Mesa da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia.

Configurou-se essa Mesa foi inusitada pela inserção de mulheres em uma função, até então, apenas exercida por homens, pois às mulheres caberia tão somente fazer a filantropia na forma externa e subsidiária, como buscar na sociedade recursos, deixar

⁹² A conhecida Reforma Couto Ferraz ou Regimento de 1854 instituía a obrigatoriedade do ensino elementar gratuito, porém vetava o ingresso de escravos no ensino público.

⁹³ Sobre a Escola Normal de Campinas, ver Terezinha A Quaiotti Ribeiro do Nascimento, *apud* Negrão et al (1999), p. 57 – 101.

⁹⁴ Rosa Fátima de Souza (1998, p. 99) analisando o ambiente cultural de Campinas, proclama que “*Se a excelência das instituições de ensino existentes na cidade fizesse com que alguns se orgulhassem, a situação da educação popular era uma mácula a ser considerada.*” Mais adiante, afirma que “*a ascensão social via escolarização era reafirmada pelo mercado de trabalho e pelo reconhecimento social.*”

⁹⁵ Cumpre registrar que a Escola Normal de Campinas, em 19 de maio de 1936 passou a denominar-se Escola Normal Carlos Gomes, em homenagem ao grande músico Carlos Gomes, e somente em 1951, pela Lei de nº.1.416 transformou-se em Instituto de Educação Carlos Gomes.

legados, participar das festas de premiação e da tradicional procissão de 15 de agosto, colaborando na feitura de cartuchos de doces.

No entanto, essa Mesa Feminina caracterizou-se como meramente auxiliar, não se sentando ao lado dos homens, sem direito a voto, não lhes tirando a soberania de gestão executivo-administrativa, mas mesmo assim, foi uma conquista, cuja constituição foi encontrada na ata da Assembléia da Irmandade de 15.08.1944:

A data de 15 de agosto de 1944, dia consagrado à Nossa Senhora da Boa Morte, foi festivamente comemorada. As 8,30 horas o sr. Bispo Diocesano, d. Paulo de Tarso Campos, celebrou missa na capela da Santa Casa, havendo sermão ao Evangelho por um jovem e ilustre sacerdote marista. Após a missa, realizou-se uma sessão solene, a que compareceu o Prefeito Municipal dr. Perseu Leite de Barros, e outras autoridades, sendo então empossada a 1ª Mesa Auxiliar Feminina, assim constituída: Presidente: prof. Sílvia Simões Magro; vice-presidente: d. Sofia Berta Pareto Costa; secretária: prof. Violeta Dória Lins; visitadoras: dd. Laura França Leme, Dulce Mendes de Paula, Sofia Berta Pareto Costa, Clotilde Aranha Vieira, Ana Egidio Ferreira, Leonor de Castro Roso Ladeira, Emilia Serra Vicente, Nair Soares de Siqueira, Beatriz Burnier Soares de Camargo, Ismênia Diniz Rudge, Olívia Soares Bicudo, Maria Monici Meloni; núcleo de educação: dd. Orminda Nogueira Ferreira de Camargo, Rute Vilela e Ivone Lemos Chagas; núcleo de assistência externa: dd. Presciliana de Abreu Soares Couto, Nair Valente da Cunha e Antônio Coutinho Natividade.

O irmão secretário dr. Celso Soares Couto produziu excelente peça oratória, saudando o sr. Bispo Diocesano e a Mesa Feminina empossada, pela qual falou, em primoroso discurso, a sua presidente.

Figura 8: Mesa Auxiliar Feminina

Fonte: Ata da Assembléia da Irmandade de 15.08.1944

Cabia às mulheres mesárias a tarefa de estabelecerem contatos com a classe social mais privilegiada para congregar madrinhas que assumissem visitas periódicas às meninas, suas afilhadas e lhes ofertassem mimos, doces, participassem das festas, e, acima de tudo, pudessem vez ou outra, levá-las a passeios, para dar-lhes um novo alento em nome do princípio evangélico do “cuidar das órfãs”. Nesse sentido, a atuação filantrópica da mulher no Asilo de Órfãs foi mais ampla do que se admitia para a época. O fato de as crianças, desde muito cedo, ficarem internadas, despertou, com o passar do tempo, o sentimento de que as asiladas deveriam ser socializadas também no cenário externo à instituição. As madrinhas buscavam redefinir e inovar as regras de convivência interna e externa. A própria Presidente da Mesa levava as meninas bandeirantes, pertencentes à alta sociedade campineira, para entreter as órfãs e assumiu em definitivo uma delas:

L.: Minha madrinha era pessoa excelente, muito competente e caridosa, sempre elegante, envolvida na área do ensino, participante em obras de caridade, extremamente respei-

tada em Campinas. Para a época dela, era uma mulher muito atuante e dinâmica. Ela fazia parte da Mesa da Santa Casa e era Diretora da Escola Normal. Fez lá uma campanha em Campinas, ao lado de Dona Violeta Dória, Dona Otília Carreira e muitas outras senhoras da sociedade, para conseguir madrinhas para as meninas da escola da Santa Casa. As madrinhas tiravam as afilhadas nos finais de semana, levavam doces e presentes na Páscoa e no Natal. Para minha grande sorte, Dona S. S. M. ficou minha madrinha e eu mantive uma relação com ela que superou a condição de mãe e filha. Ela me tirou do colégio da Santa Casa, em definitivo, e cuidou de mim com desvelo maternal.

Tutor ou senhor? Tutelada ou serviçal?

Tutelar órfãos⁹⁶ era uma boa estratégia para continuar usufruindo do trabalho gratuito das crianças, mesmo depois de libertas⁹⁷, prática não somente bastante comum como muito bem aceita pela sociedade oligárquica campineira. Os tutores eram considerados distintos cidadãos de bem como preconizavam as Ordenações Filipinas, os quais poderiam receber as crianças pobres e abandonadas, para mantê-las sob seus tetos, como auxiliares nos trabalhos domésticos, configurando-se como um gesto de solidariedade não deixar essas crianças na rua, não recebidas nas escolas existentes na época.

Campinas, em razão da lavoura de café, utilizou, excessivamente, mão de obra escrava (LAPA, 1995). A lei do ventre livre e, posteriormente, a abolição da escravatura refletiram, de forma significativa, na perda do trabalho infantil, tanto nas fazendas, como nos trabalhos domésticos da casa grande da fazenda ou nas residências da cidade.

O acervo do Centro de Memória da UNICAMP mantém um notável setor de Orfanologia, com vasta escrituração forense relativa aos órfãos, inclusive um “Censo Estatístico dos Órfãos Pobres”, no livro 1º, onde constam o nome do órfão ou da órfã, a idade, a filiação, o tutor e a data de responsabilidade. Há também o livro de número 2 do Judiciário, com o registro de “Tutelas e Curatelas”.

O acervo orfanológico apresenta-se rico em dados, com o número de órfãos a partir de 1866 até 1899, e as tutelas se estendem às duas primeiras décadas do século XX. O que mais nos intrigou, foi a constatação de um relevante aumento da quantidade de órfãos em 1888⁹⁸ e 1889, setenta e noventa e duas, respectivamente, acompanhados

⁹⁶ Recomenda-se a leitura de Birolli (2000).

⁹⁷ Situações fartamente descritas no Livro 1º. – *Censo Estatístico dos órfãos pobres*, 1888, que integra o acervo orfanológico do Centro de Memória de Campinas.

⁹⁸ Censo de Orphaos – tutores: 1866- 2 órfãos tutelados; 1867- 22; 1868-18; 1869-21; 1870-21; 1871-25; 1872-16, 1873-19; 1874-28; 1875-20; 1876-29; 1877-31; 1878-25; 1879-18; 1880-22; 1881-10; 1882-14; 1883-22; 1884-13; 1885-16; 1886-12; 1887-18; 1888 – 70 (grifo nosso); 1889 – 92 (grifo nosso); 1890-22; 1891-27; 1892-20; 1893-25; 1894-11; 1895-11; 1896-11; 1897-6; 1898-2; 1899-5.

das correspondentes tutelas. Já o decréscimo a partir de 1890 pode ter como uma das causas a abertura do Asilo de Órfãos de Campinas, que iniciou com a matrícula de vinte meninas.

A título ilustrativo, por estarmos caracterizando a orfandade pobre em Campinas, a transcrição de alguns dados encontrados, escolhidos aleatoriamente, permitiu-nos apreender que a oligarquia campineira tutelava órfãos, filhos de seus próprios escravos, trazendo-os para o seu convívio, sob juramento perante o Juiz.

Livro 1º. Censo Estatístico dos órfãos Pobres
1888

.....

Vicente(10 a.), Sebastião(8a.) e Silvana (13 a) filhos de Gertrudes, ex escrava de Joaquim Jacinto de Assumpção Leite, tutelados por Joaquim Jacinto de Assumpção Leite, sob termo de responsabilidade datado de 25.2.1888.

Richeta(8a.), filha da liberta de Dona Laura Fonseca da Silva, tutelada por Antônio Carvalho da Silva, sob termo de responsabilidade datado de 3.5.1888.

Guerina, Benedita, Cassimiro, Antonio e Brandina, (sem constar idades), filhos de Caetana, ex-escrava de Eliziario Ferreira de Camargo Andrade, tutelados por Eliziario Ferreira de Camargo Andrade, sob termo de responsabilidade datado de 6.10.1890.

Esse espírito escravagista não desenraigou da oligarquia campineira, uma vez que as tuteladas, embora órfãs, continuavam, provavelmente, como mão-de-obra complementar ou na lavoura ou na casa grande.

Por outro lado, por tratar-se de acolher órfãos pobres, evitava-se, naquele contexto, um mal maior, que seriam as crianças expostas a vícios e misérias da rua, continuando a viver no ambiente de seus pais falecidos.

Seguem-se transcritos, a título ilustrativo dois termos de tutela, com as devidas formalidades nos termos da lei, os quais nos ajudam a iluminar a reflexão da órfã pobre, vinculada a uma pseudo filantropia, pois não se há de confundir tutela com adoção, que são de natureza jurídica bem distintas.

Na adoção, o vínculo não é meramente transitório, pois a adotada assume o nome da família adotante, herda bens, e é criada como filha, não para exercer serviços domésticos, mas com todos os direitos civis inerentes aos membros integrantes da constelação familiar, o que não se dá na tutela.

“TUTELAS E CURATELAS”⁹⁹ – Livro nº 2 do judiciário

Pag. 12 - Termo de Tutella

A menor Irene Cypriano – Tutellada
Dr. Antonio Rodrigues de Mello – Tutor

Aos trinta e um dias do mez de julho de mil novecentos e dois, nesta cidade de Campinas, em meu cartório, digo, Campinas, em a casa de residencia do meritissimo Juiz de Direito e dos Orphãos da segunda Vara Dr. João Baptista Pinto de Toledo, aonde eu escrivão interino de seu cargo adiante nomeado fui vindo, perante o mesmo Juiz, compareceu o Doutor Antonio Rodrigues de Mello e o Juiz lhe deferio o juramento na forma da lei, debaixo da qual lhe encarregou, que sem dolo e sem malícia servir de tutor a menor Irene Cypriano, com desecete annos de idade, orphan de pai e mãe, tratando-a com o desvelo de bom pai de família, e defendendo-a em juizo e fora delle. E sendo por elle aceito dito juramento, assim o prometeu cumprir. E para constar mandou o Juiz lavrar este termo, que assigna com Juiz, digo, como tutor, depois de lido e achado conforme. Eu, Cyrillo Ferrari de Freitas, escrivão escrevi.
(Seguem-se as assinaturas de: Dr. João B. P. Toledo, Cyrillo F. Freitas e Dr. Antonio R. Mello.)

Pag. 19- Termo de Tutella

A menor Maria de Almeida tutelada
Dr. Joaquim Alvaro de Souza Camargo – tutor

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de mil novecentos e três, nesta cidade de Campinas, em casa de residencia do meritissimo Juiz de Direito e dos Orphãos da segunda vara, Doutor João Baptista Pinto de Toledo, aonde eu escrivão de seu cargo adiante nomeado fui vindo, presente o mesmo Juiz, compareceu o Doutor Joaquim Alvaro de Souza Camargo, o Juiz deferiu-lhe o juramento na forma da lei, debaixo do qual lhe encarregou que bem e fielmente sem dolo e sem malícia servisse de tutor a menor Maria de Almeida, de quinze annos de idade, filha do finado Victoriano de Almeida, e sua mulher Manoella Benedicta, hoje casada com Manoel Joaquim Felix, tratando-a com desvelo de bom pai de família, defendendo-a em juizo e fora d'elle. E sendo por elle aceito dito juramento, assim o prometeu cumprir. E, para constar, mandou o Juiz lavrar este termo, que assigna com o tutor, depois de lido e achado conforme. Eu, Antonio Duarte Pimentel, escrivão o escrevi.
(seguem-se assinaturas do Juiz, escrivão e tutor.)

Os dois termos seguem a forma jurídica legal, mas interessante registrar que no primeiro caso, tratava-se de uma órfã de pai e mãe, tutelada por Dr. Antônio Rodrigues de Mello que exerceu o cargo de curador de órfão, fato consignado na introdução deste

⁹⁹ Para bem distinguirmos institutos da tutela e curatela, que já eram contemplados no Direito Romano, cabe conceituá-los. Por Tutela entende-se o encargo que se confere a alguém, por lei ou testamento, para administrar bens e dirigir e proteger a pessoa de quem o menor que se acha fora do pátrio poder, bem como para representá-lo ou assisti-lo nos atos da vida civil; e por Curatela entende-se a incumbência legal ou judicial da pessoa que tem a função de zelar pelos bens e pelos interesses dos que por si não o podem fazer (órfãos, ausentes, loucos, menores abandonados...), função atualmente exercida pelo Ministério Público, cuja competência atinge a defesa de incapazes. As ordenações filipinas, sobejamente, trataram desses

trabalho, o que permite supor que também buscasse auxiliar de trabalhos domésticos; da mesma forma, no segundo caso, em que a tutela era apenas órfã de pai, e como a mãe havia se casado novamente, entregou a filha a um tutor que não o padrasto, cabendo aí, além da possibilidade de tornar-se serviçal, inferir não mais ter sido aceita pela mãe, ou não se tornar um peso ao novo marido, ou, ainda, não ter uma adolescente exposta, diuturnamente, a um homem que não era seu pai biológico, com os riscos inerentes à situação.

Independentemente das justificativas, a tutela naquele contexto social era concebida como um gesto de caridade cristã, mesmo que houvesse um interesse calculado em utilizá-las no trabalho doméstico, reconhecidamente gratuito, conforme discutiu largamente Birolli (2000).

A criança órfã pobre e seu direito de “ser”

Buscamos pressupostos de natureza semântica para trazer mais luz ao objeto de estudo e análise da assistência à criança órfã desvalida, pobre.

A conceituação da **criança** tem sido alvo das mais variadas conotações através dos tempos. O léxico português, perpassando pelos dicionários, aponta **criança** “como ser humano de pouca idade, menino ou menina, párvulo; pessoas ingênua, infantil”(FERREIRA, 1975, p. 401). Criança? Será apenas um ser de pouca idade, indefeso e dependente, ingenuamente tido com inferior, subalterno, imaturo? Será a criança um ser humano tratado como a extensão de um adulto? Sem exaurirmos essa reflexão, acreditamos que a criança possui suas formas de ver o mundo, de apreendê-lo de maneira distinta do adulto. A infância é marcada por esse contraditório. A consciência psicológica, como entende Chauí (1994, p. 117-118) é formada pelas vivências, pela maneira de cada um “sentir e compreender o que se passa em seu corpo e no mundo que a circunda; é a maneira individual de cada um perceber, imaginar, desejar, amar, odiar, sentir prazer e dor, posicionar-se diante das coisas e dos outros, sentir-se feliz ou infeliz”. Porém, a criança, por ter uma consciência passiva, ingênua, inconseqüente, possui uma vaga e confusa percepção de si mesma, e também do que se passa a sua volta. Quando vai ad-

institutos, recomendando-se a leitura dos Livros: I,II,III e IV, para aprofundamento da evolução da Tutela e Curatela através dos tempos...

quirindo uma capacidade ativa e reflexiva, consegue separar o eu do outro, reconhece a diferença entre o interior e o exterior, e possibilita um grau de consciência dotada de poder de análise, síntese e representação, emergindo o eu, a pessoa e o sujeito.

Delimitar até quando se é criança torna-se muito complexo, pois o ser sujeito, dotado de capacidade de conhecer-se a si mesmo¹⁰⁰, de refletir sobre seus desejos, manifestar-se como pessoa falante e pensante, perceber o mundo, não está contido em calendário, nem pode ser condicionado à idade cronológica, pois o que está em jogo é a percepção.

A complexidade aumenta, quando se trata de criança institucionalizada, dentro de padrões educacionais homogêneos, conforme entendem Bourdieu e Passeron (1992), pela implantação de hábitos e rotinas, visando uniformizar as atitudes e comportamentos, o que inviabiliza, a nosso ver, a interação da criança com o mundo exterior, que deveria envolver toda a sua afetividade, o seu modo de ser no mundo.

Se a criança é moldada como um objeto pelos adultos que a rodeiam, impedindo-lhe externar seus sentimentos, querer, sorrir, chorar, sentir o calor do afeto, andar descalça, sentir o vento bater-lhe no corpo, ou ver sua imagem no espelho, muito provavelmente não desenvolverá a percepção qualitativa e valorativa, podendo perder sua identidade, que se manterá em estado letárgico, sem condições favoráveis para despertar. Nesse sentido, inquietamo-nos diante de tal complexidade de se definir com clareza o que é ser criança, e até quando se é criança, pelo fato de ter vivido em um asilo.

Na história de vida de **J.B.S.** aos 76 anos, deixa claro que jamais conseguiu crescer, ter liberdade, autonomia, qualquer independência, sonhando ainda com um emprego: “e eu gostaria de ter um emprego para ganhar dinheiro, (pausa) porque nunca tive dinheiro na minha mão. Eu queria o dinheiro. Para comprar presentes para os filhos no dia de seu aniversário e dar para os netos quando eles pedem.”

O que terá povoado a mente de **J.B.S.** quando fez uma pausa entre “ganhar dinheiro e porque nunca tive dinheiro na minha mão?”

Foucault (1987, 1991 a, b) elaborou seus estudos e teses, buscando desvendar a inter-relação entre o louco e a criança, para apreender esse condicionamento de caracterizar a criança como subordinada, inferior, infantil, ou seja, sem fala, como já pontua-

mos anteriormente pela etimologia de infante. Portanto, Foucault, nessas suas incursões, desmistificou o simbolismo de equiparar o louco à criança, como se encontra em frases do tipo: “É um louco, uma verdadeira criança”, preconizando que há um distanciamento entre o louco e a criança, pois a criança ao atingir a puberdade, não é mais excluída, liberta-se e assume a fala, deixando a fase de infância, enquanto o louco é eterno prisioneiro de seu estado de insanidade mental. Contudo, considera que tanto o louco como a criança são o outro entre os demais, objetos e não sujeitos de si mesmos.

Essa aproximação da criança e dos loucos, muito bem explorada em Foucault (1991 a, b), produzem as práticas de internamento em Asilos, tanto para a infância como para a loucura, como medida de saneamento, prevenção social, com o fim de excluir da sociedade aqueles que poderiam perturbar a ordem, acolhendo, desse modo a miséria e reconstituindo a ordem, em nome da caridade, da moral e da religião.

Como a orfandade é mais cruel na infância, na puerícia, considerada, em sentido amplo, o período de crescimento no ser humano, que vai do nascimento até a puberdade, reconhecemos que, figuradamente, significa abandono, desamparo, desproteção, desvalida. Por muito tempo, empregou-se o termo “desvalida” adjetivamente ao lado de criança, infância ou mesmo órfã.

Qualquer criança, desvalida ou não, é um ser humano, embora fisicamente frágil, dependente dos adultos, portanto, sem a devida capacidade de autoprotoger-se, com potencialidades a serem desenvolvidas, razão pela qual é merecedora de respeito. Projetam luzes à condição de como a criança deve ser sujeito e não objeto os ensinamentos do ilustre jurista Dallari (1986, p. 21-22):

É necessário, especialmente, que a criança mais desprotegida, por não ter família, por ter nascido pobre, por ter deficiência física ou por ser vítima de alguma discriminação social, tenha respeitado, em condições de absoluta igualdade com todas as demais crianças, o seu direito de ser. É uma agressão à humanidade tratar qualquer criança como um ser inferior, como um erro da natureza ou o produto de uma falha humana, como coisa indesejável e incômoda não merecedora de respeito. É suprema indignidade praticar qualquer espécie de violência contra uma criança, seja a violência física, a psicológica ou a violência moral contida em todas de discriminação. Toda criança é sempre uma pessoa.(...) Reconhecer alguém como pessoa significa não tratá-la como objeto (grifo nosso) ou como um ser irracional.

¹⁰⁰ Ver a respeito Dallari (1986).

Registro de órfãs internas matriculadas no Asilo de Órfãs

As primeiras asiladas atingiam a casa de duas dezenas e suas professoras eram as Irmãs Maria Domitila e Maria Raphaela Perroud, as quais se dedicavam apenas às internas, vez que a educação das externas era entregue a outras irmãs, denotando uma segregação.

Embora os dados quantitativos tenham merecido mais atenção no que tange às internas, fizemos cotejo com dados referentes a externas, para buscarmos entender as razões de ofertas diferenciadas às duas categorias, e para tanto, utilizamo-nos de Paula (1984, p. 130), ao expor o ensino ministrado à época da inauguração da ala interna do asilo de Órfãs:

O ensino continuou a ser ministrado pelas irmãs de São José, tanto no externato como no internato. Sob a orientação de tão exímias educadoras, era natural que se matriculassem no externato, pagando módica contribuição, muitas meninas pertencentes ao escol da sociedade campineira. Não havia então em Campinas, uma casa de educação para meninas, porquanto se haviam fechado ou transferido os educandários femininos que antes funcionaram nesta cidade, onde tiveram justo renome.

Os mapas anuais ou bienais expressos nos relatórios institucionais forneceram dados de referências à demanda das órfãs pobres, por várias categorias: idade, gênero, etnia, tempo de permanência, todavia, os critérios sofreram pequenas variações, e, por vezes, foram detectados dados contraditórios e lacunas, em especial, quando havia somatória de dois anos.

Sem a intenção de tornar tediosa a explicitação de dados quantitativos, foram relevantes para acentuar um ou outro fator destacado, buscando-se explicações para cada um deles, de modo a facilitar o conhecimento da qualificação das meninas e dos coeficientes apreendidos em relação às categorias integrantes dos mapas institucionais

Quanto à **idade da órfã**,¹⁰¹ divergiam os critérios de referência, com variações que dificultaram a elaboração dos quadros elucidativos. Em 1907, constava (até 5 anos, de 6 a 10 anos, de 11 a 15 anos, mais de 15 anos); enquanto a partir de 1910 mencionava-se (menos de 7 anos; de 7 a 10 anos; de 11 a 15 anos; mais de 15); já em 1922 vigorava (menos de 7 anos, de 7 a 14 anos, mais de 14 anos); e em 1924 retornava-se ao critério (menos de 7 anos; de 7 a 10 anos; de 11 a 15 anos; mais de 15). Possivelmente, tais

¹⁰¹ Por estarmos manuseando dados quantitativos, pareceu-nos mais coerente usarmos os números não por extenso, uma vez que os quadros são instruídos pelos documentos institucionais que assim o fizeram.

variações decorriam de substituições de mesários da Provedoria, responsáveis pela feitura dos mapas de movimento do Asilo de Órfãs.

Somente a partir do biênio 1901 a 1903, os mapas apresentaram dados étnicos, nacionalidade das órfãs ou de seus pais, embora com formatos diversos, o que dificultou a elaboração de quadros. Constatamos que os mapas de movimento calcularam os coeficientes de demanda, sem preocupação com o grau de escolarização, mas nas categorias: idade, nacionalidade, interna, externa, conculinte dos estudos, entradas, saídas, ano letivo, biênio, triênio. A ausência de dados apresenta-se através de um traço (—).

QUADRO No. 1: Idades e Nacionalidades de 1901 a 1907

Relatório da Irmandade	Idade das Órfãs					Nacionalidade das Órfãs			
Ano ou Biênio	Internas	Até 05 anos	06 a 09 anos	11 a 15 anos	mais de 15 anos	Brasileiras	Italianas	Portuguesas	Outras nacionalidades
1901/1902	54	01	18	24	11	40	08	02	04
1903/1904	54	—	—	—	—	—	—	—	—
1905	56	—	—	—	—	—	—	—	—
1906	58	—	—	—	—	—	—	—	—
1907	60	—	10	34	16	53	05	01	01

A partir de 1908, nos termos do quadro abaixo, foi acrescentado ao elenco de nacionalidade das órfãs, as oriundas da Espanha, deixando entrever que os imigrantes provenientes da Espanha em Campinas eram minoritários, pelo coeficiente 01, em 1908.

QUADRO No. 2: Idades e Nacionalidades de 1908

Relatório da Irmandade	Idade das Órfãs					Nacionalidade das Órfãs				
Ano	Internas	Até 05 anos	06 a 09 anos	11 a 15 anos	mais de 15 anos	Brasileiras	Italianas	Portuguesas	Espanholas	Outras Nacionalidades
1908	60	—	10	35	15	50	06	—	01	03

No ano de 1909, o mapa demonstrativo subsequente omitiu a nacionalidade espanhola, ficando mantidas a portuguesa e a italiana, sem ficar esclarecido se a interna permaneceu apenas por um ano, ou se integrou a categoria de outras nacionalidades.

QUADRO No. 3: Idades e Nacionalidades de 1909

Relatório da Irmandade	Idade das Órfãs				Nacionalidade das Órfãs			
Ano	Internas	06 a 10 anos	11 a 15 anos	mais de 15 anos	Brasileiras	Italianas	Portuguesas	Outras Nacionalidades
1909	60 (01 falecida)	10	33	16	54	05	—	02

Modificaram-se os mapas, a partir de 1910, quanto aos registros de nacionalidade das órfãs, aparecendo as eventuais provindas da Argentina, Áustria e Turquia, sem, no entanto detalhar se a referência seria sobre o local de nascimento da interna ou de seus pais.

QUADRO No. 4: Idades e Nacionalidades de 1910 a 1915

Relatório da Irmandade	Idade das Órfãs					Nacionalidade das Órfãs						
Ano ou biênio	Internas	Menos de 07 anos	07 a 10 anos	11 a 15 anos	mais de 15 anos	Brasileiras	Italianas	Portuguesas	Espanholas	Argentinas	Austriacas	Turcas
1910	58	—	10	34	14	54	02	—	01	—	—	01
1911	58	01	17	28	12	54	02	—	01	—	—	01
1912/1913	60	01	18	29	12	55	02	02	01	—	—	—
1914/1915	60	01	17	28	14	55	02	02	01	—	—	—

Embora o enfoque desta pesquisa recaia, em especial, sobre as alunas internas, é digno de consideração o significativo contingente de famílias italianas e portuguesas que buscavam o externato do Asilo de Órfãs para suas filhas, haja vista, o mapa ilustrativo

de movimento do biênio 1916-1917, em que estão registradas 174 filhas de pais italianos, 108 de pais portugueses, e 26 de pais espanhóis.

A característica agrícola das fazendas circundantes de Campinas atraiu mão de obra rural estrangeira; os italianos vieram para a agricultura, e os portugueses se alocaram mais no comércio que progredia. Campinas passou a mesclar sua população com imigrantes, alterando, paulatinamente, o seu tecido social, tanto rural como urbano.

Todavia, muitas filhas de imigrantes abastados eram direcionadas a colégios de elite da mesma congregação como o Nossa Senhora do Patrocínio, em Itu (CUNHA, 1999, p. 117): “Às crianças ricas as irmãs destinavam a escola, às pobres, o asilo. Desta forma, pudemos pressentir que a riqueza, o poder político e a Igreja se preservavam.”

Corroboram com tal assertiva os sobrenomes estrangeiros de alunas do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, (idem, 1999, p.131-148), dentre eles: *“Fenili, Morelli, Raggio, Cesarini, Galeazi, Novelli, Abichabki, Speers, Cotching, Joly, Museler, Loskiel, Kiehl, Blawn, Yort, ”...*

A partir de 1916/1917, a Instituição, provavelmente, sentiu a necessidade de detalhar nos mapas tanto a nacionalidade das meninas como a de seus pais.

Cabe observar que, por vezes, os mapas de movimento traziam a somatória do biênio, não significando que houvesse cento e vinte internas, o que nos levou a efetuar cálculos, no sentido de não induzir a enganos quantitativos.

A título ilustrativo, trouxemos a cópia do mapa original, referente ao biênio 1916-1917, que explicita dados quantitativos referentes tanto às externas como às internas; contudo, nas análises elaboradas quanto às categorias - idades e nacionalidades ativemo-nos às internas, apenas fazendo considerações às externas, quando entendemos pertinentes.

— 51 —

MAPPA do movimento das alumnas do Asylo das Orphãs — 1916-1917

De 1.º de Janeiro de 1916 a 31 de Dezembro de 1917.	ALUMNAS				TOTAL	
	Internas		Externas			
	Nac.	Est.	Nac.	Est.		
Existiam matriculadas	59	1	548	5	413	
Matricularam-se	22	—	686	44	749	
Sahiram	21	1	672	6	700	
Falleceram	—	—	—	—	—	
Existem	60	—	562	10	432	

Quanto a idade as alumnas eram :

Internas : menos de 7 annos 0 ; de 7 a 11 annos 42 ;
de 11 a 15 annos 58 ; de mais de 15 annos 20.
Externas : menos de 7 annos 17 ; de 7 a 11 annos 511 ;
de 11 a 15 annos 167 ; de mais de 15 annos 2.

Quanto á nacionalidade eram :

Internas : Brasileiras : 419 ; — Hespanhola : 4 — 120.
Externas : » 686 ; » 1 ; Turca : 1
Italianas : 5 e Portuguezas 5.

Filhas de pais Estrangeiros :

Internas : Italianos, 24 ; Portuguezes, 41 ; Hespanhões, 9 ;
outras nacionalidades, 5.
Externas : Italianos, 174 ; Portuguezes, 108 ; Hespanhões,
26 ; outras nacionalidades, 24.

Figura 9: Mapa de Registro de Alunas do Biênio 1916-1917
Fonte: Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Campinas

QUADRO No. 5: Idades e Nacionalidades de 1916 a 1921

Relatório da Irmandade	Idades das órfãs					Nacionalidade das Órfãs		Órfãs Filhas de Pais				
Ano ou biênio	Internas	Menos de 07anos	07a11 anos	11 a 15 anos	mais de 15 anos	Nacionais	Estrangeiras	Brasileiros	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Outras Naciona- lidades
1916/1917	60	—	24	26	10	59	1	—	24	11	9	3
1918/1919	60	—	18	29	14	60	01	37	12	03	06	02
1920/1921	60	01	17	28	14	57	03	38	12	04	05	01

A contar de 1922, alteram-se os critérios para registrar a idade, substituindo-se as idades limites de 15 para 14 anos, e, deixaram de ser explicitadas as nacionalidades dos pais, convergindo todas elas para a última coluna, nomeada de outras nacionalidades, o que permitiu deduzir que cada relator usava critérios não homogêneos.

No entanto, não se alterava o número de 60 internas, fixado regimentalmente. Um coeficiente constante centra-se na maior quantidade de meninas na faixa compreendida entre 7 a 11 anos, com as pequenas variações dos quadros. Observa-se uma redução bastante sensível, a partir do 15 anos, pois, como orientação institucional, ao terminar os estudos básicos primários, que já bastavam à categoria de órfã, seriam necessários encaminhamentos, para deixar a vaga aberta às contínuas demandas. Os dados permitem chaves de leitura, de que a partir da adolescência, a órfã já estava preparada para o destino que a vida lhe impusera, como se entendia naquele contexto: trabalhar como doméstica ou no comércio, encontrar casamento, ou ser entregue aos responsáveis. Os dados não mostram se houve encaminhamentos para prosseguimento de estudo¹⁰², pós-conclusão do oferecido no Asilo, cuja análise parece complexa, uma vez que a proposta educacional era imediatista.

Ainda, quanto à nacionalidade das próprias órfãs, foram utilizadas apenas duas categorias: brasileiras e portuguesas. Faz-se notar que, se a nacionalidade de duas internas remetia a Portugal, obviamente a mesma indicação deveria constar no campo destinado à nacionalidade portuguesa dos pais, dado omitido nos quadros referentes a 1922, 1923.

QUADRO No. 6: Idades e Nacionalidades de 1922 a 1923

Relatório da Irmandade	Idade das Órfãs				Nacionalidade das Órfãs		Órfãs Filhas de Pais				
	Internas	Menos de 07 anos	07 a 14 anos	mais de 14 anos	Brasileiras	Portuguesas	Brasileiros	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Outras Nacionalidades

¹⁰² Embora não haja referências sobre a continuidade de estudos, três egressas contactadas para oferecer subsídios a esta pesquisa negaram-se a ser entrevistadas, e as três galgaram o ensino superior e exercem a advocacia em Campinas.

1922	60	01	55	04	58	02	36	—	—	—	24
1923	60	02	52	06	58	02	39	—	—	—	21

Quanto ao ano de 1924, o relatório institucional apresentou nova alteração tão somente quanto à idade das internas. Constatamos a mesma impropriedade sobre a categoria – nacionalidades; pois se apenas 01 pai era português, e os outros 59 eram brasileiros, há uma manifesta incongruência na elaboração do mapa, no qual constavam 36 órfãs brasileiras e 24 de outras nacionalidades, caracterizando ausência de zelo administrativo na elaboração dos documentos institucionais.

Como entender 24 órfãs de outras nacionalidades, se apenas 01 pai era estrangeiro?

QUADRO No. 7: Idades e Nacionalidades de 1924

QUADRO Nº. 7. Idades e Nacionalidades de 1924											
Relatório da Irmandade	Idade das Órfãs				Órfãs Filhas de Pais		Nacionalidade das Órfãs				
Ano	Internas	Menos de 07 anos	07 a 11 anos	11 a 15 anos	Brasileiros	Portugueses	Brasileiras	Italianas	Portuguesas	Espanholas	Outras Nacionalidades
1924	60	03	35	22	59	01	36	—	—	—	24

De 1925 a 1931, reaparece o critério de quantificar as maiores de 15 anos. No que concerne à nacionalidade, continuaram os mapas a registrar apenas a dos pais, alocando-os como brasileiros ou, meramente, estrangeiros, à exceção do ano de 1926, que detalhou nos campos da nacionalidade das internas, a predominância das italianas, seguidas pelas portuguesas, e, em quantidade diminuta, as espanholas, deixando a análise falha.

Evidenciou-se maior preocupação em registrar a faixa etária na qual as meninas se enquadravam, pois provavelmente, era primordial a categoria – idade - para a divisão das turmas em pequenas, médias e maiores, ficando a categoria - nacionalidade - sem registros.

QUADRO No. 8: Idades e Nacionalidades de 1925 a 1929

Relatório da Irmandade	Idade das Órfãs					Órfãs Filhas de Pais		Nacionalidade das Órfãs				
Ano ou biênio	Internas	Menos de 07anos	07a11 anos	11 a 15anos	mais de 15 anos	Brasileiros	Estrangeiros	Brasileiras	Portuguesas	Italianas	Espanholas	Outras Nacionalidades
1925	60	03	26	29	02	35	25	—	—	—	—	—
1926	60	03	30	22	05	35	25	—	08	14	02	01
1927	62	04	24	31	03	42	20	—	—	—	—	—
1928/1929	60	03	24	28	05	41	19	60	—	—	—	—

Os demonstrativos de movimento de 1930 a 1931 dificultaram a análise, uma vez que as alternativas de registro de idades das internas estavam definidas como: **menores de 7 a 11 anos; maiores de 11 a 15 anos; maiores de mais de 15 anos**, obviamente com impropriedades tais que inviabilizaram a compreensão das três alternativas, pois, quantas alunas estariam abrangidas pela faixa de 07 a 11 anos? Quantas entre 11 e 15 anos e quantas maiores de 15 anos? Portanto, os dados integrantes do Quadro 09, colhidos dos documentos institucionais desse período, deixam uma lacuna na interpretação.

QUADRO No. 9: Idades e Nacionalidades de 1930 a 1931

Relatório da Irmandade	Idade das Órfãs				Órfãs Filhas de Pais		Nacionalidade das Órfãs		
Ano ou biênio	Internas	Menores de 07 a 11 anos	Maiores de 11 a 15anos	Maiores de mais de 15 anos	Brasileiros	Estrangeiros	Brasileiras	Portuguesas	Espanholas
1930	60	23	32	05	40	20	60	—	—
1931	61	41	15	05	45	16	61	—	—

O ano 1932 e subseqüentes, expostos no Quadro 10, corrigem a impropriedade dos anos anteriores quanto à categoria idade, utilizando-se das alternativas: **menos de 11 anos, de 11 a 15 anos, de mais de 15 anos**.

A categoria menos de 11 anos é muito generalizada, parecendo não mais interessar esses dados às respectivas diretorias institucionais.

Foi elucidado, todavia, um dado interessante quanto à nacionalidade das internas, cujos pais eram estrangeiros, mas pelas chaves de leitura permitidas pelos números, suas filhas já haviam nascido no Brasil, a menos que os mapas não estivessem devidamente preenchidos.

A partir de 1945 a 1953, apenas uma categoria emergia: o número de internas, desconsiderando-se todas as demais categorias, anteriormente registradas. Os relatórios apresentavam mapas sucintos.

Pelo que pudemos inferir, segundo Paula (1948), por esse tempo, as Mesas Administrativas da Irmandade tinham o olhar em outros focos, preocupando-se com a transferência do Asilo de Órfãs para um novo prédio, e também a criação de uma Faculdade de Medicina em Campinas, o que envolvia providência nos aspectos financeiros e de fomentos.

QUADRO No. 10: Idades e Nacionalidades de 1932 a 1951

Quadro No. 16: Idades e Nacionalidades de 1932 a 1941										
Relatório da Irmandade	Idade das Órfãs				Órfãs Filhas de Pais		Nacionalidade das Órfãs			
Ano	Internas	Menos de 11anos	De 11 a 15anos	Mais de 15 anos	Brasileiros	Estrangeiros	Brasileiras	Italianas	Portuguesas	Espanholas
1932	60	17	35	08	42	18	60	—	—	—
1933	60	20	32	08	44	6	60	—	—	—
1934	60	22	30	02	45	15	60	—	—	—
1935	61	19	29	13	43	18	61	—	—	—
1936	63	25	27	11	48	15	63	—	—	—
1937	66	24	27	15	46	20	66	—	—	—
1938	78	29	37	12	58	20	78	—	—	—
1939	75	20	35	10	53	22	75	—	—	—
1940	81	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1941	86	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1942	88	50	35	03	—	07	—	—	—	—

Relatório da Irmandade	Idade das Órfãs				Órfãs Filhas de Pais		Nacionalidade das Órfãs			
Ano	Internas	Menos de 11anos	De 11 a 15anos	Mais de 15 anos	Brasileiros	Estrangeiros	Brasileiras	Italianas	Portuguesas	Espanholas
1943/1944	100	54	43	03	—	06	—	—	—	—
1945/1946	90	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1947	94	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1948	95	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1949	87	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1950	87	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1951	97	—	—	—	—	—	—	—	—	—

O número de internas com idade inferior a sete, seis ou cinco anos mostrou-se muito diminuto em cotejo com as faixas etárias compreendidas entre 6 a 10; 07 a 11 ou 11 a 15; 07 a 14, que tiveram sempre uma demanda bem mais acentuada. Constatamos jamais ter havido recém-nascidos acolhidos, nem mesmo a roda de expostos. No concerne à etnia, ficou patente a maior incidência de internas portuguesas e italianas, poucas espanholas, uma turca. No campo destinado a outras nacionalidades, pode ter ficado alguma procedência, cuja revelação não fosse conveniente, conforme deflui do relato de *Ci.*

Ci.: Tinha duas meninas que recebiam, de vez em quando, uma carta, um recado: *Nor.* e... a outra eu não me lembro. Vieram recomendadas pelo Consulado Russo de São Paulo, porque o pai delas era russo e maquinista. Então, ele chegou numa época da perseguição, da ditadura., amava as duas filhas, botou lá. Elas ficavam comigo lá nas férias porque não tinham parente, não podiam sair, porque estavam escondidas lá. O pai delas, quando podia, vinha visitar à noite. As freiras assinaram um contrato para mostrar elas à noite, e ele, como maquinista, não tinha residência. A polícia estava sempre procurando ele, parece que era comunista e fugiu do país dele. Depois que fechou o Colégio, a gente ficou sabendo porque elas recebiam visita de noite, perguntando prá uma, perguntando prá outra, fiquei sabendo. O sobrenome delas....? Ai, era Deichnev, Breichnev, uma coisa assim. Tadinhas. Elas choravam muito. Acho que eram filhas dele com brasileira, sabe? Elas não tinham sotaque, falavam corretamente.

No caso das meninas russas, outros motivos – de cunho político e filantrópico – puderam ser identificados para que a Provedoria permitisse asilar crianças que estives-

sem expostas a riscos de outra natureza que não meramente o pauperismo, transgredindo o regulamento que impedia visitas noturnas.

Período de permanência na internação

Para a Instituição o ideal é que as internas ficassem o tempo suficiente de ter sua educação elementar completada, para que viabilizassem novas vagas, dentro do limite previsto, o que nem sempre ocorria, como demonstra o texto do Provedor, transcrito do relatório do período de 1897-1899:

Pedir-vos-ia permissão para lembrar a dificuldade que há em se manter as orphãs no Asylo, além de certo período, quando já estão com sua educação completada. As que possuem familia e ligações de amisade, são entregues aos seua parentes ou proctetores, que por ellas olham e zelam; quanto as demais é um pesadissimo encargo mantel-as no recinto do Asylo, não se comduzam incorrectamente, mas porque, chegando a idade nubil e tendo a educação feita devem sahir do Asylo para se dedicarem aos misteres a que sua vocação as destinou como mães de familia ou em qualquer outra occupação que seu destino lhes reserve. É esse também o meio de se abrirem vagas a serem preenchidas com admissão das novas alumnas internas. Mas, é precário e encargo da administração, tendo de ver si as encaminha na constituição de familia ou na collocação em casa circumspecta para possuirem amparo e ficarem a salvo das contingências ineluctaveis que a ma sorte lhes pode preparar.

Bento Quirino dos Santos- Provedor

As palavras do Provedor proferidas, no final do século XIX, bem traçavam o destino das internas: ou deveriam se casar ao atingir a idade nubil, ou irem trabalhar em casa de família. O casamento, amplamente discutido por Priore (1997), era norma oficial que preceituava ter a esposa que ficar em casa resguardada, atendo-se com os afazeres domésticos, educando os filhos, enquanto o marido garantia o sustento da família. Também o trabalho assalariado da egressa estava circunscrito a funções que não afetassem sua reputação moral, de preferência em casas de família em serviços domésticos.

Pelos depoimentos das egressas, coletamos alguns dados quanto ao tempo em que permaneceram no Asilo:

Ci.: Entrei lá com sete anos e saí em 1983, quando eu me aposentei. Agora estou com setenta e um anos.

Der.: Eu fiquei no colégio dos 6 aos 16 anos; saí em 1946. Minha irmã já estava com 17 anos e as freiras não queriam que a gente continuasse lá. trabalhei em muitos empregos, na maternidade como telefonista e costureira, em lojas e me casei no dia 19 de setembro de 1953.

A.O.:... meus padrinhos me colocaram no Asilo, em 1936, quando tinha 11 anos de ida-

de e fiquei lá até os 20 anos.

J.B.S.: Estou hoje com 76 anos de idade, fui internada em 12.03.1934, com 11 anos de idade e permaneci lá por 7 anos. Conheci meu marido com 19 anos e casei-me com 22 anos. Minha irmã M.B casou com 17 anos.

M.H.: Entrei no Asilo de Órfãos com 6 ou 7 anos, em 1º de Março de 1944 e saí em 30 de novembro de 1946 - entregue ao meu pai.

Cel.: Em 1943, com 8 anos de idade, entrei no Asilo e lá permaneci até 1950

Pelas depoentes, constatamos que todas elas, à exceção de **M.H.** permaneceram de quatro a dez anos na Instituição, e as que se referem ao casamento, não foi imediato à saída, a não ser **M.B.**¹⁰³ Sobressai o depoimento de **Ci.**, ao relatar que entrou com 7 anos e saiu após a aposentadoria, o que significa que passou uma grande parte de sua vida lá, primeiro como interna, depois como funcionária.

Fato pitoresco referente à saída ocorreu em razão de uma das depoentes, a **Der.**, ter-me telefonado, muito posteriormente à entrevista, para contar-me que, nas vésperas de sua saída definitiva do Asilo, escrevera em muitos papeisinhos uma quadrinha, e ia colando um a um dos papéis em vários lugares da Instituição, na pia do banheiro, nas paredes das dependências físicas, nas portas, nas vidraças. A quadrinha continha os seguintes dizeres:

Quem parte leva saudades
Quem fica saudades tem
Mas eu, Der, não deixo
E não levo saudades de ninguém.¹⁰⁴

Os Livros de Matrícula de números 211 e 212 (ANEXOS), integrantes do acervo do Centro de Memória da UNICAMP, trazem poucas referências no que tange à data de saída das internas e sobre a pessoa a quem foram entregues, com apenas algumas anotações, ressaltando prioritariamente a mãe, depois o pai, a avó, demais familiares ou protetores e tutores. Portanto, a escrituração descumpria o estatuído no regimento interno institucional, em seu artigo 30:

ART. 30. — Além dos livros precisos para a escripturação do Asylo e da Escola, haverá um especial para a matricula das orphas, no qual sejam declarados: o nome, a idade, a filiação, a naturalidade, o dia da entrada, o dia da sahida, o gráo de aproveitamento ins-

¹⁰³ Em capítulo posterior, analisamos o percurso das egressas entrevistadas na vida pós-instituição.

¹⁰⁴ Nos capítulos subsequentes, a **Der.** que permaneceu por dez anos no Asilo, identifica-se como uma interna extremamente travessa e criativa.

trutivo que teve durante o tempo de asylada, o comportamento no mesmo período de tempo, o modo pelo qual saíu do Asilo e mais informações necessárias a um bom registro.

A título ilustrativo, trazendo ao corpo do trabalho, dados do livro de matrículas de número 212 :

Nº de ordem: 57 , **Nome:** Perila Toledo Queiróz, **Idade:** 11, **Filiação:** Antonio Prado Queiróz (F) e Perila Toledo Queiróz **Entrada para o Asilo:** 16 Março 1942, **Observações:** Entregue à Mãe 29 - 4 -1943.

Nº de ordem: 62 , **Nome:** Iracema Zancan, **Idade:** 10, **Filiação:** Angelo Zancan (Fal) e Ana Zancan, **Entrada para o Asilo:** 28 Abril 1942, **Observações:** Entregue à Mãe 19 - 10 - 1943.

Nos dois casos eleitos, as meninas ficaram na Instituição, respectivamente, um ano e um mês, e um ano e seis meses, entregues à própria mãe viúva. Há de considerar que a primeira saiu com doze anos e a segunda com onze. Por qual motivo teriam as órfãs ficado por tão pouco tempo na Instituição?

Respostas temos das entrevistadas sobre a permanência na Instituição, embora algumas não se recordem bem.

Enquanto **Der.** ficou 10 anos, **J.B.S.** e **Cel.** 7 anos, **A.O.** 9 anos, **M.H.** pouco mais de 2 anos e meio, o que demonstra que era muito variável o período de confinamento. Das demais entrevistadas, nem todas se recordavam, e quanto aos documentos institucionais, há inúmeras lacunas.

De acordo com o Livro de Matrícula das alunas do Asilo, há a data de entrada das egressas **R.G.**, **T.G.** e **I.G.**, as duas primeiras sem dados a quem foram entregues, informações apenas fornecidas por elas durante a entrevista.

Portanto, **R.G.** entrou com 12 anos, no dia 21.02.1942 e entregue ao pai no dia 26.03.1943 com 13 anos, conforme relatou; **T.G.** entrou aos 10 anos, no dia 24.04.1942 e foi entregue ao pai no dia 15.12.1947, com 15 anos, a única das irmãs que concluiu o curso primário e **I.G.** entrou com 9 anos, no dia 26.03.1943 e foi entregue à cunhada no dia 30.11.1946, com 12 anos, conforme consta das observações do Livro de Matrícula.



Figura 10: Certificado de Conclusão de Curso Primário¹⁰⁵
 Fonte: Acervo Particular de **T.G.**

O relato das três irmãs egressas, **T.G.**, **I.G.** e **R.G.**, auxiliaram também a revelar os motivos de saídas sem que todas completassem os estudos:

R.G., **I.G.**, **T.G.** (falas intermeadas): Normalmente, quando as internas ficavam mocinhas, a maior parte delas já estava saindo prá trabalhar. Eu fui uma delas. Com catorze anos já fiquei mocinha, não tinha como ficar lá...Aí já falei com a Irmã. Tinha que trabalhar. É, lá mesmo tinha serviço prá muita gente, lavadeira, cozinheira, passadeira, costureira, tudo ...Tanto é que eu saí do colégio e continuei a trabalhar ... Lá no Irmãos Penteado trabalhando, eu tinha um emprego. Olha, não foi logo no início que eu fui trabalhar. A gente ficou um pouquinho, mas assim que apareceu serviço, começamos. Minha cunhada que arranhou. Eu saí, logo um ano depois, pra tomá conta do Zé Luís, filho da minha cunhada. Minha irmã ficou trabalhando na Assistência Dentária, eu saí, porque com doze, antes dos treze anos eu já estava trabalhando de doméstica. Não tenho vergonha de falar, não, de doméstica.

As três irmãs, com suas falas entrecruzadas, vinculam “o ficar mocinha” ao “ter que trabalhar” como uma fronteira para a continuidade no orfanato. Uma delas partiu para o trabalho sem remuneração, pois fora cuidar do filho da cunhada. Em nenhuma delas havia o objetivo de continuar os estudos, com sonhos de “ser normalista”, como era freqüente naquela época, e ademais havia a Escola Normal, em Campinas.

¹⁰⁵. As alterações feitas no Certificado de Conclusão de Curso Primário foram feitas pela pesquisadora e visaram não revelar a identidade da egressa.

Entradas e saídas

As saídas prematuras sempre foram motivo de inquietação administrativa, pois desvirtuavam as finalidades de formação da interna. Nem todos os mapas de movimento dos Relatórios da Santa Casa detalhavam quantas internas haviam entrado ou saído, entretanto, há referências nos anuários com dados que elucidam a oscilação de matriculadas, no decorrer do ano, embora o número regular de 60 internas se mantivesse, predominantemente, constante.

QUADRO No. 11: Entradas e Saídas – 1890 a 1943

Ano/biênio	Saíram	Entraram
1890	00	20
1893/1894	—	—
1895/1896	—	—
1897/1899	09	17
1900	—	—
1901	—	—
1902	—	—
1903/1905 (triênio)	19	21
1906	07	09
1907	07	09
1908	—	—
1909	08	10
1910	12	13
1911	14	15
1912/1913	—	—
1914/1915	24	25
1916-1917	21	22
1918/1919	23	24
1920/1921	—	—
1922	13	14
1923	15	15
1924	21	23
1925	12	13

Ano/biênio	Saíram	Entraram
1926	21	21
1927	10	12
1928	13	11
1929	08	08
1930	11	11
1931	15	16
1932	10	09
1933	10	10
1934	16	16
1935	10	12
1936	18	20
1937	16	19
1938	08	12
1939	11	16
1940	—	—
1941	—	—
1942	06	00
1943	—	—

Quanto aos anos subseqüentes não foram encontrados dados sobre as categorias - entrada e saída.

No rastreamento de dados (PRIMEIRO CENTENÁRIO, 1972, p. 132), foi encontrada uma saída, em razão de casamento, sobejamente aprovada pela Instituição, por estar a órfã seguindo um caminho e cumprindo o papel feminino preceituado, inserida na condição de nubilidade, tendo sido a cerimônia envolta em pompa:

Merece registro o casamento de uma órfã internada no Asilo. Foi em 27 de maio de 1893 que se realizou o consórcio da asilada Clotilde dos Santos, a primeira órfã que tomou seu destino. A cerimônia foi celebrada na capela da Santa Casa, tocando a banda de música do professor Azarias Dias de Melo em homenagem ao primeiro casamento de uma órfã do Asilo.

Os demonstrativos carreados a essa análise, explicitam que o número de entradas e saídas era controlado, no sentido de manter o equilíbrio sem ultrapassar o número esta-

tutário de 60 internas. As retiradas de internas, no decorrer do ano, permitiram suspeitar que, como acreditava Lapa (1995, p. 227), sendo “treinadas no orfanato para todo tipo de trabalho doméstico, eram alvos de famílias abastadas para a função de serviçais saudáveis, prendadas, produtivas e gratuitas”. Tais situações conferiam ao orfanato a condição de escola de empregadas domésticas, e, talvez as mãos beneméritas subsidiavam o treinamento de suas futuras serviçais. Os próprios relatórios da Instituição, já há muito, reiteravam essa preocupação, como o transcrito do biênio de 1931-1932, p. 8-9:

A educação que as orphãs recebem, além de puras para os seus costumes, é ainda satisfatória para poderem vencer na vida pratica as difficuldades que lhes surgirem na existência. Mas é pena que as famílias, ou pessoas por ellas interessadas, não as deixem completar os estudos e a aprendizagem pratica das artes e trabalhos domesticos. São retiradas sem o completo conhecimento dessas disciplinas.

O Asilo, portanto, face à proposta educativa, estimulada as retiradas, reproduzia nos termos da teoria de Bourdieu (1992), treinava força de serviço doméstico e também usufruía dela para o asseio das suas dependências físicas, inclusive destruindo sonhos, como deflui da fala de *J.B.S.*, que gostaria de aprender a tocar órgão, porém aceitava aquela dominação com naturalidade, pois não deveria ser outra a posição social futura correspondente à sua origem e status social:

J.B.S.: Eu gostava muito de tocar órgão e queria aprender. Uma das freiras do Asilo começou a ensinar-me, mas, quando chegou uma Madre Superiora nova, cujo nome eu não lembro, vinda do Colégio de São Paulo, tive que parar com as aulas. Um dia, fui surpreendida por essa Madre, que falou: “Órfã é prá lavar, passar e cozinhar e mais nada.” Um outro dia a Irmã escolheu-me, porque eu era forte, pra fazer a limpeza no dormitório com areia e lixívia, que era um sabão muito fino. Eu esfregava o chão de joelhos, junto com outras 8 ou 10 meninas. Depois, puxávamos a água, a lixívia e a areia para não molhar o andar de baixo.

Limpar o dormitório, esfregando areia e lixívia nas tábuas do assoado de joelhos, e depois puxar tudo isso com rodos ou, provavelmente, panos torcidos configurava-se como tarefa extremamente árdua e mesmo perigosa para as crianças, não indicada para as meninas, por excessivamente pesada. Mas, o regimento interno regravava o serviço doméstico da interna, em que a visão moralista, virtuosa e subserviente do trabalho contribuía para inscrever no espírito das órfãs o sentimento de sua inferioridade social, como advogam Baudelot e Establet (1975) ao asseverarem que o sistema escolar ao mesmo tempo que segrega, impõe aos educandos um conjunto de representações ideológicas, disfarçando suas reais funções para a aceitação de uma condição subalterna.

E, sem dúvida, essa educação para os serviços domésticos representava para a sociedade campineira e para os benfeitores um precioso celeiro de meninas prendadas, mãos-de-obra muito úteis e gratuitas para suas casas.

De forma bem contundente, o Relatório da Administração da Santa Casa de Campinas, apresentado em Assembléia Geral em 28 de fevereiro de 1926, trouxe à luz um fato de extrema significância, delatado pelo Provedor, Sr. Antônio Álvares Lobo, à página 14 do:

Ao começar o anno lectivo de 1926, 15 internas não voltaram e seus protectores nenhuma explicação nenhuma explicação deram á administração do Asylo. Indagando, sou-bemos que foram collocadas as de 15 annos, ou menos talvez, em fábricas para ganharem, quando podiam deixal-as no Asylo por mais 2 ou 3 annos, a fim de completarem o seu tirocinio escolar e educativo, formando-as para a constituição honesta e proveitosa da futura família dessas órfãs.

Outro problema difficil é que no fim do anno lectivo sempre há um grupo de asyladas que não tem para onde ir, fóra da casa, pois seus protetores não as podem acolher e ellas ficam guardadas no estabelecimento, obrigando as suas professoras a vigial-as, não tendo estas por sua vez descanso desse pesado mistér, repouso que lhes seria preciso para o vigor do corpo e do espirito, com vantagem para a própria educação das asyladas.

Pelo texto denunciatório do Provedor, havia indícios sérios de que os protetores tinham nas suas protegidas uma expectativa de ganho, de exploração, ao se aproximarem dos 15 anos, desvirtuando o caráter da proteção e configurando um manifesto desrespeito pela Instituição, da qual se serviam para lá permanecerem as protegidas ainda improdutivas, mesmo durante as férias, transferindo esse fardo para as professoras, que abdicavam de seu descanso. A grave denúncia envolve o interrompimento do estudo das internas para tornarem-se rendosas. Providências legais só vieram surgir com o Código de 1927, que disciplinou tal situação, todavia abriu brechas ao trabalho da menor em seus artigos 101 e 102:

Art. 101 – É proibido em todo o território da República o trabalho aos menores de 12 anos.

Art. 102 – Igualmente não se pode ocupar a maiores dessa idade que contem menos de 14 anos, e que não tenham completado sua instrução primária. Todavia, a autoridade competente poderá autorizar o trabalho destes, quando o considere indispensável para a subsistência dos mesmos ou de seus pais ou irmãos, contanto que recebam a instrução escolar que lhes seja possível.

Ao disciplinar que, em caso de subsistência própria ou de familiares, o trabalho seria permitido a menores, com a instrução que lhes fosse possível, as órfãs passaram a

ser vistas pelos seus responsáveis ou protetores como rendosas, gerando evasão delas do Asilo para o trabalho.

O relatório do biênio 1936-1937, com muita propriedade e adequada orientação Institucional, obedeceu a preceitos jurídicos legais, exarando a inequívoca *providência de só entregar as orphãs aos paes ou aos tutores*, pautando-se pelo Código de Menores de 1927, cujos artigos 57 e 58 com seus parágrafos legislavam sobre o assunto:

Art. 57. O menor reclamado será entregue, se ficar provado: I) que se trata realmente de pai, mãe, tutor ou encarregado pela guarda; II) que o abandono¹⁰⁶ do menor foi motivado por circunstância independente da vontade do reclamante; III) que o reclamante não se acha incurso em nenhum dos casos em que a lei comina a suspensão ou a perda do pátrio poder ou a destituição da tutela; IV) que a educação do menor não é prejudicada com a volta ao poder do reclamante.

Art. 58. Feita a prova exigida no artigo antecedente, o menor poderá ser entregue por decisão do juiz.

§ 1º. – O menor que fôr entregue, poderá ficar durante um prazo não superior a um ano, sob a vigilância do juiz, se assim fôr julgado necessário;

§ 2º. – Se os pais, ou tutor ou pessoa encarregada da guarda tiverem recursos pecuniários suficientes, serão obrigados a indenizar as despesas que com o menor houverem sido feitas. Esta indenização se dará no caso de o menor não ser entregue.

NOTA – Como se vê, a restituição do menor obedece a um processo complexo.

Pela legislação vigente na época, as normas aplicáveis à retirada do menor internado era de caráter eminentemente protetivo, exigindo do pai, mãe ou tutor a submissão à decisão judicial, bem como à fiscalização pelo juiz.

No entanto, não foi encontrada documentação processual na Instituição que pudesse comprovar essa tramitação judiciária. Mas, de qualquer forma, a providência explicitada no anuário 1936-1937 estava em absoluta sintonia com o Código de Menores.

Com o diploma na mão.

Pelos documentos institucionais, não foram encontrados, nas primeiras décadas, dados relativos ao número de meninas que concluíam os estudos, surgindo apenas a partir de 1924, e, mesmo assim, alguns relatórios omitiam tais informações, ficando a análise prejudicada como um todo.

No entanto, verificou-se que o número de concluintes era pequeno tanto em relação às órfãs quanto às externas, permitindo supor que deixavam a instituição para o tra-

balho, em geral, por tornarem-se produtivas aos seus protetores, objeto de maior detalhamento, nas páginas subseqüentes.

O quadro abaixo apresenta os dados encontrados, que possibilita estabelecer o cotejo entre as alunas internadas e as externas que chegavam a terminar os estudos primários.

QUADRO No. 12: Concluintes de 1924 a 1943

Ano ou biênio	Internas concluintes	Externas concluintes
1924	04	10
1925	Sem dados	Sem dados
1926	02	04
1927	04	06
1928/1929	Sem dados	Sem dados
1931/1932	14	09
1933	05	
1934	15	05
1935	12	—
1936	07	06
1937	07	08
1938	05	05
1939	07	10
1942	13	14
1943	11	17

Nos demais anos, a partir de 1944, não foram encontrados dados elucidatórios, posto que os anuários ou relatórios bienais da Instituição, apresentavam-nos generalizados neste particular, como se lê no Relatório do Biênio 1946-1947, p. 8:

ASILO PARA MENINAS – Neste Asilo, matricularam-se, em 1946, 147 alunas, sendo 90 internas; em 1947, 161 alunas, sendo 94 interna,. Foram diplomadas 18 alunas em 1946 e 18 em 1948. Em 1946, a receita foi de Cr.\$ 54.812,20, e a despesa de Cr.\$ 205.772,50. Em 1947, a receita foi de Cr\$41.003,40 e a despesa Cr.\$ 215.792,1º. Só o Asilo deu em 1947, portanto, o **déficit** de Cr.\$ 174.789,10, tendo cada interna acarretado a despesa anual de Cr.\$ 2.295,97.

¹⁰⁶ Entenda-se aqui, por abandono a internação por falta de recursos condizentes para cumprir os deveres com o filho, pupilo ou protegido, como reza o inciso III) do artigo 18 do Código de Menores de 1927.

Se confrontarmos este Relatório Bienal e os subseqüentes com todos os anteriores, que forneceram dados detalhados sobre idades, etnias, concluintes internas, apercebemo-nos que houve um “enxugamento” nos referenciais às internas, não indicando com exatidão o número de concluintes quanto às duas categorias: internas e externas.

E ademais, o Relatório passa a mostrar dados relativos à dimensão econômico-financeira, expondo o ônus assumido pela instituição quanto ao custo de cada interna.

Quadro comparativo de alunas internas e externas

O quadro explicita o cômputo geral das alunas internas matriculadas ao lado das alunas externas¹⁰⁷.

QUADRO No. 13: Matrículas de Internas e Externas de 1890 a 1953

Ano	Alunas externas	Órfãs internas	Total
1890	192	20	210
1893/1894	238	54	292
1895/1896	241	57	308
1897/1898	304	45	349
1899/1900	458	52	510
1901	411	52	463
1902	415	54	469
1903/1904	355	54	409
1905	375	56	431
1906	396	58	454
1907/1908	404	60	464
1909	404	60 (1 falecida)	464
1910	344	58	402
1911	305	58	363
1912/1913	331	60	391
1914/1915	353	60	413
1916	353	60	413

¹⁰⁷ Todos os dados relativos a números de matriculadas, idades, etnias foram colhidos no Acervo do Centro de Memória da Unicamp- Livros de Matrículas do Asilo de Órfãs e nos Relatórios bienais

Ano	Alunas externas	Órfãs internas	Total
1917	372	60	432
1918/1919	233	60	299
1920/1921	266	60	326
1922	328	60	388
1923	265	60	325
1924	291	60	351
1925	215	60	275
1926	184	60	244
1927	211	62	273
1928	218	60	278
1929	198	60	258
1930	176	60	236
1931	164	61	225
1932	161	60	221
1933	155	60	215
1934	62	60	122
1935	64	61	125
1936	63	63	126
1937	102	66	168
1938	120	78	190
1939	123	75	189
1940	158	81	239
1941	111	86	197
1942	90	88	178
1943/1944	88	100	188
1945/1946	57	90	147
1947	67	94	161
1948	55	95	150
1949	60	87	147
1950	56	87	133
1951	44	91	135
1952*	—	48	48

Ano	Alunas externas	Órfãs internas	Total
1953*	—	46	44

* Em 1952 e 1953, as internas foram acolhidas no Orfanato Nossa Senhora do Calvário.¹⁰⁸

A composição dos dados expostos nesse quadro foi fruto de uma coleta extraída, primeiramente, dos livros de matrícula, cujas lacunas foram complementadas com dados colhidos nos Relatórios da Irmandade. Por toda a sua trajetória, funcionaram regularmente as aulas e trabalhos no Asilo de Órfãs, tanto no externato como internato, onde recebiam instrução e amparo, sem quaisquer contribuições pecuniárias.

A grande afluência de alunas externas pobres devia-se às subvenções filantrópicas que favoreciam a qualidade de ensino ali praticada, como atestam as palavras extraídas do relatório bienal 1903-1905 da Instituição, à p. 11:

É extraordinário o número de meninas que recebe instrução preliminar nas aulas do Asylo.

A população escolar de Campinas é enorme e como os estabelecimentos officiaes de instrução primaria são insufficientes, o Asylo tem sido obrigado a recolher as sobras desse enxame feminino que procura se instruir e não encontra aonde. O Asylo custeia um genuíno grupo escolar feminino.¹⁰⁹

Ressaltou significativa a diminuição em um percentual de 37% de alunas externas no biênio 1918-1919, ou seja, de 372 externas em 1917 restaram apenas 233 externas, o que significa que 139 alunas saíram. Por essa época, Campinas foi assolada pela Influenza, a temida “*grippe*” espanhola, tendo o “Seminário Episcopal se transformado em hospital da *Cruz Vermelha*” (OTÁVIO, 1920, p.354), o que, possivelmente, explique a evasão, embora nenhum registro foi encontrado sobre contaminação ou óbito de aluna do externato. Não se verificou também, nesse biênio de 1918-1919, alteração referente ao número de internas, que se manteve em 60, de acordo com os termos regimentais.

A preponderância da quantidade de alunas externas sobre as internas não se deu apenas nas primeiras décadas de Asilo, manteve-se constante desde a fundação da ala das órfãs internadas, durante quase toda a trajetória da Instituição, chegando próxima de um equilíbrio a partir da década de 40. Baudelot e Establet (1975), com sua teoria sobre a escola que segrega, lançam luzes sobre essas duas categorias – internas e externas,

¹⁰⁸ Essa transferência das internas para outra instituição será retomada mais adiante, com maiores elucidacões.

uma vez que consideram que o sistema de ensino, embora se proclame unificado, na realidade comporta duas redes, com dupla doutrinação, ou seja, noções básicas, subprodutos culturais aos inferiores e conteúdos e métodos mais aprimorados à rede superior.

Rezava o Regimento Interno¹¹⁰ em seu parágrafo quinto do artigo primeiro que seria dado “às orphãs recolhidas no Asylo, além da pratica do serviço domestico, o ensino que for ministrado às alumnas da Escola”.

Os programas de educação apresentavam camufladamente uma dualidade na mesma instituição, embora a instrução devesse ser igual para ambas as categorias- externas e internas- todavia, serviços domésticos somente às internas, evitando-se despesas com empregados; no final do ano prêmios mais valiosos às externas, mais simples às internas, emergindo as diferenças de *status* social. O próprio regimento denominava as externas de alunas da Escola, e atribuía às internas o selo de órfãs do Asilo.

Mesmo com as especificidades e distâncias sociais, a demanda e oferta se mantiveram, com certa estabilidade, e poucas alterações em seus coeficientes. Não há de se esquecer que a própria política educacional de atendimento às órfãs previa essa orientação diferenciada, fazendo-se a apologia da desigualdade, bem declarada pelo Irmão Tesoureiro no Relatório de 1919 a 1920, à p. 7:

Destinando-se as orphãs aos rudes combates da vida, é essencial preparar-lhes a educação por meio de uma cultura pratica que lhes facilite os encargos domésticos a que se destinam, quer como mães, quer como simples ‘menagères’.

Nota-se em 1934 e 1936, um acentuado decréscimo na matrícula das alunas externas, reduzindo-se a menos da metade dos anos anteriores, enquanto o número de internas manteve-se estável, com significativo e gradativo aumento a contar de desse biênio, chegando a atingir em 1943, a casa de cem alunas, muito superior ao número de apenas sessenta, permitido em termos estatutários.

Como complementação da proposta educativa, menciona o Relatório do biênio 1934-1935, p. 5-6, ter sido contratado um professor de música para a formação de um orfeão composto pelas internas, de tal forma que não fosse mais preciso utilizar-se de conjuntos musicais externos à instituição, e, ainda, a música tinha um objetivo discipli-

¹⁰⁹ A respeito, ver Rosa Fátima de Souza, opus cit., p.127-169.

¹¹⁰ O Regimento Interno na íntegra encontra-se no Capítulo III.

nador. Por esse tempo, já não se restringia essa atividade apenas às Irmãs de São José, que sempre foram responsáveis por tocar o órgão e ensaiar o coral das meninas.

O relatório do biênio 1936-1937, justificou o excesso, face “a casos dolorosos, de solução inadiável”. Não foram encontrados dados que elucidassem quais seriam esses casos dolorosos, e a Provedoria, obviamente, autorizava esse aumento de demanda, em especial, se os pedidos adviessem de benfeitoras e benfeitores, os quais não lhes eram negados.

Fica uma interrogação sobre a contrapartida da filantropia, se ao lado da questão humanitária e caritativa haveria privilégios.

Notou-se, de 1937 a 1941, um pequeno aumento da demanda pelo externato, decaindo até atingir apenas 56 alunas em 1950, em contraponto a 87 internas.

Pelo Relatório da Irmandade, com referência ao biênio de 1938-1939, entendeu-se o porquê de alargar o atendimento à órfã, profissionalização e cuidado com retiradas indevidas das internas, conforme se segue:

O Asilo tem ministrado também ensino profissional, para melhor preparar as internas que tendo feito o curso primário, continuam no estabelecimento. Para evitar que se malbaratasse o nosso esforço para bem encaminhar as asiladas, determinei que nenhuma asilada fosse entregue senão a seus pais ou tutores, os quais seriam responsáveis pelo destino ulterior das mesmas, acabando com a prática inconveniente ao contrário.

Projeto de novo prédio ao Asilo de Órfãs

Relevante no biênio –1938-1939 a aprovação pela Mesa do projeto de construção de um novo prédio de Asilo, com capacidade para duzentas asiladas, cuja planta, executada pelo engenheiro, Dr, Hoche Neger Segurado, previa a edificação com a fachada voltada para a Avenida Anchieta, e lateral na rua Benjamin Constant, no alinhamento superior da rua Boaventura do Amaral, orçada em Cr\$600.000,00, tendo sido reservada a quantia de Cr\$200.000,00 para o início das obras.

A pedra fundamental¹¹¹ foi lançada solenemente, aos 20 de maio de 1939, em meio a ilustres figuras da cidade, e com a presença do Interventor Federal de São Paulo, Dr. Ademar Pereira de Barros, que externou ótima impressão de tudo quanto vira.

Como o povo dessa terra campineira jamais negara seu apoio às obras de benevolência, com muito mais razão nesse projeto em que o Asilo abrigaria duas centenas de meninas pobres, continuaram a proliferar os recursos. O irmão benfeitor, “Dr Paulo de Almeida Nogueira doou Cr\$ 300.000,00 ao novo Asilo que levaria o nome de sua irmã, Ester Nogueira, como reconhecimento” (PAULA, 1948, p. 197).

Vários imóveis foram vendidos para subsidiar a construção, inclusive da cidade de São Paulo, “um na avenida Higienópolis e outro na rua Conselheiro Crispiniano” (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA-PRIMEIRO CENTENÁRIO, 1972, p. 211), repetindo-se os gestos de filantropia com legados não somente na cidade de Campinas, mas da capital. Esse projeto de novo prédio para as asiladas visava remover as enfermarias de cirurgia para a ala então ocupada pelas órfãs.

Frustrou-se tal projeto da construção do novo prédio do Asilo de Órfãs, embora, como explicita o Relatório da Irmandade de Misericórdia da Santa Casa, do triênio 1948-1950, p. 14, dispusessem de uma soma de Cr\$ 1.200.000,00, doada em duas etapas pelo Dr. Paulino Nogueira, para esse fim, Cr\$ 300.000,00, na diretoria anterior somada à nova oferta de Cr\$ 900.000,00.

Iniciou-se aí uma seqüência fática, polêmica e permeada de interesses variados, para chegar-se ao fim do Asilo que tanto representou para Campinas e para as órfãs, em que pesem as mazelas de que foi vítima. Deliberou-se, com a intermediação do bispo Dom Paulo de Tarso Campos, comprar das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário o Orfanato em fase final de construção na rua Dr. Silva Teles, no Cambuí, uma vez que havia convergência de finalidade. Da mesma forma, não logrou êxito a proposta, face a um ofício de desistência do negócio, datado de 16 de outubro de 1950, encaminhado à Ir-

¹¹¹ Conforme Paula (1948, p.181) *realizou-se a cerimônia do lançamento da pedra fundamental na qual foi colocado um cofre metálico contendo moedas e jornais do dia. A pedra foi colocada, provisoriamente, na linha mediana da alça principal que parte do monumento de D. Vieira, entre dois gigantesco jequitibás, e a 31 metros do portão que dá para a avenida Anchieta. Na lápide superior está gravada a inscrição “Asilo de Órfãs –1939”.*

mandade de Misericórdia pela Irmã Provincial da Congregação de Nossa Senhora do Calvário.

Continuava o processo da gradativa extinção do Asilo de Órfãos da Santa Casa de Misericórdia cujos subsídios para iluminar tal compreensão foram sorvidos no Relatório da Irmandade de Misericórdia da Santa Casa, do triênio de 1951-1953, p. 10-14, trazendo uma análise e evolução daquele momento histórico-social. Pinçamos alguns trechos como suporte ao nosso entendimento:

O orfanato está intimamente ligado à Santa Casa, dela separado apenas pela Capela e, as dependências da Escola de enfermagem, misturadas com o orfanato. O problema está exposto:[...] 3. Existência de um orfanato, praticamente misturado com o Hospital, o que é anti-pedagógico e ainda mais condenado pelo Código Sanitário.[...] conseguiu a doação de uma área de terreno onde se pudesse construir o novo Asilo, e essa foi concedida pela Lei n. 632 de 31 de dezembro de 1951. A área doada está situada no bairro de São Bernardo, á avenida Rio de Janeiro e mede o total de 11.175,00 m². Verificando os nossos engenheiros que a área doada era insuficiente para a obra que se pretendia construir,[...] e pelo Prefeito Antônio Mendonça de Barros, conseguiu-se uma nova doação, com a área de 9.442,30m², em 6 de março de 1953 ficando assim o terreno doado para o Asilo com a área total de 20.617,30m²[...] A edificação do novo Asilo foi contratada com o Dr. Hoche N. Segurado, orçada em Cr\$ 5.600.000,00, exceto naturalmente a parte da montagem completa, que está orçada em mais Cr\$ 1.000.000,00. Até a presente data, encontra-se a construção do edifício pronta em mais da metade e já se despendeu a considerável soma de, aproximadamente, cr\$ 4.000.000,00 nesta tão grandiosa obra de assistência social. Em março de 1952 entrou a Mesa Administrativa em entendimento com a Madre Provincial do Orfanato Nossa Senhora do Calvário para, durante o período da Construção do Nosso Orfanato, receberem as irmãs do Calvário as nossas órfãs. O acordo, firmado em contrato, foi feito à razão de cr\$ 400,00 “per capita” por mês. Matricularam-se no Asilo em 1951, **135** alunas, sendo **91** internas e **44** externas; em 1952, **48** e em 1953, **46** perfazendo um total de 229. Não houve externato nos dois últimos anos por motivo de construção do novo edifício.[...] Por decisão da Mesa Administrativa foi efetuada a transferência das enfermarias que funcionavam na ala esquerda do edifício para a ala direita, no antigo Asilo de Órfãos.

Com base, portanto, no Código Sanitário vigente, uma instituição de abrigo e educação não poderia alocar-se ao lado de ala destinada a doentes portadores de todo tipo de enfermidade. Pelas informações supra-relatadas, infere-se que o último ano em que funcionou o Asilo de Órfãos na Santa Casa de Misericórdia foi 1951, passando as órfãs para o Orfanato Nossa Senhora do Calvário, reiterado pelo quadro demonstrativo do balanço, cujas quantias de Cr\$ 116.000,00 e Cr\$ 126.219,00, respectivamente, em 1952 e 1953, integram as despesas destinadas ao Orfanato N. Sra. do Calvário. Apesar de este

dado constar no balanço, o Relatório da Administração referente ao triênio 1951-1953 traz, em seu bojo, à página 10, a informação de que “o orfanato está intimamente ligado à Santa Casa, dela separado apenas pela Capela e, as dependências da Escola de Enfermagem, misturadas com o orfanato.” Algo não claramente explicável emana dessa informação, uma vez que as internas já não se mantinham mais naquela ala do orfanato, e sim no Orfanato Nossa Senhora do Calvário.

Se em 1951 havia 91 internas, encaminhadas em 1951 ao Orfanato N.Sra. do Calvário, sem termos encontrado registro dos encaminhamentos, cremos que as 48 matriculadas em 1952 sejam as advindas das 91 internas de 1951 e as 46 matriculadas em 1953, totalizando 94, não correspondendo ao constante no Balanço de Receita e despesa que orçou em Cr. \$ 116.000,00 o quantum destinado ao Orfanato Nossa Senhora do Calvário. Pelo cálculo Cr\$ 400,00 mensais por aluna, 48 custariam Cr\$ 19.200,00 por mês, e no ano de 1952, de março a dezembro (10 meses), o valor de Cr\$ 192.000,00.

Sem a intenção de exaurir os cálculos matemáticos, o Balanço fala por si só, mas não conseguimos dados para verificar se houve saídas durante o ano, para uma análise mais precisa. O fato que interessa a este estudo foi a gradativa transferência das internas, durante a construção projetada, o não retorno delas, os poucos dados sobre matrículas que dificultaram a análise, e o novo edifício que jamais se concretizou.

Legados,....mais legados,...

Pelo prestígio de que gozava o Asilo de Órfãos e a Santa Casa de Campinas, os legados sucediam-se. Um prédio de apartamentos para aluguel, projetado pelo engenheiro Lix da Cunha foi erigido na Avenida Francisco Glicério, números 1.265-1266, em área de propriedade da Santa Casa. Em terreno doado pela sra. Carolina Prado Penteado na rua Regente Feijó, esquina com General Osório, decidiu a Mesa Administrativa construir o Cine Windsor, com levantamento de fundos para empréstimos, aumentando, significativamente, seu patrimônio, acrescido pela aquisição da empresa funerária David. Subsidiou a construção do Cine Windsor a “vultosa doação feita em vida pela sra. Emerenciana Julieta Couto, em seu nome e de sua falecida irmã, D. Amélia Couto de Barros, constituída de vasta área de terras em São Paulo” (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA-PRIMEIRO CENTENÁRIO, 1972, p. 222).

O legado da residência da sra. Maria da Conceição Franco de Andrade, neta do Marquês de Três Rios, na esquina das ruas Barão de Jaguará e Ferreira Penteado, resultou em um supermercado, gerando recursos à Santa Casa por arrendamento.

Fica evidente o espírito filantrópico, com gestos concretos de desprendimento exercidos por senhoras de renomada estirpe campineira e abastada fortuna que destinavam parte de seu patrimônio às causas da misericórdia, atestando que, pelos legados, renovavam o sentimento da caridade com seus matizes de amor aos desafortunados, porém nem sempre em silêncio, como ensina a Bíblia Sagrada que “a mão esquerda desconheça o que faz a direita”.

Pelo contrário, os legadores, representando a caridade, eternizavam-se, pela prática de ter seus retratos expostos na galeria (CHARTIER, 1990).

Pelo relatório de 1954-1956¹¹², uma significativa permuta foi acordada entre a Santa Casa e a Prefeitura.

Foi trocado o quadrilátero fronteiro ao Hospital e prédios anexos, abrangendo o pomar e a gruta, limitados pela avenida Anchieta, ruas Barreto Leme, Padre Vieira e Benjamin Constant, pelo Palácio dos Azulejos e casas limítrofes da quadra compreendida entre as ruas Regente Feijó, Moraes Sales, José Paulino e Ferreira Penteado, e mais uma parte em dinheiro, com o fim de construir o edifício do novo Paço Municipal.

Como a área permutada da Santa Casa incluía o monumento-túmulo de Padre Vieira, erigido em mármore de carrara, o corpo do fundador foi exumado e trasladado da Capela da Santa Casa para a Catedral, em 21 de agosto de 1954, às dezessete horas, em enorme cortejo fúnebre, integrado por insígnies autoridades locais, prefeito municipal, vereadores, representantes eclesiais, Irmandade de Misericórdia, religiosas de diversas Congregações, membros da Irmandade do Santíssimo e das Associações de São Vicente de Paula, Médicos, Filhas de Maria, alunas da Escola de Enfermagem e grande massa popular (COELHO, 1956).

¹¹² Esse relatório não foi encontrado isoladamente como os demais, mas sim como parte integrante do livro comemorativo *SANTA CASA DE MISERICÓRDIA-PRIMEIRO CENTENÁRIO* (1972) em cujas páginas 214-215 emergiu, detalhadamente, a transcrição da permuta de imóveis mencionados.



Figura 11: Órfãs sentadas na janela da parte superior da Capela, tendo à frente o monumento túmulo de Padre Vieira, e ao fundo a alameda central do jardim, que levava à gruta. (1940)
Fonte: Arquivo de Biasi

A criação da Faculdade de Medicina em busca de um prédio.

Quanto ao novo prédio em construção para o Asilo de Órfãs, não cumpriu o destino a que se propôs (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA-PRIMEIRO CENTENÁRIO, 1972, p. 222-230).. Já pelo ano de 1954, Campinas pleiteava do Governo Estadual a criação de uma Faculdade de Medicina, que até então carecia de prédio adequado que a abrigasse, motivo pelo qual, a Mesa da Provedoria da Santa Casa colocou à disposição do Governo de São Paulo “o prédio em fase de término de construção na Rua Rio de Janeiro, para sediar a sonhada Instituição de Ensino Superior”.

O Prefeito Municipal Ruy Novais, com um almoço em sua residência, recepcionou a Provedoria da Santa Casa e o primeiro diretor da futura Faculdade de Medicina, Prof. Cantídio de Moura Campos, que entraram em entendimento, incluindo uma visita ao prédio da rua Rio de Janeiro do Bairro de São Bernardo.

No entanto, embates políticos ocorreram pelo fato de um vereador da Câmara Municipal ter desencadeado pela imprensa uma campanha contra o Provedor, e paralelamente ter-se candidatado à compra do prédio do São Bernardo, por preço muito aquém do valor real, o que foi, incisivamente, rejeitado pela Mesa Administrativa da Santa Casa, como atesta a carta a ele endereçada, sem, no entanto, nomear o referido vereador:

Exmo Snr.

A mesa Administrativa da Irmandade de Misericórdia de Campinas, em sua reunião hoje levada a efeito, deliberou, pela unanimidade de membros que nela compareceram, a propósito da proposta formulada por V. Excia., referente à alienação do imóvel sito no Bairro de São Bernardo, o seguinte:

1º.) quanto ao mérito do negócio em si, reconheceram os senhores mesários que a proposta não consulta aos interesses da instituição, no respeito a preço, prazo e condições de pagamento:

2º.) ademais, desde o primeiro momento, tem a Santa Casa mantido contato com o governo do Estado de São Paulo, por intermédio de seus mais altos e credenciados representantes, inclusive os estabelecidos com o Prof. Dr. Cantídio de Moura Campos, mui digno diretor da Faculdade de Medicina de Campinas – no sentido de ser instalado em nossa cidade aquele instituto de ensino superior. Segundo se verifica da significativa entrevista do Exmo Sr. Prof. Luciano Vasconcelos de Carvalho, DD Secretário dos Negócios da Educação, prestada à imprensa de Campinas, em 16 do corrente, o Governo do Estado continua a cogitar, seriamente, na instalação da Faculdade de Medicina em nossa cidade, - o que vira atender à justa aspiração da gente de nossa terra. – Nestas condições, face a essa perspectiva, de vermos instalada uma escola oficial de medicina em Campinas, não nos parece razoável comprometermos o mencionado imóvel com um grupo particular, pois, como nos parece indubitável, o interesse coletivo está em que o próprio Estado, com seus imensos recursos, instale a faculdade, que, desta forma, terá inequívocas possibilidades e pronto e seguro funcionamento;

3º.) cumpre-me ainda levar ao conhecimento de V. Excia. Que – até que o Estado execute a lei, já promulgada, de criação da Faculdade de Medicina em Campinas, deliberou a Mesa que seja ultimada a construção do Asilo, para seu posterior funcionamento.

Sendo o que se nos oferece, subscrevemo-nos

Gustavo Orsolini – Secretário¹¹³

Constatamos, nessa carta, que as negociações, em andamento com a futura Faculdade de Medicina, quanto à utilização do prédio da rua Rio de Janeiro, somente foram interrompidas por causa desse embate político, resultando na afirmação inequívoca da Mesa Administrativa da Irmandade de que iria ser ultimada a obra para o fim primeiro a que se propôs – o Asilo de Órfãos.

O Provedor, Celso Maria de Mello Pupo, renunciou, de forma irreversível, ao cargo, sendo substituído pelo General João Carlos Betim Paes Leme.

Essa nova Provedoria, em acordo com a proposta feita pelo Prefeito Municipal “permutou o prédio ainda inacabado da rua Rio de Janeiro por uma área de 65.000 metros quadrados de terrenos loteados¹¹⁴ e com toda a infra-estrutura de arruamento, iluminação, rede de água” cuja quantia apurada na venda permitiu à Santa Casa a aquisição de várias unidades do prédio da avenida Francisco Glicério, esquina com rua Conceição, construído em terreno de sua propriedade, completando seu patrimônio não somente com o que lhe cabia, inicialmente, mas adquirindo outras unidades, totalizando seis pavimentos.

Novo do prédio Asilo de Órfãos, outro destino?

Quanto ao Asilo de Órfãos, há um total silêncio nos relatórios que se seguem a esse período. Detectou-se, no entanto, pelo depoimento do Irmão jesuíta Roberto¹¹⁵, que o prédio da rua Rio de Janeiro que seria destinado à orfandade, foi doado em 1965, através de Lei Municipal, para a obra assistencial do padre jesuíta americano, Haroldo Rahns, denominada Centro Social Presidente Kennedy.

Em relação à Faculdade de Medicina, a Santa Casa com ela firmou contrato, disponibilizando salas para aula, 120 leitos, um pavilhão de dois andares especialmente construído para o laboratório de patologia da Faculdade, além do Pavilhão Dom Vieira.

Finalização do sonho de Padre Vieira: o Asilo de Órfãos

O processo terminal do Asilo de Órfãos da Santa Casa de Campinas durou quatro anos, iniciando-se em 1951, e as expectativas de retomada, ao mesmo tempo em que se fortaleceram pela carta supra de Gustavo Orsolini, foram definhando com o advento de outras prioridades, de outros interesses, conforme se relatou.

Nas suas seis décadas de existência, O Asilo de Órfãos, apesar de seus encontros e desencontros, dias de glória e de aflições, de seus créditos e de suas mazelas, marcou

¹¹³ Esta carta (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA-PRIMEIRO CENTENÁRIO, 1972, P. 226-227) tomou o cuidado de não identificar o nome do vereador, frustando-se também outras fontes que não trouxeram esse esclarecimento.

¹¹⁴ Embora tenha sido feito um ratreamento nos jornais locais da época e também buscado as atas da Santa Casa, nada se encontrou para elucidar onde ficavam esses terrenos.

incontestemente sua presença na comunidade de Campinas. O antigo casarão, ladeando a rua Benjamin Constant, encerra as recordações das meninas de uniforme xadrezinho, que ali encontraram um teto, vestiram-se, alimentaram-se, educaram-se, estudaram, aprenderam trabalhos manuais, receberam prêmios, criaram vínculos de amizade, correram, brincaram, cantaram, rezaram, sofreram, choraram, mas também cultivaram momentos próprios da infância com peraltices, risos, fantasias e alegrias ao lado das Irmãs de São José de Chambéry, das Mesas Administrativas, das madrinhas e demais pessoas da sociedade que lhes levavam presentes, doces e carinho. Neste trinômio instituição-sociedade-igreja há muitas histórias ainda a contar, muitas linhas a ler, muitas fotos a decodificar, na trajetória do Asilo de Órfãos em sintonia com a filantropia campineira e as políticas protetivas da orfandade.

¹¹⁵ Irmão Roberto atendeu-nos prontamente e forneceu as informações que buscávamos quanto ao destino do prédio da rua Rio de Janeiro, no bairro de São Bernardo, onde reside como membro do Centro Kennedy.

CAPÍTULO III – INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL DA MISERICÓRDIA: SEU AMBIENTE SÓCIO-MORAL-RELIGIOSO E FILANTRÓPICO, E SUAS REPRESENTAÇÕES

O Maestro Bove ensaiava canto com a gente e sempre trazia balinhas para nós. No dia 15 de agosto, algumas meninas, só nós as órfãs, saíamos na procissão de camisolão de seda, com asas, feito anjos, e com muita piedade, porque Deus abençoava as crianças pobres. Nesse dia, a gente ganhava um cartucho, que era dado pelo mordomo, distribuído pelas freiras, que tinha dentro muitas balas e doces. Todos da diretoria também saíam na procissão e eu via alunas de outras escolas, tanta gente importante, madrinhas e mulheres de roupas chiques, com véu na cabeça. **J.B.S.**



Figura 12: Fachada da Santa Casa de Misericórdia- 1940
Fonte: Acervo particular da Pesquisadora.

O antigo prédio ladeando a rua Benjamin Constant marcou significativa presença na cidade de Campinas, pela infância ali acolhida, pelas figuras expressivas da Irmandade e das Mesas Administrativas, pelas Irmãs de São José de Chambéry a cuidar dia e noite das meninas, pelas pessoas generosas que comungaram a causa e prestavam serviços ou deixaram legados, pelos momentos de crises e penúrias, por um sem número de lembranças, por uma convergência de olhares, num misto de alegria e de dor, de folguedos e de reprimendas, de rituais e disciplina rígida, pois o Asilo de Órfãs, ideado para servir e amparar a orfandade desvalida, tem sua história tão plena de matizes, contada por tantas gerações que ali viveram.

Na fachada da Capela, em cujo topo salienta-se uma cruz rendilhada de ferro, foram bem pensadas as mais sublimes virtudes evangélicas, a Caridade, a Fé e a Esperança, em três nichos, cabendo o lugar de honra ao emblema da Caridade no grande nicho sobre a porta de entrada, e os demais nichos com os emblemas da Fé e da Esperança ladeavam-na. Capelato (1998, p. 48-49) advoga que as imagens visuais da “simbologia cristã” geram a “sacralização dos símbolos e garantem maior força à imagem”.

Para Campinas, portanto, esses três emblemas foram incentivadores da frutificação do espírito filantrópico e ideal apostólico, por força da misericórdia, o qual deveria estar sempre vigente para que o passado, presente e futuro estivessem protegidos pelos três eixos: amor ao próximo, adesão à palavra de Deus que preceitua as obras de misericórdia, e a esperança de conseguir a salvação eterna. Esses três emblemas tinham o condão de tornar visíveis os símbolos religiosos, perpetuando a doutrina católica, sua motivação e *modus operandi* da vida da instituição, permeada das virtudes e dos ensinamentos de Cristo, como eram sempre anunciados pelo fundador, Pe. Vieira.

Cada tijolo foi fruto do esforço e da determinação de Pe. Vieira que, preterido enquanto vigário, direcionou o empenho no sentido de suprir a ausência de políticas sócio-educativas públicas de assistência aos pobres. Como já se desenhou nos capítulos anteriores, Pe. Vieira e seus adeptos usaram de todos os meios disponíveis numa cidade de perfil senhoril-aristocrático, congregando mãos caridosas, espírito de fé, homens de boa vontade, interesses políticos e da elite, assessorando-se de pessoas hegemônicas e de prestígio, constituindo uma Irmandade de Misericórdia para dar leite ao enfermo, teto aos pobres, lar às órfãs.

Mesmo com a construção concretizada do prédio destinado às órfãs, imprescindiam recursos para garantir a manutenção da obra, e, nesse sentido, a generosidade dos campineiros prosseguia a passos largos. Na filantropia que se instalou pela causa das meninas desvalidas, percebia-se como os recursos pecuniários se multiplicavam, de tal forma que um gesto de um benemérito atraía outro gesto dignificante de doação e desprendimento, em que legados e auxílios eram destinados ao Asilo de Órfãs.

As doações, além de garantirem pela doutrina católica a salvação da alma, levavam os campineiros a honrarem a terra que lhes serviu de berço, maximizando-lhes uma memória fecunda em obras, e um nome glorioso para as gerações do mesmo tronco fa-

miliar, de tal forma que seguissem a dignidade de seus ancestrais que não só se alicerçava no trabalho, mas no desprendimento pelo amor ao próximo, em especial, pelas órfãs, garantindo-lhes a inscrição imortal de seus nomes na história filantrópica de Campinas.

Refletindo sobre o que representava a instituição para a criança abandonada e para a sociedade, Marcílio (1998, p. 200) numa severa análise da filantropia, cita a fala de Maria de Lacerda Moura proferida no I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, realizado no Rio de Janeiro, em 1922:

Maria de Lacerda Moura, demonstrando grande intuição afirmava: “A sociedade atual não soluciona o problema da proteção à infância”. Segundo ela, a assistência filantrópica, embora prestasse “auxílio relevantíssimo, digno de todo o apoio material e moral”, era uma caridade que humilhava. “A solidariedade, a união, é o espírito do século. A proteção é necessária nessa sociedade que reservou para uns a grande porção e, caridosamente, dá as sobras aos que morrem à míngua do pão material e espiritual.”

A Irmandade de Misericórdia exercia em Campinas um poder de encorajar outros a ingressarem no movimento da caridade direcionada às crianças asiladas, configurando-se como uma forma de fazê-los sentir integrantes de uma dignidade maior que contribuía para tecer suas biografias, com currículos plenos de espírito de filantropia, caridade aos pobres segundo os imperativos das virtudes evangélicas.

Paradoxalmente, a Irmandade da Misericórdia representava uma comunidade social oligárquica, de estirpe diferenciada, e o Asilo de Órfãs, cuja fundação tornou-se emergente, foi um misto de caridade e solução de problemas urbanos sociais.

Grassavam, por essa época, “as idéias positivistas de Augusto Comte (da Ordem e Progresso), que preponham a separação da infância problemática, desvalida (..) em grandes instituições totais, de regeneração ou correção dos defeitos, antes de devolvê-las ao convívio da sociedade”.¹¹⁶

O Asilo de Órfãs, como Instituição de Caridade, não era apenas local de acolhida, educação e instrução, mas sim local cultural envolvido, intimamente, com o poder da classe dominante, na medida em que sua dinâmica operava-se sobre e dentro do próprio Asilo, enfatizando as honras, os reconhecimentos, a divulgação pública de donativos e legados, as práticas religiosas em cultos e procissões. Portanto, podemos inferir que a construção do Asilo foi uma resposta ao ideal de Pe. Vieira, mas, no que tange ao inter-

¹¹⁶ MARCÍLIO, *op. cit.*, p.194

nato, encarnou interesses sociais, ideológicos, em que as atividades escolares e as práticas sociais foram erigidas dentro das relações de poder, expressão de lutas por ordens de representação, que favoreciam interesses econômicos e políticos de grupos dominantes, a título ilustrativo, a grande Quermesse para arrecadação de fundos.

Para reconstruir a trajetória da vida cotidiana do Asilo, (LEFÈBVRE, 1958), emergem, como pano de fundo, as dependências físicas, com seus enormes ambientes onde concretamente se davam as práticas pedagógicas e religiosas, os folguedos, as peraltices, os castigos, a implementação das normas regimentais, as reuniões da Irmandade de Misericórdia, em clima de benemerência mesclado com reafirmação de costumes tradicionais, de atitudes conservadoras com padrões rigorosos de moralidade e de civilidade. Esse cenário institucional representava um microcosmo integrando um macrocosmo, ou seja, a cidade de Campinas com uma sociedade estratificada e, na facção dominante, discriminatória em razão de diferenças étnicas, econômicas e sociais.

As histórias de vida contadas pelas meninas, muitos longos anos depois, com suas representações revelam a importância do Asilo nas suas vidas e na vida de Campinas.

O estilo arquitetônico do prédio que abrigava o Hospital, a Capela e o Asilo, com seus ambientes internos, os pátios, o jardim, o pomar, os cheiros, as cores, as paisagens, os cenários, a rua nos dias de procissão, as freiras, as companheiras, enfim, as regras, os costumes, as tradições, as interações, as fotos, os anuários, como nos orienta Nora (1985) foram pontos de referência para construir a trajetória do Asilo através de muitos olhares, seja dos beneméritos, das freiras, dos amigos, de cada egressa, de forma a inseri-lo na memória da coletividade.

Na fachada, salientava-se de imediato a visão do prédio do Asilo de Órfãos, representação de “espaço disciplinador”¹¹⁷, à esquerda da Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, em edificação de dois pavimentos, estrutura sóbria e de elegante construção, pés direitos altos, janelões de madeira, assemelhando-se aos conventos, todavia mantendo a representação de um lar, uma vez que o verbo “asilar” trazia em seu bojo a conotação de propiciar um lar à órfã desvalida. O Asilo de Órfãos contemplava três grandes salões no piso térreo e igual número no piso superior. Afirma Foucault (1999, p. 122) em relação aos colégios e a disciplina:

“O modelo de convento se impôs pouco a pouco; o internato aparece como o regime de educação senão o mais freqüente, pelo menos o mais perfeito.”

Apropriando-nos das vozes das informantes, pudemos projetar mais luz às representações, buscando captar como a Instituição se compreendia enquanto as funções e utilização dos espaços, revelando um pouco do cotidiano institucional, (LEFÈBVRE, 1972), da hierarquização de poderes, e como as órfãs viam esse mundo fechado em que viviam, com seus sonhos, medos, esperanças, carências, peraltices, e como se relacionavam com o mundo externo, através das visitas de familiares, de protetores, ou de pessoas generosas que para lá afluíam.

Enquanto a informante aplica e exercita sua memória no seu passado histórico, mergulhamos em uma análise hermenêutica, (FERRAROTTI, 1983) buscando apreender o que subjazia à fala, bem como as representações construídas, para ir esboçando o desenho da instituição, aproveitando as histórias entrelaçadas, com suas identidades, contradições, mediante o pluralismo de olhares.

Cambi (1999, p. 37) colabora nessa empreitada de interpretação construtiva, quando assevera que:

A História é um organismo: o que está antes condiciona o que vem depois; deve-se remontar para trás,[...] e reconstruir o caminho complexo, não-linear, colhendo ao mesmo tempo seu processo e seu sentido. O processo feito de rupturas e de desvios, de inversões e de bloqueios, de possibilidades não-maturadas e expectativas não realizadas; o sentido, referente ao ponto de vista de quem observa e, portanto, ligado à interpretação: nunca dado pelo “fatos”, mas sempre construídos nos e por meio dos “fatos”, precário e sub judice.

Vidas internadas: portão trancado, pelas lentes da lembrança.

O pano de fundo, em cotejo com a filantropia e o processo educativo internalizado, propiciou subsídios à captação de atitudes pedagógicas, do *modus operandi*, dos padrões educacionais e dos preceitos estatuídos regimentalmente. Buscamos verificar como eram tratadas as meninas no que tange a desigualdades quanto à cor, etnia, ou outras categorias como idade, classe social. Perquirimos se o tratamento às órfãs permeava-se de “*zelo e carinho*”, vetados “*os castigos corporais*”. Ademais, importou-nos, sobremaneira, desvendar se a política educacional cumpria um papel substitutivo do Município

¹¹⁷ Recomenda-se a leitura de Bencostta (2001, p. 103-141)

ou do Estado, pelo cotejo das falas com a formação recebida no internamento e quais representações foram construídas.

Regimento Interno do Asilo de Orfãos



ASYLO DE ORFÃS

SEC O III

CAPITULO I

Da sua Direcção

ART. 1. - A direcção do Asylo de Orphãs, estabelecimento destinado á educação e manutenção de orphãs pobres deste município, será confiada, na sua parte económica, á Irmã Superiora.

ART. 2. - A' Irmã Superiora, como directora do Asylo, compete:

§ 1.º - Distribuir ás irmãs de S. José, sob sua inspecção, não só o serviço do Asylo, propriamente dicto, como o da Escola que lhe está annexa, cuja direcção também terá;

§ 2.º - Aceitar e despedir livremente os empregados que forem necessários ao serviço, marcando-lhes ordenado

de conformidade com o que está prescripto no regulamento do Hospital.

§ 3.º - Dar entrada na Escola ás alumnas e fazer mensalmente um mappa do movimento dessas alumnas;

§ 4.º - Cumprir e fazer cumprir, com referencia ás alumnas da Escola, o programma estabelecido nos grupos escolares do Estado, havendo ensino religioso facultativo;

§ 5.º - Dar ás orphãs recolhidas no Asylo, além da pratica do serviço domestico, o ensino que for ministrado ás alumnas da Escola;

§ 6.º - Ter a mais constante vigilância em que tanto as orphãs do Asylo, como as alumnas da Escola, sejam tratadas com o devido zelo e carinho;

§ 7.º - Conservar todo o edificio do Asylo, bem como suas dependências, no mais perfeito estado de asseio;

§ 8.º - Permittir que pessoas decentemente vestidas visitem o estabelecimento, designando uma pessoa de confiança para acompanhá-las nestas visitas;

§ 9.º - Observar para os pequenos concertos ou reparos no Asylo o que ficou dicto em relação ao Hospital;

§ 10.º - Fazer para o consumo do Asylo a compra dos géneros, fazendas e miudezas que não estiverem contractadas, tendo sempre em vista o preço e qualidade;

§ 11.º - Dirigir ao Provedor trimensalmente o pedido das prestações para o vestuário das irmãs encarregadas quer do serviço no Asylo, quer do ensino na Escola;

§ 12.º - Communicar ao Mordomo, para providenciar, qualquer falta ou irregularidade grave que observar no exercício de suas funções, resolvendo por si as de somenos importância;

§ 13.º - Propor ao Provedor todas as medidas que julgar convenientes para o melhoramento do serviço sob sua direcção;

§ 14.º - Apresentar biennialmente ao Provedor um mappa das entradas e sahidas tanto das alumnas da Escola, como das orphãs do Asylo, e bem assim uma lista dos donativos feitos ao estabelecimento.

CAPITULO II

Das Orphãs em Geral

ART. 3. - Nenhuma orphã será admittida no Asylo sem permissão do Provedor.

ART. 4. - A candidata ao recolhimento no Asylo de Orphãs deverá apresentar authenticados os seguintes requisitos:

1.º - Ser orphã (certidão de óbito de. um dos progenitores ou de ambos, quando os dous forem fallecidos);

2.º - Ter idade inferior a 12 annos (certidão de nascimento);

3.º - Ser vaccinada e não soffrer de. moléstia contagiosa ou repugnante, nem ter defeito physico que a inhabilite para o trabalho (attestado medico);

4.º - Ter residência neste municipio ha mais de um anno e não possuir meios de subsistência (certidão do sub-delegado do districto ou certificado passado por duas pessoas do conhecimento do Provedor).

ART. 5. - A proposta para admissão de orphãs será feita, por escripto, pelo parente ou pessoa que pela orphã se interessar, dirigida ao Provedor e acompanhada dos certificados provando os requisitos acima.

ART. 6. - Ao entrar para o Asylo, a orphã será matriculada pela Irmã Superiora, recebendo d'ella um numero que servirá para marcar a roupa que usaino estabelecimento.

ART. 7. - A orphã que for admittida com certificados fraudulentos será entregue á pessoa ou parente que a propoz e não poderá de novo ser aceita.

ART. 8. - A orphã que attingir á maioridade não poderá ser conservada no estabelecimento como asylada, cessando desde então para com a mesma toda a responsabilidade da Irmandade.

ART. 9. - Antes da maioridade a orphã só poderá sahir do Asylo quando se casar, ou quando, algum parente ou pessoa honesta de provada abastança requerer ao Provedor sua retirada, responsabilizando-se de accôrdo com as leis do paiz pela guarda da mesma orphã.

ART. 10. - Os livros, as missivas, os bilhetes ou quaesquer objectos destinados ás orphãs não lhes serão entregues senão depois da Irmã Superiora tomar conhecimento do facto.

ART. 11. - As orphãs terão alimentação substancial e abundante, e vestir-se-ão decentemente, nada trazendo comsigo que lembre fausto ou grandeza.

ART. 12. - Nos passeios que as orphãs fizerem reunidas, fora do estabelecimento, usarão uniforme, isto é, irão vestidas todas por igual.

ART. 13. - Quando enfermarem, as orphãs serão tratadas no próprio Asylo pêlos facultativos do Hospital.

ART. 14. - As orphãs só poderão ser visitadas pêlos parentes, ou amigos de sua família, no 1.º domingo de cada mez, das 8 horas da manhã ás 5 horas da tarde, com auctorisação da Irmã Superiora e na presença de uma pessoa da confiança desta.

§ ÚNICO - Fora deste dia, as orphãs não receberão visitas, nem se communicarão com pessoa extranha ao estabelecimento, salvo motivo de força maior.

ART. 15. - As orphãs serão tratadas sem distincção uma das outras, havendo distribuição de turmas que se occuparão alternadamente, fora das horas de estudo, dos seguintes serviços: lavagem de roupa, engommado, costura, cosinha, etc.

ART. 16. - Além da pratica do serviço domestico, as orphãs receberão instrucção igual á das alumnas da Escola.

ART. 17. - As orphãs terão durante o dia três horas e meia de recreio, distribuídas a juízo da Irmã Superiora.

ART. 18. - Nos domingos e quintas-feiras as orphãs terão os recreios prolongados, podendo sahir nestes dias a passeio fora do estabelecimento.

CAPITULO III

Da Despensa, Cosinha e Refeitórios

ART. 19. - Estas dependências do Asylo serão regulamentadas, *mutatis mutandis*, pelo disposto no mesmo capitulo do regulamento do Hospital.

CAPITULO IV

Da Rouparia e Lavanderia

ART. 20. - As disposições regulamentares destas dependências serão idênticas ás que foram prescriptas para o serviço hospitalar.

CAPITULO V

Dos Dormitórios

ART. 21.—Os dormitórios serão organisados de accôrdo com a idade das orphãs, e se denominarão: das grandes, das médias e das pequenas.

ART. 22. - As camas serão feitas do mesmo modo, e cada orphã ao sahir do dormitório deverá deixar sua cama feita.

ART. 23. - Para fazer deitar, e o mais que for necessário, cada orphã grande tomara, conta de uma pequena.

ART. 24. - As roupas de cama, em qualquer dos dormitórios, deverão ser trocadas uma vez por semana e sempre que for preciso.

ART. 25. - A varredura dos dormitórios e dos corredores adjacentes, bem como o asseio geral dos mesmos, estarão a cargo das orphãs alternadamente.

CAPITULO VI

Das Disposições Geraes

ART. 26. - O numero das orphas do Asylo será fixado em 60, assim como limitado a 400 será o das alumnas da Escola, podendo ser elevado ou diminuído tanto um como outro, conforme os recursos da Irmandade.

ART. 27. - Tanto as asyladas como as alumnas não soffrerão castigos corporaes, sendo passíveis apenas de correcções moraes, que ficarão a cargo da Superiora e das Professoras.

ART. 28. - Si, porém, a falta commettida, principalmente pela asylada, for grave, a Superiora dará immediatamente parte do occorrido ao Mordomo que deliberará de accôrdo com que o for determinado pelo Provedor, que communicará o facto na primeira reunião de Mesa.

ART. 29. - A porta do Asylo será também a porta da Escola, que estará aberta ás 11 horas da manha para entrada das alumnas e ás 4 horas da tarde para sabida das mesmas, salvo caso especial.

ART. 30. - Além dos livros precisos para a escripturação do Asylo e da Escola, haverá um especial para a matricula das orphas, no qual sejam declarados: o nome, a idade, a filiação, a naturalidade, o dia da entrada, o dia da sahida, o gráo de aproveitamento instructivo que teve durante o tempo de asylada, o comportamento no mesmo período de tempo, o modo pelo qual sahiu do Asylo e mais informações necessárias a um bom registro.

ART. 31. - No fim de cada anno haverá distribuição de prémios ás asyladas e ás alumnas que se distinguirem dentre si, entregando o Provedor, em acto solemne, o diploma da Escola áquellas que terminarem o curso.

Campinas, 15 de Julho de 1904.

Provedor	MESARIOS
BENTO QUIRINO DOS SANTOS.	Cândido Gonçalves Gomide.
Mordomo	Alfredo Ferreira Novaes de Camargo.
DR. MANOEL DE ASSIS VIEIRA BUENO.	Júlio Frank de Arruda.
Secretario	Luiz José Pereira de Queiroz.
ANTÓNIO ALVARES LOBO.	José Paulino Nogueira.
Procurador	Barão Geraldo de Resende.
LEOPOLDO AMARAL	Raphael Gonçalves de Salles.
Thesoureiro	António Carlos do Amaral Lapa.
FRANCISCO DE PAULA S. DOS SANTOS	Cândido Ferreira da Silva Camargo.
	António Alves da Costa Carvalho,
	RELATOR: Angelo Simões
	Padre Manoel Ribas d'Ávila

Relevante ter as regras explicitadas para subsidiar a análise e compreensão das falas para entendermos a própria instituição em suas práticas e representações. Apenas encontramos o Regulamento do Asilo de Órfãs, em 1904, quatorze anos após o início de

seu funcionamento. Encontramos a informação (PAULA, 1948, p. 130) que eram “escassas as fontes referentes ao período de 1891 a 1900”, por inexistirem os relatórios dos respectivos biênios administrativos.

Entretanto, constatamos que, durante a trajetória do Asilo, houve alterações no Regimento Interno, em 1936, em 1939, no que pertine às Irmãs e às órfãs, mantendo os trinta e um artigos, distribuídos em sete capítulos, com supressões e acréscimos, ficando o CAPÍTULO I de 1904, subdividido em dois, **CAPÍTULO I - Da sua fundação e administração**, **CAPÍTULO II - Da sua direção**.

As reformas regimentais não alteraram significativamente a tratativa dada às órfãs, todavia concentraram a direção do Asilo mais na mão do provedor da Santa Casa, retirando parte da autonomia das Irmãs, ficando caracterizadas como colaboradoras, conforme fica demonstrado pelo que se segue:

ASYLO DE ORPHÃS

CAPÍTULO I

Da sua fundação e administração

Art. 1 – O Asylo de Orphãs, fundado por Dom Joaquim José Vieira, contemporaneamente com o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, é um estabelecimento annexo a este.
§ ÚNICO – Terá por fim a educação e manutenção de órfãs pobres deste município.

Art. 2 – A direção do Asylo de órfãs compete ao provedor (grifo nosso), com a colaboração (grifo nosso) de irmãs de caridade e dos funcionarios que nomear.

Em cotejo com o Regimento de 1904, inova o de 1936 a explicitação do objetivo institucional, nos termos do parágrafo único, “educar e manter a órfã pobre”.

Ressalta-nos nítida a minimização da atuação das irmãs no que concerne ao originário art. 1º., passando o provedor, inclusive a nomear os funcionários, em discordância ao estatuído no antigo § 2º. do art. 2. que outorgava às irmãs a competência para “aceitar, despedir, definir ordenado”, cabendo-lhes, neste novo regimento, pelo art 2º. do Capítulo II: “Propôr o contrato de funcionarios e empregados”.

Sofreu uma redução redacional o enunciado 3º. do anterior art. 3º. concernente ao estado de saúde da órfã a ser admitida, passando a exigir-se apenas pelo Art. 5 - 4º.: “*Gosar de saúde e ter sido vaccinada*”; eliminando-se o texto: “não soffrer de moléstia contagiosa ou repugnante, nem ter defeito physico que a inabilite para o trabalho (attestado médico)”.

Esse novo dispositivo reformulado deixa-nos entrever um cuidado em não explicitar que a ênfase dada ao recolhimento de órfãos pobres estava centrada na contraprestação de trabalhos como recompensa pelo acolhimento, mas, paradoxalmente, deixa clara a dimensão de trabalho, até maximizada, conforme o enunciado art. 15 do capítulo III: “As orphãs serão tratadas sem distinção uma das outras, (grifo nosso) havendo distribuição de turmas que se ocuparão alternadamente, fóra das horas de estudo, dos seguintes serviços: lavagem de roupa, engommado, costura, cosinha, etc.”

A transcrição na íntegra do Regimento de 1904, pontuando as alterações ocorridas em 1936, em 1939, subsidiou o cotejo com as demais legislações e com o relatado nas histórias de vidas das egressas, bem como depoimentos de demais informantes.

A alteração regimental, em 1939, em especial, no capítulo I, em que um parágrafo único é incluído ao art. 2º, tal seja: “O provedor poderá crear as secções ou cargos que julgar convenientes, remover e exonerar a funcionários ou empregados da Irmandade, bem assim providenciar a substituição das Irmãs quando o serviço ou disciplina o exijam”, retrata o enfraquecimento da congregação, vez que o provedor poderia substituir Irmãs, nas duas situações referidas.

O confronto da prática educacional com as regras institucionais auxiliou a verificação de inculcações de educação padronizada e suas representações no “cotidiano” da instituição, (LEFÈBVRE, 1958) mediante o entrelaçamento das normas com as falas das informantes, com a presença da sociedade em cargos diretivos a serviço da filantropia. Também subsidiou algumas caracterizações de outra instituição fundada exatamente no mesmo ano, no mesmo contexto social, para acolher os meninos órfãos em decorrência da epidemia da febre amarela - o “Lyceu de Artes e Offícios”. Ambas as instituições, o Asilo de Órfãos e o “Lyceu de Artes e Offícios” buscaram dar abrigo e educação para o trabalho, dirigidas por duas congregações inspiradas em São Francisco de Sales, embora a de São José de Chambéry se destinasse a educar meninas enquanto a dos Salesianos de Dom Bosco dedicava-se unicamente à educação masculina.

Ambas enquadraram-se na iniciativa da sociedade e da Igreja a favor dos desvalidos, em que as atividades educativas representavam eficazes meios de afastar a orfanidade dos perigos, riscos e vícios do mundo.

Nesse sentido, o confinamento trazia em seu bojo rígidas normas de disciplina, uma irrestrita obediência aos superiores para agradar a Deus. As duas instituições para acolher os órfãos, tanto na vertente masculina - o Liceu - como, para a vertente feminina - o Asilo de Órfãs – apresentavam pontos comuns: privilegiavam a quinta-feira e o domingo para o passeio externo ou recreio prolongado e, em suas regras, excluía os castigos corporais, preparavam para o trabalho a par da instrução básica, dividiam os assistidos por faixas etária, em pequenos, médios e grandes.¹¹⁸

Lapa (1995, p. 225) expôs considerações e comparou uma instituição congênere do Rio de Janeiro com o do Asilo da Santa Casa de Campinas:

Os contatos com o exterior, no que se incluíam contatos com pessoas estranhas, só se faziam em passeios coletivos, quando iam uniformizadas. Os dias reservados para esses passeios eram os domingos e quintas-feiras, quando interrompiam as tarefas desses dias. No primeiro domingo de cada mês, das 8 da manhã às 17 horas, podiam receber visitas, com autorização da Madre Superiora e sempre na presença de uma pessoa da confiança desta. Eram proibidos castigos corporais. As faltas consideradas graves seriam comunicadas ao Provedor, que, juntamente com a Mesa que dirigia a Santa Casa resolveria qual punição deveria ser aplicada. Como ocorria na Santa Casa da corte, no Rio, com certeza à Provedoria cabia também reger o patrimônio do Asilo e superintender os seus assuntos, ficando com as irmãs a responsabilidade da administração da vida cotidiana. Além da prática de serviços domésticos, as órfãs recebiam instrução equivalente ao nível primário, através de aula de leitura, caligrafia, aritmética, geografia e trabalhos de agulha.

Serviços domésticos

Ci.: Tinha limpeza de sala de aula, porque a parte do colégio não tinha funcionário, só tinha lavadeira e cozinheira. Então, essa parte de limpeza, de faxina, era tudo a gente que fazia, tudo dividido. Então, uma turminha era prá limpar o banheiro, outra turminha era prá varrer a sala de aula, outra turminha era prá limpar o dormitório, outra turminha limpava os banheiros de cima. Só as internas faziam isso, as externas, não.

Ao mesmo tempo em que a Instituição preceituava “Dar às orphãs recolhidas no Asylo, além da prática do serviço doméstico, o ensino que for ministrado ás alumnas da Escola” dividia as meninas em duas categorias e educava as órfãs com práticas úteis à classe elitista de Campinas. De maneira disfarçada os conflitos de classe social ocorriam e não era necessário projetar no futuro, pois dentro da própria instituição, em que as irmãs eram a classe dominante, as internas serviam-lhes, considerando-se privilegiadas

¹¹⁸ Ler o NEGRÃO, Ana Maria Melo. Educar para a cidadania através de valores católicos. In: DEMARTINI, Zeila de Brito (coord). Memórias da educação Campinas (1860-1850). Campinas, Ed. UNICAMP, 1999. p. 197-239.

por “tanta honra”. Os trabalhos domésticos pesados exercidos pelas meninas era um meio institucionalizado de prepará-las para servir.

M.B.: Eu ficava muito orgulhosa de prestar serviços para as freiras. Eu sabia passar roupa muito bem e, uma vez, para a Procissão de 15 de agosto, passei e engomei 78 vestidos de saia pregueada e gola marinheiro, que era o uniforme de gala das internas.. Nem todas as meninas tinham habilidades, mas eu bordava, passava roupa, e chegava a fazer cinco trabalhos pra exposição que se fazia pra vender artesanato. Um dia a Irmã falou: “**M.B.**, vai até a porta da cozinha da Santa Casa.” Fui preocupada, pensando que ia ser castigada por alguma coisa, mas era para limpar os lustres da Santa Casa para as festas. Às vezes, ajudava nos doces para as festas da Nossa Senhora da Boa Morte. Ficava toda contente por ter sido a escolhida e, muitas vezes, ganhava um cálice de vinho, quando acabava o serviço.

Pela fala de **M.B.** o trabalho excessivo – “passei e engomei 78 vestidos das internas” - era apresentado sob a aparência de uma imposição natural, como preceitua Bourdieu (1982), acompanhada de manifestação de pseudo-afeitividade, de prêmio ao ser contemplada com um cálice de vinho, o que a deixava contente. Para **M.B.** o ser escolhida – “para limpar os lustres da Santa Casa para as festas” - tinha a conotação de privilégio.

Esses serviços reiteravam manutenção do *status quo* do pauperismo, o qual justificava a tratativa diversificada pertinente ao trabalho doméstico, apenas às internas e não às alunas do externato. Comprovava essa dicotomia a presença do parágrafo 5º. do art. 2º. e 3º. respectivamente nos regimentos de 1904 e 1936: “Dar às orfãs recolhidas no Asylo, além da prática do serviço doméstico, o ensino que for ministrado às alumnas da Escola.”

Referente à educação assistencialista, Kuhlmann Jr. (1998, p. 182-183) oferece uma reflexão muito pertinente para subsidiar nossa análise:

A pedagogia das instituições educacionais para os pobres é uma pedagogia da submissão, uma educação assistencialista marcada pela arrogância que humilha para depois oferecer o atendimento como uma dádiva, como favor aos poucos selecionados para o receber. Uma educação que parte de uma concepção preconceituosa da pobreza e que, por meio de um atendimento de baixa qualidade, pretende preparar os atendidos para permanecer no lugar social a que estariam destinados. Uma educação bem diferente daquela ligada aos ideais da cidadania, de liberdade, igualdade e fraternidade.

O enunciado, com o trabalho doméstico precedendo o ensino, revela prioridade dada a essa prática de trabalho doméstico. Lapa (1995, p. 224-225) referindo-se ao Asilo de Órfãs, declara que subjacente à filantropia, o trabalho tinha conotação escravizadora:

Por trás, portanto, do aparato filantrópico, por todos celebrados, estavam objetivos bem racionais e práticos, próprios de uma sociedade capitalista, capaz de transformar o Asilo numa escola de treinamento e formação de empregadas domésticas e futuras e laboriosas esposas de operários produtivos.[...] A rotina da vida em comum no Asilo era absorvida pelo trabalho chamado doméstico, que se distribuía entre os cuidados com a roupa, ao arranjos da cama e mesa, cabendo-lhes lavar a roupa, engomar, consertar, costurar. Todos os serviços ligados à cozinha, banheiros, etc também cabiam às órfãs, sob a superintendência das irmãs. Possivelmente, o Asilo não chegou a ter escravos a seu serviço, uma vez que, no momento da criação do internato, a escravidão já havia sido abolida.

Quanto aos trabalhos domésticos pelas meninas, cabe uma reflexão: realmente as incumbências dadas às meninas órfãs tinham apenas a conotação escravizadora como afirma Lapa, ou , de certa forma, evitavam a ociosidade, naquele contexto histórico e cultural? Configuravam-se como valores para a inserção da educanda em sua vida futura, no destino que seguisse?

A reflexão é complexa, envolvendo também aspectos éticos e legais, porque está em jogo o equilíbrio entre a idade da menina e as atividades exigidas, as quais não deveriam prejudicar-lhe a instrução ou arranhar-lhe a dignidade humana, e nem tampouco, ser um substitutivo à contratação de empregadas domésticas.

O trabalho doméstico poderia ser justificado como prática educativa, permeada de critérios, mas não como instrumento de dominação, conforme preceituam Bourdieu e Passeron (1982) Petitat (1994, p. 32) também, nesse sentido, enfatiza que:

“Em qualquer sociedade, o grupo dominante esforça-se por impor certas significações como legítimas, dissimulando as relações de força que são o fundamento de seu poder (...) e obtém um efeito de reprodução simbólica.”

A fala de *Ci*, no entanto, delata que no Asilo somente havia cozinheira e lavadeira, ficando a faxina por conta das órfãs, em grupos, isentando-se as externas, que permaneciam um tempo menor na Instituição. Todavia, a educação diferenciada das órfãs pobres estava fundamentada em uma caridade que justificava essa heterogeneidade de tratamento, aceito aos olhos da sociedade.

E isso as meninas faziam, de forma natural, em espírito de irrestrita obediência e submissão. E pelos depoimentos das egressas, na grande maioria, o trabalho lá executado foi significativo para suas vidas, como será tratado em capítulo posterior, sem desconsiderar que as contradições se fizeram presentes.

Convites em função de quê?

Uma das depoentes se recorda de pessoas da sociedade que a levavam para gozar um fim de semana em ambiente familiar, como gesto filantrópico; porém, nada mais era do que simular passeio a troco do serviço doméstico gratuito, ao qual ela não ousava insurgir-se, pois a formação institucional preceituava que devia servir a Deus, através do homem, com polidez, humildade, submissão, obediência e temor a Deus:

M.H.: Às vezes, recebia convite para passar o dia de domingo em casa de alguma família, até mesmo conhecida de meu pai. Mas, a visita era para trabalhar como empregada: lavava louça, limpava a cozinha, o banheiro, varria tudo, enfim, o passeio era trabalho.

Antonieta Favro: Como eu morava defronte a Santa Casa e, como Filha de Maria estava sempre por lá, cantando no coro. Sabia que muitas famílias importantes vinham buscar as órfãs em tempo de festa, Natal, Páscoa e, às vezes, até adotavam alguma, penso que como filha. Se pegavam como empregada de serviços domésticos, não sei.

L.: Madrinha? Ela fazia parte da Mesa Feminina da Provedoria. Minha mãe morreu tuberculosa em 1941 e meu pai estava tuberculoso, internado em Campos do Jordão. Meus irmãos, cada um foi para um lugar e eu fui para a Escola das Irmãs de São José, francesas, davam aula lá na Santa Casa, mas não ensinavam o francês. Aliás, me lembro pouquíssimo daquele tempo. Mas, recordo-me bem de minha madrinha que começou a me levar passear, a passar o domingo com ela, e eu me acostumei com ela e ela comigo. Nasceu uma afeição forte. Ela me levou em definitivo pra morar com ela e me preparou um quarto muito bonito

Situações assim descritas por *M.H.* delatam o costume da classe elitista campineira, já abordado no capítulo anterior, acostumada a ter empregadas gratuitas, e as órfãs exerciam bem a continuidade desse papel, mesmo já tendo sido abolida há muito a escravatura (LAPA, 1995).

O relato de Antonieta não clarifica se por trás desses gestos de levar as meninas, em dia de festa, havia realmente uma atitude bondosa, pois ela nem afirma, nem nega, apenas diz desconhecer. Restou evidente, que por ser Filha de Maria, dificilmente Antonieta faria críticas à política de atendimento institucional. Nesse sentido, afirma Petitat (1994, p.119):

A instituição é gratuita, mas as elites municipais que sustentam as confrarias dedicadas à educação esperam ter em retorno uma sociedade e uma juventude mais bem policiadas.

A depoente *L.* reitera o espírito filantrópico das senhoras de renome em Campinas, que se propuseram a ser madrinhas das meninas, realmente, com gestos concretos de caridade, e, inclusive de promoção social, como fora o seu caso, uma vez que passou

a residir como filha na casa de sua madrinha, a qual fazia parte da Mesa Feminina Auxiliar da Provedoria.

Condições de admissibilidade: por que fui interna?

Nos termos regimentais do Asilo de Órfãs, as destinatárias eram as órfãs pobres, conforme estatuído: **“Asylo de Orphãs, estabelecimento destinado á educação e manutenção de orphãs pobres”**. Por conseguinte, a condição primeira para admissão era ter perdido os pais ou um deles, mediante documento, comprobatório, e ser pobre, destituída de posses e quaisquer meios de subsistência. Acrescentavam-se outras exigências, como não ter idade superior a doze anos, ser vacinada e não padecer de qualquer enfermidade contagiosa ou repugnante, nem ter defeito físico que a inabilitasse ao trabalho, ressaltando uma manifesta discriminação, até a reestruturação estatutária, como já se discutiu. Além das categorias já elencadas, entrava mais uma: saúde perfeita, própria do ideal jesuítico, bem definido no *Ratio Studiorum*.

M.H.: Lembro das férias, em que eu ficava sozinha no Orfanato, pois meu pai precisava trabalhar e não podia retirar-me. Meu pai internou-me no orfanato porque minha mãe teria morrido. Na verdade, ela o abandonara, fugindo com minha irmãzinha de dois anos, deixando-me com meu pai. Só soube disso mais tarde. No dia de meu casamento em 1959, eu casei com 21 anos, minha mãe apareceu na Igreja. Foi um susto, pois minha mãe que era morta, de repente apareceu viva, na igreja. Depois sumiu novamente. (lágrima) Imagine como foi minha lua de mel, em que eu só pensava na minha mãe que apareceu no dia do meu casamento. Mais tarde, tive contato com minha irmã e soube que minha mãe tivera outros filhos com seu companheiro. Como soube do meu casamento, quis me ver, por isso veio, sem me avisar, ela surgiu na igreja. Não dá para descrever a sensação que tive. (silêncio) Nunca soube porque ela abandonara meu pai, e quando quis conversar com ela sobre isso, minha irmã impediu, pois ela estava muito doente com câncer.

Por esse relato, percebemos que houve fraude na internação de **M.H.** pelo descumprimento da condição imprescindível de ser órfã, e no ato de admissão ter de apresentar atestado de óbito, nos termos regimentais. Como teria conseguido seu pai interná-la? Não encontramos resposta.

M.L.P.B.: Minha mãe morreu e meu pai trabalhava na Mogiana, de noite. Sofri muito porque desde que entrei lá, tinha feridas. eczema por toda a cabeça e precisava raspar o cabelo. Tinha verrugas na mão e ficava isolada no cantinho na hora do recreio, porque não podia brincar e as meninas não chegavam perto de mim. Não podia usar boina nas procissões porque tinha a cabeça raspada. A Irmã Esc. do 3º. ano era jóia e tinha paixão por mim, porque eu não podia brincar. Depois do jantar dela, aparecia no recreio com uma parte do avental encobrendo a mão que escondia a sua sobremesa, diferente da nossa – uma compota, um creme,...- e me chamava do meu cantinho para me dar a so-

bremesa que ela deixava de comer. O médico, Dr. Tácito (fiquei sabendo depois) chamou meu pai e disse que minha doença era do sangue e quando menstruasse, sarava. Por isso, me aplicou 24 transfusões de sangue de mim para mim. Tirava sangue das nádegas, nem doía tanto, e depois aplicava no braço, doía, estourava a veia. Tomava vitamina H Fontoura. Menstruei com 13 anos e fui sarando, as feridas sumindo.

Nesse relato, descobrimos que **M.L.P.B.**, fora admitida, quando o regimento já havia sido reformulado, em que não mais se exigia a inexistência de qualquer doença repugnante, pois o eczema na cabeça deveria ter tão mau aspecto que ninguém se aproximava dela.

Constatamos a percepção contraditória das duas depoentes: a primeira guarda até hoje seqüelas do internamento, enquanto a segunda construiu uma representação de carinho, em que a freira abdicava de sua sobremesa para compensar o isolamento gerado pelo eczema e pelas verrugas.

As Irmãs de São José eram orientadas pelas regras da congregação, com base nas *Máximas de Perfeição* (IRMÃS [S.l.: s.n.], s.d. p.217) a evitar externalização de sentimentos:

CAPÍTULO II

Meios para atingir a perfeição

2. Desprendam-se de toda as afeições terrenas e delas esvaziem de tal modo o coração, que nenhuma criatura lhes seja empecilho. Um coração vazio de tudo está ao mesmo tempo cheio de Deus.

Portanto, a atitude de Irmã Esc. foi incomum e supriu para **M.L.P.B.** o carinho materno, o que não era recomendável, uma vez que para as irmãs viverem a perfeição deveriam se despojar de qualquer afeto, mantendo o coração apenas pleno de Deus.¹¹⁹ De certa forma, também descumpriu o Regimento Interno que previa em seu art. 15 do capítulo II: “as órfãs serão tratadas sem distinção uma das outras”.

T.J.C. (externa): Fui amiga de algumas órfãs. Gostava muito da **Dor.** e continuei sua amiga até ela morrer, velhinha. A história dela é bonita, embora fosse ranzinza. A mãe dela, mulata, foi abusada por um italiano, onde trabalhava e engravidou da **Dor.** Mandada embora do emprego, pediu abrigo na Santa Casa. As freiras acolheram e **Dor.** nasceu e foi criada lá com a mãe, que trabalhava como porteira e até tinha jeito de freira. Lá não tinha roda dos enjeitados.

¹¹⁹ Para reforçar o despojamento em busca da perfeição, corrobora o depoimento de Irmã T que foi severamente punida por ter colocado sua irmãzinha de três anos no colo, como gesto de ternura, o que foi considerado absolutamente impróprio a uma freira que deveria moderar seus sentimentos, castrá-los sem cessar para dar lugar à razão e às luzes das graças.

A história da Dor, embora narrada pelo olhar de *T.J.C.* denota terem as freiras acolhido a mãe grávida, que retribuiu o amparo, trabalhando como porteira, e emergiu a representação de identificação, a ponto de ter ficado “até com jeito de freira”.

Lr.M.: Meu pai tinha falecido e minha mãe ficou na roça com os três filhos pequeninhos, sem condições de tocar a roça e teve também algumas coisas que gostaria de não falar, é um assunto particular. Minha mãe ficou doente e precisou vender tudo. Ela veio, foi na delegacia fez um atestado de pobreza e nos encaminharam ao orfanato. Meu irmão veio antes e começou a trabalhar na horta, no pomar, até hoje trabalha lá. Fui a última que vim, deveria ter 9 anos. Só tinha um vestido de saco, lavava e esperava secar. Andava descalça, sapato e meia não tinha. As freiras forneciam tudo igual pra todas: era coisa de rico. Quando cheguei, estava quase morrendo com anemia profunda., né? Fui pra enfermaria, internada várias vezes. Primeiro me trataram. Fazia exame de sangue toda semana, daí comecei a estudar; tinha pouquinho estudo, só 1º.ano; por ser grande, me puseram no 2º ano. Não misturavam grande com pequena, era mau exemplo, mau costume.

Pelo relato de *Lr.M.*, o Asilo não cortou o vínculo familiar, vez que toda a família veio. E o seu estado de pobreza e doença foram compensados, razão pela qual, sua fala só enfatiza os fatos que a memória traz à tona com mais prazer, como: “era coisa de rico.”

Pelos termos regimentais, órfã deveria ser pobre, razão pela qual a Delegacia de Polícia atuava como infraestrutura à comprovação do pauperismo. Os momentos de maior sofrimento, talvez por envolverem motivos mais complexos e traumáticos, ela preferiu não falar, salvaguardando os acontecimentos que não desejava exteriorizar. Como nos orienta Pollak (1989, p.8):

...“existem nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios, não-ditos. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento”.

As palavras de Pollak iluminam-nos quanto aos silêncios encontrados, os “não-ditos” para apreendermos como as egressas não reconstruíam certos fatos da infância, selecionando-os.

Sofrimentos, humilhações,... por que relembra-los, não seria reabrir feridas?

Der. e Den.: A minha vida dá uma história. Vim para o Asilo com 7 anos. -Meu pai ficou doente e ficou internado no sanatório por 10 anos, vindo a falecer.. Minha mãe falou com o mordomo da Santa Casa, o dr. Lino e conseguiu lugar para as meninas, eu e minha irmã *Den.* com 8 anos. Nossa mãe ficou trabalhando, lá mesmo no Irmãos Penteado. Quem arranjou foi o provedor, Sr. Lino. Quando eu, *Den.* e minha irmã *Der.* víamos nossa mãe descer a escada para ir buscar remédio na farmácia, ficávamos chorando de saudades da mãe.

Deparamos com outro caso, em que as internas não eram órfãs, mas era uma situação emergencial. Pelos relatos das duas irmãs que se complementam, apreendemos um aspecto de praticidade, receber as meninas e ter a mãe na instituição prestando serviços. Como a mãe, com o marido internado em sanatório, precisava trabalhar, a concessão veio conciliar interesses. Entretanto, a proximidade da mãe na mesma Instituição, como serviçal, não representava para as filhas tê-la presente, pois não havia o contato diário materno. O fato de verem-na, sem dela poderem aproximar-se, gerava angústia, motivada choro de “saudades” e somente viam-na de perto, nos dias de visita.

O discurso de **Den.**, ao usar a 1ª. pessoa do plural – “ficávamos chorando de saudades da mãe” – insere o sentimento de perda do contato maternal e apresenta forte o conceito de vínculo filha/mãe, quando **Den.** refere-se “à nossa mãe”, pelo possessivo “nossa”, e, imediatamente, omite-o para referir-se “à saudade da mãe”, deixando subjacente a distância, pois as irmãs viam a mãe, todavia sem acesso a ela.

Saindo a passeio, o grupo transpunha o portão de ferro...

ART. 12. — Nos passeios que as orphãs fizerem reunidas, fora do estabelecimento, usarão uniforme, isto é, irão vestidas todas por igual .

Cel.: Todo dia 19, as meninas iam à Catedral fazer a Hora Santa de Guarda. Uma turma ia de manhã, das 9:00 às 10:00 hs. Outra turma ia das 14:00 às 15:00 hs, com traje de gala: vestido branco e sapato preto de pulseirinha.

Lr.M.: Um domingos por mês, a gente ia na Catedral, de uniforme, em fila, sem olhar do lado. Saía da Santa Casa, pegava a César Bierrembach e ia direto na Catedral, fazer adoração ao Santíssimo Sacramento e, na quaresma, era Via Sacra.

Corroborar com os relatos a foto tirada pelo fotógrafo, sr. Gilberto de Biasi, que, ao nos fornecer cópia, contou-nos, quando buscávamos imagens fotográficas em seu laboratório de trabalho, ter visto, bem cedo da janela de seu apartamento, o cortejo das meninas do Asilo de Órfãs, em fila de duas a duas, subindo a rua César Bierrembach, em direção à Catedral, vestidas como descreve **Cel**, acompanhadas pelas Irmãs, em posições estratégicas para garantir a disciplina.

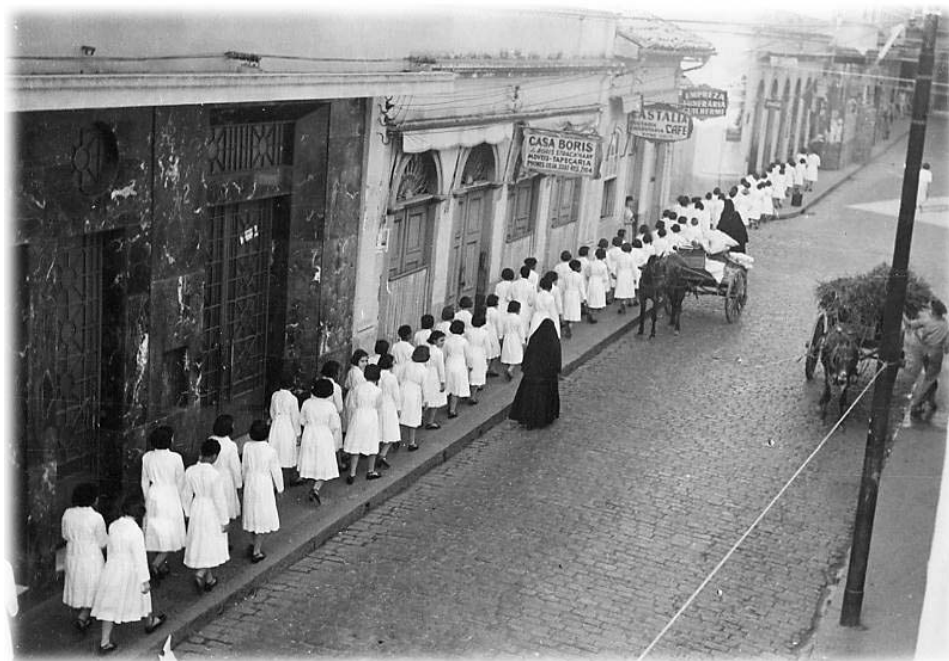


Figura 13: Órfãs subindo a Rua César Bierrembach em direção à Catedral - 1948
Fonte: Arquivo De Biasi

Essa fotografia é percebida como categoria de signos, e segundo a teoria de Dubois, (1999, p.26) seria considerada “como espelho do real (o discurso da mimese)”, trazendo em si um discurso que permite perceber as meninas, em seus uniformes brancos, a marca de seus passos, ao lado de lojas fechadas, prenunciando ser domingo. O olhar à frente é quebrado apenas por uma das meninas postadas atrás da freira vigilante, escapando-lhe à vigilância.

Ci.:Uma vez saímos também à noite prá esperar os guardas que chegaram em 1945/46...Ah .. os soldados que tinham vindo de trem. A gente saiu prá ver na rua Treze de Maio, o desfile dos soldados que voltavam da Guerra[...]. Então, todo mês a gente tinha um piquenique no Bosque, e no mês de outubro- o mês da criança, a gente ia na Fazenda Santa Elisa, de jardineiras (risos), e passava o dia. Encontrava com outros Colégios. Tinha criança do Liceu e do Externato São João da parte pobre, não os alunos que pagam, e a gente encontrava bastante criança lá.

Cel.:Numa Semana da Criança, o coral das meninas foi cantar na PRC – 9 (Rádio Educadora) “Rosas de Abril” e outras músicas; depois teve festinha de comes e bebes. Fomos instruídas sobre boas maneiras à mesa, nada pedir. Eu, **Dir.** e **T.** sentamos á mesma mesa. Foi servido guaraná, bomba, e docinhos. Queríamos mais, e a **Rib.** se encheu de coragem e pediu. A Irmã viu e fomos castigadas.

Cumpre-nos pontuar que as internas tiveram seus momentos de lazer fora da instituição, cabendo destaque a ida a Rádio Educadora, embora tendo gerado castigo; a saí-

da à noite, às ruas centrais para verem os soldados retornando da guerra, frustrando-nos não termos encontrado tais dados em jornais locais. Esse fato impele-nos a refletir sobre a interação Igreja-Estado, como estratégia de contínua aproximação.

As programações do Dia da Criança reuniam aquelas desafortunadas, abrangidas pelo pauperismo, como demonstrou **Ci.**, ao mencionar a criança que “não pagava”, do Liceu e do Externato São João, contudo segregando a categoria pobreza, segundo os ensinamentos de Baudelot e Establet (1975).

Hoje é dia de visita! Quem virá?

ART. 14. — As orphãs só poderão ser visitadas pêlos parentes, ou amigos de sua família, no 1.º domingo de cada mez, das 8 horas da manhã às 5 horas da tarde, com auctorisação da Irmã Superiora e na presença de uma pessoa da confiança desta.

Como se deflui do artigo 14. a vigilância era condição imprescindível às visitas, de qualquer pessoa que fosse, como prevenção para que nada do mundo exterior à Instituição pudesse comprometer a formação das meninas.

Antonieta: No dia de visita às órfãs, as Irmãs ficavam com cestas enormes cheias de lanches, sanduíches para as famílias que vinham. Elas eram boas e serviam fartamente as visitas.

Antonieta, por ser “Filha de Maria”¹²⁰, gozava da confiança da Instituição e por isso ajudava a vigiar as visitas.

Com o viés de aceitação irrestrita de tudo que emanasse das Irmãs, apenas refere-se à bondade das freiras em esperar os familiares e protetores com cestas de lanches, fazendo a apologia da caridade.

R.G.;I.G.;T.G.: Nossa cunhada visitava a gente todo 3º. Domingo. A 1ª carinha que entrava era ela. Meu pai, coitadinho, sempre com os bolsos cheio de bala pra gente e pros outros. Nossas madrinhas de doce? Todo 3º Domingo, elas vinham ... foi sempre assim em todos orfanatos. .. as pessoas com mais poder aquisitivo ajudam de alguma forma. Minha madrinha de doce morava no Cambuí. A gente falava: Ah, a minha madrinha de doce chegou. Ela trazia doce, no tempo de Páscoa trazia ovo. Era uma pessoa que adota-

¹²⁰ As “Filhas de Maria” integravam uma facção leiga da igreja católica em que moças virtuosas se agredavam para servir à Igreja Católica, em atribuições variadas, cumprindo rígidas regras, cultivando as virtudes evangélicas, a prática dos sacramentos da confissão e eucaristia, trajando-se com roupa branca e fita azul com medalha própria de Nossa Senhora ao pescoço. “ A ascensão a essa dignidade comporta três degraus: - I) *Protegida*; II) *Aspirante*; III) *Filha de Maria*. Nesta última etapa a vencer está a plenitude do merecimento”. *Homenagem à Madre Teodora – 1859-1919*. São Paulo: Escolas Profissionais salesianas, 1919, p. 204

va uma menina para dar os presentes. Tinha um porém. A Irmã não deixava a gente comer antes da hora, guardava os pacotes no armário. Depois distribuía. E o docinho de quem tinha madrinha, dividia.

Ci.: Eu não tinha ninguém que fosse visitar, no segundo Domingo do mês.

As falas da três irmãs revelam que além dos familiares, recebiam as madrinhas de doces, e a referência ao bairro Cambuí traz em seu bojo espaço nobre habitado por pessoas de posses.

Todavia, a voz de **Ci.**, além divergir quando ao domingo estipulado a visitas, retrata sua condição de não receber visitas de ninguém, pois sua avó, a quem chamava de madrinha, trabalhava na Santa Casa, fato, posteriormente, relatado, e, provavelmente, não estava livre do serviço para ir ver a neta.

M.H.: Meu pai podia visitar-me no domingo de visitas e quando não era dia de visita, meu pai ficava me olhando da rua, através das grades pelo lado de fora, perto do portão de entrada. Quando ele ia embora, (lágrimas) eu ficava muito triste, vendo meu pai ir se afastando. Jamais apaguei essa imagem de minha vida: eu ali dentro e meu pai separado de mim por uma grade.

M.H., ao referir-se à visita do pai, pontua a instituição como espaço prisional, de cárcere – “meu pai ficava me olhando da rua, através das grades pelo lado de fora” - emergindo a força semântica e simbólica da “grade”, quebrando o contato com o pai – “eu ali dentro e meu pai separado de mim por uma grade”.

A sensação de tristeza de poder ver o pai, mas não sentir-lhe a seu lado, pela seu relato, gerou seqüelas, com marcas inapagáveis. As lágrimas que foram incontidas enquanto se lembrava desse fato denotam uma angústia não superada.

Maria Marrone: Também fiquei órfã aos 12 anos de idade, hoje tenho 85 anos. [...] Fui criada pela minha irmã e quando cresci um pouco fui trabalhar como doméstica na casa do Dr. Azael Lobo, que me levou para estudar no Patronato¹²¹, sabe, aquela escola da Santa Casa, onde aprendi a bordar, fazer tricô e crochê. [...] casei-me aos 17 anos. Das órfãs da Santa Casa, tinha uma, muito especial, com quem tenho até hoje amizade, visitava ela no Asilo, levava passear e trazia em casa nas férias, e também tive estreitas relações com a família dela muito. **M.H.** ficava comigo, porque eu tinha três filhas, e levava ela e cerca de 12 meninas da vizinhança, passear no Bosque dos Jequitibás todas as manhãs, onde levava lanche e fazia piquenique. [...] Meu marido trabalhou muito em prol do Alan Kardec.

¹²¹ Dona Maria Marrone parece confundir o Patronato, que era outra instituição, dirigida pelas Irmãs Franciscanas, e não soube precisar se apenas ia, de vez em quando, à Santa Casa, apenas para aprender trabalhos manuais, pois fora criada pela irmã de sangue e era doméstica na casa do Dr. Azael Lobo, integrante da Provedoria da Santa Casa.



Figura 14: Dona Maria Marrone
Fonte: Acervo Particular da Pesquisadora

Pelos termos regimentais, as meninas podiam ser visitadas também por amigos da família, categoria onde se encaixava Dona Maria Marrone, cujo espírito filantrópico, provavelmente, advinha do fato de ter sido órfã, e entender a falta materna e o sofrimento de *M.H.* Pelo seu relato, estendia seu gesto de distribuir alento à criançada às meninas não só do Asilo, mas da vizinhança.

Que honrosas visitas!¹²²

Tanto a Santa Casa quanto o Asilo de Órfãos que lhe era anexo e integrava as Obras de Misericórdia recebiam visitas ilustres, conforme já se detalhou em capítulo anterior, como as três visitas imperiais, com toda a sua comitiva. Para registro das personalidades de destaque para afluíam a Campinas, com parada na Santa Casa, foi aberto, em 09 de dezembro de 1883, dia da sagração de Cônego Vieira a Bispo, um livro de visitas que se tornou repositário histórico de extremo valor, pelo que contém.

Para recepcionar os visitantes, as asiladas postavam-se em filas, saudando-os com pétalas de rosas ou entoando os cânticos ensaiados no coral, e essa presença das meninas representava a concretude da caridade à infância desvalida, despertando doações significativas daqueles que se sensibilizavam com a causa.

¹²² Esses dados foram colhidos não do álbum de Visitantes da Santa Casa, que não foi encontrado, mas que está referido na edição da *Santa Casa de Misericórdia- Primeiro Centenário op. cit.*, p. 72 – 76

De extrema significância para Campinas e para a Instituição a visita, em 09 de fevereiro de 1911, do ilustre jurista, **Ruy Barbosa**. Recepcionado pela sociedade, com representantes de todos os setores, tendo percorrido todas as dependências, deixou no Álbum de visitantes linhas de sua castiça lavra (PAULA, 1948, p. 150):

“Tratando-se da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, para se exprimir tudo, basta dizer que este belo estabelecimento não desmerece das tradições desta veneranda e admirável criação dos nossos maiores, que adotou por seu nome o de uma das virtudes da divindade, e, há séculos, beneficia com a liberdade inexaurível das suas instituições de caridade as capitais, grandes e pequenas, dos dois países irmãos, aquém e além mar.”

Ruy Barbosa

Outras assinaturas de relevância atestam o prestígio, por este Brasil afora, de que gozavam as obras de Misericórdia em Campinas, tais como: João Proost Rodovalho; Visconde de São Joaquim; Condessa de Parnaíba; Comendador Ernesto Martinelli - Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de S. M. o Rei da Itália; Conde de Salvador de Matosinhos, presidente da Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro; General Faria Rocha; Washington Luís P. de Souza, Júlia Lopes de Almeida, Afonso d'Escagnole Taunay, General Souza Ferreira e outros oficiais do Exército Brasileiro; presidente Altino Arantes e Oscar Rodrigues Alves, parlamentar e secretário de Estado; Leonor Mendes de Barros, bispos de inúmeras regiões do Brasil, de norte a sul, diversos Núncios Apostólicos.

No amor e no temor a Deus! Orar....e obedecer, purificar-se ...e ser humilde.

Nas atividades diárias das internas, havia uma religiosidade implícita e também explícita “com rituais nos gestos” (McLAREN, 1992, p. 250), no traje, no banho, nas leituras edificantes durante as refeições, nas aulas de religião sobre a Sagrada Escritura, nas orações da manhã e da noite, na adoração ao Santíssimo Sacramento na Catedral, na Via Sacra, na reza do terço, nos cânticos, nas missas, na 1ª Comunhão, na coroação de Nossa Senhora, no coral regido pelo Maestro Bove, no cultivo do temor a Deus, da obediência, humildade, espírito de serviço, pureza, simplicidade, enfim eram vivenciadas as virtudes evangélicas necessárias a uma boa Formação. Além dessas práticas sistemáticas, havia momentos fortes para motivar a perfeição da alma e purificação do coração.

Procissão tradicional do Dia da Padroeira

As procissões tradicionais de 15 de agosto, “espiritualizavam o ambiente externo”, fazendo a apologia das ideologias católicas, legitimando-as no sentido de expor publicamente um ritual santificador, assunto bem debatido por Capelato (1988). A foto retrata as órfãs vestidas de anjo, mas jamais as negras, em contradição à norma regimentar: “ART. 15. - As orphãs serão tratadas sem distincção uma das outras(...).”

Ci.: E a gente saía de vestidinho branco, sapatinho preto, meinha, e cabelinho bem cortado, sempre uma religiosa do lado do grupo, e a procissão fazia a volta todinha na cidade. Quem se vestia de anjinho na procissão eram as escolhidas. Daí faziam preferência. Quer dizer, as pretinhas nunca iam sair de anjo, porque não tem anjo preto.(risadas) Então, a gente tinha consciência que não podia ser escolhida, não era prá ir, não existia. Elas nunca mostraram um anjo preto, nunca comentaram um anjo preto, sabe?



Figura 15: Procissão de 15 de Agosto - 1941

Fonte: Acervo De Biasi

As órfãs, desfilando nas ruas vestidas de anjo, conotavam signo de inocência e pureza, relevante ao catolicismo, embora excluísse as negras, em manifesta discriminação. A vestimenta, com batas brancas e imensas asas, as coroas de flores, as mãos postas tinham também, segundo Corazza (2000, p.144), “a força de representar o culto à criança morta, que mereceu sempre devoção especial.”

A procissão de 15 de agosto era tradicionalmente esperada pela sociedade campineira, unindo a Igreja, Elite, Irmandades, Filhas de Maria, Colégios particulares de outras Congregações femininas, Imprensa, povo em geral. Dados advindos do Complemento Histórico (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA-PRIMEIRO CENTENÁRIO, 1972, p.146) detalham o aparato suntuoso com que se revestia a procissão de 15 de agosto, envolvendo a sociedade campineira:

Com a solenidade e pompa do costume realizou-se a festa de Nossa Sra da Boa Morte a 15 de Agosto de 1907. Às 11 horas celebrou-se missa solene, com a orquestra regida pelo professor Jerônimo Lobo, a parte coral confiada às alunas do asilo de Órfãs, que interpretaram com sentimento a Ave Maria e Missa de S. Luís, orquestradas e ensaiadas pelo referido professor. O Côn. Manfredo Leite ocupou a tribuna sagrada, discorrendo sobre o tema – a Assunção de Nossa Sra. À tarde saiu a imponente, procissão, com duas bandas de música, e todas as irmandades.

A preparação reunia senhoras de projeção social para angariar recursos aos cartuchos de doces ofertados às órfãs que saíam na procissão. As ruas apinhadas de gente para ver a orfandade passar, impecável em seus uniformes, ao lado daqueles senhores que lhes garantiam o sustento e representavam a caridade e o concreto amor ao próximo.

Maria Messias: Eu ajudava na exposição de trabalhos no final do ano; e também colaborava na confecção dos cartuchos de papel crepom, com doces para as órfãs que saíam na procissão de 15 de agosto. Meu marido, professor de Português do Asilo, saía na tradicional procissão de 15 de agosto, era um dos que carregavam o pálido - aquela cobertura de tecido sobre o sacerdote e a hóstia consagrada, suspensa por oito de hastes de madeira roliça,. Eu também acompanhava a procissão. Lembro-me das órfãs vestidas de anjo, e sentia que eram felizes.

McLaren (1992, p. 250) professa que a procissão, “com os rituais e símbolos - imagens”, andores, o pálido, a hóstia consagrada, os anjinhos, as vestes, as fitas, as flores, as mantilhas, os rosários, espiritualizava as ruas por onde passava, conclamando todos a se envolverem na dimensão sagrada, orando, cantando, pedindo graças, “gratos por serem amados por Deus por filhos e salvos da eterna condenação”.

Cel.: A procissão dia 15 de agosto homenageava a padroeira da Santa Casa. Às 4 horas,

a gente ensaiava turma por turma, classe por classe. As meninas que eram Cruzadinhas, as bem comportadas e sabiam o catecismo, que respondiam as perguntas e tiravam as notas maiores, faziam parte do andor de Nossa Sra, a padroeira.



Figura 16: Sacerdote carregando a Hóstia consagrada sob o pálio -1941

Fonte: Arquivo De Biasi

Lr.M.: Na procissão tinha outros Colégios - Coração de Jesus, Ave Maria, Imaculada, todos se uniam pela religião...Quando o nosso colégio passava, as pessoas falavam: “Olha, as meninas do orfanato!” Tinha certo preconceito, mas a gente era respeitada, o nosso uniforme de gala era admirado: saia azul-marinho com prega, manga comprida com gravatinha, como de colégio particular, muito bonito. Sapato de verniz de pulseirinha, botãozinho, tudo igualzinho, muito bonito!!

Dos depoimentos, emana a grandiosidade da grande festa. Campinas irmanava-se às órfãs, através da participação de colégios particulares de elite, e as asiladas sentiam-se orgulhosas por ostentarem o belo uniforme, embora não passasse despercebida uma certa discriminação. A população ao ver as internas do Asilo condoía-se e estimulava-se a gestos de benemerência. Excluía-se as externas de saírem de anjo, pois não se enquadravam nessa categoria, não gerando a esperada sensibilização, como se infere das palavras de *M.P.*

M.P.: Tinha a procissão do dia 15 de agosto, eu saía, mas, como era externa não podia sair de anjo, porque só as órfãs vestiam roupa e asas de anjo.



Figura 17: Procissão de 15 de agosto, com as órfãs vestidas de anjos, percorrendo a Rua Padre Vieira, tendo ao fundo a Santa Casa – 1941.

Fonte: Arquivo De Biasi.

Sem dúvida, a procissão de 15 de agosto mantinha a tradição e expunha a Instituição na rua, como expressão pública de culto, mobilizando os diversos setores da sociedade campineira. A organização seguia uma seqüência, culminando com o sacerdote sob o pálio, ostentando a hóstia sagrada pelas ruas da cidade. Antes de cada estandarte e andor, ou mesmo ladeando-os, vinham os “anjinhos”, escolhidos entre as órfãs brancas e pequerruchas, caminhando ou segurando as fitas que os uniam à imagem. As demais alunas internas e externas do Asilo e dos outros colégios, bem como as Filhas de Maria, as Irmandades, autoridades, formavam enormes filas laterais. As hastes de madeira que sustentavam o pálio eram carregadas por pessoas gradas, em geral, representantes significativos do espírito filantrópico campineiro.

Como a Festa da Nossa Senhora da Boa Morte, celebrada com a solene procissão de 15 de agosto, coincidia com o aniversário da fundação do Asilo de Órfãos e da Santa Casa, manteve-se a tradição por muitas dezenas de anos de se oferecer um lauto banquete a todos os mesários que tivessem trabalhado em benefício da Instituição, de tal forma que o ágape trazia em si a conotação de reunir a caridade, o espírito fraterno e a amizade que os unia pela comunhão à causa da misericórdia. Tal tradição se faz muito nítida nas palavras de Paula (1948, p. 90):

O fino espírito do padre Vieira não dispensava o banquete nestas festividades em que eram justas as emoções coletivas. Aliás, é velha como a humanidade a tradição de se festejarem com banquete os acontecimentos que tocam à alma de uma coletividade; antigas religiões o preconizavam como cerimônia principal de seus ritos. É que na mesa, as almas comungam dos mesmos sentimentos, estimuladas pelas mesmas expansões.

Festejar com banquete o dia 15 de agosto fazia parte do ritual, pois apenas regras e doutrinas não são suficientes para acalorar a emoção e fortalecer a adesão às ideologias.

É preciso a festa para selar compromissos, para congregar, para sentir o prazer da participação no movimento de símbolos e de gestos sociais, pois “não há sociedade sem ritual e não há ritual sem festa”, como advoga Capelato (1998, p.58).

No silêncio dos Retiros

“Em nome de Deus, diga-me quem és tu?” – “Eu sou Satanaz”. Perguntou ainda o padre: “Qual é a sua profissão?” E o diabo respondeu: -- “A minha profissão é perder as almas”. Interroga-o o padre: “Qual é a coisa que mais te aborrece?” – “O que mais me aborrece não é a Cruz, nem a oração da noite e da manhã, menos ainda a Confissão e a Comunhão”, disse o diabo, “o que mais me aborrece é o retiro bem feito”. (1ª. Prática – 1º. dia do Retiro – caderninho de **R.G.**)

Corazza (2000,p 230) em seu estudo sobre “temer o demônio e a si-mesma” assevera que figuras religiosas e míticas, demônios,... foram, de há muito, presentificados às crianças para terem o “espírito fortalecido e se comportassem de acordo com as restrições da moral”.

Constatamos pela epígrafe que a mesma estratégia era utilizada nos retiros para infundir o temor a Deus. Como seqüência a essa epígrafe, o padre pregador do Retiro proclama que as meninas que ali estavam tinham sido escolhidas para serem “santas, pedras preciosas, modelos de virtudes, dóceis e obedientes”.

Lr.M.: E tinha o retiro todo ano, eram 3 dias sem falar, só orando, era na Semana Santa, no retiro espiritual. Eram três dias sem falar nada.

R.G.: No Carnaval a gente fazia retiro no Colégio Coração de Jesus. A gente escrevia .. Padre Cardoso, né? (mostrando o caderninho de retiro) E cada menina tinha um desse prá escrever tudo: a primeira aula, a segunda,...a gente escrevia tudo o que o Padre falava. E aqui, nessa página, quando a freira falou assim: “Você não vai copiar essa oração?” Todo dia ela queria que eu escrevesse uma oração, né? Então, essa oração aqui – Oração à hóstia da comunhão cotidiana – é tão bonita! Ela tirou do caderno dela e escreveu prá mim. É a letra dela

Divergem as duas informantes **Lr.M.** e **R.G.** quanto à época em que se dava o retiro para as órfãs do Asilo, se nos dias de Carnaval ou na Semana Santa. Nada mais elucidativo foi encontrado nos documentos da Instituição, pois os dados apenas vieram à tona pelas entrevistas.

Pelo fato de o retiro ser pregado em outro espaço que não a Santa Casa, criava-se uma oportunidade de as meninas vivenciarem três dias em um colégio de elite, dirigido por outra congregação religiosa feminina. Pela fala de **R.G.** ressalta um a mescla de entusiasmo, orgulho e fé pela oportunidade de participar de um retiro, onde a própria irmã religiosa se dispunha a copiar em seu “caderninho” uma oração. **R.G.** sentia privilegiada por ter a oração transcrita com a letra da freira.

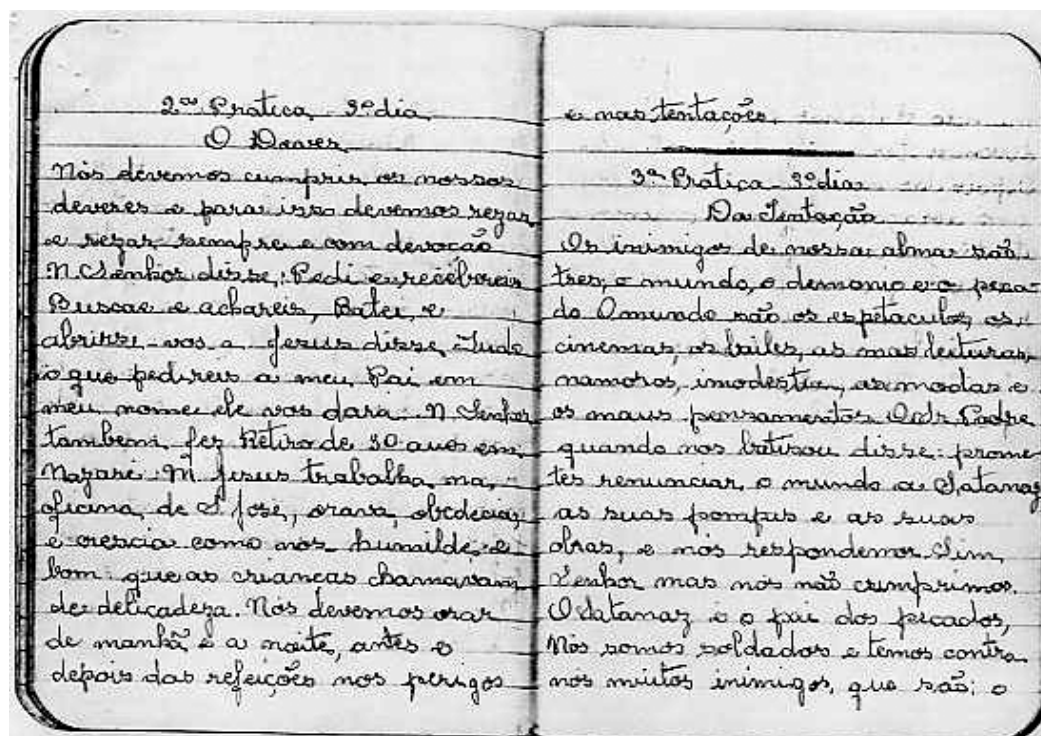


Figura 18: Caderninho para anotações de Retiro (2º. e 3º. dias). 1943
Fonte: Arquivo pessoal de **R.G.**

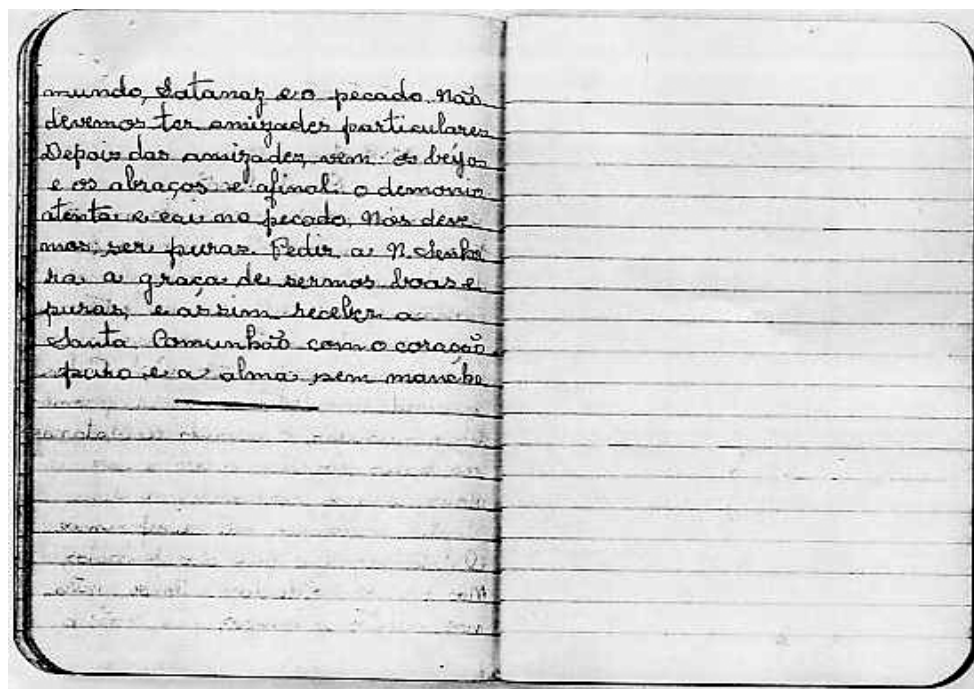


Figura 19. Caderninho de anotações de Retiro (continuação do 3º. dia). 1943
Fonte: Acervo pessoal de **R.G.**

Esse caderninho a nós cedido por **R.G.**, por si só, pelos elementos que contém, daria um estudo aprofundado sobre as inculcações espirituais para conseguir a perfeição da alma e ser fiel a Deus, abandonando-se à Divina Providência, sem desejos mundanos e liberta do demônio.

O retiro era mais uma prática religiosa para legitimar segundo DeMause, (1995, p.30) “a obediência, a humildade, o temor a Deus”, e a submissão que permeavam o discurso do pregador a todo momento, conforme referência explícita no caderninho de que “Jesus trabalhava na oficina de São José, orava, obedecia e crescia como nós – humilde e bom.”. Esse exemplo deveria ser seguido, pois tudo era permeado de oração, mesmo qualquer trabalho ou atitude. Integram o caderninho de retiro as seguintes orientações para reforçar a submissão:

De manhã, levantar depressa. Quando demoramos para levantar, nós pomos um espinho nos Corações de Jesus e Maria. Se levantamos depressa, damos uma rosa branca a Jesus. Vamos pedir a N. Senhora para sermos obedientes e humildes. Aquele que desrespeita os seus superiores ofende a Deus, porque os nossos superiores são os representantes de Deus.

Na página escolhida para ilustrar a metodologia persuasiva do retiro, o discurso do pregador distribuía-se tal modo que as meninas deveriam se despojar de todas as soli-

citações mundanas, “os espetáculos, os cinemas, os bailes, as más leituras, namoros, imodéstia, as modas e maus pensamentos” para se livrarem dos inimigos de Deus, que ainda incluía mais dois itens: “o demônio e o pecado. As amizades particulares”, seguidas de “beijos e abraços” eram representadas como agentes desencadeadores do pecado contra a castidade, em razão de tentação do demônio. Esse retiro, sem dúvida, buscava fazer com que as asiladas abdicassem das manifestações de afeto para garantir a pureza da alma. Corroborava com esse zelo pela castidade a fala de uma Irmã do Asilo de Órfãos, colhida no depoimento de *J.B.S.*:

Certa vez, uma freira disse, na época do Carnaval: Olha, agora é que o Asilo vai ficar lotado. Por quê? perguntou a interna. Porque as pessoas vão para o Carnaval, fazem filhos e depois põem aqui para as irmãs de São José cuidar.

O prazer das peraltices!

Embora fosse a procissão de 15 de agosto a data mais solene da Santa Casa, como demonstração pública de fé e homenagem à padroeira, não faltavam situações de contraste, face a alguma travessura das internas.

Der.: Na procissão eu ia de uniforme branco e sapato preto e as meninas me chamavam de “pomba de perninha preta”. Aí eu não queria ir na procissão. Um dia na classe, a freira estava mandando todo mundo parar de conversar e disse: “Quem der um pio não vai na procissão.” Eu, lá no fundo da sala falei: “Piu!” e aí fiquei de castigo até a procissão terminar. Mas costumava sair de anjo e sempre usava vestido cor-de-rosa

R.G.: Tinha castigo com as mais levadas mas não era assim uma coisa exagerada. E quando elas queriam assim descobrir alguma coisa, alguma malvadeza que elas faziam sabe o que elas faziam? Elas pegavam uma galinha, punham dentro de um cesto, sabe galinha quando está chocando é muito quietinha. Então elas pegavam galinha chocando,... porque uma vez a *C.P.* pegou o vestido da *Dru.* e picou. Tinha a procissão, e como as duas tinham brigado, uma picou o vestido da outra com uma tesoura e deixou um monte de pano picado. Aí as freiras queriam porque queria saber quem fez aquilo. As freiras foram arrumar a tal da galinha prá gente passar a mão na galinha. E todo mundo passou. A história era assim: Cada uma passava a mão na galinha. Se a galinha cacarejasse foi aquela que aprontou. Quando chegou a vez da *C.P.* passar, a galinha fez có-có-có. Foi você mesmo! Disse a freira. Aí ela começou a chorar, chorar e as freiras chamaram o pai dela.

Soa pitoresco que, mesmo estando internadas com uma educação padronizada, as órfãs manifestavam-se crianças, com as peraltices e atitudes próprias da idade, da infân-

cia.¹²³ Torna-se hilária a atitude de **Der.** com o seu irreverente “piu”, que lhe rendeu uma reprimenda de não participar da procissão, a festividade de maior significância na instituição. A personalidade de **Der.** não era próxima da submissão, já demonstrada pela quadrinha de despedida do Asilo transcrita no capítulo anterior, e, também como ela própria confessa mais adiante que apenas ganhara a fitinha vermelha de bom comportamento, uma vez, por engano.

A estratégia ameaçadora das Irmãs em colocar uma galinha choca para, através de seu cacarejar, desvendar a autora da traquinagem maldosa de deixar em tiras o vestido da colega deixou-nos interrogações: Como a ave fez *có-có-có*? Para castigar uma menina, a galinha choca aliou-se à educadora? O que teria levado **C.P.** a ter tido tal explosão de revolta a ponto de picar o vestido de **Dru.**?

Peraltices, travessuras, traquinagens permearam o cotidiano da instituição, Lefèbvre (1958), surgem como marcas fortes da memória e demonstraram reações infantis à política educacional das Irmãs, que se propunham amoldar todas as órfãs a uma formação padronizada, homogênea, sem preocuparem-se com as individualidades das crianças. Obviamente, a maioria sujeitava-se às regras, porém, quando o verdadeiro rosto de alguma criança deixava de ser o da coletividade, deixando cair a máscara da obediência irrestrita, tanto mais tempestuosa ou insolente era a sua reação.

Disciplina, ordem e emulação

Na emulação, apareciam as diferenças das condutas e dos resultados escolares de cada uma. É um assunto polêmico e complexo, pela discriminação gerada, mas naquela época seguia-se o que, normalmente, era considerado eficaz: “A emulação é a alma do progresso; sem ela, tudo se torna fruxo em uma classe, e as mais felizes disposições se tornam inúteis.”¹²⁴

Variavam as formas de premiar as meninas. Os anuários detalham os mimos ofertados para premiação às alunas. Fazia-se sentir a benemerência das pessoas generosas

¹²³ Recomenda-se a leitura de Renata Sieiro Fernandes (2002, p. 81- 102) em que a memória da infância, dos tempos de menina de três depoentes trazem luzes às representações construídas sobre a infância.

¹²⁴ Assim ocorria nas escolas, desde anos e anos anteriores, conforme a citação que provém de LA SAL-LE, J.B. *Regras de Decoro e de Civilidade Cristã*. Troyes: P. Bourgoing,. 1711, p. 65

e proprietários de lojas, como Casa Genoud e Casa Allemã que ofertavam grande quantidade de tecidos finos, brinquedos, como prêmios às alunas internas.

Ressaltam-se as oferendas advindas de senhoras da sociedade desde bandejas de doces finos a caixas de vinho, livros de missa, bonecas, cortes de vestidos, bolsinhas de couro, bolas, ... os 230 metros de fazenda por D. Joaquina Delamain e 215 metros também de fazendas para vestidos da Casa Zimbres. Outros doadores preferiam ocultar seus nomes, no espírito filantrópico anônimo. O regimento previa a premiação em seu art.31, abrangendo as asiladas e as concluintes que houvessem se destacado. Nessa solenidade, reunia-se a sociedade campineira, com benfeitores que ofertavam as doações, aparecendo o gesto caritativo, publicamente.

ART. 31. — No fim de cada anno haverá distribuição de prêmios ás asiladas e ás alunas que se distinguirem dentre si, entregando o Provedor, em acto solemne, o diploma da Escola áquellas que terminarem o curso.

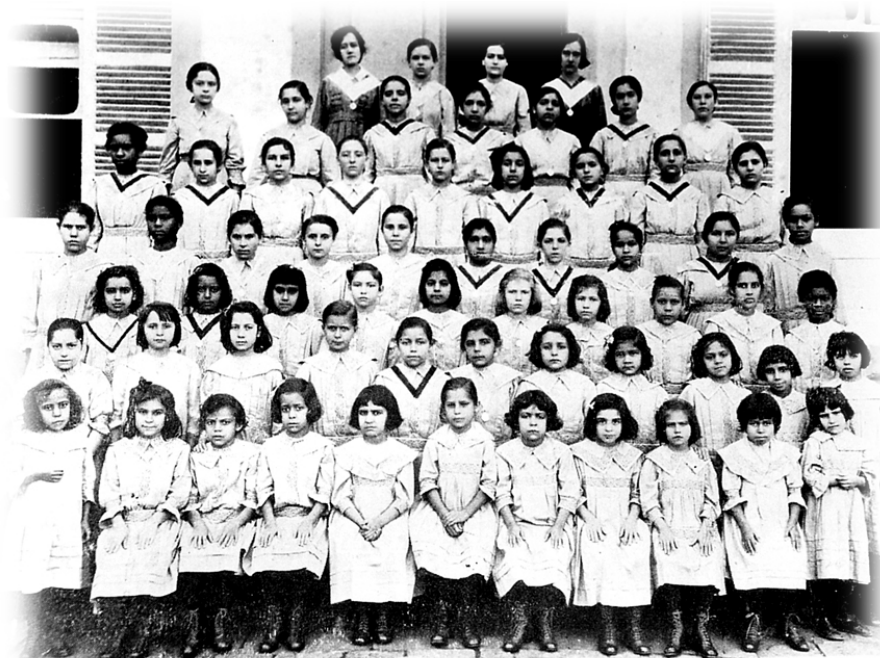
Donativos de generos feitos á Santa Casa de Misericordia de Campinas <i>De 1.º de Junho de 1903 a 31 de Dezembro de 1905.</i>	
ASYLO DE ORPHÃS	
D. Maria Francisca Camargo Andrade	18 bandejas de doces.
D. Vicentim Ferrão	Uma bandeja de cocadas.
D. Maria Theodora Cruz Marco	5 saccos de arroz, 4 de assucar redondo, 4 de feijão, 4 de farinha de mandioca, 2 de farinha de trigo, 2 de assucar refinado, 4 calxotes de batatas e 1 jacá de lencinho.
Edmour de Camargo	1 carro de lenha.
J. Soares & irmão	2 caixas de vinho e 1 botija de genebra.
Uma Senhora	Um balão de biscoitos.
Um Anonymo	623 metros de fazenda para vestidos.
M ^{me} Maria Luiza Villac	2 bandejas de doces.
A Casa Funearia Francisco Guilherme	7 véus para 1.ª communhão.
A Casa Allemã	13 metros de fazenda para vestidos, 29 pares de meias, lenços e toalhinhas.
Turibio de Moraes	1 cavalo.
D. Ildia Teixeira	Um vestido de lã.
PARA PREMIO ÀS ALUNAS	
Barão Geraldo de Rezende e filhas	85 livros grandes.
D. Joaquina Delamain	1008000 e 230 metros de fazendas.
Pedro Genoud	230 livros grandes e varios objectos.
Dr. Angelo Simões	1508000 e 4 livros grandes.
Coronel Manoel de Moraes	708000.
Alfredo Ferreira N. de Camargo	2008000.
D. Aurelia A. B. Gomide	6 bolsinhas de couro, 2 cortes de vestido, 9 bonecas e 1 estojo.
A. B. de Castro Mendes	60 bonecas, varias caixas de brinquedos, livros, chromos, bolas etc.
D. Gertrudes Quirino dos Santos	9 cortes de vestidos.
A Casa Zimbres	215 metros de fazendas para vestidos.
D. Vitalina de Campos Siqueira	10 bonecas.
M ^{me} Rosa Continho	208000.
M ^{me} Maria Luiza Villac	10 livros de missa.

Figura 20: Quadro de Donativos

Fonte: Arquivo Santa Casa de Misericórdia de Campinas

Conforme depoimento de uma das internas *A.O.* “...nas festas de entrega de prêmios para as alunas externas, nós, as internas, também participava e ganhava prêmios, porém mais simples”. O dualismo da proposta de ensino, com prêmios mais valiosos às externas, era consequência do *status* a que pertenciam, e fazia-se necessário para perpetuar a dominação sobre as órfãs, para a reprodução desta estrutura social, conforme Bourdieu e Passeron (1992).

Receber uma fitinha vermelha, aos domingos, como prêmio de bom comportamento fazia parte do ideal formativo, uma vez que refletia a obediência, a polidez, as atitudes adequadas disciplinares. Esse prêmio, que a aluna ostentava ao redor do pescoço, na missa de domingo – a fitinha vermelha - motivava o aperfeiçoamento contínuo, pois quem a recebia uma vez, precisava manter essa condição de bem comportada.



Grupo de Órfãs do Asilo da Santa Casa de Misericórdia de Campinas - 1919

Figura 21: Grupo de Órfãs do Asilo da Santa Casa de Misericórdia - 1919
Fonte: Acervo de Maria Luiza Pinto de Moura.

As fotos também possuem uma linguagem, cuja decodificação fornece elementos de interpretação¹²⁵ de práticas educativas. Com tal finalidade foram selecionadas duas fotos de grupo de órfãs para análise da ordem e da disciplina, em especial, por se tratar

¹²⁵ Ver a respeito Rosa Fátima de Souza (2201, 75-101) em que a pesquisadora busca desvendar o que as fotografias escolares podem nos revelar.

de crianças, que dificilmente conseguem ficar imóveis para serem fotografadas em grupo. Esta primeira foto datada de 1919, onde, indubitavelmente, a disciplina rígida, o silêncio e o ficar imóvel ficavam evidentes, tem como pano de fundo a porta de entrada do Asilo de Órfãs já numa trajetória de vinte e nove anos e apresenta um grupo social de gênero feminino, com idades variadas, e *status* diversos. Em destaque, no último plano, na sétima fila, sobressaem as Filhas de Maria, mulheres mais adultas, com suas largas fitas e medalha sobre o peito, sugerindo deterem o controle do grupo. Pelo traje das crianças, botas, vestidos de gola marinheiro sobre a qual algumas ostentavam as fitinhas vermelhas - símbolo do bom comportamento semanal -, infere-se que essa foto foi tirada em domingo, antes ou depois da missa.

Não há meninas negras ocupando a primeira e segunda fila, situando-se, de preferência, próximas às extremidades das demais filas, diluídas no grupo. Não se nota qualquer sorriso em qualquer rosto, porém semblantes sérios. Embora a fotografia seja datada e paralisada em 1919, não é uma imagem neutra. Por trás de seu aspecto mudo e silencioso, esta fotografia fala, explode numa linguagem semiótica, preenche de representações, permitindo uma leitura ampla dos significados que de implícitos, vão se desfraldando, revelando-se à superfície explícita.

Além da preocupação com a divisão de planos, tanto na horizontalidade, como na verticalidade, estão presentes as representações de padronização; de unidade; de ausência de sorriso para uma infância submissa, de disciplina, “de segregação da órfã negra.”, como entendem Baudelot e Establet (1975), de respeito advindo do traje discreto e com mangas compridas¹²⁶, nada deixando entrever do corpo à exceção do rosto, como rezavam os termos regimentais:

ART. 11. — As orphãs terão alimentação substancial e abundante, e vestir-se-ão decentemente, nada trazendo consigo que lembre fausto ou grandeza.

Os depoimentos abaixo transcritos das órfãs **T.G.** que sentia pena de quem não ganhava a fitinha; de **Ra.** que sempre ganhava a fitinha; e de **Der.**, a qual jamais mereceria a fitinha vermelha, subsidiaram a decodificação da fotografia, em relação ao significado disciplinador da fitinha, e quanto ao dia em que foi tirada, conforme elucida Du-

¹²⁶ Recomenda-se a leitura de Gilda de Mello e Souza (1996), que, em seu estudo sobre o espírito das roupas assevera que a vestimenta possui uma linguagem simbólica.

bois (1999, p. 26) quando diz que “subsiste na imagem fotográfica um sentimento de realidade incontornável do qual não conseguimos nos livrar, apesar da consciência de todos os códigos que estão em jogo e que se combinaram para sua elaboração.”

Der.: ...uma das meninas mais velhas ficava com um caderninho marcando quem fazia alguma coisa errada e eu sempre tinha um monte de cruzinhas. Quem não tinham cruzinha ganhava fita vermelha de bom comportamento. (grifo nosso) Um dia entregaram uma fitinha para mim, talvez por terem esquecido de marcar as cruzinhas. Ai fui na missa de Domingo com a fita, e bem no meio da missa, a Irmã Virgilina percebeu, foi lá e tirou a fita.

T.G.: Alguma que estava sem fita ficava lá no fim da fila chorando. Eu tinha uma dó daquelas meninas sem fita, na missa do domingo. Ah! Tinha aquela pretinha, a *M.T.*, levada da breca que dava em todo mundo. E ela nunca levava fita porque batia nos outros.

Fotografar em domingo, contrapondo meninas com fitinhas vermelhas ao redor do pescoço ao lado das que não as receberam, permite-nos inferir que as meninas que se comportaram mal deveriam postar-se na primeira fileira. Seria esse o motivo de semblantes tão tristonhos? A foto grita as diferenças, já que a fitinha era símbolo de representação de cumprimento dos deveres, e atitudes sem deslizes ou peraltices de criança.



Figura 22: Órfãs internadas no Asilo - 1936

Fonte: Acervo da Santa Casa de Misericórdia de Campinas

Intentamos ler essa fotografia, datada de 1936, encontrada no relatório bienal: 1935-1936, na dimensão subjetiva e objetiva, em cotejo com a foto datada de 1919, o que nos permitiu verificar a mesma disciplina, embora com alterações e avanços. Primeiramente, irrompe como uma produção artística, carregada de subjetividade do olhar do fotógrafo, trabalhando o espaço, a angulação, a luminosidade, a composição da imagem, privilegiando os lugares de destaque aos que possuíam papel mais relevante na instituição, para que a concepção fotográfica correspondesse à hierarquia do Asilo.

Igualmente trajadas – “vestidinho xadrez vermelho”, como relata *Lr.M.* – símbolo de valor moral, – “tudo manga comprida, gola, nada de pelado. Nada aparecendo, nada, era tudo com muito pudor. Era para cobrir o corpo. Então não tinha nada de manguinha japonesa, nem pensar. E as meias até aqui em cima, com elástico”, – autêntica forma objetiva de registrar a ordem, o corpo coberto à exceção da cabeça, a disciplina, a preocupação com a horizontalidade, a distribuição dos planos, tendo como pano de fundo, parte da fachada da Capela, com os emblemas da Fé e da Esperança, símbolos religiosos apresentando sua linguagem codificada meta-comunicativa a fazer o papel de moldura cristã.

Enquanto local de significação representada, a foto defronte a capela, embora sem estar visualizado o nicho da Caridade, ao alto, demarcava as órfãs como uma micro-sociedade, assistida pela mão da misericórdia.

O centro ocupado pelos membros da Irmandade ou, provavelmente, Inspectores de Ensino, ladeados pelas Irmãs de São José, os únicos sentados, identificava que detinham o poder e, as meninas postando-se em planos posteriores, formavam o grupo disciplinado. Cada integrante da fotografia tinha seu lugar bem pensado pelo fotógrafo, em razão de postura de corpo e altura das meninas. Explicitamente, havia a unidade, a uniformidade, a ordem, semblante sério, braços esticados, respeito e subordinação e sobretudo, a disciplina.

Na categoria cor, as órfãs negras estavam distribuídas entre as brancas, nas quatro fileiras, o que caracteriza a inclusão sem quaisquer diferenças, avanço significativo em cotejo com a foto de 1919, em que meninas negras não ocupavam a primeira fila.

Pollak (1989, p. 39) ao refletir sobre a foto antiga como fonte explicita que:

Na verdade, esta imagem representa a prova ou o testemunho da existência de pessoas,

de lugares e de paisagens. Se pode traçar pela foto um trajeto de volta ao passado e reconstruí-lo no presente é porque se acredita que a foto traz a veracidade desta história. Ao mesmo tempo elas falam de uma época em que o mundo era visto com outros olhos.

O grande cenário...quanto cheiro de verde...cor de tamarindo!

Esse grande quadrilátero sofreu alterações no transcorrer dos anos, mas foi um marco da misericórdia em Campinas, onde se mesclavam os assistidos e a sociedade campineira.



Figura 23: No plano posterior, o prédio do Asilo de Órfãos, anexo à Capela, tendo à frente quatro palmeiras e frondoso arvoredado, onde ficava o pomar, hoje, Prefeitura Municipal, ao lado da antiga Escola Normal . 1945. Fonte: Arquivo De Biasi.

O cenário era emoldurado com muito verde, um grande pomar fronteiriço, um Jardim com um monumento a Dom Vieira, alamedas, indo até a avenida Anchieta.

A gruta...e sua aura de mistério!

Como parte do cenário bucólico, propício a despertar a piedade cristã e a prática da oração, e relata Paula (1948, p. 106) que “Pe. Vieira mandou construir, no Jardim da Misericórdia, uma gruta à semelhança da de Lourdes, com a estampa de Nossa Sra. da Conceição”. A gruta, a água e a estampa eram símbolos religiosos carregados de representações, para as pessoas que viam aquele lugar como abençoado e pleno de poderes. Em razão dessa religiosidade bem primária, a água límpida e fresca que jorrava de um chafariz, alimentado por uma cisterna, gerou muitos mal entendidos e mesmo zombarias na comunidade de Campinas, uma vez que inúmeras pessoas imputavam àquela água poderes divinos. Isso causou aborrecimentos a Pe. Vieira que, por várias vezes, precisou

explicar nas missas que o chafariz era tão somente um ornato, nada tendo de sobrenatural, conforme suas próprias palavras:

...o chafariz foi feito simplesmente para ornato. A água que o sustenta todos conhecem e observam facilmente. Entretanto, alguns escritos apareceram, dizendo que se deva a essa água caráter religioso. Do púlpito declarei que a água era do poço e sem virtude alguma. Não bastaram as minhas explicações; continuaram os artigos repletos de ironias, ambigüidades e frases equívocas contra mim.¹²⁷

Essa fala de Pe. Vieira deixa transparecer que apesar de seu espírito apostólico e filantrópico, havia dentro da comunidade de Campinas quem o ironizasse. As falas interpretadas privilegiam as representações criadas pelas meninas, agora adultas:

Lr.M.: Tenho saudade da gruta que ficava aqui em baixo onde é a Prefeitura. Toda essa parte aqui, onde tem aquele prédio, tudo era a Santa Casa, lá tudo, onde tem esses prédios, até lá no Liceu (apontando com a mão e mostrando da janela do seu apartamento). Tinha três partes: a parte dos Irmãos Penteado, do orfanato e a outra parte da Santa Casa. Tinha uma capela.

M.H.: Tinha 7 anos e precisava trabalhar muito. Só no recreio podíamos conversar e íamos na gruta onde hoje é a Prefeitura, principalmente nos domingos.

Ro.: Quando eu estava brincando no recreio e olhava para o lado do Guanabara, onde morava minha família, ficava muito triste, mas eu tinha, pelo menos, minha irmã comigo ali.

Para **Lr.M.**, já com bem mais de sessenta anos, perceber como era o espaço físico da Santa Casa mostrou ser uma tarefa complexa, assunto também discutido por Bosi (1999). A representação maximizada do pomar, espaço hoje ocupado pela Prefeitura Municipal, se mantém até a atualidade na sua percepção sensorial, acreditando que “Toda essa parte aqui, onde tem aquele prédio, tudo era a Santa Casa, até lá no Liceu, isso aí todinho era da Santa Casa”, como se o espaço livre da Santa Casa atingisse o Liceu que fica no bairro Guanabara, representando um espaço integrado. Em contraponto, **Ro.** construiu uma representação de distância quanto à localização do Asilo em relação ao Guanabara, onde morava sua família. **M.H.** revisitando o espaço, deixa transbordar a representação da correspondência entre infância e servilismo “Eu tinha 7 anos e precisava trabalhar muito”. No cenário, ficam a gruta e o recreio como os símbolos fortes de infância.

O salão nobre...imponente...e pleno de mitos!

O salão nobre eternizava os cultores da caridade pela causa da misericórdia. Na trilha percorrida pelo Asilo, uma constante eram as homenagens, em geral, póstumas àqueles e àquelas que, de alguma forma prestaram serviços à Santa Casa e ao Asilo de Órfãos.

Eternizavam-se os devotados à causa da benemerência, com seus retratos, símbolos mais explorados nas representações visuais para legitimar o espírito misericordioso, como nos subsidiam os estudos de Capelato (1998).

A galeria de quadros a óleo contemplava os principais e imortais benfeitores: Dom Joaquim Vieira, fundador da Santa Casa e depois bispo do Ceará, Antônio Francisco Guimarães – o Bahia, Dona Maria Felicíssima de Abreu Soares, Barão de Monte-Mor, Barão de Atibaia, Diogo B. dos Santos Prado, José Egídio de S.Aranha, José Joaquim de Oliveira Fernandes, Victorino P. Nunes, Francisco B. de Lacerda, Bento Quirino dos Santos, Visconde de S. Valentim e Dr. Pereira Lima.

O salão representava a Igreja ao lado da benemerência oligárquica de Campinas, eternizada pela sua presença simbólica codificada nos retratos, que a cada ano ou biênio mais enriquecia seu acervo com novos retratos, novos espaços para galeria, totalizando dezenas e dezenas.

Figuras expressivas, de reconhecido prestígio e espírito filantrópico integravam as Mesas Administrativas, não somente no que tange ao cargo de Provedor, como aos demais integrantes dos quadros, dando muito de suas vida à continuidade do grande sonho do idealizador.

Localizado na frente do prédio, no andar superior, o salão nobre era imponente, com seus janelões de madeira, emoldurados com belas cortinas, suntuoso lustre, mesa longa rodeada de cadeiras, tantas quantas necessárias para as reuniões da Irmandade, da Provedoria, e festividades.

¹²⁷ PAULA, *op. cit.*, p. 106.

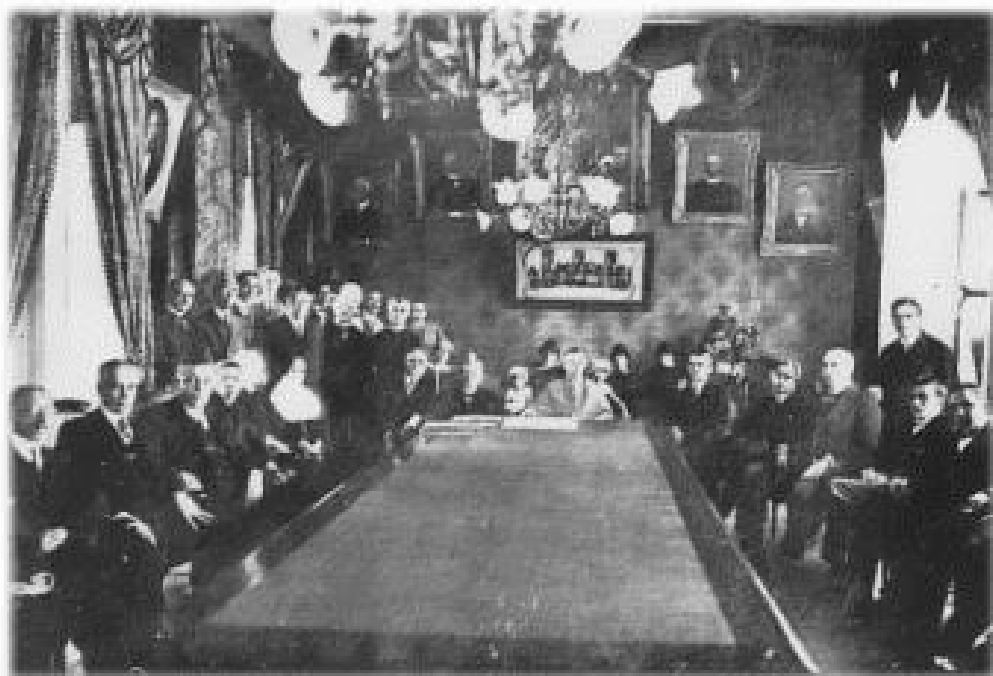


Figura 24: Sessão Solene da Irmandade de Misericórdia, em 1926, no 50º aniversário de sua fundação, presentes as autoridades eclesiástica, civis e judiciárias, mesários e famílias da cidade.
Fonte: Acervo Santa Casa de Misericórdia.

A foto ostenta na cabeceira da mesa, o Bispo Dom Francisco de Campos Barreto, e nas laterais, pessoas ilustres, entre elas, o Prefeito Orozimbo Maia.

Naquele salão, tiveram assento à cabeceira, os ilustres beneméritos que exerceram o cargo de Provedor, correspondente as seguintes Mesas Administrativas: Padre Joaquim António Vieira da 1^a. a 6^a. Mesa; Dr Valentim José da Silveira Lopes, como provedor interino da 7^a. Mesa, em substituição a Padre Vieira, tornado Bispo do Ceará; Padre Francisco de Abreu Sampaio da 8^a. e 9^a.; Major António Luís Rodrigues da 10^a. e 11^a.; Dr. Francisco Augusto Pereira Lima da 12^a. ; Bento Quirino dos Santos da 13^a. a 22^a..; Cel. Manuel de Moraes da 23^a. a 28^a.; Dr. António Álvares Lobo da 29^a. a 33^a.; Dr. Lino de Moraes Leme da 34^a. a 39^a. Por esse tempo, fluía o ano de 1947, quando modificações estatutárias definiram o triênio para a gestão de cada diretoria, passando a declinar apenas os componentes, sem ater-se ao número seqüencial de Mesa Administrativa, porém mencionando que, em março de 1948 foi eleito provedor Bento de Sousa Moraes; e em março de 1951 elegeu-se o Eng^o. Lix da Cunha, como o último provedor na vigência do Asilo de Órfãos.

Lr.M.: Era aquele salão onde ficavam aquelas pessoas que tinham morrido...O salão nobre! E aquela que falar qualquer coisa vai pro salão nobre. E cada um que ia lá falava que viu o quadro mexendo. Era fantasia! Era aquela coisa de medo!

Ci.: ...ia para o salão de quadros, e falavam que os (dos quadros) eram pessoas que tinham morrido e a alma delas vinha pegar a criança. Confesso que saí do Asilo medrosa, até desmaiava. Nunca ia ver defunto. As freiras ameaçavam que a alma ia pro inferno.

M.H.: Senti medo de ficar de castigo, no escuro, no salão dos retratos antigos. As meninas maiores diziam que saía fogo dos olhos e das bocas das pessoas dos retratos. De tanto medo fazíamos “xixi” na calcinha e não ousávamos abrir os janelões. Qualquer arte e ficávamos presas ali; porque não guardávamos o silêncio nas refeições ou no serviço diário.

Der.: Fui de castigo no salão nobre, com as portas e janelas fechadas, no escuro. Como estava com medo, resolvi abrir as portas e janelas. Uma das freiras viu a janela e a porta abertas e correu nas classes avisar que o inspetor estava lá, porque só abriam o salão na visita do inspetor (grifo nosso) As freiras começaram a ensaiar as crianças: “Boa tarde, senhor inspetor” e uma se lembrou de tirar-me do castigo por causa da presença do inspetor. Descobriram que não havia inspetor e eu, a **Der.** que tinha aberto as janelas.

Paradoxalmente, no lugar onde se davam as reuniões da benemerência também se inculcava o medo, o terror, E daí as vozes mudas pela morte e os olhos abertos pela mão dos pintores, criavam vida à criança trancafiada naquele cárcere.

McLaren (1992,p. 234-235) reitera que o “castigo escolar às crianças, frequentemente funcionava num nível simbólico para dar ao estudante uma antecipação do que pode ser esperado pelos imprudentes que transgridem as regras”[...] e, ainda com “uso do constrangimento tomava a forma de reprimendas para diminuí-lo, esvaziando seu senso de segurança ou identidade”.

Para as órfãs, o salão representava o espaço da punição, levando ao não controle esfínteriano – “De tanto medo fazíamos ‘xixi’ na calcinha e não ousávamos abrir os janelões”. As pessoas reproduzidas nos retratos, aos olhos das órfãs, até se mexiam, cujo medo, hoje, transmuda-se em fantasia- “E cada um que ia lá falava que viu o quadro mexendo...Era fantasia!!”..

Pitoresco o depoimento de **Der.**, que representava um comportamento liberto das repressões, pois abriu as janelas, insurgiu-se contra o proibido, burlando as freiras, que providenciaram o cumprimento aos inspetores, que deveriam estar chegando, com - “Boa tarde, senhor inspetor” e uma delas se lembrou de tirar-me do castigo por causa da presença do inspetor. Atentemo-nos que eram rotineiras as insubordinações de **Der.** Decorre daí o conflito entre a rotina diária do Asilo e o ideal que as freiras tentavam simular à inspeção escolar, corroborando para se desenhar a atuação da congregação, com

ênfase na disciplina rígida, na pedagogia do medo, na religião que castiga, na castração da sexualidade. Tudo isso gera o cultivo de um “*habitus*”, conforme ensinam Bourdieu e Passeron (1992, p. 44):

A **ação pedagógica** (AP) implica o **trabalho pedagógico** (TP) como trabalho de inculcação que deve durar o bastante para produzir uma formação durável; isto é, um **hábitus** como produto da interiorização dos princípios de um arbitrário cultural capaz de perpetuar-se após a cessação da AP e por isso se perpetuar nas práticas dos princípios interiorizados.

Refeitório e a cozinha: ...comer em silêncio...olhar no prato...ouvidos na leitura...

No piso inferior ficavam, além das salas de aula, o refeitório e a cozinha.

Cel.: Para ensinar boas maneiras, as freiras falavam umas quadrinhas:

“Eu comi ontem no almoço
A azeitona de uma empada
Depois botei o caroço
Sobre a toalha engomada

Mas a mamãe logo veio com carinho
E me disse:
“O osso, o caroço, o espinho
Poe-se no cantinho do prato.”

Mas o meu prato
É redondo,
Meu prato
Não tem cantinho.”

A.O.: No refeitório, as meninas viram que a Irmã E. ia bater na N.V., gritaram e ela acabou fugindo. Me lembro um dia, quem aprontou foi a **Der.** pegou o prato cheio de comida e jogou no chão do refeitório. Às vezes a comida era ruim ou as crianças não queriam comer. Comi pão com pimenta para matar a fome, porque recusei a comida que estava ruim. Expulsa da aula de bordado, fui pra cozinha, onde a freira achava uma ninhada de ratos. Peguei os ratos e da escada, mostrava pras outras crianças que ficavam rindo .

M.L.P.B.: Eram 2 refeitórios: o nosso limpo, simples e a sobremesa era fruta- abil, cereja, e outra; e o refeitório das Irmãs, onde jantavam depois de nós. A irmã **Esc.**, depois do jantar dela, me chamava do meu cantinho para me dar a sobremesa que ela deixava de comer. Era um gesto de carinho do qual eu me lembro com muita gratidão e conto para minha família.

Lr.M.: Quando cheguei eu estava quase morrendo, né? A comida era boa, de manhã era café com leite, pão fresquinho,... não me lembro se tinha margarina ou manteiga, o café era bem reforçado, comia à vontade, podia repetir o café, tudo com fartura, o almoço tinha carne boa todos os dias, legumes da época.

R.G., I.G., T.G.: Tinha que comer, mas elas experimentavam, se estava ruim elas mandavam de volta, sem sal...A alimentação não era ruim. Era uma boa alimentação: arroz,

feijão, carne, verdura, leite, aquelas latonas. O leite era a coisa mais deliciosa. Podia beber à vontade. O bule era dessa altura assim, uma coisa exagerada...Aquele café gostoso.

Enquanto para a primeira informante, a lembrança do refeitório remete à aprendizagem de bons costumes nas refeições, para a segunda direciona-se à qualidade ruim da comida – “Um dia comi pão com pimenta para matar a fome, porque recusei a comida que estava ruim,[...] fui para a cozinha, onde a freira achava uma ninhada de ratos. Peguei os ratos e, da escada, mostrava pras outras crianças que ficavam rindo” - inclusive lembrança compartilhada com situações vivenciadas por outras - ... “quem aprontou foi a **Der.** Pegou o prato cheio de comida e jogou no chão do refeitório” - e para a penúltima, a representação era oposta à da segunda, fartura e boa comida – “podia repetir o café, tudo com fartura, o almoço também tinha carne boa todos os dias, legumes da época”.

A atitude de **Der.** ao jogar a comida no chão, naquele contexto de disciplina rígida, foi, certamente, uma ousadia, pois insurgiu-se de forma agressiva, o que lhe deve ter valido uma boa reprimenda. Inferimos, no entanto, a não subserviência daquela criança travessa e mesmo insolente, para a época. Em depoimento posterior à entrevista, resolveu escrever a história de sua vida, relatando que “gostava muito do orfanato da Santa Casa porque fazia muita travessura e não tinha medo das Irmãs. Nunca ganhava a fitinha vermelha de bom comportamento”. E ainda parece ter orgulho em contar: “Cheguei a tomar umas chineladas da Irmã **C.** que fui parar na enfermaria. Quando saí, fui atrás da Irmã cantando chinelo vai, chinelo vem, chinelo de freira não mata ninguém”. Provavelmente, diante de mais essa irreverência de **Der.**, a Irmã nada fez, porque o regimento proibia castigos corporais, e as chineladas devem ter sido de tal força que a menina precisou de cuidados de enfermaria, talvez gerando dificuldades à Irmã. Porém, nada intimidava **Der.**

As três irmãs **R.G.**, **I.G.**, **T.G.** construíram representação de fartura, maximizando, inclusive o tamanho do bule de café. **M.L.P.B.**, sempre marginalizada, por ter eczema na cabeça, recebia um gesto de misericórdia da Irmã que abdicava de própria sobremesa diferenciada para ofertar-lhe. **M.L.P.B.** carrega até hoje esta representação de solidariedade e transmite-a aos familiares.

Notamos na fala de **Lr.M.** uma ênfase na qualidade da comida, “carne boa”, cuja valoração na sua memória deveu-se ao fato de ter chegado ao Asilo e Órfãos em estado de

saúde debilitada e ter sobrevivido pelos cuidados que teve – “Quando eu vim prá cá, eu estava quase morrendo, né?” O relato de *A.O.* permeia-se pela interação de sujeitos, como ensina Pollak (1989), mas aflora uma representação de vingança ao exibir ratos às companheiras.

Salas de aula! Quanta lembrança!!!!

No térreo, havia seis salas de aulas: quatro para as externas e duas separadas para as internas, o que demonstrava discriminação. As salas eram amplas e com bancos, usadas também para estudos, onde o silêncio tinha de ser absoluto, cabendo à freira acompanhante vigiar, na esteira de Foucault (1999). Cada classe tinha sua professora. Com o passar do tempo, as alunas internas e externas passaram a ter aulas juntas, tendo sido os bancos substituídos por carteiras individuais.

A inserção do professor Messias Teixeira para dar aulas de Português deveu-se à comunhão com a causa da Misericórdia, pois atuava nas Conferências de São Vicente de Paula, e sua esposa era voluntária junto à Santa Casa e ao Asilo de Órfãs, o que lhe rendeu credibilidade perante as Irmãs, conforme suas próprias palavras:

Dona Maria: “Lembro-me de algumas coisas, de outras, mais ou menos, pois estou com 88 anos. Meu marido fundou a Conferência dos Vicentinos de Nossa Senhora da Boa Morte, na Santa Casa. Por ser vicentino, era respeitado pelas freiras que o convidaram para dar aula de Português às alunas do Asilo de Órfãs. As professoras do Asilo eram mulheres e freiras. Meu marido era o único professor homem a ter esse privilégio, muito bem merecido. Ganhara a absoluta confiança das Irmãs, pois era um homem de grande espiritualidade e vivia a caridade. Aceitou com alegria e honra o convite para lecionar graciosamente, sem remuneração. Deu aulas até acabar o orfanato, por volta de 1952. Casei-me em 1937 e ele já lecionava lá. Ele gostava muito de dar aulas para as órfãs.”

Como entendia Pestalozzi (1967), as mulheres eram as educadoras ideais, enquanto categoria de gênero. Porém, no Asilo, havia as orientações da congregação de que o contato com homens significava perigo quanto à castidade e comprometimento quanto à prática de virtudes, como a pureza, a simplicidade.

T.J.C.: Na classe havia bancos grandes. As freiras tinham maraca com chocalho. Cada uma era um sinal: para ficar de pé, puxar o banco sem arrastar, no silêncio, sentar. Parecia um exército. Na fila, mão para trás, uma a distância da outra. As professoras eram freiras, duas não e moravam lá: Amanda, que dava aula de Trabalho e Isabel, de Ginástica, órfãs irmãs. As aulas eram juntas com as internas e externas.



Figura 25: Sala de aula de órfãos com carteiras individuais e presença de inspetores escolares ao lado das alunas e da freira, de hábito preto.¹²⁸ 1945
Fonte: Arquivo De Biasi.

Lr.M.: As matérias eram português, matemática, geografia, história, religião. Caligrafia, nossa! com aquela letra bem estreitinha. Naquele tempo se usavam os dois tipos de cadernos, os livros de leitura, tudo encapado, impecável, os lápis bem apontadinhos, sem derrubar uma sujeirinha no chão. Era muito rigoroso.

M.L.P.B.: No 4º. ano, a Irmã escalou-me pra ajudá-la nas aulas do 1º. ano, na cartilha. Por isso não tirei boas notas, não dava pra estudar. A Diretora chamou meu pai e pediu pra eu ir para o convento, estava tudo certo, até meu dote. Meu pai não deixou pois eu estava ali por contingência, não pra ser freira.

Ci.: A dona Juraci não era freira, mas professora indicada pra trabalhar lá, de graça. Ah, estudar Ciências? Qualquer coisa a freira mandava virar a página. No catecismo, fiquei uma semana de castigo porque atrevi perguntar: Nossa Senhora foi virgem antes e depois do parto? O que era “parto”? Não respondera e fiquei de castigo, sem falar com ninguém. A gente estudava Ciências: Cabeça, tronco e membros! não podia falar de “fígado”, do “coração”, de mais nada, vira a folha.

¹²⁸ Conforme depoimento de N.B. que tinha sido freira, chamada Irmã T., as professoras usavam hábito preto, enquanto as freiras que atuavam no hospital, vestiam-se de branco. Eram separadas até para a refeição, pois temiam contaminar-se com doenças. Na realidade, as de preto, por serem professoras, possuíam um status superior às de branco. “Embora da mesma congregação, havia distâncias”, relata N.B.

Cel.: Da Irmã Esc. guardo lembrança traumatizante. Tinha 11 anos quando ela começou a falar-me sobre sexo, menstruação, homem: “Você não é mais inocente! Vai ficar grávida, sua barriga vai crescer, tem que fugir de homem!!!” Fiquei amedrontada e nem tinha menstruado ainda. Um dia, no bonde, um homem encostou em mim e eu chorava de medo de ficar grávida. Ninguém entendia porque chorava tanto! Irmã Esc. falou aquilo para mim, por vingança. Tinha me revoltado por perder um passeio porque tinha de ensaiar no coro com Irmãs Bas. e Esc.

As salas de aula eram espaços de ação pedagógica com inculcação de elementos da violência simbólica e dominação, apropriando-nos dos ensinamentos de Bourdieu e Passeron (1992). Os depoimentos das órfãs são exemplos de como o espaço – sala de aula – traz evocações, em que a memória vem à tona com situações triviais mescladas com traumas, que sorrateiramente, se insurgem no meio das falas. Nas salas de aula praticava-se a filantropia, pois tanto a professora leiga como o professor Messias ministravam aulas gratuitamente, em gestos concretos de caridade, doando parte de seu tempo e de seu trabalho às meninas pobres.

Decorre de **T.J.C.** a representação de disciplina rígida militar – “cada barulho de chocalho era um sinal: para ficar de pé, puxar o banco sem arrastar, no silêncio, sentar. Parecia um exército” – e tudo ao comando de uma maraca. Para **Lr.M.** a sala de aula fazia aflorar a caligrafia, a exigência do zelo na grafia. Na época de **M.L.P.B.** não mais se detectava a segregação de internas e externas, emergindo a representação de unidade grupal, porém em meio à sua fala um fato relevante foi mencionado: as freiras queriam fazer dela uma Irmã, atraindo-a com o dote, demonstrando que por trás da caridade existia o interesse de instigar vocações.

Os relatos de **Cel.** e de **Ci.** estão envoltos em repressão da sexualidade, chegando a freira aterrorizar **Cel.** com a possibilidade de uma gravidez, levando-a a um sentimento de culpa injustificado – “Ninguém entendia porque chorava tanto!” Talvez a repressão sexual da própria freira gerasse seu comportamento inadequado, com esse viés de maldade e castigo, pelo simples fato de a órfã ter reclamado de perder um passeio.

Mais grave a reação ao questionamento de **Ci.** sobre “parto”. Supõe-se que a formação jesuítica das Irmãs, tendo que abdicar do corpo e da sexualidade, exigia uma pedagogia que inspirasse o despreço absoluto pelo sexo, pela carne, pela maternidade, pelo corpo. Portanto, infere-se que as aulas de Ciências representavam um grande perigo e poderiam conduzir as órfãs a lascívia, portanto, a solução era – “virar a página”.

T.J.C.: Tinha uma órfã que era “secretária” de um Inspetor de Ensino, Sr. **J.Br.**, que ia lá quase todo dia, pra “fiscalizar”. Ele tirava a órfã da sala pra ajudar ele. Um dia, as freiras viram “alguma coisa de errado” entre ele e a órfã predileta e daí ele adotou a órfã como sua filha e levou ela. A mulher dele se percebia alguma coisa, acho que não falava, mas quando ela morreu, ele casou com a órfã. Nós falávamos: “O pai casou com a filha!” Ele era velho e ela “mocinha”, daí ela para parecer mais velha, fazia uns coques no cabelo.

Obviamente, os limites entre a alegada cooperação da órfã e as atitudes do Inspetor de Ensino que representava o poder, ficando as freiras sob sua fiscalização, foram transpostos, e a solução encontrada foi a adoção, pois, provavelmente, as demonstrações flagradas de afeto foram justificadas como sentimento de amor paternal. O posterior casamento falou por si só e foi, jocosamente, interpretado pelas alunas.

Esse tipo de abuso foi o único caso que veio à tona nesta pesquisa. Em que pese o comportamento da esposa do inspetor não fazer parte de nosso estudo, naquele contexto social, a esposa, mesmo que soubesse de qualquer adultério, silenciava, pois a não profissionalização feminina colocava a mulher sob a total dependência do marido, como sobejamente debateu Priore (1997).

Quanto ao aspecto legal preceituado no Código Civil, pelo depoimento da egressa, a órfã teria sido adotada pelo Inspetor, não se mencionando tutela ou curatela, o que geraria impedimentos a casamento.¹²⁹ Também o Código de Menores de 1927 contemplava, em seus artigos 73, §§ 1º. e 2º. e 74, dispositivos quanto à vigilância de menores, incluindo-se as instituições destinadas a menores, podendo determinar o fechamento se detectadas ofensas aos bons costumes. Em cotejo com o regimento interno, deveria ter sido cumprido o que rezava o art.9, *verbis*:

ART. 9. — Antes da maioridade a orphã só poderá sahir do Asylo quando se casar, ou quando, algum parente ou pessoa honesta de provada abastança requerer ao Provedor sua retirada, responsabilizando-se de accôrdo com as leis do paiz pela guarda da mesma orphã.

¹²⁹ O Código Civil, em seu artigo 183 e incisos, trata dos impedimentos relativos ao casamento, cabendo aqui registrar o *caput* e parte do inciso XV, *verbis*: Art. 183. Não podem casar: XV- O tutor ou curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela[...].

Portanto, esse fato ficou delatado, mas não foram aprofundadas as investigações, pois as depoentes não se propuseram a dar maiores informações, nem outros dados foram encontrados, remanescendo apenas uma realidade fática lá ocorrida.

T.J.C.: Tinha exposição de bordado nas salas e, cada dia ficava uma menina na porta da sala para receber as visitas. E os provedores iam lá com as esposas. Daí disseram para mim que estava na porta: “Logo você vai ter bordado exposto aí também!” E eu respondi: “Pois já tenho 13 bordados na exposição.” Eles nem acreditaram e voltaram para ver, acho que porque sempre fui baixinha e pensaram que eu era muito nova. Aprendi a costurar bem e hoje sou modista.

Den.: Aprendi a bordar com a Irmã J. e, numa das exposições que fizeram na sala dos trabalhos das meninas, Irmã Judite me devolveu as duas toalhas que tinha bordado porque não foram vendidas

Por vezes, a sala de aula tornava-se espaço de interação educandas-sociedade. Durante o ano, as meninas exercitavam as mãos na agulha de tricô, de costura de crochê, e executavam muitas peças que eram expostas e vendidas para a sociedade campineira, em prol da Instituição. O relato de **T.J.C.** atesta que, inclusive, as famílias dos Mesários iam apreciar os trabalhos expostos, e, pitorescamente, ela conta que a sua pequena estatura não impedia que fizesse trabalhos esmerados, demonstrando que esse treinamento manual para as meninas representava verdadeiro privilégio. **Den.** sabia que o resultado de seus trabalhos era destinado à Instituição e ficou feliz por ganhar as duas toalhas que não foram vendidas. As aulas de trabalhos manuais eram uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que as meninas adquiriam habilidade, vinha a contraprestação através da venda dos trabalhos, com renda revertida ao Asilo.

Dormitórios.... e a mão quente da mãe? Atrás da cortina branca?

Os amplos dormitórios, bem como a rouparia, ficavam no andar superior, e possibilitavam o controle das órfãs, pela distribuição das camas no espaço, e a cela da freira em pontos que garantisse a vigilância e o silêncio. Elucida-nos Foucalt (1999, p. 123):

O dormitório é a imagem da morte, o dormitório é a imagem do sepulcro...embora os dormitórios sejam comuns, os leitos entretanto estão arrumados de tal modo e se fecham tão exatamente por meio de cortinas que as moças podem se deitar sem se verem.

A caracterização dos dormitórios, no estudo paralelo referente ao Liceu Salesiano, apresentava-se com a mesma estrutura, cuja citação demonstra semelhanças nas duas instituições totais para órfãos de gêneros diferentes:

Subiam aos dormitórios (dos menores, dos sub-médios, dos médios, dos maiores) e um aluno proferia também uma leitura edificante, exigindo-se silêncio total dos demais. Os dormitórios possuíam duas celas, com cortinas, uma em cada extremidade, onde dormiam os assistentes. Esses caminhavam de um lado a outro e só se recolhiam após se certificarem de que todos os alunos já tinham pegado no sono. (NEGRÃO, 1997, p. 49)

O dormitório, que é o cerne de um lar, substituído por aquele imenso salão, trazia a representação particular de cada uma, mas a apreensão do dormitório como um todo era introjetada segundo as regras comuns para garantir a convivência institucional, a vigilância e a ordem. Esse código de valores era inculcado, segundo Bourdieu e Passeron (1992).

Lr.M.: Dormia... uma freira no nosso dormitório,... num dos cantos, mas era assim,... igual uma cortina branca que fechava, ficava isolada mas ficava ali junto, acompanhava tudo. E no dormitório ninguém ficava conversando, silêncio absoluto. A gente ia dormir sete horas..., por aí. Levantava cedo. E tinha que deixar a caminha arrumadinha.

M.H.: A lembrança que tenho do Asilo de Órfãos é muito triste. Lembro-me que apanhava nas pernas com uma cordinha bem fina por qualquer arte. O dormitório era enorme, parecia ter centenas de camas, umas 400 e a freira dormia no fundo, cercada de cortinas

J.B.: As freiras tinham um balde de água quente e outro de água fria e aí elas se lavavam na hora de deitar, no dormitório. Às 5:30 horas da manhã, batiam palmas e todas as meninas levantavam, senão elas puxavam o lençol. Quando voltavam da igreja, às 7:00 horas da noite, se alguém olhasse pra trás ou conversasse, ficava de castigo ajoelhada, no dormitório de camisolão, com as mãos levantadas, rezando pras almas até as 10:00 horas da noite.

En. (externa): Um dia, uma órfã grandona, a Lor. fez xixi na cama e o colchão era de palha. Daí, a Irmã Nat. obrigou a menina humilhada e chorando a carregar nas costas o colchão até a classe; quando acabou a aula, levou o colchão de volta para o dormitório

R.G., T.G.: Quando alguém andava no corredor de lençol enrolado na cabeça era porque tinha feito xixi na cama. (silêncio) Eu também fui xixoná, até quase 11 anos. Não sei se era medo ou... Mas elas acordavam a gente.... elas iam dormir mais tarde e chamavam as xixonas para fazer xixi. De vez em quando a gente via alguma coisa estranha no colégio. Dizem... as pessoas antigas que lá foi qualquer coisa dos escravos. Assim por exemplo, a cama, era aquele corredor comprido; a gente escutava aquelas correntes que vinham arrastando... e ficava com tanto medo que, cobria a cabeça. Eu dormia até os 12 anos com a cabeça coberta. Aí via...mulher de branco que chegava perto e sumia, não é, **T.G.**? Nós não tínhamos medo. A gente corria pra freira, que dizia: É a Virgem Maria que vem vindo.



Figura 26: Dormitório das órfãs no andar superior do prédio do Asilo, com a cama cercada de cortinas da Irmã acompanhante.

Fonte: Arquivo De Biasi.

O que as recordações tinham em comum ou em paralelo era a representação da companhia, de não dormirem sozinhas, “nós não dormíamos sozinhas, elas nos vigiavam; cada quarto tinha uma freira, só que ela era separada por uma cortina branca”. Mas o não dormir sozinha embora não representasse, efetivamente, aconchego, era uma presença, que até levava as “xixonas” ao banheiro. A cortina representava, paradoxalmente, a presença e o muro, a separação, a não acessibilidade da inocente criança buscar na freira “um coração de mãe, um regaço carinhoso, para aquecer os frios da órfã” na imensidão daquele dormitório.

Injustificáveis quanto ao dormitório são as representações de castigo, medo e humilhação sobre o fato de “fazer xixi” e ter de carregar o colchão úmido nas costas ou caminhar com a cabeça embrulhada no lençol molhado de urina. Essas relações de poder perpassavam, segundo Bourdieu e Passeron (1992), técnicas pedagógicas em que as frei-

ras impunham penitências humilhantes para o controle esfinteriano, expondo as órfãs a situações vexatórias e de fraqueza para que atingissem o autocontrole da função de micção.

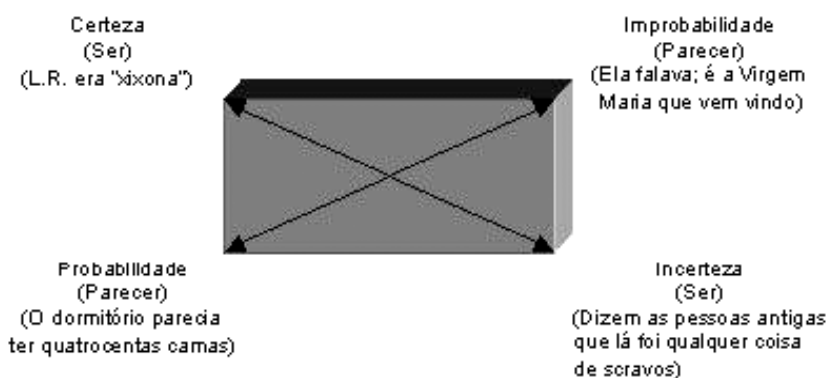
Corroboram com nossa reflexão as palavras de Dolto (1998, p. 128)¹³⁰:

A enurese é sem dúvida uma linguagem. O xixi na cama é corrente nas crianças da ASE (Assistência Social à Infância). Há acolhimento que[...] seja por não levarem a sério o problema, seja por recorrerem a receitas que podem ser terríveis. Cito duas ou três que me parecem especialmente sádicas: fazem a criança dormir sem cobertor e no chão para que sinta frio quando urina, ou fazem um nó apertado em torno do pênis para impedi-la de urinar; ou ainda, obrigam a criança a usar sempre o mesmo pijama e o mesmo lençol, para o mau cheiro a incomode.

Mesmo “as xixonas” se levadas ao banheiro, não se libertavam das sensações e representações de medo, imensidão e ruído de correntes de escravos, a cama, era aquele corredor comprido, “a gente escutava aquelas correntes que vinham arrastando... Então a gente ficava com tanto medo, cobria a cabeça. Eu dormia até quase doze anos com a cabeça coberta”.

O termo “cama” intermediando os corredores manifesta uma continuidade do dormitório, pois a cama está, na memória individual de **R.G.** integrada pelo corredor comprido. Pela fala de **R.G.** – “Aí via...mulher de branco que chegava perto e sumia, não é, **T.G.**? Nós não tínhamos medo”, há uma transposição do “eu” ao actante coletivo “nós” como representação do medo estendida ao coletivo, segundo ensinamentos de Pollak (1989), com reiteração mediante o apelo a **T.G.**

Pela Teoria Semiótica proposta por Greimas (1986, p. 53), pode-se estabelecer o seguinte diagrama de análise de discursos, considerados como modalidades epistêmicas:



¹³⁰ Recomendamos a leitura do capítulo *A enurese como linguagem* na obra de Dolto (1998)

Ao aplicar as falas ao diagrama de Greimas, inferimos que a identidade de cada órfã era construída na alteridade, no “nós” do diferente, ou seja, os alter egos em que uma órfã se via na outra nas semelhanças e nas diferenças. Essas quatro modalidades interpretativas de discurso têm o fim precípua de demonstrar como as informantes lembravam fatos, mas remetiam a interpretação a um código de valores, do que está implícito nas falas explicitadas.

O dormitório tinha, aos olhos das meninas, múltiplas representações, indo de um extremo a outro. Para **M.H.** representava imensidão, talvez, pela tenra idade, apenas 7 anos, aliada à falta do aconchego materno, sentia-se em um local enorme, com “quatrocentas cama”, e para **J.B.**, local de penitência, “orar com braços erguidos”.

M.H., ao dizer “A lembrança que tenho do Asilo de Órfãs é muito triste”, usa o tempo verbal “tenho” presente do indicativo denotando sentimento de tristeza que jamais a deixou, presente no hoje. Podemos inferir que para **M.H.** um anseio de libertação atua sobre o passado para dar sentido ao seu relato, de tal forma que, para falar do dormitório, emerge antes a lembrança “de apanhar de cordinha por qualquer arte.”

E o que nos diz o regulamento das órfãs?

ART. 22. — As camas serão feitas do mesmo modo, e cada orphã ao sahir do dormitório deverá deixar sua cama feita. (grifo nosso)

ART. 23. — Para fazer deitar, e o mais que for necessário, cada orphã grande tomara, conta de uma pequena. (grifo nosso)

ART. 24. — As roupas de cama, em qualquer dos dormitórios, deverão ser trocadas uma vez por semana e sempre que for preciso. (grifo nosso)

ART. 25. — A varredura dos dormitórios e dos corredores adjacentes, bem como o asseio geral dos mesmos, estarão a cargo das orphãs alternadamente. (grifo nosso)

Pontuando as regras no que pertine à troca de roupas de cama sempre que necessário, à varredura dos dormitórios e corredores adjacentes, bem como o asseio geral, a deixar a cama feita, as crianças a par da filantropia tinham responsabilidades na limpeza dos aposentos e nada justificaria a humilhação de carregar colchão às costas ou ter lençóis molhados de xixi à cabeça, inclusive descumprindo o regulamento.

O banho comunitário: camisolão, recato e preservação do pudor!! E o tancão?

Ouvindo as egressas informantes, transparecem a repressão e a complexidade da higiene corporal, ao lado de sensações gostosas, e as representações por elas construídas para iluminar a apreensão daquele contexto.

Ci.: Os banhos? Tinha uma sauna enorme, uma espécie de... ducha aquelas borracha de esguicho. Era um cano e fazia um arco como se fosse a costela da gente. Então entrava lá, abria, água quente e fria, molhava inteirinha. Cada uma tinha uma camisola de banho, decotadinha e sem manguinha. A gente molhava, entrava 5 ou 6 ali naquele arco, saía e ia se ensaboar, em rodízio. Enfiava a mãozinha por dentro prá se lavar com sabonetinho. Banho! 2 vezes por semana, porque não tinha espaço. Se faltava água no hospital, a gente tomava banho frio no tanque, maior que essa sala. As freiras eram conservadoras. Prá vestir não podia mostrar o joelho. Um pudor exageradíssimo! Irmã A, avançada pra época, falou: “Vocês vão tomar banho. Tem que lavar o lugar que faz xixi”, foi fogo! (risadas) Desabou o Colégio! Acho que nós rimos quase uma semana...

R.G., I.G., T.G.: (três irmãs partilhando a fala). No banho, entrava, naquele tancão como se fosse uma piscina.. Ai, que gostoso! No verão era gelado, quando não, tinha aquelas duchas, aquele negócio de água quentinha. Tomava banho de camisolão, ninguém podia ver nada. Era uma pureza tremenda. E quando ia ficando mocinha, tomava separado, né? Nós trocávamos de roupa e ninguém via o corpo uma da outra. Nós tínhamos um jeito todo especial: puxava o lençol por cima da cabeça, se trocava...E a camisola molhada a gente tirava sem mostrar o corpo.

T.J.C. (externa): Na sala, a Irmã falava: “Quem vai tomar banho na ducha?” Algumas levantavam a mão e saíam. Não entendia nada, só depois soube que meninas menstruadas não entravam na tina pra não manchar a água, por isso iam pra ducha. Os tancões nos outros dias eram usados pra lavar roupa. Quando não tomavam banho, parece que tinham que mostrar o fundo da calcinha pra freira ver se estava limpa, pois as meninas tinham que ter asseio, saber se limpar bem com papel....não sei que papel. Acho que era jornal, não sei se tinham papel higiênico.

Pela fala das meninas, o banho era adstrito a rígidas regras para coibir o gozo da água em contato com o corpo, vez que uma camisola neutralizava o tato, a dimensão sensorial. A camisola de banho era um signo que transmitia mensagens de recato e pudor, com o fim de moldar o comportamento da órfã, refreando-lhe os instintos maléficos à moral cristã e aos bons costumes. Interessante notar que essa forma de inculcar dominação nem sempre era percebida pela órfã, até. Todavia, em contraponto, o banho era também um momento de prazer, com se percebe, claramente, pelo enunciado – “No banho, entrava naquele tancão, como se fosse uma piscina Ai, que gostoso!” A expressão “Ai, que gostoso!” está carregada de agradável lembrança a ponto de igualar o tancão a uma piscina, onde o grupo se divertia, sentia o contato da água, enfim era um momento de asseio e lazer.

O asseio corporal ficava relegado a um sabonetinho, discretamente esfregado no corpo, coberto pela camisola, e como declara uma das meninas, ocorria duas vezes por semana. Em todas as falas há representação do impedimento de visualizar o corpo. Até para se enxugar e vestir-se, havia rituais reprimindo qualquer prazer tanto em tocar com em vislumbrar o corpo. O camisolão, além de estratégia para não ver o corpo, favorecia o hábito de saber vestir-se com pudor, mediante adequados movimentos gestuais “É de um pudor, que não podia ver nada”. Inferimos que a memória de todas do grupo remetem às mesmas evocações.

Acreditamos, como elucida Chauí (1994) que devem ter entrado componentes objetivos e subjetivos para formar as lembranças das órfãs, com dados tão semelhantes, sobre o ritual do banho e as impressões gravadas nelas.

A fala das três irmãs – “Era uma pureza tremenda” – deixa entrever que na educação institucional abdicava-se do corpo como se ele não fizesse parte da estrutura ontológica do ser humano, reprimindo-se o auto-conhecimento do corpo, para não macular as virtudes da alma. Como a congregação estava sob os auspícios do ideal ultramontano e das orientações rígidas do *Ratio Studiorum*, das Máximas de Perfeição, conhecer o corpo poderia estar comprometendo esse ideal.

Pelo relato da externa **T.J.C.** – “parece que tinham que mostrar o fundo da calcinha pra freira ver se estava limpa, porque as meninas tinham que ter asseio, e saber se limpar bem, acho que com papel....não sei, que papel? Acho que era jornal”, surge uma situação não manifestada por quaisquer das órfãs internas, o ter de mostrar a calcinha à freira, bem como surge a menção ao tipo de papel usado para a higiene. O léxico empregado enquadra-se segundo Greimas, na categoria da incerteza, porque os fatos narrados vêm sempre precedidos de “parece”, “acho”, “não sei bem”. Percebemos que sua fala registra experiências vivenciadas pelas internas e não por ela própria. Tentado a convergência dos demais relatos sobre o banho ou sobre a higiene, essa peculiaridade de “mostrar o fundo da calcinha pra freira ver se estava limpa”, é um dado novo, que talvez venha complementar os demais depoimentos, no entanto, por referir-se a algo próprio da coletividade interna da qual ele não fazia parte, pode ser ou não reveladora.

Irrompe na fala de **Ci.** uma freira, sinal de contraste naquele contexto repressor: “Irmã A, avançada para a época, falou: “Vocês vão tomar banho. Tem que lavar o lugar

que faz xixi”, foi fogo! (risadas) Desabou o Colégio!” Desabrocha uma Irmã progressista, a tal ponto que a sua fala “lavar o lugar que faz xixi” foi inusitada e quebrou o arcabouço de vedação de toque na genitália. Podemos no valer de Lefèbvre (1972)¹³¹ que considerada as escolas como centros moleculares de poder, onde se processam essas relações de poder. Deriva desses centros a possibilidade de revolução, uma vez que na instituição, em havendo as relações de poder, existe a possibilidade de questioná-las, refazê-las, como fez a Irmã A. Esta seria a verdadeira revolução, não acantonada nos modos de produção, mas num processo celular e vagaroso, passando pela vida cotidiana, pelo subjetivo e pela participação. Transmuda-se, uma vez que as opções na vida cotidiana, podem ser moralmente motivadas, dando-se relevância ao auto-conhecimento, ao processo de mudança de comportamento, pela ruptura do cotidiano e a conseqüente passagem das particularidades à individualidade, ao compromisso com o novo, a genitália não era mais inatingível para o asseio corporal.

Comparativamente, o já referido Liceu Salesiano, conforme estudo já realizado por Negrão (1999, p. 222), mantinha as mesmas normas de recato quanto ao corpo, embora o banho fosse diário:

“Em silêncio, após o banho frio e a troca de roupa, tendo às costas um cobertor aberto preso aos dentes, como norma de pudor.”

Em cotejo com o Colégio Nossa Sra. do Patrocínio, fundado em 1859 pela mesma congregação de São José de Chambéry, para educar as filhas da oligarquia local e regional, no enxoval das internas constava a camisola de banho (CUNHA, 1999).

Complementado esta comparação, a pesquisadora Maria Iza Gerth da Cunha, ex-aluna do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, em contato conosco¹³², relatou que:

.... no seu tempo de colégio, o banho era diário, em box individual, cada uma com seu chuveiro. Havia uma única torneira na parte externa dos boxes, acionada em dois tempos, sob o controle de uma freira. O processo era o seguinte: banhavam-se, simultaneamente, 20 alunas em 20 boxes distintos. Primeiramente, a freira acionava a torneira pelo tempo suficiente para cada aluna se molhar. Fechada a torneira, o chuveiro deixava de soltar água para as 20 alunas se ensaboarem rapidamente. Depois, reabria-se a torneira,

¹³¹. LEFÈBVRE, H, na sua obra *La vida cotidiana en el mundo moderno*. Madri: Alianza, 1972, propõe uma nova conceituação de revolução, que ocorre, no cotidiano, quando se quebram amarras, preconceitos, tradições, podendo partir de uma única pessoa, como sinal de contraste, e motivando as demais.

¹³² Participação conjunta em reunião pedagógica de docentes de Instituição de Ensino Superior, UNISAL/Campinas, em 27/04/2002, onde a pesquisadora ministra a disciplina Antropologia Religiosa.

em tempo cronometrado para que retirassem o sabão, tudo sincronizado, para que não se privilegiasse o banho como momento de prazer pelo toque ao corpo, sob a égide de “Deus tudo vê e tudo olha”.

Corroboram com essa assertiva, as palavras da própria pesquisadora, Cunha (1999, p. 103):

Esta maneira de inculcar esquemas de ordem e submissão se prolonga numa disciplina do corpo e dos movimentos, que se relaciona a um modo de viver da época, atento às boas maneiras e atitudes convenientes.”

Desenha-se a tratativa dicotômica da mesma congregação, com banho diário individual à classe elitista, e coletivo duas vezes por semana para as órfãs desvalidas.

A vigilância e regulação, com as especificidades pertinentes à tessitura social, faziam-se presentes nas duas instituições, prevenindo macular o corpo e não deixá-lo enfeitar pela corrupção do pecado. Sobre essa vigilância preventiva postula Marwick (1995, p. 312):

...as meninas tinham horário determinados para colocar a consciência individual a serviço de Deus, desde que levantavam da cama, todas as normas tinham relação com essa finalidade, como pentear-se e vestir-se depressa a fim de dedicar o menor tempo possível para enfeitar o corpo que há de servir de comida aos vermes.

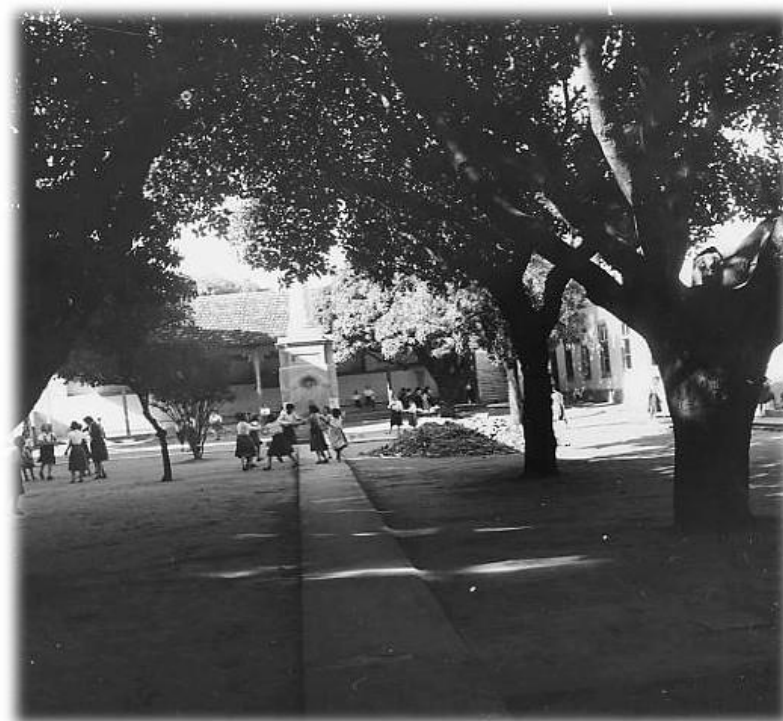
Recreio e lazerhora de cirandar....correr...brincar...

O espaço fronteiro à Capela e ao Asilo era amplo, com limites determinados. Ladeando o portão de entrada da Santa Casa, uma grade de ferro permitia a visão da rua, mas as meninas não podiam ficar no portão. Brincavam nesse pátio após o jantar e no pátio interno, no “quadradão”, tendo ao meio um chafariz circundado por quatro mangueiras. A vigilância era ininterrupta, jamais as meninas ficando sozinhas, a freira se colocava no meio delas ou em lugar estratégico para controle.

M.L.: O recreio da tarde era no quadradão interno, onde havia quatro enormes mangueiras, as externas ficavam ao lado do chafariz, e as internas ficavam para lá, acho que para evitar bilhetinhos e conversinhas e depois do jantar, o recreio era no pátio da frente.

I.G., R.G., T.G.: E a gente tinha a hora de recreio todo dia à tarde. Durante o dia não tinha recreio, mas à tarde nós tínhamos, das quatro até as cinco horas. Aí as freiras brincavam de roda com a gente, cantavam as músicas de colégio, né? Depois do jantar a gente brincava e depois ia dormir.

Figura 27: Recreio no pátio interno com chafariz ao centro e quatro mangueiras.
Fonte: Acervo De Biasi.



Pela teoria de Chartier (1990)¹³³, que preceitua serem as representações do mundo social sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as geram, o retrato do recreio da tarde parece ser altamente ideologizado. Analisando os detalhes da foto, os folguedos, o brincar de roda até com a freira, o tipo de música,

percebemos uma representação sócio-cultural, demonstrando tratar-se da valorização do grupo, das regras comportamentais, da moralidade inerente à órfã, que jamais poderia andar em dupla.

Lr.M.: jantar e depois ia todo mundo brincar, mas cada um no seu quadrado: 1°, 2°, 3° e 4° - eram quatro só mas eram divididos, não se misturavam. O 1° brincava com o 1°, o 2° com o 2°, cada um com a sua classe, sem misturar. E a gente não podia ficar de 2 em 2 conversando, tinha que esparramar. Amizade chegada, não!

Lugar encantado para as meninas era o pomar, divisado por uma mureta, com alamedas de árvores frondosas com a exuberância de suas copas, dando acolhedora sombra. Espécies raras guarneciam aquele santuário verde, e fica na lembrança das alunas e de Campinas o perfume das frutas maduras a se oferecerem maduras nos galhos. Todavia, todo aquele cenário matizado de cores variadas representava às meninas, paradoxalmente, liberdade, imensidão, em contraponto à vedação e ao estímulo a travessuras ingênuas. Quantas escapadas para colher uma manga, às escondidas!

M.A.C.: Aquela parte lá era tudo chácara. Lá era só prá passeio Brincar só quando esta-

¹³³ CHARTIER, Roger. A história cultural. Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990

va muito calor, e a gente estava agitado (risada), então elas levavam a gente prá correr lá, prá andar no meio, tinha um espaço como uma chácara. A parte de baixo era lavanderia, e a gente não podia ir. Então eu ia espiar a vovó, que trabalhava lá e gritava: Vó! Madrinha! Espiava, abanava a mão, e a gente ficava na parte debaixo das mangueiras. Na parreira de uva a gente podia passar por baixo porque era espaçoso e criança corre, né?

A.O.: Minhas amigas *Nor.*, *Dir.* e *Ir.* aprontavam confusões. Nas manga verde no pomar, espetavam palitinhos, riscavam roupa das freiras, faziam carinha e diziam: “Olha a irmã tal!” Chamavam as freiras de “urubu” por causa do hábito preto.

Cel.: Gostávamos de brincar de “balança caixão”, na época de mangas, com a desculpa de se esconder, a gente pegava as mangas caídas no pomar e escondia nas mangas da roupa. Depois, íamos fazer tarefas, rezar o terço e aquela manga debaixo da roupa. Se a roupa manchasse e a freira visse, castigo na certa. A solução era esconder a manga no jardim e quem limpava a escada externa no outro dia, pegava a manga e escondia no quarto. E tempo pra comer ela? De noite, as irmãs dormiam com a gente. No pomar tinha ainda abil, tamarindo, jabuticaba...

A gruta era o ponto alto do pomar, o recanto onde se exercitava a oração, a reza diária do terço, local de silêncio e espírito de devoção. Para atingi-la, era preciso caminhar muito, cuja representação era um lugar sagrado. Esse jardim, aliado ao pomar e à gruta, trazia ao coração uma agradável saudade de algo bom, mas paralelamente, na fala de *A.O.* aquele espaço carregava também representações do lúdico proibido, das travesuras, da analogia da freira com o urubu, mais pela negritude do “hábito”, que pela fealdade da ave.

Casando a história do Asilo com a Literatura, apropriamo-nos, ao fecharmos este capítulo, de um poema da escritora Cecília Meireles, prematuramente órfã de pais, para propiciar a leitura do texto subjacente ao texto escrito, em cotejo com a fala das egresas, para desvendar os sentimentos, as lacunas, através da interpretação do discurso.

É preciso não esquecer nada

É preciso não esquecer nada:
nem a torneira aberta nem o fogo aceso,
nem o sorriso dos infelizes
nem a oração de cada instante.

É preciso não esquecer de ver a nova borboleta
Nem o céu de sempre.

O que é preciso é esquecer o nosso rosto,
O nosso nome, o som de nossa voz,
O ritmo de nosso pulso.

O que é preciso esquecer é o dia carregado de atos,
A idéia de recompensa e de glória.

O que é preciso é ser como se já não fôssemos,
vigiados pelos próprios olhos
severos conosco, pois o resto não nos pertence.
Cecília Meireles¹³⁴ – 1962
Poemas escritos na Índia

¹³⁴ Cecília Meireles, poetisa brasileira, da era moderna, ficou órfã de mãe aos três anos, tendo seu pai falecido três meses antes de ela ter nascido. A orfandade acostumou-a à solidão e ao silêncio. O poema acima integra sua obra *Poemas Escritos na Índia*, Livraria São José, Rio de Janeiro, 1962.

CAPÍTULO IV – PARA ALÉM DO INTERNATO: VIDAS SONHADAS.

Den.: Deus, agora eu estou sofrendo no orfanato, mas tenho a certeza de que um dia eu vou receber a graça de ser feliz, de ter tudo, uma família. E Deus me deu tudo isso, casei com um homem bom e trabalhador que me deu de tudo, casa, conforto, sempre do meu lado, eduquei meus filhos à moda antiga, não do jeito moderno e eles são muito religiosos.

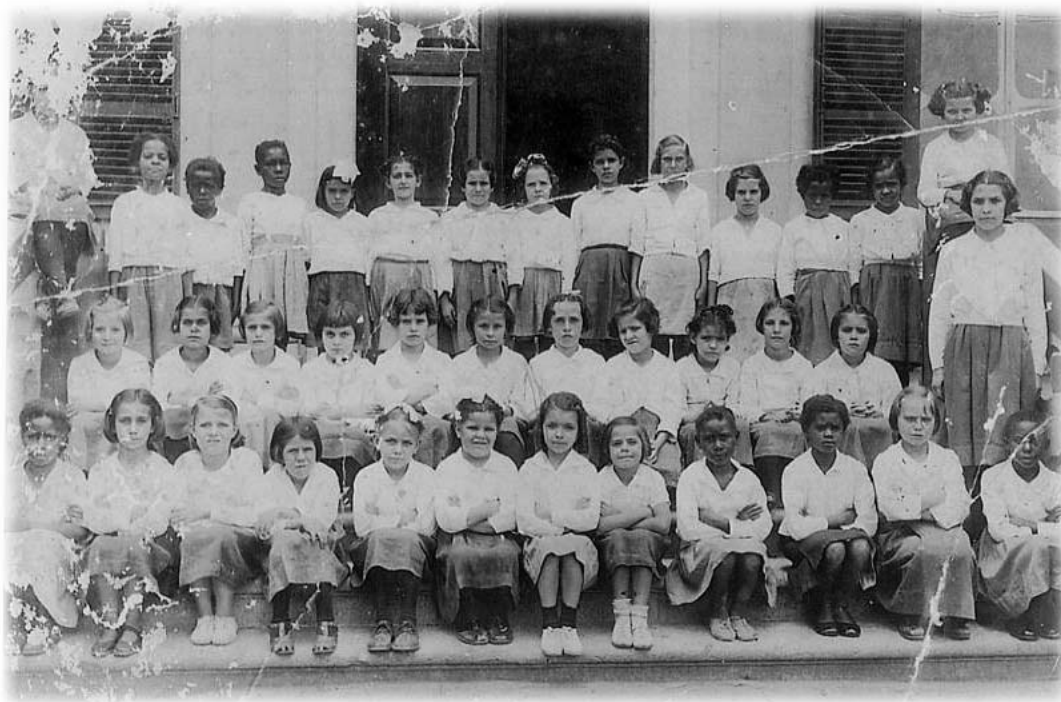


Figura 28: Grupo de meninas internas e externas do Asylo de Órfãs.
Fonte: Acervo particular de *T.G.*

A mutabilidade do tempo

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
muda-se o ser, muda-se a confiança;
todo o mundo é composto de mudança,
tomando sempre novas qualidades.

Continuamente vemos novidades,
diferentes em tudo da esperança;
do mal ficam as mágoas na lembrança,
e do bem (se algum houve), as saudades.

O tempo cobre o chão de verde manto,
que já coberto foi de neve fria,
e, em mim, converte em choro o doce canto.

E, afora este mudar-se cada dia,
outra mudança faz de mor espanto,
que não se muda já como soía.

Camões -(edição das Rimas- s.d.)

A fotografia supra, da década de quarenta¹³⁵, foi-nos entregue por **T.G.** durante a entrevista com as três irmãs, **T.G.; R.G. e I.G.**, em que ela própria se reconhece na segunda fila, e num esforço de memória de seis décadas depois, conseguiu declinar o nome de quase todas as internas, muitas das quais apresentam seus depoimentos neste trabalho.

Somente a categoria de externas podia usar laços de fita na cabeça ou tranças, e **T.G.** não conseguiu lembrar-lhes os nomes. Muito provavelmente, o cabelo curto evitava o toque das mãos das freiras para tecer tranças fazer laços de fita, e também não estimulava qualquer vaidade, pois todas teriam corte de cabelo igual. **Cel** reconheceu-se na foto, identificado o ano 1943 “porque eu ainda estava com as tranças que logo depois foram cortadas porque todas usavam o cabelo *à la garçonne*. como tinha muito cabelo e crespo, fiquei com uma cabeleira armada o que me valeu o apelido de balaio”. Portanto, das trinta e oito meninas da fotografia, a grande maioria era do internato, tendo como pano de fundo a porta aberta do Asilo.

Não há qualquer discriminação quanto à categoria cor, como foi detectado na foto grupal de 1919, que integra capítulo anterior. As duas primeiras filas, embora apresentem as meninas sentadas de braços cruzados, denotam uma disciplina não mais tão rígida na dimensão simetria, mas, um ponto comum é a seriedade do olhar, sem sorrisos. Essa foto de grupo foge de padrão comum às demais da instituição, por não apresentar nenhuma freira ao lado das meninas.

Muitas dessas meninas integrantes da foto estão nas páginas deste capítulo, com suas evocações, acordando as imagens pálidas que se transmudam no tempo, e, ei-las agora, no outono da vida, com os olhos doces ou amargos, cheios de lembranças, com as invasivas rugas em seus rostos, com as grossas veias em suas mãos ainda a bordar, e com seus sábios lábios plenos de histórias a contar, abrindo silêncios, refazendo caminhos, travessias e tecendo a história de suas vidas...

Tecendo o caminhar da vida, alinhavando fatos com o olhar no horizonte...

“O código semântico, que constitui a chave para o funcionamento da memória no seu todo, é um mapa mental adquirido na infância e, como tal, um código partilhado

¹³⁵ Como T.G. entrou, como interna, em 1942 e saiu em 1947, essa fotografia, na qual está inserida, foi feita nesse interregno.

coletivamente” (PAUL CONNERTON, 1993, p. 34).

Reconstruir os percursos sociais nas dimensões profissionais e familiares abrange situações e pontos de referência pelos quais passaram as entrevistadas; o fim do tempo de asilada, descontinuidade de estudo, ingresso no mundo do trabalho dentro ou fora de casa, mudanças de emprego, moradia, casamento, nascimento de crianças, interrupção das atividades de trabalho fora, ascensão social,... Corroboram, nesse sentido as palavras de Bertaux-Wiame (s/d, p. 5):

Esses acontecimentos marcam mudanças de estados definidos geralmente tanto por uma mudança na situação pessoal quanto por uma modificação no estatuto institucional: a passagem de aluno a assalariado, de assalariado a desempregado, da situação de solteiro à de casado, de pais...Essas mudanças inauguram traços biográficos.

Nas falas, as informações são abundantes e parecem adquirir particular importância, quando buscamos, a partir da síncrese, ou seja, a visão da vida adulta, mediado pela análise dos dados coletados, decodificando essas falas, em cotejo com as diferenças e as semelhanças e interpretando-as, atingir a síntese, através de múltiplas representações construídas pelas egressas, tanto internas como externas.

As reflexões de Kenski¹³⁶ dizem-nos que:

As vozes, que atuam na recuperação da memória, vêm mostrar a interferência de muitos outros fatores no momento do relato. O primeiro é a seletividade da memória. A memória é seletiva e envolve, não apenas lembranças, mas também silêncios e esquecimentos. O que é narrado é, praticamente, uma reconceituação do passado de acordo com o momento presente. As pessoas não têm, em suas memórias, uma visão fixa, estática, cristalizada dos acontecimentos que ocorreram no passado. Pelo contrário, existem múltiplas possibilidades de construir-se uma versão do passado e transmiti-la oralmente de acordo com as necessidades do presente. É nesse momento, o da narrativa de uma versão do passado, que as lembranças deixam de ser memórias para tornarem-se histórias.(...) O que ocorre, é que, geralmente no momento em que as pessoas vão relatar situações de suas vidas, elas aproveitam para passar a limpo o passado e construir um todo coerente, onde se mesclam situações reais e imaginárias.

As recordações das egressas colocam de novo no coração sua fase de criança e de asilo, as colegas, as freiras, em que o tempo não se baliza por dias, meses, anos, mas pelo que foi significativo na reconstrução de um passado, que por vezes se presentifica, com repercussões de extrema relevância para a condição de casada, de dona de casa, de profissional, de doméstica,...

¹³⁶ Vani Moreira Kenski refletiu sobre a temática *Memória e Prática Docente*, que integra a Coleção Seminários –2 – do Centro de Memória de Campinas, *apud* (MENESES, 199-?, p. 109)

Renata Sieiro Fernandes (2002, p. 82), ao pesquisar *as Memórias de Menina*, expõe que:

A possibilidade de evocar imagens significativas vivenciadas no passado e de relacioná-las com o que é vivenciado no tempo atual revela um processo de resignificação das vivências, tanto das passadas como das presentes e futuras, ou seja, do que se viveu, do que se vive, do que se procura manter ou viver futuramente.

Reativar a memória das egressas, com foco no passado, para descobrir como foram seus caminhos de vida pós-instituição, portanto, não intentou tecer um itinerário sistemático, com certa linearidade sobre momentos vividos, mas, pelo contrário, tornou-se uma categoria para reconstruir trajetória não-linear, com seus condicionamentos, seus silêncios, suas amnésias, apropriação de sentimentos de alegria, suas integrações, momentos de repressão ou de medo que povoavam o orfanato.

Halbwachs (1986, p.46) reconhece a importância do ambiente vivido, no que tange à memória coletiva, porém considera mais essencial a memória individual:

...há, em todo ato de memória, um elemento específico que é a existência mesma da consciência individual capaz de se bastar.

As palavras de Halbwachs clarificam muitas reconstruções das lembranças para entendermos que cabia à entrevistada definir o que era relevante ou não narrar. Embora cada relato contenha em si mesmo o que a depoente quis oferecer, tentando reconstruir os fatos que vivenciou no Asilo de Órfãos, também se delineiam as interações com as colegas do grupo, com os membros da Instituição, com as visitas, com as pessoas da sociedade que para lá afluíam, e, nesse sentido, o individual se insere no contexto coletivo institucional, com alguns pontos comuns até mesmo em relação aos caminhos seguidos pelas egressas. Maria Isaura Pereira de Queiroz (*apud* SIMSON, 1988, p.36), fornece-nos suporte reflexivo, ao considerar que:

...o que existe de individual e único numa pessoa é excedido, em todos os aspectos, por uma infinidade de influências que nela se cruzam e às quais não pode por nenhum meio escapar, de ações que sobre ela se exercem que lhe são inteiramente exteriores. Tudo isso constitui o meio em que vive e pelo qual é moldada; finalmente, sua personalidade, aparentemente tão peculiar, é o resultado da interação de suas especificidades, todo o seu ambiente, todas as coletividades em que se insere. Não é novidade alguma afirmar que o indivíduo cresce num meio sócio-cultural e está profundamente marcado por ele.

Em que pese a instituição tê-las preparado para o destino específico da categoria órfã os relatos estão impregnados de situações diversas pós-instituição, muitas vezes por opções e razões inerentes de cada uma delas.

Destacou-se, na grande maioria das entrevistadas, a não continuidade de estudos posteriores a favor do ingresso no mercado de trabalho, por vezes, deixado, em razão de casamento, embora com os trabalhos intramuros correspondentes aos papéis de mãe e dona de casa.

Esses papéis femininos ficam bem marcados pelos subsídios da co-autora Jane Soares de Almeida (1998, p. 151) da obra “O Legado Educacional do Século XIX”, clarificando os condicionamentos a que a mulher era submetida, por razões históricas e culturais:

O regime republicano somente instituiria um Código Civil em 1916, no qual o homem chefiava a família, administrava os bens e autorizava o trabalho feminino, cabendo a ele o exercício do pátrio-poder. O amparo legal era o que menos pesava nos comportamentos ditados pela herança portuguesa e as tradições imutáveis desde os tempos da Colônia, que colocavam o homem no centro do universo social e doméstico. Assim, a posição feminina brasileira também centrava-se, principalmente, em serem as mulheres responsáveis pela reprodução e criação dos filhos na tenra idade.[...] Alçada à categoria de rainha do lar graças aos positivistas e higienistas, deveria dedicar-se integralmente à família e aos cuidados domésticos. O trabalho para as mulheres das classes média e dominante era permitido e aceito somente em casos excepcionais e necessidade extrema, como viuvez ou falência financeira.

As categorias de internas e externas e seus percursos

“Órfã é prá lavar, passar e cozinhar e mais nada”¹³⁷

A institucionalização em si mesma favoreceu procedimentos de formação diferenciada e controlada das meninas, baseada nas categorias – internas e externas. Se internas, passavam a ser formalmente definidas e denominadas como órfãs pobres; se externas, apenas como pobres, cujo ideal de educação poderia tanto ser positivo como negativo para o desenvolvimento delas.

Em consequência, todo o direcionamento de suas vidas passava a ser traçado por

¹³⁷ Reprimenda feita pela Madre Superiora à aluna interna J.B.S. que ousou aprender a tocar órgão, mediante lições ministradas por uma freira da Santa Casa, a qual também foi advertida pela Madre.

essas categorias – internas ou externas - por vezes, com gratificações satisfatórias recebendo atenções e cuidados, ou sendo submetidas a tratamentos específicos e humilhações. A Instituição, portanto, como um espaço de benemerência, favorecia as desigualdades que se expressavam, de forma absolutamente natural como demonstram as normas do Regimento Interno, tendendo a moldar a órfã na adulta idealizada e desejada como as Irmãs o eram.

Quanto à vertente feminina abastada, em colégio de elite da mesma congregação, Nossa Senhora do Patrocínio, em Itu, as meninas podiam tocar piano, em saletas individuais (CUNHA, 1999, p.100):

“O currículo adotado pelas Irmãs de São José privilegiava uma formação “humanitas” contemplando[...] lições especiais: 1º. língua inglesa e alemã; 2º. Piano e Canto; 3º. Desenho.”

Na mesma direção, também Marcílio (1998, p. 175) ressalta:

Considerava-se que não era conveniente dar às meninas desvalidas uma educação cultivada, uma “cultura de espírito superior à sua posição social” pois ela poderia despertar aspirações que não poderão ser realizadas. Era preciso inculcar nas meninas hábitos de trabalho e uma verdadeira educação moral. Por aí, já se podia perceber a tendência que dominou o ensino brasileiro até pouco tempo atrás: a existência de uma educação dualista – ilustrada, para os filhos da elite; e de caráter técnico-profissionalizante, para as categorias populares.

As egressas, ao longo da vida trilham seus caminhos, e emprestaram-nos suas vozes, passados dezenas de anos, trazendo em si recordações que deixam entrever, no jogo de olhares contraditórios, tanto os frutos positivos da educação recebida como também a forma de a instituição ter-lhes inculcado padrões de dominação, como nos elucidam Bourdieu e Passeron (1992).

Lr. M.

Lr. M., 62 anos, entrevistada em 06 de março de 1999

Categoria: interna - órfã de pai

Ingresso: aos seis ou sete anos, em torno de 1938

Saída: aos quinze ou dezesseis anos

Nacionalidade: brasileira

Estado civil: casada

Profissão: dona de casa

Graças a Deus eu tive uma vida boa e abençoada, não posso me queixar. Não tive grandes coisas, viajei bastante, curti bastante,...mas ele me deu o suficiente prá levar uma vida tranqüila. eu fazia o serviço de casa e acompanhava as crianças até a escola levava no catecismo, jazz, judô, e também ficava no escritório com meu marido. Os meus filhos... estão todos encaminhados.

A inserção de **Lr.M.**, na classe social média-alta de Campinas, como ela mesma explicita, deu-se em razão de seu casamento, tendo que superar obstáculos preconceituosos, enfrentando, nesse período de espera, muitos empregos - “Quando eu saí do Colégio da Santa Casa, com 15 anos, fui fazer um curso de enfermagem em São Paulo, da mesma Congregação, lá na Janice Prado, que era anexo à Santa Casa, pertinho, onde eu fazia estágio. Eu comecei e não deu certo”.

Lr.M. entrelaça fatos, deixando entrever que a temporalidade construída por ela traz discordâncias com a idade que dizia ter no momento da entrevista - “Cresci, me casei lá com 29 ou 30 anos, fiz minha Primeira Comunhão”. Somente 14 anos mais tarde, ela se casou e teve dois filhos. Nesses catorze anos, alternou vários empregos - “no Penido, depois na Maternidade, também no comércio, e depois nos Funcionários Públicos”. Esses dados demonstram um itinerário de mercado de trabalho por longo tempo e ingresso tardio como mãe e dona de casa.

O seu casamento aos 30 anos, que ela considerou já “estar bem velha” foi resultado de longa batalha para superar discriminações – “Ah!... eu casei com 30 anos, eu não trabalhei mais e com 31 já nasceu a minha primeira filha”. Isso denota a opção por deixar o emprego para criar os filhos e dedicar-se à casa e ao marido, assumindo o papel de esposa, respeitado na cultura e resgatando-lhe a auto-estima. “Sofri algum preconceito por ter estudado lá na Santa Casa, porque quando eu conheci o meu marido, ele era da alta sociedade, e eu fui discriminada. Inclusive, nós namoramos por 11 anos e ficava naquele vai e vem, volta e ele ficou noivo de outra e eu namorei um outro, foi terrível”.

Conta que o amor falou mais alto, pois casaram e nasceram os filhos. “Às vezes, essas coisas até fortalecem o amor. Foi uma vitória, venci, casei com a pessoa que eu quis e ele me amava muito mesmo”.

Conseguiu um bom *status* de vida. No percurso de sua vida a religiosidade esteve e está presente até hoje. “Por mais difícil que seja a vida, tendo Deus a gente supera. Em todos instantes da minha vida, nas horas difíceis, Ele sempre esteve presente”. Manteve contato com as freiras depois que se casou. “Já havia pouca freiras, de minha época no

colégio. Eu estou sempre lá, apesar de que agora não tem mais freira lá, acabaram com tudo” . A religião, como reitera **Lr. M.**, acompanha-a sempre. “Vou muito à Igreja Matriz do Carmo e atuo em pastorais.”

M.H

M.H., 51 anos, entrevistada em 13 de março de 1999

Categoria: interna - órfã de mãe (embora a mãe estivesse viva)

Ingresso: aos seis ou sete anos em 1^o de março de 1944

Saída: em 30 de novembro de 1946

Nacionalidade: brasileira (filha de pai libanês)

Estado civil: divorciada

Profissão: relações públicas (aposentada)

Não consegui superar as marcas do internato em minha vida, embora tenha me casado, tido um filho e trabalhado em empresas conceituadas, como relações públicas, sinto-me em segundo plano. Por mais que me esforçasse para realizar-me profissionalmente, pois meu casamento desmoronara, não consegui valorizar-me. Senti-me sempre pisada, seqüelas das humilhações, embora tenha sido premiada como boa funcionária

M.H., sofrida, carregando um fardo de recordações, parece ter-se afastado do presente para mergulhar no atrás onde se alocam traumas não superados, evoca lembranças que sobem à tona, com idas e vindas, para possibilitarem a releitura das experiências vividas sob esse pano de fundo revisitado, projetando-as para o hoje, até mesmo para relativizá-lo ou restituir-lhe o seu sentido, num processo de reconstrução/construção. “Não consegui superar as marcas do internato em minha vida, embora tenha me casado, tido um filho e trabalhado em empresas conceituadas, como relações públicas, sinto-me em segundo plano”.

Mas ela procurou superar traumas. “Por mais que me esforçasse para realizar-me profissionalmente, pois meu casamento desmoronara, não consegui valorizar-me. Senti-me sempre pisada, seqüelas das humilhações, embora tenha sido premiada como boa funcionária”.

No relato, percebem-se as idas e recuos, sempre retornando ao mesmo ponto: o abandono da mãe como causa do seu internato- “Meu pai internou-me no orfanato porque minha mãe teria morrido. Na verdade, ela o abandonou”.

M.H. relatou traumas insuperáveis em sua vida. “No dia do meu casamento em 1959, eu casei com 21 anos, minha mãe apareceu na Igreja. Foi um susto.[...] Nunca fui feliz. Meu pai internou-me no orfanato porque minha mãe teria morrido.”

Teve madrasta a quem se dedicou. “Meu pai arrumou uma companheira, que considerei minha madrasta e cuidei dela até que ela morreu. Quando saí do orfanato da Santa Casa, meu pai quis matricular-me no Colégio Ave-Maria, mas como as freiras não me aceitaram por ser filha de desquitado, fui para o Colégio Assunção, em Piracicaba, da mesma Congregação do Asilo de Órfãos.” Como **M.H.** era imigrante, as freiras de Piracicaba, pelo modo como a tratavam, revelaram manifesta rejeição a uma etnia específica. “Lá sofri muita discriminação. Chamavam-me de ‘turca’, ‘sua turca’, mesmo as freiras assim se dirigiam a mim”.

Na sua vida escolar, passou por outra instituição: “Estudei depois no Colégio Progresso, até terminar o ginásio. Minha madrasta dizia que, na nossa raça, mulher não precisa estudar, bastava saber cuidar da casa”.

M.H. tende a remodelar experiências vividas em categorias nítidas, como nacionalidade, ser filha de desquitado, para justificar o presente. “Quando me separei de meu marido, foi duro enfrentar o mundo do trabalho, pois não fora preparada para isso”.

Cabe ressaltar que tanto o Colégio Ave Maria como o Assunção, ambos confessionais, discriminaram-na, cada um de uma forma, gerando-lhe um acentuado desvalor pessoal, não cabendo, portanto, responsabilizar o Asilo de Órfãos pelas suas seqüelas na vida adulta. A sua aceitação no Colégio Progresso parece não ter significado uma conquista, talvez, porque sua madrasta tenha endossado a não necessidade de continuidade de estudo a mulheres da raça turca.

Percebemos que **M.H.**, mesmo tendo conquistado espaço no mercado de trabalho, não introjetou essa qualificação, pelo contrário, se marginalizou, fechando-se em si mesma, com pouco convívio social, comprometendo sua auto-estima. As raízes da auto-anulação parecem se encontrar nas condições estruturais familiares, cujos pontos focais do problema emergiram explicita e implicitamente da história de vida de **M.H.** Qualquer instituição de ensino ou de educação, qualquer emprego não teve um significado importante para ela, pelo fato de as seqüelas de infância situarem-se em dimensões psicológi-

cas com desdobramentos no comportamento social, como entende Halsbwachs (1968, p. 65):

“Quando nos indicam com precisão o caminho que tínhamos que ter seguido, aquelas marcas sobressaem, nós as ligamos uma a outra, elas se aprofundam e se religam por elas mesmas”.

Cel

***Cel*, 64 anos, entrevistada em 06 de março de 1999**

Categoria: interna - órfã de pai

Ingresso: aos oito anos, em 1943

Saída: aos 15 anos, em 1950

Nacionalidade: brasileira

Estado civil: casada

Profissão: costureira

Muitos momentos eu tive de tristeza no meu casamento, pois meu marido bebia e era demasiadamente ciumento e, às vezes agressivo, eu me refugiava na máquina de costura, que está até hoje no canto da mesa da sala e eu a chamo de “minha companheira”.

Figura 29: *Cel* fotografada no dia 27.10.99.
Fonte: Acervo particular da Entrevistadora



As informações fornecidas por *Cel* referem-se ao itinerário individual e a sua história dentro do casamento. Rememora os sete anos que passou no Asilo, de 1943 a 1950, em razão da morte do pai e do novo relacionamento da mãe: “minha mãe se juntou a outro homem, que não me aceitava porque eu já tinha oito anos, apenas aceitava minha irmã menor”. Seu discurso

revela que a mãe estava impossibilitada de cuidar dela para se dedicar exclusivamente ao companheiro, com o fim de priorizar o novo relacionamento, preterindo a filha mais velha.

Em 1950, saindo de lá, com 15 anos, foi morar com a avó e dois tios solteiros, iniciando-se no mercado de trabalho. “Na Têxtil Guanabara, mas fiquei menos de um ano, pois a firma fechou e arrumei emprego na fábrica ao lado – Gibrain - mas só fiquei 4 meses”. Finalmente, foi morar com a mãe, e logo depois casou-se . “Casei com 16 anos de idade e tive 3 filhos”.

Lembra-se que no primeiro Natal que passou com a mãe, ganhou dela um corte de tecido verde-água com estampa rosa e verde escuro para fazer um vestido. A costureira estragou o corte. “Sofri uma grande decepção, eu tinha apenas 14 anos, e decidi, naquele momento, que, dali em diante faria as minhas próprias roupas”. A decepção incentivou sua profissionalização- “Fui aprender e me tornei excelente costureira, fazendo inclusive vestidos de noiva e alta costura”.

Cel transpôs à máquina de costura a condição de confidente, pois as circunstâncias desfavoráveis de seu casamento favoreceram essa identidade com um objeto. “Muitos momentos eu tive de tristeza no meu casamento, pois meu marido bebia e era demasiadamente ciumento e, às vezes agressivo, eu me refugiava na máquina de costura, que está até hoje no canto da mesa da sala e eu a chamo de “minha companheira”.

O depoimento de *Cel* nos impele a supor que tenha constituído um casamento sem conhecer a trajetória individual de seu marido, provavelmente a causa de seu sofrimento, aceito com resignação, na sua vida.

Ci.

***Ci.*, 72 anos, entrevistada em 02 de fevereiro de 2000**

Categoria: interna - órfã de mãe

Ingresso: aos sete anos, em 1945

Saída: aos 45 anos, em 1983

Nacionalidade: brasileira

Estado civil: casada

Profissão: auxiliar de enfermagem (aposentada)

Quando eu saí, as freiras tinham ido embora, eu já tinha passado dos dezoito, já tava quase com 28-29 anos, já tinha passado da época de estudar. Tinha vontade mas... achavam que já tava velha prá estudar... ninguém incentivou, não tive ninguém que me

desse um empurrãozinho, então, fiquei só prá trabalhar. Fui criada prá trabalhar: lavar, passar e cozinhar, estava presa também no serviço ali... eu já me acomodei lá. Já tava registrada, mas eu podia ter estudado, feito qualquer coisa, mas faltou aquele empurrãozinho, né?

Figura 30: **Ci.** fotografada no dia 02.02.00
Fonte: Acervo particular da Entrevistadora

A trajetória de vida de **Ci.** inclui 38 anos dentro da Santa Casa de Misericórdia de Campinas- “Entrei lá em 1945, com sete anos e saí em 1983, quando eu me aposentei. Agora estou com setenta e dois anos”. Como a mãe dela, que trabalhava na própria Santa Casa, contaminou-se com tuberculose,



lá falecendo, as freiras ficaram com a órfã, qua lá cursou até a 4^a. série. **Ci.** carregou pela vida marcas de discriminação. “Eu não esqueço que era marcada por causa de minha cor”. Sentia bem isso nos folgedos. “Ao brincar de passar anel, todo mundo estava presa porque era princesa, era rainha não sei do quê, a outra porque era bonita, a outra florista. Eu ficava presa, não sabia porque, era içá? Me chamavam de formiga içá, besoução”. **Ci.** guardou seqüelas da discriminação em sua vida. “A freira me ofendia com brincadeiras de mau gosto. Aí eu falava: ‘Por que as outras é princesa, e eu era içá?’ Aí eu comecei a pôr aquilo na cabeça, fui me ignorando por causa disso”.

As experiências de vida de **Ci.** refletem a segregação de que foi vítima, reiterando a exclusão do negro em Campinas, para funções e cargos não destinados a ele no imaginário social; e refletem também as vantagens auferidas pela filantropia, como trabalho não remunerado, a uma menina, inclusive, com seus doze anos. Sempre cabe relembrar as palavras de Lapa (1995) quando conferia ao Asilo de Órfãos a conotação de escola de domésticas. Vontade de estudar ela teve, porém não conseguiu qualquer oportunidade.

Ci. não conseguiu continuar seus estudos, nem no Externato Santana, por ser de outra congregação religiosa, e nem na Escola Normal, em razão da categoria cor, voltando para a Santa Casa como serviçal, conforme ela mesma conta. “Era prá continuar estudando na Escola Normal, que algumas meninas estudavam lá”. Tal fato se deu, provavelmente em torno do ano de 1948 ou 1949, quando *Ci.*, já tinha terminado o curso primário no Asilo. “Arranjavam lugar para mim, mas eu, infelizmente não...(silêncio) naquele tempo, a Escola Normal não aceitava meninas de cor. Aí, eu voltei prá Santa Casa e as irmãs tava precisando de uma menina prá ajudar no serviço de lá, porque naquele tempo tinha muito pouco funcionário”.

Sua vida de trabalho centrou-se na Santa Casa. “Fiquei três anos trabalhando, cama, mesa e ajuda de custo das religiosas até que eu pegasse 15 anos prá ser registrada como funcionária e fiquei até agora em 83, até me aposentar”.

Guarda uma frustração de não ter continuado os estudos. “Não pude estudar mais, ninguém me incentivou. A minha madrinha, criada também com as freiras, tanto é que ela morou lá dentro da Santa Casa, ela falava prá gente: ‘Prá que estudar?’ Da sua família ninguém estudou”.

Teve realmente seus sonhos cortados. “Você tem é que trabalhar prá sobreviver . Não deixava a gente pensar alto, cortava. Era também a mentalidade da época. Então, eu fiz até o quarto na.” Poderia ter sido uma enfermeira. “Quando eu quis fazer enfermagem, essa religiosa já estava trabalhando, que já era minha dona, não deixou”.

A submissão, naquela época, não permitiu insurgir-se. “Hoje eu acho que eu fui escravizada, mas naquele tempo a gente não tem noção, então você fica sempre devendo um favor prá quem te esticou a mão. Hoje eu compreendo assim, naquele tempo a gente era uma máquina”. Pela leitura do relato de *Ci.*, a causa de sua marginalização social e das barreiras quanto à continuidade de estudos, de seu desalento, de sentir-se escravizada- *uma máquina*- resumia-se à categoria: “cor”, sem desconsiderar que ela não possuía familiares que pudessem acolhê-la. A discriminação racial, em Campinas, em especial referente aos negros, foi sobejamente analisada por Maciel (1987)¹³⁸.

E em toda a sua trajetória profissional como serviçal ao lado das religiosas, a única porta que se lhe abriu foi a da Santa Casa, todavia, em contrapartida, também usu-

fruiu dessa marginalização. Ficou explicitada em sua vida a submissão e humildade, tendo cultivado o espírito de servir a Deus através de sua dedicação à santa Casa, seguindo os ditames das Irmãs de São José. “Eu era muito obediente, então trabalhava assim num ritmo. Então a gente é sempre grata. Por mais que você fizesse...Nunca... nunca está à altura. Nunca. Então foi desde sete anos que aprendi isso lá”. O advérbio *lá*, denotando onde aprendera a submissão, elucida bem a superserviência da raça negra não só na sociedade elitista de Campinas, mas nas atitudes das freiras que operacionalizavam a benemerência.

Esse preconceito foi amenizado pelo respeito que os médicos tinham por uma enfermeira, a Nena, mulata clara, criada lá também, era da cor da filha de **Ci**. “Era uma das enfermeiras mais bem conceituadas lá, sem ter estudo, pois tudo tinha aprendido com os médicos. O importante disso tudo é que as freiras respeitavam a Nena, independente da cor e isso me ajudou a superar meus traumas. Respeitaram mesmo até o fim. Ela saiu de lá só prá morrer. Com preto, sem preto ela ficou!” (risadas) As risadas conotam, possivelmente, traumas em razão de cor já se amenizando. E **Ci** ficou como atendente de enfermagem, ajudando na Santa Casa, mas aos 30 anos não morava mais lá, só trabalhava. “Quando veio a escola de enfermagem, mudou muito, a gente aprendeu muito, com mais acesso às enfermarias, aos médicos, aos homens, aos funcionários, né? Aí sim, fui abrindo mais a cabeça”. A filha de **Ci** estudou em colégio de freira, no Madre Cecília. “Algumas alunas foram prá lá, quando terminou aquela parte do internato, aí foram pegando a parte delas, né?... minha filha entrou lá, na parte da Madre Cecília... não ... da... Nossa Senhora do Calvário”.

O percurso de vida de **Ci** oferece valiosas informações para serem referência às atitudes discriminatórias, bem próprias da elite campineira e da Congregação de São José de Chambéry, cuja freira contrapunha a princesa à içá, numa manifesta marginalidade social face às categorias – cor, orfandade, pauperismo. “Mas, tenho hoje uma grande alegria, minha filha e minha neta, que moram comigo, diz **Ci**. Somos uma família.Feliz”.

¹³⁸ Ver a respeito de discriminação ao negro em Campinas, Maciel (1987)

L.

L., aproximadamente 65 anos, entrevistada em 10 de abril de 2000

Categoria - interna: órfã de mãe

Ingresso: sem idade mencionada, em torno de 1941

Saída: sem dados exatos

Nacionalidade: brasileira

Estado civil: solteira

Profissão: formação em Curso Comercial (sem exercer)

Estudei no Colégio São Luís porque não quis fazer Curso Normal, eu não tinha vocação para ensinar. Madrinha não quis que eu trabalhasse. Sempre tive de tudo. Freqüentei a alta sociedade e sempre me vesti muito bem. Tive uma educação muito refinada. Madrinha me levou para os Estados Unidos, para a Europa e conheci muitos lugares.

L. em seu testemunho, manifestou que a Escola das Irmãs de São José, como denominou o Asilo de Órfãs, foi um tempo de poucas lembranças, à exceção da madrinha. “Do Colégio das Irmãs de São José, praticamente nada me lembro, apenas que algumas eram mais bravas, mas evito lembrar desse tempo.”

Pela memória seletiva, **L.** lembra-se do que lhe abrandou o estigma de ser interna no Asilo de Órfãs. “Apenas recordo-me bem que eu tinha minha madrinha que começou a me levar passear, a passar o domingo com ela e eu me acostumei com ela e ela comigo. Nasceu uma afeição muito forte. Daí ela me levou em definitivo para morar com ela e me preparou um quarto muito bonito”.

Essa entrevista, inversamente da grande maioria, revelou que a “escola” foi o elemento chave para a sua melhoria de posição social. Insurge no depoimento, uma incursão da entrevistada na vida da entrevistadora, como uma digressão, para demonstrar que não mais era vítima da estratificação social, como produto do estigma institucional, que se nega a lembrar.

Todavia, o lembrar-se da casa da entrevistadora lhe apaga qualquer diferença social. “Sabe, Ana Maria, eu me lembro tão bem de sua casa, com o belíssimo jardim de hortênsias, na rua General Osório, perto da Santa Casa, onde eu ia com minha madrinha que era amiga de sua família”. E insiste na interação social. “Lembro-me de que sua mãe e sua tia freqüentavam minha casa, e mesmo você, Ana Maria, foi lá muitas vezes, não é mesmo?”.

Essa transposição permitiu à entrevistada integrar-se em outro grupo social, onde havia interação de papéis e *status* unidos por uma identidade que a diferenciava do status de asilada, para pertencer a uma família.

Segundo a teoria de Greimas (1986), o seu discurso, nesse particular, visou reiterar a certeza de ser igual. E continua a depoente a descrever sua madrinha, com os atributos da casa, através do superlativo “belíssima”, agregando a sua nova família uma categoria social. Ela me tirou do colégio da Santa Casa, em definitivo, e cuidou de mim com desvelo maternal, embora fosse solteira, na sua belíssima casa.” E reitera seu novo status, deixando de pertencer ao grupo das internas. “Madrinha conduzia um grupo de meninas bandeirantes, ou seja, um grupo de jovens da alta sociedade campineira que se associava, com belíssimo uniforme, para aprender várias coisas semelhantes a escotismo”. Seu discurso visa até demonstrar que de interna passou a ser visita na Santa Casa. “Inclusive iam à Santa Casa visitar as alunas e entretê-las com folguedos, esconder ovos de Páscoa na gruta, e muitas outras atividades de lazer. Portanto, minha casa vivia cheia”.

Novamente, o discurso utilizado remete à concepção de pertença pelo emprego do possessivo *minha* antecedendo *casa*. A sequência do relato de *L* evidenciou, com absoluta nitidez, o porquê de sua rejeição em lembrar-se do seu tempo de colégio as Santa Casa, pois passara a um patamar, em Campinas, da mais alta sociedade, vivendo não mais de gestos de filantropia, mas, pelo contrário, em uma casa e com uma madrinha que encabeçava a filantropia, da qual *L* já havia se libertado. “Estudei no Colégio São Luís porque não quis fazer Curso Normal, eu não tinha vocação para ensinar”.

E seu novo *status* não lhe permitiu integrar o mercado de trabalho. “Madrinha não quis que eu trabalhasse. Sempre tive de tudo. Frequentei a alta sociedade e sempre me vesti muito bem. Tive uma educação muito refinada. Madrinha me levou para os Estados Unidos, para a Europa e conheci muitos lugares”.

Portanto *L*, além de passar a viver na fartura, limitou-se a fazer curso técnico, pois jamais precisaria de qualificação para o trabalho, uma vez que sua madrinha tinha bens suficientes para levá-la, inclusive, a viagens ao exterior. E, vale lembrar, que Campinas, naquela época, década de quarenta, valorizava o status de professora à mulher. Vale lembrar as palavras de (NASCIMENTO, 1999, p. 80 e 94) em seu estudo sobre a

Escola Normal de Campinas, em capítulo específico do trabalho integrado do Centro de Memória de Campinas:

A preponderância do número de matrículas da seção feminina sobre a masculina vai se mostrar uma constante durante toda a história deste estabelecimento, caracterizando-o como uma escola predominantemente feminina.

A Escola Normal Carlos Gomes de Campinas foi uma das pioneiras que penetraram no interior do estado de São Paulo capacitando cultural e tecnicamente o professor primário, preparando-o para a docência dentro dos parâmetros do ensino renovado.

Enfim, **L.** foi a única que teve uma mudança radical de vida, no que diz respeito lazer, vida familiar e ampliação espacial de vivência, transpondo os limites de Campinas, para conhecer grande parte do mundo; de pertencente à classe dominada passou a integrar a classe dominante. “Continuei morando no casarão, inclusive cuidando, por três anos, de um irmão de Madrinha, que morava ao lado e estava muito doente. Quando ele faleceu, deixou tudo para mim. Vendi o casarão e comprei o apartamento onde moro hoje”.

Obviamente, tendo passado a viver com sua madrinha, que fazia benemerência em obras sociais, como o próprio Asilo de Órfãos, **L.** incorporou esse capital cultural e reproduziu os gestos de sua madrinha, dedicando-se à filantropia em Campinas, reproduzindo os passos da sua protetora, espaço garantido à classe mais privilegiada em prol dos menos favorecidos, como ela relata. “Trabalho voluntariamente há 26 anos em um Clube de Mães, na periferia de Campinas. Costumo ir lá toda semana, mas agora, em razão de problemas de saúde, às vezes não vou. Recebo muitas visitas em meu apartamento, pois cultivei muitas amizades, Graças a Deus”.

Sua análise de vida revela realização social e efetiva inserção na família substitutiva. “Tenho ótimas amigas da sociedade. Tenho também minha irmã, que é professora aposentada de um colégio particular de Campinas, e sempre nos vemos. Posso dizer que tive e tenho uma vida muito feliz.. Não me casei. Com minha querida madrinha construí minha família, pois até hoje os parentes dela, ainda vivos, posso dizer que são meus também, me procuram com muita alegria”. Embora **L.** não use o sobrenome de sua madrinha, que talvez não tenha sido incorporado ao seu nome, sente-se membro efetivo de uma família de renomado prestígio nesta cidade e do que muito se orgulha.

Sua passagem pelo Asilo de Órfãos não lhe moldou personalidade submissa, mas refinada, pelo ambiente familiar e social vivenciado pós-confinamento.

A.O.**A.O., 75 anos, entrevistada em 25 de fevereiro de 2000****Categoria: interna - órfã de mãe****Ingresso: aos onze anos, em 1936****Saída: em torno de 21 anos, em 1946 ou 1947****Nacionalidade: brasileira****Estado civil: casada****Profissão: governanta (em exercício)**

Casei-me aos 25 anos de idade e fiquei muito tempo sem trabalhar fora.

Figura 31: **A.O.** fotografada no dia 25.02.00
 Fonte: Acervo particular da entrevistadora



A.O. órfã de mãe, aos 9 meses de idade, ao retratar sua vida menciona ter saudade daquele tempo feliz no Asilo, lá colocada pelos padrinhos em 1936, aos 11 anos de idade. Permaneceu por mais de 10 anos na Instituição, e, embora relate muitas vezes ter sido expulsa

das aulas de bordado, acabou por tornar-se ajudante da Irmã J. na sala de bordados, substituindo a Amanda que tinha ficado tuberculosa. De modo pitoresco, **A.O.** conta como isso ocorreu: “A Irmã pediu a Deus que lhe mandasse uma ajudante, eu cheguei e bati na porta da sala e me ofereci. A Irmã confessou que ficou até desanimada e pensou: ‘Meu Deus! Será que é essa a ajudante que Deus está me mandando?’ e acabou ficando comigo”. No entanto a freira parece não se ter decepcionado com a nova ajudante. “Por fim, eu me mostrei excelente ajudante, trabalhando bastante, com capricho, bordando, engomando a murça das freiras, bordando toalhas para o altar”.

“Eu ainda tenho uma toalha de mesa em ponto de cruz que bordei em quatro anos, uma perfeição, tanto no direito como no avesso”. Evidencia-se, também nesse dizer a vida, a força do trabalho manual.

Na evocação do percurso de *A.O.* ressalta a busca de profissionalização que deveria balizar sua vida, estudando na Escola Técnica de Comércio Campineiro por dois anos, rendendo-lhe trabalho em um escritório no Jardim Chapadão. Seu casamento foi motivo para interrupção do trabalho fora. “Casei-me aos 25 anos de idade e fiquei muito tempo sem trabalhar fora”. Interessante ressaltar que para *A.O.* o trabalho não se extinguiu com o casamento, uma vez que apenas deixou de exercer trabalho externo, mas passou a exercer outro tipo de trabalho na condução da casa e da família. Entretanto, pela sua fala, parece não ter tido esse discernimento de que trabalho dentro de casa, ou seja, doméstico, é também trabalho e deveria ser valorado como tal, temática bem analisada por Almeida et al (1998).

As atividades e situações vividas por ela como “dona de casa” perduraram por vinte e cinco anos, retornando ao trabalho fora de casa, aos 50 anos de idade: “arrumei emprego como governanta da casa de um médico e, há 25 anos trabalho lá”. Atente-se que a capacidade produtiva externa de *A.O.* renasceu aos 50 anos de idade e remanesce até aos 75 anos, sem demonstrar interesse em interrompê-la. No entanto, é uma atividade de caráter doméstico, pertinente ao perfil preceituado na política educacional às órfãs. Outro ponto que balizou seu relato foi a referência a duas antigas colegas do Asilo, que eram irmãs, e tornaram-se freiras: *El.* e *Fl.*, ambas morando até hoje em Itu¹³⁹.

Também *A.O.* envereda no âmbito da filantropia ao identificar seus padrinhos, pertencentes à elite campineira, detentores de sobrenome da mais alta estirpe, ele, pertencente à Irmandade de Misericórdia, os quais costumavam doar muitos mantimentos para o Asilo e, muitas vezes, pegavam as meninas e levavam todas para passear na suntuosa fazenda circunvizinha a Campinas onde moravam. Fica aqui a representação das pessoas de posse e das carências das meninas pobres merecedoras de caridade. Apropriando-nos das palavras de Geremeck (s./d., p. 290):

“A atividade filantrópica, traduzindo o desejo humanitário de socorrer outrem, permite que o benfeitor mostre a sua riqueza e afirme publicamente o seu prestígio social.”

Revelou-nos *A.O.* que continuou a ter contato com as Irmãs, quando elas já moravam em Itu ou em Taubaté, através de correspondência, disponibilizando-nos uma

¹³⁹ Embora tivéssemos tido acesso aos nomes das egressas que se tornaram freiras, não conseguimos contactá-las, por terem deixado a congregação e se casado, provavelmente tendo-se mudado de Itu.

carta para integrar esta pesquisa. Constatamos que, por essa época, 1980, data da carta, a Igreja Católica estava passando por processo de reformulação do clero¹⁴⁰, o que permitia que a manifestação de afeto se evidenciasse, impossível quando a congregação estava sob a égide das máximas de perfeição e das antigas constituições.

Taubaté, 15-6-980

Mui querida A.

Bom dia! Como está passando em companhia de todos que lhe são caros? Todos bem? É o que espero e diariamente suplico a Deus N. Senhor.

Demorei em responder sua missiva, por não ter um minuto disponível.

Sente-se feliz, com mais uma linda neta, mais uma alma para amar e servir a Jesus. Não é assim? E a filha Ana Maria continua bem? É o que espero.

O hospital Santa Isabel que se achava fechado, começou a funcionar com 80 leitos. A Casa São Francisco desligou-se e acabou o convênio com o hospital. Orações e sacrifícios é que não faltam, suplicando ao Altíssimo auxílios, a fim de que os Velhinhos possam continuar a ser tratados aqui, em companhia das irmãs. Graças a Deus, desde que a Casa São Francisco separou do Hospital, temos recebido alguns auxílios. Continue rezando. As suas orações são muito valiosas diante de Deus.

Eu vou como Deus é servido. Bastante triste por ver a Irmã M. Natália muito doente. Há tempo, estava mais ou menos. O mês de maio passou todo acamada sem levantar. Três médicos foram chamados e pouca para não dizer nenhuma melhora teve. Só Deus é que sabe, o que se passa em meu coração, em vê-la no estado em que se acha. Nem visitas quer receber. Todos que a conhecem querem visitá-la, mas ela não aceita. Por hoje, termino porque tenho pouco tempo para dispor. Reze muito por mim e sobretudo para Irmã M. Natália, se for da vontade de Deus que ela sare logo, a fim de continuar a trabalhar com as queridas velhinhas, as quais estão muito tristes e acham muita falta, como eu também, pois há tantos anos vivemos e trabalhamos junto.

Pedindo a Jesus, Maria e S. Losé abençoá-la em tudo e sempre, sou a irmã e amiga que jamais pode esquecer-la.

Irmã M. J.¹⁴¹

Be.

Be., 27 anos, entrevistada em 19 de fevereiro de 1999

Categoria: externa (no Externato Madre Cecília) - mãe separada

Ingresso: aos sete anos, em torno de 1978

Saída: aos catorze anos, em torno de 1985

Nacionalidade: brasileira

Estado civil: casada

Profissão: balconista (não em exercício)

Enfim, era gostoso ir lá, e para mim foi uma chance de estudar e ter onde ficar o dia todo. Me casei e trabalhei no comércio e não trabalhei mais. Uma das minhas colegas conseguiu se formar professora e passou a dar aulas no Curso primário, lá mesmo. Eu

¹⁴⁰ A reformulação do clero iniciou-se com o Concílio Vaticano II, em 1962; seguido dos Concílios de Puebla, Medellín e Santo Domingo, inaugurando uma nova maneira de a Igreja Católica estar no mundo, saindo do imobilismo, preocupada com o binômio Deus e o homem histórico, gerando uma reforma da Liturgia, com celebrações mais simples, acessíveis aos fiéis.

¹⁴¹ Esta carta a nós entregue pela informante e autorizada a integrar este trabalho demonstra a continuidade de contato com as Irmãs, evidenciando o cultivo de vínculos de amizade.

não pude continuar a estudar.

A entrevistada de **Be.** permitiu fazer um breve cotejo entre o Asilo de Órfãos e o Colégio Madre Cecília, também conhecido como Nossa Senhora do Calvário, que tendo recebido as internas do Asilo de Órfãos da Santa Casa na década de 50, também dava atendimento à infância pobre. Embora ela soubesse que muitas meninas órfãs da Santa Casa foram para lá depois que fechou o Asilo, **Be.** não conheceu nenhuma, pois, por esse tempo, provavelmente já não havia internato lá, somente externato. No entanto, a entrevista trouxe-nos um pouco do cotidiano da instituição, o que permitiu inferirmos como deveria ter sido a vida das internas do Asilo para lá transferidas.

Relatou **Be.** que sua mãe precisava trabalhar e não tinha condições de ficar o dia inteiro com as duas crianças. “Aí minha mãe conseguiu colocar-me lá, no Colégio Madre Cecília da primeira até a sétima série; eu ficava o dia inteiro e o meu irmão ficava no Allan Kardec”.

As atividades das externas no Madre Cecília eram diferentes das tarefas das externas do Asilo de Órfãos da Santa Casa, mas assemelhavam-se às incumbências das internas, demonstrando que as para lá destinadas, continuaram com os trabalhos domésticos paralelos às aulas, na mesma proposta de educação às desvalidas. “Eu era externa, de manhã tinha aula, depois do almoço, uma turma limpava o salão onde a gente almoçava e a outra turma lavava a louça, sempre revezava um pouco”.

Figura 32: **Be.** fotografada no dia: 19.02.99
Fonte: Acervo particular da Entrevistadora



“Depois subíamos para o estudo e às 3 horas tinha lanche, e às 5 horas íamos embora. De manhã não entrava pelo portão que os alunos do externato entravam, entrava pelo internato, uma quadra antes, pela ... na Maria Monteiro, aquela que desce em frente.”

Na rotina diária conta

Be. que “tomava café da manhã lá e depois eu descia lá pra escola lá embaixo, estudava. Estudava junto com as meninas que pagavam. Usava uniforme igualzinho, a mesma coisa: uma blusa branca, manguinha verde. A saia era verde musgo”. Portanto as pobres não eram segregadas, pois as aulas eram em comum.

As palavras de **Be.** mostram a padronização de práticas educativas às alunas pobres em relação à limpeza dos ambientes, e a discriminação de não poder entrar pelo portão das alunas pagantes, mas para ela isso era natural, como preceituam Bourdieu e Passeron (1992). Tinha que vir de uniforme, à exceção da sexta-feira. No todo, o tratamento era igual. Todas as alunas, as ricas e as pobres jogavam queimada nas quadras do recreio, brincavam, só que as ricas não faziam serviço de limpeza.

Be. conta que o ingresso no trabalho impediu-lhe continuar o curso de datilografia subsidiado pelas freiras. “Comecei a trabalhar com 14 anos e o dinheiro era só meu, porque as freiras cortaram o meu curso de datilografia que elas me pagavam numa escola do centro da cidade. Ou eu estudava a datilografia, ou eu iria trabalhar”.

Na visão da entrevistada, seu tempo de Madre Cecília foi muito positivo, pois para ela, houve um atendimento essencial à sua infância, e sentia-se feliz, embora percebesse alguma diferença de tratamento. “Eu precisava ficar lá, mas algumas freiras tratavam melhor as riquinhas, faziam diferença. Eu fui feliz lá e até hoje vou visitar as Irmãs, e levo meus filhos para passear lá. Eu não pude continuar a estudar”.

Mesmo **Be.** tendo freqüentado o Colégio Madre Cecília, como aluna pobre, e sujeita a serviços domésticos, emergiram semelhanças e dessemelhanças quanto Ao Asilo de Órfãs da Santa Casa, provavelmente pelos princípios de cada congregação religiosa.

H.G.S.

H.G.S., aproximadamente 62 anos, entrevistada em 20 de janeiro de 2001

Categoria: externa – tem pai e mãe

Ingresso: não se recorda

Saída: aos 18 ou 19 anos, sem precisar a data

Nacionalidade: brasileira

Estado civil: casada

Profissão: dona de casa

O ponto que mais marcou **H.G.S.**, aluna externa, pelo seu olhar, foi a boa qualidade do ensino ministrado. “Minha formação foi muito boa. O estudo era muito forte, até acho que o 4º. ano era da qualidade de um curso colegial. Hoje eu até sei mais que muita gente que não responde as perguntas do programa do Sílvio Santos”. A memória dos mais idosos presentifica o passado, dá-lhes significado, como diz Bosi (1994, p. 413):

“...pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual”

Também **H.G.S.** constituiu família, dedicando-se ao lar, transmitiu para seus cinco filhos a formação adquirida na Instituição, com base na religião, obediência e respeito aos mais velhos, e considera que todos têm boa educação. “Nunca tive problemas com meus filhos porque eduquei do jeito que fui educada. Não aceito que me chamem de você. Aqui não tem isso, não. É preciso religião para se ter respeito”.

Engr.

Engr., 70 anos, entrevistada em 25 de fevereiro de 2001

Categoria: externa - tinha pai e mãe

Ingresso: em 1938 ou 1939

Saída: em torno de 1942 ou 1943

Nacionalidade: brasileira

Estado civil: solteira

Profissão: não declarada

...a formação que recebi no colégio ajudou muito para eu criar a sobrinhada. Hoje estou com 70 anos e dedico-me a cuidar de quem precisa, acho que sempre gostei disso.

Engr., como aluna externa, tinha amizade com as órfãs - No recreio do pátio interno, eu ficava perto delas e comia o lanche que as Irmãs preparavam. “Eu trazia lanche de casa, mas comia o meu na rua, só para ganhar pão com manteiga puríssima servido pelas freiras no recreio. Às vezes, tinha manjar branco, pudim e muita coisa gostosa.” Conta que gostava de adular a Irmã para poder bater o sino no pátio do chafariz.

Teve contato e amizade com as órfãs, mas não consegue declinar nomes. “Não me lembro bem do nome das órfãs, já faz tanto tempo, mas a gente brincava junto de:

barra-manteiga, pular corda, passa anel, peteca, amarelinha, esconde-esconde. Bons tempos”.

Engr. não se casou, optou por ser solteira e dedica-se aos sobrinhos. Não continuou os estudos. Reconhece a qualidade da educação recebida com repercussão em sua vida. “A formação que recebi no colégio ajudou muito para eu criar a sobrinhada. Hoje estou com 70 anos e dedico-me a cuidar de quem precisa, acho que sempre gostei disso”. Para justificar seu espírito de cuidar dos outros conta que “lá na Santa Casa, tinha o pavilhão dos doentes, e gostava de dar uma espiada nos doentes. As Irmãs não permitiam, mas eu assim mesmo, nem me preocupava em pegar doença. E a gente escutava doente chorar, gritar, era tanta lamúria”. Esse contato durante a infância, de ouvir gemidos de dor são marcas que persistem até hoje para **Engr.** e que lhe estimularam a servir os necessitados.

M.P.

M.P., 68 anos, entrevistada em 05 de janeiro de 2002

Categoria: externa - tinha pai e mãe

Ingresso: aos sete anos, em torno de 1941

Saída: aos nove anos, em torno de 1943

Nacionalidade: brasileira

Estado civil: casada

Profissão: dona de casa.

Eu era externa, mas colega das órfãs. Era tudo junto, na aula e a gente brincava no recreio, na gruta e nunca vi nenhuma órfã de castigo. Eu era “meia” criança. Tinha a procissão do dia 15 de agosto, eu saía, mas não de anjo, porque só as órfãs vestiam roupa e asas de anjo. Era lindo! Tinha muita religião. A gente rezava muito, todo dia, e eu acho que isso foi bom porque a religião ajuda muito a formar o caráter.

M.P. ficou somente dois anos no Externato e fez o 1º e 2º ano. Construiu uma representação de legitimação de boa educação e cultivo de religião. Como relata, morava no Cambuí e tinha pai e mãe. Ia a pé com a minha amiga **Ter.**, que também estudava lá como externa. “Lembro alguma coisa, especialmente, que o estudo era muito forte, as freiras eram ótimas, davam educação ótima, e eu nunca chegava atrasada. As professoras eram só freiras: Irmã N., gordinha e Irmã Nat a que era muito brava”.

Considerava-se obediente e cumpridora dos deveres escolares. “Mas eu nunca fiquei de castigo, eu era muito comportada e fazia tudo direitinho, não respondia, respeitava muito as professoras.”

O discurso de **M.P.** é apologético, atribuindo valoração a todo o contexto educacional. Continuou seus estudos no Grupo João Lourenço Rodrigues, perto de sua casa, porque a amiga **Ter** se formara e sua mãe não a deixava andar sozinha na rua. Entretanto, não mencionara até que grau cursara. Ateve-se a dizer que constituiu uma família: “Sou casada, tenho uma filha só e passei para ela a formação que aprendi no colégio das freiras. Hoje falta berço e as crianças não têm educação. Gostei de estudar lá. Aprendi a bordar”.

Criou vínculos de amizade que perduram até agora tanto com as externas como internas. “Conservo amizade com muitas colegas daquele tempo, tanto da parte das externas como das internas. Estou com 68 anos”.

Como se infere, a entrevistada já vivenciou uma época em que não mais se separaram as categorias de internas e externas, uma vez que as atividades escolares e o recreio eram em comum, à exceção, como ela mencionou, de que externa não saía de anjo na procissão. Sua passagem pelo Asilo de Órfãos foi para ela muito positiva.

T.J.C.

T.J.C., aproximadamente 70 anos, entrevistada em 22 de fevereiro de 2002

Categoria - externa: tinha pai e mãe

Ingresso: aos sete anos (sem precisar a data)

Saída: aos 12 anos (sem precisar a data)

Nacionalidade: brasileira (filha de pai português)

Estado civil: solteira.

Profissão: modista.

Nunca me casei, dediquei-me à sobrinhada e cuidei do doentes de minha família. Namorei bastante, depois fiquei firme com um que morreu de câncer na cabeça. Sou costureira, trabalho bastante e sou feliz.

T.J.C., como aluna externa, entrelaçou sua vida com a história da **Dor (interna)**, cultivando com ela uma forte amizade até que **Dor** viesse a falecer. Portanto, através de uma externa, emerge a história de vida de uma interna. “Era amiga das internas, princi-

palmente da **Dor**, que nasceu e foi criada lá. Ela já morreu, mas fomos amigas sempre. Ela até queria que eu me casasse com um dos filhos dela”.

Rememorou **T.J.C.** alguns fatos relativos ao seu tempo de Asilo, o qual denominava de Escola São José. “Estudei como externa, na Escola São José anexa à Santa Casa, porque minha mãe e tias também estudaram lá e o ensino era forte, tanto que duas colegas minhas foram estudar na Escola Normal para serem professoras e entraram sem cursinho”. De importância ímpar, o dado revelado por **T.J.C.** sobre suas colegas de Asilo terem estudado na Escola Normal, o que elucida ter havido alunas com progressão nos estudos.

“Entrei com 7 anos e saí com 12. Meu pai veio de Portugal, tinha chácara no Cambuí e eu ajudava na lavoura, por isso minha mão era calejada.” **T.J.C.**, mesmo tendo sido aluna externa, com pai e mãe vivos, filha de portugueses pobres, sofreu manifesto constrangimento de uma dama da sociedade, em dia de pompa, porque nada que ficasse em discordância com a suntuosidade da solenidade poderia estragar o evento, como ela mesma reproduz, passados dezenas de anos, quando entrevistada: “No 15 de agosto, plantei uma árvore perto do chafariz. Como eu morava no sítio, meu sapato era muito feio e velho, daí uma dona bem chique da sociedade me tirou da frente e me pôs lá para trás, pois estavam fotografando e eu não podia aparecer com sapato tão feio”.

Esse fato deixou-lhe marcas, conforme ela própria relata quando seu pai lhe deu um presente, como prêmio porque ajudava na lavoura dele. “Tinha dez anos e fiquei contente, pensei que era uma caixa de sapato. Ah!... Que decepção... era uma boneca linda, mas não gostei....fiquei triste porque queria um sapato, para não ser mais humilhada pelas donas chiques que iam à Santa Casa”.

Também as freiras discriminaram-lhe por não ter trajes bonitos, o que demonstrava segregação, segundo Baudelot e Establet (1975). Mas um dia isso mudou. “Eu saía na procissão de 15 de agosto, mas nunca carregava a fita do andor, porque não tinha roupa bonita, até que num 15 de agosto, cheguei toda empoada, de roupa nova, daí a Irmã me pôs para carregar a fita do andor”.

O Asilo foi motivo para que ambas as amigas **T.J.C.**, e **Dor**, tivessem que passar por situações constrangedoras. **T.J.C.**, pelos sapatos feios, foi discriminada pelas damas da sociedade que, provavelmente, em nome da caridade, expunham fotos para a elite,

não condizendo aparecer menina mal calçada; em outro momento, somente fora escolhida para segurar a fita da procissão pela própria freira, em razão da roupa nova. Também **Dor.** na categoria de asilada, foi vítima de reações agressivas na sua constelação familiar, exteriorizadas pelo comportamento desviante de sua nora, segundo a teoria sobre anomia de Merton (1959), pelo fato relatado por **T.J.C.:** “Um dia, **Dor.**, numa discussão com a nora, disse que seria melhor que o filho tivesse se casado comigo, daí teve de escutar da nora: A senhora não me aceita mas pior é a senhora que foi órfã, internada num asilo”. Para vingar-se da rejeição da sogra, a nora, mediante um comportamento, absolutamente, anômico, usou da categoria “órfã” para inferiorizá-la, colocando-a em um patamar de menos valia expresso nas palavras: “pior é a senhora que foi órfã, internada num asilo”.

Quanto à sua vida profissional, **T.J.C.** aprimorou-se em alta costura, e trabalha em casa. “Namorei bastante, depois fiquei firme com um que morreu de câncer na cabeça. Nunca me casei, dediquei-me à sobrinhada e cuidei do doentes de minha família. Sou costureira, trabalho bastante e sou feliz”.

Mat. F.

Mat.F., 71 anos, entrevistada em 15 de agosto de 1999

Categoria: externa - tinha pai e mãe

Ingresso: aos oito ou nove anos (sem precisar a data)

Saída: aos doze ou treze anos (sem precisar a data)

Nacionalidade: brasileira

Estado civil: casada

Profissão: dona de casa

Hoje tenho 71 anos, um casal de filhos, dois netos, e um sobrinho padre: G. A F.

Apesar de **Mat.F.** ter sido externa manteve uma forte amizade com **Der**, cuja foto acima evidencia esse vínculo nascido no tempo do Asilo e que perdura no itinerário social da vida. Na realidade, meu queria burlar o regimento interno institucional, para conseguir internar as duas filhas, pois não éramos órfãs, tínhamos pai e mãe, mas mesmo assim meu pai tentou. “A gente morava no sítio e meu pai vendia leite no Cambuí todo. Quando mudamos no Cambuí, meu pai resolveu colocar nós duas, eu e minha irmã **Ros.**

no Colégio das Irmãs, e pediu para internar-me no 2º. ano e Ros. para aprender a costurar e bordar”.

Figura 33: *Mat. F.* ao lado da colega *Der.*
Fonte: Acervo particular da Entrevistadora



Mat.F., na realidade não se enquadrava nas condições de admissibilidade como interna. “Meu pai foi até o Largo do Pará conversar com uma pessoa importante¹⁴² que perguntou se nós não tínhamos mãe. E aí se desfez o mal-entendido e apenas eu fiquei como aluna externa, pois a *Ros.*

não precisava de Escola”.

Mat. F. contou, em seu depoimento, que as externas eram privilegiadas, ajudavam a fazer o andor da procissão e não tinham que fazer serviços pesados.

Ao relatar que tinha contato com as internas só no recreio, no pátio, permitiu-nos inferir que, em seu tempo de Asilo de Órfãs, as classes eram ainda separadas, pois no momento da entrevista, ela já contava setenta e um anos, o que significa que deve ter ingressado em torno de 1937. Nasceram amizades fortes entre ela e as internas que perduram até hoje, como comprova a foto, em que a seu lado está a *Der*, uma egressa interna. O orgulho, sempre presente nos relatos quanto às habilidades manuais lá adquiridas, pontua o peso dado a essa formação, imprimindo-lhe uma categoria de excelência, a ponto de *Mat.F.* guardar um pano de amostra e permitir ser fotografado para expô-lo: “Eu aprendi a bordar e guardo até hoje um pano de amostra”. De grande significância a revelação de *Mat.F.* quanto ao ensino de datilografia e desenho, na própria instituição, dado já encontrado nos anuários da Santa Casa, mas apenas mencionado como operacionalização concreta através dessa egressa.- “Depois do 4º. ano, fiquei no Colégio mais dois anos, aprendendo datilografia, desenho, etc. Saí para trabalhar na tecelagem e depois no Posto de Puericultura até me casar. Hoje tenho 71 anos, um casal de filhos e dois

netos, e um sobrinho padre: **G.A.F.**”. Percebemos que **Mat.F.** não se bastou com o curso primário, buscando, na própria instituição melhor qualificação, o que reitera a atitude de seu pai em buscar o *Colégio das Irmãs* para suas filhas, por sabê-lo capaz de profissionalizá-las. Da mesma forma como quase todas as demais, também **Mat.F.** abdicou do emprego para se dedicar ao lar.



Figura 34: Pano de amostra de **Mat.F.**
Fonte: Acervo particular da Entrevistadora

Interface entre meninas-irmãs e mulheres-irmãs.

Den e Der

Den, 71 anos, entrevistada em 12 de abril de 2000

Categoria: interna - tinha mãe e pai doente internado

Ingresso: aos oito, em 1936¹⁴³

Saída: aos dezesseis ou dezessete, provavelmente em 1946

Nacionalidade: brasileira

Estado civil: casada

Profissão: dona de casa

Hoje, 3 de março, minha irmã, Den esteve em casa para buscar minha mãe, estávamos conversando que ela não gostava do orfanato, eu era o contrário dela, foram os melhores dez anos de minha vida, fazia tanta travessura! Minha mãe esclerosada veio morar com a gente um tempo e depois foi morar com a minha irmã. Eu e meu marido somos aposentados.

¹⁴² Não foram encontrados dados para saber com quem o pai de **Mat. F.** falou no Largo do Pará.

¹⁴³ Embora a depoente e o livro de matrículas mencionem a data de ingresso de ambas como 1940, Der relata que ficou no “colégio” dez anos, saindo em 1946, havendo uma manifesta discordância de datas.

Incorporando desde muito cedo o desejo de ter uma família bem estruturada, **Den.** que vivenciou dez anos de internato juntamente com sua irmã **Der.**, mostrava-se determinada, tendo conseguido concretizar seus sonhos, já delineados no seu tempo de Asilo de Órfãs: “Daí eu sempre rezava: “Deus, agora eu estou sofrendo no orfanato, mas tenho a certeza de que um dia eu vou receber a graça de ser feliz, de ter tudo, uma família.” **Den** considera ter concretizado seu sonho. “E Deus me deu tudo isso, casei com um homem bom e trabalhador que me deu de tudo, casa, conforto, sempre do meu lado, eduquei meus filhos à moda antiga, não do jeito moderno e eles são muito religiosos”.

Figura 35: Fotografia de **Den.**, no dia da entrevista, 12.04.00
Fonte: Acervo particular da Entrevistadora



Entrecruzando os relatos das duas irmãs, uma sempre se refere à outra, com muito afeto e **Den.** acrescenta a categoria de proteção, sempre preocupada com a irmã. “A minha irmã não teve a mesma sorte que eu e sofri muito, mas eu sempre ajudei no que pude”.

Na reconstrução da trajetória de sua vida, considera hoje a formação recebida das freiras primordial para o seu itinerário familiar e pessoal. “Ninguém da família de minha mãe e de meu pai nos ajudava. Agora, voltando para trás, acho que até foi melhor eles não terem ajudado a gente, pois tivemos uma educação muito boa, ótima formação religiosa que consegui passar para os meus filhos. Hoje acho que valeu muito a pena ter ficado no Colégio”.

Sua mãe era descrita como pessoa sofrida e difícil que as deixou lá por muito tempo. “Lá permanecemos até os 16 anos, pois minha mãe relutava em tirar-nos, embora as freiras insistissem, porque precisavam do lugar para crianças menores. Fiquei um pouco revoltada porque a minha mãe deixou a gente muito tempo lá”.

Muitos relatos, incluindo-se o de **Den.**, fazem menção ao médico, Dr. Tácito de Carvalho e Silva, pediatra que dedicou parte de sua vida ao atendimento gratuito às órfãs, e, em geral, era sempre relacionado com o *ficar mocinha*. “Desde pequena até quinze anos, tive bronquite, e costumava ir ao consultório do médico pediatra do Colégio,

Dr. Tácito. Ele orientava que quando ficasse mocinha, isso iria ser curado, e assim aconteceu, uns dois anos depois”.

Den., assumindo o papel próprio das mulheres, definido em nossa cultura e nos regimentos do Asilo de Órfãos, optou pelo casamento e dedicação ao espaço doméstico, cuidando de todos, inclusive da mãe. Não quis seguir os estudos, e se casou com 23 anos. “As meninas maiores do Asilo iam para o Colégio Progresso, mas não quis estudar. Saí do Colégio aos 16 anos e fui morar com a mãe, em Amparo, aposentada por invalidez, devido a um problema no joelho”.

Construiu uma vida familiar estável. “Tive um casal de filhos, hoje ambos estão casados e vivo bem com meu marido”. O casamento para **Den.** parece ter sido uma resposta aos seus anseios fincados lá na infância de uma vida melhor, cumprindo o papel de mãe presente, assumindo um papel de reparação pelo sofrimento de ter sido privada da presença da mãe.

Entretanto, cuidou, com dedicação de sua mãe até que viesse a falecer. “Até os 86 anos minha mãe morou sozinha, mas, há nove anos veio morar comigo e faleceu em agosto de 2001, com 94 anos. Não aceitava a condição de velha e dependente da ajuda da filha”. **Den.** crê ter conseguido uma grande graça. “Minha mãe ficou em coma e morreu sem ver a morte, conforme eu pedia em minhas orações, porque ela tinha medo de morrer”.

Der., 70 anos, entrevistada em 22 de abril de 2000

Categoria: interna - tinha mãe e pai doente internado

Ingresso: aos sete anos, em 1936¹⁴⁴.

Saída: aos dezesseis, provavelmente em 1946

Nacionalidade: brasileira

Estado civil: casada

Profissão: telefonista, balconista, vendedora. (não mais em exercício)

¹⁴⁴ . Da mesma forma, o livro de matrículas menciona entrada para o Asilo de **Der.** em 20 de fevereiro de 1940. No entanto, ela relata que nasceu em 23 de março de 1930, no caderno escrito pós-entrevista, e se saiu em 1946, após dez anos de internada, provavelmente a matrícula foi feita posteriormente, por tratar-se de interna com pai e mãe vivos. Isso permite entender o caráter de excepcionalidade utilizado pelo provedor para receber as duas irmãs.

Der., da mesma forma que sua irmã, **Den.**, relata ter ficado 10 anos no colégio, dos 6 aos 16 anos; ter morado em Amparo com a mãe, trabalhado na Telefônica de lá. Retornando a Campinas, pelo discurso de **Der.**, aparecem conflitos relativos a insurgir-se contra injustiças trabalhistas e ser, imediatamente, dispensada em quase todos os lugares por onde passou, na Maternidade e, posteriormente nas Lojas Americanas. “Era chefe de setor na loja Americana e fiquei sabendo que tinha uma outra moça com menos responsabilidades do que eu e que ganhava mais que eu. Fui reclamar e também fui mandada embora.

Figura 36: Fotografia de **Der.**, no dia 22.4.00
Fonte: Acervo particular da Entrevistadora

Der., sempre questionadora, perdia seus empregos, face a suas reivindicações. “Fui despedida quando reclamei de receber um único ordenado e exercer duas funções na Maternidade”.

Trabalhou posteriormente no escritório da Galeria Paulista, e por reclamar do horário, foi também mandada embora.

Der. no mercado do trabalho detinha uma posição de contestação, alternando o papel de vítima com o de reivindicadora. Deixou o emprego no Terminus para se

casar. “Tive três filhos: um homem e duas mulheres. Mantive por muito tempo a amizade com a Irmã Nat e a Irmã J, sendo que guardo até hoje uma cartinha da Irmã Nat.”

Manteve contato com as freiras que a criaram e bem conheceram seu comportamento travesso. “Quando veio a Escola de Enfermagem para Campinas, as freiras passaram a morar no casarão em frente à Santa Casa e muitas vezes eu fui visitá-las lá”.

Durante a entrevista, **Der.** Sempre remetia a conversa para suas peraltices. “Me lembro que participava da aula de canto e, muitas vezes fui colocada para fora por causa de brincadeiras e conversas”.

Depois de entrevistada, desencadeou em **Der.** um processo de rever sua vida, recontando-a em um caderno que nos encaminhou, datado de 04 de fevereiro de 2001,



intitulado “*Orfã de paes vivos*”. Nesse caderno, complementa os relatos da entrevista, entrelaçando o dia-a-dia do Asilo com a leitura que hoje faz de situações familiares conflituosas, rememorando fatos desde seu nascimento, e as dificuldades familiares, o pai enfermo, internado por vários anos em dois hospitais até morrer.

De relato em relato perpassando a sua estada e a de sua irmã pelo Asilo, para tecer a sua trajetória na adultez, mescla mágoas com situações pitorescas. “Apaixonei-me por um rapaz, mas ele conheceu outra, aprontou e foi obrigado a casar com ela. Eu ia na matinée e os rapazes pediam pra guardar lugar. Quando apagava as luzes, tinha fila, quem chegava primeiro, sentava”.

O casamento também balizou sua vida, com momentos de alegria e de muita dificuldade. “Conheci meu marido no bar de minha tia e ela dizia que ele era um bom rapaz e trabalhador. Casei em 19 de dezembro de 1953 e em 1955 nasceu meu primeiro filho; meu marido ganhava pouco e **Den.** comprou o enxoval e me ajudou muito dando o leite do nenê”.

Do caderno de quarenta e sete folhas, transcrevemos algumas passagens que retratam sua trilha em relação à constituição da família e trabalho árduo para colaborar na renda familiar, sempre estando presente a ajuda da irmã. “Em 1956, nasceu minha filha e, em 1963, outra filha. Daí para ajudar meu marido, comecei a trabalhar, batia de porta em porta para vender Avon, paviflex, carpete, yakult- 400 frascos por dia-, títulos da Funerária Serra e ...minha irmã sempre ajudando”. **Der.** trabalhava na rua com tudo que pudesse ajudar-lhe na renda familiar. “Comecei a vender jóias. Trabalhei muito. Arranjei bolsas de estudos para meus filhos”. A religião e a fé exerceram um forte papel em sua vida, no que tange a resignar-se ante os problemas. “Minha irmã me deu uma imagem do Menino Jesus de Praga, tenho até hoje, ele sabia tudo que eu ia passar e ele que segurou tudo. Mudei de casa várias vezes, e enfrentei dificuldades.[...] O presidente Collor tirou tudo que tínhamos no banco e eu tendo que cuidar dos meus netos”.

Digno de ser transcrito o relato do caderno, antes do falecimento da mãe, que nos impele a crer que ambas as irmãs desfizeram as mágoas de terem ficado privadas da presença materna, no internato. “Hoje, 3 de março, **Den.** esteve em casa para buscar minha mãe esclerosada que veio morar com a gente um tempo e depois foi morar com a minha irmã, embora eu e meu marido sejamos aposentados e lutemos sempre com dificuldade”.

Mas continua a sua história de vida lembrando que **Den.** não gostava do orfanato enquanto ela, **Der.**, pelo contrário, adorava: “foram os melhores dez anos de minha vida, fazia tanta travessura!”

Embora, o relato de **Der.**, nessa história de vida escrita no caderno, traga uma riqueza de detalhes, uma vida intensa de batalhas e conquistas, de idas e vindas, talvez, por estar, naquele momento encerrando a escrituração, ela diz: “Por tudo que passei na vida, a minha frase é – Eu não vivi, passei pela vida. Hoje, 27 de maio, o mês de Maria, terminei de escrever”.

Percebe-se que os dez anos de orfanato não ficaram apagados. “Assistindo a Rede Viva-século 21, lembrei do orfanato. Além das travessuras, eu coroava Nossa Senhora, de anjo, embora quisesse tocar o sino enquanto a coroava”. De forma muito engraçada e espirituosa, ela rememora as travessuras, o que faz crer tratar-se de uma pessoa, que guarda com alegria e até orgulho as peraltices daquele tempo, como reitera no caderno. “Eu tinha seis anos e minha irmã 7 anos. Minha irmã não gostava, chorava que não queria ficar. Eu gostava muito porque fazia muita travessura”. E relembrou o dia que abriu as janelas do salão e as Irmãs pensaram ser a visita do Inspetor Escolar; o prato de comida que jogou no chão do refeitório e teve de catar tudo; as contínuas expulsões da aula de canto por gritar ao ouvir seu número de chamada e também cantar aos berros; os papeisinhos que colava nas paredes e pias; o dia em que levou umas chineladas da Irmã e cantava: *Chinelo vai, chinelo vem, chinelo de freira não mata ninguém*; as inúmeras vezes que atirava do outro lado os santinhos que as meninas recebiam.

Isso demonstra que **Der.**, ainda criança, era insubordinada, criativa, alegre, sabia enfrentar as situações intimidativas talvez para outras crianças mas não para ela, como ela mesma reitera: “eu saía de anjo na procissão, a turma criticava porque eu era levada e falavam que eu não era anjo e sim capeta”.

E ainda fazia quadrinhas rimadas, pois a brincadeira e a irreverência superavam a dor das chineladas. **Der.**, foi, sem dúvida, um sinal de contraste, no Asilo de Órfãos, pois não era submissa, e todos os momentos lá vivenciados não se perderam, pelo contrário, conservados, reapareceram, mais nitidamente do que na entrevista, durante a regressão ao traçar, posteriormente sua autobiografia.

A mesma personalidade, com determinação e sem medo de ninguém, manifestada no Asilo, parece tê-la acompanhado navida afora, endossada pelas suas firmes atitudes reivindicatórias nos empregos pelo qual passou.

Portanto, não pode prosperar sua frase – “Eu não vivi, passei pela vida”, que mais soa como um lampejo de sua veia poética, manifestada desde a infância, pois precisava encerrar o caderno, não sua vida, e daí escrever a frase que sintetizasse a passagem dos fatos, sentimentos e impressões impressas em sua memória para uma “superfície de inscrição”, como nos esclarece Dubois (1999, p.323) ¹⁴⁵ um lugar de registrá-los – o caderno.

Sua trajetória de vida não foi fácil, mas vivida intensamente, com seus familiares, seu trabalho, suas alegrias e dores, e seu semblante nas fotos atuais, seja na que aparece sozinha, ou, na que se aninha ao lado de sua amiga, estampa um sorriso sem traços de amargura.

A sua confissão- “Eu tinha seis anos e minha irmã 7 anos. Minha irmã não gostava, chorava que não queria ficar. Eu gostava muito porque fazia muita travessura. Fingia que era sonâmbula levantava e ia até o refeitório e a Irmã me seguia, com isso passei dez anos” – retrata que **Der.** trouxe de sua infância e adolescência um repertório de traquina-gens, sem descuidar do lúdico, da criatividade, da fantasia, dando significado às suas brincadeiras, e até ao fingir-se de sonâmbula. Como diz Leite (2002, p. 67):

A possibilidade de experienciar sentimentos fortes e contraditórios, colocar-me em múltiplos papéis, de exercitar o poder, dizer o indizível, viver o inimaginável – enfim, na interação com o outro, a brincadeira alarga as fronteiras entre a fantasia e a realidade colaborando significativamente na construção da identidade das crianças. Na qualidade de sujeito social, brincando, a criança não só está fantasiando, mas trabalhando suas condições, ambigüidades e valores sociais.

Der. parece se orgulhar de suas brincadeiras e travessuras ao contá-las aos netos, que lhe pedem para repetir essa ou aquela. Como diz Bosi (1999,p. 420-421):

A criança ouve com prazer os episódios da infância dos avós que, à força de serem evocados, chegam a formar um quadro com certa harmonia.[...] Quando morrem as vozes

¹⁴⁵ Philippe Dubois elucida que nesse processo de trazer à tona impressões estocadas à distância, como o fez **Der.**, pode-se inferir que o trabalho dessa passagem consiste em produzir algumas modificações entre a entrada e a chegada, em transformar as “excitações” da percepção, que transitam por “sistemas de lembranças, variados e sucessivos, um pouco da mesma maneira que as lentes de uma objetiva, deformando ou pré-moldando as excitações luminosas que nela perpassam antes de atingir o fundo.

dos avós , sua época nos aparece como um caminho apagado na distância. Perdemos os guias que o percorreram e saberiam conduzir-nos em suas bifurcações e atalhos.

A afirmação - foram os melhores dez anos de minha vida -denota como foi significativo para **Der.** o tempo de orfanato, que teve desdobramento na sua travessia, pelas amizades que cultivou, pelos ensinamentos que absorveu das irmãs, como transcreveu: “Eu não sou apegada com as coisas do mundo, porque as irmãs que me criaram diziam que as pessoas têm que se apegar com as coisas de Deus”.

Houve significativas divergências nos percursos de vida de cada uma das irmãs. Na instituição, **Den.** era sempre quietinha, obediente e comportada enquanto **Der.**, alegre, insubordinada, extrovertida e travessa. Pós-instituição, casaram-se, geraram filhos, mas tiveram oportunidades diferentes.

Um ponto de convergência é o contato permanente entre elas, o cuidado de uma pela outra, e a significação do Asilo como referência positiva e ponto de ancoragem nos embates da existência. Portanto, para **Der.**, mesmo com seu comportamento diverso do preceituado na Instituição, com tantas pitadas de molecagem, tantas brincadeiras, tantas rimas e criatividade, o Asilo de Órfãos deixou-lhe marcas inculcadas pela religião e muita saudade, em contradição com a quadrinha que compôs no dia de sua saída.

Sem dúvida, todo um componente afetivo restou vivo entre **Der.** e as Irmãs que a criaram, cujo vínculo se manteve, com dimensão maternal, plena de carinho e saudade, a ponto de as Irmãs fazerem a apologia da alegria, da bondade e do merecimento perante Deus daquela **Der.** tão travessa, no tempo do *colégio*, como atesta a carta por ela a nós entregue.

Taubaté 10.6.76

Bôa e sempre alegre **Der.**
Tudo a Jesus por Maria.

Ficamos contentíssimas por poder vê-la, abraça-la e trocar algumas palavras. Que saudades dos tempos do colégio!Embora, às vezes, cansativo, gostaríamos que voltassem. Tudo passa, as alegrias como as tristezas, mas as saudades de vocês permanecem firmes como o rochedo. Resignadas, sim? E aceitamos por ser a vontade de Deus. Mas que sentimos a distância e a separação das pessoas não resta dúvida. Sentimos e bastante.

Fizemos bôa viagem. E graças a Deus, a Irmã *Ju.* está um pouco melhor. A Irmã M. Nat., então, sempre alegre da vida, como você. Embora haja contrariedades, como em toda parte há, passa por cima e continua fazendo a vontade de Deus. Reza, trabalha, vai nas reuniões e passeios, quando se apresenta oportunidade. Tudo está bem para ela.

Como está passando? Sempre sorrindo, mesmo, às vezes, sofrendo, não é mesmo? Muito bem, Der, continue assim, que o merecimento do bom exemplo será grande! Porque sorrir sofrendo e oferecido a Deus como você faz, é um grande valor para o céu.

O esposo vae bem? Melhorou? Esperamos que sim, pois diariamente pedimos a Deus por vocês. O tempo foi pouco e não deu quase nada. E os filhos queridos, todos bons?(...) É o que esperamos. Sentimos não poder ver o Nenê. Cremos que vae bem de saúde e como os outros, bom e ducado, procurando ser sua alegria e consolação. Um abraço de grande amizade e um beijo a você e aos três queridos tesouros. Diga-lhes que rezem pelas vovós.

Irmã M. Nat. e J.

As Irmãs de São José, já na idade avançada, parece terem abrandado, em razão da reforma do clero e das congregações, aquela exigência de suas Constituições de não externar os sentimentos, pois esta carta faz transbordar, juntamente com os valores evangélicos do sofrimento oferecido a Deus e a aceitação de tudo como vontade de Deus, uma imensa ternura não só endereçada a **Der.**, mas a todos os membros de sua família, na qual se incluíam como *vovós dos três tesouros*.

R.G., T.G. e I.G.

R.G., T.G., I.G.: Mas nós adoramos aquele colégio, eu era muito bem ... nós....aprendemos de tudo. . Ah! maravilhosa! Que pena que não tem nenhuma daquelas freirinhas, aquela coisinha linda, coisinha mais linda do mundo! Mais carinhosa, caridosa, tudo quanto é coisa boa que a gente pode aprender na vida nós aprendemos lá.

R.G., 69 anos, entrevistada em 16 de junho de 1999

Categoria: interna - tinha pai mas mãe ausente¹⁴⁶

Ingresso: aos doze anos, em 1942

Saída: aos treze anos em 1943

Nacionalidade: brasileira

Estado civil: casad

Profissão: auxiliar de hospital, depois dona de casa.

T.G., 67 anos, entrevistada em 16 de junho de 1999

Categoria: interna - tinha pai mas mãe ausente

Ingresso: aos dez anos em 1942

Saída: aos quinze anos em 1947

Nacionalidade: brasileira

Estado civil: casada

Profissão: auxiliar de gabinete dentário, tecelã, depois dona de casa

¹⁴⁶ A mãe de R.G., T.G. e de I.G. abandonara a família, deixando as filhas para o pai, que necessitou do Asilo de Órfãos em caráter de excepcionalidade e emergência.

I.G., 65 anos, entrevistada em 16 de junho de 1999

Categoria: interna - tinha pai mas mãe ausente

Ingresso: aos nove anos em 1943

Saída: aos doze anos em 1946

Nacionalidade: brasileira

Estado civil: casada

Profissão: doméstica, depois dona de casa

Toda saudade.

Toda saudade é a presença da ausência
De alguém, de algum lugar, de algo enfim.
Súbito o não toma forma de sim
Como se a escuridão se pusesse a luzir.
Da própria ausência de luz
O clarão se produz, o sol na solidão.
Toda saudade é um capuz transparente
Que veda e ao mesmo tempo traz a visão
Do que não se pode ver
Porque se deixou prá tras
Mas que se guardou no coração.

(GIL, Gilberto. In: O eterno Deus Mudança. LP WEA 670.8059, 1989.
Faixa 5, 1.2)

Figura 37: Fotografia das Irmãs **G.**, no dia da entrevista, 16.06.99
Fonte: Acervo particular da Entrevistadora



Ai, que saudade daquele tempo!!

Como a letra da música de Gilberto Gil, que vasculha o interior e exterioriza a saudade, revivendo o que se *deixou pra trás, mas que se guardou no coração*. As três Irmãs que foram internadas, **R.G.**, **T.G.** e **I.G.** durante a entrevista, demonstraram uma alegria ímpar, e entremearam-se falas individuais com coletivas, em que elas falavam em uníssono, com

muitos momentos de risos, e , mesmo quando apenas uma relatava, sempre buscava o endosso da outra.

Na referência que faziam à infância, nas relações familiares, antes de ir para o Asilo, o pai era descrito de forma negativa, com adjetivos de violento, bravo, muito enérgico, provavelmente o que fez que a mãe delas abandonasse o lar e fugisse com um companheiro - **R.G.** “A minha mãe abandonou a gente e foi embora e depois de muitos

anos morreu. Então eu não sei se é por causa disso que eu me apeguei tanto com as freiras. Por que prá mim, eu não estava triste não. Estava contente. Elas eram muito carinhosas com a gente”. Segundo Bosi (1999, p. 427- 428):

A figura da mãe pode ser descrita por traços físicos ou morais.(...) Um exemplo de complexidade da lembrança é o de sua morte.

Na narração de **R.G.** sobre a figura materna, mesclam-se quatro planos, a presença concerta da mãe, o abandono, a morte e a ausência de tristeza, manifestado este último plano pela antítese “triste/contente”.

A complexidade da representação materna fez com que elas buscassem o carinho na “*mère*” da congregação de São José, com conotação de verdadeira mãe, e pelo discurso das meninas esse papel foi bem cumprido. **R.G.** ao referir-se ao carinho dispensado pelas freiras, inclui as outras duas irmãs no discurso. “Olha, nós, as irmãs **G.**, tivemos o maior carinho que pode existir na face da terra com elas. Muito carinhosas! Para aquelas meninas de quem elas gostavam um pouquinho, aí traziam doce nroladinho assim num paninho, num guardanapinho”. E lembraram-se até da fala das freiras. “Come um docinho mas não mostra prá outras. Abre a mão. A gente abria assim elas punham um docinho. Fecha a mão agora”.

Portanto, para se referirem à trajetória de vida remetem-se à infância e ao Asilo, considerando que lá conseguiram amenizar as primeiras marcas, tornando-se instrumentalizadas para o trabalho, para realizar suas escolhas e enfrentar a vida, sempre deixando transparecer alegria- **T.G.**: “Mas nós adoramos aquele colégio [...] aprendemos de tudo. Ah! maravilhosa! Que pena que não tem nenhuma daquelas freirinhas, aquela coisinha mais linda do mundo! Mais carinhosa, tudo quanto é coisa boa na vida nós aprendemos lá”. Novamente, agora **T.G.** ao referir-se às freiras como substitutivas do amor materno, inclui as outras através do pronome “nós”.

Interessante notar que na construção da identidade como sujeito dessas três irmãs, em relação à mãe sentiam-se vítimas de seu abandono, desvalorizadas enquanto filhas, mas em relação ao pai, embora fossem também vítimas de seu comportamento violento, manifestavam ter sido ele a vítima de abandono da esposa e elas tinham compaixão por ele, quando, em capítulo anterior, contaram que ele, nas visitas, trazia os bolsos cheios de balas.

Vale ressaltar que no livro de Matrículas constava a mãe falecida, ficando-nos a indagação de como teria o pai conseguido colocar a três filhas no Asilo. Para as três irmãs, a figura da mãe foi transferida para as freiras do asilo - **R.G.** “A Madre Superiora falava assim prá gente: Vocês precisam ter modos, respeitar os outros, vocês são uns caquinhos de gente! Era uma doçura! Nossa Senhora”!

Ao saírem da Instituição, as irmãs **G.** ingressaram no trabalho assalariado ou não, nem sempre, sentindo-se realizadas, como bem descreve **I.G.** - “Tirei diploma aos 12 anos de idade, trabalhei como doméstica numa casa de família abastada na rua Guilherme da Silva. Lá não fui bem tratada; comia tomate com açúcar para passar a fome e, muitas vezes, fritava bife para o cachorro mas eu não podia comer bife”. A experiência de **I.G.** revelou ter vivenciado uma situação de constrangimento ao ser doméstica, trabalhando sem direito à refeição enquanto ao cachorro da casa era destinado um bife .

“Aos 16 anos saí desse emprego, me dava bem com matemática, faço conta melhor do que quem está ali na máquina. Nunca usei calculadora. Às vezes, eu vou lá no supermercado. Meu marido me consulta se a conta está certa porque nunca mais esqueci a tabuada do 1 ao 10 como aprendi na Santa Casa”. Percebemos que no seu casamento, **I.G.** é valorizada pelo marido e representa aos seus olhos um papel importante de segurança no aspecto financeiro familiar, situação incomum, quando a maioria dos homens não permite interferência da mulher neste aspecto.

T.G. dedicou-se a dois tipos de trabalho fora de casa, como auxiliar de gabinetes dentários, tanto na Santa Casa como com dentistas particulares, e depois ingressou em tecelagens, continuando a trabalhar, mesmo algum tempo depois do casamento. “Tive a minha filhinha e continuei a trabalhar. Mais tarde, parei de trabalhar fora e passei a fazer bordado, tricot e crochê, que faço até hoje, enfim aprovei tudo que aprendi na escola da Santa Casa”.

R.G. também iniciou seu trabalho na Santa Casa. “Aí eu comecei a trabalhar no hospital, na farmácia, acompanhando médico, passando papeleta, aplicando medicação”. Perpassou também por vários trabalhos até se casar. Cabe ressaltar que o “parar de trabalhar”, usado como lugar-comum, apresenta-se, quase sempre equivocado, pois o trabalho da casa é também trabalho e mostra-se até mais intenso, por ininterrupto.

Um ponto comum na vida das três irmãs foi terem optado, inicialmente, pelo trabalho externo, depois pelo casamento, sem, no entanto, terem manifestado qualquer interesse por continuidade de estudos. Sem dúvida, a habilidade manual desenvolvida no Asilo tem-lhes acompanhado na trajetória.

Cabe ainda pontuar, que o papel das freiras, como imagem materna na vida das três irmãs, rendeu-lhes segurança e equilíbrio emocional, transparentes na entrevista, pela forma descontraída, semblante sereno, muito alegres, unidas, e ainda ressaltou, de forma muito evidente, o que elas absorveram da boa formação recebida, cujos valores passaram a seus filhos. “Transmitimos a educação que tivemos. Nenhum deles fala você, nem os filhos dela, nem os filhos das outras irmãs todas. Eles podem até falar o meu apelido, mas é senhor e senhora, a bênção mãe, a bênção pai”.

As três irmãs **G.** parecem fazer parte de uma orquestra, cujos instrumentos estão afinados, e harmonizam-se em todas as notas e acordes, pois o fato de darem uma entrevista conjunta, em que uma se apoiava na outra, em meio a risos e evocando sempre a “doçura”, permite considerar terem construído suas vidas como uma peça musical, em que o tema da solidariedade fraterna foi o pano de fundo. Às vezes, tornou-se até dificultoso perceber de quem era a voz, em algum relato, pois as três falavam juntas, em absoluta sintonia. De “caquinhos de gente” elas se tornaram mulheres felizes, equilibradas, amigas, recolocando o tempo de asilo nas suas vidas, com um privilégio que não podemos medir, pois foi-lhes o verdadeiro lar.

M.B. e J.B.S.

M.B., 77 anos, entrevistada em 12 de maio de 2000

Categoria: interna - órfã de mãe

Ingresso: aos doze anos, em 1934

Saída: aos quinze ou dezesseis anos, em 1937 ou 1938

Nacionalidade: brasileira

Estado civil: casada

Profissão: dona de casa

Quando minha mãe morreu, uns tempos depois, eu e minha irmã **J.** entramos no orfanato e nós éramos trabalhadeiras e as freiras gostavam de nós.. Eu me casei com 17 anos e **J.** com 22.

M.B. Ao sair do Asilo, foi para São Paulo, onde se casou em 07.01.1939, aos dezessete anos. “Tive dois filhos, que são muito inteligentes e têm nível superior. Muito tempo depois, já com os filhos crescidos, engravidei outra vez, mas perdi meu nenê. Adotei uma linda menina que é a alegria de minha vida”. Reitera uqe encontrou no casamento uma segurança, ressaltando a bondade do marido. “Meu marido é muito bom, bom demais, possui um ótimo emprego e sempre tive ume vida tranqüila, sem precisar trabalhar fora”.

M.B. e sua irmã **J.B.S.** ficaram internadas no Asilo. Ambas eram muito queridas pelas irmãs, a ponto de **M.B.** ser incumbida de fazer algumas entregas na rua, durante a semana e ter o privilégio de ir à casa de sua família. Estou com setenta e sete anos de idade, relembra com dificuldade de seu tempo de Asilo, por motivos de saúde comprometida, sempre assistida por seu marido que lhe tem muito carinho. Não continuou os estudos, dedicou-se ao marido, à casa, aos filhos, e mora em uma belo apartamento em bairro nobre de Campinas. A perda de um bebê afetou-a muito, razão pela qual, na entrevista, ela mesclava situações e tinha certa dificuldade em ordená-las.

Porém a memória remota estava ali, bem nítida, como uma atualização do passado, como também assim entende Chauí (1994, p. 128). E ela quis falar de suas habilidades manuais. “No orfanato, eu gostava muito de bordar, de fazer de tudo, declamar, fazer limpeza, engomar, tenho hoje três telas francesas que bordei. Tudo o que aprendi, apliquei em minha vida. Que tempo bom! Guardo muito boas lembranças do tempo em que passei no asilo, por tudo que aprendi e tenho um carinho muito grande pelas Irmãs e gratidão por tudo que aprendi com elas”.

Apesar de **M.B.** apresentar dificuldades de compreensão pela doença, empolgava-se com as lembranças daquele tempo, ao falar sobre tudo o que fazia, porém, a habilidade é sempre algo inerente à pessoa, e isso parece ter sempre acompanhado **M.B.** destacando-se suas telas bordadas. **M.B.** aparenta ter orgulho de tudo o que faz ainda hoje, da mesma forma como se orgulhara de engomar 78 vestidos de meninas no Asilo, para a procissão de 15 de agosto.

J.B.S.

J.B.S., 76 anos, entrevistada em 05 de maio de 2000.

Categoria - interna: órfã de mãe
Ingresso: aos onze anos em 1934
Saída: aos dezoito anos em 1941
Nacionalidade: brasileira
Estado civil: casada
Profissão: dona de casa

Figura 38: Fotografia de **J.B.S.**, no dia 12.05.00
 Fonte: Acervo particular da entrevistadora



Como **M.B.** sua irmã **J.B.S.** também se recorda com detalhes do tempo do asilo, embora esteja hoje com 76 anos de idade. “Depois que saí do Asilo, voltava sempre e me comunicava com frequência com as freiras de lá. Lembro com saudades daquela época, de tudo e sinto falta. O asilo está na minha história de vida. Entrei lá em 1934, com 10¹⁴⁷ anos, para cursar o 3º. ano, porque nesse ano, minha

mãe morreu. Aí, permaneci lá por 7 anos e saí por minha livre vontade, pois pretendia morar em São Paulo, no Jaçanã, com minha irmã **Ger.**, mas como não tinha idade suficiente para sair, não pude ir.”

As duas irmãs eram muito trabalhadeiras, saudáveis e fortes, o que significava boa mão de obra, produtiva, tanto que o provedor, o dr. Lino de Moraes Leme queria adotar **J.B.S.** como filha, já que a estimava muito, e insistiu com ela para que fosse conversar com um sobrinho dele, advogado. As irmãs dela não deixaram.

Nesse sentido, fica a interrogação se, em nome da filantropia, o interesse era dar um lar à órfã ou usufruir de seus dotes domésticos? “Não aceitei, pois não queria ser adotada por ninguém e quando saí do asilo, eu assinei um documento, declarando que saía por minha livre vontade”. Também ela possuía aptidão para trabalhos manuais. “Eu fazia tricô muito bem; tinha aprendido com a mãe e fazia muitas peças para a exposição e venda, como cachecol, vestido, blusa, etc”.

¹⁴⁷ - Durante a entrevista, às vezes J.B.S. dizia ter entrado no Asilo com dez anos, ora com onze.

J.B.S. viveu uma frustração discriminatória e cruel. “Eu gostava muito de tocar órgão e queria aprender. Uma das freiras do Asilo começou a ensinar-me, mas, quando chegou uma Madre Superiora nova, vinda do Colégio de São Paulo, tive que parar com as aulas. Um dia fui surpreendida por essa Madre, que falou: “Órfã é prá lavar, passar e cozinhar e mais nada”. Contou que a madre exigiu que ela parasse de tocar e chamou a atenção da freira que a ensinava, mandando-a exercer a sua função (ela era anestesiista). Restou evidente a discriminação em relação a não permitir a **J.B.S.** além do que se considerava próprio a seu status, tendo ela se resignado, ou mesmo aceitado naturalmente, na esteira de Bourdieu e Passeron (1992). Nesse sentido, corrobora Bosi (1999,p. 83):

Se examinarmos, criticamente, a meninice podemos encontrar nela aspirações truncadas, injustiças, prepotência, a hostilidade habitual contra os fracos. Poucos de nós puderam ver florescer seus talentos, cumprir sua vocação mais verdadeira.

O Dr. Azael Lobo era de todos os da diretoria, o mais caridoso, muito estimado pelas freiras e pelas meninas. No aniversário dele, as órfãs faziam muitas almofadas e lhe davam de presente, além de balas embrulhadas com papel crepom. Relatou **J.B.S.** que no dia em que ele iria completar 60 anos, a festa toda já estava preparada, mas veio a falecer justamente naquele dia. Enquanto trabalhou na Santa Casa, o dr. Azael sempre mandava alimentos de sua fazenda: porco, galinha, verdura, frutas. Com a morte dele, já não recebiam mais doações. Esse dado colhido na entrevistada acrescentou a dimensão de filantropia, cujas doações chegavam até as órfãs, que lhe retribuía singelamente, numa dimensão de reciprocidade.

E continua **J.B.S.** - Eu, “**J.** sempre quietinha era privilegiada e podia tomar banho quente na banheira individual”. **J.B.S.** faz também um passeio com suas lembranças do passado ao presente, e do seu mundo de trabalho anterior ao seu casamento. “Trabalhei no IAPI e no IAPC, mas só podia trabalhar à tarde, depois de deixar em ordem a casa da irmã. Aos 19 anos conheci meu marido. Casei-me aos 22 e tive 5 filhos”. (Silêncio)

Após essa pausa, explode uma revelação dolorida, porém forte e resignada na própria dor. “Em 1970, perdi um filho de 20 anos num acidente. Foi em frente à Escola de Química. Ele matou, com o carro, um potrinho que estava na estrada e a égua atacou o carro e acabou matando meu filho”.

Ao referir-se ao marido aposentado, emerge o prazer que teria caso tivesse dinheiro na mão, para comprar essas “coisinhas” que mãe e avó gostam, fato já explorado. “Meu marido, José, está aposentado do DER e eu gostaria de ter um emprego para ganhar dinheiro, (pausa) porque nunca tive dinheiro na minha mão. Eu queria o dinheiro Para comprar presentes para os filhos no dia de seu aniversário e dar para os netos quando eles pedem”. Fica no ar a resposta: A quem **J.B.S.** entregava o salário de seu tempo de IAPI e IAPC, para afirmar que nunca teve dinheiro na mão?

Infere-se em relação a **J.B.S.** uma visão quanto à identidade de mulher que nasceu para servir, sem jamais poder tocar órgão, ter autonomia para gastar seu dinheirinho, sempre resignada, modelo de mãe e dona de casa. Ou talvez como diz Bertaux (1980, p. 210):

“Le rôle d’informateur du sujet se modifie [...] car le sujet ne récite pas sa vie, il réfléchit elle tout en racontant”¹⁴⁸.

Os itinerários familiares reconstruídos pelas duas irmãs caminharam em direções opostas, em relação à estabilidade financeira, mas ambas tiveram enfrentamentos difíceis, com perda de filhos, vividos de formas distintas.

M.L.P.B. e Ro.

M.L.P.B., 77 anos, entrevistada em 10 de março de 2000

Categoria: interna - órfã de mãe

Ingresso: aos oito anos, em 1942

Saída: aos treze anos em 1945

Nacionalidade: brasileira

Estado civil: casada

Profissão: dona de casa

...eu nunca poderia imaginar que alguém fosse se interessar pelo Asilo de Órfãos da Santa Casa. Que alegria! A senhora está me fazendo voltar aos tempos de criança com tantas lembranças de coisas que ninguém nunca me pergunta, nem perguntou. Tenho tanta saudade! Foi um período muito lindo, a partir de 1942, eu e minha irmã Ro. ficamos lá 5 anos. Casei com 23 anos e tenho três filhos; duas mulheres e um homem. Uma delas mora na Alemanha e já estive lá quatro vezes, a outra é professora e meu filho caçula é engenheiro. Todos casados e tenho netos, construí uma bela família, graças a Deus e minha irmã também.

¹⁴⁸ Fragmento da citação transcrita na p. 10, , traduzida na nota 6, cuja reinserção no corpo do texto parece pertinente.

Como, muito provavelmente, **M.L.P.B.** não tivesse conhecimento do que significou o Asilo de Órfãos para a cidade de Campinas, quanto à política de atendimento à infância, e nem tivesse parado para refletir o grau de importância que teve para sua vida, surpreendeu-se por alguém buscar reconstruir a trajetória dessa obra de filantropia.

Sua fala começa exortando os tempos de criança, mas, pelo seu olhar, como um Asilo de Órfãos pobres poderia despertar qualquer interesse? Rememorou todas as atividades manuais e formação adquiridas para preparar uma boa esposa e dona de casa.

Enfocou a assistência dentária, fruto de um gabinete doado pela família Nogueira, razão pela qual passou a chamar-se Assistência Dentária Esther Nogueira¹⁴⁹. “Lembro-me do Dentista, Dr. Camargo Andrade, que cuidava de nós; assim que cheguei, passei por um exame dentário. A família dele morava na rua Conceição, e nós depois íamos visitá-lo”. A assistência Dentária já funcionava há bom tempo, pois as internas ao chegarem, na maioria das vezes, sem nunca tido ido a um dentista, e apresentavam problemas dentários seriíssimos; era, sem dúvida, uma política de atendimento odontológico, com profissionais que se dedicavam, gratuitamente, a prestar seus serviços às meninas.

O pai de **M.L.P.B.**, possivelmente, por encarnar o papel da mulher como mãe e dona de casa, impediu-a de continuar a estudar, por desnecessário, nesse viés. No entanto, o seu casamento ensejou-lhe uma ascensão de classe social e seus filhos concretizaram a aquisição de escolaridade elevada que ela não teve. “Casei com 23 anos e tenho três filhos; duas mulheres e um homem. Uma delas mora na Alemanha e já estive lá quatro vezes, a outra é professora e meu filho caçula é engenheiro. Todos casados e tenho netos”. Deixa entrever que sente-se realizada no casamento em bom nível sócio-econômico e cultivo de valores, advindos da formação que buscou transmitir aos filhos, pautada no que absorveu de seu tempo de Santa Casa. “Construí uma bela família, graças a Deus, e minha irmã também.” A formação que recebi lá me ajudou na minha vida toda e passei tudo isso para meus filhos”. Gosto muito de caminhar e faço isso sempre pelo meu bairro, na Nova Campinas”.

¹⁴⁹ Conforme dados colhidos no anuário de 1944, havia sido oficialmente inaugurada em 12.07.1943 a assistência dentária, que recebeu o nome de D. Esther Nogueira e seus serviços foram confiados aos cirurgiões dentistas, João Batista de Queirós e Antônio de Lima Camargo, tendo como auxiliar o cirurgião dentista Ivo Bloem Nogueira.

M.L.P.B. teve a oportunidade de ir à Europa quatro vezes, mora em bairro nobre, e reconhece que construiu uma família, cujos filhos são marcados pela capacitação profissional de nível superior, elemento primordial na definição da posição social.

Ro., 64 anos, entrevistada em 18 de março de 2000

Categoria: interna - órfã de mãe

Ingresso: aos seis anos em 1942

Saída: aos onze anos em 1947

Nacionalidade: brasileira

Estado civil: casada

Profissão: depois dona de casa

Ro. ao passar por marcos determinantes de sua trajetória de vida, buscou fazer o encadeamento de vários acontecimentos, desde a morte da mãe, e da irmã mais velha que criou os cinco irmãos menores, cabendo apenas a ela e a sua irmã **M.L.P.B.** o privilégio de estudar com as Irmãs de São José. Tudo que aprendeu lá deu coerência à sua vida, principalmente ter caridade com os que sofrem, reproduzindo com seu marido o que recebeu no Asilo: cuidados, boa formação e o espírito de servir. “Hoje meu marido está com 83 anos e muito doente. Eu cuido dele com muito amor, ele sofre muito, quase não dorme. Mas eu tenho que dar mais do que receber, acho uma verdadeira graça divina poder estar cuidando dele, ao lado dele, dia e noite”.

Ro. legitima a educação recebida, mesmo com os limites impostos, que ela considera essenciais para formar o caráter. “Acho que a educação é importante, até mesmo quando a gente ouve o não. O não para aceitar é melhor que o sim, daí o crescimento. Tive um casal de filhos, os dois trabalharam muito tempo em um colégio particular de renome em Campinas”.

As duas irmãs, nos seus retratos de vida, apresentaram traços de convergência, não tiveram quaisquer seqüelas da internalização, e foram contempladas com uma vida estável e construção de família bem estruturada, embora sem terem estudado e ingressado no mundo do trabalho, souberam bem encaminhar seus filhos.

Os valores de ontem projetando-se no hoje.

As lembranças das entrevistadas, na maioria dos relatos, remetem a determinados valores, práticas educativas, convivência integrada na Instituição, determinadas datas,

tudo isso projetando, a seus olhos, na vida, um reflexo do perfil da infância vivida e ao mesmo tempo uma ordem moral e social, a ditar-lhes e alimentar-lhes um comportamento vinculado ao modelo institucional a ser seguido nas suas trajetórias de vida, ou seja, “estarem preparadas para servir a Deus, através do homem com polidez, humildade, submissão, obediência e temor a Deus”.

Os detalhes e as minúcias da vida institucionalizada, tão presentes na infância e, mesmo na adolescência, delineiam bens simbólicos, transferíveis a seus familiares, em especial a formação e valores.

A título ilustrativo, **M.L.P.B.** que sofria de eczema na cabeça, além de contar a seus filhos o gesto de solidariedade da irmã que lhe dava sobremesa diferenciada, asseverou que não tinha vergonha de dizer que fora órfã, aluna do orfanato, o qual era mesmo chamado de Asilo de Órfãs.

T.J.C. ficou solteira e ajuda a criar a sobrinhada, alicerçada nos valores absorvidos na Instituição, conforme suas palavras: “Gostava da educação de lá. Hoje sou o que sou pela educação de minha mãe que também estudou lá no Colégio da Santa Casa e aprendeu os mesmos costumes que eu aprendi lá. Acho que a criança é um brilhante que tem que ser polido”.

A senhora **Lr.M.**, segundo o seu depoimento, enfatiza ter sido um tempo muito bom em sua vida a internação, por ter-se curado de anemia aguda, sob pena de ter sido fatal. Deve, portanto, sua vida aos cuidados recebidos. “O orfanato valeu a minha vida. O conforto e a atenção que eu tinha lá dentro foi muito bom e positivo mesmo; tenho saudade daquele tempo. Não me achava em posição de caridade. Porque vim de situação pior, lá era o paraíso”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei este trabalho questionando se o “Asylo de Orphans”, instituição ao mesmo tempo em que assistencial-filantrópica, nas ruas de uma cidade marcada por conflitos de classe social e pela hegemonia da classe elitista, teria encontrado no confinamento as viáveis condições para evitar desvalidas e prepará-las para servir a Deus, através do homem, nos termos da Constituição das Irmãs de São José, com polidez, humildade, submissão, obediência e temor a Deus.

Buscamos preservar esse fio condutor, mesmo sabendo que, por vezes, algumas digressões elucidatórias ou subsidiárias fizeram-se pertinentes para clarificar a análise.

Um caminho foi trilhado e convivi com as egressas, suas histórias de vida, seus sonhos, suas contradições, que, por muitas vezes, pareciam advindas de uma obra de ficção.

Em relação às identidades das entrevistadas, configurou-se como um processo dinâmico de construção, perpassando pelo estigma de vítima da orfandade, mas, em especial, pela forma como articularam a formação educacional recebida na instituição e o destino que lhes era condicionalmente reservado na complexa teia de desafios sociais na caminhada pós-instituição.

Como pano de fundo, permaneceu o espírito filantrópico de uma cidade estratificada, mas com significativa facção elitista, que, através da Irmandade de Misericórdia, iniciou a prática de caridade à orfandade desvalidas da epidemia de febre amarela de 1889, dando continuidade a esse atendimento por seis décadas, até “cair o pano”, quando se encerrou o Asilo de Órfãs.

O Asilo de Órfãs, como instrumento e estratégia de política social, na elite campineira excludente, integrada pela Igreja, Imprensa e Elite - categorias sociais dominantes - viabilizou a prevenção de meninas prostituindo-se ou mendigando nas ruas, representando para Campinas o único local de acolhimento às órfãs pobres, preparando-lhes o amanhã, cujas portas se abriram a todas as nacionalidades, e, em especial, às negras, excluídas da maioria das instituições de ensino da cidade.

Naquele contexto histórico, percebemos que a questão racial em Campinas atinha-se a relações entre brancos e negros,¹⁵⁰ incomodando-se a sociedade com os negros livres no cenário urbano, ansiando pelo branqueamento de sua população, favorecido pela categoria étnica dos imigrantes, pois a cidade estava envolta pela presença de italianos e portugueses na vida agrícola e também no comércio e indústrias.

Identificamos que o prestígio desfrutado por Campinas, em âmbito local, regional e nacional era grande, demonstrado, entre outros aspectos, pela suntuosidade das campanhas em prol da fundação da ala das internas, em razão da epidemia de febre amarela. Podemos afirmar que a cidade, por esse tempo segundo Lapa (1995), figurava entre as mais importantes do país, seja pela cafeicultura ou pela classe elitista com muitos títulos de nobreza e abastança a permitir-lhe privilégios.

Conferimos que o Asilo de Órfãos representou uma das iniciativas mais bem sucedidas na vida de uma cidade para a solução de um problema social, embora jamais tenha havido a Roda de Expostos como nas instituições congêneres de outras cidades. Como se verificou, São Paulo possuía a Roda cilíndrica no Asilo de Órfãos anexo à Santa Casa, para onde eram levadas crianças abandonadas de Campinas, cujo perfil de cidade imponente, com considerável facção aristocrata, impedia esse tipo de instrumento para não a macular.

Coube-nos também inquirir até que ponto a denominada política social de atendimento à orfandade desafortunada, implementada pela Irmandade de Misericórdia da Santa Casa de Campinas, não se configurava como uma estratégia de escamoteamento da realidade fática em cotejo com as formas históricas de a sociedade elitista reproduzir as manobras que alimentam seus preconceitos e privilégios políticos, econômicos e religiosos.

Não descuidamos de contextualizar este estudo no concernente às regras das constituições das Religiosas de São José de Chambéry, cujos capítulos XXIII e XXIV

¹⁵⁰ Dentro da própria Igreja Católica de Campinas, essa questão racial fazia-se presente, e segundo (PEREIRA, 1999. p 278) negros ou mulatos não podiam integrar a Irmandade do Santíssimo, específica para brancos, indo os negros para a Irmandade São Benedito e os mulatos, para a do Rosário, razão pela qual “o padre José Joaquim de Souza Oliveira, vigário da cidade, não conseguiu ser membro da Irmandade do Santíssimo por ser mulato”

atinham-se à educação de meninas pobres e aos internatos e externatos de meninas abastadas, respectivamente.

De grande valia, para entendermos as práticas educacionais desenvolvidas pelas irmãs, figurou o art. 166, ao qual nos remetíamos para compreender as discrepâncias entre educar o pauperismo e educar as afortunadas, uma vez que, claramente, estava ali instituído que:

Art. 166. O cuidado das crianças pobres é uma das principais funções da Congregação, Neste laborioso mister e nesta grande missão é que as Irmãs devem desenvolver todo o ardor de seu zêlo; pois, é da boa ou da má educação das crianças que depende principalmente o futuro feliz ou infeliz da sociedade. Por isso elas se encarregarão da direção de salas de asilo para a infância, de escolas para crianças pobres e de orfanatos. Abrirão escolas domésticas, em que ensinarão às jovens os trabalhos manuais, próprios de sua condição.

O Asilo de Órfãs, anexo à Santa Casa, criado em 1876, apenas prestou atendimento em regime de externato, e somente, em razão da epidemia de febre amarela, foi implementada, em 1890 a ala interna para a orfandade. Esse atendimento emergente acolhia as órfãs pobres entre seis a quinze anos de idade, com certa flexibilidade e a formação abrangia instrução de primeiras letras, trabalhos domésticos e trabalhos manuais, com o condão de ser uma educação direcionada à condição a que pertenciam as asiladas, nos termos do estatuído no artigo 166 das Constituições da Congregação de São José de Chambéry.

Constatamos que as meninas confinadas advieram, inicialmente, da orfandade em razão da febre amarela, mas com o passar da época epidêmica, provinham, além da orfandade de pai, de mãe ou de ambos, também do pauperismo, de desorganização social da família ou demais situações emergentes.

Como não havia a Roda de expostos em Campinas, apenas foram acolhidas no Asilo órfãs recém-nascidas, cujas mães lá foram acolhidas, em regime de trabalho, como foi o caso de **Dor**. Portanto, as normas do regimento interno, por vezes, foram flexibilizadas.

E, durante o longo percurso trilhado, procuramos refletir sobre os direitos sociais da infância, fazendo passeios pelo direito romano, pelas ordenações filipinas, e pela legislação pertinente, sem a intenção de exaurir a busca, por extensa demais, merecendo

até posteriores estudos mais aprofundados, o que não significa não terem sido relevantes subsídios à problemática.

Buscamos, portanto, dedicar atenção aos direitos sociais, em especial, da órfã, os quais historicamente, como se pontuou neste trabalho, sem exauri-los, mostraram que as órfãs não tinham voz própria e eram, desde os primórdios do Brasil, inferiorizadas e destinadas ao casamento. No que se pertine à proteção da infância no século XIX, primeiramente, vigoraram as ordenações filipinas, depois tivemos os códigos penais de 1830 e 1890, em que o juiz cuidava de perquirir se o menor era ou não responsável por seus atos. No início da vigência do Asilo de Órfãs, a maioridade civil, dava-se aos 25 anos, depois com o advento do Código Civil de 1916, passou a 21 anos, razão pela qual havia a necessidade da tutela aos desprotegidos menores. O casamento era uma das condições para emancipar a órfã, prática muito utilizada e até recomendada pela Instituição pesquisada, quando a interna adquiria a capacidade núbil. E vale pontuar que o casamento retirava da interna a categoria de pertencer a um grupo, devendo instaurar-se uma nova ordem de inclusão social que lhe garantisse uma identidade como sujeito de direitos não sendo mais anônima integrante de um universo institucional.

A representação feminina de mulher casada deveria inaugurar-lhe um novo *status* social, acompanhado de respeitabilidade, de valorização pessoal e social por administrar um lar. Nessa posição, assumia o poder característico das mulheres, definido em nossa cultura como o espaço doméstico por excelência, e o casamento legitimaria o seu lugar de inclusão na sociedade. Nesse prisma, vale citar Quintaneiro (1996, p.153-154):

Na medida em que as mulheres eram tidas como ‘meros veículos de reprodução estavam, conseqüentemente, mais próximas da natureza (e dos animais inferiores) do que os homens.’ (Lewis, J. 82). Tal perspectiva colaborou ativamente para reforçar a doutrina de que a mulher devia resguardar-se na ordenada esfera doméstica, fazendo da casa o seu reino, povoando-o e criando nela um verdadeiro refúgio de felicidade. A propagação e internalização desses valores contou também com a cooperação entusiasta de pessoas do sexo feminino que pregavam o respeito à ordem natural das coisas: Sarah Ellis, autora inglesa de best-sellers e autoridade de meados do século, aconselhava: ‘como mulheres, então, a primeira coisa importante é estar contentes de serem inferiores ao homem – inferiores em capacidade mental, na mesma proporção em que vocês são em força física.’

Algumas se mantiveram solteiras, mas a grande maioria das egressas casou-se antes dos vinte anos, outras, alguns anos depois, em geral, abdicando do mundo do trabalho fora do lar. Pouco se falou sobre a qualificação do marido, deixando essa homena-

gem aos filhos, como resultado de uma vida familiar salutar, permeada de valores cristãos e normas de boa educação.

O casamento ressaltou no percurso de algumas egressas como primordial para a mudança de status social ou para alçar-se à categoria de ter uma família estruturada, entretanto, alguns depoimentos revelaram frustrações a esse sonho emancipatório, aceitas com resignação, e, nas horas mais difíceis aflorava a influência da formação recebida no tempo de confinamento.

O casamento, sempre estimulado às órfãs era envolto em uma aura de inviolabilidade, mesmo com situações conflituosas graves, embora uma delas tenha se referido à separação conjugal e outra à máquina de costura como confidente. Pudemos, portanto, entrever que nem todas as expectativas no casamento concretizaram-se, houve também decepções, no entanto, talvez, por terem vivido parte da vida fora do aconchego familiar, na categoria de órfãs, compensaram-se nos filhos e no espírito religioso que valorava o sacrifício.

Ajudam essa reflexão, como contraponto, para desmistificar o casamento como o berço da felicidade e clarificar as frustrações, as palavras de Barthes (1972, p. 36):

Conjugais.[...] O amor-mais-forte-que-a-glória reverte assim em favor da moral do “status quo” social: não é sensato sair-se da sua condição, reentrar nela é glorioso. Como recompensa, a própria condição pode desenvolver as suas vantagens, que são essencialmente as da fuga. Neste universo, a felicidade consiste em jogar o jogo de uma espécie de reclusão doméstica: questionários “psicológicos”, truques, trabalhos manuais, aparelhagem eletrodoméstica, estabelecimento de horários, todo este paraíso utilitário da “Elle” ou do “Express” glorifica a reclusão do lar, a introversão do casal no conforto doméstico, tudo o que possa distraí-lo, infantilizá-lo, inocentá-lo e, sobretudo, tudo o que o isenta de uma responsabilidade mais lata. “Dois corações e uma cabana.” No entanto, o mundo também existe. Mas o amor espiritualiza a cabana, e a cabana disfarça o barraco: assim se exorciza a miséria pela sua imagem ideal, a pobreza.

Um aspecto subsidiário à pesquisa foi a análise Código de Menores de 1927 que considerava como abandonados carentes uma gama de situações: os menores de dezoito anos, vítimas de maus tratos, mendicantes, libertinos; com pais falecidos, desaparecidos ou desconhecidos e sem tutores; ou com pais vivos, mas impossibilitados de mantê-los ou que praticassem atos contrários à moral e aos bons costumes; ou ainda por negligência ou exploração dos responsáveis.

E, constatamos, pelos relatórios da Irmandade de Misericórdia, que o Asilo de Órfãs, embora tivesse bem claras suas regras de acolher órfãs pobres, praticamente, des-

de a sua fundação, acolhia parte desse universo de situações conflituosas abrangidas pelo Código de Menores na categoria de abandonados, à exceção de libertinos, mendicantes, razão pela qual vemos depoimentos de egressas, cujos pais eram vivos, ou um deles doente ou um deles teria abandonado a família, gerando a necessidade de internação das filhas.

Um ponto muito importante a ser considerado no Código de Menores de 1927 com repercussão no Asilo de Órfãs foram os artigos 101 e 102 que tratavam do trabalho do menor, permitido a partir dos doze anos, mas vinculado à conclusão da instrução primária, que poderia ser estendida até os catorze anos, flexibilizando essa exigência, em caso de necessidade para subsistência dos mesmos, de seus pais ou irmãos. Isso fazia com que as órfãs produtivas fossem retiradas do Asilo, sem completar a instrução devida, fato manifestamente delatado nos relatórios bienais.

Em razão disso, verificamos que a própria Instituição buscou redefinir-se, coibindo abusos de exploração das asiladas pela sociedade, ao exigir providências severas e legalizadas, para valorizar o papel da assistência e educação oferecida às internas.

Refletimos, em uma trilha histórico-cultural, plena de contradições, que as relações sociais da misericórdia, balizadas no concreto, paradoxalmente, apresentavam-se excludentes em termos estruturais e históricos, com critérios discriminatórios de gênero e pobreza, e, paralelamente, includentes, no programa de internação. Todavia, as crianças confinadas, excluídas do convívio familiar, eram incluídas na Instituição, favorecendo a expectativa de que haveria um dia uma sociedade campineira sem exclusão, uma vez que as órfãs desvalidas estariam instruídas, educadas, treinadas, aptas à reintegração social, de modo saudável, não expostas aos riscos mundanos.

Entretanto, com essa política assistencial-filantrópica, o Asilo não erradicou a exclusão, talvez tenha-a minimizado, pois as medidas adotadas para incluí-las tinham um fim definido, próprio do status de ser órfã, restringindo-lhes oportunidades, por falta de uma política social mais ampla que mobilizasse outros segmentos da sociedade.

A documentação institucional como o relato das egressas remetiam a um processo contínuo de exclusão, de âmbito político-social, embora a excluída não percebesse sua exclusão, (BOURDIEU, 1992), e a aceitasse pacificamente – “por ser órfã não pude aprender a tocar órgão”; “por ser órfã negra não pude ingressar na escola normal e voltei

para o asilo”; “por ser órfã tinha que fazer faxina nos domingos na casa de benfeitores”; “por ser órfã interna limpava o dormitório de joelhos”; “por ser órfã negra a freira chamava-me de içá”; “por ser órfã trabalhava sem salário a troco da cama e mesa”; “por ser órfã minha benfeitora não permitiu que continuasse os estudos para trabalhar para ela nos serviços domésticos”; “por ter sido asilada fui discriminada pela família de meu noivo que pertencia à elite campineira”; “pelo estigma de órfã asilada fui injuriada pela minha nora”;...

Portanto, meramente assistir a órfã pobre parece ter sido uma maneira misericordiosa de decretar sua exclusão social e política, pois ficava à mercê de auxílios ou pretensas “proteções”. Em relação à filantropia, como discutiu (RIBEIRO, 1996, p. 149), a assistência “não solucionava os problemas dos empobrecidos, porque o conflito de classes estava acima dessas intervenções e auxílios beneficentes, apenas aliviavam o sofrimento”.

Águeda B. Bittencourt com significativas e profundas palavras clarifica a conotação utilitarista que tem envolvido a filantropia: “A diferença entre a caridade e a filantropia é que esta última busca o socorro útil. Sem a natureza de investimento, se inspira na moral da poupança. Mais do que doações materiais, dá-se conselho, ‘educação’ e bom exemplo”. (UHLE, 1992, p. 275).

Os relatórios bienais da Instituição aliados aos depoimentos das egressas demonstraram que entre as internas e a sociedade havia uma desigualdade, não tanto pela dimensão de carência, de ter menos, mas na dimensão de ser menos, fato detectado sob múltiplas formas concretas, como o próprio regimento interno, como a distinção feita pelas irmãs na educação das pobres “Órfã é prá lavar, passar e cozinhar e mais nada”¹⁵¹ e das externas que não precisavam submeter-se aos trabalhos domésticos; e também pelos depoimentos dos membros da Irmandade:

“O Asylo tem matriculadas 60 orphãs; estas vêm de procedências diversas, differentes nas cores, mais ainda nos costumes e nos hábitos que trazem(...) Administração interna luta com extraordinárias difficuldades para conseguir uma educação uniformedessa mescla de creaturas, de origens tão variadas e dirigidas até a entrada do Asylo por maneira

¹⁵¹ Essa frase foi proferida pela Madre Superiora à aluna interna **J.B.S.** quando a viu tomando lições de música com uma freira para aprender a manusear o órgão.

tão irregular e mesmo inconveniente e perigosa.”¹⁵²

No jogo das contradições e interpretação dos opostos, a par dos estigmas e exclusões sentidos por algumas das entrevistadas, muitas outras consideraram-se privilegiadas de terem recebido educação francesa no Asilo de Órfãs, sabendo portar-se com polidez na mesa, bordar com esmero, ... o que levavam como referencial para si próprias e modelo para as famílias que constituíram. Muito provavelmente, por terem recebido esse refinamento, boa educação, bons modos e bons costumes, viram o Asilo como um *colégio regular* onde criaram laços de amizades tanto com as próprias internas, com as externas e também com as freiras, com as quais mantiveram contatos pela vida afora.

“O caudal das lembranças correndo sobre o mesmo leito” (BOSI, 1994, p. 418), entendendo-se *o leito* como metáfora para o Asilo de Órfãs, revela situações e episódios que se aninham nas lembranças: as grandes festas da padroeira com uniforme de gala; a chegada dos soldados da 2^a. Guerra Mundial; a visita de familiares e das madrinhas; os cânticos do coral; as frutas do pomar- espaço cheio de possibilidades a traquinagens; a gruta; as aulas de bordado; o casarão de janelas azuis em que viveram parte de suas vidas; as missas solenes; os prêmios na formatura; a 1^a. comunhão; os retiros; os gostosos banhos no tancão; os recreios; ...enfim, tudo isso muito bem armanezado com detalhes.

As memórias individuais percorreram um longínquo caminho de volta “sobre o mesmo leito”, e ao remarem contra a corrente do passado, percebemos que se mesclavam fatos passados e presentes, às vezes, harmoniosamente, outras vezes, conflituosamente, como nos subsidia Pollak (1989). As memórias individuais ao se entrecruzarem para alçarem-se à memória coletiva, traziam semelhanças e distorções sobre o mesmo fato, formando um caleidoscópio de muitas formas e matizes, pois não se rema com a mesma exatidão, com o mesmo ritmo, nem na mesma direção, pois o mesmo leito possui inúmeras reentrâncias e muitas paradas, muitos obstáculos, corredeiras, e águas lentas e suaves. Cada uma aportou onde quis, indo e vindo, recuando e adiantando-se, e, assim, o ontem e o hoje se entrelaçara. As lembranças das depoentes construíram um único leito, porém com especificidades e cores diferenciadas, que subsidiaram a reconstrução do Asilo de Órfãs.

¹⁵² Fragmento retirado do Relatório da Irmandade de Misericórdia e Asylo, apresentado em 15 de janeiro, 1912, p. 12.

O Asilo era representado como o referencial do mundo circundante, de onde partiam as indicações dos demais pontos da cidade. Alguns detalhes chamavam a atenção das meninas: os espelhos cobertos; os retratos dos benfeitores no salão nobre; a fitinha vermelha de bom comportamento; o monumento de Padre Vieira; a capela com o esquife de Nossa Senhora da Boa Morte, tudo isso não envelheceu com as egressas.

E as freiras? Percebemos que algumas depoentes, resguardadas as divergências, buscavam nas freiras um substitutivo da ausência da mãe, presentes no dormitório, e, mesmo sendo austeras ou manifestando bondade e afeição, também a mãe biológica apresenta essa duplicidade de atitudes, própria de quem educa e tem por mister zelar pelo cumprimento das regras familiares de boa convivência e bons costumes.

Como a figura materna assim se constrói, com momentos de ternura entremeados com reprimendas, imposição de limites e castigos, assim também era a freira francesa, chamada de “*Mère*”, ou seja “mãe”. Em geral, as depoentes que tiveram uma representação negativa da mãe biológica, pelos mais variados motivos, insurgiam-se contra as freiras, como mecanismo de agressão, ou apegavam-se a elas, como compensação. Foram evidenciadas situações de mães biológicas presentes na Instituição Santa Casa exercendo trabalhos, mas ausentes em relação às filhas lá acolhidas, que ao verem de longe a mãe passar, sentiam saudade da mãe, ou seja a falta do contato corporal, da voz, da proximidade.

Também foi detectado que, no empenho de algumas egressas darem um sentido à sua trajetória, havia uma tendência de a memória gravitar ao redor de um único eixo - a mãe - se morta, por ter gerado o confinamento; se viva, não buscando meios de ficar com a filha. Expressões ouvidas como “Nunca fui feliz ou Minha mãe sempre teve ciúme de mim com meu padrasto” demonstravam esse trauma, que se arrastava para a vida. Bosi (1994, p. 197) ajuda-nos a entender esse processo de não superação de traumas quando explicita que:

“Um desejo de explicação atua sobre o presente e sobre o passado, integrando suas experiências nos esquemas pelos quais a pessoa norteia sua vida”.

Concretamente, em que pesem as contradições e as contingências que o Asilo de Órfãos teve de enfrentar em sua trilha institucional, foi a solução encontrada para uma

premência – resolver o problema da orfandade pobre - iniciado pela dimensão assistencial-filantrópica, orientado pela elite, pelo governo municipal e pelo manto da Igreja.

E naquele contexto de assistencialismo, o Asilo garantiu o direito social à sobrevivência material das internas pobres, órfãs ou em situações emergentes, segmentos absolutamente vulneráveis e incapazes de se manterem por si sós, merecendo toda a atenção da sociedade, em suprimento ao que o Estado deixava de fazer. E, nesse sentido, o Asilo deu-lhes o prato de comida, a cama, o vestido xadrezinho, a roupa branca de 1^a. comunhão, o sapato de pulseirinha, o pomar para sorver o verde das frondosas árvores de tamarindo e de mangas e de jabuticabas, o pátio para o lazer diário, a agulha de tricô, a linha do bordado, o lápis, o caderno de caligrafia, o livro de leitura, a tabuada, os óculos, os remédios, os cartuchos de doces, a datilografia, o desenho, o pano de amostra, ...enfim, tudo o que lhes permitiu olhar para o futuro com expectativa de inclusão no mercado de trabalho, condições morais para constituir uma família e administrar um lar. Por outro lado, não fechamos os olhos às mazelas relativas a distorções de toda a sorte, tanto em inculcações de mecanismos de dominação, como nas intercorrências enfrentadas pelas Mesas Administrativas, em nome da filantropia, por vezes, desvirtuada em seus fins, por vezes, buscando encontrar a trilha certa.

No que tange a restrições e impedimentos de continuar os estudos para uma profissionalização que lhes possibilitasse entrada mais qualificada no mercado de trabalho sopesaram as categorias: cor, orfandade e pauperismo. O atendimento emergencial que tiveram as informantes no Asilo de Órfãs, como fruto da caridade e da filantropia campineira, propiciou-lhes ensino primário e nas últimas décadas ensino de datilografia e de desenho.

Houve encaminhamentos ao Colégio Progresso e à Escola Normal, mas não se encontraram dados de quantas usufruíram desse privilégio. Muitas delas denunciaram que tiveram anseios castrados em razão de um “mas”, de uma conjunção adversativa.

Além de todas estas considerações, emerge um ponto altaneiro e surpreendente na pesquisa. A amostra apresentada propiciou-nos captar o potencial que representa a reconstrução das memórias pessoais para a compreensão de como as egressas se vêem na terceira idade, se ainda como órfãs submissas, e tementes a Deus ou como sujeitos da história de Campinas. Nesse sentido, as entrevistas ofereceram substratos, a partir das

vozes das egressas para perceber o que elas sentiram nesse processo. Chamou atenção o fato de as externas falarem muito pouco, pois tinham suas identidades preservadas, suas casa, família, sem qualquer conotação de confinamento.

À medida que muitas delas iam reconstruindo a sua história pessoal, com a própria voz, passaram a se perceber como sujeitos da história de Campinas, em uma dimensão política de inclusão, libertando-se de um passado excludente, para tornarem-se autônomas, numa busca de resgate de identidade. Essa libertação da categoria de excluídas, que lhes tinha sido atribuída no orfanato, concretizou-se não em razão da formação recebida, nem do emprego, nem do casamento, mas deveu seu mérito à própria voz da pesquisa, na exploração da memória de cada uma, emergindo uma força interior, rompendo as amarras de um passado acorrentado na menos valia: “Eu nunca poderia imaginar que alguém fosse se interessar pelo Asilo de órfãs da Santa Casa. Que alegria! A senhora está me fazendo voltar aos tempos de criança com tantas lembranças de coisas que ninguém nunca me pergunta, nem perguntou”.

E essa liberdade falou tão alto a ponto de uma delas ter passado a escrever a história de sua vida, almejando transformá-la em livro, com o título “*Orfã de paes vivos*”, reconstruindo seu passado e construindo seu presente, como alguém que foi ouvida porque tem voz, segundo Ferraroti (1983). Tanto que algumas que não foram entrevistadas, por decurso de tempo hábil, sentiram-se excluídas ao me perguntarem: “Mas vou ficar de fora?” Este ficar de fora significa ficar à margem, não ter a oportunidade de ser sujeito constituinte da história da cidade.

Podemos dizer que renasceu a mulher contida naquela órfã que se libertou, ou até podemos ousar clamar que nasceu uma nova mulher, porque a pesquisa foi buscá-la para que ela não fosse mais anônima, “um anjinho de longas asas da procissão de 15 de agosto”, pertencente a um grupo excluído.

A grande descoberta foi esta redefinição de seu papel feminino não servil, de poder falar, de usar a liberdade pessoal a serviço de si mesma, de seus anseios, de seus sonhos, de suas vontades, não a serviço de um marido, de um patrão, de uma freguesa, e proclamar alto que o Asilo de Órfãs de Campinas está representado como um instrumento de política social legitimado pela pesquisa.

Nem todas, no entanto, conseguiram sentirem-se protagonistas da história desta cidade, por ainda não conseguirem ter voz, ou seja, entrar no abismo da exclusão, no velho estigma para eliminar o antigo estabelecido. Nem todas arriscaram esse complexo desafio de perder-se a si mesma para, finalmente, encontrar-se a si mesma, na inclusão. A representação simbólica ainda ficou muito forte em algumas, a ponto de não quererem ser fotografadas, ou por não quererem lembrar daquele tempo de Asilo, ou não quererem ser entrevistadas.

Cabe-nos refletir que a representação simbólica do Asilo, mesmo tendo sido discriminante ou repressora, pela voz que a exterioriza, acaba revelando um caminho oculto, abrindo novas avenidas para quem fala e para a cidade de Campinas. E daí, passasse a compreender que o Asilo embora tenha sido muito silenciado, depreciado, esteve presente, como sombra e luz. Porém, esse mergulho dentro de si mesma não foi possível a todas elas, pois a busca do auto-conhecimento é uma busca de uma vida inteira, tarefa difícil e corajosa. Mas muitas conseguiram se auto-afirmarem e podem dizer: “A história de Campinas passa por mim!”

Cumpre-nos considerar que essa descoberta de ser protagonista da história não invalida o papel da maternidade, o qual é inerente e inseparável do caráter feminino, a ponto de algumas egressas terem se realizado na auto-maternidade, cuidando dos outros como filhos, como pontua Zwieg (1994).

Pelos discursos das egressas quanto à trajetória de suas vidas, em todas as dimensões abordadas, chamou-nos a atenção a não continuidade de estudos, por necessidade de trabalho ou por falta de incentivo; o orgulho pela formação recebida com ênfase nos trabalhos manuais e na religião como consolo às aflições, como esperança de superá-las, como resignação em aceitá-las, como promessa de vida eterna, e também como valores transmissíveis aos filhos.

Podemos asseverar que o Asilo de Órfãos esteve a serviço da elite em um atendimento às meninas pobres, contemplando contradições: de um lado, o acirramento das desigualdades, por conta das discriminações sociais e exploração de mão-de-obra gratuita ou rendosa; de outro lado, educação privilegiada lado das externas, com boa formação básica permeada de valores evangélicos, em que o confinamento, naquele contexto, era uma longa *manus* do Estado.

Enquanto a criação do Asilo foi um acontecimento notável, que mobilizou parte da nação, o seu fechamento foi silencioso, como a tarde que se finda, com o sol se escondendo, sem pedir licença a ninguém, levando consigo a luz do dia; a noite irrompe com sua magia, para depois de longas horas de escuridão ceder lugar ao sol que despon-ta, matizando o horizonte. No entanto, em um dia furtivo da década de cinqüenta, a noite não se findou, o dia não renasceu, e o Asilo de Órfãs ficou perdido, imerso na escuridão, somente na memória de quem por ali passou e na história arquivada de Campinas, que já não era a mesma. Emergiam novos interesses e novo perfil de cidade, tornando-se cada vez mais um “pólo industrial com indústrias de porte e capital estrangeiro, multiplicação de bairros, inauguração da Via Anhanguera propiciando contínuos fluxos migratórios, crescimento de perímetro urbano” (BATTISTONI FILHO, 2002, p. 59), criação de novas faculdades, adaptação a novos tempos, exigindo adequações sócio-político-econômicas.

Entretanto, as verdadeiras razões pelas quais o dia não mais despontou, e o sol nunca mais trouxe a sua luz permanecem sem resposta, não as temos.

Esperamos que todas as buscas e caminhos desbravados sirvam de clareira de luz a outros caminantes do amanhã, sedentos da construção e reconstrução desta história contada e vivida no casarão de janelas azuis, em cujas vetustas paredes vozes ainda ecoam ou escondem-se atrás dos panos que cobriam os espelhos, e, se decerrados, quantas revelações ainda poderão advir, clarificando mais a verdade fática do que se mantém obscuro. Sempre há o que colher na história de uma instituição com foco na revelação substantiva subjacente aos silêncios que resistem mudos.

BIBLIOGRAFIA

- ALANIZ, A Gicelle Garcia. **Ingênuos e libertos: e estratégias de sobrevivência familiar épocas de transição 1871-1895**. Campinas: Centro de Memória da UNICAMP, 1997.
- ALBARELLO, Lui et al. **Práticas e métodos de investigação em ciências sociais**. Tradução de Luísa Baptista. Lisboa: Gadiva, 1997.
- ALBERT, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil 2- Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALMEIDA, Fernando H. Mendes de (org.). **Código de Menores**. São Paulo: Saraiva, 1960.
- ALTAVILA, Jaime de. **Origem dos direitos dos povos**. São Paulo. 1989.
- ALTOÉ, Sônia. **Menores em tempo de maioridade: do internato-prisão à vida social**. Rio de Janeiro: Santa Úrsula. 1993.
- AMARAL, Leopoldo (org.). **A cidade de Campinas em 1901**. Campinas: Livro Azul, 1900.
- _____. **A velha Campinas**. Campinas: Gazeta de Campinas, junho de 1929.
- APPENZELLER, Marina. **O ato fotográfico**. 3.ed. Campinas: Papirus, 1993.
- ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.
- _____. **A Condição Humana**. São Paulo: Forense Universitária, 2001.
- ARIÈS, Phillipe. **História social da criança e da família..** Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- ÀS ORPHÃS**, Campinas, [S.l.: s.n.], 1890.
- AZANHA, José Mário Pires. **Uma idéia de pesquisa educacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.
- AZZI, Riolando. **A Igreja e o menor na história social do Brasil**. São Paulo: Cehila-Ed. Paulinas, 1992.
- _____. A igreja e a república no Brasil. **Vida Pastoral**, São Paulo, p.25-29, maio/junho 1989.
- _____. A romanização da igreja a partir da república (1889). In: _____. **Incul-turação e libertação**. 1986. p. 105-116.

_____. Dom Antônio Joaquim de Melo, Bispo de São Paulo (1851-1861) e o movimento de reforma católica no século XIX. **Revista Eclesiástica Brasileira**, São Paulo, v.35, n.140, p.902-922,1975.

_____. Os jesuítas e o movimento brasileiro de reforma católica no século XIX. **Convergência**, São Paulo v.96, n. ano IX, p.491-505, 1976.

BAENINGER, Rosana. **Espaço e tempo em Campinas**: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996. v5. (Campiniana)

BALANDIER, George. **O poder em cena**. Brasília: UnB, 1980.

BARCELLOS, Henrique de (org). **Almanack do Correio de Campinas para 1886**. Campinas: Typ. do Correio de Campinas, 1885.

BARTHES, R. **Leçon**. Paris: Seuil, 1977.

_____. **Mitologia**. São Paulo: Bertrand, 1972.

_____. **Fragmentos de um discurso amoroso**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

BATTISTONI FILHO, Duílio. **A vida cultural em Campinas nos anos 20**. Campinas: [s.n.], 1986.

_____. , Alguns aspectos da arquitetura urbana em Campinas. Campinas: Komedi, 2002.

BAUDELLOT, C., ESTABLET, R. **A escola primária segregada**. Paris: Maspéro, 1975.

BAZILIO, Luiz Cavalieri. Infância "rude" no Brasil: alguns elementos da história e da prática. In: Gondra, José. **História, infância e escolarização**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

BEAUVOIR, Simone de. **La Vieillesse**. Paris: Gallimard, 1970.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Igreja e poder em São Paulo**: D. João Batista Corrêa Nery e a normanização do catolicismo brasileiro (1908-1920). São Paulo, 1999. 284f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Faculdade de Filosofia , Letras e Ciências Humanas, USP.

_____. "Ide por todo mundo": a província de São Paulo como campo de Missão Presbiteriana 1869-1892. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

_____. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). **Educar em Revista**, Curitiba, n.18, p. 103-141, 2001.

BEOZZO, J. (org.). História da igreja no Brasil no século XIX. 2.ed. In: **História geral da igreja na América Latina**. Petrópolis:Vozes, Paulinas, 1985.t.II,

BERGSON, Henri. **Matière et mémoire**. In Henri Bergson, *Oeuvres*. Paris: PUF, 1959.

BERTAUX, Daniel. L'approche Biographique: sa validité methodologique, ses potentialités. In Cahiers internationaux de Sociologie.[S.l.: s.n], 1980. v. LXIX.

BERTAUX-WIAME, Isabelle et al. A propósito das biografias: olhares cruzados sobre questionários e entrevistas. [S.l.], s/d.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1982

BIROLI, Maria Izabel de Azevedo Marques. **Os filhos da república**: a criança pobre na cidade de São Paulo 1900-1927.246f..2000. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BOSI, Ecléa. **Simone weil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Memória e sociedade- lembrança de velhos. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BOULOS Jr., Alfredo. **História do Brasil, império & república**. São Paulo: FTD, 1997.

BOURDIEU. P. **A economia das trocas simbólicas**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva,1992. (Estudos).

_____. O poder simbólico: memória e sociedade. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean C. **A Reprodução**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRANCO, Camilo Castelo. **Mulher fatal**. 2.ed. Lisboa: Difel, 1987.

BRASIL. **Código canônico**. Promulgado por João Paulo II. São Paulo: Loyola, 1983.

BRASIL. **Código civil**. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Antonio Luiz de Toledo Pinto; Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt; Livia Céspedes. 53. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Código de menores**. Organização dos textos, índices e notas por Fernando H. Mendes de Almeida. São Paulo: Saraiva, 1960

- CALDEIRA, Jorge. **A Nação Mercantilista**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- CALÓGERAS, P. **Os jesuítas e o ensino**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.
- CAMARGO, Monsenhor Paulo Florêncio da S. **A Igreja na história de São Paulo (1851-1861)**. São Paulo: Instituto Paulista e Arte Religiosa, 1953. v7.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.
- CAMÕES, Luiz Vaz de. **Edição de rimas**. [S.l.: s.n.] s.d.
- CAMPOS, Pe J. Narino. **Brasil: uma Igreja diferente**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1981.
- CAPELATO, Maria Helena R. Multidões em cena propaganda política no varguismo e peronismo. Campinas: Papirus, 1988.
- CARNEIRO, A. Histórico da epidemia em Campinas (1889/90). Campinas: Tip. Cardona, 1891.
- CARVALHO, R. Machado. **A causa de beatificação de Madre Teodora**. São Paulo, 1970.
- CASTRO, Celso A Pinheiro. **Sociologia do Direito**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., 2000 Rio de Janeiro; CONGRESSO EDUCAÇÃO NO BRASIL: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA, 1., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2000.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA, 1º boletim n. 6:1921-22**. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1924.
- CARDONA F. e ROCHA José. **ALMANACK DE CAMPINAS: literário e estatístico 1892**. Campinas: Typ. Cardona, Organização e Publicação, I Anno, 1891.
- CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de sociologia jurídica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- CHALBOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- CHARTIER, R.A. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n.13, 1992.
- CHARTIER, R.A.. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.
- CHRONIQUES de la **Congrégation des Soeurs de Saint-Joseph de Chambéry**. Chambéry: Imprimeries Réunies, 1936.
- COELHO, Camilo Geraldo de Sousa, **Ata de Transladação dos despojos de D. Joaquim José Vieira**. Campinas: [S.l.], 1956.
- CONNERTON, Paul. **Como as sociedades se recordam**. Tradução de Maria Manuela Rocha. Oeiras: celta, 1993.
- CONSTITUIÇÕES DAS RELIGIOSAS DE SÃO JOSÉ DE CHAMBÉRY**, sob a Proteção da Imaculada Mãe de Deus. Roma: Casa Generalícia, 1951.
- CORALINA. Cora. **Vintém de cobre: minhas confissões de Aninha**. 5.ed. São Paulo: Global, 1995.
- CORAZZA, Sandra Mara. **História da infância sem fim**. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2000.
- CORREIA, Alexandre; SCIASCIA, Gaetano. **Manual de direito romano**. São Paulo: Saraiva, 1949.
- COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org). **Entre a virtude e o pecado**. São Paulo: Rosa dos Ventos- Fundação Carlos Chagas, 1992.
- COSTA, M. J. D. **História do direito português**. Coimbra: Livraria Almedina, 1996.
- COURTINE, J. J. **Quelques problèmes** Théoriques et Methodologiques in analyse de discours, in Langages. Paris: Larousse, 1981.
- CRETELLA Jr., J. **Direito romano moderno**. Rio de Janeiro: Forense, 1971.
- CUNHA, Maria Iza Gerth da. **Educação feminina numa instituição total confessional católica**: Colégio Nossa Senhora do Patrocínio. 1999.189f..Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia , Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP.
- CURY, Vera de Arruda Rozzo. **Introdução à formação jurídica no Brasil**. Campinas: Edicamp, 2002.
- DALLARI, Dalmo de Abreu; KORCZAK, Janusz. **O Direito da criança ao respeito**. São Paulo: Summus, 1986.
- DERMATINI, Zeila de B. F. **Coronelismo e a educação na primeira República**. **Educação e Sociedade**, n.34, p. 44-74,1989.

_____. **Crianças como agentes do processo de alfabetização no final do século XIX e início do XX.** In: Monarcha, Carlos (org). **Educação da infância brasileira: 1875-1983.** Campinas: Autores associados, 2001. p.121-156.

_____. **Observação sobre um tema controverso: população rural e educação em São Paulo.** 1979. Tese (Doutorado)- USP.

_____. **Relatos orais: nova leitura de velhas questões educacionais.** Revista Portuguesa de Educação, Portugal, v.8, n.1, p.5-20, 1995.

_____. **Resgatando imagens, colocando novas dúvidas: reflexões sobre o uso de fotos na pesquisa em história da educação.** Cadernos CERU, São Paulo, Série 2, n. 8, 1997.

_____. **Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa.** In: LANG, Alice B.. da S. G. (org) **Reflexões sobre a pesquisa sociológica.** São Paulo: CERU, 1992 (Coleção Textos. Série 2, 3).

_____. **Velhos mestres das novas escolas: um estudo das memórias dos professores da primeira República em São Paulo.** São Paulo: CERU, 1984.

DeMAUSE, Lloyd. **LA EVOLUCIÓN DE LA INFÂNCIA.** In: _____ **Historia de la infancia.** Madrid: Alianza, 1995. p.15-92.

DEMO, Pedro. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1981.

DOLTO, Françoise; HAMAD, Nazir. **Destinos de crianças: adoção, famílias, trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DOMINGUES, Octavio. **Eugenia: seus propósitos, suas bases e seus meios.** São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1942.

DUARTE, Rafael. **Campinas de outrora.** São Paulo: Andrade & Mello, 1905.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** 3. ed. São Paulo: Nacional, 1963.

_____. **Leçons de sociologie.** Paris: PUF, 1950.

_____. **Sociologia, educação e moral.** Porto: Rés, 1984.

ELIAS, Norberto. **A condição humana.** Lisboa: Difel, 1991.

_____. **Mozart sociologia de um gênio.** Tradução de Sérgio G. de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 3., 1999, Mariana.

- Anais...** Mariana: Centro de Estudos Mineiros da FAFICH/UFMG, 1999.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart de; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; PRADO, Patrícia Dias (orgs). **Por uma cultura da infância**: metodologias de pesquisa com crianças. Campinas: Autores Associados, 2002. (Educação Contemporânea).
- FARIA, C. Coelho de. **Vida e Obra de Madre Teodora**. Da Academia Cristã de Letras. Mordomo do Depto de Geriatria de D. Pedro II da Irmandade de Santa Casa de São Paulo.
- FELDSTEIN, Leonard C. "The human body as rhythm and symbol: a study in practical hermeneutics". *Journal of Medicine and Philosophy*, v. 1, n.2., 1976.
- FERNANDES, Florestan; GATTÁS, Ramzia. **A história de vida na investigação sociológica**: a seleção dos sujeitos e suas implicações. [S.l.: s.n] p.121-140.
- _____. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus / Ed. ESP, 1966. (Ciências Sociais Dominus, 6).
- FERNANDES, Renata Sieiro. **Memórias de menina**. Cadernos CEDES, Campinas, n.56, p. 81-100, 2002.
- FERRAROTTI, F. **Histoire et histoires de vie**: la methode biographique dans les sciences sociales. Paris: Librairie des Méridiens, 1983.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. "**HISTÓRIA ORAL: um inventário das diferenças**". In Entrevistas: abordagens e usos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- FERREIRA, Francisco de Paula. **Teoria social da comunidade**. São Paulo: Herder, 1962.
- FLORES, Jorge Rojas. **Los niños cristaleros: trabajo infantil em la industria**. Chile: [s.n], 1996.
- FRANCA, Leonel.E. da S. **O método pedagógico dos jesuítas**. "Ratio Studiorum": introdução e tradução. Rio de Janeiro: Agir, 1952.
- FREINET, Celestin. **Educação para o trabalho**. Lisboa: Presença, 1974. v2.
- FREIRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 3.ed. Rio de Janeiro: Schimdt Editor, 1838.p. XI.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez. 1997.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 20^a. ed.,1999.

- _____. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- _____. **História da sexualidade, 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1990a.
- _____. Poder-corpo. In: _____. **Microfísica no poder**. Rio de Janeiro: 1990b.
- _____. **Doença mental e psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo, 1991a.
- _____. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1991b.
- _____. **As palavras e as coisas**. Tradução de Salma Iannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FURTER, Pierre. **Educação e reflexão**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.
- GADOTTI, Moacir. **Educação contra a educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GAFFRE, L. A. **Visions du Brésil**. Paris: Aillaud, Alves & Cia, 1912.
- GARCEZ, S. Matheus. **O novo direito da criança e do adolescente**. Campinas: E.V. Editora Ltda, 1994.
- GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 16.ed. Rio de Janeiro: Editora de Fundação Getulio Vargas, 1995. (Biblioteca de Administração Pública, 14).
- GARCIA, Rodolfo. **As órfãs**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico, v. 192, 1946.
- GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa**. Lisboa: Terremar, s.d.
- GHIRALDELLI Jr., Paulo. **História da educação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- GIL, Gilberto. **O eterno Deus Mudança**. LP WEA 670.8059, 1989
- GINZBURG, Natalia. **Léxico Familiar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- GIORDANI, M. C. **História de Roma: antiguidade clássica II**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GIROUX, Henry A. Marxism and schooling: the limits of radical discourse. **Educational Theory**, v.34, n. 2. 1984.
- GLAUCO, Carneiro. **O poder da misericórdia: a Santa Casa na história de São Paulo**. São Paulo: Press Grafic, 1986. v2.
- GODOY, Eduardo. **Coisas do nem pensar**. São Paulo: Gráfica Palas Athenas, 1993.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e sus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GREIMAS, Algirdos Julien; LANDOWSKI, E. **Análise do discurso em ciências sociais**. São Paulo: Global, 1986.

HALBWACHS, M. A **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOMENAGEM À MADRE TEODORA – 1859-1919. São Paulo:Escolas Profissionais salesianas, 1919

HOMO, Leon. **Las Instituciones políticas romanas de la ciudad al Estado**. México: Union Tipografica Hispano Americana, 1958.

ILIENKOV, E. Elevação do Abstrato ao Concreto. In: DIAS, P. L. **Teoria, estrutura y método**. Ediciones Cultura Popular, Division de Estudios de Posgrado de la Faculdade de Economia/UNam, 1983.

IRMÃS de São José. **Revivendo um longo passado**: Irmãs de São José 1648-1958. São Paulo: Ave Maria, 1955.

IRMÃS de São José. **Textos primitivos**: "como um grão de mostarda...". [S.l.: s.n.], s.d.2v.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE. Centro de Documentação e Pesquisa **CEDOP**. Regimento da Caza dos expostos da Santa Caza de Misericordia da Cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: Typ. De Isidoro Joze Lopes, 1842.

ISAU, Manoel. **As escolas sob regime de internato e o sistema salesiano de educação no Brasil**. 1999. 489f..Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

JESUS, Damásio E. de. **Código Penal anotado**. 7ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

KENSKI, Vani Moreira. **Memória e Prática Docente**. Campinas: Coleção Seminários – 2 – do Centro de Memória *apud* MENESES, 199-?

KLEIN, Luiz Fernando. **Atualidade da pedagogia jesuítica**. São Paulo: Loyola, 1997.

KULHMANN Jr, Moisés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica.Porto Alegre: Mediação, 1998.

- KUNKEL, W. **Historia del derecho romano**. Barcelona: Editorial Ariel. 1994.
- LACAN, Jacques. **A família**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1987.
- LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo; CAMPOS, M.C.S. de Souza; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. **História oral e pesquisa sociológica**: a experiência do CERU. São Paulo: Humanitas, 1998.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **Os cantos e os antros**. São Paulo: EDUSP, 1995.
- LARROYO, Francisco. **Historia geral da pedagogia**. São Paulo: Mestre Jou, 1970. 2v.
- LA SALLE, J.B. **Regra de decore e de civilidade cristã**. Troyes: P. Bourgoing, 1711.
- LEFÈBVRE, H. La vida cotidiana en el mundo moderno. Madri: Alianza, 1972.
- _____. **A Reprodução das Relações de Produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973
- _____. **Critique de la vie quotidienne**. Paris: l' Arche Editeur, 1958.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.
- LEITE, Ligia Costa. **Meninos de rua**: o rompimento da ordem 1554-1994. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- LEITE, Maria Isabel Ferraz Pereira. **Brincadeiras de menina na escola e na rua: reflexões da pesquisa no campo**. Cadernos CEDES, Campinas, n.56, p.63-80, 2002.
- LERENA, Carlos A. **Reprimir y liberar**: crítica sociológica dela educación y de la cultura contemporáneas. Madrid: Akal, 1983.
- LISBOA, José Maria (org). **Almanack de Campinas para 1873**. Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, Anno III.
- LOBO, Abelardo Saraiva da Cunha. **Curso de direito romano**. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1931.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisas em educação**: abordagem qualitativa. São Paulo: EPU, 1986.
- MACIEL, C. da S. Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1921). Campinas: Editora da UNICAMP, 1987.
- MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Cera a modular ou riqueza a preservar: a infância nos debates educacionais brasileira (1920-30). In: Gondra, José. **História, infância e escolarização**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina**: os colégios das Irmãs de Saint-Joseph de Chambéry (1859-1919).1988. 306f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: HICITEC, 1998.

_____. (org.) **Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1993. v3.

MARIANO, Júlio. **Campinas de ontem e anteontem**: quadros históricos menos conhecidos da cidade princesa, que se traçaram, tendo por base documentos inéditos do arquivo da Câmara Municipal de Campinas. Campinas: Maranata, 1970.

McLAREN, Peter.. **Rituais na escola, em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação**. (trad.)MARQUES, Juracy C.; BIAGGIO, Ângela M. B Petrópolis: Vozes, 1992.

MARWICK, Elizabeth W. Natureza y educación: pautas y tendencias de la crianza de los niños em la Francia del siglo XVII. In: DeMAUSE, Lloyd. **Historia de la infancia**. Madrid: Alianza, 1995. p. 286-332.

MATOS, H C. José. **No momento da misericórdia**. Belo Horizonte: O Lutador. 1996.

MEIRA, Sílvio A. B. **Instituições do Direito Romano**. 3 ed. São Paulo: Max Limond, 1968.

_____. **A lei das XII tábuas**: fonte do direito público e privado. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Forense, 1961.

MEIRELLES, Cecília. **Poemas Escritos na Índia**. Livraria São José, Rio de Janeiro, 1962.

MELLO PUPO, Celso Maria de. **Campinas, seu bêrço e juventude**. Campinas: Publicações da Academia Campinense de Letras, 1969.

MENESES, Adélia Bezerra de. **As faces da memória**. [S.l.]: CMU, 199-?.(Seminários, 2)

MERTON, Robert K. **Social conformity, deviation, and opportunity-structures**. American Sociological Review, XXIV (abril de 1959), p.177-189.

MESGRAVIS, Laima. **A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599?-1884)**.São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

_____. A assistência à criança desamparada e a Santa Casa de São Paulo: a roda dos expostos no século XIX. **Revista de História**, v.II, n.103, p. 120-130, 1975.

MILLER, Alice. **Por tu próprio bien**: raíces de la violencia em la educación del niño. Barcelona: Tusquets, 1980.

MISHIMA, Yukio. **Confissões de uma máscara**. Tradução de Manuel Paulo Ferreira. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

MONARCA, Carlos (org.). **Educação da infância brasileira 1875-1983**. Campinas: Autores Associados, 2001.

MONOGRAFIA histórica do município de Campinas. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Direito de família**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do et al. **Memórias da Educação: Campinas (1860-1850)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Arcadas do tempo**: o Liceu tece cem anos de história. São Paulo: Ed. Dórea Books and Arts, 1997.

_____. Educar para a cidadania através de valores cristãos. In: DEMARTINI, Zeila de Brito F. (coord.). **Memórias da Educação: Campinas (1860-1850)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

OTÁVIO, Benedicto (org.) D. João Nery, 1º. Bispo de Campinas- Saudosa homenagem à sua memória. São Paulo: Of. Graf. Cardozo Filho, 1920.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Comentário ao novo código de menores**: (Lei n. 6.697, de 10-10-1979). São Paulo: Sugestões Literárias S/A, 1980.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1985.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PAIVA, V. (org.). **Catolicismo, educação e ciência**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

PAULA, Carlos Francisco de. A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS: monografia histórica até o 70º. aniversário de inauguração. In: **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS – PRIMEIRO CENTENÁRIO- MDCCCLXXI-MCMLXXI**. São Paulo: Revista dos Tribunais S.A., 1972. P.77 -234.

- PAZ, Octávio. **Sóror Juana Inés de la Cruz**: as armadilhas da fé. São Paulo: Mandarim, 1998.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições do direito civil**. Rio de Janeiro: Forense. 1991.
- PEREIRA, José Gaudino . O Colégio São Benedito- A Escola na Construção da Cidadania. In: DEMARTINI, Zeila de Brito F. (coord.). **Memórias da Educação: Campinas (1860-1850)**.Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.15, n. 29, 1995.
- PESTALOZZI. **Cómo Gertrudis enseña a sus hijos**. Buenos Aires: Centre Editor de América Latina, 1967.
- PETITAT, André. **Produção da escola**: produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente.Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- PICHOT, André. **O eugenismo**: geneticistas apanhados pela filantropia. Lisboa: Instituto Piaget. s.d.
- PIERANGELI, José Henrique. **Códigos penais do Brasil**: evolução histórica. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: v.2, n. 3, p.3- 15, 1989.
- POLYANTHÉA HOMENAGEM À MEMÓRIA DO EXMO. REVMO. D. JOAQUIM JOSÉ VIEIRA. Campinas: Livro Azul, 1917.
- POMPEU, A. **Os paulistas e a igreja**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1929.
- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1983.
- PRIORE, Mary del (Org.). **História das crianças do Brasil**. São Paulo: Contexto, 999.
- _____. **História das mulheres do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. **Mulheres no Brasil colonial**. São Paulo: Contexto, 2000.
- QUINTANEIRO, Tania. **Retratos de mulher**: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajadores do século XIX. Petrópolis: Vozes, 1996.

RANZI, Serlei Maria Fischer. Fontes orais, histórias e saber escolar. **Educar em Revista**, Curitiba, n.18, p.29-42, 2001.

REALE, M. Horizontes do direito e da história. São Paulo: Saraiva. 2000.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence de Campinas 1863-1889**. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

RIBEIRO, Vitor. **A Santa Casa de Misericórdia de Lisboa – 1498-1898**. Lisboa: Academia Real das Sciencias. 1902

RODRIGUES, A C. **Institutas do Imperador Justiniano**. Recife: Mercantil. 1879.

RODRIGUES, José Albertino (org.); FERNANDES, Florestan (coord.). **Durkheim-Sociologia**. São Paulo: Ática, 1995.

RODRIGUES, Leda Maria Pereira. **A instrução feminina em São Paulo**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1962.

ROSE, Nikolas. **Governing the soul: the shapping of the private self**. London: Routledge, 1989.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. Confessions. Paris: Garnier, 1980.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. **Primeiro centenário MDCC-CLXXI-MCMLXXI**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado Conego Joaquim José Vieira em assembléa geral a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Campinas em 26 junho de 1881. Campinas: Typ. Gazeta de Campinas, 1881.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado provedor padre Francisco de Abreu Sampaio em assembléa geral a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Campinas no biennio de 1883-1885. São Paulo: Typ. A Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1885

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado Major Antonio Luiz Rodrigues em assembléa geral a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Campinas no biênio de 1885-1887. Campinas: Typ. do Livro Azul, 1887.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado em assembléa geral a administração da Santa Casa de Misericórdia de Campinas em 2 de julho de 1899. Campinas: Typ. Livro Azul, 1899.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório da administração apresentado em assembléa geral a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas em 7 de julho de 1903. Campinas: Livro Azul, 1903

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado em assembléa geral a administração da Santa Casa de Misericórdia de Campinas em 25 de fevereiro de 1906. Campinas: Typ. Livro Azul, 1906

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado em assembléa geral a administração da Santa Casa de Misericórdia de Campinas no biennio 1908-1909. Campinas: [S.l.], 1910

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado em assembléa geral ao provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas no biennio de 1910-1911. Campinas: [S.l.], 1912.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado em assembléa geral ao provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas no biennio de 1914-1915. Campinas: [S.l.], 1916.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado em assembléa geral a administração da Santa Casa de Misericórdia de Campinas ao biennio de 1916-1917. Campinas: [S.l.], 1918

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório da administração apresentado a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas de 1918 à 1923. Campinas: Typ. da Casa Mascotte, 1924.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado em assembléa geral da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas na data do 50 aniversário da fundação da Santa Casa. Campinas: [S.l.], 1926.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado em assembléa geral a administração da Santa Casa de Misericórdia de Campinas ao biennio de 1924-1925. Campinas: Typ. da Casa Mascotte, 1926.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado em assembléa geral a administração da Santa Casa de Misericórdia de Campinas ao biennio de 1926-1927. Campinas: [S.l.], 1928.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado em assembléa geral a administração da Santa Casa de Misericórdia de Campinas ao biennio de 1928-1929. Campinas: [S.l.], 1930.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado em assembléa geral a administração da Santa Casa de Misericórdia de Campinas ao triennio de 1929-1931 Campinas: [S.l.] 1932.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado em assembléa geral a administração da Santa Casa de Misericórdia de Campinas ao biennio de 1932-1933. Campinas: Typ. da Casa Genoud, 1934.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado em assembléa geral a administração da Santa Casa de Misericórdia de Campinas ao biennio 1934-1935. Campinas: Typ. da Casa Genoud, 1936

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado em assembléa geral da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Campinas do biênio de 1936-1937. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado em assembléa geral a Irmandade da Santa casa de Misericórdia de Campinas do biênio 1938-1939. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1940.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado em assembléa geral Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Campinas do biênio 1942-1943. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1944.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado em assembléa geral da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Campinas no biênio 1948-1950. Campinas: Typ. Da Casa Mousinho, 1951.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado pelo provedor José Cassio de Macedo Soares à mesa administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo 1951. São Paulo: O Papel Ltda., 1952.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado pelo provedor José Cassio de Macedo Soares à mesa administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo 1953. São Paulo: O Papel Ltda., 1954.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS. Relatório apresentado em assembléia geral da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Campinas do triênio 1951-1953. Campinas: A Continental, 1954.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: _____. **Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS FILHO, Lycurgo de C. **A febre amarela: em Campinas 1889-1900**. Campinas: Centro de Memória da UNICAMP, 1996. (Coleção Campiniana)

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.

SCHUELER, Alessandra F. M. de . A infância desamparada no Asilo Agrícola de Santa Isabel.: instituição rural e infantil (1880-1886). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.26,n.1, p.119-133, jan./jun. 2000.

SCURO NETO, Pedro. **Manual de sociologia geral e jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1996.

SICHES, L.Recaséns. **Sociologia do Direito** [S.l.: s.n.] s.d.

_____. Vida humana, sociedad y derecho. México: Ed. Porrúa, 1952.

SIMSON, Olga R. de Moraes Von (org.). **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. (org). **Os desafios contemporâneos da história oral**. Campinas: Centro de Memória da UNICAMP, 1997.

_____. Som e Imagem na Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais: reflexões de pesquisa .Pedagogia da Imagem, Imagem na Pedagogia. **Anais do Seminário**. Niterói, Rio de Janeiro: U.F.F, Faculdade de Educação Departamentos de Fundamentos Pedagógicos, 1996, p. 88-101.

_____. Identidades conjunturais X Identidade Tradicional: as múltiplas faces do teuto – brasilidade no interior de São Paulo. **Revista do Migrante**, São Paulo, ano XII, n. 35, set/dez 1999.

- SILVA, Maurício Roberto. Recortando e colando as imagens da vida cotidiana do trabalho e da cultura lúdica das meninas - mulheres e das mulheres - meninas da Zona da Mata Canavieira Pernambucana. **Cadernos CEDES**, Campinas, n.56, p.23-52, 2002.
- SOUZA, M. Cecília C.C. de e HILSDORF, M. Lúcia. **Entre oligarquias e igreja ultramontana, um olhar para os esquecidos**: José Vicente de Azevedo e a educação de meninas negras. (Anotações pessoais).
- SOUZA, Gilda de Mello e . **O espírito das roupas**: a moda no século dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SOUZA, Rosa Fátima de. **O direito à educação**: lutas populares pela escola em Campinas. Campinas: CMU/ Unicamp, 1998.
- SOUZA, Rosa Fátima de; VALEDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares de. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: Unesp, 1998.
- SOUZA, Rosa Fátima. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 18, p.75-101, 2001.
- TEIXEIRA, Faustino (org). **As ciências da religião no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2001.
- TUMA, Magda M. Peruzin. **A Escola e o Tempo**. Londrina: UEL, 2001.
- UHLE, A. B. **A filantropia e a educação**. Educação e Sociedade. N.42, p. 174-9. Agosto, 1992
- ULLMANN, Reinholdo A. **Inácio de Loyola (1941-1991)**. São Leopoldo: Unisinos, 1991.
- UMA IRMÃ DE SÃO JOSÉ**. Madre Maria Theodora Voiron—Fundadora da Província Brasileira das Irmãs de São José- 1935-1925. São Paulo: Escolas Profissionalizantes Salesianas, 1937.
- VEIGA, Cynthia Greive; FARIA, Luciano Mendes de. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica. 1999.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**. Campinas: Papirus, 1999.
- VIANA, Adriana de Resende B. Internação de domesticidade: caminho para a gestão da infância na primeira república. In: Gondra, José. **História, infância e escolarização**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

VIEIRA, Pe, J. José. **Relatório do Asylo de Orphãos de Campinas**. Campinas: Typ. Da Gazeta de Campinas, 1879.

XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luisa; NORANHA, Olinda Maria. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994. Cap.3 e 5.

WERNET, Augustin. **A igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Antigas irmandades e novas associações**. A vinda das congregações européias. Textos mimeografados.

WOLKMER, Antônio Carlos (org). **Fundamentos de história do direito**. Belo Horizonte: Del Rey. 1996.

_____. **História do direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense. 1998.

ZWEIG, Connie (org). **Mulher: em busca da feminilidade perdida**. São Paulo: Gente, 1994.

Dicionários Consultados

AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Delta, 1974. I v.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico resumido**. Rio de Janeiro: Oficinas do serviço Gráfico do IBGE, 1966.

GRANDE dicionário Larousse cultural da língua portuguesa. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1999.

SILVA, Adalberto Prado e (org). **Novo dicionário brasileiro**. 5.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969. 6v.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário latino-português**. 3.ed. Porto: Marânus, 1945.

ARNAUD, André-Jean. **Dictionnaire encyclopedique de theorie et de sociologie du droit**. Tradução de V. de Paula Barreto. Rio de janeiro: Renovar, 1999.

Entrevistas Concedidas

A, L. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 10 abr. 2000

- ABGAIL, Maria. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 11 ago. 2000.
- B., M. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 12 maio 2000.
- B., M. L.P. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 10 mar. 2000.
- B., N. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 12 jan. 2002.
- BE. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 19 fev. 2000.
- CEL. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 27 out. 1999.
- CI. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 2 fev. 2000.
- C., T. J. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 22 fev. 2002
- EN., Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 25 fev. 2001.
- F., Mat. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 15 ago. 1999.
- FABRO, Antonieta. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 15 jan. 2001.
- G., R.; G., I.; G., T. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 16 jun. 1999.
- H, M. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 13 mar. 1999.
- M., Lr. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 6 mar. 1999.
- MARRONE, Maria Ferreira Marques. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 24 mar. 2000.
- P., M. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 5 jan. 2002.
- PUPPO, Benedito Barbosa. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 12 dez. 1999.
- O, A. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 25 fev. 2000.
- RO. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 18 mar. 2000.
- S., H. G. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 20 jan. 2001.
- S., J. B. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 5 maio 2000.
- TEIXEIRA, Maria Edwina Redher. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 7 jan. 2002.
- V., Deni. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 12 abr. 2000.
- V., Der. Entrevista concedida a Ana Maria Melo Negrão. Campinas, 22 abr. 2000.

Jornais Consultados

Diário de Campinas (1889-1901).
 Correio de Campinas (1889-1919).
 Gazeta de Campinas (1896-1915).
 Paulo.Cidade de Campinas (1896-1915).
 Correio Popular (1927-1960).
 Diário do Povo (1935-1960).
 A Defeza (1946).
 A Tribuna Liberal (Rio de Janeiro- 1889- 1900)

Arquivos consultados

Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Campinas, São Paulo.
 Arquivo do Liceu Salesiano Nossa Sra Auxiliadora de Campinas. Campinas, São
 Arquivo da Prefeitura Municipal de Campinas. Campinas, São Paulo.
 Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas. Campinas, São Paulo.
 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. São Paulo, São Paulo.
 Arquivo do Mosteiro de Itaici – Vila Kostka. Indaiatuba, São Paulo.
 Arquivo do Centro de Memória da UNICAMP. Campinas, São Paulo.
 Arquivo do Centro de Ciências e Artes de Campinas. Campinas, São Paulo.
 Arquivo particular de Maria Luiza Pinto de Moura. Campinas, São Paulo.
 Arquivo fotográfico de Aristides da Silva (V-8). Campinas, São Paulo.
 Arquivo fotográfico de Gilberto de Biasi. Campinas, São Paulo.

ANEXOS

Anexo 1 - Entrevistas com assistidas Internas e Externas

Entrevista 1 - L., 10 de abril de 2000.

Ana Maria: Você estudou na Escola da Santa Casa? Gostaria de contar alguma coisa desse tempo?

L.: Estudei, mas não me lembro muito, acho que muito pouco tempo, parece que apaguei essa época da vida. Minha mãe morreu tuberculosa em 1941 e meu pai estava também tuberculoso, internado em Campos do Jordão. Éramos cinco irmãos; um menino e quatro meninas. Cada uma foi para um lugar e só eu fui para a Escola das Irmãs de São José, que eram francesas, e davam aula lá na Santa Casa, mas não ensinavam a língua francesa. Havia uma procissão, mas eu nunca me lembro de ter saído de anjo. Aliás, eu me lembro pouquíssimo daquele tempo. Mas, recordo-me bem que eu tinha minha madrinha que começou a me levar passear, a passar o domingo com ela e eu me acostumei com ela e ela comigo. Nasceu uma afeição muito forte. Daí ela me levou em definitivo para morar com ela e me preparou um quarto muito bonito. Sabe, Ana Maria, eu me lembro de sua casa, com o belíssimo jardim de hortênsias, na rua General Osório, perto da Santa Casa, onde eu ia com minha madrinha que era amiga de sua família.

Ana Maria: Como era a sua madrinha?

L.: Uma pessoa excelente, muito competente e caridosa, sempre elegante, envolvida na área do ensino, participante em obras de caridade, extremamente respeitada em Campinas. Para a época dela, era uma mulher muito atuante e dinâmica. Ela fazia parte da Mesa da Santa Casa e era Diretora da Escola Normal. Fez lá uma campanha em Campinas, ao lado de Dona Violeta Dória, Dona Otília Carreira e muitas outras senhoras da sociedade, para conseguir madrinhas para as meninas da escola da Santa Casa. As madrinhas tiravam as afilhadas nos finais de semana, levavam doces e presentes na Páscoa e no Natal. Para minha grande sorte, Dona S. S. M. ficou minha madrinha e eu mantive uma relação com ela que superou a condição de mãe e filha. Ela me tirou do colégio da Santa Casa, em definitivo, e cuidou de mim com desvelo maternal, embora fosse solteira, na sua belíssima casa, na rua Cônego Cipião. Minha madrinha fazia parte da Mesa Feminina da Provedoria. Ela dirigia um grupo de meninas bandeirantes, ou seja, um grupo de jovens da alta sociedade campineira que se associava, com belíssimo uniforme, para aprender várias coisas semelhantes a escoteirismo, e inclusive iam à Santa Casa visitar as alunas internas e entretê-las com folguedos e atividades de lazer e do recreio, na presença das freiras. Portanto, minha casa vivia cheia. Estudei no Colégio São Luís porque não quis fazer Curso Normal, eu não tinha vocação para ensinar. Madrinha não quis que eu trabalhasse. Sempre tive de tudo. Frequentei a alta sociedade e sempre me vesti muito bem. Tive uma educação muito refinada. Madrinha me levou para os Estados Unidos, para a Europa e conheci muitos lugares. Lembro-me de que sua mãe e sua tia freqüentavam minha casa, e mesmo você, Ana Maria, foi lá muitas vezes, não é mesmo?

Ana Maria: Realmente, conheci sua casa que era muito grande, bonita e agradável. Lembro-me do jardim e do quintal com arvoredo que dava deliciosa sombra. E depois que sua madrinha faleceu, como ficou sua vida, continuou na casa?

L.: Continuei morando no casarão, inclusive cuidando, por três anos, de um irmão de Madrinha, que morava ao lado e estava muito doente. Quando ele faleceu, deixou tudo para mim. Vendi o casarão e comprei o apartamento onde moro hoje. Trabalho voluntariamente há 26 anos no Clube de Mães, chamado Romília Maria, na Vila Ipê. Costumo ir lá toda semana, mas agora, em razão de problemas de saúde, às vezes não vou. Recebo muitas visitas em meu apartamento, pois cultivei muitas amizades, Graças a Deus. Tenho ótimas amigas da sociedade. Tenho também minha irmã, que é professora aposentada do Colégio Coração de Jesus, mas sempre nos vemos. Você não foi colega dela na Escola Normal? Ah!!! Não, ela foi colega de sua irmã, não é mes-

mo? Posso dizer que tive e tenho uma vida muito feliz. Do Colégio das Irmãs de São José, praticamente nada me lembro, apenas que algumas eram mais bravas, mas evito lembrar desse tempo. Com minha querida madrinha construí minha família, pois até hoje os parentes dela ainda vivos, posso dizer que são meus também, me procuram com muita alegria. Vou procurar um retrato bem bonito de Madrinha para lhe dar.

Entrevista 2 - M.B., 12 de maio de 2000.

Ana Maria :M.B., a senhora gostaria de lembrar do tempo em que estudou no Colégio da Santa Casa?

M.B.: *(Segue-se o relato do que foi dito por ela)* Estou hoje com 77 anos de idade e entrei no Asilo de Orfãos da Santa Casa, 1934, com 12 anos de idade. Moro no Bairro Cambuí, num belo apt, esquina com a avenida Júlio de Mesquita, em Campinas. Quando minha mãe morreu, fui para São Paulo e fiquei na casa de meu irmão. Eu e Julieta entramos no orfanato e eu gostava muito de bordar, tenho hoje três telas francesas que bordei. Eu me casei com 17 anos e *J.* com 23. Perdi uma filha pequena e fiquei muito transtornada, quase doente, daí adotei uma criança com três dias na Maternidade, que ficava na época na Andrade Neves, onde é hoje a Rodoviária. Essa criança se tornou uma filha muito dedicada e amorosa com a família. Lembro-me muito das freiras do Asilo: Mère Filomena, que era muito linda e exigente; Irmã *Do.* e Irmã *N.*, que sempre me encarregavam de mandar recados e eu ficava muito orgulhosa de prestar serviços para as freiras. Tinha também a Irmã *Jo.* que trabalhava na farmácia. Para as aulas, as meninas iam de uniforme de manga comprida, fechado, xadrez. Eu sabia passar roupa muito bem e, uma vez, para a Procissão de 15 de agosto, passei e engomei 78 vestidos das internas. Eram vestidos de saia pregueada e gola marinheiro, que era o uniforme de gala. Nem todas as meninas tinham habilidades, mas eu bordava, passava roupa, e chegava a fazer cinco trabalhos para a exposição que se fazia para se vender artesanato. Eu gostava muito de declamar nas festinhas que faziam para homenagear as freiras que faziam aniversário. Eu sempre era escolhida para declamar poesias. A Irmã *B.* é quem gostava de organizar as festinhas; já a Irmã *Vir* não tinha muita paciência. Quando eu levava as encomendas ordenadas por Mère Filomena, ela sempre deixava que eu passasse na casa de minha família. No 4º. domingo do mês, era a vinda das famílias, que traziam doces e bolos para as internas, e tudo era guardado em um armário para serem distribuídos e comidos mais tarde. À noite, algumas meninas levantaram, foram até o armário e comeram todos os doces. No outro dia, quando as freiras descobriram o que tinha acontecido, deram óleo de rícino para todas elas. As Irmãs também faziam serviços. A Irmã *B.* tocava órgão na Igreja e ensaiava o coral; Mère Mariana trabalhava na farmácia. Quando alguém cometia alguma falta, a Irmã sentava numa cadeira mais alta no refeitório, e lá ela chamava a atenção das meninas. Um dia a Irmã falou: - “*M.B.*, vai até a porta da cozinha da Santa Casa.” Eu fui muito preocupada, pensando que ia ser castigada por alguma coisa, mas chegando lá, vi que era para limpar os lustres da Santa Casa para as festas. Às vezes, era também para mexer os doces para as festas da Nossa Senhora da Boa Morte. Eu ficava toda contente por ter sido a escolhida e, muitas vezes, ganhava um cálice de vinho, quando acabava o serviço. Ao sair do Asilo, fui para São Paulo, onde me casei em 07.01.1939, aos dezessete anos. Quando estava no Asilo fazia passeios e piquenique no bosque; também as meninas podiam brincar na gruta do grande jardim da Santa Casa, no pomar, onde havia jabuticaba, tamarindo, jatobá e muitas outras frutas. Quando as meninas adoeciam eram muito bem tratadas pelas Irmãs. Lembro-me, em especial, de uma que contraiu tuberculose, ficou internada e nós íamos visitá-la. No dormitório, dormia uma freira em cada canto do salão, mas a cama dela era isolada por uma cortina que havia ao redor da cama. Todos os dias, as meninas levantavam-se pela manhã quando batia o sino na Igreja. Na hora do banho, todas vestiam um camisolão e tomavam banho no tanque. Eu me lembro que, muitas vezes, no orfanato, chorava de saudades de casa. Minha mãe era Da. Zul.L.B.. Os seus pais morreram durante a epidemia de febre amarela. Minha mãe fazia fornadas de roscas doces para

mandar para a Santa Casa de Rio Claro. Eu me lembro do Provedor da Santa Casa de Campinas, que era o Sr. Antônio Alves Lobo e a Superiora Irmã *M.Fi.*. A Irmã *Em.* passava pano nos corredores e limpava a enfermaria dos homens. Sempre que os acompanhantes dos doentes da Santa Casa tinham que sair, eu era encarregada de acompanhar e fazer companhia para os doentes. Guardo muito boas lembranças de tempo em que passei no asilo e tenho um carinho muito grande pelas Irmãs e gratidão por tudo que aprendi com elas.

Entrevista 3 - M.L.P.B., por telefone, 10 de março de 2000.

Ana Maria: Dona *M.L.P.B.*, poderíamos conversar sobre o tempo em que a senhora estudou no Colégio da Santa Casa de Misericórdia?

M.L.P.B.: Foi um período muito lindo. Acho que foi Deus que nos abençoou, colocando-nos ali. Eu e minha irmã, *Ro.*, entramos lá em 1942, eu com 8 anos e saí com 13, e minha irmã com 6 anos e saiu com 11. Minha mãe morreu e meu pai trabalhava na Mogiana, trabalhava de noite. Como morávamos no Guanabara perto do Hospital Bierrenbach de Castro, o Dr. Bierrembach e sua esposa aconselharam meu pai a colocar nós duas no Asilo de Órfãs da Santa Casa, porque minha irmã mais velha de 15 anos cuidaria dos cinco irmãos menores e nós receberíamos boa educação. Eu não tenho vergonha de dizer que fui órfã, aluna do orfanato, que era mesmo chamado de Asilo de Órfãs, porque acho que a gente tem que aceitar o que somos e o que fomos, e hoje sou muito cristã, penso que Deus me amou antes que o conhecesse, pois lá eu tive boa educação. A formação que recebi lá me ajudou na minha vida toda e passei tudo isso para meus filhos.

Ana Maria: A senhora se lembra um pouco mais de como era a vida no Colégio?

M.L.P.B.: Eu gostava de lá, mas chorava muito quando ia dormir, de saudade de casa. Mas em todas as férias meu pai vinha nos buscar. Eu e *Ro.* éramos muito parecidas, e embora comportadíssimas, às vezes, aprontávamos alguma coisa e uma levava bronca pela outra, mas a gente ficava quietinha.

Sofri muito porque desde que eu entrei lá, tinha eczema na cabeça, feridas por toda a cabeça e precisava raspar o cabelo. Tinha também muitas verrugas na mão e ficava sempre isolada no cantinho na hora do recreio, porque não podia brincar e as meninas não chegavam perto de mim, eu vivia alienada. Não podia usar boina nas procissões porque tinha a cabeça raspada. Mas o uniforme era lindo, com gola marinheiro, sapato de pulseirinha!! Ah! Mas eu carregava andor na procissão!

A Irmã *Esc.* do 3o. ano, veja que nome!, era muito jóia e tinha muita compaixão por mim, porque eu não podia brincar. O recreio da tarde era no quadradão interno, onde havia quatro enormes mangueiras, e depois do jantar, o recreio era no pátio da frente, onde havia o túmulo do querido Pe. Vieira e a gente rezava para ele, porque foi ele que fundou a Santa Casa e o Asilo de Órfãs e a gente podia, por isso estar ali. Os refeitórios eram diferentes: tinha o nosso que era limpo, mas simples e a sobremesa era fruta - abila, cereja, e muitas outras- e o outro refeitório das Irmãs, onde elas jantavam depois de nós. Então a irmã *Esc.*, depois do jantar dela, aparecia no recreio com uma ponta do avental xadrez jogada no ombro e a outra parte do avental encobria a mão da Irmã que escondia a sua sobremesa, diferente da nossa - uma compota, um creme,... - e me chamava do meu cantinho para me dar a sobremesa que ela deixava de comer. Ela falava pouco, mas era um gesto de carinho do qual eu me lembro com muita gratidão e conto para minha família.

O médico, Dr. Tácito (fiquei sabendo depois) mandou chamar meu pai e disse que a minha doença era do sangue e que quando ficasse menstruada, sarava. Por isso, o doutor queria que eu menstruasse logo e me aplicou 24 transfusões de sangue de mim para mim. Tirava sangue das nádegas, nem doía tanto, e depois aplicava no braço, na veia, daí doía, estourava a veia. Ainda tinha que tomar vitamina H Fontoura, não me esqueço. Menstruei com 13 anos e daí fui sarando, sarando, as feridas sumindo até acabarem de vez.

Ana Maria: Ainda se recorda das professoras, das aulas e de outras pessoas do Colégio?

M.L.P.B.: Ah, sim... Irmã N., professora do 1o. ano, muito enérgica, era gordinha, tortinha, tinha problemas no pé, e no meu último ano em que estava no 4o. ano, escalou-me para eu ajudá-la a dar aula para as meninas do 1o. ano, na cartilha, no 1o. livro. Por isso não tirei boas notas no 4o. ano porque não sobrava tempo para estudar. A Diretora, não me lembro bem de seu nome da “madre”, chamou meu pai e pediu para eu ir para o convento ser freira, porque já estava tudo certo, até meu dote já estava pronto. Meu pai não deixou porque disse que eu estava ali por uma contingência da vida, não para me tornar freira. Acho que a madre me considerava aplicada e que daria uma boa freira.

Minha cunhada, *M.J.B.*, era externa e era terrível. Assistíamos aulas juntas e ela aprontava tanto que a Irmã *Nat.* fazia cruz com giz na testa dela e a punha de joelhos. Hoje *M.J.B.* mora em São Paulo.

Ah! Tinha aulas de trabalhos manuais, aprendíamos a tricotar com quatro agulhas. Tinha também aula de Polidez: como sentar à mesa, como comer, como se comportar no refeitório, enfim, ensinavam tudo de prendas domésticas, para preparar um boa esposa e dona de casa.

Lembro-me do Dentista, Dr. Camargo Andrade, que cuidava de nós; assim que cheguei, passei por um exame dentário. A família dele morava na rua Conceição, e nós depois íamos visitá-lo.

Lembro-me de quando acabou a guerra, que tocava o sino bem forte e as Irmãs nos informaram que tinha acabado a guerra, mas a gente nem entendia nada, porque ficávamos isoladas do mundo e nem sabíamos nada de guerra.

Ana Maria: Como foi sua vida depois que saiu de lá?

M.L.P.B.: Eu queria continuar a estudar, mas meu pai não deixou, achou que não era necessário. Casei com 23 anos e tenho três filhos; duas mulheres e um homem. Uma delas mora na Alemanha e já estive lá quatro vezes, a outra é professora e meu filho caçula, está com 37 anos e é engenheiro. Todos casados e tenho netos, construí uma bela família, graças a Deus. Gosto muito de caminhar e faço isso sempre pelo meu bairro.

Ana Maria: Em que bairro a sra. mora?

M.L.P.B.: Na Nova Campinas, na rua Augusto César de Andrade.

Ana Maria: Que interessante, somos vizinhas, porque também moro nessa rua.

M.L.P.B.: Que coisa boa, a senhora também mora na minha rua, e eu nunca poderia imaginar que alguém fosse se interessar pelo Asilo de órfãos da Santa Casa. Que alegria! A senhora está me fazendo voltar aos tempos de criança com tantas lembranças de coisas que ninguém me pergunta. Quero ver as fotos que a senhora tem para ver se reconheço minhas colegas. Tenho tanta saudade! Adorei conversar. Agora vou telefonar para minha irmã para contar que conversei com a senhora.

Entrevista 4 – Be., 19 de fevereiro de 1999.

(externa a partir de 79 + ou -)

Ana Maria: Gostaria que você falasse o seu nome completo.

Be.: E. A. G.

Ana Maria: Quantos anos você tem?

Be.: Vinte e sete anos.

Ana Maria.: Com quantos anos você foi para o orfanato Madre Cecília?

Be.: Foi na primeira série acho que eu tinha sete anos. Era pequenininha.

Ana Maria: E porque você entrou lá?

Be.: Minha mãe não tinha condições de ficar o dia inteiro comigo. Precisava trabalhar e deixar as duas crianças o dia inteiro em casa não dava.

Ana Maria: Ela era separada?

Be.: É, morava junto, na época só que ele não trabalhava, não fazia nada. Aí depois acabou separando porque não deu certo, né? Aí ela conseguiu colocar eu lá, no Colégio Madre Cecília eu ficava o dia inteiro e o meu irmão ficava no Allan Kardec.

Ana Maria: E quantos anos você ficou lá?

Be.: No colégio eu fiquei da primeira até a sétima série. Sete anos.

Ana Maria.: Que ano você entrou? E agora? Você nasceu em que ano?

Be.: Em setenta e um.

Ana Maria: Em 71? Você entrou lá com sete anos em 1978.. E lá vocês ficaram junto com as outras meninas? Você era interna ou externa?

Be.: Era externa, ficava o dia inteiro, de manhã tinha aula, depois o almoço, arrumávamos a cozinha e depois subíamos para o estudo e às 3 horas tinha lanche, e às 5 horas íamos embora. De manhã não entrava pelo portão que os alunos do externato entravam, entrava pelo internato, uma quadra antes, pela ... na Maria Monteiro, aquela que desce em frente. Entrava por ali; tomava café da manhã lá e depois eu descia lá pra escola lá embaixo, estudava.

Ana Maria: Estudava junto com as meninas? Usava uniforme?

Be.: Uniforme igualzinho, a mesma coisa. Quando eu entrei era saia???, uma blusa branca, mangueira verde. A saia era verde musgo.

Ana Maria: Depois eles mudaram para calça adidas, né?

Be.: Verde com listinha branca, sempre verde. Branca. Verde com branco. A gente comprava sempre no moço lá da esquina. Esqueço o nome daquela lojinha. É a loja que vende sempre pra escola. No começo era saia com mocassim preto e aí começou a usar tênis mesmo. É mais gostoso, a criança gosta.

Ana Maria: Como era o seu dia lá?

Be.: Eu chagava, tomava o café, ia assistir aula. Assistia aula normal. Depois eu subia, almoçava aí sempre tinha a turminha que... que limpava o salão onde a gente almoçava e a outra turma lavava a louça, sempre revezava um pouco.

Ana Maria: Havia bastantes meninas?

Be.: Tinha, na época tinha bastante. Ah! Enchia o refeitório. Tinha desde criancinha que era de prezinho. Então as maiores ajudavam a cuidar das pequeninhas.

Ana Maria: A partir de que idade entrava lá?

Be.: Ah! Entrava com cinco ou seis anos lá.

Ana Maria: E que matérias que vocês estudavam lá? Você lembra?

Be.: História, Português, Matemática, Inglês, Geografia, Ciências e tinha aula de Religião também incluído. E a aula ia de segunda a sexta, sábado, não.

Ana Maria: Eram as freiras que davam essa aula?

Be.: A de religião era sempre uma freira que dava.

Ana Maria: E vocês assistiam à missa? Elas obrigavam a isso? Como era?

Be.: Não, não. A aula de religião era obrigada a assistir, mais assistir missa, não.

Ana Maria: Nem missa aos domingos?

Be.: Não, não. No sábado só quando a gente estava preparando para a primeira comunhão. Ai nós tinha que participar no sábado. Fiz a primeira comunhão lá, com treze anos eu fiz a primeira comunhão.

Ana Maria: Você começou a trabalhar com quantos anos?

Be.: quatorze ou quinze anos.

Ana Maria: Você ainda estava lá, por esse tempo?

Be.: Sim, eu estava lá, e as freiras diziam que o meu patrão tinha que dar meu ordenado para as freiras, daí, elas me dariam um pouquinho de dinheiro.

Ana Maria: Você aceitou?

Be.: Não, o dinheiro era só meu, porque as freiras cortaram o meu curso de datilografia que elas me pagavam numa escola do centro da cidade. Ou eu estudava a datilografia, ou eu iria trabalhar.

Ana Maria: Lá havia órfãs da santa Casa?

Be.: No meu tempo, acho que não mais, mas as freiras falavam que muitas meninas da Santa Casa foram para lá depois que fechou a escola da Santa Casa. Mas eu não conheci nenhuma.

Ana Maria: E você gostava de lá.

Be.: Sim, eu precisava ficar lá, mas algumas tratavam melhor as riquinhas, faziam diferença. Mas também tinha gente que tratava muito melhor a gente, porque sabia que a gente precisava mais. No todo, o tratamento era igual. Todas as alunas, as ricas e as pobres jogavam queimada nas quadras do recreio, brincavam, só que as ricas não faziam serviço de limpeza. Eu fui feliz lá e até hoje vou visitar as Irmãs, e levo meus filhos para passear lá. Às vezes, elas me davam alguma coisa que sobrava para eu levar para minha mãe. Enfim, era gostoso ir lá, e para mim foi uma chance de estudar e ter onde ficar o dia todo.

Entrevista 5 - Cel., 27 de outubro de 1999.

Ana Maria: Como foi o tempo em que passou no Colégio da Santa Casa?

Cel.: Em 1943, com 8 anos de idade, entrei no Asilo e lá permaneci até 1950, porque meu pai tinha morrido e, mais tarde, porque minha mãe se juntou a outro homem, que não me aceitava, apenas minha irmã menor. Logo que entrei, participei da foto junto com as outras meninas e pude identificar o ano da foto – 1943 – porque eu ainda estava com as tranças que logo depois foram cortadas porque todas usavam o cabelo “à la garçonnette”. Como tinha muito cabelo e crespo, fiquei com uma cabeleira armada o que me valeu o apelido de “Balaio”.

A disciplina era muito rigorosa e em todas as atividades as meninas eram separadas por séries : primeiro, segundo, terceiro e quarto ano, até mesmo na hora do recreio. Nós gostávamos de brincar de “balança caixão”, principalmente na época de mangas, porque, com a desculpa de se esconder nós pegávamos as mangas caídas no pomar e escondíamos nas mangas da roupa, sem que a irmã visse. Depois do recreio, íamos fazer tarefas, rezar o terço e aquela manga escondida debaixo da roupa. Às vezes, a roupa ficava manchada e se a freira visse era castigo na certa. Ou, a solução era esconder a manga no jardim e só buscar no dia seguinte. Quem limpava a escada externa era encarregada de pegar a manga e esconder no quarto. Com tudo isso, não sobrava tempo para comer a manga, pois, à noite, as irmãs dormiam no dormitório com as meninas. Mas, tudo era muito divertido. No pomar havia manga espada, abail, tamarindo, jabuticaba, goiaba... Os castigos variavam de acordo com o momento e o lugar onde as faltas eram cometidas: se fosse na hora da aula, a menina tinha que ficar de joelho, de costas para a classe e algumas freiras pediam para trazer feijão para ajoelhar em cima . Se fosse na aula de bordado, com Irmã *Jov.*, ficava de joelho no canto da sala e se fosse no recreio, com Irmã *Au.*, ia para o salão de quadros, fechada no escuro e elas falavam que aquelas (dos quadros) eram pessoas que já tinham morrido e que a alma deles vinha pegar a criança. Eu confesso que saí do Asilo temerosa e medrosa demais, chegava a desmaiar de medo. Nunca ia ver um defunto. Às vezes, as freiras ameaçavam dizendo que a sua alma iria para o inferno. Se alguém fazia alguma coisa errada no recreio do Domingo, todas eram postas de castigo, com as mãos prá trás e não podia conversar. Passavam horas assim.

Eu tinha o hábito de sentar sobre uma das pernas e Irmã *J.*, vendo isso, perguntava: “Aqui tem cegonha ?” Porque eu ficava com um pé só no chão e daí já era mandada para o castigo.

Ao entrar no Asilo, todas as meninas recebiam um número que seria seu para sempre e era marcado na roupa de cama, toalhas, camisola, etc., se não fosse trazida de casa. Eu ainda me lembro de meu número – 87, *T.G.* – 77, *A.O.* – 13, *I.G.* – 24, *J.* – 88, *Ol.* – 66, *Z.* – 1, *Jo.* – 18 e, se houvesse mais de uma menina com o mesmo nome, elas eram chamadas pelo sobrenome. Pedrina era funcionária da rouparia e era ela que bordava os números e OSC (Orfanato da Santa Casa). As minhas professoras foram : primeiro ano – Irmã *N.*, segundo ano – Irmã *Au.*, terceiro ano – Irmãs *Nat.* e *Med.*, quarto ano – Irmã *L.*, de quem, ela recebeu o diploma ao se formar. Irmã *B.* ensinava canto orfeônico e Irmã *Esc.* bordado. Da Irmã *Esc.* guardo uma lembrança muito trau-

matizante. Eu tinha 11 anos e estava indo ao refeitório para jantar, quando foi chamada pela Irmã *Esc.*, que começou a falar sobre sexo, menstruação, homem... Ela dizia para mim: “Você não é mais inocente! Você não pode sair com homem! Vai ficar grávida, sua barriga vai crescer, você tem que fugir de homem!!” Eu fiquei muito confusa e amedrontada porque nessa época, não tinha nem menstruado ainda. Mais tarde, andando de bonde, um homem encostou em mim e eu só chorava de medo de ficar grávida. Ninguém entendia porque eu chorava tanto!

Enquanto estou contando esses fatos, acho que entendi porque Irmã *Esc.* falou tudo aquilo para mim. É que eu tinha me revoltado um dia porque não pude ir a um passeio porque precisava ensaiar com Irmã *B.* e Irmã *Esc.*

Ana Maria: Vocês saíam a passeio?

Cel.: Todo dia 19 de cada mês, as meninas iam à Catedral fazer a Hora Santa de Guarda. Uma turma ia de manhã – das 9:00 às 10:00 hs. E outra turma ia à tarde – das 14:00 às 15:00 hs. Nesse dia vestiam o traje de gala, que era o vestido branco com sapatinho preto de pulseirinha.

Uma vez, na Semana da Criança, o coral das meninas foi convidado para cantar na PRC – 9 (Rádio Educadora). Elas cantaram “Rosas de Abril” e outras músicas; depois houve uma festinha de comes e bebes para elas. Todo mundo foi muito bem instruído sobre boas maneiras, educação à mesa, etc. Eu, *Dir* e *T.* sentamos à mesma mesa e tínhamos sido instruídas para não pedir nada. Foi servido guaraná e bomba, além de outros docinhos. Eu queria mais guaraná e *T.* queria outra bomba, mas estávamos com medo de pedir. Até que a *Ribeiro* se encheu de coragem e chamou o garçon e pediu. Só que a Irmã *Au.* viu e fomos castigadas depois.

N. era uma menina que fugiu e voltou duas vezes, mas na terceira vez, ela não foi mais aceita. Lembro bem desse fato, porque *N.* participava de uma pecinha de teatro que estava sendo encenada e depois que a *N* fugiu eu é que a substituí no papel. Para ensinar boas maneiras, as freiras falavam umas quadrinhas:

“Eu comi ontem no almoço	Mas, a Mamãe logo veio
A azeitona de uma empada	E me disse com carinho:
Depois botei o caroço	“O osso, o caroço, o espinho
Sobre a toalha engomada.	Põe-se no cantinho do prato.”

Mas o meu prato é redondo,
Meu prato não tem cantinho.”

Muitas vezes as meninas saíam na rua fora do Orfanato por motivos diversos: nos desfiles de datas cívicas, nos passeios ao bosque e também quando os pracinhas da Segunda Guerra voltaram a Campinas e foram recepcionados pelo povo. As meninas foram fotografadas pelo Correio Popular nesse dia, em frente à Camisaria Amin, na esquina da Francisco Glicério, no largo do Rosário. Eu apareci bem na frente nessa foto.

Ana Maria: Até quando ficou lá?

Cel.: Em 1950, saindo de lá, fui morar com a Avó e dois tios solteiros. Comecei a trabalhar na Têxtil Guanabara, pertencente a Ítalo Romano e Isolino Ferramola, localizada à rua MacHardy, no bairro Guanabara. Mas fiquei menos de um ano lá, pois logo a firma fechou e arrumei emprego na fábrica ao lado – Gibrain, mas só fiquei 4 meses. Saí da casa da avó e foi morar na rua Major Sólton, com a minha mãe. Mais tarde mudei-me para São Paulo. Casei com 16 anos de idade e tive 3 filhos. No primeiro Natal que passei com minha mãe, ganhei um corte de tecido da mãe para fazer um vestido. Era um fundo verde-água com estampa rosa e verde escuro. Levei o tecido para a costureira fazer, mas sofri uma grande decepção, porque a costureira não fez bem e estragou o corte. Eu tinha apenas 14 anos, mas decidi naquele momento que, daí em diante faria as minhas próprias roupas. Fui aprender e me tornei excelente costureira, fazendo inclusive vestidos de noiva e alta costura. Muitos momentos eu tive de tristeza no meu casamento, pois meu marido bebia e era demasiadamente ciumento e, às vezes, agressivo, eu me refugiava na máquina de costura, que está até hoje canto da mesa da sala e eu a chamo de “minha companheira”.

Entrevista 6 - Ci., 2 de Fevereiro de 2000

Ana Maria: Quando a sra. entrou no Asilo da Santa Casa?

Ci.: Entrei lá com sete anos e saí em 1983, quando eu me aposentei. Agora estou com setenta e um anos.

Ana Maria: Como assim? A senhora ficou lá tanto tempo, por quê?

Ci.: Por causa que eu morava com minha mãe e minha avó, e, como minha avó trabalhava lá, minha mãe ficou tuberculosa trabalhando também lá e morreu lá também. Aí a minha avó não tinha condições de ficar comigo porque ela já tinha mais filha e tinha outro neto que ela tomava conta. Aí as irmãs ofereceram o colégio prá eu ficar. Aí eu fiquei, entrei no primeiro ano em 1945 e daí fiz primeiro, segundo, terceiro ano e a quarta série lá. Depois disso, era prá continuar estudando na Escola Normal, que algumas meninas estudavam lá. Arranjavam lugar para mim, mas eu, infelizmente não...*(silêncio)* naquele tempo, a Escola Normal não aceitava meninas de cor. As freiras não conseguiram. Aí...a minha madrinha, que também foi lavadeira lá no Externato Santana, ali na rua Barão de Jaguará, das Irmãs Franciscanas, tentou me pôr lá. Mas elas também não aceitaram porque eu tinha sido educada com as irmãs de São José e elas tinham outro regime. Aí, elas achavam que eu ia ter problema e não aceitaram. Aí, eu voltei prá Santa Casa e as irmãs tava precisando de uma menina prá ajudar no serviço de lá, porque naquele tempo tinha muito pouco funcionário. Os que moravam lá que faziam o serviço e a gente ficava a troco de cama e mesa. Como eu não quis morar com a minha avó porque ela morava longe e era muito pobre e tinha muita dificuldade, a minha madrinha deixou que eu ficasse lá na Santa Casa. Fiquei três anos trabalhando, cama, mesa e ajuda de custo das religiosas até que eu pegasse 15 anos prá ser registrada como funcionária e fiquei até agora em 83, até me aposentar.

Ana Maria: Como que era o dia a dia da sra. e das meninas órfãs de lá?

Ci.: A gente levantava, mais ou menos, seis e meia, porque a gente tinha missa sete e quinze. Então, costume do colégio :levantar, fazer a higiene e ir prá igreja. Saía da igreja, a gente ia prá tomar o café. Do café a gente fazia a lição de casa. E depois brincava até ir prá aula que começava sempre meio dia e meio, uma hora. E a gente estudava até de tarde: tinha um lanchinho às 2 horas; a uma e meia a gente voltava. Depois tinha a parte de recreação depois da janta. Depois, às sete e meia, oito horas a gente já ia dormir.

Ana Maria: E o que se estudava? A sra. lembra o que estudava na escola?

Ci.: Ah... tinha... a escola assim era...matemática, português, história, a parte religiosa, aprendia bordado, aprendia...além do bordado, no primeiro ano. O colégio não tinha funcionário, só tinha lavadeira e cozinheira. Então, essa parte de limpeza, de faxina, era tudo a gente que fazia, tudo dividido. Então, uma turminha era prá limpar o banheiro, outra turminha era prá varrer a sala de aula, outra turminha era prá limpar o dormitório, outra turminha limpava os banheiros de cima. Então era dividido assim com o terceiro e quarto ano. As pequenas, primeiro e segundo ano não faziam nada, ficavam só entretidas com brinquedo. Na minha época, eram 92, de primeiro a quarto ano, que moravam lá dentro. Tinha também as externas, elas entravam só no horário de aula.

Ana Maria: E como que era o relacionamento com as externas? Elas se davam bem com vocês que moravam lá dentro ou tinha alguma diferença?

Ci.: Não. No meu tempo não tinha, não. Se tivesse alguma coisa a gente nem notava. Nem notava se tinha alguma preferência, porque era tudo tipo criança da mesma idade, né? Ah... quando eu já estava no terceiro, quarto ano, a gente disputava muito corrida, muito jogo de barrabol. Jogava muito bola, uma classe com a outra classe; a gente fazia muito teatrinho, encenando historinhas. Elas passavam conto de história prá teatrinho,e as meninas que trabalhavam. No meu tempo assim, que eu me lembre, era uma irmã chamada irmã *Mat.*, que fazia as festinhas No fim de ano, ela que preparava e tinha uma outra religiosa também que preparava, que chamava irmã *Au.*, já falecida. Ela preparava o mês de maio, a gente fazia a coroação, a gente fazia aquela festa

de carregar flor, andava nas enfermarias, levava a imagem para os doentes. Então, a gente pegava a imagem, fazia a procissão na parte da Santa Casa, na parte dos Irmãos Penteado. Não dava tempo da gente ficar ociosa. Era assim a vida, o dia a dia, um teatro, um jogo, uma festinha, tinha a festa das Missões, que a gente trabalhava muito, prá vender rifinha, prá fazer trabalhinhos, os bordados que a gente aprendia, então tudo aquilo ali servia prá vender nas Missões do mês de outubro. As cozinheiras faziam umas bolachinhas, os docinhos, as balinhas, era tudo feito lá. Então, a gente do terceiro e quarto ano enrolava a bala, enrolava os docinhos, preparava as bandejas, sabe? À tarde, era a gente cuidava da capela. Jardim, quando tinha tempo, terceiro e quarto ano, porque do primeiro e segundo ano eu não lembro muito. Mas, no terceiro e quarto ano eu lembro que a gente fazia aquela tarde, o dia inteiro lá fora.

Ana Maria: E vocês brincavam onde hoje fica a Prefeitura?

Ci.: Aquela parte lá era tudo chácara. Não, não brincava lá, não. Lá era só prá passeio lá dentro. Brincar assim, só quando estava muito calor, então a gente estava muito agitado (risada). Tinha espaço como se fosse uma chácara, então elas levavam a gente prá correr lá, mas não era assim prá brincar, prá andar no meio, porque tinha horta, tinha fruta. Aquelas ruas assim no meio e tinha umas plantas e a parte de baixo era lavanderia, que a gente não podia ir. Então eu ia espiar a vovó, que trabalhava lá. Eu gritava: Vó! Madrinha! Espiava, abanava a mão, e a gente ficava na parte debaixo das mangueiras, sabe? Na parreira de uva a gente podia passar por baixo porque era bem espaçoso, porque criança corre, né? Então ali era para passeio, porque para brincar mesmo a gente ficava em frente à capela. Quando não era em frente à capela era ali naquele pátio onde tem aquele chafariz ali dentro. O nosso espaço era esse. À tarde, lá na frente, depois da janta, rezava o terço prá ir dormir. Às vezes, uma oraçãozinha, dependia da disposição que a religiosa tava. Porque como eram noventa meninas, então tinha sempre uma ou duas freiras que ficavam com a gente continuamente, dormia lá no nosso dormitório. Sempre tinha uma freira de plantão, refeitório, recreio, dormitório, prá sair...

Ana Maria: E como as freiras eram com vocês, pacientes, calmas ou eram severas?

Ci.: Olha... (risada)...ahn... A minha primeira professora, Irmã *N.*, paciente, boazinha, calma, tranqüila, baixinha, acho que ela tinha um metro e quarenta e dois, ela não tinha um metro e meio, tão pequenininha. Tinha uma Irmã do segundo ano chamada Irmã *Au.* – essa era prá frente na idade dela. Então ela era assim uma freira despojada, ela gostava de sair, levava a gente prá passear, não gostava de ficar trancada, dava liberdade, era dada, era assim um tipo criança, sabe? Ela gostava de cantar, de passear, ela gostava de sair, ela inventava piquenique no bosque, ela inventava piquenique lá na creche que tem lá perto da Vila Rica, não sei como é que chama, está sempre reformando aquela creche que tem ali em cima. Ela era muito amiga da Diretora, então vez por mês a gente ia a pé, porque não tinha condução prá levar. Era de 25 a 30 alunas de cada classe, né? Então a gente subia ia a pé, passava o dia. Mesmo dia de semana com sala de aula e tudo, passava o dia. Ela era rebelde, gostava muito de levar a gente prá passear. Irmã *Esc.* que foi minha professora, no terceiro ano, junto com a dona Juraci. A dona Juraci não era freira, era uma professora que foi indicada prá vir trabalhar lá nessa época, em 1948, terceiro ano. Então, no quarto ano, quem foi minha mestra foi Irmã *Mat.*, que era o nome dela, é tanta irmã, com cada nome esquisito, tinha até uma superiora que chamava Irmã..... A gente nunca acertava falar esse nome francês, então saía qualquer coisa. Do meu tempo, que eu não fui muito feliz foi com uma chamada Irmã *S.F.*, uma moça nova, rebelde, entrou prá ser freira também não sei porquê, então o santo dela não cruzava muito com o meu, não. Aquela não gostava de mim e acho que eu também não gostava muito dela. Depois teve essa outra também, que tomava conta da gente, ela não era bem dizer assim, professora, ela era uma religiosa que trabalhava na parte das irmãs, ela tomava conta da rouparia, da cozinha, mas cada folga, ela vinha tomar conta da gente no recreio e quando a gente estava de castigo. Tinha de ficar sentada quieta prá ela tomar conta uma hora, uma hora e meia. Esse era o castigo.

Ana Maria: E a senhora se dava bem com elas?

Ci.: É... me dava bem. Essas que trabalhavam aqui comigo, essas duas trabalharam também trinta anos bem dizer, porque elas foram embora quando veio a escola de enfermagem. Então, essas irmãs antigas não podiam acompanhar e não podiam atrapalhar também. A faculdade de enfermagem, porque tem muita experiência, tem mais liberdade, vê as pessoas nuas, aquela coisa toda de hospital. Então,... aquelas religiosas que tinham feito enfermagem podiam trabalhar, mas as outras já eram conservadoras e não aceitavam. Então prá tirar meia dúzia, tiraram todas elas, né, então essa Irmã J. ficou. Quando chegavam as férias, quem tinha parente, papai, mamãe, vó, tia, sobrinha, saía, e quem não tinha ficava lá. Eu não tinha aonde ir porque eu não ia com a Vovó porque o Vovô não tinha condições. Então madrinha morava lá, também eu ficava nas minhas férias lá e era ficar para brincando, ficar limpando, ficar conservando. Um dia ia passear, outro dia não ia passear, mas tinha mais lazer entre a gente. E essa religiosa Irmã S.F., que não tinha nada ela ficava com a gente, mas ela separava umas meninas, sabe? de outras. Ela fazia diferença. Aquelas engraçadinhas, aquelas que pulavam no colo, aquelas assim mais extrovertidas, aquelas meninas assim, sei lá, que tinham outro ambiente, eu não tinha outro ambiente, o meu ambiente era só lá. Que eu saí de casa de Vó com seis prá sete anos, eu era uma menina que brincava. Então essa religiosa fazia essa preferência, sabe? Fazia mesmo e eu nunca me dei muito com ela. Ela não gostava muito de mim e eu não gostava dela. Então eu me isolava e aprendi a ficar muito sozinha. Eu era muito divertida, de uma hora prá outra eu me fechei. Sabe? Eu sentia a diferença dela, aí eu fui me fechando com todas elas, até que terminou o colégio e eu fui aprender a trabalhar lá. Essa foi a única com que eu tive problema, sabe? Tanto é que quando eu estava trabalhando, ela voltou prá fazer tratamento lá e eu tratei ela com uma certa diferença e ela notou, ela procurou saber por que, né? Depois de três, quatro anos, sabe? Ficou uma coisa marcada. Acho que eu fiquei muito sentida com a preferência que ela fez. Acho que na infância marca muito. Ela me ofendia com as brincadeiras de mau gosto. Sabe? Quando as Irmãs saíram da Santa Casa e foram embora prá Taubaté, eu ia uma vez por ano, duas vezes por ano, quantas vezes eu pude ir eu ia lá prá Taubaté visitá-la. A única. Porque tinha outra também, Irmã J.. ela me ajudou muito, trabalhei o tempo todo, nunca reclamou do serviço, ou bem ou mal que a gente fizesse. Ela fazia trabalhar das sete horas da manhã, das seis horas da manhã até uma hora da madrugada, sabe? Tempo de festas, mês de agosto, a gente começava a fazer flor, fazer...preparar... então você tinha que ter horário prá você fazer flor, por exemplo, das seis horas até meia noite e você tinha o seu serviço do outro dia que ela não dispensava. Você tinha que passar o dia inteirinho. Eram quinze, vinte minutos para o almoço, quinze, vinte minutos para o jantar, café ela trazia prá gente ali prá não parar de trabalhar. Era uma religiosa que saiu de casa com treze anos para ir para o convento com treze anos, se formou freira com dezessete, dezoito anos. Ela não viu o mundo do lado de fora, ela só viu o regime religioso. Então, ela tratava a gente através desse regime. Quando o Getúlio Vargas (*risadas*) deu o horário, deu um salário mínimo, nossa... Para elas, ele era comunista, era a pior pessoa, elas tinham horror de Getúlio Vargas. Não aceitavam por que ele criou a lei obrigando àquele horário. Eu trabalhei sem férias lá, que não davam férias. Enquanto não veio a organização, enquanto não vieram as leis prá mudar. Isso demorou cinco, seis, sete, oito anos, eu trabalhava sem férias, trabalhava ano direto. Prá mim era um achado porque eu não tinha onde ir. Meu pai veio me procurar quando eu estava com 18 anos. Prá mim já tinha acostumado naquele ritmo. Meu pai tinha outra família em Santos e com 18 anos eu ia começar nova vida? Sem saber quem, nem com quem, nem aonde? Não pude estudar mais, ninguém me incentivou a estudar, nem madrinha, nem elas me incentivaram nada, porque essa religiosa também ela era muito ciumenta, eu era muito obediente, então eu trabalhava assim prá ela um ritmo... Hoje acho que fui escravizada, mas naquele tempo a gente não tinha noção, então ficava sempre devendo um favor prá quem nos esticou a mão. Hoje eu compreendo assim, naquele tempo a gente era uma máquina. Então ficava devendo aquele prato de comida, devendo aquela roupa, devendo...Então a gente é sempre grata. Por mais que fizesse...Nunca... nunca está à altura. Nunca. Então foi desde meus sete anos que aprendi isso lá. Aprendi a bordar, aprendi a lavar, aprendi passar, cozinhar elas não deixavam, elas tinham muito

medo porque no tempo que mamãe trabalhava lá, não era à gás, não era a óleo, era à lenha, a cozinha muito grande, tinha muita cozinheira. Então a gente ia na cozinha só prá aprender a enrolar bolachinha, essas coisinhas que não chegassem perto do fogo, porque lenha, faísca prá tudo quanto é lugar, elas preservavam muito a gente nisso.

Ana Maria: E quando vocês ficavam doentes, quando vocês tinham algum problema?

Ci.: Ah .. Tinha enfermaria que era da Santa Casa e a gente fazia parte. Tinha uma enfermeira, falecida, dona Teresa e o Dr. Joaquim. Tinha um outro médico também, muito antigo, não lembro o nome dele também, que era encarregado das meninas. Então, a gente tinha dois médicos lá

Ana Maria: Você saía na procissão de 15 de agosto?

Ci.: A procissão dia 15 de agosto era assim, elas preparavam a gente dia para 15 de agosto, é a padroeira do hospital, da Santa Casa. Então,... a gente sabia que dia 15 de agosto às 4 horas tinha procissão, a gente ensaiava lá dentro, turma por turma, classe por classe. Nessa turma tinha as meninas que eram Cruzadinhas, as bem comportada e que correspondiam bem às lições de catecismo. Então, tinha concurso. Elas faziam trabalhos de religião, respondiamas perguntas, não era bem dizer concurso, como eu vou dizer?... um campeonato? Um debate. Então, quem fosse as primeiras que tirassem as notas maiores, essas eram Cruzadinhas. Eu consegui uma vez só (*risadas*) ser Cruzadinha. Então, tinha as Cruzadinhas que faziam parte do andar de Nossa Senhora, que era a padroeira. Então, eram divididas e faziam o cortejo da Santinha. E a gente saía de vestidinho branco, sapatinho preto, minha, e tinha... cabelinho bem cortado, nos últimos anos tinha boina e tinha luva, sempre uma religiosa do lado do grupo, e a procissão fazia a volta todinha na cidade. Quem se vestia de anjinho na procissão eram as escolhidas. Daí faziam preferência. Quer dizer, as pretinhas nunca iam sair de anjo, porque não tem anjo preto. (*risadas*) É, elas pensavam assim, elas foram educadas assim, né? Então, a gente tinha consciência que não podia ser escolhida, não era prá ir, não existia. Elas nunca mostraram um anjo preto, nunca comentaram um anjo preto, sabe? Então nessa parte assim, por exemplo, de anjo, não podia sair, agora prá fazer coroação de Nossa Senhora, as pretinhas iam, eu podia ir porque eu cantava muito bem, sempre pertenci ao coral do Colégio, a gente ia jogar pétalas de rosa, mas vestir de anjo, subir prá coroar Nossa Senhora, não. Eu me lembro que uma vez nós saímos também à noite prá esperar os guardas que chegaram em 1945/46... Ah .. os soldados que tinham vindo de trem. Então, nós saímos à tarde. Mas, estava frio e nós tínhamos um casaco azul-marinho. Então, saía de vestidinho, tudo igual, de listinha vermelha o casaquinho, sabe? Sapatinho, minha soquete, a gente saiu prá ir ver lá na rua Treze de Maio, o desfile dos soldados que voltavam da Guerra. Então, todo mês a gente tinha um piquenique no Bosque, saía, passava o dia no Bosque, ou na parte da manhã ou na parte da tarde. No mês de outubro que era o mês da criança, a gente vinha na Fazenda Santa Elisa. Tinha aquelas jardineiras (*risos*), não era ônibus, a gente passava o dia. Encontrava com outros Colégios, né? Tinha criança do Liceu e do Externato São João também tinha parte pobre, não os alunos que pagam, os outros...eles levavam e a gente encontrava bastante criançada lá.

Ana Maria: Como eram os dias de visita?

Ci.: Eu não tinha ninguém que fosse visitar, no segundo Domingo do mês, mas tinha duas meninas que recebiam assim, de vez em quando, uma carta, um recado ou outro, eram duas meninas : Norma e... a outra eu não me lembro. A Norma.....eram duas meninas que vieram recomendadas pelo Consulado Russo de São Paulo, porque o pai delas era russo e ele era maquinista. Então, ele chegou numa época da perseguição, da ditadura. Ele amava as duas filhas, botou lá, elas ficavam junto comigo nas férias porque elas não tinham parente, elas não podiam sair, porque elas estavam escondidas lá. E esse pai delas, quando ele podia vir visitar ele vinha à noite. Então as freiras assinaram um contrato para mostrar elas à noite, porque ele, como maquinista, não podia ter residência, porque a polícia estava sempre procurando, achava que ele era comunista. Ele fugiu do país dele. Depois que a gente ficou sabendo porque que elas recebiam visita de noite,... A gente é curiosa, né? Então, nunca elas contavam prá gente essas coisas. Eu nem sabia .Depois que fechou o Colégio, conversa vai, conversa vem, perguntando prá uma, perguntando prá outra, que eu fiquei sabendo. O sobrenome delas....? Ai, era Deichnev, Breichnev, não sei. Eu sei que

era uma coisa que rimava assim. Eram duas irmãs. Tadinhas. Elas choravam muito. Mas, acho que elas foram filhas dele, mas acho que ele foi casado com brasileira, sabe? Eu tenho impressão, assim, na minha cabeça, assim, porque elas não tinham sotaque, elas não tinham nada. Elas falavam corretamente.

Ana Maria: como que era a hora do banho das meninas?

Ci.: Os banhos eram assim : na parte da Santa Casa tinha uma sauna enorme assim, parecia uma espécie de... ducha, aquela borracha de esguicho, que é banho, não sei como é que chama aquilo lá. É assim que nem aquela “mangueira de bombeiro”, pressão de água prá jogar. Tinha também um chuveiro. Era assim, um cano e fazia um arco assim, como se fosse a costela da gente. Então você entrava lá, abria, água quente e água fria, você molhava inteirinha. Como era Colégio, cada uma de nós tínhamos uma camisola de banho, decotadinha aqui e sem manguinha. Então a gente molhava, entrava cinco ou seis ali naquele arco, que era enorme, né? Molhava, saía e ia se ensaboar. Então fazia aquele rodízio. Enfiava a mãozinha por dentro prá se lavar com sabonetinho, não tinha buchinha, não. E banho era só duas vezes por semana, porque não tinha espaço. Quando não tinha água, que faltava água no hospital, a gente tomava banho no tanque, maior do que essa sala, era banho frio. Então tinha que entrar, molhar, se ensaboar e sair. Era todo mundo naquela água lá, né? (*risadas*). Então o banho era assim: ou lá nessa tal de ducha ou no tanque.

Ana Maria: Vocês recebiam alguma orientação a respeito de menstruação?

Ci.: Não, não! Ih... Nossa... quando chegava no quarto ano que as outras ficavam, nós pequenas nem fazíamos idéia. Não se comentavam essas coisas. E estudar... Ciências? Qualquer coisa a freira mandava virar a página. Eu fui cair na asneira de perguntar estudando o catecismo: Nossa Senhora foi virgem no parto, antes do parto, depois do parto. Não sabia, me atrevi a perguntar a o que era “parto”. Não me deram resposta, fiquei uma semana de castigo, não podia falar com ninguém. A gente estudava Ciências: Cabeça, tronco e membros? E, agora, não podia falar de “figo”, não podia falar do coração, não podia falar mais nada, vira a folha. Então, era difícil, não tinha orientação de nada. As meninas que vinham de fora, quando saíam de férias, elas tinham novidade prá gente, era tudo tchi, tchi, tchi....escondidinho, não podia falar nada. Tudo não podia falar. Ah, eu falei : “Ai, Mestra, a senhora trocou os óculos.” Prá quê? Foi uma indelicadeza, jamais podia ter acontecido. Falar que eu notei que ela tinha trocado os óculos.

Ana Maria: E vocês tinham amizade com todas as meninas do Colégio?

Ci.: Elas não deixavam muito uma classe misturar com a outra, isolava muito. Quem era do primeiro ano, primeiro ano, quem era do segundo é segundo, não deixava misturar. Só no recreio às cinco a gente misturava um pouquinho, mas quando já aumentava a transa com as pequenas, já separava. Então, ela ficava até num banquinho bem alto prá ver. Pequena com pequena, médio com médio, grande com grande. Não deixavam mesmo se ajuntar muito. Conversinha, tereteté, elas olhavam. Mas rigorosamente enérgica nesse ponto. Brincadeira, mas sempre vigiada.

Ana Maria: E vocês tinham contato ou conversavam com alguém de fora que entrasse prá vender uma coisa, ou para paquerar?

Ci.: Não, não, não, jamais. Não entrava, a gente não... De namoradinho, Nossa Senhora!!! A gente nem sabia como que era menino, que era paquera. Não tinha orientação nenhuma. Não, não tinha... a gente tinha até medo de ficar perto de homem. Nossa!!! Não podia sentar onde homem sentou. Aí saíam aquelas conversinhas bobas que pegou na mão e engravida.

Ana Maria: E depois a senhora acabou se casando, quando foi isso?

Ci.: Ah! Mas aí eu já tava com 30 anos, né? Eu já tinha saído de lá. Já fazia nove anos que eu não estava morando mais lá.

Ana Maria: Quando fechou o Colégio das internas?

Ci.: Depois que a escola de enfermagem foi prá lá, não me lembro o ano que foi. Eu também não sei porque ficava no Colégio fechada. Aí que teve uma abertura, porque aí separaram as conservadoras, as freiras religiosas, puseram essas que vieram como professoras da Escola de Enfermagem, prá tratar do hospital, prá trabalhar mais com os médicos .Aí já não tinha a parte do Colégio. Já tinha fechado em 1952. Em 51. Em 52 eu já estava trabalhando. Eu fui a última tur-

ma e saí prá trabalhar lá com elas. Em 51 encerrou. Nas férias, era o último ano do Colégio, que ia fechar. Já no mês de outubro, novembro, dezembro foram chamando as famílias prá dispensar. Terminou o Colégio, terminou tudo, interna e externa. Dentro do hospital, quando veio a escola de enfermagem, começamos a ter muita palestra, muita reunião, muita conferência, muita aula, muito cineminha, então, abriu um pouco a cabeça, porque antes as freiras eram de um tempo, falar até parece engraçado, que preto tinha que ser cozinheira e lavadeira e não podia ser enfermeira, sabe? Elas foram educadas assim e elas seguiam isso a regra. Preto tinha que sentar atrás e não podia ser na frente de um branco. Agora, como o Colégio tinha bastante menininha mais prá preta do que prá branca, então era obrigada a misturar. Mas, uma vez que passou prá ser funcionária, já era dividido.

Ana Maria: Ah... tinha essa diferença?

Ci.: Tinha essa diferença. Tinham preferência. Porque eu passei a enfermeira. Foi até que morreu uma conhecida nossa, o apelido dela era Nena. Era da cor da minha filha, um pouquinho mais escura, pois a minha filha é uma mulata bem clara, quase branca. Essa senhora também foi criada lá. Prá ela sair de lavanderia e da cozinha prá passar prá enfermagem... Era uma das enfermeiras mais bem conceituadas lá. Tanto é que veio a escola de enfermagem, passou tanta supervisora, passou muita gente lá, mas os médicos davam preferência prá Nena, que aprendeu o serviço com eles. Ela tratou de muita gente dessa cidade de meu Deus. Ela foi uma das enfermeiras que marcou lá. Tiveram que respeitar dona Nena. Respeitaram mesmo até o fim. Ela saiu de lá só prá morrer. Com preto, sem preto ela ficou! (*risadas*) Mas aí já passou, porque depois, quando veio a escola de enfermagem, mudou muito, a gente aprendeu muito, a gente já esclarecida, já tive mais acesso às enfermarias, já tive acesso mais com os médicos, tive acesso com os homens, com os funcionários, né? Aí sim, que a gente foi abrindo mais a cabeça. Aí não tinha como elas dividir, não tinha como elas separarem a gente. Minha filha estudou em colégio de freira, no Madre Cecília. É, porque algumas alunas foram prá lá, né? Aí quando terminou aquela parte do internato, aí foram pegando a parte delas, né?

Ana Maria: E as refeições, como eram as refeições lá?

Ci.: A refeição, café da manhã : café com leite, pão, quando tinha, uma manteiguinha passava, quando não tinha... No meu tempo, como eu peguei aquela fase bem difícil, Guerra, pós-Guerra, 45, então, não era todo dia que a gente tinha pão. Eles faziam aquele bolão de fubá. Quando não tinha bolão, que a gente comia no lugar do pãozinho, davam leite com farinha. Não tinha açúcar, então era leite com farinha. Essa época eu me lembro bem,... eu tenho um nojo de comer leite com farinha. Almoço era arroz, feijão, verdura, pedacinho de carne, batata, macarrão, carne era reduzida, lingüiça era reduzida, ovo frito partido no meio (*risada*). Meio ovo para cada uma. É, nós tínhamos mesas, era dividido por mesa, primeira “classe”, segunda, terceira e quarta. Até no refeitório era primeiro ano, segundo, terceiro e quarto. Porque ficava mais fácil prá elas vigiarem, tomarem conta. Se sobrasse comida elas perguntavam quem queria mais, agente levantava com o pratinho e ia buscar mais papá lá.

Ana Maria: As freiras não comiam junto com vocês?

Ci.: Não, nunca. Porque elas tinham clausura, então, elas não podiam tomar nem água na frente da gente. Depois que eu fui trabalhar com elas, aí eu tinha licença prá entrar na clausura e convivi com elas. Trabalhava só cuidando da roupa delas e da roupa da Capela., da limpeza da parte das religiosas, banheiro, refeitório, clausura. Comida? Era a mesma comida caseira. Feijão. Arroz, lingüiça quase não entrava lá, uma carinha, carinha de frango, um ovo cozido prá quem gostava,... aquelas que tinham dieta comiam uma asinha de frango, uma verdura cozida... *Ana Maria:* As freiras externavam sentimento de carinho com as meninas?

Ci.: Não, não existia isso não era tradição delas, costume delas passar a mão na cabeça da gente, dar uma atenção particular, prá uma, prá outra menina, não. Tratavam todo mundo igual e acabou. Agora é hora de aula vai todo mundo, agora é hora de ficar de castigo, está todo mundo de castigo, agora é hora de brincar...Então, eu não me lembro assim de preferência, de ficar agradando... Tinha meninas que eram terríveis demais, eram “boca-dura”, então essas eram chama-

das mais de perto. Eu não esqueço que era marcada por causa de minha cor, porque ia brincar de passar anel, todo mundo está presa porque era princesa, outra estava presa porque era rainha, a outra porque ela era florista. Eu ficava presa, não sabia dizer porque, eu era içá? Me chamava de formiga içá, sabe? Chamava de besourão. Quer dizer, a freira me ofendia com as brincadeiras de mau gosto. Aí eu falava: “Por que que as outras é princesa, porque que eu era içá? Aí eu comecei a por aquilo na cabeça, fui me ignorando por causa disso. A única, a única (*risadas*). Hoje em dia eu penso assim. Eu também me lembro que no primeiro, segundo, terceiro ano, a gente fazia exame lá mesmo. Quando chegava no quarto ano, vinha aqui na Escola Orozimbo Maia, da Andrade Neves fazer exame. Para pegar o diploma, então era marcado quando tinha o exame das outras turmas, a gente se encaixava e fazia o exame junto, porque senão, não tinha autoridade lá prá dar o diploma. Em vez de fazer na escola Normal, a gente vinha aqui no Orozimbo Maia.

Ana Maria: E no dia a dia, vocês tinham uniforme?

Ci.: Tinha: era saia e “blusa manga curta,”; a saia ficava a semana inteirinha e a “blusa” se trocava um dia sim e um dia não. Tinha sandália, sapatinho fechado, meia, né? Manga comprida só quando saía que a gente usava manga comprida. Quando a gente ia prá Catedral adorar o Santíssimo ou então, quando tinha festa, tinha qualquer coisa assim que os colégios eram chamados a gente ia. Desfile, que os colégios eram chamados prá ir assistir, a gente saía prá ir assistir, ficava lá na rua junto com elas. As freiras eram conservadoras, sabe? Naquele regime fechado : não pode falar, não pode gritar, não pode correr, não pode tossir, não pode vestir, não pode mostrar o joelho. Um pudor exageradíssimo! Essa Irmã *Au.*, que era muito avançada para a época dela, o dia que ela falou assim : “Vocês vão tomar banho. Tem que lavar o lugar que faz xixi ”, foi fogo! Desabou! (*risadas*). Desabou o Colégio! Foi pouco prá meninas se divertirem, queriam... Acho que nós rimos quase uma semana... (*risadas*). A *Lr.M.* não pegou esse tempo. A minha madrinha, criada também com as freiras, tanto é que ela morou lá dentro da Santa Casa, ela falava prá gente: “Prá que estudar?” Da sua família ninguém estudou. Por quê? Vocês têm é que trabalhar prá sobreviver .” Não deixava a gente pensar alto, cortava. Era também a mentalidade da época. Então, eu também não estudei, fiz até o quarto ano, quando eu quis fazer enfermagem, essa religiosa já estava trabalhando, que já era minha dona, não deixou, quando eu saí, que as freiras foram embora, eu já estava quase com 28-29 anos. Elas achavam que já tava velha prá estudar... Também não tive vontade, ninguém incentivou, não tive ninguém que me desse um empurrãozinho, então, fiquei só prá trabalhar. Fui criada prá trabalhar : lavar, passar e cozinhar. É que estava presa também no serviço ali. Alí... eu já me acomodei lá. Já tava registrada, tava ali, mas eu podia ter estudado, feito qualquer coisa, mas faltou aquele empurrãozinho, né? A gente foi criada prá ficar sempre assim, passava uma pessoa, a gente não podia passar na frente, tinha que voltar prá trás prá dar lugar pro mais velho passar na frente, pro doutor passar na frente, prá doutora, prá religiosa, prá pessoa estudada passar...Então, a gente ficou muito reservada. Qualquer pessoa que falasse com você era ordem. Custou prá sair isso da minha cabeça. Eu tava com quase 30 anos quando foi sair isso. Que eu também era gente, que eu tinha direitos... Então, quando abriu os bancos aqui, a gente tinha medo de entrar no banco, aquela formação. Mas, a gente dá graças a Deus daquilo que teve e da educação que recebeu no Colégio.

Entrevista 7 - T.J.C., 22 de fevereiro de 2002.

Ana Maria: Dona *T.J.C.*, a senhora estudou no Colégio da Santa Casa de Misericórdia?

T.J.C.: Sim, estudei como externa, porque minha mãe e minhas tias também estudaram lá e o ensino era muito forte, tanto que duas colegas minhas foram professoras na Escola Normal e entraram sem cursinho, passaram no exame. Chamava Escola São José anexa à Santa Casa. Entrei com 7 anos e saí com 12. A gente tinha que ler a Bíblia, corretamente e a freira mandava continuar de onde a outra tinha parado. Aí, se a gente não soubesse onde tinha parado. Tinha que ler com entonação, respeitar pontuação. Meu pai era português, veio de Portugal, tinha chácara no Cambuí e eu ajudava na lavoura, por isso tinha a mão toda calejada. Eu ia a pé na Escola das

11 horas até às 16 horas. Um dia cheguei tarde porque me atrasei e com medo da minha mãe, não voltei para casa, fiquei a tarde inteira de pé no corredor. Mas no Boletim marcou falta e eu não gostava de faltar para ganhar prêmio de assiduidade.

Ana Maria: De que mais a senhora se lembra da vida no Colégio?

T.J.C.: As professoras eram freiras, mas tinha duas que não eram freiras e moravam lá: a Amanda, que dava aula de Trabalho e a Isabel, que ensinava ginástica. Falavam que elas eram órfãs e uma irmã da outra, mas eram muito diferentes. A Irmã Nat., professora do 3º. ano era enérgica, brava, e as aulas eram juntas com as internas e externas. O recreio era separado, as externas ficavam ao lado do chafariz, e as internas ficavam para lá, acho que para evitar bilhetinhos e conversinhas. Um dia, uma órfã grandona, a Lor., fez xixi na cama e o colchão era de palha. Daí, a Irmã Nat. obrigou a menina a carregar nas costas o colchão até a classe; era muita humilhação e a menina chorando. Quando acabou a aula, levou o colchão de volta para o dormitório nas costas. As órfãs eram algumas tímidas, outras rebeldes. A Irmã L., professora do 4º. ano, mantinha a classe num total silêncio; mas era boa, parecia uma psicóloga (hoje eu entendo assim), memo porque naquele tempo não existia psicóloga. Mas, veja só,... um dia umas meninas que já tinham rádio em casa e escutavam coisas do mundo, escreveram bilhetinhos pornográficos e começaram a passar na classe. Uma menina “puxa-saco” das freiras, que era meio tortinha, tinha uma deficiência no pé, levantou e levou o bilhetinho para a Irmã L.. Nós ficamos morrendo de medo, mas a Irmã L. apenas falou: “Não entendo nada disso, não sei o que é isso”. E continuou a aula normalmente. Agora eu entendo que a Irmã não era ingênua, se fez de ingênua. Ela era, sem dúvida, mais moderninha e cuidava da rouparia. Às vezes, na sala, a Irmã L. falava: “Quem é que vai tomar banho na ducha?” E algumas levantavam a mão e saíam. Eu não entendia nada, só depois soube que meninas menstruadas não entravam na tina para não manchar a água, por isso iam para a ducha. As tinas eram, na realidade dois tancões que ficavam no andar térreo, num rancho logo depois de sair do refeitório, onde hoje é o centro de cardiologia que dá para a rua Benjamin Constant. As meninas internas tomavam banho umas duas vezes por semana, e parece que elas gostavam. Os tancões nos outros dias eram usados para lavar roupa. Nos dias que elas não tomavam banho, tinham que mostrar o fundo da calcinha para a freira ver se estava limpa, porque as meninas tinham que ter asseio, e saber se limpar bem com papel....não sei bem que papel. Acho que era jornal, não sei se elas tinham papel higiênico, sabe como é, né, naquele tempo usava mesmo era jornal.

Ana Maria: De que mais a senhora se lembra?

T.J.C.: Uma vez, no 15 de agosto, eu plantei uma árvore perto do chafariz. Como eu morava no sítio, meu sapato era feio, daí uma dona me tirou da frente e me pôs lá para trás, porque estavam tirando fotografia e eu não podia aparecer com sapato feio. Isso me marcou, nem sei se existe ainda essa foto. Um dia meu pai me deu um presente, numa caixa. Era um prêmio porque eu ajudava na lavoura dele. Eu tinha dez anos e fiquei contente porque pensei que era uma caixa de sapato. Ah!... Que decepção... era uma boneca linda, mas não gostei....fiquei triste porque queria um sapato. Acho que perde o sentido da infância quando se dá muito trabalho para a criança. Eu saía na procissão de 15 de agosto, mas nunca carregava a fita do andor, até que num 15 de agosto, cheguei toda empoadada, de roupa nova, daí a Irmã me pôs para carregar a fita do andor e tirou a Necl.. Ganhei dois cartuchos de doce: um do colégio e outro por sair na procissão. Os espelhos do corredor do Colégio eram cobertos com uns panos para ninguém se olhar, não sei porquê. Um dia, eu não fiz a lição e meu cabelo formava uma pastinha natural na testa. Daí a freira falou brava: “Também você fica em casa fazendo pastinha no cabelo, por isso não faz a lição.” E eu fiquei triste, porque não era verdade. Na classe não havia carteiras, mas bancos grandes para quatro meninas. As freiras tinham maraca, que fazia barulho de chocalho. Cada maraca era um sinal: sinal para ficar de pé, para puxar o banco sem arrastar, no silêncio, para sentar. Enfim parecia um exército. Na fila, mão para trás, uma a distância da outra, mas eu já estava acostumada com obediência, porque em casa era assim também. O Maestro Bove dava aula de Orfeão. Tinha também exposição de bordado e, cada dia ficava uma menina na porta da sala para receber

as visitas. E os provedores iam lá com as esposas. Daí disseram para mim que estava na porta: “Logo você vai ter bordado exposto aí também!” E eu respondi: “Pois eu já tenho treze bordados na exposição.” Eles nem acreditaram e voltaram para ver, acho que porque sempre fui baixinha e pensaram que eu era muito nova ainda. Aprendi a costurar bem e hoje sou modista, me aperfeiçoei.

Ana Maria: Então a senhora era amigas das órfãs?

T.J.C.: Eu era amiga de algumas órfãs. Eu gostava muito da *Dor.* e continuei sua amiga até ela morrer, bem velhinha. A história dela é bonita, embora ela fosse bem ranzinza. A mãe dela era uma mulata que foi abusada por um italiano, onde trabalhava e ficou grávida da *Dor.* Mandada embora do emprego, foi pedir abrigo na Santa Casa. As freiras acolheram e *Dor* foi criada lá com a mãe, que ficou trabalhando lá como porteira e ficou até com jeito de freira. Lá não tinha roda dos enjeitados. Então a *Dor.* ficou lá interna, estudou e ficou trabalhando na farmácia da Santa Casa, onde conheceu o sr. *L.S.*, um enfermeiro. Casou com ele e tiveram dois filhos. Ela depois trabalhou na Clínica do Dr. Manoel Dias. Fiz o vestido de *Dor.* para comemorar os 25 anos de casada dela, com botões maravilhosos, com pedrarias. Quando ela fez 50 anos de casada, fiz outro vestido, eu mesma comprei o pano e coloquei os mesmos botões. Ela já morreu, mas fomos amigas sempre. Ela até queria que eu me casasse com um dos filhos dela. Ela também falava que a mãe dela era uma santa, que viveu para ela. Um dia, *Dor.*, numa discussão a nora, disse que seria melhor que o filho tivesse se casado comigo, daí teve de escutar da nora: “A senhora não me aceita mas pior é a senhora que foi órfã, internada num asilo.” Tinha também uma outra órfã que era secretária de um Inspetor de Ensino, Sr. *J.Br.*, que ia lá quase todo dia. Um dia, as freiras viram alguma coisa de errado entre ele e a órfã e daí ele adotou a órfã como sua filha e levou ela para sua casa. A mulher dele se percebia alguma coisa, acho que não falava, mas quando ela morreu, ele logo casou com a órfã. Então, nós falávamos: “O pai casou com a filha!!!” Ele era velho e ela “mocinha”, então para parecer mais velha, ela fazia uns coques no cabelo.

Ana Maria: Quando saiu do Colégio a senhora constituiu família?

T.J.C.: Não, eu me dediquei à sobrinhada e cuidei do doentes de minha família. Namorei bastante, depois fiquei firme com um que morreu de câncer na cabeça.

Ana Maria: Hoje, como a senhora vê a educação que recebeu no Colégio?

T.J.C.: Gostava da educação. Hoje sou o que sou pela educação de minha mãe que também estudou lá e aprendeu os mesmos costumes que eu aprendi lá. Acho que a criança é um brilhante que tem que ser polido. Rezava muito e fazia retiro. Hoje moro ao lado da Igreja de São Pedro, tenho boas vizinhas, faço caminhadas e digo que moro num pedacinho do céu.

Entrevista 8 - Engr., 25 de fevereiro de 2001.

Ana Maria: Dona *En.*, a senhora foi aluna interna ou externa no Colégio da Santa Casa de Misericórdia?

Engr.: Estudei 4 anos como externa, tinha pai e mãe.

Ana Maria: A senhora se lembra das professoras do Colégio?

Engr.: A maioria era freira, Irmã *N.*, Irmã *Med.*, Irmã *J.*, Irmã *Ter.*, da Farmácia. Isabel não era freira, ensinava ginástica e ajudava, às vezes na sala, no estudo, mas era muito ruim, batia na gente, dava safanões, reguada na cabeça. A Irmã *J.* era uma carrasca como a Isabel. A Irmã *Med.* era um doce de bondade. A Irmã *N.* era boa, mas, às vezes, ficava com o ovo atravessado.

Ana Maria: A senhora se recorda das órfãs?

Engr.: Eu tinha amizade com as órfãs. No recreio do pátio interno, eu ficava perto delas e comia o lanche que as Irmãs preparavam. Eu trazia lanche de casa, mas comia o meu na rua, só para ganhar pão com manteiga puríssima servido pelas freiras no recreio. Às vezes, tinha manjar branco, pudim e muita coisa gostosa. Ainda, eu gostava de adular a Irmã para poder bater o sino no pátio do chafariz. Não me lembro bem do nome das órfãs, já faz tanto tempo, mas a gente

brincava junto de: barra-manteiga, pular corda, passa anel, peteca, amarelinha, esconde-esconde. Bons tempos. Boa educação, tudo puro, a gente sabia brincar, tivemos infância. Íamos brincar no pomar, tinha jataí, abil, tamarindo, era lindo!

Ana Maria: Que mais havia na vida do Colégio?

Engr.: Fiz 1ª. Comunhão lá e também saía na procissão, segurando a fita do andor. Depois ganhava cartucho cheio de doces. Lá na santa Casa, tinha o pavilhão dos doentes, e eu gostava de dar uma espiada nos doentes. As Irmãs não permitiam, mas eu assim mesmo, nem me preocupava em pegar doença. E a gente escutava doente chorar, gritar, era tanta lamúria. Quando a gente ficava com alguma dor, ia na farmácia que a Dona *Ter.* dava remédio.

Ana Maria: E depois que saiu do Colégio?

Engr.: Não me casei, sou solteira, a formação que recebi no colégio ajudou muito para eu criar a sobrinhada. Hoje estou com 70 anos.

Entrevista 9 - Mat. F., 15 agosto de 1999.

Ana Maria: A senhora gostaria de contar sobre o tempo em que estudou com as Irmãs na Santa Casa?

Mat.F.: “Eu era externa. Antes morava no sítio e meu pai vendia leite no Cambuí todo. Mudamos no Cambuí e meu pai resolveu colocar nós duas, eu e minha irmã *Ros.* no Colégio das Irmãs. Meu pai pediu para internar-me no 2º. ano e *Ros.* para aprender a costurar e bordar. Meu pai foi até o Largo do Pará conversar com uma pessoa importante que perguntou se nós não tínhamos mãe. E aí se desfez o mal-entendido e apenas eu fiquei como aluna externa, pois a *Ros.* não precisava de Escola. Depois meu pai comprou um açougue porque o leite só podia ser pasteurizado. As externas eram alunas privilegiadas, ajudavam a fazer o andor da procissão. Tinham contato com as internas só no recreio, as internas ficavam no pátio. Entre as freiras não havia diferença entre as crianças. Isabel, Professora de ginástica fazia diferença. Não gostava que eu tivesse amizade com a *Neg.*, ou seja, a *Chi.*, interna no colégio. Fiz lá minha Primeira Comunhão com 9 anos e tive vestido igual ao das internas: meia preta, vestido branco, coroa e véu. Depois da missa, fizeram um lanche para as crianças da Primeira Comunhão e mães. A Professora Isabel deu destaque para duas meninas bem vestidas. Nesse dia, recebemos uma bolsinha de papel crepom azul com doces e a lembrancinha da 1ª. Comunhão. Gostava da Irmã *N.*, gostava de Matemática e Geografia, era uma boa aluna, só tirava dez. Irmã *Nat.* era severa, batia na gente com os nós dos dedos ou com a agulha de tricot. Lembro que não fiz o 1º. ano lá. No 2º. ano tinha a Irmã *Med.*, no 3º, a Irmã *Nat.* Forti e no 4º. a Irmã *L.*. Eu guardo até hoje um pano de amostra. O pai ia no Colégio no final do ano para agradecer. Irmã *C.* era brava, sisuda, sempre zangada. Uma vez deu uma sova na *Der. V.* com o chinelo. *Der. V.* ficou dois dias na enfermaria e quando saiu cantava para a freira: *Chinelo vai, chinelo vem, chinelo de freira não mata ninguém.* Depois do 4º. ano, fiquei no Colégio mais dois anos, aprendendo datilografia, desenho, etc. Saí para trabalhar na tecelagem e depois no Posto de Puericultura até me casar. Hoje tenho 71 anos, um casal de filhos e dois netos, e um sobrinho padre: Padre Gerônimo Antônio Furian”.

Entrevista 10 - R.G., I.G., T.G.(irmãs), 16 de junho de 1999.

Ana Maria: E por que motivo vocês foram para o Colégio das Irmãs?

R.G.: Porque a gente não tinha mãe. A minha cunhada quando ela se casou em 39, 38, ela veio e então, coitada, ela casou e encontrou um bando de gente prá tomar conta, então ela veio mas ela pôs a gente lá prá gente ir na escola, aprender a ler e escrever, aprender educação. Mas ela deixou, ela deixou lá à vontade nossa. Quando ela achou que a gente queria vir embora ela trazia. Se não quisesse também ela deixava, porque ela falou: Vocês estão aqui melhor do que lá em casa.

Ana Maria: E que lembranças vocês guardam de lá?

T.G.: Ah! maravilhosa! Que pena que não tem nenhuma daquelas freirinhas, aquela coisinha linda, coisinha mais linda do mundo! Mais carinhosa, caridosa, tudo quanto é coisa boa que a gente pode aprender na vida eu aprendi lá. A minha primeira professora foi irmã *N.*.

R.G.: É, a minha também foi.

T.G.: A minha segunda professora Irmã *Med.*. Depois a terceira professora Irmã *Au.*, depois a quarta professora Irmã *L.*, essa que assinou o meu diploma. E depois tinha a Superiora, Madre Maria Mariana e tinha outras, tinha a irmã *T.G.*, tinha aquela grandona Irmã *Nat.*, Irmã *Vir.*, Madre *M.J.*, coitada, a turma agora põe a coitada até em centro espírita, coitada, era uma santi-nha. A Madre *M.J.* é que tomava conta dos doentes. Irmã *Em.*, aquela grandona, Irmã *B.*, que tocava órgão. Tinha muitas. E tinha as que trabalhavam na cozinha, tinha as que trabalhavam no refeitório, tinha as que trabalhavam na lavanderia.

Ana Maria: Como era a rotina diária?

T.G.: A gente aprendia tudo o que era bom. De manhã tinha aula de bordado, depois ia prá escola, a aula do primeiro grau, de tarde era aquela festa, a gente ia no meio daquele lugar grande que a gente brincava, do pátio, da gruta, ia comer tamarindo, ia comer jataí, ia chupar pirulito que as freiras faziam.

I.G.: O que a gente gostava era de ir na gruta. Mas às vezes eu ficava muito triste. O que você aprontava lá, *R.G.*?

R.G.: Ah, não ... eu ... (risadas). O que você aprontava, *I.G.*? Ria do padre? Eu gostava do padre, adorava. Imagine. Sabe o que eu fazia? Eu fazia hóstia. Mais eu comia do que fazia, na hora do padre benzer ... eu tinha comido. Eu trabalhava na Igreja, bordava aquelas toalhas da mesa de comunhão, ficava lindo.

Ana Maria: Lembram se existia algum tipo de castigo?

R.G.: Às vezes tinha castigo com as mais levadas mas não era assim uma coisa exagerada. Era brincadeira de criança mesmo. E quando elas queriam assim descobrir alguma coisa, alguma malvadeza que elas faziam sabe o que elas faziam? Elas pegavam uma galinha, punham dentro de um cesto, sabe galinha quando está chocando é muito quietinha. Então elas pegavam galinha chocando,... porque uma vez a *C.P.* pegou o vestido da *D* e picou. Tinha uma festa, ela pegou o vestido da outra, ela brigou com a outra ela picou tudo com uma tesoura e deixou um monte de pano picado. Aí as freiras queriam saber quem fez aquilo ali. Aí foi que foi, , mas a gente mais ou menos sabia quem era, porque elas viviam de briga aquelas duas. E ela falou: Mas quem que fez, quem que não fez, e elas foram arrumar a tal da galinha prá gente passar a mão na galinha. E todo mundo passou e a galinha...A história era assim: Cada uma passava a mão na galinha. Se a galinha cacarejasse foi aquela que aprontou. Quando chegou a vez da *C.P.* passar, a galinha fez có-có-có. Foi você mesmo!. Disse a freira. E aí ela começou a chorar, chorar, e aí as freiras chamaram o pai dela e falou: Olha, ela fez uma muito malvadeza, né? Mas não tinha castigo. Até prá chamar a atenção elas tinham uma doçura que eu nunca vi. Quando era de tardezinha que a gente via a Madre Superiora, ela tinha um banquinho, ela subia três degraus, sentava no trono. Daí ela chamava a atenção da gente, né, das que reinavam, né, eu nunca reinei, eu ganhava fita toda Sexta- feira, de bom comportamento a fita. E aí quando ela subia naquele troninho ali a gente falava: Ai, meu Deus, já vem bronca, que alguém fez alguma coisa. Então as freiras ficavam bravas e punham a gente cheirar a parede, o castigo era esse. Aí, quando a gente via a Madre Superiora começava a falar, falar, falar, mas ela falava assim tão meigo, que a gente nem percebia ela chamar a atenção da gente. Eu sei que no fim ela falava assim prá gente: Vocês precisam ter modos, respeitar os outros, vocês são uns caquinhos de gente! Aí ela fazia o sinal da cruz e descia. Nem para chamar a atenção ela não levantava a voz. Era uma doçura! Eu só fui pro castigo uma vez só, porque na hora do lanche eu não quis tirar a bacia de prato prá levar na pia prá lavar, eu respondi, a Irmã ficou brava também, eu achei que não deveria de fazer. Mas eu adorei aquele colégio, eu era muito bem ... nós cantávamos no coro, na missa, até agora eu canto

no coro da Igreja. Na missa do dia 15 de agosto nós ensaiávamos e fazia doze meinhas. O nosso maestro, não era, Salvador Bovi, *T.G.*?

T.G.: Era o maestro que ensaiava a missa de 15 de agosto, que ensinava a gente a cantar prás festas, acompanhava a gente no piano, tinha a primeira, segunda e terceira vozes, era maravilhoso! É, e eu era a primeira voz.

Ana Maria: Quantas meninas havia lá nessa ocasião em que eram internas?

R.G.: Tinha acho que umas setenta, porque eu era número setenta e sete. E a minha irmã era vinte quatro, essa mais novinha. Eu não cheguei a ter número acho por eu ficar muito pouco tempo. Ah, eu tinha, sim, porque elas davam o número para a gente separar as roupas, né. Então tinha os casulos para por as roupas e os calçados também. Tinha o sapateiro que consertava os calçados então ele vinha, esperava a gente experimentar para ver se estava bom, se não estava apertado, se tinha algum preguinho dentro para não machucar o pé, eu lembro de tudo isso. Olha a maior parte tinha família, então, a gente, era ... Eu tinha a minha mãe, mas ela abandonou a gente e foi embora e depois de muitos anos, morreu. Então eu não sei é por causa disso que eu me apeguei tanto com as freiras. Por que para mim, eu não tava triste não. Eu estava contente. Elas eram muito carinhosas com a gente.

Ana Maria: Vocês tinham contato com pessoas de fora?

T.G.: Tinha, com todo mundo que entrava e saía lá. Todo mundo brincava com a gente, os médicos, todo mundo. É, e a gente tinha aula de educação física. Lembram da Isabel? Tinha, tinha. Amanda, né, Amanda e Isabel.

Ana Maria: Vocês se recordam do que estudavam?

I.G.: Ah, era primário só. Continhas, assim? Era, era só aprender dois vezes dois. Não tinha assim essa matemática como tem hoje, mas dentro daquilo ali se a senhora perguntar prá mim o que você fez, eu sei de cor e salteado, faço conta melhor do que quem está ali na máquina. Nunca usei calculadora. É de cabeça. Às vezes, eu vou lá no supermercado e meu marido fala: Está certo? Tá. Deu certo mesmo. Porque a nossa tabuada era do 1 até o 10. A gente prestava muita atenção na aula. Não era aquela folia, não. Era aula mesmo.

Ana Maria: E quem dava aula?

T.G.: As freiras, sempre elas. Não tinha pessoa de fora. Só o que eu me lembro que tinha lá era o maestro, e a Isabel, mas a Isabel foi criada lá. Ela era de lá mesmo. Quando ficou moça se formou, cresceu e ficou sempre ali. Ela e a Emilinha da farmácia, a Dita, tinha muita gente.

Ana Maria: Existia algum prêmio de bom comportamento?

T.G.: Só tinha vermelha. Quem tinha fita vermelha ... Ah! E quando chegava de noite no sábado, a freira colocava uma fitinha vermelha sobre a cama das internas e dava para as externas levarem para casa. Então quem era bem comportada tinha fita e geralmente quase todas tinham fita porque a gente se comportava mesmo. Alguma que estava sem fita ficava lá no fim da fila chorando. Eu tinha dó daquelas meninas sem fita, na missa do domingo. Tinha aquela pretinha, a *M.T.*, aquela era levada da breca que dava em todo mundo aquela menina lá. E ela nunca levava fita porque batia nos outros. Quando a gente via a gente saía correndo, porque ela vinha, ela vinha, mesmo, viu? Ela não sei, era revoltada aquela menina. Todo mundo tinha medo dela, a tal da *M.T.* Ela nunca levava fita, não. A gente ganhava todo Sábado.

Ana Maria: E como era uniforme que vocês usavam?

R.G.: Era ... tinha ... era saia azul-marinho e a blusa branca e punha fita na cabeça mas era tudo de minha fazendo par, com minha três quartos, sapato... Sapato de pulseirinha... Não, pulseirinha só traje de gala. Mas, era sapato fechado e meia comprida, três quartos, acima do joelho. E era bem longa a saia, não era curtinha não. E as blusinhas eram branquinhas de gola redonda.

Ana Maria: E eram as freiras que davam essa roupa?

I.G.: É. A maioria. Não, a minha cunhada acho que comprava essas roupas. Ela mesma que costurava prá gente, que ela era muito dedicada. Ela foi a mãe prá gente, né? Mas não deixava de visitar a gente todo terceiro Domingo. A primeira carinha que entrava lá era ela. Meu pai, coitado, sempre com os bolsos cheio de bala levava prá gente e para as outras.

Ana Maria: Alguém dava doces para vocês?

R.G.;I.G.;T.G.: As nossas madrinhas de doce????!! Você tinha a sua madrinha de doce? Eu não me lembro. Todo terceiro Domingo, então ela vinha ... porque sempre teve assim em todos orfanatos ... geralmente as pessoas que têm mais poder aquisitivo ajudam de alguma forma. Então tinha as madrinhas de doce. Até a minha madrinha de doce morava lá no Cambuí. Lembra a madrinha de doce? Ah! É! Eu me lembro. A gente falava: Ah, a minha madrinha de doce chegou. Aí ela trazia doce, tempo de Páscoa ela trazia ovo de Páscoa. Era uma pessoa que adotava uma menina para dar os presentes. Tinha um porém. A Irmã não deixava a gente comer antes da hora. Ah! Não. Ela pegava os pacotes, guardava no armário... Ah! Não! Porque se não comia tudo na hora ... Não ... não ... Ela não deixava comer de jeito nenhum. Depois distribuía o docinho. E o docinho de quem tinha madrinha, dividia. No quinze de agosto a gente confeccionava todos os doces, aquele docinho de abóbora cristalizada, de amendoim, paçoquinha, mas tudo. Tinha coelho assado. Eu me lembro tão bem que nós fazíamos o saquinho da bala de papel crepom, dávamos o lacinho assim, ah! Era tão bonitinho. E a fitinha era azul, né? No dia da procissão era azulzinha a fitinha na cabeça. Todo mundo com a fitinha. Naquele dia era azul e o uniforme era branco, de fustão com três pregas aqui no cinto, de sapato de pulseirinha de verniz e minha de seda.

Ana Maria: Como vocês vêm a educação que receberam lá no Colégio das freiras?

R.G.;I.G.;T.G.: Nós aprendemos lá no Colégio da Freiras tudo de bom: educação, modo de andar, descer uma escada, subir uma escada, como conversar, pedir licença, tudo o que fosse fazer pedir com jeitinho, não arrastar o pé, caminhar sem arrastar o pé, descer as escadas sem fazer barulho, enquanto fizesse barulho a gente subia e descia até aprender. Não podia bater de jeito nenhum, então parecia que a gente estava pisando em ovos. E, numa casa que eu trabalhei a senhora até falava que o meu andar era uma coisa de louco, parecia que eu estava pisando em ovos, enquanto que o passo da filha dela era aquele passo pesado e o meu não era bem de levinho, parecia que não estava nem andando, mas é porque a gente aprendeu no colégio. Até a andar a gente aprendeu. Tomara as crianças tivessem a educação e a postura da gente... nossa!... Imagina se a gente falasse “você” pros outros. O meu filho é “senhora”, “senhor”, porque a educação que a gente aprendeu a gente passou. O único que fala “você” é o solteiro: “Mãe, você...” mas o casado não.

R.G.: Agora aqui em casa nenhum deles fala, nem os filhos dela, nem os das outras irmãs todas. Eles podem até falar o meu apelido, mas é “senhora”. A minha cunhada não deixou falar “você”. Eu falo: Está chamando de apelido, tira o “senhora” então, fica mais bonitinho.

Ana Maria: Quando vocês saíram de lá, foram trabalhar?

R.G.: Olha, não foi logo no início que eu fui trabalhar. A gente ficou um pouquinho, mas assim que apareceu já começamos. Foi a minha cunhada que arranhou. Minha irmã ficou trabalhando na Assistência Dentária, eu saí, porque eu fiquei por pouco tempo, mas com doze, antes dos treze anos eu já estava trabalhando de doméstica. Não tenho vergonha de falar, não, de doméstica. Trabalhei na Assistência Dentária e lembro até do nome dos dentistas Dr. Celso Mendes. Eu trabalhei com o dr. João Batista Queiroz, Antônio Lima de Camargo e Ivo Blown Nogueira. Eram os três dentistas, cada um fazia um período. Porque lá tinha médico, dentista, tudo... Agora é que os pobres não têm nada. É, tinha médico, se ficava doente já ia para a enfermaria, tinha tudo. Tinha médico pediatra, tinha enfermeira das crianças, quarto separado, fazia cirurgia, fazia tudo. A minha irmã arrumou serviço na farmácia por intermédio das freiras.

Ana Maria: Vocês se lembram do dormitório?

I.G.: Eu lembro que eu acordava com fome, eu ia lá onde ela dormia, que ela (a T.G.) dormia já com as mocinhas: “T.G., vamos comigo lá embaixo, vamos que eu estou querendo tomar leite”, e ela levantava e ia comigo lá na cozinha para a gente tomar leite, tomava café. É porque ela dormia separado e eu não queria descer sozinha e fazia chantagem ...

Ana Maria: Como era o banho?

R.G.;I.G.;T.G.: Na hora do banho, entrava no tanque, naquele tancão. Ai, que gostoso! Era gelado quando era tempo de verão era gelado, quando não, tinha aquelas duchas, tinha as banheiras, aquele negócio de água quentinha. Tinha aquele chuveirinho, mas era rapidinho, o sabonete por baixo da camisola ...A turma fala sauna, sauna, nós tínhamos sauna. Tinha os lugares onde fazia os tratamentos de ...Antes tinha uns “negócios”, umas mangueiras assim grandes onde saía água quente e então elas esguichavam na gente. Uma entravam naquele arco, outras tomavam banho, por que eram muitas meninas, era muita prá banho.O tanque era como se fosse uma piscina. Um tanque de lavar roupa, grande, com água. Cada um levava o seu sabonete, cada um tinha as suas coisas individual, era rápido, a sua toalha, ninguém via o corpinho de ninguém, né? Tomava banho de camisolão. Era uma camisola assim escura, ninguém vê nada, não podia ver nada. Era uma pureza tremenda. E quando ela era mais mocinha, ela tomava separado. Aí a camisola grudava, né? Aí já separava, né? Ia ficando mocinha, já separava. Se você soubesse de uma coisa, que nós trocávamos de roupa e ninguém via o corpo uma da outra. Nem no banho. Tomava banho de camisola. Olha, nós trocávamos e nunca ninguém viu. Na verdade, não podia ver. Olha, nós tínhamos um jeito todo especial.A gente puxava o lençol por cima da cabeça,se trocava e depois quando estava trocadinha ...E a camisola molhada do banho também a gente tirava sem mostrar o corpo.

Ana Maria. E as atividades do colégio, como eram?

R.G.;I.G.;T.G.: O horário do colégio era do meio-dia às quatro.Não. Nós tínhamos que limpar, varrer os corredores, tirar o pó. Limpava o refeitório ...tinha escala, né? Mas não serviço grosseiro, não..Mas, não era lavar roupa assim essas coisas, passar cera, não. Limpar, sabe aqueles corredores encerados? Não, era só varrer, tirar pó, passar vassoura, limpar o vidro, arrumar a sua cama. Cada um cuidava da sua cama. Tudo direitinho. Aí acabava de almoçar, colégio. Nós trabalhávamos muito mais em casa do que no colégio. E aprendia bordado, ponto cruz, tricô ...Nós tínhamos aula de bordado, aula de escola, deE a gente tinha a hora de recreio também. Todo dia à tarde. Durante o dia não tinha recreio, mas à tarde nós tínhamos, das quatro até as cinco horas. Aí elas também brincavam de roda com a gente, cantavam as músicas da ... as músicas de colégio, né? Tinha também as festas, tinha o maestro, tinha coral ...Depois do jantar a gente brincava e depois quando entrava, não tomava banho à noite, tomava de manhã .Aí entrava, jantava e ia dormir. E quem fazia xixi na cama elas punham o lençol na cabeça. Quando você via alguém andando no corredor de lençol enrolado na cabeça era porque tinha feito xixi na cama. *(silêncio)* Eu também fazia xixi na cama. Mas elas acordavam a gente. Aquelas que elas sabiam ... Por exemplo: a gente deitava e dormia, elas iam dormir bem mais tarde. Quando elas iam dormir elas chamavam todas as meninas xixonas para ir fazer xixi. Aí ia tudo meio dormindo, batia a cabeça, mas elas levavam e aí não fazia na cama. Eu fui xixona, até quase onze anos, disse *R.G.* Não sei se era medo ou alguma coisa... De vez em quando a gente via alguma coisa estranha no colégio. Dizem...dizem as pessoas antigas que lá foi qualquer coisa dos escravos, então a gente escutava, aquelas correntes que vinham arrastando.... Então a gente ficava com tanto medo, cobria a cabeça. Eu dormia até quase doze anos com a cabeça coberta. O cobertor a gente puxava, puxava e cobria a cabeça. Aí via ...mulher de branco, não é, *T.G.*? Uma vez nós vimos no corredor uma mulher de branco que chegava perto e sumia. Nós não tínhamos medo não.Aí a gente corria e contava prá freiras: Ah, Irmã, vem vindo uma mulher de branco. Ela falava: É a Virgem Maria que vem vindo. Elas não punham medo na gente. Eu tinha loucura prá ver as freiras no quarto delas. Tinha paixão de ir lá ver como que era. Ai, meu Deus do céu, como que eu arrependi ... eu levei uma bronca...eu não gosto de arte, mas ...Era fechado com uma cortina branca. Porque nós não dormíamos sozinhas não. É, tinha. Elas nos vigiavam. Cada quarto tinha uma freira, só que ela era separada por uma cortina branca.Vamos supor, tinha quatro cantos o dormitório, tinha quatro freiras, a Irmã *N.*, a Irmã *L.*, Irmã *Med.* e Irmã *Ar.* Agora as outras dormiam separadas.

R.G.: Olha, o melhor tempo da minha vida, da minha vida eu vou dizer, foi o colégio. É uma recordação muito ... que ali nós tínhamos tudo no horário, alimentação, tudo ... brincado, brin-

cava, naquelas festinhas a gente representava... Uma vez teve uma festa e ela se vestiu de freira. Encenava o Jeca Tatu. Ah! O Jeca Tatu! Quanto xixi que eu fiz ... A gente mesmo fazia a graça e a gente mesmo ... não segurava As freiras riam de ver eu tudo molhada vestida de moleque. Nós não fazíamos nada ... em primeiro lugar era missa todos os dias, no domingo duas. Era assim, levantar, se vestir, entrar em fila, depois nós íamos para o refeitório, tomar café, depois cada uma ia fazer o seu dever.

Ana Maria. E a comida era gostosa?

R.G.; I.G.; T.G.: Tinha que comer, mas elas experimentavam, se estava ruim elas mandavam de volta, sem sal... A alimentação não era ruim. Era uma boa alimentação: arroz, feijão, carne, verdura, leite, aquelas latonas. O leite era a coisa mais deliciosa. Podia beber à vontade. O bule era dessa altura assim, uma coisa exagerada ...Aquele café gostoso.

Ana Maria. E tinha criança pequena também lá no Colégio?

R.G.: Tinha, bom, pequena, não. A partir dos oito, não, a partir dos seis anos. Eu entrei com seis. Tinha uma de cinco aninhos. Morreu a mãe dela ... Acho que foi a única que entrou com cinco anos. A idade normal era sete.

Ana Maria: E depois que vocês saíram de lá vocês tiveram contato com as freiras?

T.G.: Olha, eu sempre eu ia lá.

R.G.: A gente entrava e saía lá a hora que a gente queria. Eu tive muito contato, eu trabalhei na farmácia, às vezes eu fugia da farmácia e eu ia lá embaixo conversar com as freiras. As pessoas me procuravam: Ai, mãe, eu vim pegar um remédio, eu fui levar um remédio. Sabe porque a gente tinha contato? Mesmo depois que a gente saiu, se precisava de uma operação de garganta, ela operou o apêndice, eu operei a garganta, operei o ouvido, tudo na Santa Casa, tudo de graça, porque nós fomos criadas lá. Mesmo ela, depois de casada, A *T.G.* precisou da Santa Casa, tudo de graça, ela foi atendida otimamente bem, ela foi internada quase morta, foi, duas vezes. Eu levei ela quase morta, ela estava até com a unha roxa. É, foi com o dr. Alfredo. “Ai, Irmã *Nat.*, pelo amor de Deus, acode a minha irmã, acode a minha irmã, a minha irmã está morrendo.” Na mesma hora chamou um médico que estava lá, era um dia de Finados, não tinha um médico. Só tinha um de plantão, o dr. Mário Costa Couto, atendeu ela, operou, eu fiquei lá até o meu cunhado vir embora com as crianças que eram pequenas. Eu operei a garganta prá ver se sarava o ouvido, aí não sarou o ouvido, aí continuou fazendo tratamento, quando foi um determinado tempo o médico falou: “Não, não tem, não adianta, vamos operar. Aí eu voltei lá, operei, tudo de graça, fiquei internada, anestesia. Aí, quando eu tentei levantar da cama eu ia cair, ainda uma delas correu e aparou assim na roupa, prá eu não bater a cabeça no chão e levou lá para o quarto e trazia doce. Olha, nós tivemos o maior carinho que pode existir na face da terra com elas, nós, as irmãs *G.* Muito carinhosas! Aquelas que tinham as meninas que elas gostavam um pouquinho, aí trazia doce escondidinho, sabe? Enroladinho assim num paninho, num guardanapinho e levava prá elas. “Come um docinho mas não mostra para as outras.” Elas falavam: “Abre a mão”. A gente abria assim elas punham um docinho. “Fecha a mão agora.”

R.G.; I.G.; T.G.: A minha freira puxa-saco chamava Irmã *B.*, disse *R.G.* E a minha era a Irmã *T.G.*, que eu trabalhei no Centro, disse *T.G.*; Dela Irmã *T.G.* e dela a da farmácia, Irmã *Ant.* Olha, é a fundadora da Faculdade, não? A Irmã *Ant.*, Irmã de São Clemente. A Irmã *Ant.* parecia uma santa. Era linda, linda, linda. Mas, linda. Parecia uma artista. Santa Terezinha ... Ela tinha medicina, tanto é que ela me colocou na farmácia, eu tinha loucura por ela, paixão por ela. Quando eu cheguei do Colégio, ela falou: “Manda a *R.G.* subir aqui numa entrevista com ela, assina, faz com a sua letra...” Aí eu comecei a trabalhar no hospital, na farmácia, acompanhando médico, passando papeleta, fazendo medicação, olha ... muito bom ...

Ana Maria. Como era quando vocês ficavam mocinhas, menstruadas?

R.G.; I.G.; T.G.: Ih!! (*risadas*) ... isso era difícil! ... Não, nada ... Essa parte aí quem ensinava era as que já eram quase professoras, a Isabel, a... as freiras nessa parte nunca falavam. A Isabel, eu me lembro exatamente que ela chamou... aquelas que já eram moças. Quando ia a menina para o dr. Tácito de Carvalho podia ver, aquela lá ia ficar mocinha. Aí ele conversava. É, e aquela época

também era uma coisa muito ... era aquele negócio de “toalhinha”, aí punha tudo dentro de um saco. Coitadas, as lavadeiras que se viravam com aquilo ...as meninas é que não iam ... Aliás, nem lavava, nem calcinha nem nada. Enfiava tudo dentro de um sacão escuro de lista e aí quando chegava no dia de lavar, a lavadeira pegava ... e aí enchia aquele tanque ...com camisola de sangue, com calcinha de sangue ...É, e aí tinha aquelas caldeiras com serpentina que fervia toda roupa. Era tudo fervido. Agora as roupas assim como blusinhas de uniforme era tudo separado. Tinha as lavadeiras próprias de ... passadeiras...Mas, acontece o seguinte: normalmente, quando elas ficavam mocinhas, a maior parte delas já estavam saindo prá trabalhar. Eu fui uma delas. Eu, com catorze anos já estava, fiquei mocinha, já estava saindo .Aí já falei com a Irmã, já fui trabalhar. Eu quando cheguei nesse tempo de ficar mocinha, não tinha como ficar lá. Tinha que trabalhar. Porque nessa época não tinha desemprego. Agora é que ninguém tem emprego. É, lá tinha serviço prá muita gente, lavadeira, cozinheira, passadeira, costureira, tudo ...Tanto é que eu saí do colégio e continuei a trabalhar ...Eu fiquei no Irmãos Penteado trabalhando, eu já tinha um emprego. Então, a gente não tinha dificuldade em nada.O trabalho era mais fácil que hoje.

Ana Maria: E a amizade entre as meninas, como é que era?

R.G.; I.G.; T.G.: Era gostosa, tinha amizade.De vez em quando saía uma coisinha,mas... aí punha de castigo.É, às vezes uma ficava com inveja da outra, rasgava o vestido, quando era dia de festa, tinha o vestidinho em cima da cama e ia a outra lá rasgava, aí não sabia quem era, fazia uma espécie de simpatia. Outra vez fizeram um boneco de pano e puseram o meu agasalho no boneco de pano, direitinho em cima da cama prá assustar. Aquela que era mais sapequinha, né? Passava já dos 10, 12 anos, já maiores ...e fazia esses tipos de brincadeira, não era uma brincadeira maldosa, era sadia. A gente tinha as outras como irmã. Quando nós íamos na fila, tínhamos que andar com os braços, cruzados prá trás para ter a postura bonita. Assim...E quem dobrava mesmo aí que tinha que ficar mais ainda. Tinha que andar com a coluna reta. Elas olhavam tudo isso. E na igreja era assim (de mãos postas, palma com palma). Eu rezo até hoje assim. Eu não sou capaz de rezar o Pai Nosso assim (com as mãos separadas).

Ana Maria: E as meninas de lá, era comum elas saírem prá se casar?

R.G.; I.G.; T.G.: Não se pensava não. Também não sei se era por causa das freiras. Elas não davam abertura prá gente, não. Perguntava qualquer coisa fora do normal, elas abaixavam a cabeça, assim, quando não desciam o véu prá não responder. Porque, às vezes a gente fazia alguma pergunta prá elas, né? Então, quando elas não queriam responder, a gente já percebia porque elas abaixavam o véu. Então, elas não iam responder aquela pergunta para a gente. Então, a gente já sabia disso, a gente nem perguntava. A gente perguntava entre as meninas, mesmo.

Ana Maria: Quando encerrou o Orfanato?

R.G.; I.G.; T.G.: Eu sei que foi uma tristeza quando elas foram embora tudo prá Itú ...A gente ia assistir à missa, quando já estava fora ...Elas foram embora prá Itu ... porque acabou com tudo, né? Começaram a tirar aqueles túmulos lá do cemitério das irmãs, né? O Colégio acabou quando abriu a faculdade, não, porque aí ficou doente, só. Quando terminou o Colégio, ficaram só os doentes pobres. As meninas que restaram de lá, que eram poucas, passaram para o Madre Cecília que é um outro Colégio de órfãs. Eu lembro quando a Mère Mariana ia subindo a escada e deu enfarte nela.“Vai ficar aqui, mère Mariana? Mère é madre, né?” Ela disse assim: Ai, que saudade das minhas órfãs! E caiu ...Morta na escada..

R.G.; I.G.; T.G.: Tinha muita freira:A Irmã N..A irmã N. eu não cheguei a ver morta, mas a Irmã Nat., Irmã L., Irmã Ce. ... Nós sabemos o nome de quase todas elas.A Irmã L. era muito brava, né?A Irmã L. era do quarto ano, a Irmã Nat. era do terceiro, a Irmã N. era do primeiro. Tinha a Irmã Au. que era uma freira que ensinava poesia, a Irmã B. era do coro, do coral da Igreja, Irmã J. era professora de bordado, ahn ...quem mais? Tinha a Irmã Vir. que ...No Carnaval a gente fazia retiro no Colégio Coração de Jesus.. A gente escrevia ... Padre Cardoso, né? (mostrando o caderninho de retiro)...E cada menina tinha um caderninho desse prá escrever. Tinha e escrevia tudo: pode ver bem, a primeira aula, a segunda aula, vai fazendo ...a gente escrevia tudo o que o Padre falava. E aqui, quando ela falou assim:” Você não vai copiar essa oração?” Todo dia ela

queria que eu escrevesse uma oração, né? Então, essa oração aqui – Oração à hóstia da comunhão cotidiana – é tão bonita essa oração! Mas é tão bonita! Posso ler? Pode. “Oh, meu Jesus, prostro-me ante o Vosso tabernáculo e adoro-Vos escondido debaixo dos véus da hóstia que receberei amanhã. Eu a quero, eu a desejo de todo o meu coração essa divina hóstia. Dbaixo de sua pequenez, de sua alvura, descubro um imenso abismo de amor, de ternura e de misericórdia. Por quantas imolações tivestes de passar para descer assim até o meu nada. E lá, que estás no cibório a me esperar impaciente para Vos dar a mim. Eu Vos agradeço, ó Jesus, e no Vosso coração deponho os sentimentos de minha fé e confiança, de minha mais viva gratidão. Oh! Divina Hóstia de minha próxima comunhão, bem cedo sereis meu alimento, minha força, minha alegria, sereis o sustento de minha fraqueza, sereis minha vida. O que hei de Vos oferecer, ó meu Jesus, escondido, aniquilado, entretanto, realmente presente nesta hóstia que me é reservada? Nada, a não ser o desejo ardente e profundo de me unir a Vós e de Vos amar sem fim nem limites. Muitas vezes chego ao pé de Vosso Tabernáculo com as mãos vazias, mas, lá encontro-me convosco, ó meu bem único e supremo e a Vós ofereço ao Vosso Pai em pagamento das minhas dívidas, das minhas ofensas. Que o Vosso divino dedo as apague, pois bem o sinto em mim, já não quero mais Vos ofender, Vos contristar por minha vontade. Amanhã quero trazer um coração bem preparado, muito amoroso. Quero adormecer com a lembrança que lá estás solitário, que desejais me ver e que, amanhã, haveis de Vos dar a mim, com todas as riquezas de Vosso Coração, com Vossa humildade, Vossa mansidão, Vossa pureza, com todas as virtudes que me faltam. Preparai-me, ó Jesus, abençoai-me. Abençoai aqueles a quem amo e pelos quais (ela começa a chorar enquanto lê) hei de implorar a Vossa bondade. Amém” Lindo, lindo. Muito lindo. Essa oração a gente fazia todo dia e ela escreveu para mim essa oração, ela tirou do caderno dela e escreveu prá mim. É a letra dela? É, letra dela, Irmã T.G., T.G. de A gente tinha tanta coisa, tanta doçura do lado da gente. Hoje em dia eu tenho dó das crianças. Eu vejo essas crianças que sofrem prá rua. Eu falei: “Meu Deus, eu fui criada sem mãe ...Aquela educação que a gente tinha, né? Senhor e senhora, a bênção mãe, a bênção pai, hoje não tem nada disso.

R.G.; I.G.; T.G.: Bom, eu acho que o mais importante falamos. Na capela, a gente ia sempre. Todo dia. (responderam em coro) Todo dia. Domingo era duplo. Era uma de manhã, assistia a primeira, comungava, depois nós tomávamos café e assistia a segunda e aí depois que ia brincar. De Domingo já tinha mais recreio, né?

Ana Maria. Faziam diferença entre vocês e as externas?

R.G.; I.G.; T.G.: Não, nenhuma (em coro). Era tudo igual. Não tinha aquela menina de falar assim: Ah, mas ela é órfã ...ela é pobre ...Não, não. (em coro) E as externas, elas iam até o portão, levar lá fora, na rua. Elas não deixavam as meninas saírem correndo, não. De jeito nenhum. Fazia a fila, as que eram externas, chegava no portão, geralmente, o pai, a mãe, os irmãos estavam esperando, né? Aquele tempo nem esperava, né? Não tinha essa coisa de ficar olhando. Ninguém mexia. Andava sozinha pela rua, mas elas iam, levavam até o portão, não pensa porque era externa que não ia, não. Com as externas a gente trocava os lanches, né? (risos) Elas traziam lanche mais gostoso, de casa. O nosso lá era pão com açúcar, pão com banana, pão com goiabada. Trocava com as que vinham de fora. A L. trocava comigo porque a mãe dela fazia pão, ela trazia aquele pão feito em casa, então, todo dia ela trocava o lanche comigo. Tinha bastante pre-tinha. Não, elas não falavam preta, falavam “a cor de rosa”, eu achava tão engraçado! Elas não faziam diferença, não, porque era preta, não. Catava piolho das brancas, catava piolho das pretas também. Algumas pegavam sarna, aí curava a sarna, aí caía tudo naqueles banheiros, tudo cheio daqueles remédios ...Enxofre, né? Matava piolho, como pegava piolho lá! Mas pegávamos das externas ...Nós estávamos ali dentro, não tinha como pegar piolho, era das que vinham de fora. Passavam era banha de soldado, né? Aquela banha vermelha. Usava pente fino. A gente debruçava no colo delas e elas iam tirando.

Ana Maria: E como foi a vida quando saíram do Colégio?

T.G.: Trabalhei na Santa Casa durante 3 anos, com os Drs. João Batista Queiróz, Antônio Lima de Camargo e Ivo Bloen Nogueira. Aos 14 anos saí do Asilo e fui trabalhar com o Dr. Euclides Martins, dentista, onde permaneci por 6 ou 7 anos.

R.G.: Trabalhei na Tecelagem Castanho e saí de lá para casar e passou a morar em Itatiba. Daí trabalhei na Tecelagem Tecidos Paulo Abreu durante 4 anos; tive a minha filhinha e continuei a trabalhar. Mais tarde, parei de trabalhar fora e passei a fazer bordado, tricot e crochê, que faço até hoje.

I.G.: Tirei diploma aos 12 anos de idade, saí e fui trabalhar de doméstica na casa do sr. Sebastião de Carvalho e da. Nair Rossiani de Carvalho (ou de Camargo?), na rua Guilherme da Silva. Lá não fui bem tratada: costumava comer tomate com açúcar para passar a fome e, muitas vezes, fritava bife para o cachorro mas eu mesma não podia comer bife, não davam para mim. Aos 16 anos saí desse emprego e fui trabalhar.

Entrevista 11 - M.H., 13 de março de 1999.

Ana Maria: Você estudou no Colégio das Irmãs da Santa Casa ?

M.H.: (pausa) Não só estudei como foi um tempo muito triste do qual jamais me libertei até hoje, pois marcou toda a minha vida...(silêncio). Vou contar a história de minha vida. Entrei no Asilo de Órfãos com 06/07 anos, em 1º de Março de 1944 e saí em 30 de novembro de 1946 - entreguei ao meu pai.

A lembrança que tenho do Asilo de Órfãos é muito triste. Lembro-me que apanhava nas pernas com uma cordinha bem fina por qualquer arte. O dormitório era enorme, parecia ter centenas de camas, umas quatrocentas e a freira dormia no fundo, cercada de cortinas. Tomava banho de camisolão cinza numa tina.

No refeitório havia uma mesa muito comprida e tínhamos de comer de tudo, senão ficávamos de castigo. A comida era ruim. Senti muito medo de ficar de castigo no salão do andar superior, onde havia muitos retratos antigos. Ali ficávamos no escuro, muito tempo, e as meninas maiores diziam que saía fogo dos olhos e das bocas das pessoas dos retratos. Tínhamos tanto medo que fazíamos “xixi” na calcinha e não tínhamos a ousadia de abrir os janelões. Qualquer arte que fizéssemos era motivo de ficarmos presas ali, às vezes, apenas porque não guardávamos o absoluto silêncio nas refeições ou no serviço diário.

As freiras eram cruéis, e nós, órfãos e humilhadas não tínhamos a quem reclamar.

Lembro-me que tinha de varrer o chão, em silêncio, limpar tudo. Eu tinha 7 anos e precisava trabalhar muito. Só no recreio podíamos conversar e íamos na gruta onde hoje é a Prefeitura, principalmente nos domingos. Meu pai podia visitar-me no domingo de visitas e quando não era dia de visita, meu pai ficava me olhando da rua, através das grades pelo lado de fora, perto do portão de entrada. Quando ele ia embora, (lágrimas) eu ficava muito triste, vendo meu pai ir se afastando. Jamais apaguei essa imagem de minha vida : eu ali dentro e meu pai separado de mim por uma grade.

Ali dentro não tinha ninguém que me desse carinho. E sei, hoje, que a personalidade se forma na infância e essas marcas do internato me acompanham sempre. Não consegui superá-las em minha vida, embora tenha me casado, tido um filho e trabalhado em hotel, como relações públicas em um dos melhores hotéis da cidade, sinto-me em segundo plano. Por mais que me esforçasse para realizar-me profissionalmente, pois meu casamento desmoronara, não consegui valorizar-me. Senti-me sempre pisada, seqüelas das humilhações, embora tenha sido premiada como boa funcionária.

Lembro das férias, em que eu ficava sozinha no Orfanato, pois meu pai precisava trabalhar e não podia retirar-me. Felizmente, uma senhora generosa, Dona Maria Morrone, que fazia compras na loja de meu pai, conheceu-me e levava-me passar uns dias em sua casa, onde fiquei amiga de suas filhas, até hoje. Ela cuidava de mim quando eu ficava doente. (Dona Maria Morrone ia à loja de meu pai – ela fundou o Alan Kardec) .

Nunca fui feliz. Meu pai internou-me no orfanato porque minha mãe teria morrido.

Na verdade, ela o abandonara, fugindo com minha irmãzinha de dois anos, deixando-me com meu pai. Só soube disso mais tarde.

No dia de meu casamento em 1959, eu casei com 21 anos, minha mãe apareceu na Igreja. Foi um susto, pois minha mãe que era morta, de repente apareceu viva, na igreja. Depois sumiu novamente. (*lágrima*) Imagine como foi minha lua de mel, em que eu só pensava na minha mãe que apareceu no dia do meu casamento.

Muito mais tarde, tive contato com minha irmã e soube que minha mãe tivera outros filhos com seu companheiro. Mas como era soube do meu casamento, ela quis me ver, por isso veio, sem me avisar, e surgiu na igreja. Não dá para descrever a sensação que tive. (*silêncio*) Nunca soube porque ela abandonara meu pai, e quando quis conversar com ela sobre isso, minha irmã impediu, pois ela já estava muito doente com câncer.

Meu pai arrumou uma companheira, de nome Mary, que sempre considerei minha madrasta e cuidei dela até que ela morreu.

Quando saí do orfanato da Santa Casa, meu pai quis matricular-me no Colégio Ave-Maria, mas as freiras não me aceitaram por ser filha de desquitado. Daí, meu pai matriculou-me em Piracicaba, no Colégio Assunção, da mesma Congregação do Asilo de Órfãos. Lá sofri muita discriminação. Chamavam-me de “turca”, “sua turca”, mesmo as freiras assim se dirigiam a mim.

Estudei depois no Colégio Progresso, até terminar o ginásio. Minha madrasta dizia que na nossa raça, mulher não precisa estudar, bastava saber cuidar da casa. Por isso, quando me separei de meu marido, foi duro enfrentar o mundo do trabalho, pois não fora preparada para isso.

Tive uma juventude triste. Não ia a um clube, a um baile.

Ainda me recordo do Asilo, onde aprendia a bordar na estopa. Às vezes, recebo convite para passar o dia em casa de alguma família, até mesmo conhecida de meu pai. Mas, a visita era para trabalhar como empregada: lavava louça, limpava a cozinha, o banheiro, varria tudo, enfim, o passeio era trabalho. (pausa para tomarmos chá).

Ana Maria: Como é sua vida hoje?

M.H. Minha vida foi e é, até hoje, solidão. Tenho conhecidos que são psicólogos, que procuram me libertar desses traumas. Mas é difícil. Hoje tenho dois netos, meu filho estudou no Liceu e se casou muito cedo. Moro sozinha e vivo sozinha, desde que meu pai morreu. Deixou-me este apartamento. Aqui nesta parede estão as fotos dele. E esse quarto era dele, pois cuidei dele também até praticamente ele morrer. Estou aposentada. Minhas lembranças são recheadas de amargura. No Asilo, rezava direto, muitas vezes ao dia, na capela. Ajoelhava, levantava, rezava, mas não entendia nada. Tanta oração, mas as freiras nem olhavam para a gente, nem se preocupavam com nossas angústias. Eram muito cruéis. Foi um tempo muito amargo e até hoje não sei porque minha mãe me abandonou e só levou minha irmã.”

Entrevista 12 - Lr. M., 06 de março de 1999.

Ana Maria: Dona Lr.M., eu gostaria com quantos a nos a sra. foi lá para o orfanato, e o que se lembra de lá?

Lr.M.: Hoje eu estou com 62 anos. Eu não tenho bem certeza, mas eu calculo que eu deveria ter de 6 para 7 anos. O meu pai tinha falecido e minha mãe ficou na roça com os filhos pequeninhos, tinha três, então ela não tinha condições de tocar uma roça e então começa aquela pressão de sair da roça, querem pessoas que progridem, que trabalham, que dê retorno no serviço e então foi feita aquela pressão e teve também algumas coisas que eu gostaria de não falar, que é um assunto particular e então a gente foi passando assim na casa de um tio, na casa de parentes e amigos, cada filho ficava na casa de um, minha mãe ficou muito doente e aí precisou vender tudo, a situação era muito difícil, ela foi trabalhar de empregada em Indaiatuba, nós ficamos um tempo em Friburgo na casa de amigos e todo mundo queria pegar como cachorrinho prá criar, mas ela não quis dar porque mãe é mãe, né? E daí eu sei que eu... nem me contaram o que esta-

vam fazendo com a gente, né? Ela veio foi até na delegacia e fez um atestado de pobreza e que eles nos encaminharam aqui no orfanato, na Santa Casa aqui.

Ana Maria: A senhora ainda tem contato com as órfãs de seu tempo?

Lr.M.: Sim, eu vejo muitas órfãs de meu tempo, de vez em quando; a gente se lembra com muitas saudades de um tempo bom. Tem uma que é advogada, que trabalha aqui no centro, tenho o telefone dela, uma outra que trabalhou aqui na Prefeitura, outras duas que moram lá no Cambuí, na baixada lá, então... tem... eu encontro de vez em quando. Olha, até eu estava com o telefone de uma aí e tem essa que é advogada também, que eu posso dar prá você. Tem a minha irmã também, só que a minha irmã agora está com problema de audição, que ela está com otite, né? Tem o meu irmão que trabalha aí há 52 anos. Nós viemos aí para o Asilo, veio minha irmã, veio na frente, depois veio meu irmão, não veio todo mundo junto, veio assim em parte, né? Eu fui a última; então meu irmão veio antes de mim e começou a trabalhar na horta, no jardim, no pomar, tinha uma casinha logo na entrada, né? Então, eles moravam aí com aquelas pessoas mais idosas que tinha na casa. Ele tinha 14 anos na época e ele está lá até hoje. E eu tenho saudade dessa gruta que ficava aqui em baixo.

Ana Maria: Onde ficava essa gruta?

Lr.M.: Aí, onde é a Prefeitura. Toda essa parte aqui, onde tem aquele prédio, tudo era a Santa Casa, lá tudo, onde tem esses prédios, tudo era da Santa Casa até lá no Liceu, isso aí todinho era da Santa Casa, (apontando com a mão e mostrando da janela do seu apartamento). Tem aqueles prédios dos Irmãos Penteado, que era da Santa Casa. Tinha três partes: a parte dos Irmãos Penteado, do orfanato e a outra parte da Santa Casa. Tinha uma capela. E a gente levantava todo dia muito cedo, não lembro o horário, eu sei que era bem cedinho, se trocava, arrumava a sua caminhada e ia para a Igreja. Tinha a missa. A missa era todos os dias e nós tínhamos o nosso capelão, que era o nosso capelão e o nosso confessor, então a nossa confissão todo mês era obrigatória. Ah! Confessar e comungar. Agora, qual o pecado que a gente fazia lá dentro?

Ana Maria: E não tinha meninas de uma outra religião? Todas eram católicas?

Lr.M.: Me parece que tinha uma que não... Mas eu não me lembro muito bem. Ela não era lá muito católica, mas ela entrava na nossa. Tinha que seguir de tudo ali, tinha os horários, ficar tudo junto, o regulamento. Era hora de ir na igreja, todo mundo ia na igreja, era hora de ir almoçar, todo mundo ia almoçar, era hora do recreio, todo mundo pro recreio.

Ana Maria: Quantas crianças tinha nessa época, a senhora lembra mais ou menos?

Lr.M.: Não, o número certo mesmo não sei. Vagas eram 90. Noventa meninas que era dividido: 1°, 2°, 3° e 4° anos. E cada classe tinha a sua professora, que era freira das Irmãs de São José, inclusive na Casa-mãe do Colégio de Itu. Agora o rigor... era bem rigoroso.

Ana Maria: E quando a senhora veio, teve que trazer alguma roupa, enxoval?

Lr.M.: Não tinha nada! Eu tinha um vestido de saco que quando lavava tinha que esperar secar. Andava descalça, sapato não tinha, né? Então, quando não tinha meia... As freiras forneciam tudo, igual para todo mundo: sapato igual, meia igual, era coisa de rico. Modo de falar, né? Era bem organizado, na ordem. E as roupas eram roupas com forro, tudo, uniforme igualzinho, tudo igual.... Mas, sabe, tem uma coisa que preciso dizer: eu quando eu vim prá cá, eu estava quase morrendo, né? Estava quase morrendo, já fui prá enfermaria, fiquei lá internada várias vezes porque eu estava com uma anemia muito profunda. Então, primeiro eles me trataram, eu tomei muitas injeções para recuperar. Eu fazia exame de sangue toda semana, fiquei internada várias vezes e então daí que eu comecei, eu já vim com um pouquinho de estudo, que eu estava na escola no meu bairro e tinha o primeiro ano que eu fazia, vinha a pé, estudava, mas como eu era muito grande eles não quiseram me pôr com as pequenas no 1º ano, então eles me puseram no 2º ano e puxando mais para eu acompanhar o 2º ano. Eles não gostavam de misturar grande com pequena, achavam que era mau exemplo, mau costume; às vezes, não tinha, mas mesmo assim não podia. Elas eram muito rígidas.

Ana Maria: E que matérias estudava, a senhora se lembra?

Lr.M.: Ah! As matérias era português, matemática, geografia, história, religião. Caligrafia, nossa! Muito, muito.

Ana Maria: E a senhora guarda algum caderno daquele tempo?

Lr.M.: Não tenho, é muito tempo. Acabei com tudo. Tinha o caderno de caligrafia com aquela letra bem estreitinha e tinha a outra que era maior. Naquele tempo se usava os dois tipos de cadernos, os livros de leitura, mas tudo encapado, impecável, os lápis muito bem apontadinhos, faziam questão de não derrubar uma sujeirinha no chão. Era muito rigoroso.

Ana Maria: Como era o horário das atividades diárias?

Lr.M.: Primeiro ia à missa e depois que ia para o salão e quase desmaiava de fome. Já tinha levantado cedo, saído, voltado. Nunca, aconteceu isso comigo, né? Mas tinha algumas que não agüentavam e desmaiavam, então até esta semana, já faz uns quinze dias eu conversei com uma, ela me falou assim: - “Você se lembra de mim? Que eu, eu fingia que desmaiava, eu estava morrendo de fome.” Tinha umas que eram bem espertinha, né? Eu já era mais bobona, sabe? Mas, era gostoso. A aula era de manhã, não! De manhã era limpeza. De manhã a gente ia, cada um, só as pequenas que não - o primeiro ano, mas as grandes iam fazer a faxina do Colégio. Então ia varrer as classes, o dormitório, limpar os vidros, varrer o corredor, limpar a sala das freiras.

Ana Maria: As freiras participavam desses serviços?

Lr.M.: Ensinaavam, né? Passar o pano no chão, encerar, limpar a janela, batente de janelas, então a parte da manhã era faxina que a gente fazia; agora, a parte de cozinha tinha cozinheira.

Ana Maria: E o relacionamento das freiras com as meninas como era?

Lr.M.: Tinha hora que a gente tinha muito medo porque elas eram rigorosas, tudo era pecado, não podia sair da fila, não podia ser desobediente que desobediência é pecado, você não podia virar a cabeça para trás, a fila tinha que ser muito reta, entendeu? Mão prá trás, cabeça levantada, né, por causa da postura, então era assim bem rigoroso. Tinha uma que era bem terrível, que puxava meu cabelo. Mas, olha, até há pouco tempo eu me encontrei com ela e falei: “Você era terrível, né?” Ela falou: “Ah! Eu bagunçava mesmo. Aqueles ‘urubus’ pegavam no meu pé”, ela falava. Terrível!! Por causa do hábito delas.

Ana Maria: Depois que a senhora saiu, continua a ter algum relacionamento com elas?

Lr.M.: Com as freiras? Quando eu saí daí eu fui fazer um curso de enfermagem em São Paulo, da mesma Congregação. Eu saí daqui, para completar a idade, que eu tinha 16 anos, eu fui fazer um curso de enfermagem em São Paulo, lá na Janice Prado, que era anexo à Santa Casa, pertinho, e eu fazia estágio na Santa Casa de São Paulo. Mas, também, eu comecei e não deu certo.

Ana Maria: A senhora não seguiu carreira?

Lr.M.: Não segui. E logo eles acabaram com as freiras, abriu a Escola de Medicina, aqui. Não! O Orfanato começou a terminar quando colocaram a escola de alto padrão de enfermagem aqui. Então, essa escola entrou e tiraram as meninas fora. Disseram que as meninas não podiam conviver no mesmo ambiente que vivia doente. Então, essa foi a conversa que a gente ouvia, né? Aí é que começou a história. Aí começou a enfermagem de alto padrão e, devagar foram em cima da gente e, depois de algum tempo, conseguiram acabar. Primeiro, depois, também, os doentes que tinha aí, tuberculosos foram saindo, foram levados embora, também, depois entrou a Escola de Medicina que depois foi a Unicamp, depois quando entrou lá também um proprietário, lá uma coisa e outra, acabou tudo, está tudo abandonado.

Ana Maria: A senhora sabe se no orfanato existia, no tempo da senhora ou antes, aquela roda de enjeitados onde eram colocadas crianças abandonadas?

Lr.M.: Não, isso eu nunca ouvi falar todo mundo tinha família. Ou era porque o pai tinha morrido, a mãe e não tinha ninguém que... As primeiras pessoas que adotavam ficavam responsável pela criança, menina, né? Trabalhavam e então não tinham como cuidar e então deixavam aí. Recebia as visitas das famílias todo primeiro Domingo do mês, as visitas traziam doce. Minha mãe na visita, também fazia visita

Ana Maria: E entre as externas e as meninas do orfanato existia amizade ou existia algum tipo de preconceito, de diferença tanto na rua como lá dentro?

Lr.M.: Na rua? Não.

Ana Maria: Qual era a procissão tradicional da Santa Casa?

Lr.M.: É, em 15 de agosto. Então, aquela procissão, as freiras que preparavam uns dois meses antes, fazia aqueles doces para dar um saquinho de doces sortidos para todas as pessoas que participavam da procissão. E. Então tinha o Ave Maria, tinha o Imaculada, tinha o Colégio com as meninas internas. Mas, era uma coisa muito linda, todos se uniam pela religião, tradição... Segundo consta, era a maior do ano. Essa do Corpo de Cristo eram os fiéis da rua mesmo que se ajuntavam. Dessa procissão da Santa Casa tinha outros Colégios - o Coração de Jesus, o Ave Maria, o Imaculada. Então, quando o nosso colégio passava, era uma coisa muito linda, as pessoas falavam: "Olha, essas são as meninas do orfanato." Tinha certo preconceito, tinha mesmo, mas a gente era respeitada, o nosso uniforme de gala era admirado muito bonito mesmo: saia azul-marinho com prega, de manga comprida com gravatinha. Era como de colégio particular, muito bonito. Sapato de verniz de pulseirinha, botãozinho, tudo igualzinho. Era muito bonito!!

Ana Maria: E o uniforme assim para o dia a dia? Como era?

Lr.M.: Ah! Eram todos iguais, xadrezinho. Era vestido de corpo comprido, tinha aquele tecido risca de giz. Era um uniforme muito bonito. Tudo manga comprida, gola, nada de pelado. Nada aparecendo. Nada, era tudo com muito pudor. Era para cobrir o corpo. Então não tinha nada de manguinha japonesa, nem pensar. E as meias até aqui em cima, com elástico.

Ana Maria: E além da missa, da confissão, tinha outros momentos de rezas ou não?

Lr.M.: Tinha, a gente rezava de manhã, que era a missa, ao meio dia, tinha a oração na refeição e durante a refeição tinha uma freira que ficava sentada no lugar mais alto, fazendo a leitura do Evangelho, da passagem, todos os dias tinha a leitura nas refeições. Ao meio dia, depois que desceu, na hora do almoço, a gente ia para o recreio, quando dava o meio dia nas filas que tinha, cada um na sua fila era a hora do Anjo, né, a Maria anunciou, concebeu, é a história da Anunciação do Anjo. Todos os dias. Depois, cada um ia prá sua classe, ao meio dia começava a aula. Cada freira com sua fila que levava, dava aula e, não me lembro se tinha um café da tarde, eu não me lembro muito bem, acho que tinha. Depois, tinha a hora do jantar, depois do jantar tinha o recreio que já era antes das seis, acho que era às cinco horas, o jantar e depois ia todo mundo brincar, mas cada um no seu quadrado: 1°, 2°, 3° e 4° - eram quatro só mas eram divididos, não se misturavam. O 1° brincava com o 1°, o 2° com o 2°, cada um com a sua classe, não podia misturar. E a gente não podia ficar de 2 em 2 conversando, tinha que esparramar. Amizade chegada nenhuma. E depois disso tinha o recreio da tarde. Às 6:00 horas ia todo mundo para a Igreja e tinha a bênção do Santíssimo e daí o Padre vinha, fazia aquela oração do Santíssimo todos os dias, todos os dias inclusive quando era o mês de maio, então, tinha, o mês de maio era o mês das flores e todo mundo ia oferecer flores prá Nossa Senhora e tinha as meninas que se vestiam de anjo, era uma quatro, dois anjos prá recolher as flores prá encaminhar prá Nossa Senhora.

Ana Maria: Lá dentro vocês recebiam correspondência?

Lr.M.: Não, não. Eu acho que como os pais e parentes tinham contato todo mês e acho que não tinha nada de novidade, assim. Não sei se tinha alguma que recebia uma carta de uma irmã, parente de Pirapora, de longe, de Tietê, porque tinha meninas de fora também, né? Então recebia carta de uma irmã... Parece que as freiras liam primeiro, não tenho certeza. Sabe, homem não entrava no nosso pátio, né? Não entrava. Só quando a gente estava assim na sala, na aula, que talvez ele fosse recolher o lixo grande, tirar o mato do canteiro, essas coisas, mas, contato e ver, não.

Ana Maria: Até que idade as meninas que moravam lá ficavam?

Lr.M.: Até terminar, por exemplo, o 4° ano, até uns 12 ou 13, fazia o 4° ano já saía. Agora eu já tinha passado bem da idade já e fiquei lá.

Ana Maria: E as meninas não tinham, por exemplo, um namoradinho?

Lr.M.: Pelo amor de Deus!!! Pelo amor de Deus!!! Falasse de namorado!!! A gente ia confessar com o Padre, a gente nem sabia o que confessar com o Padre, não conversava com ninguém, não

tinha o que falar. Então, não tinha o que falar. E tinha confissão todo mês, tinha a primeira sexta-feira do mês, o primeiro Sábado, então a nossa vida foi assim na religião, bem forte mesmo.

Ana Maria: E as meninas de lá ao se casarem enfrentavam algum preconceito da sociedade?

Lr.M.: Eu, as meninas do meu tempo todas se casaram e eu nunca cheguei nesse ponto de perguntar como era a vida delas. Agora, na minha parte teve. Eu lembro sim, porque quando eu conheci o meu marido, ele era da alta sociedade, naquela época, a irmã dele ser “Miss! Em Campinas, era o Armorial, era o Cesário Mota, era o Tênis, tantas coisas, eu fui discriminada. Inclusive, no meu namoro, nós namoramos por 11 anos e ficava naquele vai e vem, volta e ele ficou noivo de outra e eu namorei um outro, foi terrível. Mas, eu acho que o amor falou mais alto e nós superamos, casamos e tivemos nossos filhos e, graças a Deus, depois a minha filha foi Rainha do Tênis e então eu sei dizer que não sei se eu fui bem aceita mas sei que eu fui muito amada. A gente se amou muito e eu acho que ele foi uma pessoa muito corajosa e, inclusive diziam que eu era “pé de chinelo”, que eu era..... puseram muitos defeitos e eu era bonita. Mas, acho que até foi uma vitória prá mim. Às vezes essas coisas até fortalecem o amor. Para mim, eu acho que foi uma vitória, venci, casei com a pessoa que eu quis e ele me amava muito mesmo, acho que o amor dele por mim era maior do que o meu por ele, entendeu? Tinha altos e baixos.

Ana Maria: Quer dizer que aquela infância, aquela vida que a senhora teve não interferiu na felicidade e na vida que a senhora teve?

Lr.M.: Ah!! Não. Aquilo é passado. Acho que tem que viver o dia a dia e cada dia é um novo dia, né? Então, a gente não pode ficar... e depois do passado eu não tenho nada assim, contra o orfanato, eu não tenho nada que me deixou triste. E depois, o conforto que eu tinha lá dentro e o cuidado com a minha doença, no meu dia a dia, a atenção que eu tinha, eu acho que foi uma coisa muito boa. Foi tudo muito positivo mesmo. O resultado foi muito bom e não só para mim, mas para as pessoas que passaram por lá. Eu tenho muita saudade daquele tempo. Eu não me achava numa posição de caridade, não. Não sei se porque eu vim de uma coisa bem pior, quer dizer que era o paraíso. Cresci, me casei lá, fiz minha Primeira Comunhão... Mantive contato com as freiras depois que casei, mas tinha bem poucas, Ah! Eu estou sempre lá, apesar de que agora não tem mais freira lá, acabaram com tudo.

Ana Maria: Lembra-se do banho, do asseio, como era?

Lr.M.: Ah! Isso era uma história, o banho. Era uma ducha, é um salão, tinha uma ducha é assim, daquela, como é que fala? Serpentina, né? Era redondo em cima, e prá tomar esse banho nós tínhamos que vestir uma camisola de... grossa, acho que era de manga japonesa assim, e o nosso banho, tinha que enfiar a mão por dentro da camisola, se esfregar, sem aparecer uma perna, nada do corpo. Então, nessa ducha entravam três ou quatro meninas, era bem grande e uma freira lá, olhando tudo, então... “Pode sair”, então desligava a ducha, saía aquela remessinha, ia pro seu quarto vestir, tinha um corredor e sala grande, a sua roupa dobradinha ali, pegando por baixo daquela camisola assim, tirando, sem ver o corpo e grande não tomava banho com pequena por causa do seio. Nossa! Era uma loucura isso aí! É de um pudor, que não podia mostrar nada, nada!

Ana Maria: E no dormitório, dormia alguma freira acompanhando vocês?

Lr.M.: Dormia... dormia uma freira no nosso dormitório,... era igual salas, cada dormitório tinha uma freira que dormia num dos cantos, mas era um negócio, assim,... igual uma cortina branca que fechava, ficava isolada mas ficava ali junto, acompanhava tudo. E no dormitório ninguém ficava conversando, era silêncio absoluto. A gente ia dormir sete horas... eu acho que era umas oito e pouco, por aí. Levantava cedo. Era muito cedo... E deixava a caminha arrumadinha.

Ana Maria: E como era a amizade com as coleguinhas?

Lr.M.: Sempre vigiada. Não podia, não podia ter grudinho. Quando ia ter um grudinho, já... já separava. Já mudava. Já mudava: se estava nessa fila há muito tempo, já começava a conversar muito, então já trocava, já era substituído aquele lugar por outra. Sempre separava. Não dava chance de jeito nenhum. Não acontecia nada mesmo. Elas cuidavam de tudo.

Ana Maria: E a hora de estudo, fora da aula,... acompanhamento de lição, como era a tarefa de casa, tinha esse momento?

Lr.M.: Ah! Dava a lição depois tinha tarefa, né, ia prá sala, ia passando, corrigindo, tudo, tinha a hora do estudo, eu não me lembro, ou era de manhã... ou era à tarde... Eu não me lembro. Tinha a hora do estudo... Tinha sempre tinha uma freira acompanhando...Do quarto ano com o quarto, até tem o nome delas: Irmã *Esc.*, Irmã *A.M.*, a Irmã *J.* era da rouparia, que cuidava das nossas roupas, mais duas leigas, tinha a Irmã da Capela que acompanhava o serviço da Capela, todos os nossos serviços eram acompanhados por uma supervisora, sempre tinha uma freira junto. Tinha a aula de religião, a teórica sempre com a Escritura Sagrada. E tinha o retiro todo ano, eram 3 dias sem falar, só orando, era na Semana Santa, no retiro espiritual. Eram três dias sem falar nada.

Ana Maria: E as meninas agüentavam?

Lr.M.: Agüentavam. Elas faziam uuuuuuuuu.... Era aquele salão onde ficavam aquelas pessoas que tinham morrido...O salão nobre, né? E aquela que falar qualquer coisa vai pro salão nobre. E cada um que ia lá falava que viu o quadro mexendo, e... (risadas) Era fantasia!! Era aquela coisa de medo, né? E a gente também tinha muito medo porque Deus era muito bravo, então se falasse você estava ofendendo, estava pecando, então tudo na Capela era pecado.

Ana Maria: Existia um castigo?

Lr.M.: Ah! Sim. Não, de judiar, não! Mas elas punham fora da sala, levavam pra um quartinho, mas eu nunca vi esse quartinho..Até que eu era suportável, né? Mas, tinha algumas penalidades, mas coisinha leve, nada de gravidade, ou ficava última da fila, ou ninguém conversava com aquela, entendeu? Tinha uma coisa... E se era na sala de aula, se reinava, ficava tirando.....sozinha, no pátio, entendeu? Tinha assim uns castiguinhos, mas tudo coisa assim sem gravidade, entendeu?

Ana Maria: E a refeição, a comida como era?

Lr.M.: Era boa, a comida era muito boa, de manhã era um café com leite, pão, pão mesmo, aquele fresquinho, que chegava saco de pão mesmo que a gente via, fresquinho, eu não me lembro se tinha margarina, acho que era manteiga, ou já vinha passada, eu não me lembro bem, só sei que o café era bem reforçado, comia pão à vontade, podia repetir o café, tudo com bastante fartura, o almoço também tinha carne todos os dias e carne boa, a gente via quando chegava lá a carne, uma carne muito boa, legumes tudo da época. É laranja e uva essas coisas, não. Era uma comida bem reforçada. Chá à noite. À noite tinha chá, também.

Ana Maria: Quando vocês saíam na rua, na cidade?

Lr.M.: Não se saía sozinha às ruas, nem mesmo as freiras.A gente saía prá fazer, por exemplo, eu não me lembro quem precisou de óculos, cada uma sempre acompanhada prá essas saídas. Eu sei que era criança pobre de colégio, a gente ia fazer visita na Catedral, a gente ia todas de uniforme, aí, ó, tudo em fila, sem olhar do lado, não podia olhar. Aí saía aqui assim, descia, espera lá, a Santa Casa, pegava a Conceição, se não me engano e já ia direto na Catedral, fazer a hora do Santíssimo. Isso aí era todo mês. Aos domingos o recreio era maior e a gente fazia visita à gruta, visita à Catedral (todo mês) e uma hora de adoração ao Santíssimo Sacramento. Durante a quaresma, iam à Via Sacra.

Ana Maria: Era com esse uniforme todo branco que iam à Catedral? (*apontando a foto das meninas*)

Lr.M.: É que aqui é em preto e branco, a gente não... Esse aqui é tudo branco tinha aquele risca de giz o tecido mesmo que tinha uma linha mais alta, entendeu?Então era esse vestido aqui que a gente ia na... olha para você ver... a turma toda. As freiras do lado e aqui, deixa ver se eu enxergo direito, eu tenho a impressão que eu sou esta aqui ou essa. Eu sei que tinha uma pretinha, olha essa aqui, que trabalhava na Prefeitura. Casa Boris!! Era bonita a Casa Boris! E aqui esse Solar das Andorinhas, tudo era de tijolinho vermelho aqui, não tinha esse prédio, e as carroças ficavam amarradas aqui.

Ana Maria: a senhora lembra de mais algum fato, algo interessante que gostaria de contar?

Lr.M.: Não me lembro. Mas posso dizer a lista com o nome da diretora, os nomes das freiras, né? Das professoras, da Irmã *N.* que cuidava da capela, tinha o Mordomo que é o Bentinho, um

senhor grandão que fazia a supervisão no prédio, na escola, na parte... ele era o responsável, né? Então, a Bernadete que era nossa diretora... Padre Vicente de Paula, Madre Mar., que era nossa Madre Geral, né? Depois tinha a Bernadete, que era a diretora, a Irmã *Esc.*, a Irmã M., a Irmã S. R.,...Esse casarão aí, sabe, do Giovanetti também que era doação para a Santa Casa? Esse casarão aí era da Santa Casa, reformaram, entendeu? Inclusive eu fui no velório dos donos desse casarão, eu acho que em 48...Tinha a Irmã *Ter.* que era da farmácia, a Irmã *Nat.* que cuidava do corredor dos tuberculosos, Irmã Alexandrina, que era da... dos Irmãos Penteado, a Irmã de Fátima, a Irmã do Menino Jesus, que eram as enfermeiras que trabalhavam nos hospitais, né? E também eram professoras das alunas que entraram no Colégio, não, na Escola de Alto Padrão de Enfermagem e foi a Irmã *Ant.* uma das fundadoras, né? E tinha na Páscoa, as Bandeirantes, que eram umas moças bonitas, trajadas de bandeirantes, elas traziam ovo de Páscoa para as meninas, aliás, prá nós, né? E colocavam na gruta, escondia para as meninas procurar... Era muito bom. Tinha um coral também. Um órgão na capela.

Ana Maria: E no orfanato havia crianças pequenininhas?

Lr.M.: Não, não. Era só de primeiro ano prá cima. Não tinha bebê, não tinha infantil, nada. Só mesmo eles pegavam de primeiro ano prá cima.

Ana Maria: Depois que a senhora saiu do orfanato, aos 15 anos, para onde a senhora foi?

Lr.M.: Eu fui trabalhar... primeiro eu fui trabalhar na maternidade. Eu era menor ainda. Eu trabalhava na cozinha da Maternidade e aqui eles gostavam de mim e aí eu fui prá escola de Enfermagem em São Paulo, fui estudar enfermagem. Eu fiquei uns dois anos lá, mas eu não acompanhei porque era muito puxado. Daí eu voltei e voltei prá trabalhar no Penido, voltei a trabalhar no Penido. Trabalhei lá pouco tempo, porque não tinha vaga, eles me pegaram mais prá dar atenção, minha mãe trabalhava...

Ana Maria: Quem conseguiu esse trabalho para a senhora, as freiras ou...?

Lr.M.: Não, aí era coisa minha, já. Não tinha mais nada com as freiras. Não tinha mais nada. Minha mãe arrumou prá mim no Penido, eu fui lá mas eu era muito perseguida, porque, modéstia à parte, eu era muito bonitinha e então foi aquele negócio, e ela tinha que se responsabilizar muito, o Penido tinha que se responsabilizar muito, e você não vai na Igreja... então eles queriam que eu fosse ser freira, então... e eu já tava na outra parte e então... e daí, acharam que eu não acompanhava o serviço, não tinha vaga e então... daí eu fui trabalhar na Maternidade. Na Maternidade eu fui trabalhar, eu mudava muito de plantão, uma semana eu fazia a noite, uma semana de dia, outra semana... e como auxiliar de enfermagem. O dia inteiro trabalhava, ajudava no quarto, atendia portaria, a gente buscava medicamento, mas aí foi aparecendo namorinho, aquela coisa e outra, e acho que eu já não... não dava aquela... comecei falhar em alguma coisa. E eu trocava de emprego com a maior facilidade, entendeu? Eu trabalhei no comércio, trabalhei numa loja muito... na Garbo, aí, depois entrei nos Funcionários Públicos, daí sempre fui namorando, brigando, aquela confusão toda, daí eu me casei e quando me casei eu não trabalhei mais, né...

Ana Maria: A senhora casou com quantos anos?

Lr.M.: Ah!... eu casei bem velhinha.viu? Quando eu casei eu tava com 30 anos e com 31 já nasceu a minha primeira filha, né? E deu prá aproveitar bastante tempo, viajei bastante, curti bastante. Casada há 28, quase 29. Graças a Deus eu tive uma vida boa, não posso me queixar. Não tive grandes coisas assim de ser...mas ele me deu o suficiente prá levar uma vida tranqüila e eu fazia o serviço de casa e só acompanhava as crianças da escola levava em casa, catecismo, jazz, judô, acompanhava... e como era pertinho aqui... eu dava um pulinho no escritório também e ficava com ele. E agora os meus filhos... um mora aqui perto, né? Estudando e trabalhando, minha filha continua como... ela faz Publicidade, então ela gosta de fotografar, de fazer comerciais, ela continua... Então há pouco tempo teve o casamento dela, meu filho também está namorando firme. Então estão todos encaminhados...tive uma vida muito abençoada, né?A única frase que eu guardei da minha mãe.. Que Deus existe. Então, se a gente acreditar... Por mais difícil que seja a vida, eu acho que a gente supera, entendeu? Então de vez em quando a gente vai... tendo alguém, né? Tendo Deus então a gente vai levanta a cabeça porque eu acho que Deus... foi a frase que

minha mãe deixou: Deus existe e como existe. Eu acho que eu em todos instantes da minha vida, naquelas horas mais difíceis, Ele sempre esteve presente. Presente mesmo, viu? Entendeu? Você fala: Como eu vou fazer tal coisa? Quando você vê já está tudo encaminhado. Agora vou escrever uma lista de funcionários que trabalhavam no Asilo de Órfãos na época em que estive lá:

Mordomo – Bentinho; Padre Vicente de Paula – confessor, capelão e diretor espiritual da Paróquia do Rosário da Congregação Coração de Maria; Madre Mariana – Superiora; Irmã Maria de Lourdes Bauer – diretora das meninas; Irmã J. – sala de costura e rouparia; Irmã Áurea – cozinha das meninas; Irmã Ter. – farmácia e trabalhos manuais: bordado, tricot e crochet – havia aulas de artesanato uma vez por semana.

As freiras que foram minhas professoras: 1º ano – Irmã N., 2º ano – Irmã Ana Maria; 3º ano – Irmã Esc.; 4º ano – Irmã Santa Rosa.

Entrevista 13 - M.P., 05 de janeiro de 2002.

Ana Maria: Dona M.P., estou fazendo um estudo sobre o Colégio da Santa Casa de Misericórdia. A senhora estudou lá?

M.P.: Sim, mas não fiquei muito tempo, só dois anos; fiz o 1º e 2º ano, como externa, morava no Cambuí e tinha pai e mãe. Ia a pé com a minha amiga Ter., que também estudava lá como externa.

Ana Maria: A senhora se lembra do Colégio?

M.P.: Lembro alguma coisa, especialmente que o estudo era muito forte, as freiras eram ótimas, davam educação ótima, e eu nunca chegava atrasada. As professoras eram só freiras: Irmã N., gordinha e Irmã Nat. que era muito brava. Mas eu nunca fiquei de castigo, eu era muito comportada e fazia tudo direitinho, não respondia, respeitava muito as professoras.

Ana Maria: A senhora se lembra das órfãs?

M.P.: Eu era Externa, mas colega das órfãs. Era tudo junto, na aula e a gente brincava no recreio, na gruta e nunca vi nenhuma órfã de castigo. Eu era “meia” criança. Tinha a procissão do dia 15 de agosto, eu saía, mas não de anjo, porque só as órfãs vestiam roupa e asas de anjo. Era lindo! Tinha muita religião. A gente rezava muito, todo dia, e eu acho que isso foi bom porque a religião ajuda muito a formar o caráter.

Ana Maria: E depois que saiu do Colégio?

M.P.: Eu fui para o Grupo João Lourenço Rodrigues, perto de casa, porque minha amiga Ter se formou e eu não tinha ninguém para ir comigo. Minha mãe não deixava eu andar sozinha na rua. Tinha começado a me preparar para a 1ª. Comunhão no colégio da Santa Casa, porém acabei fazendo no João Lourenço. Sou casada, tenho uma filha só e passei para ela a formação que aprendi no colégio das freiras. Hoje falta berço e as crianças não têm educação. Gostei de estudar lá. Aprendi a bordar. Conservo amizade com muitas colegas daquele tempo. Estou com 68 anos.

Entrevista 14 - A.O., 25 de fevereiro de 2000.

Ana Maria: Gostaria de contar como foi o tempo em estudou no Colégio da Santa Casa?

A.O.: Tenho saudade daquele tempo eu era feliz lá. Foram meus padrinhos me colocaram no Asilo, em 1936, quando tinha 11 anos de idade. Nasci no dia 07.06.1925. Como perdi minha mãe aos 9 meses de idade, fui criada pelos padrinhos até os 11 anos... Sabe? Minhas grandes amigas no colégio eram a Nor., Dir. e Ir. e as três aprontavam muitas confusões. Pegavam manga verde no quintal, espetavam uns palitinhos, riscavam como se fosse a roupa das freiras, faziam carinha e diziam: “Olha a irmã tal!” e davam muitas risadas. Costumavam chamar as freiras de “urubu” por causa do hábito preto. A Irmã Eudóxia era muito severa, ruim mesmo, ninguém gostava dela. Costumava chegar à traição e bater nas meninas, muitas vezes chegou a expulsar-me das aulas de bordado.

Um dia, fui expulsa da aula de bordado e fui para a cozinha, onde a freira tinha achado uma ninhada de ratos. Aí peguei a ninhada e fui na escada que dava acesso à sala de bordado e, escondido da Irmã mostrava a ninhada de ratos para as outras crianças que ficavam rindo muito.

Um dia, sentadas à mesa no refeitório, as meninas viram quando a Irmã Eudóxia ia bater na *N.V.* e todas gritaram para avisar a colega e ela acabou se esquivando e fugindo. Todas as meninas riram muito.

Quando acabava o recreio da tarde, todas formavam fila para subir. Eu, *Nor.*, *Dir.* e *Ir.* fugíamos e íamos nos esconder no tancão. A freira ia atrás e corríamos para o banheiro e nos trancávamos. (risada) A freira batia nas portas e chamava as quatro de “quadrilha”. Me lembro que um dia, quem aprontou foi a *Der.* Ela era muito nervosa e, não se sabe porque, pegou o prato cheio de comida e jogou no chão do refeitório. Às vezes a comida era muito ruim ou, às vezes, as crianças ficavam bravas e não queriam comer. Um dia cheguei a comer pão com pimenta para matar a fome, porque tinha me recusado a comer a comida que achei que estava ruim.

Quando tinha 19 anos fui trabalhar como ajudante da Irmã *J.* na sala de bordados porque a Amanda tinha ficado doente, tuberculosa. A Irmã *J.* sempre contava que, sem a ajuda da Amanda, ela estava muito atarefada e pediu a Deus que lhe mandasse uma ajudante. Logo depois, eu cheguei e bati na porta da sala e perguntei se a Irmã estava precisando de uma ajudante. A Irmã *J.* confessou que ficou até desanimada e pensou: “Meu Deus! Será que é essa a ajudante que Deus está me mandando?” e acabou ficando comigo. Por fim, eu me mostrei excelente ajudante, trabalhando bastante, com capricho, bordando, engomando a murça das freiras, bordando toalhas para o altar. Eu ainda tenho uma toalha de mesa que bordei. Levei quatro anos para terminar a toalha em ponto de cruz. O bordado é uma perfeição, tanto no direito como no avesso, pois as freiras eram muito exigentes também nos trabalhos de agulha.

Mais tarde, fui estudar na Escola Técnica de Comércio Campineiro onde fiquei por 2 anos, indo depois trabalhar num escritório no Jardim Chapadão. Casei-me aos 25 anos de idade e fiquei muito tempo sem trabalhar fora. Depois, aos 50 anos de idade, arrumei emprego como governanta da casa de um médico e, há 25 anos trabalho lá.

Mantive contato com as freiras: Irmã *An.* e Irmã *J.*, tendo ido a Itu para visitá-las. A Irmã *An.* até deixou o hábito mais tarde. Ela era Diretora do Colégio de Itu. Certa vez, meu netinho de 6 anos deu um dinheirinho dele para ajudar o Colégio e ganhou da freira um livro sobre a vida de Madre Teodora.

Duas antigas colegas minhas do Asilo tornaram-se freiras: Elisa e Florinda, que eram irmãs, ambas moram hoje em Itu.

A Irmã *J.* era uma moça muito linda, com uma pele rosada e bonita e lindos olhos azuis. Na missa do dia 15 de agosto, no horário das 9:30, as meninas do coral sempre cantavam e depois ganhavam uma bela chocolatada, que eu achava uma delícia.

Quando as meninas entravam, recebiam um número que seria sempre o seu. Meu número era 13. Os meus padrinhos, João Batista Alves da Silva Teles e a esposa (ele era sobrinho do Cel. Silva Teles) costumavam doar muitos mantimentos para o Asilo e, muitas vezes, pegavam as meninas e levavam todas para passear na fazenda Chapadão, onde moravam e ele era administrador.

Tenho muitas saudades daquele tempo no asilo porque fui muito feliz e me divertia muito com tudo aquilo que elas aprontavam para as freiras.

Recebi muitas cartas das Irmãs quando elas já moravam em Itu. (Carta em anexo)

Entrevista 15 - Ro., por telefone, 18 de março de 2000.

Ana Maria: A senhora estudou no Colégio da Santa Casa de Misericórdia?

Ro.: Entrei lá em 1942, como interna, com 6 anos e saí com 11. Minha mãe morreu e o Dr. Bierrembach, amigo de meu pai achou bom eu e minha irmã *M.L.P.B.* estudarmos lá. Éramos três irmãs e cinco irmãos e minha irmã mais velha de 15 anos criou os cinco irmãos. Eu gostei de estudar. Minha irmã, *M.L.P.B.*, também foi estudar lá. Ela era mais velha que eu, e uma apoiava

a outra. Quando eu estava brincando no recreio e olhava para o lado do Guanabara, onde morava minha família, ficava muito triste, mas eu tinha, pelo menos, minha irmã comigo ali. Em 1943 fiz a Primeira Comunhão. Um domingo por mês era dia de visita e era duro quando ninguém da família vinha. Mas nas férias meu pai vinha nos buscar. Aprendi muita coisa lá, principalmente bordado e boa educação. Lembro das Irmãs *N.*, *Med.*, *Esc.*. Acho que a educação é importante, até mesmo quando a gente ouve o não. O não para aceitar é melhor que o sim, daí o crescimento. Eu sempre ganhava a fitinha vermelha de bom comportamento. A Irmã colocava a fitinha na cama de cada aluna no domingo de manhã. Quando a gente acordava a fitinha estava lá. Daí a gente punha a fitinha e ia para a missa. Às vezes, eu nem dormia direito de medo de não receber a fitinha, mas quase sempre recebia, porque eu não era peralta. Fiz o 4º. ano no Colégio Castorina Cavalheiro e tinha uma boa base.

Me casei, tive um casal de filhos, os dois trabalharam muito tempo no Colégio Pio XII. Hoje meu marido está com 83 anos e muito doente. Eu cuido dele com muito amor, ele sofre muito, quase não dorme. Mas eu tenho que dar mais do que receber, acho uma verdadeira graça divina poder estar cuidando dele, ao lado dele, dia e noite. Vou lhe dar o telefone da minha irmã para ela contar mais do Colégio. Acho que ela vai gostar de falar. Hoje ela chama *M.L.P.B.*

Entrevista 16 - H.G.S., 20 de janeiro de 2001.

Ana Maria: A senhora estudou no Colégio da Santa Casa de Misericórdia?

H.G.S.: Sim, como externa, mas não me lembro exatamente quando entrei. Fiquei lá até 18 ou 19 anos. Ia de manhã e voltava à tarde para a casa de meus pais. Fiz até a 4ª. série. Eu era externa porém brincava muito com as internas, nós assistíamos aulas juntas na mesma classe. Agora, o serviço da casa era separado. Nós, que éramos externas, não tínhamos que limpar o chão ou fazer outros serviços. Aprendi fazer bordados, ponto Paris, pregar botão, fazer preguinhas, casa de botão, amostra de vários pontos de tricô. Me lembro da professora Isabel que não era freira e dava aula de ginástica.

Ana Maria: Como era o uniforme de ginástica e que dava as outras aulas?

H.G.S.: A gente usava calção e as internas também tinham aula de ginástica. A Irmã *N.* dava aula para o 1º. ano, a Irmã *L.* para o 2º., a Irmã *Med.* para o 3º. Aprendi datilografia com a Irmã *C.* e Trabalhos Manuais com a Irmã *Nat.*. Não me lembro bem qual era a mais brava, mas tinha uma que, quando a gente fazia alguma coisa errada, mandava ficar de pé atrás do biombo do fundo da classe, e até perdia o recreio. No Colégio, eu tinha muitas amigas: a *Mat.F.*, *Luc.*, *Nel.*, tem outras internas que eu não me lembro agora. *A.R.G.*, que era interna, é minha cunhada. A gente estudava junto. Eu gostava muito de preparar os cartuchos de doces para a procissão, tenho boa lembrança desses dias, era tão linda a procissão, depois a gente ganhava doces. Quando a gente ficava doente, ia na Farmácia e a funcionária Emília dava remédio.

Ana Maria: O que representou esse tempo de Colégio na sua formação?

H.G.S.: Minha formação foi muito boa. O estudo era muito forte, até acho que o 4º. ano era da qualidade de um curso colegial. Hoje eu até sei mais que muita gente que não responde as perguntas do programa do Sílvio Santos. Passei essa formação para meus cinco filhos e todos têm boa educação. Nunca tive problemas com meus filhos porque eduquei do jeito que fui educada. Não aceito que me chamem de você. Aqui não tem isso, não. É preciso religião para se ter respeito.

Entrevista 17 - J.B.S., 5 de maio de 1999.

Ana Maria: A Senhora estudou no Asilo de Órfãos da Santa Casa?

J.B.S.: Estou hoje com 76 anos de idade, fui internada em 12.03.1934, com 11 anos de idade e moro no Bairro Taquaral.. O asilo está na minha história de vida. Entrei lá em 1934, com 10

anos, para cursar o 3º. ano, porque nesse ano, minha mãe morreu. Estando muito doente, minha mãe pediu às freiras para ficar com a sua filha e pediu para eu concordar em ir, a fim de não me tornar um peso, sabe, um peso, para as minhas irmãs. Aí, permaneci lá por 7 anos e saí por minha livre vontade, pois pretendia morar em São Paulo, no Jaçanã, com minha irmã *Ger.*, mas como não tinha idade suficiente para sair, não pude ir. Lá eu trabalharia com limpeza, cuidando dos doentes, etc. Mas, não consegui. O dr. Lino de Moraes Leme insistiu comigo, para que fosse conversar com um sobrinho dele, que era advogado, porque queria adotar-me como filha, já que me estimava muito. Mas, eu assinei um documento, declarando que saía por minha livre vontade. Eu gostava muito de tocar órgão e queria aprender. Uma das freiras do Asilo começou a ensinar-me, mas, quando chegou uma Madre Superiora nova, cujo nome eu não lembro, vinda do Colégio Les Oiseaux, de São Paulo, tive que parar com as aulas. Um dia fui surpreendida por essa Madre, que falou : “Órfã é prá lavar, passar e cozinhar e mais nada.” Mandou que eu paras-se de tocar e chamou a atenção da freira que ensinava, mandando-a exercer a sua função (ela era anestesista). Eu fazia tricô muito bem; tinha aprendido com a mãe e fazia muitas peças para a exposição e venda, como cachecol, vestido, blusa, etc. A Irmã *J.*, a Irmã *L.* e outras tomavam conta das meninas, sendo que a Irmã *L.* ajudava o professor tomando lição das órfãs. Da. Laura era professora, o sr. Messias Gonçalves Teixeira era professor de Português e havia dois médicos do laboratório da Santa Casa que vinham dar aulas. Estudávamos Português, Matemática, até álgebra. A Irmã *J.*, Irmã *Ter.* e Irmã de São José tomavam conta da cozinha. Um dia a Irmã de São José escolheu-me para fazer limpeza porque eu era forte. A limpeza no dormitório era feita com areia e lixíbia, que era um sabão muito fino. Eu esfregava o chão de joelhos, junto com outras 8 ou 10 meninas. Depois, puxávamos a água e a areia para não molhar o andar de baixo, puxava o pano com areia, lixíbia e água. Tinha uma sala para passar roupa à máquina. Lá se passavam os hábitos e a murça das freiras. As freiras eram muito rigorosas com as meninas. Quando voltavam da igreja, às 7:00 horas da noite, se alguém olhasse prá trás ou conversasse, ficava de castigo. Ficava ajoelhada, no dormitório de camisolão, com as mãos levantadas, rezando prá alma até as 10:00 horas da noite, quando as irmãs iam dormir. Mas, também, elas atendiam as crianças, quando era necessário. Um dia, eu caí pela escada em caracol que havia lá. Uma freira trouxe um copo de cerveja preta com bastante açúcar para eu tomar e me levou para a cama. O Dr. Azael Lobo era muito estimado pelas freiras e pelas meninas. No aniversário dele, as órfãs faziam muitas almofadas e lhe davam de presente, além de balas embrulhadas com papel crepom. No dia em que ia completar 60 anos, a festa toda já estava preparada, mas ele veio a falecer justamente nesse dia. Enquanto trabalhou na Santa Casa, o dr. Azael sempre mandava alimentos de sua fazenda: porco, galinha, verdura, frutas. Com a morte dele, já não receberam mais doações. O Maestro Bove ensaiava canto com as meninas e sempre trazia balinhas para nós. No dia 15 de agosto, algumas meninas, só nós as órfãs, saíamos na procissão de camisolão de seda, com asas, feito anjos, com as mãozinhas postas e com muita piedade, porque Deus nos abençoava. Nesse dia, ganhávamos um cartucho, que era dado pelo mordomo, distribuído pelas freiras, que tinha dentro muitas balas e doces. Todos da diretoria também saíam na procissão e eu via alunas de outras escolas, tanta gente importante, madrinhas e mulheres de roupas chiques, com véu na cabeça. Quando entrei no Asilo eram 35 meninas, mais ou menos, e ao sair era 74. No dormitório, algumas freiras dormiam junto com a gente, mas eram separadas por cortinas. As freiras tinham um balde de água quente e outro de água fria e aí elas se lavavam na hora de deitar, no dormitório. Quando eram 5:30 horas da manhã, as freiras batiam palmas e todas as meninas levantavam. Se não levantasse, elas tiravam a roupa da cama e puxavam o lençol. Para o banho, havia tanques grandes; entrávamos com uma camisola no banho frio (o ano todo). Para enxugar, entrávamos nos banheiros, cada uma com sua toalha. Depois que todas se enxugavam, levavam a camisola e a toalha para o varal. Eu, “*J.* sempre quietinha” era privilegiada e podia tomar banho quente na banheira individual. Acho que “as irmãs não ensinaram nada do mundo.” Certa vez, uma freira disse, na época do Carnaval : “Olha, agora é que o Asilo vai ficar lotado. Por quê? perguntou a interna. Porque as pessoas vão para o Carnaval, fazem filhos e depois

põem aqui para as irmãs de São José cuidar.” Quando saí de lá, fui morar com a Adélia, minha irmã. Foi nessa época que o dr. Lino quis adotar-me como filha e minhas irmãs não permitiram. Trabalhei no IAPI e no IAPC, mas só podia trabalhar à tarde, depois de deixar em ordem a casa da irmã. Aos 19 anos conheci meu marido. Casei-me aos 22 e tive 5 filhos. Em 1970, perdi um filho de 20 anos num acidente. Foi em frente à Escola de Química. Ele matou, com o carro, um potrinho que estava na estrada e a égua atacou o carro e acabou matando meu filho. O meu marido, José, está aposentado do DER e eu gostaria de ter um emprego para ganhar dinheiro, (*pau-sa*) porque nunca tive dinheiro na minha mão. Eu queria o dinheiro “Para comprar presentes para os filhos no dia de seu aniversário e dar para os netos quando eles pedem.” Depois que saí do Asilo, voltava sempre e me comunicava com frequência com as freiras de lá. Quando estava com problemas de rim, a irmã *Ger.* falou para eu ir no Jaçanã para me tratar. Lembro com saudades daquela época, de tudo e sinto falta.

Entrevista 18 – Den.V., 12 de abril de 2000.

Ana Maria: Dona *Den.*, a senhora estudou com as freiras da Santa Casa?

Den.V.: Fui para o Colégio aos 8 anos de idade (*esses dados não correspondem aos registros*) em 1940. O meu pai ficou doente, sabe-se hoje, ele teve esquizofrenia, e foi internado primeiro no Hospital Birrenbach, depois no Hospital Cândido Ferreira, onde permaneceu por 8 anos, vindo a falecer. Minha mãe, com o marido internado, vendo-se sozinha com duas filhas para sustentar, resolveu internar nós duas no Colégio da Santa Casa para poder trabalhar. Minha mãe trabalhava lá mesmo na Santa Casa, quem arranhou o emprego para ela foi o provedor, Sr. Lino. Então, quando eu e minha irmã *Der.* víamos nossa mãe, que trabalhava nos Irmãos Penteado, descer a escada para ir buscar algum remédio na farmácia, ficávamos chorando de saudades da mãe. Daí eu sempre rezava: “Deus, agora eu estou sofrendo no orfanato, mas tenho a certeza de que um dia eu vou receber a graça de ser feliz, de ter tudo, uma família.” E Deus me deu tudo isso, casei com um homem muito bom e trabalhador que me deu de tudo, conforto, sempre do meu lado, eduquei meus filhos à moda antiga, não do jeito moderno e eles são muito religiosos. Minha filha é advogada casada com um médico e os dois são ministros na Igreja católica e cuidam muito bem dos filhos. Minha filha estudou no Colégio Imaculada e meu filho no Liceu Salesiano. Já a minha irmã não teve a mesma sorte que eu e sofri muito, mas eu sempre ajudei no que pude. Ela diz que quando morrer quer que escrevam no túmulo dela: “Eu não vivi, passei pela vida.” Ninguém da família de minha mãe e de meu pai nos ajudavam. Agora, voltando para trás, acho que até foi melhor eles não ajudado a gente, pois tivemos uma educação muito boa no Asilo. Lá permanecemos até os 16 anos, pois minha mãe relutava em tirar-nos, embora as freiras insistissem, porque precisavam do lugar para crianças menores. Eu fiquei um pouco revoltada porque a minha mãe deixou a gente muito tempo lá. No dia de visita, se ela estivesse de folga ele ia lá, senão, no dia da semana, as freiras deixavam ela nos ver um pouquinho. Lembro que estudava no primário e depois fiz curso profissionalizante de costura, tricô e crochê, com professoras que vinham de fora. Lá as crianças rezavam muito, brincavam muito e comiam muito bem. Havia muita fartura de alimento. O pomar era lindo, lindo!. Tinha pé de jataí, tamarindo, árvores enormes ... Eu levantava cedo, estendia bem a cama, varriamos só o dormitório. As mais velhas é que ajudavam na rouparia e em outros lugares. Desde pequena até quinze anos, tive bronquite, e costumava ir ao consultório do médico pediatra do Colégio, Dr. Tácito. Ele orientava que quando ficasse mocinha, isso iria ser curado, e assim aconteceu, uns dois anos depois. As meninas maiores iam para o Colégio Progresso, mas eu não quis estudar. Eu me lembro que, quando era pequena e estava em casa com os pais, ia bem na escola. Depois da separação sofri: do pai porque este estava doente e depois morreu e da mãe por ter internado nós duas no Asilo, não se sentiu mais inteligente e capaz de batalhar para tirar-nos de lá. Quando era mais jovem, questionava porque as famílias do pai ou da mãe, que tinham posses, não acolheram a ela e à irmã. Mas, hoje considero que foi melhor assim, porque tive ótima formação religiosa (com a família não

teria) e foi uma bênção ter tido essa formação que conseguiu passar para os filhos. A minha avó dava noções de religião, mas nunca poderia dar uma formação tão boa quanto as mães do Colégio. Hoje eu acho que valeu muito a pena ter ficado no Colégio. Saí do Colégio aos 16 anos e fui morar com a mãe que, na época, estava em Amparo, pois tinha se aposentado por invalidez devido a um problema no joelho. Comecei a namorar aos 17 anos, com um rapaz que conheci no trem. Mas, como o rapaz queria casar logo e eu não, acabei terminando o namoro. Casei-me aos 23 anos, tive um casal de filhos, hoje ambos estão casados e vivo muito bem com meu marido. Até os 86 anos a minha mãe morou sozinha, mas, há nove anos veio morar comigo e faleceu em agosto de 2001, com 94 anos. Não aceitava muito a condição de velha e dependente da ajuda da filha. Ela sofria de osteoporose e tomava muitos remédios todos os dias. Ficou em coma e morreu sem ver a morte, conforme eu pedia em minhas orações que Deus a levasse dormindo porque ela tinha medo de morrer. Recordo que era bastante comportada e não me lembro de nenhum tipo de castigo. Aprendi a bordar com a Irmã J. e, numa das exposições que fizeram dos trabalhos das meninas, Irmã J. me devolveu as duas toalhas que tinha bordado porque não foram vendidas. Já a minha irmã era diferente de mim, tinha um gênio difícil. Ela sempre sofreu muito. No dia da procissão de Nossa Senhora da Boa Morte todas as meninas ganhavam cartuchos cheios de doces que as freiras faziam.

Entrevista 19 - Der.V., 22 de abril de 2000.

Ana Maria: A senhora gostaria de falar sobre o tempo em que estudou com as Irmãs na Santa Casa?

Der.V.: A minha vida dá uma história. Vim para o Asilo com 7 anos de idade. Meu pai ficou doente e ficou internado no sanatório por 10 anos. Minha mãe falou com o mordomo da Santa Casa, o Dr. Lino e conseguiu lugar para as meninas, eu e minha irmã. Eu era muito irrequieta e muitas vezes ficava de castigo. Quando estava no terceiro ano, fui colocada de castigo no salão nobre, que tinha fotos nas paredes. Fiquei trancada lá dentro, com as portas e janelas fechadas, no escuro. Mas, como estava com medo do escuro, eu resolvi abrir as portas e janelas. Uma das freiras viu a janela e a porta abertas e correu logo nas classes para avisar que o inspetor estava lá, porque só abriam o salão quando havia a visita do inspetor. As freiras nas classes começaram a ensaiar as crianças para saudar o inspetor: “Boa tarde, senhor inspetor” e uma delas se lembrou de tirar a **Der.** do castigo por causa da presença do inspetor. Foi aí que descobriram que, na verdade não havia inspetor e que era eu, a **Der.** que tinha aberto as portas.

Na procissão eu ia de uniforme branco e sapato preto e as meninas me chamavam de “pomba de perninha preta”. Aí eu não queria ir na procissão. Um dia na classe, a freira estava mandando todo mundo parar de conversar e disse: “Quem der um pio não vai na procissão.” Eu, lá no fundo da sala falei: “Piu!” e aí fiquei de castigo até a procissão terminar. Mas costumava sair de anjo e sempre usava vestido cor-de-rosa.

Aos sábados, às 5 horas da tarde tinha recreio no pátio e uma das meninas mais velhas ficava com um caderninho marcando quem fazia alguma coisa errada e eu sempre tinha um monte de cruzinhas. As meninas que não tinham cruzinha ganhavam fita vermelha de bom comportamento. Um dia entregaram uma fitinha para mim, talvez porque tivessem esquecido de marcar as cruzinhas, porque eu nunca ganhava a fitinha. Aí fui na missa de Domingo com a fita, mas, quando estava no meio da missa, a Irmã Vir. percebeu, foi lá e tirou a fita no meio da Igreja.

Eu fiquei no colégio dos 6 aos 16 anos; saí em 1946. Fui para Amparo com a mãe. Quando, mais tarde, a mãe se casou pela segunda vez e veio morar em Campinas. As meninas ficaram morando lá e eu arrumei um emprego na Telefônica de Amparo. Aos 19 anos vim para Campinas e fui trabalhar como telefonista na Maternidade, das 17:00 às 24:00 hs e dormia lá na Maternidade. De dia era costureira e de noite era telefonista. Um dia fui reclamar que queria ganhar dois ordenados porque tinha duas funções e fui mandada embora. Aí fui trabalhar nas Lojas Americanas.

Era chefe de setor na loja e fiquei sabendo que tinha uma outra moça com menos responsabilidades do que eu e que ganhava mais que ela. Fui reclamar e também fui mandada embora.

Trabalhei também na Galeria Paulista, que ficava em frente à Camisaria Paris; trabalhava no escritório e sempre saía tarde porque tinha muito serviço, só deixava o trabalho aí pelas 6:30 ou 7:00 hs. Fui reclamar do horário e fui mandada embora. Daí arrumei um emprego como telefonista do Terminus de onde saí para me casar. Tive três filhos: um homem e duas mulheres.

Mantive por muito tempo a amizade com a Irmã *Nat.* e a Irmã *J.*, sendo que guardo até hoje uma cartinha da Irmã *Nat.* Quando veio a Escola de Enfermagem para Campinas, as freiras passaram a morar no casarão em frente à Santa Casa e muitas vezes eu fui visitá-las lá.

Me lembro que participava da aula de canto e, muitas vezes fui colocada para fora por causa de brincadeiras e conversas. Em 1942, fomos cantar missa no Liceu no dia 24 de maio, na Capela, cantávamos músicas em latim e era muito lindo. Cantamos uma ocasião na PRC-9, rádio campineira que ficava na Barreto Leme.

Uma pessoa que eu me recordo bastante é da dona Sílvia, da Escola Normal, talvez a diretora, eu não sabe ao certo. Essa senhora costumava levar doces para as crianças do asilo e pegou uma das meninas para criar, a Lúcia, que hoje é casada com um dos donos da Transportadora Vieira.

Anexo 2 - Entrevistas com seis informantes

Entrevista 1 - Irmã Maria Abgail, 11 de agosto de 2000.

Ana Maria: A senhora teve contato com as órfãs que advieram da Santa Casa de Misericórdia?

Irmã Abgail: Vim para a casa das Irmãs, em 1949, quando elas moravam ainda na rua Lusitana, 543, de onde se mudaram, por volta de 1950 para a rua Silva Telles, local em se encontram até hoje. A casa se chamava Orfanato Nossa Senhora do Calvário e seu objetivo era acolher e amparar gratuitamente meninas órfãs até completarem 18 anos. Entre 1950 e 1955, não me lembro bem, recebeu, mais ou menos, cerca de 40 órfãs, que vieram do Asilo de Órfãs da Santa Casa, através de um convênio que foi feito entre as Irmãs de São José e as de Nossa Senhora do Calvário. Então, a verba do Estado, destinada ao Orfanato seria repassada pela Santa Casa na proporção das crianças que foram transferidas. Quando a Irmã Coração de Jesus era a diretora aqui do Lar Escola, vendo que a verba era insuficiente não dando para cobrir nem menos as despesas do café da manhã, procurou se informar do valor total da verba recebida pela Santa Casa e exigiu uma parcela maior.

Ana Maria: E a diretora conseguiu?

Irmã Abgail: Lamentavelmente, não conseguiu entrar em acordo com o valor que considerava justo e acabaram se desentendendo. Mas, mesmo assim, a Irmã Coração de Jesus abriu mão da parcela de que tinha direito.

Ana Maria: A senhora conheceu essas órfãs?

Irmã Abgail: Sim, lembro-me de algumas, mas lamento que não possa dar muitos detalhes porque já tenho 78 anos e a memória vai falhando. Mas as meninas órfãs tinham de 9 a 17 anos, aproximadamente, sendo que, às vezes, permaneciam até os 18 anos. Elas freqüentavam a escola, estudavam e também tinham “empreguinhos” no tempo livre: trabalhos manuais, passar pano no chão, varrer, arrumar e recebiam um dinheirinho pela prestação de serviços. Elas tinham horários determinados para todas as atividades: café da manhã, estudos, escola, lição de casa, bordados, brincar, etc. As aulas de bordado eram ministradas pela Irmã Coração de Jesus. Irmã Angelina era professora do 1º e 2º. ano e também tinha uma professora leiga, Aparecida Proença. Madre Cecília foi a fundadora do Orfanato Nossa Senhora do Calvário, depois ficou só externato Madre Cecília, hoje Colégio Madre Cecília.

Ana Maria: Alguma órfã tornou-se freira?

Irmã Abgail: Lembro-me de uma menina órfã que se tornou freira com o nome de Irmã Joana.

Ana Maria: Até quando houve órfãs aqui?

Irmã Abgail: Não me lembro bem, mas com o tempo, as órfãs saíram e os quartos passaram a ser alugados para senhoras idosas da sociedade, uma espécie de pensionato. Lamento, porque minha memória já está faltando.

Entrevista 2 - N.B., 12 de janeiro de 2002.

Ana Maria: O que levou a senhora a trabalhar na Santa Casa de Misericórdia?

N.B.: Fui da sétima turma da Escola de Enfermagem Madre Teodora, turma de 1955. No primeiro ano, nós morávamos numa residência na rua General Osório, mas a partir do 2º. ano, já ficávamos direto no Hospital, fazíamos plantão e não saíamos de lá. Depois entrei para a Congregação de São José, e tornei-me freira por 12 anos. Depois deixei a congregação e voltei a usar meu nome de batismo. Adotei, enquanto religiosa, o nome de Irmã T.A., e assumi a chefia do Centro Cirúrgico, onde tinha muito trabalho. Não saía da sala de cirurgia! Eu fiscalizava os médicos que gostavam de fazer cesariana, só para depois fazer laqueadura de trompas para a mulher não poder ter mais filhos, e isso era proibido pelo Papa. Esses médicos precisam pedir muito perdão a Deus e ao Papa, pelas coisas erradas que faziam.

Ana Maria: Conheceu as Irmãs que cuidaram das órfãs?

N.B.: Sim, conheci quase todas, mas algumas já tinham ido embora de Campinas ou falecido. É preciso detalhar que conhecia as Irmãs, mas depois de extinto o Asilo de Órfãs, que acabou quando veio a Escola de Enfermagem e bem depois a Unicamp. As salas de aula do Asilo passaram a ser usadas pela Escola de Enfermagem. Portanto, não acompanhei o desempenho e não sei pormenores. Fechado o orfanato, as últimas órfãs foram transferidas para o Colégio Madre Cecília, no Cambuí, e as Irmãs professoras das órfãs continuaram na Santa Casa, mas por não estarem habilitadas a trabalhar no Hospital e nem saberem cuidar de doentes, assumiram os serviços da casa: uma passou a cuidar da rouparia das Irmãs, outras a cuidar da Capela, da limpeza, da cozinha e assim por diante. No entanto, Irmã *B.* que cuidou das órfãs, passou a aplicar anestesia. Um aspecto interessante é que as Irmãs, mesmo da mesma congregação, não se misturavam. As que cuidavam do Hospital usavam hábito branco e as, que cuidavam de alunas como professoras, usavam hábito preto, com avental. As Irmãs professoras evitavam se aproximar de nós, que cuidávamos de doentes, por medo de pegar doença. Éramos, portanto, dois grupos separados, de um lado as Irmãs de branco, de outro, as de preto, sempre distanciadas de nós, nem almoçar na mesma mesa. Lembro-me que algumas órfãs, depois de casadas, iam à Santa Casa visitar as Irmãs, Mas eu não as conhecia. Aliás, conheci duas órfãs, a *Flor.* e *El.* que se tornaram freiras. Primeiro ela foram para São Paulo fazer curso de Auxiliar de Enfermagem, depois entraram na congregação, como eu, mas também saíram como eu. Hoje, moro em Campinas e não constituí família, sou solteira.

Entrevista 3 – Antonieta Fabro em 15 de janeiro de 2001

(completada em 12 de fevereiro 2002)

Ana Maria: Dona Antonieta, a senhora mora há muito tempo ao lado da Santa Casa. Conheceu as órfãs do Asilo?

Antonieta Fabro: Moro na rua Benjamin Constant, há 58 anos, na mesma casa e sempre frequentei a Santa Casa. Tive contato e amizade com muitas órfãs. Elas eram pequenininhas. Meu pai nasceu na Europa, cantava muito bem ópera e nós éramos sete irmãs, e aprendemos canto em Minas Gerais. Todas nós sete éramos Filhas de Maria, cuja sede era na Santa Casa. Os padres nos dirigiam: Pe. Vicente de Paula, Pe Francisco (maronita), e Monsenhor Luís de Abreu, brilhante padre e psicólogo. A Madre, então, pediu para formarmos um coral para cantar na Capela da Nossa Senhora da Boa Morte. Era o Coral das 7 irmãs Fabro e cantamos muitos anos, em três vozes. A Capela era repleta de órfãs de vestidinho xadrez vermelho. Era uma belezinha. Elas conversavam muito conosco. Eu e minhas irmãs tínhamos ordem da Madre para entrarmos a qualquer hora na Santa Casa e no Asilo de Órfãs. As órfãs levantavam cedo, tomavam café, rezavam às 11 horas, almoçavam e no recreio da tarde, eu costumava ir rezar o terço com elas na gruta de Lourdes, lá embaixo onde hoje é a Prefeitura Municipal. Era longe, tínhamos que andar bastante para chegar lá. Mas o lugar era arborizado, cheio de pés de frutas variadas e quando chegávamos na gruta, eu puxava o terço e as órfãs acompanhavam direitinho. As freiras ensinavam. Antes do recreio as freiras entregavam os tercinhos para as meninas e depois recolhiam e guardavam. As Irmãs *B.*, *J.*, *N.* (sacristã), *Nat.*, *Ter.* nos queriam muito bem. Nós vivíamos na Santa Casa.

Ana Maria: E o que mais a senhora fazia lá?

Antonieta Fabro: Saía na importante e tradicional procissão de 15 de agosto com as Filhas de Maria, de roupa branca, de manga comprida, como era obrigatório, e uma fita azul, pendurada no pescoço, e mantilha branca na cabeça, meia e sapatos pretos. As órfãs mais velhas saíam na procissão ao lado das Filhas de Maria. Rezávamos o terço durante o percurso e cantávamos assim: “Louvando a Maria, O povo fiel, a voz refletida de São Gabriel, Ave! Ave! Ave Maria! Ave! Ave! Ave Maria!” O roteiro da procissão era o seguinte: saíamos às 15 horas da Santa Casa, percorríamos a rua Padre Vieira até a esquina da rua Conceição, dobrávamos à direita e íamos pela rua Conceição até a rua Barão de Jaguará, sempre lotada de gente nas calçadas para ver a

tradicional procissão passar até chegar à rua Barreto Leme, pela qual a procissão prosseguia até a avenida Júlio de mesquita, passava defronte ao Hospital Irmãos Penteado e ao atingir a rua Benjamin Constant, virava à direita e descia até o portão da Santa Casa, onde grande número de pessoas aguardava a chegada, lá pelas 6 horas da tarde. Então, a caminhada durava cerca de três horas e todos estavam repletos de devoção e espiritualidade. A procissão era muito significativa porque Jesus na hóstia consagrada percorria as ruas da cidade na mão do sacerdote sob o pátio. Quando Ele passava, as pessoas que estavam na calçada ajoelhavam. As órfãs e as alunas externas ao voltar da procissão ganhavam cartuchos de doces. Éramos também Zeladoras do Coração de Jesus, fazíamos adoração ao Santíssimo e tínhamos como uniforme um vestido azul-marinho também de manga comprida. Comprávamos as flores para as freiras enfeitarem o altar... Eu também trabalhava num barzinho da Santa Casa com a Irmã Alexandrina. O barzinho ficava dentro da Santa Casa e dava para a rua Benjamin e tinha uma grade. Vendíamos leite, pão, pudim em fatias, diversos doces que as Irmãs faziam. O pessoal da Santa Casa comprava e também pessoas de fora. O lucro era para ajudar no sustento das órfãs. No dia de visita para as órfãs, as Irmãs ficavam com cestas enormes cheias de lanches, sanduíches para as famílias que vinham. Elas eram boas e serviam fartamente as visitas. Eu também costumava ir ver os doentes. Gostava de fazer visita na pediatria. Levava doces para as crianças internadas. De minha casa, escutava gritos, choro de homens, mulheres e crianças. Era muito triste. A Irmã Maria de Fátima que cuidou das órfãs foi ser missionária em um lugar muito longe daqui e contraiu lepra.

Ana Maria: As órfãs passeavam?

Antonieta Fabro: Iam à Catedral fazer hora Santa. Muitas famílias importantes vinham buscar as órfãs em tempo de festa, Natal, Páscoa e, às vezes, até adotavam alguma, penso que como filha. Se pegavam como empregada de serviços domésticos, não sei.

Ana Maria: O que significou a Santa Casa para a senhora?

Antonieta Fabro: A Santa Casa fez e faz parte de minha vida, reforçou meu espírito religioso. Tenho até hoje muitas amigas que estudaram lá, como órfãs e também externas. Gostava muito das Irmãs e fui ao Colégio do Patrocínio em Itu, vi a cama de Madre Teodora, sua Cadeira de rodas. Sou muito religiosa e sou Ministra da Eucaristia. Todos os dias, levo comunhão para pessoas idosas e doentes. Sou solteira e dediquei sempre minha vida à família e à Igreja, e faço isso até hoje, participando de tudo na Igreja, tanto no Divino Salvador, como na Matriz do Carmo e na missa da Santa Casa. Sinto, entretanto, muita saudade daquele tempo da Capela da Santa Casa com as meninas internas, aquelas orfãzinhas tão pequenininhas e belas! Tenho saudade das freiras, em especial da Madre Mariana. Até hoje sou Filha de Maria na Matriz do Carmo, só restaram dezessete. Tudo vai acabando com o tempo, mas a Capela da Santa Casa, que é tombada, continua bela, com seu altar, verdadeira obra de arte, e o mezanino, cercado de meia-grade branca, que servia de genuflexório, voltando a Capela toda, de onde os doentes assistiam a missa, e de onde nós também cantávamos, acompanhadas pelo órgão da Irmã B. e cercadas pelas apostolantes que se preparavam para tomarem o hábito.

Entrevista 4 - Maria Ferreira Marques Marrone, 24 de março de 2000.

Ana Maria: Dona Maria, a senhora conheceu as órfãs da Santa Casa de Misericórdia?

Dona Maria: Sabe, nasci em 1919 e também fiquei órfã aos 12 anos de idade. Hoje estou com 85 anos de idade e me lembro de algumas coisas e de outras não. Minha filha Narden, que mora comigo, vai me ajudando e completando algumas coisas. Fui criada pela minha irmã e, quando cresci um pouco fui trabalhar como doméstica na casa do Dr. Azael Lobo, que me levou para estudar no Patronato, sabe, aquela escola da Santa Casa, onde aprendi a bordar, fazer tricô e crochê. Também fiquei órfã aos 12 anos de idade, casei-me aos dezessete anos, indo morar na rua General Osório. Das órfãs da Santa Casa, espera um pouco...ah!! sim, tinha uma, M.H. que eu tenho até hoje amizade com ela, levava passear e trazia em casa nas férias, e também tive contato e estreitas relações de amizade com a família dela muito.

Ana Maria: Onde a senhora ia passear com *M.H.*?

Dona Maria “*M.H.* ficava comigo, porque eu tinha as meninas, três filhas, e eu ia no Bosque toda manhã e eu levava ela. Eu costumava levar todas as crianças da vizinhança, cerca de 12 meninas, passear no Bosque dos Jequitibás todas as manhãs, onde levava lanche e fazia piquenique.

Narden: (completou a fala da mãe) Quando *M.H.* tinha quatro anos de idade a mãe se separou do pai, sr. *D.H.*, e levou consigo a filha mais nova, ficando *M.H.* com o pai. A mãe não pode levar *M.H.* porque as tias (sr. *D.H.* e a esposa eram primos irmãos) descobriram que ela ia fugir e levar as meninas e contaram tudo ao pai, que conseguiu segurar consigo uma das filhas. Minha mãe e meu pai tinham uma joalheria próximo ao bazar do sr. *D. H.* e, toda manhã meu pai via a menina sentada num caixotinho na loja do pai, depois que ela saiu da Escola da Santa Casa. Daí, ele propôs levar *M.H.* para a nossa casa e criá-la junto com as suas filhas, minha irmã Marlene e eu, Narden, que tínhamos 4 e 2 anos, respectivamente. Nós fomos criadas juntas criadas como irmãs, até que *M.H.* foi estudar num colégio interno. Depois dela formada, o pai se casou novamente e ela passou a morar com o pai e a madrasta. A madrasta de *M.H.* ficou paralítica e *M.H.* cuidou dela durante 6 ou 7 anos, desde que tinha 14 até aos 21/22 anos, quando a madrasta morreu. A mãe legítima, mais tarde, teve outra filha do segundo casamento. A princípio afastadas, parece que as meio irmãs se conheceram e fizeram amizade por ocasião da morte da mãe. Embora tenha se passado muito tempo desde a sua separação da mãe, *M.H.* se casou, teve um filho, trabalhou, mas parece que nunca conseguiu superar o trauma que isso lhe causou, por ter sido abandonada pela mãe, que levou consigo apenas a irmã caçula. Meu marido trabalho muito em prol do Alan Kardec.

Entrevista 5 - Benedito Barbosa Pupo, 12 de dezembro de 1999.

(Elaborada no Centro de Memória da UNICAMP)

Ana Maria: O senhor é pesquisador?

Benedito: Sou jornalista, escritor e também historiador. Venho todos os dias ao Centro de Memória da Unicamp, para estudar e pesquisar. Já tenho mais de 80 anos e possuo livros publicados. Pesquisei sobre a fundação e a história de Campinas, haja vista que escrevi sobre meu bairro, Vila Industrial no livro “Oito Bananas por um tostão”.

Ana Maria: Conheceu o Asilo de órfãs da Santa Casa de Misericórdia?

Benedito: Sim, conheci não só o Asilo, mas muitas “madames” da sociedade de Campinas que foram internas, mas omitem isso, por ser um estigma tanto a orfandade como ter sido interna em um asilo. Existe um aspecto social muito delicado em jogo. Conheci uma asilada que hoje é advogada, mas não admite que se fale de sua infância. Uma outra órfã da Santa Casa casou-se com um homem abastado, foi para Londrina e são da mais alta sociedade, mas jamais ela permitiria revelar ter sido interna no Asilo de Órfãs. Campinas era uma cidade onde rodava muita riqueza, havia muitos fazendeiros, cujas famílias conviviam nas sedes suntuosas das fazendas de café, mas também possuíam residências, muitas delas assobradadas, na cidade, com inúmeros cômodos e rico mobiliário para a família do senhor. E nos porões baixos e com grades nas janelas ao rés do chão, acomodava-se a vasta criadagem, desde escravos, mesmo depois de libertos que se tornavam agregados, e também apadrinhados, aí incluindo-se órfãs tuteladas. Todos esses prestavam serviços domésticos, em geral, gratuitos e assistência também como mucamas, pajens e acompanhantes a troco da alimentação e pouso. Já, as amas de leite, dormiam nos aposentos acima com os filhos da senhora. Os padrões de comportamento da aristocracia campineira não diferenciavam dos padrões das capitais. Os maridos mantinham suas esposas reclusas na intimidade do lar, parideiras, extremamente polidas, cultoras de virtudes e espírito religioso, enquanto eles levavam vida devassa. Quantos filhos ilegítimos com as escravas, os quais conviviam com os irmãos na mesma casa ou fazenda e a esposa fingia ignorar! As escravas eram bulinadas e obrigadas a se submeterem ao patrão. Interessante o comportamento familiar quando uma filha da aristocracia engravidava solteira. Em geral ia ter o filho do “pecado” na fazenda com uma

parteira e os pais dela, ou seja, os avós da criança, arranjavam um casal de colonos brancos só para registrar a criança, a qual era criada na casa e os próprios avós cuidavam, mas sem declinar jamais a palavra “mamãe” à própria mãe, que depois até se casava, sem que o marido jamais soubesse do seu passado e de sua verdadeira origem.. Agora, o Asilo de órfãos da Santa Casa, criado para a orfandade da epidemia de febre amarela, sem dúvida, também acolheu filhas de senhores da sociedade com as escravas alforriadas ou serviçais que viviam sob o mesmo teto na cidade. Tanto que nos livros de matrícula, não aparece o nome do pai, pois nem poderia. Também nos livros judiciais de tutela, há omissões nesse sentido.

Ana Maria: E se a criança fosse rejeitada pela família, era doada ou havia a roda de expostos no Asilo de Órfãos da Santa Casa?

Benedito: Não, na Santa Casa de Campinas, nunca houve a roda de expostos, não pegava recém-nascidos como a Santa Casa de São Paulo. O que acontecia era que, quando também alguma família de Campinas não queria assumir algum filho bastardo ou neto ilegítimo, mandava o recém-nascido para São Paulo para ser colocado na roda da Santa Casa de São Paulo, na calada da noite, de madrugada, de tal forma que ninguém visse. Havia no muro da Santa Casa uma janela e uma campainha, e quando acionada a campainha, abriam a janela por dentro e a criança era colocada, com pacotes de dinheiro e jóias. A janela se fechava e nunca mais se ouvia falar da criança. Quanta gente “alta” e de renome de Campinas fez isso!!!! Eu até sei de algumas!!! Agora, quanto à Santa Casa de Campinas, muitas famílias abastadas iam buscar órfãos para serem empregadas, agregadas. Vale a pena ver os livros judiciais de tutela para se entender isso. Também quantas crianças depois da Lei do Ventre Livre foram tuteladas pelos patrões, somente para continuarem a servir gratuitamente. Não se pode esquecer que Campinas foi uma das mais acentuadas cidades escravocrata. Eu conheci muita gente importante que sempre manteve órfãos em suas casas para trabalhos domésticos. Era considerado natural. Agora, você deve analisar que a abolição dos escravos foi um fato econômico e social complicado porque mesmo escravas alforriadas preferiam continuar da casa do senhor a ter de ficar na rua, pois até as escolas não pegavam.

Entrevista 6 - Maria Edwina Redher Teixeira, 07 de janeiro 2002.

Ana Maria: A senhora se lembra de quando seu marido , sr. Messias Gonçalves Teixeira, foi professor no Asilo de Órfãos da Santa Casa de Misericórdia?

Dona Maria: “Lembro-me bem de algumas coisas, de outras, mais ou menos, pois já estou com 88 anos. Meu marido fundou a Conferência dos Vicentinos de Nossa Senhora da Boa Morte, na Santa Casa. Por ser vicentino, ele era muito respeitado pelas freiras que o convidaram para dar aula de Português para as alunas do Asilo de Órfãos. As professoras do Asilo eram mulheres e freiras, no entanto, meu marido era o único professor homem pois ganhara a absoluta confiança das Irmãs. Meu marido era um homem de grande espiritualidade e vivia a caridade, portanto, aceitou com alegria e honra o convite para lecionar e fez isso, graciosamente, sem remuneração, e deu aulas até acabar o orfanato, por volta de 1952. Imagine, ele, o único homem a ter esse privilégio, muito bem merecido. Eu me casei em 1937 e ele já lecionava lá. Ele gostava muito de dar aulas para as órfãs. Também lecionava no Colégio Coração de Jesus, na rua José Paulino. Tivemos por muitos anos uma escola chamada Colégio Campineiro e também uma livraria muito conhecida em Campinas, denominada Livraria Teixeira. Era tio do historiador, José Roberto do Amaral Lapa. Meu marido teve dois enfartes e faleceu há 16 anos, com 82 anos. Eu também era muito amiga das freiras, em especial, da Irmã *M.J.*, sempre alegre e com muita bondade cuidava das órfãs. Eu ajudava na exposição de trabalhos no final do ano; e também colaborava na confecção dos cartuchos de papel crepom, com doces para serem ofertados às órfãs que saíam na procissão de 15 de agosto. Meu marido saía na tradicional procissão de 15 de agosto, era um dos que carregavam o pódio - aquela cobertura de tecido, suspensa através oito de hastes de madeira roliça, que cobria na procissão o sacerdote e a hóstia consagrada. Eu também acompanhava a

procissão. E lembro-me das órfãs vestidas de anjo. Costumava conversar com elas e sentia que eram felizes. Hoje moro sozinha e recordo-me com saudade daquele tempo”.

Anexo 3 – Livros de Matrícula do Asilo de Órfãos – 211 e 212

Levarei este livro para nell e lançar
a matricula das alumnas do Estor-
nato = Asilo de Orfãos:

Campinas 2º de Março de 1881

Alonso Logezim Felle viitor
Provedor da Humandade e Mis-
ericordia e Campinas

ano		1881							
N.	NOME	FILIAÇÃO	MORADA	NATURALIDADE	NACIONALIDADE	IDADE	MATRICULA	OBSERVAÇÕES	
1	Maria Helena de Sousa	Antônio de Sousa e Sousa	Campos	Campos	Brasileira	13 annos 5 de Março de 1881 58 annos			
2	Francisco de Almeida e Silva	Francisco de Almeida e Silva			"	13	"	"	
3	Antônio	Antônio de Almeida e Silva			"	10	"	"	
4	Maria de Almeida	Antônio de Almeida e Silva			"	11	"	"	
5	Antônio de Almeida e Silva	Antônio de Almeida e Silva			"	10	"	"	
6	Antônio de Almeida e Silva	Antônio de Almeida e Silva			"	10	"	"	
7	Antônio de Almeida e Silva	Antônio de Almeida e Silva			"	10	"	"	
8	Antônio de Almeida e Silva	Antônio de Almeida e Silva			"	10	"	"	
9	Antônio de Almeida e Silva	Antônio de Almeida e Silva			"	10	"	"	
10	Antônio de Almeida e Silva	Antônio de Almeida e Silva			"	10	"	"	
11	Antônio de Almeida e Silva	Antônio de Almeida e Silva			"	10	"	"	
12	Antônio de Almeida e Silva	Antônio de Almeida e Silva			"	10	"	"	
13	Antônio de Almeida e Silva	Antônio de Almeida e Silva			"	10	"	"	
14	Antônio de Almeida e Silva	Antônio de Almeida e Silva			"	10	"	"	
15	Antônio de Almeida e Silva	Antônio de Almeida e Silva			"	10	"	"	
16	Antônio de Almeida e Silva	Antônio de Almeida e Silva			"	10	"	"	
17	Antônio de Almeida e Silva	Antônio de Almeida e Silva			"	10	"	"	
18	Antônio de Almeida e Silva	Antônio de Almeida e Silva			"	10	"	"	
19	Antônio de Almeida e Silva	Antônio de Almeida e Silva			"	10	"	"	
20	Antônio de Almeida e Silva	Antônio de Almeida e Silva			"	10	"	"	
21	Antônio de Almeida e Silva	Antônio de Almeida e Silva			"	10	"	"	

N. DE ORDEM	NOME	Idade	FILIAÇÃO	Entrada para o Asylo			Observações
				DIA	MEZ	ANNO	
1	Maria Firina	6	José Salomão Firina Glydia Firine	31	Dezembro	1920	
2	Joanna Gonçalves	8	José Gonçalves Bernadete Firina de Almeida	20	Agosto	1922	Contrahiu a Doença e morreu
3	Georgina Gomes	7	José Gomes Candida Gomes	3	Julho	1924	
4	Josephina Lopes	8	José Lopes Mathilde Lopes	10	Fevereiro	1925	
5	Emília Gomes	7	José Gomes Candida Gomes	7	Abri	1925	
6	Santa Rodrigues Dias	7	Antônio Rodrigues Maria Rodrigues	8	Março	1925	1925 1925 1925
7	Bernadete Dias	10	José Dias Helena Dias	9	Setembro	1925	
8	Amanda Bueno Montez	7	Amado Bueno Montez Maria Guiza Bueno	11	Março	1927	
9.	Glycia Bueno	6	Amado Bueno Maria Guiza Bueno	11	Março	1927	

Nº DE ORDEM	NOME	Idade	FILIAÇÃO	Entrada para o Asylo			Observações
				DIA	MEZ	ANNO	
64	Irma Bueno	9	Antonio Bueno Candracina (F.)	1º	Julho	1941	
65	Arlete Maria Chiponi	13	Antonio Chiponi (F.) "Anacéas"	7	Julho	1941	Entrega a Mãe 10-6-1942.
66	Catarina Aparecida Baladin	9	Henrique Baladin Norma Landini Baladin	24	Julho	1941	Entrega a Mãe 3-5-1942.
67	Clinda Pachega	13	Dionilio Pachega (F.) "Clementina (gostoso) (F.)	20	Fevereiro	1942	
68	Carmona Ramos de Oliveira	11	Sebastião Ramos Oliveira (F.) Alice Ramonias	21	Fevereiro	1942	
69	Paulina Gueto	12	João Gueto "Mauricete" (F.)	21	Fevereiro	1942	
70	Maria Aparecida Pinheiro	8	Francisco Pinheiro (F.) Rosa Pinheiro (F.)	24	Fevereiro	1942	
71	Reute Moreira da Costa	8	Miguel Moreira Costa Marta Glória Costa	3	Março	1942	
72	Yracel Costa Pinheiro	12	Sergio Pinheiro Pinheiro Marta Isabel Costa Pinheiro	6	Março	1942	

N. º de Ordem	NOME	Idade	FILIAÇÃO	Entrada para o Asilo			OBSERVAÇÕES
				DIA	MEZ	ANNO	
55	Rute Moreira da Costa	8	Miguel Moreira Costa Maria Helena Costa	3	Março	1942	
56	Maraci Costa Pinheiro	12	Sebastião Costa Pinheiro Maria Isabel Costa Pinheiro	6	Março	1942	
57	Freida Toledo Quiróz	11	Antônio Prado Quiróz Freida Toledo Quiróz	16	Março	1942	Entregue à Mãe 29-4-1943
58	Helena Tschinelli	8	Carlos Tschinelli Elycia do Prado Tschinelli	21	Março	1942	
59	Nilda Toledo Quiróz	14	Antônio Prado Quiróz Freida "	10	Abril	1942	Entregue à Mãe 29-4-1943
60	Edna Ag. Ant. da Silva	8	Edmundo Matheus Ant. da Silva Djanira "	13	Abril	1942	
61	Teresa Quiróz	10	João Quiróz Maria " (Solteira)	24	Abril	1942	
62	Lucena Lancam	10	Augusto Lancam (Sol) Lucia "	28	Abril	1942	Entregue à Mãe 19-10-1943
63	Nilza Ap. da Silva	8	Rafael Dias da Silva (Sol) Márcia " "	1º	Julho	1942	Entregue à Mãe 15-1-1943

Nº de Ordem	NOME	Idade	FILIAÇÃO	Entrada para o Asylo		Observações
				DIA	MEZ ANNO	
82	Luzmira Bacci	5	Giordano Bacci Helena, (Ful)	1	Março 1943	
83	Candida Aparecida Diniz	6	Joazequin Diniz Filho (Ful) Glória Simões Diniz	11	Março 1943	
84	Rosalina Alves Pereira	11	João Emídio Alves Pereira Olimpia de Almeida	11	Março 1943	
85	Maria Helena Alves Pereira	10	João Emídio Alves Pereira Olimpia de Almeida	11	Março 1943	
86	Maria Teresinha Pereira	7	João Emídio Alves Pereira Olimpia de Almeida	11	Março 1943	
87	Maria Aparecida Pereira	11	João Emídio Alves Pereira Olimpia de Almeida	11	Março 1943	
88	Ilse Girello	9	João Girello Maria - Cocato	26	Março 1943	
89	Celina da Silva Furtado	4	Arg. Furtado de Silva (Ful) Maria - Aparecida de Silva	26	Março 1943	
90	Yasanan Godoy	7	Benedito Godoy Mair - Costa Godoy	2	Abril 1943	

Nº DE ORDEM	NOME	Idade	FILIAÇÃO	Entrada para o Asylo			Observações
				DIA	MEZ	ANNO	
1	Elia Oliveira	10	Antonio Oliveira Marina	15	Febrero	1936	
2	Mari Gaudete	7	Antonio Gaudete (Fale) Angelina	24	Março	1939	Contregue à Mãe dia 30-M-1945
3	Alzira Alondres Reis	7	Simão A. dos Reis (Fale) Maria Gaudete do Reis	1	Abril	1939	Contregue à Mãe 30-M-1945
4	Leilaide do Carmo	7	Robson de Natas (Fale) Diana	20	Febrero	1940	Contregue a Mãe 30-M-1945
5	Dani Vieira da Rocha	11	Teófilo Vieira da Rocha Concheta	20	Febrero	1940	
6	Derci Vieira da Rocha	9	Teófilo Vieira da Rocha Concheta	20	Febrero	1940	
7	Maria Duzila A. Montan	6	Henriette Montan (Fale) Olímpia	28	Febrero	1940	Contregue à Mãe dia 30-M-1945
8	Celia de Barros	7	Arístides Barros Benedicta	22	Febrero	1940	
9	Marina Almeida	10	Benedito Almeida Gelândia (Fale)	1º	Febrero	1941	Contregue à Madrinha 30-M-1945

N. de Ordem	NOME	Idade	FILIAÇÃO	Entrada para o Asylo			Observações
				DIA	MEZ	ANNO	
19	Julmira Bacci	5	Gordano Bacci Talia Bapt. e me	7	Março	1943	Entregue ao Pai 30-11-1946
20	Candida Ap. Siring	6	Caragum Siring (Fol) Lucia Siring Siring	11	Março	1943	
21	Neusa Albuquerque	7	João Albuquerque (Fol) Belgim	23	Março	1943	
22	Flora Aquino	9	João Aquino Neusa	26	Março	1943	Entregue à Senhora 30-11-46
23	Belma da R. Furtado	7	Am Furtado (Fol) Neusa Ap. Furtado	26	Março	1943	
24	Jacuaran Godoi	7	Benedicto Godoi (Fol) Nai Godoi	2	Abril	1943	
25	Antônia Sales	12	Pedro Emilio Sales Ap. Furtado	4	Abril	1943	Entregue à Senhora dia 10-6-1946
26	Luci Menegem	8	Menegem Antonio (Fol) Santana Menegem	24	Abril	1943	
27	Neusa Antunes	8	João Antunes Neusa " (Fol)	24	Abril	1943	

N.º DE ORDEM	NOME	Idade	FILIAÇÃO	Entrada para o Asilo			Observações
				DIA	MEZ	ANO	
37	Mary Nazar	6	Domitio Jorge Nazar Julia	1.º	Março	1944	Entregue ao Pai 30-11-1946
38	Aparecida Gaiote	9	Marcelo Gaiote (F) Paula "	6	Março	1944	
39	Leila Gaiote	8	Marcelo Gaiote (F) Paula "	6	Março	1944	
40	Odete Clairimundo	9	Francisco Clairimundo Antônia "	4	Abril	1944	
41	Neide Clairimundo	6	Francisco Clairimundo Antônia "	4	Abril	1944	
42	Ida Souza	10	José Souza Josefa "	2	Julho	1944	Entregue ao Pai 30-11-1946
43	Velma M. Costa	8	Carlos José Givardi Paul M. Costa Araci "	4	Julho	1944	Entregue ao Pai 30-11-1946
44	Geni Gonçalves	9	Edson M. Gonçalves (F) M. "	11	Julho	1944	
45	Laura Lopes	10	Graciano Lopes (F) Rosa "	24	Julho	1944	Entregue ao Pai 30-11-46
	Juvenna Lygia	10		24	Setembro	1944	